ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 97

Brasília - DF, terça-feira, 24 de maio de 2022

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 17
Ministério das Comunicações 18
Ministério da Defesa 20
Ministério do Desenvolvimento Regional 37
Ministério da Economia 37
Ministério da Educação 113
Ministério da Infraestrutura 123
Ministério da Justiça e Segurança Pública 128
Ministério do Meio Ambiente 156
Ministério de Minas e Energia 165
Ministério da Saúde 171
Ministério do Trabalho e Previdência 173
Ministério do Turismo 175
Banco Central do Brasil 177
Ministério Público da União 177
Tribunal de Contas da União 178
Poder Judiciário 178
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 180

Esta edição é composta de 187 páginas

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.078, DE 23 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a qualificação de projetos e de empreendimentos do setor de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, § 1º, inciso I, e no art. 4º, inciso II, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 223, de 12 de maio de 2022, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam qualificados, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, os projetos e os empreendimentos públicos federais do setor de energia elétrica vinculados ao Leilão de Energia Nova A-4, a ser realizado em 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Pacheco dos Guaranys

DECRETO Nº 11.079, DE 23 DE MAIO DE 2022

Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 2º, **caput**, incisos II, III e IV, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIC–ÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, por meio da qual a União, em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e o enfrentamento da evasão e do abandono escolar na educação básica.

Parágrafo único. A colaboração entre os entes federativos na Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica ocorrerá por meio de adesão voluntária, na forma a ser estabelecida em instrumentos específicos dos programas, das estratégias e das ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

I - abandono escolar - situação em que o discente deixa de frequentar a escola antes do término do ano letivo, sem requerer formalmente a sua transferência;

II - evasão escolar - situação em que o discente não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte;

III - evidências científicas - conjunto de proposições decorrentes da avaliação de fatos e de dados coletados e analisados com fundamento em método científico, utilizado para formulação e aprimoramento de políticas públicas;

IV - recuperação das aprendizagens - conjunto de medidas para o avanço do discente ao nível de aprendizagem adequado à sua idade e ao ano escolar, por meio do uso de estratégias e atividades pedagógicas de diagnóstico, de acompanhamento e de consolidação das aprendizagens;

V - regime de colaboração - conjunto de ações coordenadas entre os entes federativos e os seus sistemas de ensino que promovam a harmonia de políticas, de programas e de ações destinados à garantia do direito à educação; e

VI - resiliência dos sistemas de ensino - capacidade institucional de identificação e de reação em tempo adequado a situações que afetem ou impeçam a garantia do acesso, da permanência e da aprendizagem do discente.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica:

I - igualdade de condições para o acesso e a permanência dos discentes na escola;

II - garantia do direito à aprendizagem dos discentes, em especial daqueles em situação de vulnerabilidade social;

III - governança colaborativa entre os entes federativos na proposição de soluções na implementação e no acompanhamento dos programas, das ações e das estratégias da Política;

IV - fortalecimento da liderança, da gestão escolar e da formação dos profissionais da educação;

V - eficiência na gestão dos recursos destinados à implementação da Política;

VI - fomento ao desenvolvimento e à disseminação de tecnologias educacionais digitais; e

VII - aprimoramento das formações inicial e continuada dos profissionais da educação básica, com vistas a orientar o uso de tecnologias para melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica:

I - adaptação curricular para priorização das habilidades e das competências, com a definição de marcos de aprendizagem para cada ano escolar;

II - incentivo ao desenvolvimento de soluções e de metodologias que promovam a recuperação das aprendizagens;

III - promoção da inclusão digital, do uso de tecnologias educacionais e da inovação nas instituições de ensino;

IV - desenvolvimento e uso de estratégias que permitam o diagnóstico, o acompanhamento e a recuperação das aprendizagens, por meio de intervenções pedagógicas que considerem o nível de aprendizagem dos discentes;

V - uso de evidências científicas nos processos de tomada de decisão;

VI - promoção da equidade, de modo a garantir a priorização da assistência financeira às regiões, às redes públicas de ensino e às escolas com maior índice de vulnerabilidade social;

VII - incentivo a estratégias de integração de ações entre os entes federativos para o fortalecimento do regime de colaboração;

VIII - incentivo ao estabelecimento de parcerias com entidades, com organizações nacionais e com organismos internacionais que atuem em áreas relacionadas à educação; e

IX - transparência e promoção das ações realizadas no âmbito da Política.

Art. 5º São objetivos da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica:

I - desenvolver ações que possibilitem elevar a frequência escolar e reduzir os índices de evasão e de abandono escolar;

II - desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem para o avanço do desempenho e da promoção escolar;

III - desenvolver ações que possibilitem diminuir a distorção idade-série por meio do monitoramento da trajetória escolar;

IV - promover a coordenação de ações para o enfrentamento do abandono escolar e da recuperação das aprendizagens;

V - desenvolver ações que possibilitem aumentar a resiliência dos sistemas de ensino por meio da implementação de ações e programas de ampliação da capacidade técnica e da infraestrutura das redes para responder a situações de crise;

VI - contribuir para a consecução das metas e das estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação e nos planos de educação estaduais, municipais e distrital;

VII - fortalecer a formação dos profissionais do magistério no que diz respeito ao diagnóstico de lacunas nos processos de ensino de ensino e aprendizagem;

VIII - promover estratégias que permitam o acompanhamento individualizado da aprendizagem dos discentes; e

IX - incentivar a formação para o uso pedagógico de conteúdos digitais.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica tem como público-alvo:

I - discentes da educação básica;

II - crianças, adolescentes, jovens e adultos que não estejam inseridos nas redes públicas de ensino;

III - docentes, equipes técnicas e equipes de apoio das instituições de ensino;

IV - gestores escolares;

V - dirigentes das secretarias de educação e das redes públicas de ensino estaduais, municipais e distrital; e

VI - famílias e demais atores da comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 7º A Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica será implementada pelo Ministério da Educação, diretamente ou por meio de parcerias, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com referência em seus programas, suas ações e seus instrumentos, organizados nos seguintes eixos:

I - eixo 1 - alinhamento estratégico dos sistemas de ensino, com os seguintes objetivos:

a) estabelecer metas curriculares nacionais, com parâmetros e com marcos de aprendizagem prioritários para cada ano escolar, que norteiem as ações dos sistemas de ensino para a superação das lacunas nos processos de ensino e aprendizagem;

b) fortalecer a articulação entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para a superação de lacunas nos processos de ensino e aprendizagem; e

c) promover a articulação entre os entes federativos e os seus sistemas de ensino na realização de avaliações, diagnósticas e formativas, e externas dos processos de ensino e aprendizagem;

II - eixo 2 - acesso e permanência, com os seguintes objetivos:

a) articular estratégias de busca ativa dos estudantes;

b) implementar sistema de alerta preventivo para risco de abandono escolar e sistema de gestão para oferta de vagas nas escolas; e

c) promover campanhas de divulgação do Disque Direitos Humanos - Disque 100;

III - eixo 3 - atenção individualizada aos discentes e às suas famílias, com os seguintes objetivos:

a) articular ações para promover priorização curricular, metodologias educacionais, métodos de avaliação e estratégias personalizadas destinadas ao processo de ensino e aprendizagem;

b) aplicar avaliações diagnósticas e formativas a docentes e a gestores educacionais, com vistas ao acompanhamento de cada discente;

c) disponibilizar recursos e de tecnologias educacionais baseadas em evidências a docentes e a gestores educacionais;

d) desenvolver estratégias motivacionais e competências socioemocionais dos discentes; e

e) fortalecer as relações entre família e escola;

IV - eixo 4 - formação prática de docentes e de outros profissionais da educação, com o objetivo de difundir capacitação para aplicação das metas curriculares nacionais e capacitação de recursos e tecnologias educacionais propostos no âmbito da Política;

V - eixo 5 - resiliência dos sistemas de ensino, com os seguintes objetivos:

a) fortalecer programas do Ministério da Educação destinados ao enfrentamento à evasão escolar e à recuperação das aprendizagens na educação básica;

b) integrar ações destinadas ao aumento da capacidade técnica quanto à formação de docentes e à inovação pedagógica e de gestão; e

c) apoiar no aprimoramento da infraestrutura tecnológica das redes e dos sistemas de ensino quanto à conectividade, ao uso seguro das tecnologias e à proteção de dados; e

VI - eixo 6 - pesquisas e avaliações internas e externas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com os seguintes objetivos:

a) promover a elaboração de estudos e avaliações para melhor compreensão do impacto da pandemia da **covid-19** e dos seus efeitos para a educação básica;

b) acompanhar a evolução dos discentes e dos sistemas de ensino a partir das ações implementadas no âmbito da Política;

c) empregar, pedagogicamente, os resultados das avaliações e estudos realizados no âmbito da Política;

d) incentivar a divulgação de boas práticas pedagógicas e de implementação da Política; e

e) fortalecer e expandir as práticas e as abordagens educacionais existentes por meio do uso de novas tecnologias e de recursos digitais.

Art. 8º Fica instituído o Ecossistema de Inovação e Soluções Educacionais Digitais, sob gestão do Ministério da Educação, como plataforma para captação, para divulgação e para disseminação de soluções tecnológicas voltadas à recuperação das aprendizagens, ao enfrentamento da evasão e do abandono escolar na educação básica, além da potencialização de novas formas e experiências de ensino.

Art. 9º Ato do Ministro de Estado da Educação instituirá:

I - o Observatório Nacional de Monitoramento do Acesso e Permanência na Educação Básica, com a finalidade de gerar, de monitorar e de sistematizar informações para apoiar a tomada de decisão e as políticas públicas de acesso e permanência na educação básica; e

II - a Rede de Inovação para Educação Híbrida, com a finalidade de apoiar a implementação de novas formas de oferta para os processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 10. São mecanismos de avaliação e de monitoramento da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica:

I - formulação de indicadores de desempenho, especialmente os que mensurem a eficácia, a eficiência e a efetividade da Política;

II - elaboração de relatórios e de documentos técnicos periódicos com informações sobre a implementação das ações executadas no âmbito da Política;

III - levantamentos e análises de dados para o monitoramento dos impactos da pandemia da **covid-19** no acesso, na permanência e na aprendizagem dos discentes; e

IV - outros mecanismos de avaliação e de monitoramento que venham a ser empregados nas etapas de implementação da Política e nas etapas posteriores.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação a implementação dos mecanismos de avaliação e monitoramento de que trata este artigo.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o Ministério da Educação poderá estabelecer parcerias para implementar os mecanismos de avaliação e monitoramento.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Compete ao Ministério da Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações implementadas no âmbito da Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.

Art. 12. A ações a serem realizadas para a consecução dos objetivos da Política correrão por conta de dotações orçamentárias do Ministério da Educação, observados a disponibilidade e os limites estipulados na legislação orçamentária e financeira.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
José de Castro Barreto Junior

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETOS DE 23 DE MAIO DE 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito da Defesa:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES;
General de Exército JOSÉ EDUARDO PEREIRA;
Tenente-Brigadeiro do Ar HUDSON COSTA POTIGUARA; e
Almirante de Esquadra ANDRÉ LUIZ SILVA LIMA DE SANTANA MENDES;

II - ao grau de Grande-Oficial:

Vice-Almirante HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA;
Vice-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ;
General de Divisão FRANCISCO CARLOS MACHADO SILVA;
General de Divisão MAURÍLIO MIRANDA NETTO RIBEIRO;
Major-Brigadeiro do Ar VALTER BORGES MALTA; e
General de Divisão LUIZ GONZAGA VIANA FILHO; e

III - ao grau de Comendador:

Brigadeiro Intendente MARCELO BRASIL CARVALHO DA FONSECA;
Contra-Almirante (IM) NELSON MÁRCIO ROMANELI DE ALMEIDA;
Contra-Almirante ANTONIO CESAR DA ROCHA MARTINS;
General de Brigada ALEXANDRE RIBEIRO DE MENDONÇA;
Brigadeiro Intendente ALEX ORÇAY REIS;
General de Brigada MOISES DA PAIXÃO JUNIOR; e
Brigadeiro do Ar ANTONIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - ao grau de Grã-Cruz:

CÉLIO FARIA JÚNIOR, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República; e
BRUNO BIANCO LEAL, Advogado-Geral da União;

II - ao grau de Grande-Oficial:

Ministro de Primeira Classe ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada R/1 RODRIGO PEREIRA VERGARA.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Grã-Cruz:

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO, Ministro de Estado da Infraestrutura;
VICTOR GODOY VEIGA, Ministro de Estado da Educação;
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência;
RONALDO VIEIRA BENTO, Ministro de Estado da Cidadania; e
JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE, Ministro de Estado do Meio Ambiente;

II - no grau de Grande-Oficial:

MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO, Senador da República;
FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO, Deputado Federal;
JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS MEDEIROS, Deputado Federal;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Embaixador RONALDO COSTA FILHO;
HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
BENEDITO GONÇALVES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO, Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União;
Ministro de Primeira Classe JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO;
Major-Brigadeiro Médico R/1 WALTER KISCHINHEVSKY;
ANDRÉ DE SOUSA COSTA, Secretário Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações;
PAULO FONTOURA VALLE, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia;
FABIOLA PULGA MOLINA, Secretária Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério da Cidadania;
Dom MARCONY VINICIUS FERREIRA, Arcebispo do Ordinariado Militar do Brasil; e
OTÁVIO AUGUSTO DE CASTRO BRAVO, Procurador da Justiça Militar;

III - no grau de Comendador:

General de Brigada R/1 FERNANDO MAURÍCIO DUARTE MELO;
General de Brigada R/1 MOACIR RANGEL JUNIOR; e
Brigadeiro do Ar R/1 ARNALDO SILVA LIMA FILHO;

IV - no grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra (RM1) HEBERT OREMPÜLLER DO NASCIMENTO;
Capitão de Mar e Guerra (RM1) GUILHERME SANDOVAL GÓES;
Coronel de Infantaria R/1 MURILO PINTO TOSCANO BARRETO;
Coronel de Cavalaria R/1 DIDIO PEREIRA DE CAMPOS;
Coronel de Cavalaria R/1 FABIANO SOUTO MARTINS;
Coronel QCO R/1 LINDALVA DE CASTRO REIS;
Coronel Aviador R/1 CLAUDIONEI QUARESMA LIMA;
Coronel de Infantaria (FAB) R/1 PEDRO CELSO GAGLIARDI PALERMO; e
Coronel Aviador R/1 ALEXANDRE LIMA PRADO; e

V - no grau de Cavaleiro:

Suboficial (HN) LUIZ DOS SANTOS ARAÚJO;
Suboficial (AR) JOSIAS OLIVEIRA FRANCISCO;
Suboficial (SI) ANDRÉ LUIZ BEZERRA DA ROCHA;
Suboficial (ES) FÁBIO CÂNDIDO DA SILVA;
Suboficial (MO) FÁBIO DE OLIVEIRA SOUZA;
Suboficial (MO) FÁBIO SILVA FERREIRA;
Suboficial (FN-CT) PAULO ROBERTO DIAS DOS SANTOS;
Suboficial (MG) RICARDO DIAS DOS SANTOS;
Suboficial (ES) CARLOS HENRIQUE NASCIMENTO CORDEIRO;
Suboficial (FN-IF) CLÁUDIO ROBERTO GALDERISI CERQUEIRA;
Suboficial (FN-IF) LEONARDO DA SILVA PAES LEME;
Suboficial (RM1-FN-IF) WLADHIMY RUTHERCY ALVES FERREIRA;
Subtenente de Comunicações LUCIANO MONTEIRO BEZERRA;
Subtenente de Infantaria MARCIO DO COUTO ANTONIO;
Subtenente de Cavalaria MARLON CLAY PIMENTEL AMORA;
Subtenente de Artilharia FABIO BATISTA DE FREITAS;
Subtenente de Material Bélico SANDERSON MARINHO DO NASCIMENTO;
Subtenente de Infantaria JAIR CAMPOS ALVES;
Subtenente de Manutenção de Comunicações ANDRÉ LUIZ DA SILVA;
Subtenente de Infantaria CESAR PEREIRA PISSOLATI;
Subtenente de Comunicações ANDRÉ FALCÃO SILVA;
Subtenente de Artilharia JEFFERSON GOMES DA SILVA;
Subtenente de Comunicações IVANDRO ALVES RIBEIRO;
Subtenente de Infantaria MARCELO GABRIELLI PONTES;
Subtenente de Comunicações ALESSANDRO QUEIROZ BENTO LAMÓGLIA;
Subtenente de Infantaria ANTONIO CARLOS DE CARVALHO;
Subtenente de Aviação Manutenção LUIZ VAGNER ALVES DA SILVA;
Subtenente de Infantaria MARCOS LUÍS COSTA HONORATO;
Subtenente de Engenharia SÉRGIO LUIZ DE FRANÇA;
Subtenente de Infantaria ANDRÉ MÁRCIO DA SILVA;
Subtenente de Artilharia ANDERSON FETZER RODRIGUES;
Subtenente de Artilharia EMANOEL DA SILVA ROCHA;
Subtenente de Infantaria ELTON LUÍS SODER;
Subtenente de Comunicações MOACIR BATISTA CAMARGO;
Suboficial BET MANOEL DE OLIVEIRA LIMA;
Suboficial QSS BMA FERNANDO CESAR BATISTA DOS SANTOS;
Suboficial QSS SAD ROSILENE CAETANO DA SILVA BENTES;
Suboficial BET EDUARDO MESQUITA BALTAZAR;
Suboficial SAD ADRIANA LIMA SANTOS DE ALMEIDA;
Primeiro-Sargento (FN-ES) JURACI ROSA DA LUZ;
Primeiro-Sargento (PL) ROGERIO ARAUJO DOS SANTOS;
Primeiro-Sargento de Comunicações RICARDO DA LUZ;
Primeiro-Sargento de Comunicações RODRIGO MOLINARES DOS SANTOS;
Primeiro-Sargento de Cavalaria FRANCISCO WALKYNALDO AZEVEDO VIEIRA;
Primeiro-Sargento de Comunicações JULIANO OTÁVIO DE SOUSA;
Primeiro-Sargento de Infantaria RAFAEL SANDOR PILTZ;
Primeiro-Sargento de Infantaria HERMANO MAGNO SILVA;
Primeiro-Sargento SAD ALMIR XAVIER TEIXEIRA;
Segundo-Sargento (ES) FERNANDO DA SILVA MARQUES; e
Terceiro-Sargento QE NERINTON EVANGELO GRIMES.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Grande-Oficial:

Vice-Almirante ARTHUR FERNANDO BETTEGA CORRÊA;
General de Divisão EUGENIO ENEIAS CAMILO;
General de Divisão HEBER GARCIA PORTELLA;
Vice-Almirante PAULO CÉSAR COLMENERO LOPES;
General de Divisão EDSON SKORA ROSTY;
General de Divisão VINICIUS FERREIRA MARTINELLI;
Vice-Almirante (IM) WAGNER CORRÊA DOS SANTOS;
Vice-Almirante (FN) ROBERTO ROSSATTO;
General de Divisão JORGE ROBERTO LOPES FOSSI;
General de Divisão SERGIO LUIZ TRATZ;
Major-Brigadeiro do Ar RAIMUNDO NOGUEIRA LOPES NETO;
Major-Brigadeiro do Ar JOÃO CAMPOS FERREIRA FILHO;
Vice-Almirante GILBERTO SANTOS KERR;
Major-Brigadeiro do Ar JOSÉ MADUREIRA JUNIOR;
Major-Brigadeiro do Ar VALDIR EDUARDO TUCKUMANTEL CODINHOTO;
Major-Brigadeiro Intendente MAURO FERNANDO COSTA MARRA;
General de Divisão JOSIAS PEDROTTI DA ROSA;
General de Divisão RAUL RODRIGUES DE OLIVEIRA;
Major-Brigadeiro do Ar DAVID ALMEIDA ALCOFORADO;
Major-Brigadeiro do Ar JEFFERSON CESAR DAROLT; e
General de Divisão CARLOS DUARTE PONTUAL DE LEMOS;

II - no grau de Comendador:

Contra-Almirante (FN) ELSON LUIZ DE OLIVEIRA GÓIS;
Contra-Almirante RICARDO SALES DE OLIVEIRA;
General de Brigada MARCIO CORDEIRO FREIRE;
General de Brigada CARLOS EDUARDO DA MOTA GÓES;
Brigadeiro do Ar JOSÉ AUGUSTO PEÇANHA CAMILO;
Brigadeiro do Ar PAULO RICARDO DA SILVA MENDES;
Contra-Almirante (Md) VICENTE GARCIA RAMOS;
General de Brigada GUILHERME LOURO BRAGA;
General de Brigada MARCELO ZANON HARNISCH;
Brigadeiro do Ar ALVARO MARCELO ALEXANDRE FREIXO; e
Brigadeiro Médica ANA PAOLA BRASIL MEDEIROS;

III - no grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra (EN) ANTONIO CARLOS DA COSTA PEREIRA;
Capitão de Mar e Guerra (FN) ANDERSON DA COSTA MEDEIROS;
Capitão de Mar e Guerra JOÃO FRANSWILLIAM BARBOSA;
Capitão de Mar e Guerra (Md) GISELE MENDES DE SOUZA E MELLO;
Capitão de Mar e Guerra NEYDER CAMILLO DE BARROS;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO LANCELLOTTI;
Capitão de Mar e Guerra (FN) VANNEI DE ALMEIDA SILVA JUNIOR;
Capitão de Mar e Guerra (FN) GUTEMBERG RECIFE;
Capitão de Mar e Guerra FERNANDO SOUZA DE BARROS BARRETO;
Coronel de Infantaria LUIZ CYRILLO DE LIMA JÚNIOR;
Coronel de Artilharia CARLOS ALBERTO FERREIRA LOPES CORA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE GUERRA;
Coronel de Intendência KLEBER DO AMARAL FERREIRA;
Coronel de Infantaria CHARLES DOMINGUES DA SILVA;
Coronel de Infantaria EMERSON DÊNI DA SILVA;
Coronel de Artilharia MARCOS VINICIUS CESARIO LIMA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE DOS PASSOS DE ARAUJO;
Coronel de Infantaria MAURÍCIO QUINTAS MAGIOLI;
Coronel de Engenharia ALESSANDRO DA SILVA;
Coronel de Infantaria FLÁVIO MOREIRA MATHIAS;
Coronel de Cavalaria ROVIAN ALEXANDRE JANJAR;
Coronel de Cavalaria ALESSANDRO SBERNI;
Coronel de Infantaria JOSÉ HENRIQUE MENEZES RAMOS;
Coronel de Material Bélico MARCELO SERGIO CABRAL;
Coronel de Cavalaria ABELARDO PRISCO DE SOUZA NETO;
Coronel de Artilharia ALEXANDRE MARCOS CARVALHO DE VASCONCELOS;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE RIBEIRO PEIXOTO DOS SANTOS;
Coronel de Infantaria LUIS MAURO MARQUES SANTOS LIMA;
Coronel de Cavalaria CARLOS ALEXANDRE GEOVANINI DOS SANTOS;
Coronel de Artilharia ALEX DALL'OSSO MINUSSI;
Coronel de Cavalaria ANDRÉ RICARDO DA CONCEIÇÃO BARRETO;
Coronel de Infantaria ENIO BARBOSA FETT DE MAGALHÃES;
Coronel de Infantaria FRANCISCO CORREIA LIMA NETO;
Coronel de Infantaria FLAVIO EDUARDO BRANDALISE;
Coronel de Infantaria LUCIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA;
Coronel de Infantaria MARCELO MARINS;
Coronel de Infantaria (FAB) SERGIO LUIS DE ARAUJO PERES;
Coronel Aviador MAURO HENRIQUE MONSANTO DA FONSECA E SOUZA;
Coronel Aviador JOELSON RODRIGUES DE CARVALHO;
Coronel Médico FRANCISCO ELIOMAR GOMES DE OLIVEIRA;
Coronel Aviador JORGE MARCELO MARTINS DA SILVA;
Coronel Aviador LUIS ROSAL ELICES NETO;
Coronel Aviador ADALBERTO SANCHEZ Y SANCHES; e
Coronel Aviador RODRIGO GORETTI PIEDADE; e

IV - no grau de Cavaleiro:

Capitão de Fragata (T) SERGIO HENRIQUE MOREIRA LOPES;
Capitão de Fragata (IM) ALEXANDRE BEZERRA ALBUQUERQUE;
Capitão de Fragata CLEBER VIEIRA DA SILVA;
Capitão de Fragata (IM) ANDRE LUIZ MENDES;
Capitão de Fragata (IM) ALEXANDRE FELBINGER COSSÚ DE VASCONCELOS;
Capitão de Fragata ANDRÉ LUIZ TAVARES ALVES DANTAS;
Tenente-Coronel de Infantaria ANDRÉ LUÍS RUSSO MALÍCIA;
Tenente-Coronel QCO EMMANUEL ELMANI DE CARVALHO;
Tenente-Coronel de Artilharia ALEXANDRE DE ASSIS LAURIA;
Tenente-Coronel Médico MARCELO ZEITOUNE;
Tenente-Coronel de Comunicações RODRIGO NEVES GIFFONI;
Tenente-Coronel de Cavalaria JOSÉ CARLOS COMEL JÚNIOR;
Tenente-Coronel Aviador MÁRCIO DA COSTA CORRÊA;
Tenente-Coronel Aviador ANDERSON MAGNUS CORREA DA SILVA;
Tenente-Coronel Aviador MARCO ANTÔNIO AIDAR RIBEIRO;
Tenente Coronel Intendente ALEXANDRE ALMEIDA DA SILVA;
Tenente-Coronel Aviador WALLACE GONÇALVES TEIXEIRA;
Tenente-Coronel Intendente CRISTIANE MACHADO SOBREIRA DE SOUZA;
Tenente-Coronel Aviador RAFAEL HIROSHI GUARNIERI;
Capitão de Corveta JONATHAS DINIZ VIEIRA COELHO;
Capitão de Corveta FELIPE CARDOSO DE ARAUJO;
Capitão de Corveta EDUARDO AUGUSTO SARAIVA GOMES;
Capitão de Corveta (FN) LUIZ ROBERTO FARIAS DA SILVA;
Capitão de Corveta VITOR BORGES PEDROSA;
Major de Infantaria TIAGO FANTINI FELICETTI;
Major Médico MILSON CHARLES DE ALMEIDA FARIA;
Major de Artilharia DANILO FERNANDES FERREIRA;
Major QCO MARCIO ANTONIO AMITE;
Major Aviador BRUNO ALVES UCHÔA;
Major Aviador FLÁVIO PRESOTTI DE ARAUJO;
Major Aviador DANIEL LOPES DE LUCCAS;
Major Aviador AUGUSTO FELDBERG MARTINS;
Capitão QAO ANDRIELY CIRINO;
Capitão QOEA RONALDO PINTO DA SILVA;
1º Tenente QAO WILLIAM PONTES MENDES;
1º Tenente QAO JOSUE MACHADO DE SOUSA;
1º Tenente QAO RODNEY GOMES DO VALE;
2º Tenente QAO JOELI MENDONÇA DE ASSIS;
2º Tenente QAO ALADIO ALVES DA CRUZ JÚNIOR;
2º Tenente QAO ALEX DE ALBUQUERQUE LEANDRO;
2º Tenente QAO EDI CARLOS BERNADINO;
2º Tenente QAO LUIS CLAUDIO CALIXTO;
2º Tenente QAO ALEX SANDRO XAVIER DA SILVA;
2º Tenente QAO GLEIDSON TEIXEIRA UCHOA; e
2º Tenente QAO ROBERT BRAZ NEVES.

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa, as seguintes organizações militares:

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA MARINHA (Marinha);
COMANDO MILITAR DO NORDESTE (Exército); e
BASE AÉREA DE CANOAS (Aeronáutica).

Brasília, 23 de maio de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 246, de 23 de maio de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.153-DF.

Nº 247, de 23 de maio de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.158-DF.

Nº 248, de 23 de maio de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 1.510, de 6 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2020, que outorga autorização à Associação Comunitária Imprensa FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Aracaju, Estado de Sergipe.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR T-CERT CERTIFICADORA. Processo n° 00100.000694/2022-71

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFIKA CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.000733/2022-30.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICADORA CAPARAÓ. Processo n° 00100.000729/2022-71.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 20, DE 23 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre os critérios para a alteração dos limites mínimos e máximos do percentual do valor de contrapartida financeira estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2022, previsto em convênios e contratos de repasse no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, no inciso I do § 5º do art. 82 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.039488/2020-97, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina os critérios para a alteração dos limites mínimos e máximos do percentual do valor de contrapartida financeira estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício de 2022, previsto em convênios e contratos de repasse no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º A contrapartida financeira de que trata esta Instrução Normativa será estabelecida em percentual incidente sobre o valor total previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando a capacidade econômica da respectiva unidade federativa.

Parágrafo único. Os limites mínimos e máximos de contrapartida estabelecidos no § 4º do art. 82 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 poderão ser reduzidos ou ampliados mediante justificativa do titular do órgão concedente nas hipóteses dispostas no § 5º do art. 82 do mesmo diploma legal.

Art. 3º O limite de contrapartida poderá ser alterado quando o percentual indicado na LDO de 2022 inviabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas no âmbito das propostas de convênios e contratos de repasse referidos nesta Instrução Normativa.

Art. 4º A proposta de alteração dos instrumentos de repasse motivada por necessidade de modificação do percentual de contrapartida deverá ser precedida de justificativa técnica fundamentada, por parte da unidade federativa beneficiada, e será instruída, necessariamente, com a manifestação de viabilidade técnica do concedente, do mandatário ou da instituição financeira autorizada pelo órgão competente, atestando:

I - a comprovação da disponibilidade orçamentária do proponente; e

II - que o valor de contrapartida proposto assegura a efetiva exequibilidade do projeto.

Parágrafo único. Na hipótese de o pleito do aumento de contrapartida financeira fundamentar-se em majoração superveniente do valor de bens e serviços que compõem o objeto da parceria, o processo administrativo deverá ser instruído com documentos comprobatórios da realização de pesquisa de preços junto a, no mínimo, três fornecedores diferentes, demonstrando a conformidade dos valores praticados no mercado, cuja fidedignidade deverá ser atestada na manifestação de viabilidade técnica disposta no caput.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados a partir de 1º de janeiro de 2022, em conformidade com as disposições desta Instrução Normativa.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MARCOS MONTES

PORTARIA MAPA Nº 436, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera o art. 4º da Portaria MAPA nº 402, de 23 de fevereiro de 2022, que aprova o regulamento do Prêmio "Selo Mais Integridade" relativo ao exercício 2022/2023, para prorrogar o prazo de inscrição.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Portaria MAPA nº 402, de 23 de fevereiro de 2022, bem como na instrução constante do Processo nº 21000.099113/2021-67, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 4º da Portaria MAPA nº 402, de 23 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2022, Edição nº 39, Seção 1, página 6, que aprova o regulamento do Prêmio "Selo Mais Integridade" relativo ao exercício 2022/2023, destinado a empresas e cooperativas do agronegócio que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de integridade, ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os interessados em obter o "Selo Mais Integridade" deverão realizar sua inscrição diretamente no site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no período de 07 de março de 2022 a 15 de junho de 2022, acessando o link disponível no seguinte endereço eletrônico: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 92, DE 18 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o n° 87/2022 o(a) Médico(a) Veterinário(a) CAMILA ANGELA MARQUES, registrado(a) junto ao CRMV-ES sob o n° 2656, para colheita de material e envio de amostras para diagnóstico do Mormo, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 94, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e nos termos da Instrução Normativa 6, de 16 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o n° 88/2022 o(a) Médico(a) Veterinário(a) SILAS VIEIRA JÚNIOR, registrado(a) junto ao CRMV-ES sob o n° 3468, para colheita de material e envio de amostras para diagnóstico do Mormo, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 540, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 292, da Portaria Ministerial nº. 561, de 11/04/2018, publicado no D.O.U. de 13/04/2018, página 7 a 39, Memorando Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 - Processo SEI nº. 21000.015362/2018-11, Instrução Normativa nº. 22, de 20 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2013, Seção 1 e considerando o que consta no Processo SEI SFA/SP n°. 21052.000001/2022-32, resolve:

Art. 1 - HABILITAR o Médico Veterinário discriminado abaixo para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para o trânsito interestadual e intraestadual de animais EGRESSOS de eventos de concentração de animais, que não implique movimentação de área não habilitada para área habilitada pela União Europeia, nas seguintes condições:

Parágrafo 1 - Para as ESPÉCIES SENSÍVEIS À FEBRE AFTOSA, a habilitação será para emissão de GTAs exclusivamente para trânsito INTRAESTADUAL de egresso de eventos de concentração de animais.

Parágrafo 2 - Para as demais espécies poderá ser emitida GTA, tanto para trânsito INTERESTADUAL como para trânsito INTRAESTADUAL de eventos de concentração de animais.

Parágrafo 3 - A GTA mencionada neste artigo, deverá ser emitida com base na GTA de ingresso no evento de concentração animal, a qual será emitida por médicos veterinários cadastrados na Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

EGRESSOS DE EVENTOS:

Número	Médico Veterinário	CRMV - SP nº
568 - SP	José Henrique Marques Vieira	10.051

Art. 2 - Esta Portaria tem validade até 30 de abril de 2023 e entra em vigor na data de sua publicação, podendo ocorrer suspensão e cancelamento da habilitação de qualquer médico veterinário nela contido, em razão do não cumprimento da legislação vigente, em atendimento ao disposto nos Artigos 8º e 9º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013.

ESEQUIEL LIUSON

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA N° 31, DE 23 DE MAIO DE 2022

A Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.004934/2022-07, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SP0834, a empresa Mancini & Trindade Matão LTDA, CNPJ 02.741.820/0001-60, localizada na avenida Antonio Benfati, 283, D. industrial, Matão/SP, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, na modalidade: Tratamento Térmico por calor - ar quente forçado.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

CAROLINA DE ARAÚJO REIS

CORREGEDORIA

DECISÃO DE 23 DE MAIO DE 2022

TERMO DE JULGAMENTO nº 155/2022/CORREG/MAPA
Referência: Processos Administrativos de Responsabilização de Entes Privados - PAR 21000.052423/2020-37 (FATO 1), PAR 21000.052424.2020-81 (FATO 2), PAR 21000.052437.2020-51 (FATO 3), PAR 21000.052439/2020-40 (FATO 4), PAR 21000.052443/2020-16 (FATO 5), PAR 21000.052449/2020-85 (FATO 6), PAR 21000.052450/2020-18 (FATO 7) e PAR 21000.052451/2020-54 (FATO 8).
Interessados: Corregedoria do MAPA
Assunto: Julgamento de Processos Administrativos de Responsabilização de Entes Privados - PAR

O CORREGEDOR do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da competência delegada através da Portaria MAPA nº 381, de 23 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 24 de dezembro de 2021, seção 1, página 10, prevista no art. 8º, §1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, considerando o que consta dos autos epigrafados, notadamente o conteúdo dos Relatórios Finais dos colegiados processantes, pelos fundamentos de fato e de direito apresentados pela Corregedoria, conforme Notas Técnicas CORREG/MAPA (SEI nº 15127054, 15133430, 15139531, 15143180, 15146742, 15118394, 15108550 e 15031520), pela Consultoria Jurídica, conforme Parecer n. 01121-2021-CONJUR-MAPA-CGU-AGU (21529142), acolhido em parte pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00113-2022-CONJUR-MAPA-CGU-AGU (21529153), bem como o argumentado pela defesa, os quais adoto, na forma do descrito no Despacho nº 412/CORREG (21782468), sem necessidade de nova fundamentação, nos termos do art. 50, parágrafo primeiro, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e sob o fundamento no art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no art. 3º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, resolvo:

Art. 1º - UNIFICAR o julgamento do PAR 21000.052423/2020-37 (FATO 1), do PAR 21000.052424.2020-81 (FATO 2), do PAR 21000.052437.2020-51 (FATO 3), do PAR 21000.052439/2020-40 (FATO 4), do PAR 21000.052443/2020-16 (FATO 5), do PAR 21000.052449/2020-85 (FATO 6), do PAR 21000.052450/2020-18 (FATO 7) e do PAR 21000.052451/2020-54 (FATO 8), em razão da continuidade delitiva dos Entes Privados, reconhecida nos autos, após instrução probatória.

Art. 2º - ACOLHER parcialmente os Relatórios Finais apresentados pela Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados acima citados, divergindo apenas em relação ao cálculo de multa, para reconhecer a responsabilidade das entidades pelo cometimento das infrações previstas no art. 5º, inciso V, da Lei n.º 12.846, de 2013, ante a comprovação de produção e/ou comercialização de produtos veterinários, sem registro válido de licenças, consideradas inautênticas pelo Ministério da Agricultura, após fiscalização do Serviço de Fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo/SP, para aplicar aos Entes Privados IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 64.687.015/0001-52 e LABGARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 09.513.510/0002-18, nos termos do art. 6º, I e II da citada Lei nº 12.846/2013, as seguintes penalidades:

a) multa pecuniária ao Ente Privado IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 64.687.015/0001-52, no valor de R$ 7.211.455,43 (sete milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), que corresponde à vantagem auferida pelo cometimento do ilícito, nos termos do inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, arts. 17 e 18 do Decreto nº 8.420, de 2015, em razão do reconhecimento da responsabilidade objetiva pela prática de ato lesivo à Administração Pública Federal, previsto no inciso V do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

b) multa pecuniária ao Ente Privado LABGARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 09.513.510/0002-18, no valor de R$ 1.244.849,60 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), que corresponde ao cálculo da multa balanceada, com fundamento no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013, arts. 17 e 18 do Decreto nº 8.420, de 2015, em razão do reconhecimento da responsabilidade objetiva pela prática de ato lesivo à Administração Pública Federal, previsto no art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013;

Art. 2º - DETERMINAR a publicação extraordinária desta decisão, nos termos do art. 15, inciso II e art. 24 do Decreto nº 8.420, de 2015, combinado com art. 6º, inciso II e parágrafo 5º da Lei nº 12.846, de 2013, na forma de extrato de sentença, contendo os seguintes títulos: "MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013 - Julgamento dos Processos Administrativos de Responsabilização nº PAR 21000.052423/2020-37 (FATO 1), PAR 21000.052424.2020-81 (FATO 2), PAR 21000.052437.2020-51 (FATO 3), PAR 21000.052439/2020-40 (FATO 4), PAR 21000.052443/2020-16 (FATO 5), PAR 21000.052449/2020-85 (FATO 6), PAR 21000.052450/2020-18 (FATO 7) e PAR 21000.052451/2020-54 (FATO 8).", com as informações do art. 1º do presente julgamento, individualmente, às expensas dos Entes Privados apenados, cumulativamente:

Em uma edição de um dos quatro jornais de maior tiragem e circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil), à escolha da empresa, no espaço mínimo de 1/4 (um quarto) de uma página do primeiro caderno, e em fonte idêntica ou maior ao padrão das matérias do veículo. Ou, alternativamente, na página principal do portal da internet desses veículos.

Em edital afixado pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para os Entes apenados, nos próprios estabelecimentos ou nos locais de exercício das atividades, em posição que permita a visibilidade pelo público, em tamanho não inferior a 210 mm de largura e 297 mm de altura, em fonte "Arial" ou similar, tamanho de fonte não inferior a "32" para o título, e "20" para o restante do texto.

Nos sítios eletrônicos dos Entes Privados, acessível mediante link disponibilizado em banner fixo, contendo o título do extrato, exibido por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, na página principal da empresa na internet, em local de fácil visualização e em destaque, antes do início da rolagem da barra lateral do navegador em acesso por computador, com tamanho não inferior a 300 × 250px, ou, na sua ausência, na página de redes sociais vinculada aos Entes Privados, caso possuam.

Art. 3º - Após publicação desta decisão, deve a Coordenação-Geral Técnica-Jurídico Correcional:

a) notificar os Órgãos de Controle, de Fiscalização e de Persecução Penal quanto ao desfecho da presente ação disciplinar, dando ciência do inteiro teor do Relatório Final, dos Pareceres Jurídicos e do Termo de Julgamento, com remessa de demais documentos pertinentes ao caso, ou através de concessão de "acesso externo" do Sistema SEI;

b) acompanhar os eventuais pedidos de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, nos termos do art. 11 do Decreto nº 8.420/15.

c) após o referido prazo, realizar a alimentação do Sistema CGUPJ/SISCOR, com os dados desenvolvidos nos autos do Processo Administrativo em questão, a fim de dar ciência à Corregedoria-Geral da União quanto ao deslinde do feito disciplinar;

d) no caso de não apresentação da referida impugnação, no prazo legal, inserir no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) as sanções ora aplicadas, bem como promover as cobranças administrativas, conforme determina a legislação.

e) certificar o cumprimento ou não das sanções ora imputadas, com os encaminhamentos de praxe.

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO PELO ENTE PRIVADO
IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 64.687.015/0001-52
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento dos Processos Administrativos de Responsabilização
PAR 21000.052423/2020-37 (FATO 1), PAR 21000.052424.2020-81 (FATO 2), PAR 21000.052437.2020-51 (FATO 3), PAR 21000.052439/2020-40 (FATO 4), PAR 21000.052443/2020-16 (FATO 5), PAR 21000.052449/2020-85 (FATO 6), PAR 21000.052450/2020-18 (FATO 7) e PAR 21000.052451/2020-54 (FATO 8).
Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa, R$ 7.211.455,43 (sete milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:
IPANEMA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 64.687.015/0001-52
ante a comprovação de produção e/ou comercialização de produtos veterinários, sem registro válido de licenças, consideradas inautênticas pelo Ministério da Agricultura, após fiscalização do Serviço de Fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo/SP, infringindo o disposto no inciso V, do artigo 5º da Lei n° 12.846, de 2013.

EXTRATO DE DECISÃO A SER PUBLICADO PELO ENTE PRIVADO
LABGARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 09.513.510/0002-18
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DECISÃO CONDENATÓRIA POR ATO LESIVO DA LEI Nº 12.846/2013
Julgamento dos Processos Administrativos de Responsabilização
PAR 21000.052423/2020-37 (FATO 1), PAR 21000.052424.2020-81 (FATO 2), PAR 21000.052437.2020-51 (FATO 3), PAR 21000.052439/2020-40 (FATO 4), PAR 21000.052443/2020-16 (FATO 5), PAR 21000.052449/2020-85 (FATO 6), PAR 21000.052450/2020-18 (FATO 7) e PAR 21000.052451/2020-54 (FATO 8).
Decisão do Corregedor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União, de [...DATA...], [...PÁGINA...], pela aplicação da penalidade de multa de R$ 1.244.849,60 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) e de publicação extraordinária da decisão administrativa em face da pessoa jurídica:
LABGARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. - CNPJ 09.513.510/0002-18
ante a comprovação de produção e/ou comercialização de produtos veterinários, sem registro válido de licenças, consideradas inautênticas pelo Ministério da Agricultura, após fiscalização do Serviço de Fiscalização da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo/SP, infringindo o disposto no inciso V, do artigo 5º da Lei n° 12.846, de 2013.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 578, DE 13 DE MAIO DE 2022

Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Minuta do Regulamento da Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, na forma do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 e na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e o que consta do Processo nº 21000.049313/2021-79, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Minuta do Regulamento da Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, na forma do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

§1º O prazo referido no caput começa a correr a partir da data da publicação desta Portaria, excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento, nos termos da legislação vigente.

§2º A Minuta de Portaria encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas.

Art. 2º As sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio do link:https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do link:https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3° Findo o prazo estabelecido no art. 1° desta Portaria, será efetuada a consolidação, análise e resposta das contribuições.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO

MINUTA

DECRETO Nº XXXXX, DE XX DE XXXXX DE XXXX

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 e na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Regulamentar a Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, disciplinando a classificação, a fiscalização e a inspeção estabelecidas pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 e pelo inciso III do § 1º e inciso IV do art. 27-A, art. 28-A e art. 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na forma do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - alienação: procedimento de doação, venda ou permuta de um produto vegetal, matéria prima, ingrediente, rótulo, embalagem, envoltório ou contentor apreendido ou condenado;

II - amostra: porção representativa de um lote ou volume do qual foi retirada;

III - amostra de classificação: é a coletada para fins de determinar as características intrínsecas e extrínsecas do produto vegetal;

IV - amostra de fiscalização: é a coletada para fins de aferição da qualidade dos serviços prestados e da conformidade do produto vegetal;

V - amostragem: processo de retirada de amostra de um lote ou volume;

VI - apreensão ou condenação do produto: penalidade que retira compulsoriamente a propriedade e implica no perdimento definitivo da embalagem, rótulo, contentor, envoltório, matéria prima, ingrediente ou do produto vegetal que poderá ser alienado, desnaturado, inutilizado ou destruído;

VII - autocontrole: práticas adotadas pelo agente privado objetivando desenvolver, implantar, executar, manter, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de produto vegetal, visando assegurar sua inocuidade, conformidade, rastreabilidade, identidade, qualidade, segurança e sustentabilidade, contendo registros sistematizados e auditáveis;

VIII - boas práticas: condições e procedimentos higiênico-sanitários e operacionais sistematizados, aplicados no autocontrole de todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos produtos vegetal;

IX - cadastro geral de classificação (CGC/MAPA): registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação de produtos vegetais;

X - certificação sanitária para exportação: o procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento certifica que o produto vegetal ou os seus sistemas de controle estão conformes aos requisitos sanitários específicos do país ou países importadores;

XI - certificação voluntária: procedimento de adesão voluntária que tem como objetivo certificar um processo, uma atividade ou um produto vegetal com base em requisitos estabelecidos;

XII - classificação fiscal: procedimento realizado pela autoridade fiscalizadora para aferição da conformidade dos produtos vegetais;

XIII - classificador: pessoa física, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento habilitada para classificar produtos vegetais;

XIV - credenciamento: reconhecimento ou habilitação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de pessoas físicas ou jurídicas, para execução de ações específicas de classificação de produtos vegetais;

XV - desclassificado: produto vegetal impróprio para o uso proposto ou consumo na forma como se apresenta, conforme especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade ou norma específica;

XVI - detentor: pessoa física ou jurídica que no ato da fiscalização está com a posse ou propriedade do produto vegetal;

XVII - documento de classificação: certificado, planilha, romaneio ou outro documento, devidamente reconhecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que comprova a realização da classificação vegetal;

XVIII - entidade credenciada: pessoa física ou jurídica registrada no CGC/MAPA e autorizada a prestar ou executar os serviços inerentes às atividades ou modalidades dos processos de classificação;

XIX - envolvido no processo de classificação de produtos vegetais: o ente, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que por conta própria ou como intermediária, de forma direta ou indireta, incluindo as plataformas ou meios digitais, atua nos processos de acondicionamento, armazenamento, beneficiamento, certificação, classificação, comercialização, consolidação, distribuição, doação, exportação, importação, industrialização, manipulação, preparação, processamento, produção, seleção, supervisão, transformação, transporte, ou controle da qualidade de produtos vegetais e os órgãos ou entidades do poder público que coordenam ou são responsáveis pelo processo de compra, venda ou doação de produtos;

XX - equivalência dos serviços de inspeção: a condição na qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica, aplicadas por diferentes serviços de inspeção nacionais ou internacionais, permitem alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, conformidade, inocuidade, identidade e qualidade dos produtos vegetais, preconizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XXI - fiscalização vegetal: exercício do poder de polícia administrativa com finalidade de verificação do cumprimento da legislação, contemplando ações de controle, normatização, fiscalização, vigilância, inspeção, auditoria, certificação, cadastro, registro, credenciamento e supervisão técnica de competência da União exercidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XXII - identidade: conjunto de parâmetros ou características que permitem identificar ou caracterizar um produto vegetal quanto aos aspectos botânicos, de aparência, natureza, preparo, tipo de processamento ou benefício e modo de apresentação;

XXIII - inspetor: profissional registrado no CGC/MAPA, habilitado nos procedimentos de controle dos produtos a serem certificados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XXIV - lote: quantidade de produto vegetal definida pelo responsável, com a mesma forma de apresentação e homogênea quanto às especificações de identidade e qualidade;

XXV - manual de boas práticas: o documento que descreve as atividades, procedimentos e processos relacionados ao controle das condições higiênico-sanitárias, aos autocontroles, à rastreabilidade, dentre outros fatores, que visam a segurança e a conformidade dos produtos vegetais;

XXVI - mercadoria fiscalizada: é o quantitativo de produto vegetal existente no ato da ação fiscal ou o informado na nota fiscal, no documento de classificação, no controle de estoque ou em outro documento de comercialização;

XXVII - padrão de identidade e qualidade: conjunto de especificações ou requisitos mínimos de identidade e qualidade para produtos ou grupo de produtos vegetais, estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XXVIII - padronização: ato de definir as especificações de identidade e qualidade de produtos vegetais necessárias para a elaboração do padrão oficial de classificação;

XXIX - posto de serviço: unidade devidamente equipada, estruturada e credenciada para a prestação dos serviços de classificação vegetal;

XXX - procedimento simplificado de fiscalização: o conjunto de ações realizadas de forma oral, destinadas a aferir, corrigir e controlar a identidade, a qualidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos vegetais, tendo em vista sua natureza, perecibilidade, o risco associado e sistema de comercialização;

XXXI - produto hortícola: produto oriundo da olericultura, da fruticultura, da silvicultura, da floricultura e da jardinocultura;

XXXII - produto vegetal: o vegetal íntegro ou qualquer de suas partes, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, que se apresenta em seu estado natural; ou o vegetal processado e os produtos de interesse agropecuário e passíveis de exploração econômica que possuam regulamentos específicos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XXXIII - produto vegetal destinado diretamente à alimentação humana: aquele que esteja em condições de ser oferecido ao consumidor final;

XXXIV - profissional habilitado: pessoa física devidamente capacitada e registrado no CGC/MAPA;

XXXV - qualidade: conjunto de parâmetros ou características extrínsecas ou intrínsecas de um produto vegetal, que permitam determinar as suas especificações qualiquantitativas, mediante aspectos relativos à tolerância de defeitos, medida ou teor de fatores essenciais de composição, coadjuvantes de tecnologia, ingredientes, características sensoriais e fatores higiênico-sanitários e tecnológicos;

XXXVI - rastreabilidade: conjunto de procedimentos que permitem detectar a origem e acompanhar a movimentação de um produto vegetal ao longo da cadeia produtiva, mediante elementos informativos e documentais registrados e auditáveis;

XXXVII - recolhimento: ação realizada pela empresa responsável e demais estabelecimentos da cadeia produtiva, de forma voluntária ou por determinação do órgão fiscalizador, que visa à imediata e eficaz retirada do mercado do produto vegetal;

XXXVIII - repasse: procedimento de seleção ou separação dos produtos vegetais que não atendam a determinadas características de conformidade, identidade ou qualidade, objetivando a sua adequação aos requisitos estabelecidos;

XXXIX - resíduo de valor econômico: é o remanescente da utilização de produtos vegetais ou subprodutos e que possuem características de aproveitamento econômico;

XL - risco - possibilidade de ocorrência de evento negativo, que tenha impacto na saúde humana e animal, na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor e econômico;

XLI - subproduto: é o que resulta do processamento, da industrialização ou do beneficiamento econômico de um produto vegetal;

XLII - substâncias nocivas à saúde humana: as substâncias ou os agentes estranhos, de origem biológica, química ou física, que sejam nocivos à saúde, previstas em legislação específica, cujo valor se verifica fora dos limites máximos previstos;

XLIII - supervisão técnica: ato fiscalizador que objetiva verificar as condições físicas, e operacionais, envolvidos no processo de classificação, a qualidade dos serviços prestados por classificadores e pelas entidades credenciadas, bem como a identidade, qualidade, conformidade, e idoneidade de produtos vegetais;

XLIV - suspensão da comercialização do produto: medida cautelar ou sanção, que retira do detentor a posse da embalagem, rótulo, contentor, envoltório, matéria prima, ingrediente ou produto vegetal armazenado, em trânsito, destinado ao processamento ou pronto para ser oferecido ao consumidor final, deixando o mesmo sobre a guarda e responsabilidade do nomeado;

XLV - suspensão do credenciamento ou registro: medida cautelar ou penalidade que suspende temporariamente o registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no processo de classificação; e

XLVI - valor comercial do produto vegetal: é o valor constante na nota fiscal ou outro documento de comercialização, ou, na ausência destes, o valor constante na etiqueta, códigos de barras, anúncios do produto ou mercadoria fiscalizada, ou outro valor de produto de qualidade similar, devidamente registrado nos documentos de fiscalização ou documentos anexados aos autos processuais.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 2º São passíveis de classificação, os produtos vegetais que possuam padrão de identidade e qualidade ou requisitos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Os produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana devem estar obrigatoriamente classificados.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispensar da classificação obrigatória, com base em análise de risco, desde que assegurada a conformidade, identidade e qualidade do produto vegetal, quando:

I - o produto vegetal que estiver regulamentado através de requisitos mínimos;

II - o produto vegetal estiver submetido a programas de autocontrole ou certificação; e

III - o produto vegetal for destinado exclusivamente à venda direta ao consumidor final, efetuado em feiras livres ou balcão do próprio local de elaboração, processamento ou produção.

Art. 4º O produto vegetal somente poderá ser destinado à alimentação humana quando:

I - não representar risco à saúde humana;

II - não esteja desclassificado;

III - não tenha sido adulterado, fraudado ou falsificado; e

IV - atenda às especificações aplicáveis estabelecidas neste Decreto ou em normas complementares.

Art. 5º A classificação dos produtos vegetais deverá cumprir o estabelecido nos padrões de identidade e qualidade e normativos complementares.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá estabelecer a simplificação nos procedimentos de classificação, objetivando atender a situações específicas, relacionadas à natureza, à perecibilidade, aos riscos associados ou ao sistema de comercialização dos produtos ou grupo de produtos vegetais.

Art. 6º Nas operações de compra, venda ou doações pelo Poder Público de produtos vegetais, caberá ao órgão ou instituição que coordena o processo competente adquirir, comercializar ou doar produtos devidamente classificados e acompanhados dos correspondentes documentos comprobatórios da classificação.

§ 1º No caso das compras efetuadas pelo Poder Público, a classificação poderá ser realizada diretamente pelo agente público da Administração contratante, cuja designação deverá recair preferencialmente sobre profissional habilitado.

§ 2º A classificação efetuada de acordo com o § 1º terá caráter simplificado e será realizada pela verificação da conformidade, identidade e da qualidade do produto vegetal em face das especificações contratuais, nos termos do inciso II do caput do art. 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º Ficam dispensadas da classificação obrigatória as compras de pequenas quantidades de produtos vegetais realizadas pelo Poder Público, com dispensa de processo licitatório, de pequenos e médios produtores rurais, como as operações a que se referem o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e o § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 7º A classificação dos produtos vegetais na importação, prevista no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.972, de 2000, como exercício regular do poder de polícia, será executada diretamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e consiste na aferição da conformidade do produto para fins da autorização de ingresso em território nacional sob as diretrizes das políticas de defesas agropecuária nacional.

§ 1º A classificação nos portos, aeroportos, terminais alfandegários, demais postos de fronteira e estações aduaneiras constitui-se em ação fiscal ou de auditoria e poderá ser implementada com base em análise de risco.

§ 2º Os procedimentos para anuência no processo de importação serão realizados pela autoridade fiscalizadora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme disposto em regulamento técnico.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá solicitar a qualquer tempo a classificação ou análise laboratorial, a ser realizada por credenciada, às expensas do interessado.

§ 4º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá implementar auditorias em estabelecimentos, laboratórios ou sistemas de inspeção de outros países que exportem ou se propuserem a exportar produtos vegetais para o Brasil, conforme disposto em regulamento técnico.

Art. 8º Fica sujeito à nova classificação o produto vegetal que por qualquer motivo perder a característica de apresentação ou rotulagem original, alterar as especificações de identidade e qualidade que constavam no documento de classificação original ou for misturado ou mesclado para formação, consolidação, aumento ou composição de novo lote.

Art. 9º A classificação será documentada de forma a comprovar a sua realização, por meio de certificado, de planilha, de romaneio ou outro documento, que venha a atender às necessidades de comprovação eficaz do ato.

Parágrafo único. Os requisitos e os critérios para utilização do documento de classificação, bem como as informações mínimas obrigatórias que devem nele constar, serão definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 10. É obrigatória a indicação do lote e das especificações de identidade e qualidade dos produtos vegetais, no documento fiscal, nos rótulos, embalagens ou marcações, observando o disposto nos padrões de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros normativos específicos.

Parágrafo único. A indicação constante do caput deste artigo deverá representar a identidade e a qualidade do produto.

Art. 11. O responsável pelo produto vegetal deverá manter em arquivo e à disposição das autoridades fiscalizadoras os documentos comprobatórios da classificação obrigatória, por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Na impossibilidade de comprovação da classificação obrigatória ou sendo desconhecida a procedência ou não sendo possível responsabilizar o fornecedor ou o importador, o detentor do produto responderá isolada ou solidariamente.

Art. 12. Nos casos em que o interessado discordar do resultado da classificação dos produtos vegetais, desde que as características do produto permitam, poderá ser realizada nova classificação por meio de arbitragem.

Parágrafo único. A metodologia, os critérios, procedimentos e prazos para execução da arbitragem prevista no caput deste artigo, inclusive dos produtos perecíveis, serão regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 13. Todo classificador deverá ser habilitado em curso específico, devidamente homologado e supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO III

DO PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE

Art. 14. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá atos normativos por produto ou grupo de produtos vegetais, definindo seu padrão de identidade e qualidade, podendo ser revisto a qualquer tempo.

§ 1º Os padrões poderão dispor, quando couber, de padrões físicos, referencial fotográfico, brochuras, bem como de soluções metodológicas associadas a aplicações automatizadas.

§ 2º Na elaboração ou revisão dos padrões, será facultada a participação consultiva dos segmentos interessados.

§ 3º Em situações excepcionais o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá alterar temporária ou definitivamente um ou mais itens do padrão.

Art. 15. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá estabelecer atos normativos definindo requisitos mínimos de identidade e qualidade de produtos vegetais ou grupo de produtos vegetais, objetivando atender situações específicas relacionadas à natureza, à perecibilidade, aos riscos associados ou ao sistema de comercialização.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no caput não requer a formalização da classificação obrigatória realizada por classificador habilitado e a emissão de documento de classificação.

Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentará os critérios e procedimentos técnicos para elaboração, aplicação, monitoramento e revisão dos padrões de identidade e qualidade.

CAPÍTULO IV

DA AMOSTRA E DA AMOSTRAGEM

Art. 17. Os procedimentos de amostragem serão estabelecidos de acordo com a finalidade, sendo realizada para atendimento à classificação, à classificação fiscal, à auditoria ou ao monitoramento.

Parágrafo único. A metodologia, os critérios e os procedimentos necessários à amostragem, confecção, guarda, conservação e identificação das amostras serão fixados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 18. Na classificação dos produtos vegetais, a amostra deverá ser representativa do lote ou volume do qual se originou.

§ 1º Caberá ao produtor, proprietário, possuidor, detentor ou transportador, arcar com a identificação e com a movimentação do produto vegetal, independentemente da forma em que se encontrem, propiciando as condições necessárias à sua adequada amostragem.

§ 2º As amostras coletadas, que servirão de base à realização da classificação, deverão conter os dados necessários à identificação do interessado ou solicitante e do produto vegetal.

Art. 19. Na classificação de produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana, a amostragem e a confecção das amostras serão de responsabilidade da entidade credenciada ou do interessado, devendo ser observados os mesmos critérios e procedimentos de amostragem fixados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 20. Nas operações de compra e venda ou doação pelo Poder Público, a amostragem e a confecção das amostras para a classificação serão realizadas por entidade credenciada.

Art. 21. Na classificação de produtos vegetais importados, a amostragem e a confecção das amostras, quando couber, serão realizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou sob a sua supervisão e às expensas do importador.

Art. 22. Na classificação fiscal, a amostragem dos produtos vegetais será realizada observando-se as suas especificidades.

Parágrafo único. Na classificação fiscal as vias de amostras poderão ser constituídas pelo produto vegetal em sua embalagem original.

Art. 23. Na classificação fiscal dos produtos vegetais destinados diretamente à alimentação humana, o lote a ser amostrado será considerado homogêneo quanto às especificações de identidade e qualidade.

Parágrafo único. Compete ao embalador ou responsável pelo produto garantir a homogeneidade do lote.

Art. 24. Na classificação de produtos vegetais importados e na classificação fiscal, o detentor da mercadoria fiscalizada, seu representante legal, seu transportador ou seu armazenador deve propiciar as condições necessárias aos trabalhos de amostragem e confecção das amostras exigidas.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo caracteriza infração, por dificultar, causar embaraço ou promover resistência à ação fiscalizadora, sujeitando quem der causa às penas previstas neste Decreto.

CAPÍTULO V

DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 25. Os envolvidos no processo de classificação de produtos vegetais são obrigados a cumprir as disposições constantes na Lei nº 9.972, de 2000, Lei nº 8.171, de 1991, neste decreto e demais atos normativos complementares, incluindo os procedimentos de autocontrole, de boas práticas, de certificação, de rastreabilidade, de recolhimento e de sustentabilidade, objetivando garantir a segurança higiênico sanitária e tecnológica, a inocuidade, a identidade, a qualidade e a conformidade dos produtos vegetais.

Parágrafo único. A realização de controles oficiais nos termos deste Regulamento não exime os envolvidos no processo de classificação, da responsabilidade legal e principal de garantir, a identidade, a qualidade, a conformidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos vegetais, nem impede a realização de novos controles ou isenta da responsabilidade civil ou penal decorrente do descumprimento de suas obrigações.

Art. 26. Os estabelecimentos envolvidos no processo de classificação devem possuir responsável técnico na condução dos trabalhos de natureza higiênico-sanitária e tecnológica, cuja formação profissional deverá atender ao disposto em legislação específica.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá ser comunicado sobre eventuais substituições dos profissionais de que trata o caput.

Art. 27. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a amplitude, os requisitos, os critérios, e os demais procedimentos, para os estabelecimentos ou atividades que deverão ter Responsável Técnico, ou mesmo a sua dispensa para determinadas atividades ou habilitações.

Seção I

Dos Autocontroles

Art. 28. Os programas de autocontrole deverão conter:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a produção do produto vegetal e recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos, até a expedição do produto final;

II - registros sistematizados e auditáveis do processo de rastreabilidade;

III - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto vegetal que possam causar riscos à segurança do consumidor; e

IV - descrição dos procedimentos de autocorreção.

Art. 29. A implementação dos programas de autocontrole poderá ser certificada por entidade de terceira parte.

Seção II

Das Boas Práticas

Art. 30. Os envolvidos no processo de classificação devem observar os requisitos gerais sobre as condições higiênico-sanitárias, tecnológicas e de boas práticas estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Os requisitos estabelecidos não excetuam o cumprimento de outros regulamentos específicos.

Seção III

Da Rastreabilidade

Art. 31. A rastreabilidade deve ser assegurada pelos envolvidos no processo de classificação em todas as etapas sob sua responsabilidade, conforme requisitos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 32. O responsável pelo produto vegetal deverá manter em arquivo e à disposição das autoridades fiscalizadoras, as informações e os registros que permitam a rastreabilidade do lote, por um período mínimo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Na impossibilidade de acesso ou na ausência das informações e registros que permitam a rastreabilidade do lote, o detentor do produto responderá isolada ou solidariamente.

Seção IV

Do Recolhimento

Art. 33. O responsável pelo produto, o importador ou o detentor deve providenciar, sob suas expensas, o recolhimento dos lotes que se encontrem com deficiências ou não conformidades, representem risco à saúde pública ou que tenham sido adulterados ou falsificados, quando identificados pela fiscalização ou pelos autocontroles.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos para o recolhimento dos lotes de que trata o caput do artigo, serão estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 34. O recolhimento de produtos vegetais poderá ser realizado de maneira antecedente ou incidente ao procedimento fiscal.

Parágrafo único. O recolhimento previsto no caput do artigo, poderá ser realizado em ação conjunta com outros órgãos de fiscalização federal, estadual ou municipal.

Art. 35. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá divulgar alerta de risco ao consumidor sobre as informações referentes ao recolhimento.

CAPÍTULO VI

DO CREDENCIAMENTO

Art. 36. O credenciamento definido neste decreto deve:

I - ser por Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou posto de serviço;

II - habilitar por atividade e produto vegetal; e

III - gerar um número de registro no CGC/MAPA que terá validade em todo o território nacional.

§ 1º Todos os credenciados deverão dispor de estrutura física, de instalações, de equipamentos ou de profissionais habilitados para as atividades que se propõem realizar.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá credenciar pessoas físicas ou jurídicas que utilizam seu fluxo operacional para o controle de qualidade de seus produtos.

Art. 37. Os critérios e procedimentos para o credenciamento das pessoas físicas e jurídicas serão estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 38. Não serão permitidas a prestação ou execução dos serviços inerentes às atividades dos processos de classificação por pessoas físicas ou jurídicas não-credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO VII

DO REGISTRO NO CADASTRO GERAL DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 39. As pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação de produtos vegetais devem obrigatoriamente se registrar no CGC/MAPA.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a amplitude, os requisitos, os critérios, os prazos e os demais procedimentos, para fins de registro no CGC/MAPA, ou mesmo a sua isenção parcial ou total.

CAPÍTULO VIII

DA CERTIFICAÇÃO

Art. 40. Constituem-se também em ações de fiscalização as supervisões técnicas necessárias à verificação de conformidade levadas a efeito nos estabelecimentos públicos ou privados, nos produtos vegetais, serviços e processos, abrangidos por este Decreto, que venham a optar por certificação voluntária ou requerer certificação sanitária para exportação.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas envolvidas nos programas de certificação são obrigadas a cumprir as correspondentes regras específicas e as demais disposições constantes neste decreto e normas complementares.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá os campos de aplicação, os requisitos, os critérios, os procedimentos e as formas de certificação.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá instituir o uso sinal de conformidade para o reconhecimento da certificação.

CAPÍTULO IX

DO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Art. 41. Como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é constituído o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV), com o objetivo de assegurar a identidade, a qualidade, a conformidade, a idoneidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos vegetais, por meio de ações de inspeção, fiscalização, auditoria, certificação e classificação de produtos, sistemas ou cadeia produtiva, conforme o caso.

Parágrafo único. As ações previstas no caput abrangem todos os produtos vegetais produzidos em território nacional, destinados ou não às exportações e os importados.

Art. 42. A verificação da identidade, da qualidade, da conformidade, da idoneidade e da segurança higiênico-sanitária, tecnológica e industrial dos produtos vegetais, é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou consórcios públicos de Municípios, em sistema de equivalência dos serviços de inspeção, dentro do SISBI-POV.

Art. 43. É competência privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as ações de controle oficial na importação e exportação de produto vegetal e a operacionalização das atividades de certificação e autocontrole.

Art. 44. A fiscalização do comércio e da rastreabilidade e as ações relacionadas ao Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em produto vegetal (PNCRC/Vegetal), serão exercidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios ou por consórcios públicos de Municípios, no âmbito do SISBI-POV.

§ 1º As atividades de que trata o caput poderão ser exercidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, quando solicitado pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios ou por consórcios públicos de Municípios.

§ 2º É facultada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercer as atividades de que trata o caput quando julgar necessário.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá regulamentar a delegação de outras atividades não previstas no caput deste artigo.

§ 4º O exercício das atividades de que trata o caput constitui impedimento para o credenciamento do mesmo órgão ou ente público como prestador de serviços de classificação vegetal.

Art. 45. Para integrar o SISBI-POV, os Estados e os Municípios ou consórcios públicos de Municípios ficam obrigados a seguir a legislação federal.

Art. 46. Os requisitos e ações necessárias à operacionalização do SISBI-POV serão implementados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que deverá definir:

I - os critérios e procedimentos para reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção e para a adesão dos Municípios, consórcios públicos de Municípios, Estados e Distrito Federal ao SISBI-POV;

II - as diretrizes e amplitude de ação dos Municípios, consórcios públicos de Municípios, Estados e Distrito Federal, quando não aderirem ao SISBI-POV; e

III - os limites da atuação dos Municípios, dos consórcios públicos de Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, sempre observados princípios que assegurem a identidade, a qualidade, a conformidade, a idoneidade, a segurança higiênico sanitária e tecnológica, as boas práticas e a rastreabilidade dos produtos vegetais, por meio das ações de supervisão técnica, certificação, fiscalização e classificação de produtos, sistemas ou cadeia produtiva, conforme o caso.

Art. 47. Os serviços públicos de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos consórcios públicos de Municípios serão auditados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o dos Municípios serão auditados pelos Estados aderidos ou pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 48. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão medidas necessárias para garantir que inspeções e fiscalizações dos produtos vegetais sejam efetuadas de maneira uniforme, harmônica e equivalente.

Art. 49. O SISBI-POV funcionará de forma integrada, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado interno ou a sua destinação para a exportação.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E AUDITORIA

Art. 50. Os procedimentos de fiscalização utilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão estabelecidos considerando o risco à segurança e à conformidade, bem como a natureza, perecibilidade, sistema de comercialização e as demais especificidades das cadeias dos produtos vegetais.

Art. 51. Os procedimentos de fiscalização serão efetuados em qualquer fase da cadeia produtiva, sem aviso prévio, exceto em casos específicos em que seja obrigatória a notificação prévia.

Art. 52. Nas ações de fiscalização vegetal o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá utilizar imagens, áudios, vídeos e outros meios tecnológicos para fins de comprovação de fatos.

Parágrafo único. É permitido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fazer imagens, áudios e vídeos de produtos vegetais, instalações, equipamentos, pessoas envolvidas, objeto ou causa da irregularidade.

Art. 53. Havendo recusa em receber ou assinar qualquer documento emitido pelo órgão fiscalizador, o fato será registrado, não impedindo a sequência do rito processual.

Seção I

Dos Objetivos

Art. 54. A fiscalização será executada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o objetivo de aferir e controlar:

I - o registro no CGC/MAPA;

II - os serviços executados ou prestados pelas credenciadas, no que se refere a requisitos técnicos de instalações, equipamentos, habilitação profissional, sistemas de controle de processos, certificação e à qualidade dos serviços e produtos vegetais;

III - a identidade e a qualidade dos produtos vegetais no mercado interno, e a dos importados, em conformidade com os padrões identidade e qualidade de classificação estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - a certificação, a inocuidade, conformidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos vegetais, matérias primas e ingredientes em atendimento aos dispositivos legais pertinentes;

V - a certificação, a conformidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos vegetais exportados, em atendimento à legislação específica;

VI - os autocontroles, as boas práticas, a rastreabilidade e o recolhimento;

VII - os cursos e treinamentos para capacitação e qualificação de classificadores e inspetores;

VIII - os quantitativos classificados em relação aos comercializados;

IX - as atividades desenvolvidas pelos responsáveis técnicos nos estabelecimentos; e

X - o cumprimento das legislações complementares a este decreto.

Seção II

Dos Documentos de Fiscalização

Art. 55. São documentos de fiscalização, para efeito deste Decreto, os seguintes:

I - termo de fiscalização;

II - termo de fiscalização de entidade credenciada;

III - intimação;

IV - termo de coleta de amostras;

V - termo de suspensão da comercialização ;

VI - termo de suspensão do credenciamento ou do registro;

VII - lista de verificação;

VIII - auto de infração;

IX - termo aditivo;

X - termo de liberação;

XI - julgamento;

XII - termo de notificação; e

XIII - termo de execução de julgamento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá os modelos dos documentos de fiscalização previstos no artigo.

Art. 56. O termo de fiscalização é o documento que formaliza o ato fiscalizador previsto neste decreto e em legislação complementar, com o objetivo de descrever as ocorrências, atividades desenvolvidas e os demais documentos lavrados.

Art. 57. O termo de fiscalização de entidade credenciada é o documento que formaliza o ato fiscalizador na credenciada, descrevendo as ocorrências, as atividades desenvolvidas e os documentos lavrados.

Art. 58. A intimação é o instrumento hábil para determinar a adoção de providências corretivas ou a apresentação de documentos ou informações, bem como estabelecer prazos para atendimento.

Parágrafo único. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por até igual período.

Art. 59. O termo de coleta de amostras é o documento que formaliza a amostragem realizada pelo órgão fiscalizador.

Art. 60. O termo de suspensão da comercialização é o documento que formaliza a medida cautelar de interrupção temporária do uso, movimentação ou da comercialização do produto vegetal fiscalizado, de maneira antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 61. O termo de suspensão do credenciamento ou do registro é o documento que formaliza a medida cautelar de interrupção temporária, total ou parcial, da prestação de serviços pela entidade credenciada, do registro do classificador, do registro ou do funcionamento do estabelecimento, de maneira antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 62. A lista de verificação é o documento destinado a avaliar as condições do estabelecimento, atividade, serviço, produto ou processo.

Art. 63. O auto de infração é o documento hábil para autuar pessoa física ou jurídica, quando constatada a violação de regras constantes neste Decreto e demais atos normativos pertinentes.

Art. 64. O termo aditivo é o documento destinado a corrigir eventuais impropriedades na emissão dos documentos de fiscalização ou, quando for o caso, incluir informações neles omitidas e somente poderá ser lavrado em momento anterior ao recebimento da defesa.

Art. 65. O termo de liberação é o documento que cessa os efeitos legais dos termos de suspensão da comercialização do produto e do credenciamento.

Art. 66. O julgamento é o documento que formaliza a decisão administrativa.

Art. 67. O termo de notificação é o documento hábil para cientificar o infrator do julgamento proferido em qualquer instância administrativa.

Art. 68. O termo de execução de julgamento é o documento hábil para configurar e registrar os atos de execução da decisão administrativa.

Seção III

Do Exercício da Fiscalização

Art. 69. A fiscalização Vegetal será exercida no âmbito da competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por Auditor Fiscal Federal Agropecuário, podendo ser auxiliado por servidores devidamente autorizados e identificados funcionalmente.

Art. 70. Na execução das atividades fiscalizadoras, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá utilizar-se de apoio técnico, operacional e laboratorial das empresas credenciadas.

Seção IV

Dos Fiscalizados

Art. 71. Estão sujeitos à fiscalização prevista neste Decreto:

I - as pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado que, por conta própria ou como intermediárias, estejam envolvidas no processo de classificação;

II - os órgãos do Poder Público responsáveis por operações de compra, venda ou doação de produtos vegetais;

III - o importador e o exportador de produtos vegetais;

IV - o responsável técnico pelo estabelecimento; e

V - o depositário nomeado para guarda de mercadoria fiscalizada.

§ 1º Os fiscalizados relacionados neste artigo são obrigados a disponibilizar informações, apresentar ou entregar documentos nos prazos fixados, realizar o recolhimento de lotes de produtos que representem risco à saúde pública ou aos interesses do consumidor, bem como permitir a ação dos fiscais, quando no exercício de suas funções e mediante identificação.

§ 2º A fiscalização será realizada em estabelecimentos, propriedades rurais, depósitos, armazéns, ferrovias, rodovias, terminais rodoviários e ferroviários, aeroportos, portos, bordos de navios atracados ou não, trens e caminhões, alfândegas ou outros locais que possam ser objeto das ações de fiscalização, existir produtos, equipamentos, documentos ou arquivos digitais, sendo permitido o livre e imediato acesso à autoridade fiscalizadora, sem necessidade de autorização judicial, ou a requisição de auxílio policial, quando necessário.

§ 3º O depositário deverá zelar pela guarda e conservação do bem e informar, imediatamente, ao órgão fiscalizador se houver risco iminente de o produto vegetal sob sua guarda tornar-se impróprio para o uso proposto ou consumo.

Seção V

Da Aferição da Conformidade dos Produtos

Art. 72. A aferição da identidade e da qualidade dos produtos vegetais será realizada mediante a classificação fiscal, procedimento simplificado de fiscalização e fiscalização de produtos importados.

Art. 73. A classificação fiscal inclui as etapas de coleta de amostra, análise e emissão do correspondente resultado.

§ 1º A classificação fiscal poderá ser realizada mediante análise total ou parcial dos parâmetros de identidade e qualidade dos produtos vegetais.

§ 2º Os resultados das análises dos produtos serão formalizados por meio de documento emitido pelo órgão fiscalizador ou por entidade habilitada para a prestação de serviços de apoio operacional ou laboratorial.

§ 3º O resultado da classificação fiscal embasará os procedimentos administrativos cabíveis e será comunicado ao interessado pelo órgão fiscalizador.

Art. 74. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá estabelecer procedimento simplificado de fiscalização, para a verificação da conformidade do produto vegetal por meio da oralidade.

§ 1º O procedimento de que trata o caput deste artigo não requer classificador habilitado e a emissão de documento de resultado de análise.

§ 2º Constatada qualquer não conformidade o detentor do produto é obrigado a cumprir as exigências determinadas pelo agente fiscalizador.

§ 3º Ocorrendo a recusa ou na impossibilidade de adequação, a autoridade fiscalizadora poderá determinar a destinação do produto no ato da ação fiscal, antecedente de processo administrativo, cabendo ao detentor arcar com os correspondentes custos e providências para sua execução.

§ 4º O registro do procedimento poderá ser realizado por escrito, imagem, áudio, vídeo ou outros meios tecnológicos.

Art. 75. A fiscalização de produtos vegetais importados como exercício regular de poder de polícia, consiste na aferição de sua conformidade, verificação documental e procedimentos, que serão regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º A fiscalização dos produtos importados será realizada nos portos, aeroportos, terminais alfandegados, demais postos de fronteira e estações aduaneiras e constitui-se em ação fiscal ou de auditoria e poderá ser implementada com base em análise de risco.

§ 2º Na constatação de irregularidade ou indícios de não conformidade em operação de importação, o exportador e o importador de produtos vegetais poderão ser submetidos a procedimento especial de auditoria e investigação.

§ 3º A autoridade fiscalizadora em exercício no local de desembaraço, poderá determinar a devolução ou destruição do produto vegetal sob importação, que não teve a sua internalização autorizada, por não atendimento às exigências legais.

§ 4º A autorização de ingresso em território nacional não exime o responsável pelo produto, quando de sua comercialização no mercado interno, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em legislação específica vigente.

§ 5º A taxa oriunda da fiscalização na importação se aplica à pessoa física ou jurídica a quem o serviço seja prestado ou posto à disposição, ou ao paciente do poder de polícia.

Seção VI

Do Quantitativo Classificado em Relação ao Comercializado

Art. 76. A verificação do cumprimento da classificação obrigatória será realizada mediante a fiscalização quantitativa, cujos procedimentos, se necessários, serão definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO XI

DAS MEDIDAS CAUTELARES, SANÇÕES, INFRAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Seção I

Das Medidas Cautelares

Art. 77. Na execução dos procedimentos de fiscalização, inspeção e auditoria, poderão ser adotadas como medidas cautelares:

I - a suspensão da comercialização do produto na forma estabelecida neste decreto;

II - a suspensão do credenciamento ou do registro no CGC/MAPA na forma estabelecida neste decreto;

III - a suspensão do funcionamento, total ou parcial, do ente envolvido no processo de classificação de produtos vegetais, que não disponha de registro no CGC/MAPA; e

IV - o recolhimento do produto vegetal do mercado de consumo pelo responsável.

§ 1º Na aplicação das medidas cautelares será nomeado um responsável pela sua manutenção, podendo ser pessoa física ou jurídica, que fica obrigado a assumir o encargo pertinente.

§ 2º As medidas cautelares previstas no caput deste artigo poderão ser aplicadas de maneira antecedente ou incidente de procedimento administrativo, mesmo a partir do julgamento em primeira instância, de forma cumulativa ou não.

§ 3º A aplicação da medida cautelar será formalizada pelo correspondente termo, no qual devem estabelecer as exigências e o prazo para o seu cumprimento.

§ 4º A medida cautelar será mantida enquanto se fizer necessária, podendo ser prorrogada ou revogada pela autoridade competente para sua aplicação, que deverá justificar sua decisão.

§ 5º A autoridade fiscalizadora poderá fazer uso de lacres ou de outros meios para garantir a eficácia das medidas cautelares.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá definir os procedimentos acautelatórios aplicáveis aos produtos hortícolas ou outros perecíveis.

§ 7º A suspensão da comercialização ou uso do produto poderá ser aplicada cumulativamente com a suspensão do funcionamento, do credenciamento ou do registro.

Art. 78. A comercialização ou o uso do produto vegetal, matéria prima, ingrediente, embalagem, rótulo, contentor ou envoltório poderá ser suspensa quando:

I - existirem indícios de que o produto não corresponda às especificações relativas à classificação contidas na embalagem, no rótulo ou na marcação;

II - apresentar mal conservado, com indícios de contaminação, com embalagem danificada, estocado ou exposto de forma inadequada;

III - não atender aos requisitos de conformidade, rastreabilidade e segurança;

IV - ocorrer a constatação de insetos vivos;

V - for constatado embalagem, envoltório ou contentor com marcação em desacordo com as normas oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou contendo qualquer outro vício que possa caracterizar fraude, dolo ou má-fé;

VI - houver indício ou suspeita de irregularidade, com potencial risco à saúde ou prejuízo ao consumidor;

VII - for de procedência desconhecida ou o responsável pelo produto não puder ser identificado e localizado pelo órgão fiscalizador;

VIII - não estiver classificado na forma da legislação;

IX - o responsável pelo produto não dispor de registro no CGC/MAPA ou mantê-lo desatualizado;

X - os resultados analíticos e de monitoramento não atenderem aos parâmetros estabelecidos pelos programas de controle de qualidade e de segurança dos produtos vegetais;

XI - houver indícios de falsificação de documentos ou de prestação de informações insuficientes ou enganosas;

XII - a autoridade fiscalizadora entender que a medida se faz necessária, para impedir a continuidade da irregularidade; e

XIII - o fiscalizado dificultar, causar embaraço, promover resistência à ação fiscalizadora, ocultar a mercadoria a ser fiscalizada, prestar informações incorretas ou insuficientes.

§ 1º Facultado ao órgão fiscalizador coletar amostra e realizar análise fiscal nos produtos com a comercialização suspensa.

§ 2o Na suspensão da comercialização do produto, prevista no inciso IV deste artigo, o órgão fiscalizador não coletará amostra e determinará ao detentor ou ao proprietário do produto o imediato controle dos insetos vivos.

Art. 79. O credenciamento ou o registro no CGC/MAPA poderá ser suspenso, total ou parcialmente, quando:

I - for constatado dados cadastrais desatualizados ou incompletos;

II - a atividade, a habilitação ou o nível registro for incompatível com o disposto em normas específicas;

III - os elementos informativos e documentais disponíveis não possibilitarem a rastreabilidade das matérias primas e produtos;

IV - não forem cumpridas as exigências estipuladas pelo órgão fiscalizador;

V - for constatado que o estabelecimento não dispõe de condições tecnológicas ou higiênico sanitárias adequadas;

VI - a autoridade fiscalizadora entender que a medida se faz necessária, para impedir a continuidade da irregularidade ou da infração;

VII - os resultados analíticos e de monitoramento não atenderem aos parâmetros estabelecidos pelos programas de controle de qualidade e de segurança dos produtos vegetais;

VIII - o resultado da fiscalização, inspeção ou auditoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não atenderem aos requisitos estabelecidos pelos programas de controle de qualidade, de certificação, de conformidade e de segurança dos produtos vegetais e de acordos internacionais de que o Brasil seja signatário;

IX - for constatado o não cumprimento das obrigações estabelecidas em regulamentos específicos;

X - causar embaraço, dificultar, promover resistência à ação fiscalizadora, ocultar a mercadoria a ser fiscalizada, prestar informações incorretas ou insuficientes, visando encobrir a irregularidade ou a infração;

XI - praticar agressão física ou verbal, ameaçar, ainda que de forma velada ou causar qualquer constrangimento ao agente fiscalizador; e

XII - for constatada irregularidade que coloque em risco o funcionamento, a execução ou a prestação de serviço, objeto da certificação, credenciamento ou registro.

Seção II

Das Sanções

Art. 80. A infringência às disposições deste Decreto e demais disposições legais pertinentes, sujeita os envolvidos no processo de classificação às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais);

III - suspensão da comercialização do produto;

IV - apreensão ou condenação do produto;

V - interdição do estabelecimento;

VI - suspensão do credenciamento ou do registro; e

VII - cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

Parágrafo único. O recolhimento do produto previsto neste decreto poderá ser determinado pela autoridade julgadora.

Art. 81. As sanções previstas nesta seção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Art. 82. Dar-se-á a reincidência quando o infrator já tenha sido condenado em decisão anterior irrecorrível há menos de cinco anos, contados da data de assinatura do julgamento, da última decisão administrativa.

Parágrafo único. Nas infrações em que esteja prevista a sanção de advertência ao infrator primário, a Autoridade Julgadora poderá decidir pela sanção de multa quando o infrator obtiver vantagem ou a infração praticada causar danos, prejuízos ou representar riscos à saúde pública ou finalidade do produto objeto da fiscalização.

Art. 83. Nos casos de multas estabelecidas por faixas, a fixação do valor a ser aplicado será definido em função da gravidade do fato, do histórico do infrator ou do risco ao consumidor.

Seção III

Das Infrações

Art. 84. É proibido e constitui infração praticar de forma isolada ou cumulativamente, o disposto nesta seção.

Art. 85. Deixar de se registrar no CGC/MAPA:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto; e

d) interdição do estabelecimento.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada quando o produto estiver sob medida cautelar de suspensão da comercialização.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 86. Deixar de manter os dados cadastrais atualizados ou de realizar as comunicações obrigatórias nos prazos estabelecidos, junto ao CGC/MAPA:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência será ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e será aplicada no caso de reincidência.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 87. Executar ou permitir a execução da classificação vegetal por pessoa física que não possua habilitação legal ou que esteja com o registro no CGC/MAPA vencido:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e poderá ser aplicada aos infratores primários ou reincidentes.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 88. Executar a amostragem ou confeccionar a amostra em desconformidade com as disposições deste Decreto e demais atos normativos referentes à classificação vegetal:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e será aplicada no caso de reincidência.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 89. Deixar de manter as amostras de arquivo ou mantê-las sem a devida conservação e identificação:

I - sanção:

a) advertência; e

b) multa.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e será aplicada no caso de reincidência.

Art. 90. Não promover o controle interno de qualidade dos serviços prestados ou executados:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será aplicada no caso de reincidência.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 91. Prestar serviço de classificação vegetal ou classificar por fluxo operacional, em situação inadequada quanto às instalações, materiais e equipamentos ou em desconformidade com a legislação aplicável:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e será aplicada no caso de reincidência.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 92. Executar serviço de classificação fora do posto de serviço credenciado:

I - sanção:

a) multa;

b) interdição do estabelecimento; e

c) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 93. Deixar de encaminhar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o relatório dos serviços prestados ou executados e outros documentos exigidos pela autoridade fiscalizadora:

I - sanção:

a) advertência; e

b) multa.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e será aplicada no caso de reincidência.

Art. 94. Prestar serviço de classificação vegetal ou classificar por fluxo operacional, de forma incorreta, inadequada ou insegura, apresentar discrepâncias ou executá-lo em tempo e técnicas incompatíveis com as metodologias estabelecidas:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 95. Deixar a entidade credenciada de informar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a constatação ou ocorrência de produto desclassificado:

I - sanção:

a) multa;

b) interdição do estabelecimento; e

c) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 96. Deixar de incluir na marcação, rotulagem, embalagem, contentor, envoltório ou na documentação fiscal que acompanha o produto, as informações obrigatórias exigidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa; e

c) apreensão ou condenação do produto.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e será aplicada no caso de reincidência.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 97. Comercializar, expor à venda, destinar para processamento ou consumo produtos com presença de insetos vivos, em qualquer estágio de desenvolvimento:

I - sanção:

a) multa; e

b) apreensão ou condenação do produto.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 98. Deixar de realizar a classificação obrigatória do produto vegetal:

I - sanção:

a) multa; e

b) apreensão ou condenação do produto.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescida de vinte por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 99. Utilizar, possuir ou manter em estoque rótulo, embalagem, envoltório ou contentor, cuja marcação ou especificações esteja em desconformidade com o previsto neste decreto e legislação complementar:

I - sanção:

a) multa; e

b) apreensão ou condenação do produto.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 100. Deixar de cumprir as obrigações, quando nomeado depositário do produto pelo órgão fiscalizador:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 101. Negar-se a assumir o encargo de depositário quando determinado pelo órgão fiscalizador:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 102. Deixar o depositário de informar, por escrito, ao órgão fiscalizador, sobre o risco iminente de a mercadoria fiscalizada, sob sua guarda, tornar-se imprópria para consumo:

I - sanção:

a) multa.

Parágrafo único. A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 103. Movimentar, remover, modificar, desviar, subtrair, substituir, extraviar ou comercializar, no todo ou em parte, produto sob a guarda de depositário:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 104. Comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produtos vegetais desclassificados:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa obedecerá a seguinte gradação:

I - R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e será aplicada ao infrator primário; e

II - R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de duzentos por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 105. Comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produto vegetal com presença de resíduos, contaminantes ou outras substâncias nocivas à saúde humana, em limites superiores ao máximo permitido ou não autorizada, estabelecidos em legislação específica:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa obedecerá a seguinte gradação:

I - de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e será aplicada ao infrator primário; e

II - de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 106. Comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produtos vegetais em desacordo com as disposições deste decreto e demais atos normativos referentes à classificação vegetal:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescido de dez por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 107. Deixar de realizar o recolhimento de forma voluntária ou por determinação do órgão fiscalizador:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada para infratores primários ou reincidentes.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 108. Apresentar divergência entre a marcação das especificações de identidade e qualidade do produto vegetal, e os resultados apurados na classificação fiscal:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de vinte por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 109. Acondicionar, embalar, armazenar, transportar, comercializar ou expor à venda produtos vegetais em condições que não assegurem os aspectos higiênico sanitários e tecnológicos adequados ou a conformidade das suas especificações de identidade e qualidade:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de vinte por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 110. Deixar de assegurar a rastreabilidade de produto vegetal:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) acrescida de vinte por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 111. Manter em funcionamento estabelecimento que esteja em desacordo com as disposições deste Decreto e demais atos normativos:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 112. Não arcar com o ônus e providências decorrentes da execução das sanções previstas neste decreto:

I - sanção:

a) multa;

b) interdição do estabelecimento; e

c) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 2º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 113. Não possuir Responsável Técnico ou não comunicar sua substituição ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 2.000,00 (dois mil reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 114. O responsável técnico que agir em desacordo com o disposto na legislação, não elaborar ou implementar o manual de qualidade ou de boas práticas, ou deixar de realizar o controle de qualidade resultando em condições que não assegurem a conformidade, inocuidade e os aspectos higiênico sanitários e tecnológicos adequados:

I - sanção:

a) multa.

Parágrafo único. A sanção de multa será no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 115. Comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produtos vegetais fora do prazo de validade para consumo:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), acrescido de dez por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 116. Deixar de cumprir as disposições deste decreto e demais atos normativos no âmbito do comércio internacional de produtos vegetais:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente e obedecerá o disposto a seguir:

I - quando se tratar de não conformidade relacionada a produto vegetal, a multa será no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de vinte por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais); e

II - quando se tratar de não conformidade relacionada com o estabelecimento, a multa será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 117. Preencher de forma irregular os documentos e registros previstos neste decreto e legislação complementar:

I - sanção:

a) advertência; e

b) multa.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

Art. 118. Deixar de manter em arquivo, pelos prazos regulamentares, os documentos e registros previstos neste decreto e legislação complementar:

I - sanção:

a) advertência; e

b) multa.

§ 1º A sanção de advertência será aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

Art. 119. Deixar de atender às exigências ou desrespeitar os prazos dispostos em termo de intimação:

I - sanção:

a) multa.

Parágrafo único. A sanção de multa poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente e obedecerá a seguinte gradação:

I - R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o infrator primário; e

II - R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a partir da reincidência.

Art. 120. O envolvido no processo de classificação de produtos vegetais não dispor, não atualizar, não implementar ou descumprir o disposto no manual de boas práticas ou de qualidade:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa será aplicada ao infrator primário ou reincidente e obedecerá a seguinte gradação:

I - R$ 2.000,00 (dois mil reais) para o infrator primário; e

II - R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a partir da reincidência.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 121. Fazer funcionar o estabelecimento sem a devida infraestrutura básica exigida ou em condições higiênico-sanitárias ou tecnológicas inadequadas:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento, do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 122. Praticar agressão física ou verbal, ameaçar, assediar, ainda que de forma velada ou causar qualquer constrangimento ao agente fiscalizador:

I - sanção:

a) multa;

b) interdição do estabelecimento; e

c) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa obedecerá a seguinte gradação:

I - R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e será aplicada ao infrator primário; e

II - R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

§ 2º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 123. Causar embaraço, dificultar, promover resistência à ação fiscalizadora, ocultar a mercadoria a ser fiscalizada, prestar informações incorretas ou insuficientes, visando encobrir a infração:

I - sanção:

a) multa;

b) apreensão ou condenação do produto;

c) interdição do estabelecimento; e

d) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de multa obedecerá a seguinte gradação:

I - R$ 10.000,00 (dez mil reais) e será aplicada ao infrator primário; e

II - R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e será aplicada ao infrator reincidente.

§ 2º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 124. Deixar de realizar as adequações determinadas pela autoridade fiscalizadora quando da aplicação de procedimento simplificado de fiscalização:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 125. Deixar de cumprir as disposições deste decreto e demais atos normativos relacionados à certificação:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 126. Deixar de adotar, de maneira total ou parcial, as práticas ou programas de autocontrole:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Art. 127. Estar com a posse ou propriedade de produto vegetal oriundo de pessoa física ou jurídica sem o registro obrigatório no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem comprovação de procedência ou apresentando documentação cujo emitente não possa ser localizado ou responsabilizado:

I - sanção:

a) advertência;

b) multa;

c) apreensão ou condenação do produto;

d) interdição do estabelecimento; e

e) cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro.

§ 1º A sanção de advertência poderá ser aplicada ao infrator primário.

§ 2º A sanção de multa será de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), acrescido de cem por cento do valor comercial da mercadoria fiscalizada, limitado ao valor máximo de R$ 532.050,00 (quinhentos e trinta e dois mil e cinquenta reais) e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 3º A sanção de apreensão ou condenação poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 4º A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 5º A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

Seção IV

Das Responsabilidades

Art. 128. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, responde isolada ou solidariamente, pela infringência às disposições previstas neste Decreto:

I - o detentor da mercadoria fiscalizada, quando:

a) comercializar, expor à venda, destinar para processamento ou consumo produto vegetal com presença de insetos vivos ou fora do prazo de validade;

b) se negar a assumir o encargo de depositário;

c) for desconhecida a procedência da mercadoria fiscalizada;

d) apresentar documentação fiscal ou de origem do produto, cujo emitente não possa ser localizado ou responsabilizado;

e) estiver com a posse ou propriedade de produto vegetal oriundo de pessoa física ou jurídica não registrada no CGC/MAPA;

f) deixar de providenciar o repasse do produto vegetal;

g) não cumprir as exigências determinadas pelo agente fiscalizador no procedimento simplificado de fiscalização; ou

h) se tratar de desconformidade quanto aos requisitos mínimos dos produtos vegetais.

II - o depositário da mercadoria fiscalizada, quando:

a) movimentar, remover, modificar, desviar, subtrair, substituir, extraviar ou comercializar, no todo ou em parte, produto com a comercialização suspensa ou apreendido, e sob sua guarda;

b) deixar de informar risco iminente da mercadoria sob sua guarda se tornar imprópria para consumo; ou

c) deixar de cumprir as obrigações de depositário.

III - a entidade credenciada, quando:

a) deixar de comunicar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a constatação de produto desclassificado;

b) Executar ou permitir a execução da classificação vegetal por pessoa física que não possua habilitação legal ou que esteja com o registro no CGC/MAPA vencido;

c) executar ou prestar serviços objeto do credenciamento estando o estabelecimento interditado ou ainda com o registro no CGC/MAPA suspenso ou vencido;

d) não promover o controle interno de qualidade dos serviços prestados ou executados;

e) executar a amostragem ou confeccionar a amostra em desconformidade com as disposições legais;

f) deixar de manter as amostras de arquivo ou mantê-las sem a devida conservação e identificação;

g) executar serviço de classificação fora do posto de serviço credenciado;

h) deixar de encaminhar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o relatório dos serviços executados e outros documentos exigidos pela autoridade fiscalizadora;

i) prestar serviço de classificação vegetal ou classificar por fluxo operacional, de forma incorreta, inadequada ou insegura, apresentar discrepâncias ou executá-lo em tempo e técnicas incompatíveis com as metodologias estabelecidas;

j) prestar serviço de classificação vegetal ou classificar por fluxo operacional, em situação inadequada quanto às instalações, materiais e equipamentos ou em desconformidade com a legislação aplicável;

k) preencher de forma irregular os documentos e registros referentes à classificação vegetal; ou

l) deixar de cumprir as disposições legais relacionadas à certificação de produtos vegetais.

IV - o intimado quando:

a) deixar de atender, de forma total ou parcial, às exigências estabelecidas na intimação; ou

b) desrespeitar os prazos dispostos na intimação.

V - a pessoa física ou jurídica, de registro obrigatório ou registrada no CGC/MAPA quando:

a) deixar de se registrar no CGC/MAPA;

b) deixar de manter os dados cadastrais atualizados ou de realizar as comunicações obrigatórias nos prazos estabelecidos;

c) mantiver em funcionamento estabelecimento que esteja em desacordo com as disposições deste Decreto e demais atos normativos; ou

d) fazer funcionar o estabelecimento sem a devida infraestrutura básica exigida ou em condições higiênico-sanitárias ou tecnológicas inadequadas.

VI - o importador e o exportador quando deixar de cumprir as disposições deste decreto e demais atos normativos no âmbito do comércio internacional de produtos vegetais.

VII - o envolvido no processo de classificação de produtos vegetais quando:

a) comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produtos vegetais em desacordo com as disposições deste decreto e demais atos normativos;

b) praticar agressão física ou verbal, ameaçar, assediar, ainda que de forma velada ou causar qualquer constrangimento ao agente fiscalizador;

c) causar embaraço, promover resistência à ação fiscalizadora, ocultar a mercadoria a ser fiscalizada, prestar informações incorretas ou insuficientes, visando encobrir a infração;

d) deixar de adotar, de maneira total ou parcial, as práticas ou programas de autocontrole;

e) não dispor, não atualizar, não implementar ou descumprir o disposto no Manual de Boas Práticas ou de Qualidade;

f) deixar de manter em arquivo, pelos prazos regulamentares, os documentos e registros previstos neste decreto e legislação complementar;

g) deixar de assegurar a rastreabilidade de produto vegetal;

h) deixar de realizar o recolhimento do produto vegetal;

i) deixar de propiciar as condições necessárias aos trabalhos de amostragem e confecção das amostras;

j) deixar de assegurar condições higiênico sanitárias e tecnológicas adequadas para a conformidade das especificações de identidade e qualidade do produto;

k) não arcar com o ônus decorrente das sanções aplicadas;

l) preencher de forma irregular os documentos e registros previstos neste decreto e legislação complementar;

m) acondicionar, embalar, armazenar, transportar, comercializar ou expor à venda produtos vegetais em condições que não assegurem os aspectos higiênico sanitários e tecnológicos adequados ou a conformidade das suas especificações de identidade e qualidade;

n) comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produto vegetal com presença de resíduos, contaminantes ou outras substâncias nocivas à saúde humana, em limites superiores ao máximo permitido ou não autorizada, estabelecidos em legislação específica;

o) comercializar, expor à venda, destinar para consumo ou processamento produtos vegetais desclassificados; ou

p) comercializar, classificar, consolidar, selecionar, processar, industrializar, elaborar, empacotar, envasar, exportar, importar, produzir e manipular produtos vegetais sem responsável técnico.

VIII - a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, com responsabilidade pelo produto vegetal ou com nome indicado na marcação ou rotulagem, quando:

a) deixar de incluir na marcação, rotulagem, embalagem, contentor, envoltório ou na documentação fiscal que acompanha o produto, as informações obrigatórias exigidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

b) deixar de realizar a classificação obrigatória do produto vegetal;

c) utilizar, possuir ou manter em estoque rótulo, embalagem, envoltório ou contentor, cuja marcação esteja em desconformidade com o previsto neste decreto e legislação complementar; ou

d) apresentar divergência entre a marcação das especificações de identidade e qualidade do produto vegetal, e os resultados apurados na classificação fiscal.

IX - o responsável técnico, quando:

a) não elaborar, atualizar ou implementar o manual de qualidade ou de boas práticas;

b) o produto vegetal sob sua responsabilidade se apresentar desconforme ou com divergência entre a sua marcação e sua real qualidade; ou

c) a empresa sob sua responsabilidade funciona sem a devida infraestrutura básica exigida ou em condições higiênico-sanitárias ou tecnológicas inadequadas.

X - quem der causa a infração ou dela obtiver vantagem, seja por ação ou omissão.

CAPÍTULO XII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

Dos Atos Administrativos

Art. 129. A infringência às normas deste Decreto e demais atos normativos referentes à classificação vegetal será apurada em processo administrativo próprio, observados o rito e os prazos estabelecidos.

Art. 130. Constatada qualquer irregularidade prevista neste Decreto e demais atos normativos referentes à classificação vegetal, a autoridade fiscalizadora lavrará o respectivo auto de infração.

§ 1º No caso de duas ou mais infringências verificadas na mesma ação fiscalizadora, os fatos constitutivos deverão ser discriminados individualmente, preferencialmente, no mesmo auto de infração.

§ 2º As omissões, incorreções ou erros de preenchimento na lavratura do auto de infração e nos demais documentos de fiscalização, mesmo sem a lavratura de termo aditivo, desde que não se constituam em vícios insanáveis, não acarretarão a sua nulidade quando constarem os elementos que permitam a determinação dos fatos, das irregularidades e do infrator.

Art. 131. O produto vegetal em desacordo com este regulamento ou legislação complementar, presente em mais de um estabelecimento ou local, município ou Unidade da Federação, poderá ser objeto de um único processo administrativo de fiscalização.

Art. 132. Do auto de infração caberá a interposição de defesa no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de recebimento ou do conhecimento da autuação ou a partir da data de transmissão eletrônica pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao autuado.

§ 1º A defesa quando apresentada, deverá ser dirigida à Unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável pela autuação e juntada ao respectivo processo administrativo.

§ 2º A defesa poderá ser interposta por petição eletrônica no correspondente processo, ser transmitida através de correio eletrônico ou por outro meio de comunicação tecnológico, observados os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 133. Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, o processo deverá ser instruído com relatório e encaminhado à autoridade competente para julgamento de primeira instância.

§ 1º A Autoridade Julgadora deverá necessariamente se manifestar no julgamento sobre o procedimento a ser aplicado ao produto que se encontre sob medida cautelar de suspensão da comercialização.

§ 2º O infrator será notificado do resultado do julgamento.

Art. 134. Da decisão administrativa de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de recebimento ou do conhecimento da notificação ou a partir da data de transmissão eletrônica pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao fiscalizado.

§ 1º O recurso quando apresentado, deverá ser dirigido à Unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável pela autuação e juntada ao respectivo processo administrativo.

§ 2º O recurso poderá ser interposto por petição eletrônica no correspondente processo, ser transmitido através de correio eletrônico ou por outro meio de comunicação tecnológico, observados os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º A autoridade julgadora de primeira instância poderá manter ou reconsiderar, total ou parcialmente, sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que os autos lhe forem conclusos.

§ 4º Em caso de manutenção do julgamento de primeira instância a autoridade que proferiu a decisão, o encaminhará à autoridade de segunda instância para proceder ao julgamento.

§ 5º Em caso de reconsideração da decisão de primeira instância, o infrator deverá ser notificado, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento ou conhecimento da notificação, para apresentação de eventual complementação do recurso.

§ 6º Findado o prazo e concluso os procedimentos previstos no parágrafo anterior, os autos processuais seguirão para julgamento em segunda instância.

§ 7º A autoridade de segunda instância procederá ao julgamento do recurso, notificando o infrator.

Art. 135. A autoridade julgadora de segunda instância poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, o mesmo deverá ser informado, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento ou conhecimento da comunicação, para que formule suas alegações antes da decisão.

Art. 136. O recurso não tem efeito suspensivo, procedendo-se desde logo, a execução das sanções.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida poderá, por sua própria decisão ou a pedido, de forma total ou parcial, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 137. A defesa e o recurso deverão ser apresentados tempestivamente, perante a autoridade competente e por quem seja de direito legitimado.

Art. 138. Na hipótese de infrator com domicílio indefinido ou inacessível, ou quando houver recusa de recebimento da notificação, o fato será certificado nos autos e a ciência ao interessado deverá ser procedida por meio de edital, publicado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em órgão oficial de imprensa ou em jornal de grande circulação.

Art. 139. Nos atos praticados no âmbito do processo administrativo será aceita a utilização de assinatura eletrônica simples.

Art. 140. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar aos direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a administração considerar que o interesse público assim o exige.

Seção II

Dos Meios de Comunicação

Art. 141. Serão aceitos para fins de comunicação, meios eletrônicos que permitam a ciência do fiscalizado e do órgão fiscalizador.

§ 1º Quem fizer uso de comunicação prevista no caput deste artigo tornar-se-á responsável pela acessibilidade, autenticidade, fidelidade, integridade, tempestividade e qualidade do material transmitido, sob risco de não conhecimento do documento.

§ 2º Quando o fiscalizado fizer uso do correio eletrônico para as manifestações processuais, automaticamente, se compromete a receber e tomar ciência das subsequentes comunicações transmitidas pelo órgão fiscalizador ao seu endereço eletrônico.

§ 3º Quando se fizer uso dos meios de comunicação eletrônicos, a cientificação oficial do fiscalizado ocorrerá na data de transmissão pelo órgão fiscalizador, prevalecendo sobre a data de recebimento pelo correio.

§ 4º O órgão fiscalizador não é obrigado a disponibilizar mecanismos de comunicação eletrônica em todas as hipóteses de interação com pessoas naturais ou jurídicas.

Seção III

Da Competência para Julgamento

Art. 142. A autoridade julgadora de primeira instância será o Chefe do Serviço Técnico da Unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde originou a infração.

Art. 143. A autoridade julgadora de segunda instância será o Diretor da instância central da inspeção vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção IV

Dos Procedimentos

Art. 144. Nos casos de multas estabelecidas por faixas, a fixação do valor a ser aplicado será definido em função da gravidade do fato, do histórico do infrator ou do risco ao consumidor.

Art. 145. O valor da multa deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão da respectiva guia.

§ 1º A multa recolhida até o vencimento, sem interposição de recurso, terá a redução de trinta por cento do seu valor, não se aplicando nos casos em que a infração cometida for aquelas previstas nos art. 122 e art. 123.

§ 2º Fica vedado o parcelamento de multa.

§ 3º A multa que não for paga no prazo estabelecido no caput, será cobrada executivamente.

§ 4º Quando da existência de taxas de serviços bancários decorrentes do recolhimento da multa, as mesmas serão de responsabilidade do infrator.

Art. 146. Quando o produto sob a guarda de um depositário estiver em condições de uso ou consumo, o responsável poderá renunciar à sua propriedade possibilitando a correta destinação do mesmo pela autoridade fiscalizadora.

Parágrafo único. Se o responsável não se dispuser a renunciar à propriedade do produto, e este se tornar impróprio para uso ou consumo, a autoridade julgadora determinará a sua condenação e destinação.

Art. 147. A sanção de apreensão ou condenação será aplicada ao infrator primário ou reincidente, quando não forem atendidas as exigências determinadas pela fiscalização, estando o produto sob medida cautelar ou não.

Art. 148. Na execução da sanção de apreensão ou condenação prevista neste Decreto, quando for o caso, o produto será alienado observando-se o que segue:

I - doação a instituições públicas ou privadas beneficentes, priorizando os programas de segurança alimentar e combate à fome, desde que as matérias-primas ou os produtos estejam em condições de uso ou consumo;

II - venda ou permuta, na forma legal, desde que estejam aptos para o uso ou consumo; e

III - condenação para destruição ou desnaturação, sob acompanhamento da autoridade fiscalizadora, quando impróprios para consumo ou processamento.

Art. 149. A sanção de interdição do estabelecimento poderá ser aplicada, ao infrator primário ou reincidente, total ou parcialmente, por produto, por equipamento, por linha de produção, por seção, por atividade, por habilitação ou por estabelecimento.

§ 1º A interdição poderá ser aplicada de forma parcial quando a irregularidade não comprometer o funcionamento das demais atividades e processos do estabelecimento.

§ 2º A autoridade julgadora estabelecerá as exigências e fixará prazos para seu cumprimento, quando for o caso.

§ 3º O estabelecimento será desinterditado depois de sanada a irregularidade, sem prejuízo do trâmite normal do processo administrativo.

§ 4º A interdição dos estabelecimentos sem registro no CGC/MAPA será divulgada no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 150. A sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro será aplicada de forma subsequente no mesmo processo administrativo, no caso do estabelecimento estar sob sanção de interdição e não atender às exigências estabelecidas pelo órgão fiscalizador e poderá ser aplicada ao infrator primário ou reincidente.

§ 1º A aplicação da sanção de cassação ou cancelamento do credenciamento ou do registro, cessa o funcionamento, total ou parcialmente, da atividade, da habilitação, da seção, da linha de produção ou do estabelecimento, pelo período de, no mínimo, um ano.

§ 2º A concessão de novo registro para o estabelecimento cassado só será deferido se o motivo da cassação for sanado.

§ 3º A cassação de que trata o caput será inserida no sistema de registro eletrônico e site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 151. Cabe ao notificado arcar com o ônus e providências decorrentes da execução das sanções previstas neste decreto.

CAPÍTULO XIII

DOS PRAZOS

Art. 152. Contam-se os prazos a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a cientificação oficial.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, ou este for iniciado depois da hora normal ou encerrado antes da hora normal, no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 3º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo, não se interrompendo nos feriados.

Art. 153. Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

Art. 154. O requerimento de arbitragem, os documentos solicitados pela autoridade fiscalizadora e demais manifestações processuais, quando encaminhados pelo interessado, serão considerados como entregues na data de envio eletrônico ou postagem no correio.

Parágrafo único. Caso o dia do vencimento seja feriado no município do destinatário da cientificação oficial, o interessado deverá encaminhar a prova deste fato juntamente com sua manifestação.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 155. Quando a infração constituir suspeita de crime, contravenção, lesão à Fazenda Pública ou ao consumidor, a autoridade fiscalizadora representará ao órgão competente para apuração das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 156. As informações constantes no processo administrativo, após o trânsito em julgado na esfera administrativa de fiscalização, tornar-se-ão públicas.

Art. 157. Na impossibilidade de entregar ou encaminhar os documentos de fiscalização e outros documentos oficiais, pessoalmente ou por via postal, ficam permitidos ao órgão fiscalizador a comunicação através de correio eletrônico ou outro meio que vier a substituí-lo, bem como, por meio de edital publicado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em órgão oficial de imprensa ou em jornal de grande circulação.

Art. 158. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá os emolumentos para ressarcir a realização da classificação obrigatória de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico quando da importação, do registro e do credenciamento inicial e suas atualizações e demais serviços, previstos neste Decreto.

Art. 159. Os valores dos emolumentos para prestação dos serviços de classificação serão livremente pactuados entre as partes contratantes.

Art. 160. Os produtos com características peculiares que, em função da natureza, da perecibilidade, do risco associado ou dos sistemas de produção ou de comercialização, não sejam alcançados pelo disposto neste Decreto, serão normatizados de forma específica pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 161. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá instituir formas de marcação, uso de selo, identificação visual ou sinal de conformidade para as empresas ou produto vegetal.

Art. 162. Este Regulamento se aplica a todas as fases da produção, transformação, processamento, distribuição e comercialização, sem prejuízo de requisitos específicos para assegurar a identidade, a qualidade, a conformidade, a inocuidade, a rastreabilidade e a origem dos produtos vegetais.

Art. 163. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento expedirá as instruções necessárias para execução deste Decreto.

Art. 164. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2007 - Seção I; e

II - o Decreto nº 8.446, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2015 - Seção I.

Art. 165. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, ... de ... de 20...; ...º da Independência e ...º da República.

PORTARIA SDA Nº 579, DE 23 DE MAIO DE 2022

Prorrogar por 15 (quinze) dias o prazo para participação na Tomada Pública de Subsídios, previsto na Portaria SDA nº 563, de 18 de abril de 2022, que solicita subsídios para fomentar a discussão sobre a proposta de regulamentação de revisão e atualização de atos normativos que estabelecem os procedimentos para registro e fiscalização de estabelecimentos que processam e comercializam sêmen e embriões de animais domésticos.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.446, de 05 de outubro de 1977, no Decreto nº 187, de 9 de agosto de 1991, e o que consta do Processo nº 21000.031709/2022-41, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 15 (quinze) dias, o prazo para participação na Tomada Pública de Subsídios previsto na Portaria SDA nº 563, de 18 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 75, de 20 de abril de 2022, Seção 1, página 8.

Art. 2º O questionário para participação na presente Tomada Pública de Subsídios encontra-se disponível no Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-18 Nº 26, de 12 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União 14/12/1999, Edição: 238, Seção: 1, Página: 91/92, que criou o Projeto de Assentamento Venâncio Tomé de Araújo, código SIPRA PB-0171000, localizado no Município de Campina Grande, PB, e na sua retificação, publicada no Diário Oficial da União 22/12/2010, Edição: 244, Seção: 1, Página: 139 onde se lê: "... com área de 1.308,9542 (hum mil trezentos e oito hectares, noventa e cinco ares e quarenta e dois centiares...", leia-se: "...com área de 1.276,6975 ha (hum mil duzentos e setenta e seis hectares, sessenta e nove ares e setenta e cinco centiares)".

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/SR-18 Nº 35/2010, de 09 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União 18/11/2010 - Edição: 220, Seção: 1, Página: 86, que criou o Projeto de Assentamento Vitória, código SIPRA PB-0316000, localizado no Município de Campina Grande, PB, onde se lê: "... Aprovar a proposta de desmembramento de uma área de 1.230,7854 (hum mil duzentos e trinta hectares, setenta e oito ares e cinquenta e quatro centiares)", leia-se: "...Aprovar a proposta de desmembramento de uma área de 1.240,9244 (hum mil duzentos e quarenta hectares noventa e dois ares e quarenta e quatro centiares)".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

EXTRATO DA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2022

Às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de abril de dois mil e vinte e dois, o Secretário Especial do Esporte - Adjunto, Sr. André Barbosa Alves deu início a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Estudos Jurídicos do Esporte - CEJE. Além dele, participaram pela da reunião pela Secretaria Especial o Chefe de Gabinete, Diego Ferreira Tonietti e a Assessora Nathália Saraiva Guedes. Pela CEJE estiveram presentes os membros: Adriene Silveira Hassen, Alan Belaciano, Bichara Abidão Neto, Leonardo Andreotti, Luciano Hostins, Marcelo Jucá Barros, Marcus Fontes, Marcel Ferraz Camilo e Tamoio Athayde Marcondes, na condição de Presidente da CEJE. Foram convidados mas não estiveram presentes os seguintes membros da CEJE: Felipe Bevilacqua de Souza, Gilmar Nascimento Teixeira, Luciana Lopes da Costa, Milton Jordão e Pedro Trengrouse. O Secretário fez sua saudação inicial e agradeceu a presença dos participantes, comentou sobre a importância do colegiado, sobre o funcionamento da Secretaria Especial do Esporte e passou a condução da reunião para o Chefe de Gabinete, Diego, e para o Presidente da CEJE, Sr. Tamoio. O Presidente cumprimentou a todos brevemente e também frisou sobre a importância da comissão e o início dos trabalhos. Diego informou que espera-se da CEJE: a) apresentação de proposta para o Código Brasileiro de Justiça Desportiva Educacional - CBJDE; b) apresentação de proposta de reformulação do Código Brasileiro de Justiça Desportiva - CBJD; e c) elaboração de artigos temáticos a partir de assuntos de interesse da Secretaria Especial do Esporte, relacionados a administração pública. Iniciou-se discussão a respeito do item "a" e, neste momento, Andreotti recomentou que o colegiado consultasse às Confederações Brasileiras de Desporto Escolar e Universitário (CBDE e CBDU) para efeito da proposição do CBJDE. Sobre isto, Diego mencionou que a minuta que será encaminhada à CEJE já contém contribuições de ambas confederações, sendo passível o início dos trabalhos. Ato contínuo debateu-se sobre o item "b" e surgiu, de imediato, discussão a respeito da possibilidade de se propor alteração para o artigo 90-C da Lei nº 9.615, de 1998, também conhecida por Lei Pelé. Ademais, reconheceu-se a pertinência de a Comissão aprofundar seus estudos sobre o CBJD e apresentar proposta para reformulação. Quanto ao item "c", ficou estabelecido que o Diego enviará aos membros propostas de temas para serem analisados pela Comissão. Em aspectos gerais, debateu-se a respeito da condução dos trabalhos, aspectos organizacionais, inclusive restando decidida a criação de um grupo de comunicação entre os membros mediante aplicativo de celular. Ao final, Diego estabeleceu junto aos membros cronograma objetivo para entregas da comissão, todas agendadas tendo como prazo limítrofe o ano de 2022. O Presidente da comissão agradeceu a todos pelo trabalho em prol do Esporte e se colocou à disposição para ajudar no que for necessário. A reunião se encerrou por volta das quinze horas e cinquenta e três minutos não incorrendo em qualquer custo financeiro para a administração federal, inclusive com diárias e passagens, destacando que as ausências dos membros: Felipe Bevilacqua de souza, Gilmar Nascimento Teixeira, Luciana Lopes da Costa, Milton Jordão e Pedro Trengrouse foram justificadas.

Pela Secretaria Especial do Esporte

ANDRÉ BARBOSA ALVES
Secretário Especial do Esporte-Adjunto

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Chefe de Gabinete

NATHÁLIA SARAIVA GUEDES
Assessora

Pela Comissão de Estudos Jurídicos

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES
Presidente

ADRIENE SILVEIRA HASSEN
Membro

ALAN BELACIANO
Membro

BICHARA ABIDÃO NETO
Membro

LEONARDO ANDREOTTI
Membro

LUCIANO HOSTINS
Membro

MARCELO JUCÁ BARROS
Membro

MARCUS FONTES
Membro

MARCEL FERRAZ CAMILO
Membro

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA

PORTARIA INMA Nº 90, DE 29 DE ABRIL DE 2022

Aprova a Norma de Relacionamento do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) com Fundações de Apoio.

O diretor do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Sérgio Lucena Mendes, nomeado pela Portaria MCTI nº 346, de 07 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2022, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Delegação de Competência de que trata a Portaria MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, publicada no DOU de 30/06/2006, e pelo Regimento Interno do INMA, aprovado pela Portaria MCTI nº 3.444, de 10 de setembro de 2020, publicada no DOU de 11/09/2020, após aprovação do Conselho Técnico-Científico (CTC) do Instituto, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Norma de Relacionamento do INMA com Fundações de Apoio, em atendimento ao art. 6º do Decreto Federal 7.423/2010.

Escopo normativo e embasamento legal

Art. 2º - Esta norma disciplina o relacionamento do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) com as fundações de apoio para fins de execução de projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação, bem como para ações de desenvolvimento científico, tecnológico e institucional.

I - A normatização do INMA limita-se, obrigatoriamente, às ações discricionárias do Instituto, ou seja, ao que lhe cabe e é possível definir, após a devida observação da legislação, a respeito de suas interações com fundações desta natureza com as quais esteja credenciado ou tenha autorização para firmar instrumentos jurídicos de apoio.

II - A Norma de Relacionamento do INMA com fundações de apoio está embasada e deve ser interpretada em rigorosa consonância com a legislação vigente, especialmente com as referências legais elencadas neste inciso, as quais são apresentados junto a seus respectivos trechos de maior relevância jurídica para o tema objeto deste ato normativo:

a - Lei Federal 8.958/94 - "Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências."

Art. 1º - "As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições

Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos."

b - Decreto Federal 7.423/2010 - "Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004."

Art. 6º - "O relacionamento entre a instituição apoiada e a fundação de apoio, especialmente no que diz respeito aos projetos específicos deve estar disciplinado em norma própria, aprovada pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, observado o disposto na Lei nº 8.958, de 1994, e neste Decreto."

c - Decreto Federal 8.240/2014 - "Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio."

d - Decreto Federal 8.241/2014 - "Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994."

e - Portaria Interministerial nº 191/2012

- "Dispõe sobre as fundações de apoio registradas e credenciadas para apoiar Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs."

Art. 1º "A fundação de apoio registrada e credenciada poderá apoiar IFES e demais ICTs distintas da que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula, mediante prévia autorização do grupo a que se refere o § 1º do art. 3º do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010."

f - Lei Federal 12.954/14 - "Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências." Art. 2º - "Fica transferido, da estrutura do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM para a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, bem como alterada a sua denominação para Instituto Nacional da Mata Atlântica."

g - Lei Federal 10.973/2004 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa

científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, considera- se:"

V - "Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos."

h - Decreto Federal 9.283/2018 - "Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional."

Art. 3º - "A administração pública direta, autárquica e fundacional, incluídas as agências reguladoras, e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia."

i - Portaria MCTI nº 3.444/2020 - "O ministro de estado da Ciência, Tecnologia e Inovações substituto, nos termos do inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:"

Art. 1º "Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional da Mata Atlântica, na forma do Anexo a esta Portaria."

Anexo, Capítulo I, Art. 2º - "O Instituto Nacional da Mata Atlântica é Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018, e pode ser apoiada por fundação privada nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, 31 de dezembro de 2010."

Anexo, Capítulo II, art. 8º - "O Instituto Nacional da Mata Atlântica tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico- Científico- CTC."

Conceitos e fundamentações

Art. 3º - Paras fins de interpretação deste ato normativo, consideram-se os seguintes conceitos e fundamentações:

I- Instituição Cientifica e Tecnológica (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no Brasil, com objetivos institucionais que incluam pesquisa básica ou aplicada nas áreas da ciência, tecnologia e inovação. Por essa conceituação, o INMA enquadra-se como ICT, nos termos da Lei Federal 10.973/2004. Essa previsão do formato de ICT também consta do Regimento Interno da instituição. O INMA habilita-se, portanto, a usufruir das prerrogativas da Lei Federal 8.958/1994 e do Decreto Federal 7.423/2010.

II- Fundação de Apoio: fundação sem fins lucrativos, criada para apoiar a administração e gestão de recursos financeiros em projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional, cientifico e tecnológico e prestação de serviços especializados, devidamente registrada e credenciada junto Grupo de Apoio Técnico (GAT), formado por representantes da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Pesquisa e Formação Cientifica (Sepef) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

III - Credenciamento: formalização de vínculo com fundação de apoio especialmente instituída para apoiar projetos do INMA.

IV - Autorização: formalização de vínculo do INMA com fundação de apoio credenciada a outra instituição.

V - Conselho Técnico-Cientifico (CTC): órgão colegiado do INMA, previsto no Regimento Interno da instituição, instituído por Portaria do MCTI e composto por membros internos e externos. Para efeitos da presente norma de relacionamento do INMA com as fundações de apoio, o CTC/INMA qualifica-se como órgão colegiado nos termos do Decreto Federal 7.423/2010. Cabe ao CTC aprovar credenciamentos ou autorizações do INMA junto a fundações de apoio, bem como os projetos a serem desenvolvidos nestas parcerias.

VI - Projetos de CT&I: todo e qualquer projeto de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, cientifico e tecnológico e estimulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução dos referidos projetos.

VII - Plano de trabalho: formalização do planejamento dos trabalhos a serem realizados no escopo dos projetos oriundos das parcerias do INMA intermediadas ou realizadas diretamente com fundações de apoio. Do documento devem constar nome do

coordenador, objeto, projeto básico, prazo de execução, resultados esperados e indicadores de desempenho.

VIII - Gestor ou coordenador de projeto: servidores ou colaboradores formalmente vinculados ao INMA que coordenem projetos desenvolvidos pelo instituto no escopo das parcerias intermediadas pelas fundações de apoio. São responsáveis pelo gerenciamento da execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento tecnológico, cientifico e institucional

IX - Bolsa: subsídio financeiro concedido a servidores, estudantes ou demais colaboradores formalmente vinculados a projetos do INMA.

Definições e diretrizes

Art. 4º - O relacionamento do INMA com as fundações de apoio se dará rigorosamente dentro das formalidades, orientações e exigências previstas nas normas elencadas no Art. 2º, inciso II, e em normas supervenientes de mesma temática regulatória, nos conceitos e fundamentações do Art. 3º e também de acordo com as seguintes definições e diretrizes:

I - As solicitações direcionadas ao GAT-MCTI/MEC, para credenciamento ou autorização do INMA junto a fundações de apoio, bem como as atividades e projetos a serem desenvolvidos nessas parcerias, deverão estar alinhados com os objetivos institucionais previstos no Regimento Interno do Instituto, em seu Planejamento Estratégico, no Plano Diretor e na Política de Inovação do INMA, e também com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do MCTI.

II - Cabe ao diretor do INMA ou a seu substituto legal, após aprovação do CTC da instituição, requerer o credenciamento ou autorização para o relacionamento do INMA com as fundações de apoio.

III - Qualquer fundação de apoio regularmente constituída e com autorização de operação válida poderá manifestar interesse em se credenciar ou ter autorização de relacionamento com o INMA, o que deverá ser feito através de requerimento direcionado ao diretor do Instituto ou a seu substituto legal.

IV - O INMA estabelecerá seu relacionamento com fundações de apoio de forma a repassar a instituições desta natureza funções e responsabilidades na administração e gestão financeira de projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, ensino e extensão, nos termos da legislação vigente.

V - Projetos para os quais o INMA buscará apoio de fundações precisam ser antecipadamente aprovados pelo CTC do Instituto. A manifestação do colegiado deve ocorrer num prazo máximo de 30 dias após a apresentação das propostas.

VI - Os coordenadores de projetos oriundos do relacionamento do INMA com as fundações de apoio serão designados por meio de portaria do diretor do Instituto ou de seu substituto legal.

Art. 5º - A relação do INMA com as fundações de apoio dever ser formalizada por meio de contratos, convênios ou acordos, com objetos específicos e prazo determinado, assinados pelo diretor do INMA ou por seu substituto legal.

I - O desempenho das fundações de apoio será avaliado com base em dois indicadores: cumprimento dos prazos acordados nos instrumentos jurídicos firmados e efetiva conclusão dos objetos de contrato específicos definidos pelas partes.

II - Deverá haver prestação de contas, com periodicidade definida nas parcerias a serem celebradas entre o INMA e as fundações de apoio, de todas as receitas auferidas e despesas realizadas em razão dos projetos de CT&I desenvolvidos no escopo destas parcerias. Também serão objeto dessa prestação de contas os pagamentos realizados a titulo de despesas pelo suporte prestado pelas fundações de apoio.

III - A prestação de contas será feita com relatórios discriminando itens de receitas auferidas e despesas e seus respectivos valores e, quando houver, notas fiscais ou outros comprovantes de gastos.

IV - As informações de que trata o inciso II devem estar publicadas no site do INMA e também no site da fundação de apoio, de forma a estarem abertas à consulta pública.

Art. 6º - Nos projetos desenvolvidos no âmbito das parcerias do INMA com fundações de apoio, até 15% (quinze por cento) do valor total dos recursos financeiros aplicados na execução dos projetos poderão ser destinados para cobertura de despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio necessárias à execução dos acordos, convênios, contratos e demais instrumentos jurídicos realizados no escopo das aludidas parcerias.

Art. 7º - O INMA autoriza fundações de apoio a captarem recursos públicos de instituições de fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico. Estes recursos serão aplicados nos projetos de CT&I desenvolvidos pelo Instituto.

Art. 8º - Os projetos realizados em cooperação com empresas privadas poderão incluir, em seus planos de trabalho, previsão de ganhos econômicos para o INMA, desde que esta possibilidade esteja explicitamente registrada no texto do instrumento jurídico que estabelece a parceria.

I - O INMA poderá prestar serviços técnicos especializados com objeto específico, os quais deverão ter descrição e previsão de custo registradas nos instrumentos jurídicos que formalizam as parcerias.

II - O INMA poderá requisitar para sua administração até 1/3 dos recursos referentes aos ganhos econômicos a que se refere o caput do Art. 8º. Os outros 2/3 serão administrados pelo coordenador do projeto que gerou a receita e devem ser aplicados, obrigatoriamente, em atividades de pesquisa do Instituto.

III - A critério do INMA, a gestão destes recursos oriundos de serviços técnicos especializados poderá ser delegada à fundação de apoio.

IV - Os recursos referentes aos ganhos econômicos, quando a gestão não for delegada às fundações de apoio, serão recolhidos via GRU em favor do INMA (UG 240252).

Art. 9º - Poderão ser oferecidas bolsas a colaboradores formalmente envolvidos com os projetos que o INMA desenvolver em parceria com as fundações de apoio.

Art. 10 - Quando encerrado o credenciamento ou a autorização da fundação de apoio junto ao INMA, deverão ser encaminhados ao Instituto, no prazo de 90 dias, os documentos arquivados na fundação de apoio referentes aos projetos do INMA por ela apoiados.

I - No mesmo prazo de 90 dias deverá ser realizada a prestação de contas dos recursos destinados ao custeio das despesas administrativas e operacionais destes projetos e, quando houver, deverá ser realizado o recolhimento do saldo remanescente via GRU em favor do INMA (UG 240252).

Disposições finais

Art. 11 - Atos normativos de competência do INMA que ainda não tenham sido publicados, referidos nesta norma, terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua publicação.

Art. 12 - Situações não previstas nesta norma, estando dentro das previsões legais que regulam o relacionamento das fundações de apoio com as ICTs, e cabendo poder discricionário ao INMA, serão definidas pelo diretor do Instituto ou por seu substituto legal.

Art. 13 - Havendo necessidade de atualização desta norma, o procedimento será solicitado pelo diretor do INMA ou por seu substituto legal e uma minuta de nova versão será submetida à apreciação do CTC do Instituto.

Art. 14 - Esta norma de relacionamento foi aprovada pelo CTC do INMA em reunião realizada no dia 28 de março de 2022 e entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUCENA MENDES DIRETOR

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO DE 19 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade a recursos da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53900.052686/2016	RÁDIO FM MANIA LTDA	FM	Volta Redonda	RJ	Conhece e nega	91

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 20 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.071414/2015	Emissoras Sul Brasileiras Ltda	OM	Horizontina	RS	Multa	2.805,19	Art. 62, da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 5007 de 20/05/2022	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 467/2019/SEI-MCTIC e ARQUIVAR o processo sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Portaria
53504.004399/2015	Rádio Independente de Barretos Ltda	FM	Colina	SP	ARQUIVAMENTO	Portaria DEIRF n° 5292 de 20/05/2022

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 5.643, DE 20 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.002571/2022-71, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCATIVA DE ARAXÁ executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 581/2006, publicada no Diário Oficial da União em 20/09/2006, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 750/2009, publicado no Diário Oficial da União em 26/10/2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53710.001205/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Imbiara, nº 32, Centro, para a Av. Getúlio Vargas, nº 55, Sala 702, Centro, na localidade de Araxá/MG.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 19°35'36"S e longitude 46°56'26"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 6.834, DE 17 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização à CRISTIAM DE OLIVEIRA FALCONERES, CPF nº ***.981.038-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 18 DE MAIO DE 2022

Nº 6.899 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à(ao) JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 42.463.174/0001-30, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.900 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à(ao) MINERAÇÃO CARAIBA S/A, CNPJ nº 42.509.257/0009-70, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.901 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à(ao) OXITENO S A INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 62.545.686/0019-82, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.933 - Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Móvel Aeronáutico, titulada pela entidade SEMENTES OILEMA LTDA, CNPJ nº 15.410.494/0001-50, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.970, DE 19 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53516.000630/2022-54: Outorga à RÁDIO FM NORTE DO PARANÁ LTDA, CNPJ nº 01.882.316/0001-17, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 7.001, DE 19 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53516.001243/2022-35: Expede à M. R. HOHL ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, CNPJ nº 23.786.337/0001-71, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 7.125, DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53516.001250/2022-37: Outorga à JACKSON HIDEAKI REIS HARA, CPF nº ***.426.389-**, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 23 DE MAIO DE 2022

Extingui, por renúncia, a autorização outorgada aos abaixo identificados para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas:

Nº 7.128 - Processo nº 53500.039874/2022-04: APARECIDO MANOEL SOBRINHO, CPF nº ***.373.449-**.

Nº 7.133 - Processo nº 53516.001205/2022-82: FABIO ADRIANO COSTACURTA, CPF nº ***.271.349-**.

Nº 7.152 - Processo nº 53516.001262/2022-61: JOEL DA SILVA SÁ, CPF nº ***.580.879-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 4 DE MAIO DE 2022

Nº 6.166 Extinguir a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a Carlos Tobias de Paiva Junior Eireli, inscrita no CNPJ nº 28.215.609/0001-05 e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 6.207 Declarar extinta a autorização outorgada a Vicente Pedro da Silva, CPF nº ***.958.926-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 5 DE MAIO DE 2022

Nº 6.231 Declarar extinta a autorização outorgada a Helio Carloni, CPF nº ***.952.806-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 6.240 Outorga autorização para uso de radiofrequências ao Consorcio MTS/IBR, CNPJ nº 42.929.588/0001-02, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 6 DE MAIO DE 2022

Nº 6.277 Extinguir a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a Leonardo Alberto Pimenta Machado, inscrita no CPF nº ***.720.116 e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 6.278 Extinguir a autorização do Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, expedida a Transradar Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.325.282/0001-22 e declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 20 DE MAIO DE 2022

Outorgar autorização de uso das radiofrequências associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.039 - Processo nº 53504.002317/2022-90. Norio Fujisawa, CPF nº ***.351.611-**;

Nº 7.080 - Processo nº 53504.003296/2022-20. Associação de Moradores do Residencial Izabel Mizobe, CNPJ nº 12.768.135/0001-80.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATOS DE 13 DE MAIO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 6.649 - Processo nº 53528.000812/2022-96, Luiz Alberto Froner da Silveira, CPF nº ***.481.220-**;

Nº 6.650 - Processo nº 53528.000781/2022-73, Carina Ceolin, CPF nº ***.114.750-**

Nº 6.651 - Processo nº 53528.000780/2022-29, Pedreira e Concretos Caxiense Ltda, CNPJ nº 88.831.888/0001-55.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 16 DE MAIO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 6.770 - Processo nº 53528.000876/2022-97, Romulo Gradaschi Manica, CPF nº ***.287.210-**;

Nº 6.772 - Processo nº 53528.000868/2022-41, Douglas Luz, CPF nº ***.384.820-**;

Nº 6.773 - Processo nº 53528.000865/2022-15, Rodrigo Graff, CPF nº ***.152.600.-**;

Nº 6.786 - Processo nº 53528.000867/2022-04, Associação Garibaldense de Cultura - Agc, CNPJ nº 13.806.077/0001-03.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 17 DE MAIO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a:

Nº 6.839 - Processo nº 53528.000346/2022-49, RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA, CNPJ nº 87.209.250/0001-14;

Nº 6.840 - Processo nº 53528.000445/2022-21, Carlos Henrique Abreu, CPF nº ***.849.440-**;

Nº 6.842 - Processo nº 53528.003345/2021-75, Conectsul - Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 91.590.661/0001-70;

Nº 6.843 - Processo nº 53528.003346/2021-10, Conectsul - Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 91.590.661/0001-70 .

STEVAN GRUBISIC
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ
COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.969, DE 19 DE MAIO DE 2022

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA, CNPJ nº 07.047.251/0001-70, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.982, DE 19 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização a DIOMEDES CAVALCANTI DA SILVA NETO, CPF: XXX.218.404-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.003, DE 19 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização a ROBSON ALBUQUERQUE DE CARVALHO, CPF: XXX.963.234-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.004, DE 19 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização a MACAHEMA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPACOES EIRELI, CNPJ: 22.696.063/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 19 DE MAIO DE 2022

Nº 6.971 - Processo nº 53569.000740/2022-09. Expede autorização à Maratauira Comercio e Servicos Maritimos Eireli, CNPJ nº 43716942000183, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

Nº 6.972 - Processo nº 53569.000757/2022-58. Expede autorização à R. Castro Goncalves Vigilancia e Seguranca Privada, CNPJ nº 45097187000121, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 706/2022/ORLE/SOR

Processo nº 53500.008616/2022-78. Interessado: MHNET TELECOMUNICACOES LTDA. O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, exercendo o juízo de admissibilidade recursal, previsto nos art. 115, § 1º, "a", do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO o atendimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, insculpidos no art. 116 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO que a instrução do Processo em epígrafe obedeceu às disposições contidas no Regimento Interno da Agência, atendendo à sua finalidade, observando, especialmente, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, CONSIDERANDO as razões e justificativas constantes do Informe nº 3203/2022/SEI/ORLE/SOR (SEI nº 8134130), decide: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.245.502/0001-04, em face da decisão consubstanciada no Despacho Decisório nº 31/2022/ORLE/SOR (SEI nº 7896211), de 9 de janeiro de 2022, proferido nos autos do Processo em epígrafe, uma vez preenchido os requisitos necessários e encaminhá-lo ao Conselho Diretor da Agência para análise do mérito, nos termos do art. 115, § 1º, "b" do Regimento Interno da Agência.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Substituto

DESPACHO DECISÓRIO Nº 707/2022/ORLE/SOR

Processo nº 53500.016983/2022-45. Interessado: ADYL NET ACESSO A INTERNET LTDA. O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, exercendo o juízo de admissibilidade recursal, previsto nos art. 115, § 1º, "a", do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO o atendimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, insculpidos no art. 116 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO que a instrução do Processo em epígrafe obedeceu às disposições contidas no Regimento Interno da Agência, atendendo à sua finalidade, observando, especialmente, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, CONSIDERANDO as razões e justificativas constantes do Informe nº 3208/2022/SEI/ORLE/SOR (SEI nº 8135204), decide: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa ADYL NET ACESSO A INTERNET LTDA., CNPJ nº 06.061.646/0001-65, em face da decisão consubstanciada no Despacho Decisório nº 35/2022/ORLE/SOR (SEI nº 7900739), de 10 de janeiro de 2022, proferido nos autos do Processo em epígrafe, uma vez preenchido os requisitos necessários e encaminhá-lo ao Conselho Diretor da Agência para análise do mérito, nos termos do art. 115, § 1º, "b" do Regimento Interno da Agência.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Substituto

DESPACHO DECISÓRIO Nº 708/2022/ORLE/SOR

Processo nº 53500.016971/2022-11. Interessado: GIGA PROVEDOR DE INTERNET LTDA. O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, exercendo o juízo de admissibilidade recursal, previsto nos art. 115, § 1º, "a", do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO o atendimento dos pressupostos de admissibilidade recursal, insculpidos no art. 116 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, CONSIDERANDO que a instrução do Processo em epígrafe obedeceu às disposições contidas no Regimento Interno da Agência, atendendo à sua finalidade, observando, especialmente, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, CONSIDERANDO as razões e justificativas constantes do Informe nº 3209/2022/SEI/ORLE/SOR (SEI nº 8135431), decide: Conhecer do Recurso Administrativo interposto pela empresa GIGA PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 08.700.276/0001-94, em face da decisão consubstanciada no Despacho Decisório nº 1/2022/ORLE/SOR (SEI nº 7896143), de 9 de janeiro de 2022, proferido nos autos do Processo em epígrafe, uma vez preenchido os requisitos necessários e encaminhá-lo ao Conselho Diretor da Agência para análise do mérito, nos termos do art. 115, § 1º, "b" do Regimento Interno da Agência.

TAWFIC AWWAD JÚNIOR
Substituto

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 21 DE MAIO DE 2022

Nº 7.116 - Autoriza TELEVISAO CENTRO AMERICA LTDA, CNPJ nº 03.476.876/0001-05, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Cuiabá/MT, no período de 17/06/2022 a 20/06/2022.

Nº 7.117 - Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Belém/PA, no período de 25/05/2022 a 24/06/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 2.864, DE 19 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, e de acordo com o que consta dos Processos nº 60041.001595/2021-07 e 60041.000528/2022-48, resolve:

Admitir, no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa, no grau de Comendador:

DANIELLA MARQUES CONSENTINO, Secretária Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia;

ELON REEVE MUSK, Senhor; e

SCOTT KARTEGEANE LINHARES CAMELO, Senhor.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA - C EX Nº 1.740, DE 12 DE MAIO DE 2022

ASSUNTO: Prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, § 4º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas, e o art. 19, das Instruções Gerais para a Apuração da Responsabilização de Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Lesivos contra a Administração Pública, no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-01-032), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.655, de 14 de dezembro de 2021, conjugado com o art. 1º, da Portaria Normativa nº 20-MD, de 17 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado por até 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 4 de junho de 2022, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização, NUP: 64582.011748/2021-50, designada por meio da Portaria - C Ex nº 1.464, de 9 de fevereiro de 2021, e da Portaria - C Ex nº 386, de 24 de maio de 2021, ante as razões apresentadas no DIEx nº 12 - Comissão, de 26 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Nº 2/2022 REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, na sede da empresa, situada no Quartel-General do Exército, Setor Militar Urbano, em Brasília, DF, em primeira e única convocação, reuniram-se em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA da IMBEL, a União, única acionista, e a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, convocados por intermédio dos Editais de Convocação para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, de 18 de março de 2022, e para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 23 de março de 2022, publicados no web site da Empresa, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Processo de Prestação de Conta Anual, contendo o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, acompanhado dos Pareceres da Auditoria Independente, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2021; b) Proposta de destinação do resultado do exercício de 2021; e c) Proposta de Remuneração dos Administradores e demais membros Estatutários, para o período de abril/2022 a março/2023. II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Eleição de membros representantes do Ministério da Defesa e do Comando do Exército no Conselho de Administração; e b) Eleição de membro suplente para o Conselho Fiscal. Nos termos das Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e do Decreto nº 8.945/16, o Senhor EDUARDO CESAR PASA, Conselheiro Independente, Representante do Ministério da Defesa no Conselho de Administração da IMBEL, designado pelo Presidente do Conselho de Administração da IMBEL (Resolução nº 07/2022-CA/IMBEL, de 18/04/2022) como representante da Empresa, nestas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária (AGO e AGE), doravante denominado "Presidente". Informou estar participando da reunião o Dr. HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO, Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, conforme Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Senhor WILSON RODRIGUES DE SOUZA, designado para exercer a função de Secretário das Assembleias. Participaram como convidados os Senhores ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI, Diretor-Presidente da IMBEL; EXPEDITO ALVES DE LIMA, Vice-Presidente Executivo da IMBEL; RENATO MITRANO PERAZZINI, Diretor Administrativo-Financeiro; e CARLOS BARBOSA, Secretário Executivo do CA/IMBEL. O Presidente declarou aberta a sessão, informando que foram encaminhados, previamente, à Coordenação Geral de Assuntos Societários da União/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CAS/PGFN), os documentos pertinentes aos temas descritos nos Editais de Convocação, visando à análise e o encaminhamento do voto da União. Na sequência solicitou ao Secretário que fizesse a leitura dos Editais de Convocação. Concluída a leitura, passou-se à Ordem do Dia, tendo o Presidente concedido a palavra ao representante da União, Dr. HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO, Procurador da Fazenda Nacional, para a manifestação de voto da União, única acionista, que votou pelo(a): I) aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual de Administração/2021; II) aprovação da proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, conforme abaixo: Lucro líquido (LL) de R$ 17.525.317,14 (-) Reserva legal de R$ 876.265,86 (=) Lucro líquido ajustado (LLA) ou Prejuízos Acumulados de R$ 16.649.051,28 (-) Registro dos Dividendos Obrigatórios em Reserva Especial de Dividendos de R$ 4.162.262,82 (-) Reserva para Investimento de R$ 12.486.788,46 (=) Valor a destinar de R$ 0,00 (Parecer STN SEI n° 5827/2022 - ME, de 11 de abril de 2022); III) fixação da remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais por meio da Nota Técnica SEI nº 11536/2022/ME, de 21 de março de 2022, nos seguintes termos, que devem ser registrados em ata: a) fixar em até R$ 2.363.146,43 o montante global a ser pago aos administradores, no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023; b) fixar em até R$ 72.643,32 a remuneração total a ser paga ao Conselho Fiscal, em até R$ 144.000,00 a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria, no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023; c) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; d) fixar os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em R$ 4.000,00 mensais; e) recomendar a observância

dos limites individuais definidos pela Sest, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se aos limites definidos na alínea "a" e "b"; f) vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; g) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos Lei nº 6.404/1976, art. 152; h) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 10.835/2021, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral; i) esclarecer que a responsabilidade sobre a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador é das empresas estatais, por tratar-se de matéria que requer análise jurídica de cada empresa; j) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, nos termos da Súmula nº 269 do TST; k) condicionar o pagamento da rubrica "Quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; l) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual da remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral; IV) eleição de: 1) membros para o Conselho de Administração: a) GUIDO AMIN NAVES, CPF xxx.325.257-xx e IDT xxx.805.612-x MD/EB, oficial general do Exército Brasileiro, com endereço funcional na Avenida do Exército, Quartel General do Exército, bloco G, 3º andar, CEP: 70.630-901, Brasília-DF (Ofício nº 105-A3.6/A3 GabCmtEx, de 08 de fevereiro de 2022), para compor o Conselho de Administração, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da IMBEL indicado pelo Comando do Exército, em recondução; b) ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI, CPF xxx.730.368-xx e IDT xxx.818.011-x MD/EB, oficial general da reserva do Exército Brasileiro, com endereço funcional na Avenida do Exército, Quartel General do Exército, bloco H, 3º andar, CEP: 70.630-901, Brasília-DF (Ofício nº 105-A3.6/A3 GabCmtEx, de 08 de fevereiro de 2022), como Diretor-Presidente da IMBEL, para compor o Conselho de Administração, como representante do Comando do Exército, em recondução; c) FRANCISCO DE ASSIS LEME FRANCO, CPF xxx.676.807-xx e IDT xxx3201-x SSP/SP, servidor público federal aposentado, com endereço funcional na Avenida do Exército, Quartel General do Exército, bloco I, Piso Térreo, CEP: 70.630-901, Brasília-DF (OFÍCIO SEI Nº 32625/CH GAB MD/GM-MD, de 29 de novembro de 2021), para compor o Conselho de Administração, como membro independente representante do Ministério da Defesa, em recondução; d) EDUARDO CESAR PASA, CPF xxx.035.920-xx e IDT xx448343xx SSP/DF, contador, com endereço funcional na SAUN Quadra 5 Lote B Torre I - Asa Norte, Ed. Banco do Brasil, 2º andar, CEP 70.040-912, Brasília-DF (OFÍCIO SEI Nº 32625/CH GAB MD/GM-MD, de 29 de novembro de 2021), para compor o Conselho de Administração, como membro independente representante do Ministério da Defesa, em recondução; e) FRANSCINE RODRIGUES FARIA, CPF xxx.958.606-xx e IDT M-xx72.3xx SSP/MG, empregada concursada da IMBEL, com endereço funcional na Avenida Coronel Aventino Ribeiro, nº 1099, Bairro IMBEL, CEP: 37.501-345, Itajubá-MG. (Ofício nº 999- AGCP, de 06 de outubro de 2021), para compor o Conselho de Administração, como representante dos empregados, em recondução; e f) os atuais membros do Conselho de Administração representantes do Ministério da Economia terão o prazo de gestão estendido por ausência de indicação desse Ministério, nos termos do art. 150, da Lei das SA - Lei 6.404/1976. 2) membros para o Conselho Fiscal: a) FRANCISCO WELLINGTON CARVALHO VIANA, CPF xxx.922.503-xx e IDT xxx974854-x MD/EB, oficial do Exército Brasileiro, com endereço funcional na Avenida do Exército, Quartel General do Exército, bloco I, 4º andar, CEP: 70.630-901, Brasília-DF (Ofício nº 66-A3.6/A3 GabCmtEx, de 28 de janeiro de 2022), para compor o Conselho Fiscal, como membro suplente, representante do Comando do Exército, em substituição de André Marcos da Silva; e b) ROSILENE OLIVEIRA DE SOUZA, CPF xxx.298.161-xx e IDT xx45.1xx SSP/DF, servidora pública federal, Esplanada dos Ministérios, Bloco P (Ministério da Economia), 2º andar, Centro Cívico, CEP: 70.048-900, Brasília-DF (OFÍCIO SEI Nº 71519/2022/ME, de 05 de abril de 2022), para compor o Conselho Fiscal, como membro suplente, representante do Tesouro Nacional, em recondução. A entrada em exercício por parte de ROSILENE OLIVEIRA DE SOUZA no Conselho Fiscal fica condicionada à aprovação de seu nome pela Casa Civil da Presidência da República, à conclusão da análise a ser procedida pelo Comitê Estatutário de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da empresa, bem como à manifestação do Conselho de Administração acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados. Outrossim, deverá ser registrada em ata a seguinte recomendação da STN, a fim de aprimorar o Relatório da Administração nas próximas prestações de contas: a. Pesquisa e Desenvolvimento; b. Maior detalhamento dos recursos humanos, a exemplo de investimentos em treinamento e informações sobre fundos de seguridade; c. Informações acerca de novos produtos e reformulações administrativas, quando houver; e d. Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros. Conforme recomendação da STN deverá ser registrada em ata que a administração da IMBEL, para as próximas prestações de contas, visando o aperfeiçoamento das demonstrações contábeis e financeiras, adote as seguintes providências: a) apresentar justificativas nas notas explicativas sobre as principais variações ocorridas nas contas, e não apenas a reprodução dos números dos demonstrativos, a exemplo das contas Custos e Despesas, assunto reportado no Parecer desta Secretaria acerca das contas do exercício de 2020; b) registrar nas notas explicativas e no Relatório da Administração informações a respeito de eventuais obrigações ou responsabilidades assumidas, por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Ou pelo menos, a aplicabilidade da norma no contexto de atuação da Empresa; e c) evidenciar em nota explicativa o detalhamento da variação de saldo da conta Provisão para Contingências, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, item 84, informando os saldos inicial e final, as adições, reversões e demais valores que resultem no saldo final da conta. Finalmente, deve-se registrar em ata a ressalva feita pela STN de que para a constituição de Reserva para Investimento cabe à Imbel apresentar orçamento de capital compatível com a retenção pretendida e de que a Reserva Especial de Dividendos, se não absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser paga como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia, não podendo ser dado outra destinação pela Administração." Concluída a leitura do voto da União, o Presidente determinou ao Secretário, o registro em ata das deliberações acima discriminadas, complementando a informação que as eleições dos atuais Conselheiros de Administração da IMBEL, em recondução, compreendem um prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, a contar de 14/12/2021. Ato contínuo, referente às recomendações da STN, apontadas no voto da União, visando aprimorar o Relatório da Administração (RA) nas próximas prestações de contas, o Presidente da IMBEL pediu vistas à AGO, e em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro da IMBEL, e solicitou o registro em ata das seguintes manifestações: a) Pesquisa e Desenvolvimento - o assunto consta no RA, Capítulo 1 (pag. 8 e 13) e Nota Explicativa nº 31 (pg. 46); b) Maior detalhamento dos recursos humanos, a exemplo de investimentos em treinamento e informações sobre fundos de seguridade - o RA trata o assunto como homem/hora, contudo observa-se como oportunidade de melhoria; c) Informações acerca de novos produtos e reformulações administrativas, quando houver - não teve, por isso não consta no RA; e d) Perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros - não foi informada no Relatório de Administração. Quanto às recomendações da STN para as próximas prestações de contas, visando o aperfeiçoamento das demonstrações contábeis e financeiras, adote as seguintes providências: a) apresentar justificativas nas notas explicativas sobre as principais variações ocorridas nas contas, e não apenas a reprodução dos números dos demonstrativos, a exemplo das contas Custos e Despesas, assunto reportado no Parecer desta Secretaria acerca das contas do exercício de 2020 - houve informação de custo na página 51 do RA; b) registrar nas notas explicativas e no Relatório da Administração informações a respeito de eventuais obrigações ou responsabilidades assumidas, por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Ou pelo menos, a aplicabilidade da norma no contexto de atuação da Empresa - as condições adversas que a IMBEL possui em relação a qualquer outra sociedade do setor privado é o recebimento do Orçamento da União (nota explicativa nº 8,19 e 37), tendo que respeitar os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei das Estatais, e os Termos de Execução Descentralizada (nota explicativa nº 20); e c) evidenciar em nota explicativa o detalhamento da variação de saldo da conta Provisão para Contingências, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, item 84, informando os saldos inicial e final, as adições, reversões e demais valores que resultem no saldo final da conta - a evidenciação ocorreu na nota explicativa nº 21, página 42 do RA. Ainda sobre a recomendação da STN, onde coloca que deve-se registrar em ata a ressalva feita pela STN de que para a constituição de Reserva para Investimento cabe à IMBEL apresentar orçamento de capital compatível com a retenção pretendida e de que a Reserva Especial de Dividendos, se não absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser paga como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia, não podendo ser dado outra destinação pela Administração - foi encaminhada, junto com a documentação da prestação de contas, a indicação dos investimentos prioritários para compor a Reserva para Investimento. Cabe informar, ainda, que a demanda do capital compatível com a retenção pretendida já está sendo solicitada junto à Secretaria de Orçamento e Finanças para compor a LOA (Lei Orçamentária Anual) na Captação da Proposta de 2023 e será feito um controle de valores com solicitações para os anos seguintes. Retornando com a palavra, o Presidente autorizou o registro em ata das manifestações da diretoria, e como nada mais houve agradeceu a presença de todos, e às quinze horas e cinquenta minutos declarou encerrada as Assembleias Gerais de Acionistas da IMBEL, determinando a mim, WILSON RODRIGUES DE SOUZA, como Secretário, lavrar a ata de registro da reunião, que depois de lida, se achada conforme, será por todos assinada. -.-.-.-.-A ata da reunião encontra-se registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o protocolo nº 1840093 em 23/05/2022.

EDUARDO CESAR PASA
Presidente da AGO/AGE/Representante do Ministério da Defesa

HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO
Procurador da Fazenda Nacional/Representante da União

WILSON RODRIGUES DE SOUZA
Secretário da AGO/AGE

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 54, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova a criação das Normas da Autoridade Marítima para a Embarcações do tipo Moto Aquática e para Motonautas - NORMAM-34/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Aprovar a criação das "Normas da Autoridade Marítima para a Embarcações do tipo Moto Aquática e para Motonautas" - NORMAM-34/DPC, que a esta acompanham.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EMBARCAÇÕES DO TIPO MOTO AQUÁTICA E PARA MOTONAUTAS

NORMAM-34/DPC

- 2022 -

INTRODUÇÃO

1. PROPÓSITO

O propósito da NORMAM-34/DPC é estabelecer as normas e os procedimentos sobre o emprego das embarcações do tipo moto aquática (MA), exclusivamente em atividades de esporte e/ou recreio, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental por parte dessas embarcações no meio aquaviário e de seus condutores.

2. DESCRIÇÃO

Esta publicação divide-se em 5 Capítulos e 18 anexos: o Capítulo 1 define os termos e a nomenclatura utilizada na referida norma, o Capítulo 2 descreve os procedimentos para inscrição e transferência de propriedade e/ou jurisdição de motos aquáticas, o Capítulo 3 aborda os procedimentos para habilitação de motonauta, o Capítulo 4 descreve os procedimentos para o credenciamento de estabelecimentos para o treinamento náutico para motonauta e o capítulo 5 estabelece os procedimentos especiais para o aluguel de moto aquática (MA) e emissão carteira de habilitação de motonauta especial (CHA-MTA-E).

A NORMAM-34/DPC decorre do que estabelece a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário - LESTA, e do Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 - RLESTA, que a regulamenta, especialmente no que tange à condução de embarcações do tipo moto aquática.

Em seu art. 2º, inciso I, é estabelecido que "Amador é todo aquele com habilitação certificada pela Autoridade Marítima para operar embarcações de esporte e recreio, em caráter não-profissional".

As categorias de amadores estão listadas no item II do anexo I do Decreto nº 2.596/98 (RLESTA), dentre as quais o Motonauta (MTA), apto para conduzir moto aquática (MA) nos limites da navegação interior, como previsto na presente Norma da Autoridade Marítima.

3. CLASSIFICAÇÃO

Esta publicação é classificada como: Publicações da Marinha do Brasil (PMB) não controlada, ostensiva, normativa e norma.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES GERAIS - DEFINIÇÕES

1.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As motos aquáticas possuem, normalmente, propulsão a jato d'água e chegam a desenvolver velocidades superiores a trinta nós em um curto período devido à grande capacidade de aceleração que possuem. Os modelos existentes se diferem quanto às suas condições de equilíbrio e o movimento necessário para se manter estável. Além disso, a sua manobrabilidade está condicionada a fatores tais como as condições ambientais e meteoceanográficas e, principalmente, à habilidade do condutor com o tipo de equipamento.

Assim, as peculiaridades acima mencionadas requerem a atenção redobrada por parte dos usuários de motos aquáticas, bem como uma qualificação apropriada pelos estabelecimentos que ministrarão os treinamentos náuticos para a sua condução, visando, exclusivamente, à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana nos mares e rios.

O MTA estará sujeito ao enquadramento do art. 261 do Decreto Lei nº 2.848/40, Código Penal, caso exponha à perigo a sua embarcação, própria ou alheia, ou pratique qualquer ato tendente a impedir ou dificultar a navegação marítima, fluvial ou aérea.

1.2 - PROPÓSITO

Estabelecer normas e procedimentos sobre o emprego das embarcações do tipo moto aquática (MA), exclusivamente em atividades de esporte e/ou recreio, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental por parte dessas embarcações no meio aquaviário e de seus condutores.

1.3 - ABREVIATURAS UTILIZADAS NESTA NORMA

AAM - Agente da Autoridade Marítima.

AG - Agência da Capitania dos Portos.

AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras.

ARA - Arrais-Amador.

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, fornecido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

BDMOTO - Boletim de Dados de Moto Aquática.

CF - Capitania Fluvial.

CHA - Carteira de Habilitação de Amador.

CP - Capitania dos Portos.

CPA - Capitão-Amador.

DL - Delegacia da Capitania dos Portos.

DPC - Diretoria de Portos e Costas.

DPEM - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (Lei nº 8,374 de 30 de dezembro de 1991).

EAMA- Estabelecimento de Aluguel de Moto Aquática.

ETN - Estabelecimento de Treinamento Náutico.

ETN/PF - Estabelecimento de Treinamento Náutico/Pessoas Físicas.

GRU - Guia de Recolhimento da União.

LESTA - Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário.

MB - Marinha do Brasil.

MA - Moto aquática.

MSA - Mestre-Amador.

MTA - Motonauta.

MTA-E - Motonauta Especial.

NPCP/NPCF - Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos/Normas e Procedimentos para as Capitanias Fluviais.

OM - Organização Militar.

RIPEAM - Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar.

RLESTA - Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998, que a regulamenta a Lei nº 9.537/97 (LESTA).

SISGEMB - Sistema de Gerenciamento de Embarcações.

SOLAS - Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

TIE - Título de Inscrição de Embarcação.

1.4 - DEFINIÇÕES

Para utilização da presente norma, seguem abaixo as seguintes definições:

Agente da Autoridade Marítima: É a Autoridade local que representa a Autoridade Marítima, podendo ser o Capitão dos Portos, o Delegado ou o Agente.

Amador: todo cidadão com habilitação certificada pela Autoridade Marítima para operar embarcações de esporte e/ou recreio, em caráter não profissional.

Áreas adjacentes às praias: áreas em todo o entorno de uma faixa de praia, seja marítima, fluvial ou lacustre, até o limite de duzentos metros medidos a partir da linha da arrebentação das ondas ou, no caso de rios, lagos e lagoas onde se inicia o espelho d'água.

Áreas de navegação: áreas onde uma embarcação empreende uma singradura ou navegação. Para aplicação da presente norma, as áreas de navegação são divididas em:

Navegação em mar Aberto: aquela realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas, subdivididas nos seguintes tipos:

Navegação costeira: realizada dentro dos limites de visibilidade da costa até a distância máxima de vinte milhas náuticas; e

Navegação oceânica: realizada além das vinte milhas náuticas da costa.

Navegação interior: realizada em águas consideradas abrigadas ou parcialmente abrigadas, subdivididas nos seguintes tipos:

Área 1 - áreas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.

Área 2 - áreas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.

As Áreas de Navegação Interior são estabelecidas através das NPCP/NPCF, de cada Capitania, com base nas peculiaridades locais.

Associações náuticas: são entidades de natureza civil, sem fins lucrativos, e que tenham como objetivo agregar amadores em torno de objetivos náuticos e ou esportivos.

Balizamento de Uso Restrito - boias de demarcação que orientam o locatário com CHA-MTA-E a navegar com a moto aquática alugada em local perfeitamente definido e atendam aos requisitos da segurança da navegação e da salvaguarda da vida humana no mar. Para efeito desta norma, o balizamento de uso restrito tem o propósito de limitar/demarcar, sobretudo, os corredores de aproximação e partida de motos aquáticas alugadas

Carteira de Habilitação de Amador (CHA) - documento que habilita e expressa a qualificação do Amador na condução de embarcações de esporte e/ou recreio.

Clubes náuticos - clubes que incluam em suas atividades, registradas em estatuto, a prática das atividades náuticas, voltadas para o esporte e/ou recreio, prestando serviços aos membros do clube ou não, e devidamente regularizados junto às autoridades competentes e cadastrados nas Capitanias, Delegacias e Agências (CP/DL/AG).

Dispositivos flutuantes - meios de uso individual ou coletivo, desprovido de propulsão, rebocados na água por embarcação para a prática de atividades esportivas ou de recreio, tais como: banana-boat, disc-boat, ski aquático e wakeboarding, entre outros.

Embarcação - qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e as fixas quando rebocadas, sujeita a inscrição na Autoridade Marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas.

Entidades Desportivas Náuticas - entidades promotoras e organizadoras de eventos esportivos náuticos que envolvam embarcações, devidamente regularizadas e cadastradas na CP/ DL/AG.

Equipamentos de Entretenimento Aquático - são os demais dispositivos não enquadrados como flutuantes ou aéreos rebocados, como por exemplo: acessórios acoplados a embarcações, pranchas esportivas utilizadas para atividades esportivas de recreação e lazer do tipo stand-up paddle e windsurf, coletes ou botas impulsionados por hidrojato, etc.

Estabilidade Intacta - é a propriedade que tem a embarcação de retornar à sua posição inicial de equilíbrio, depois de cessada a força perturbadora que dela a afastou, considerando-se a situação de integridade estrutural da embarcação.

Estabelecimento de Aluguel de Moto Aquática (EAMA) - toda e qualquer empresa, cadastrada como pessoa jurídica, que preste esse tipo de serviço.

Estabelecimento de Treinamento Náutico (ETN) - toda e qualquer empresa que ministre treinamentos práticos para a qualificação de amadores na condução, exclusivamente, de embarcações de esporte e/ou recreio.

Inspeção Naval - atividade de cunho administrativo que consiste na fiscalização do cumprimento da Lei nº 9.537/97 (LESTA) e das normas e regulamentos dela decorrentes, e dos atos e resoluções internacionais ratificados pelo Brasil.

Inscrição da Embarcação - é o cadastramento da embarcação na CP/DL/AG, com a atribuição do nome e do número de inscrição e a expedição do respectivo Título de Inscrição de Embarcação (TIE).

Linha Base - é a linha de arrebentação das ondas ou, no caso de rios, lagos e lagoas, onde se inicia o espelho d´água.

Lotação - quantidade máxima de pessoas autorizadas a embarcar, incluindo a tripulação.

Marinas - organizações prestadoras de serviços aos navegantes amadores e desportistas náuticos e afins, devidamente regularizadas junto aos órgãos competentes e cadastradas nas CP/DL/AG.

Moto Aquática - embarcação cuja propulsão e governo são gerados por hidrojato.

Motonauta - todo Amador com habilitação certificada pela Autoridade Marítima para conduzir moto aquática.

Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP) e Capitanias Fluviais (NPCF) - são regras específicas estabelecidas pelas Capitanias dos Portos e Capitanias Fluviais, que complementam as Normas da Autoridade Marítima, adequando-as, no que couber, às peculiaridades regionais de suas respectivas áreas de jurisdição.

Passageiro - é a pessoa conduzida pelo Motonauta, não devendo ter idade inferior a sete anos.

Proprietário - é a pessoa física ou jurídica em cujo nome a embarcação de esporte e/ou recreio está inscrita numa CP/DL/AG e/ou registrada no Tribunal Marítimo.

Termo de Responsabilidade - consta do Boletim de Dados de Moto Aquática - BDMOTO, anexo 2-B, necessário à inscrição da embarcação. Por meio deste, o proprietário assume o compromisso legal de cumprir todos os requisitos de segurança previstos nas normas.

Tripulante - todo Amador ou profissional que exerce funções, embarcado, na condução/operação da embarcação.

1.5 - CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA ASEGURANÇADANAVEGAÇÃO(DPC)

Incentiva-se que os usuários de MA, individualmente ou por meio de Federações ou Associações Náuticas, enviem sugestões para as CP/DL/AG com o intuito de colaborar no aperfeiçoamento da NORMAM-34/DPC, a fim de lhe conferir dinamismo e acompanhar a evolução da atividade relacionada ao emprego desse tipo de embarcação.

1.6 - ÁREAS SELETIVAS PARA A NAVEGAÇÃO

1.6.1 - A fim de resguardar a integridade física das pessoas que estiverem fazendo uso do ambiente, as MA que estiverem sendo utilizadas em atividades de esporte e/ou recreio só podem navegar a partir de duzentos metros da linha de base.

Considera-se linha de base:

- nas praias litorâneas: a linha de arrebentação das ondas; e

- nos rios, lagos e lagoas, onde se inicia o espelho d'água junto às suas margens.

O trânsito da MA entre o seu ponto de entrada/saída d'água e a linha de base, e vice-versa, deve ser realizado perpendicularmente a essa, e com velocidade baixa, abaixo de três nós.

A MA pode se aproximar da linha de base para fundeio, caso não haja proibição da autoridade local para isso.

As MA empregadas no Serviço de Salvamento de vidas humanas na água, pelos Órgãos competentes, como o Corpo de Bombeiros, estão isentas dessas restrições.

1.6.2 - Nos locais onde não se possa aplicar os limites supra citados, os Capitães dos Portos deverão defini-los nas suas respectivas NPCP/NPCF, visando à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana.

1.6.3 - As áreas a serem utilizadas exclusivamente por MA alugadas serão definidas e autorizadas pela autoridade municipal ou estadual competente, com a anuência do Agente da Autoridade Marítima (CP/DL/AG), sendo adequadamente delimitadas por boias de demarcação, cujo posicionamento e manutenção ficarão a cargo do EAMA.

1.6.4 - Deverá o poder público, estadual ou municipal, delimitar o uso adequado do espelho d'água e águas subjacentes, com a anuência do AAM, nas áreas adjacentes às suas praias e/ou margens de rios, lagos e lagoas, a fim de permitir a sua utilização racional, simultânea e compartilhada por banhistas e embarcações de esporte e/ou recreio, visando a preservação da vida humana e a segurança da navegação.

1.6.5 - A colocação/retirada das embarcações da água, bem como o embarque/desembarque de pessoal/material, deve ser realizado em áreas exclusivamente a isso destinadas, definido como "Corredor de Aproximação e Partida", preferencialmente localizadas nas extremidades navegáveis das praias, ou outro local definido pelo poder público, estadual ou municipal, com a anuência do AAM, devendo ser adequadamente delimitadas por boias de demarcação e por aqueles manutenidas.

1.7 - RESTRIÇÃO PARA TRÁFEGO E FUNDEIO DE MOTO AQUÁTICA

Não é permitido o tráfego e fundeio de MA nas seguintes áreas, consideradas de segurança:

1.7.1 - a menos de duzentos metros de instalações militares;

1.7.2 - áreas próximas às usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleoelétricas, cujos limites serão fixados e divulgados pelas concessionárias responsáveis pelo reservatório de água, com anuência do AAM da área de jurisdição;

1.7.3 - fundeadouros de navios mercantes;

1.7.4 - canais de acesso aos portos;

1.7.5 - proximidades das instalações portuárias;

1.7.6 - a menos de quinhentos metros de unidades estacionárias de produção de petróleo;

1.7.7 - áreas especiais, nos prazos determinados em Avisos aos Navegantes ou Avisos-Rádio; e

1.7.8 - áreas adjacentes às praias, reservadas especialmente para os banhistas e mergulhadores.

Nota:

a) A área de segurança de unidade estacionária de produção de petróleo compreende a superfície em torno dessa, cujos pontos de sua envoltória distam de quinhentos metros de qualquer parte de sua estrutura.

b) São consideradas unidades estacionárias de produção de petróleo as plataformas fixas, as plataformas semissubmersíveis, as unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO) e embarcações congêneres.

c) Considera-se invasão da área de segurança a entrada e permanência não autorizada de embarcações que ultrapassem os limites acima definidos.

1.8 - COMPETIÇÕES, PASSEIOS, EXIBIÇÕES, EVENTOS NÁUTICOS E COMEMORAÇÕES PÚBLICAS

1.8.1- Deverão ser precedidos do preenchimento e apresentação à CP/DL/AG da Declaração de Dados para a Realização de Competições, Passeios, Exibições e Comemorações Públicas (anexo 1-A), contendo dados para a realização do evento e, anexos a esta, o plano logístico e o plano de navegação, quando aplicável. Serão realizados somente durante o período diurno, sendo proibido o tráfego de MA entre o pôr do sol e o nascer do sol.

1.8.2 - A participação de menores de dezoito anos em competições que envolvam MA está condicionada à apresentação à organização do evento, de autorização formal dos pais, tutores ou responsáveis legais, além do acompanhamento de associações ou federações esportivas voltadas para a prática de uso desses equipamentos. Não é recomendável a realização de competições envolvendo menores de quatorze anos.

1.8.3 - Os organizadores de competições, passeios, exibições, eventos náuticos e comemorações públicas envolvendo MA deverão observar, no planejamento e programação dos referidos eventos, dentre outras, as regras mencionadas nos incisos 1.8.1 e 1.8.2, com o propósito de assegurar que esses eventos não comprometam a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana. Caso o evento interfira com o uso de praias, especialmente se realizado a menos de duzentos metros da linha de base, ou qualquer outra área utilizada por banhistas e/ou mergulhadores, os AAM responsáveis deverão ser alertadas por seus organizadores, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para garantir a integridade física daqueles usuários. Enquadra-se neste inciso, por exemplo, o emprego de embarcações em apoio a esportes náuticos praticados na arrebentação das praias, como no caso do tow-in surf, em que, nesse caso, o poder público municipal, com a anuência do AAM, poderá autorizar o tráfego de embarcações a menos de duzentos metros da linha base, em caráter excepcional.

1.8.4 - Eventos ou passeios realizados dentro dos limites da navegação interior

Este tipo de evento deve, obrigatoriamente, ser submetido à avaliação do AAM da respectiva Área de Jurisdição para que seja, excepcionalmente, autorizado.

A realização de eventos ou passeios com MA nos limites da navegação interior (Área 1 e Área 2) implicará em cuidados extras com a segurança da navegação, conforme o quantitativo de embarcações participantes e o local de realização do evento (Área 1 ou Área 2) , devendo ser cumpridas as seguintes regras:

a) Em grupo entre dez e trinta MA, será obrigatória a comunicação para a CP/DL/AG, conforme anexo 1-A, informando o número de participantes, destino, horário de saída e horário previsto de retorno. Reitera-se que não é permitida a navegação a menos de duzentos metros da linha base.

b) Em grupo acima de trinta MA, os organizadores deverão:

I) dispor de embarcação de apoio, adequadamente identificada com bandeira ou adesivada com a palavra APOIO, em quantidade estabelecida pelas respectivas NPCP/NPCF das áreas de jurisdição onde o evento náutico se realizará. Deverão, ainda, ser guarnecidas por pessoal devidamente habilitado e dispor a bordo de uma pessoa qualificada e habilitada em curso de Primeiros Socorros. Essas embarcações deverão ter classificação compatível com a área em que irão operar e capacidade para rebocar as embarcações apoiadas. Além disso, deverão dispor de, pelo menos, uma embarcação que deverá ficar sempre à frente de todo o grupo, atuando como líder; e mais uma embarcação que deverá se posicionar sempre à retaguarda do grupo, atuando como embarcação de contenção. Essas embarcações poderão ser motos aquáticas e deverão ser devidamente identificadas como "apoio ao evento", devendo se comunicar entre si sobre quaisquer incidentes ou sobre eventuais embarcações desgarradas do grupo;

II) detalhar o plano de navegação, contendo o local e hora de partida, derrota prevista, pontos de arribada e local e hora estimada de chegada;

III) detalhar o plano logístico, informando o apoio de terra, pontos de remoção de feridos, pontos de remoção equipamentos avariados e, se for o caso, pontos de reabastecimento;

IV) prover a comunicação entre a embarcação de apoio e a organização, por transceptor, na faixa de VHF marítimo, nos canais designados pelo serviço móvel marítimo, podendo ser complementado, caso necessário e dentro de área de cobertura, pelo sistema de telefonia celular;

V) com pelos menos três dias úteis anteriores ao evento, entregar à CP/DL/AG a relação contendo o número de inscrição das MA, o número de inscrição da habilitação dos seus condutores e os nomes dos demais participantes. É imprescindível que, antes da realização do evento, a organização realize orientações específicas aos participantes, a fim de uniformizar todas as regras do evento, sobre os planos de navegação e percurso, enfatizando a não autorização para realização de manobras radicais ou quaisquer tipos de acrobacias durante o percurso;

VI) durante o percurso, deverá ser mantida uma distância segura entre as embarcações, com o objetivo de evitar abalroamento e para que haja tempo de resposta em manobras;

VII) as MA deverão dispor de cabos de reboque com bitola mínima de dez milímetros e comprimento mínimo de 25 metros. Os cabos deverão ser equipados com gancho tipo mosquetão (engate rápido), em cada ponta, facilitando o clipe nos olhais de proa e popa;

VIII) é de total responsabilidade da organização do evento realizar contato prévio com demais órgãos municipais, inclusive para eventuais autorizações afetas àquelas autoridades; e

IX) os participantes deverão fazer uso de Colete Salva-Vidas Classe V durante a duração de todo o evento. Recomenda-se fazer uso de luvas, botas ou sapatilhas e óculos de proteção.

1.8.5 - Eventos ou passeios realizados dentro dos limites da navegação costeira

Para a realização de eventos ou passeios com MA dentro dos limites da navegação costeira, deverá ser considerado o distanciamento máximo de cinco milhas náuticas da costa.

A sua realização ficará condicionada desde que as MA possuam o comprimento total de, no mínimo, 3,20 metros e que as condições meteorológicas não excedam a Força 4 da escala Beaufort, devendo os organizadores:

a) apresentar à CP/DL/AG, com antecedência mínima de quinze dias úteis, a declaração de dados para a realização de regatas, competições, passeios, exibições e comemorações públicas (anexo 1-A) contendo dados para a realização do evento e, anexos a ela , o plano logístico e o plano de navegação, quando aplicável. A CP/DL/AG deverá se manifestar em até cinco dias úteis, autorizando, solicitando revisões ou negando a realização do evento;

b) detalhar o plano de navegação, contendo local e hora de partida, derrota prevista, pontos de arribada e local e hora estimada de chegada;

c) detalhar o plano logístico, contendo o apoio de terra, pontos de remoção de feridos, pontos de remoção equipamentos avariados e, se for o caso, pontos de reabastecimento;

d) restringir a condução da MA à categoria de Mestre-Amador/Motonauta;

e) garantir que as MA/condutores disponham de equipamentos com as seguintes capacidades: transcepção em VHF marítimo localização satélite, rastreamento pessoal via satélite com serviço ativo e telefonia celular;

f) dispor de pelo menos duas embarcações de apoio, adequadamente identificadas com bandeira ou adesivada com a palavra APOIO, para cada quarenta MA participantes. As embarcações deverão ser guarnecidas por pessoal devidamente habilitado, devendo ainda dispor de uma pessoa qualificada e habilitada em curso de Primeiros Socorros. Essas embarcações deverão ter classificação compatível com a área em que irão operar e capacidade para rebocar as embarcações apoiadas. Além disso, deverão dispor de pelo menos uma embarcação que deverá ficar sempre à frente de todo o grupo, atuando como líder; e pelo menos mais uma embarcação que deverá se posicionar sempre à retaguarda do grupo, atuando como embarcação de contenção. Essas embarcações poderão ser motos aquáticas e deverão ser devidamente identificadas como apoio ao evento, devendo se comunicar entre si sobre quaisquer incidentes ou sobre eventuais embarcações desgarradas do grupo;

g) garantir que os participantes façam uso dos seguintes equipamentos de segurança, no mínimo: Colete Salva-Vidas Classe V, luvas, botas ou sapatilhas e óculos de proteção;

h) garantir que as comunicações entre as embarcações de apoio, organização e participantes sejam realizadas via transceptor VHF marítimo, nos canais designados pelo serviço móvel marítimo;

i) com pelos menos três dias úteis anterior ao evento, entregar à CP/DL/AG a relação contendo o número de inscrição das MA, o número de inscrição da habilitação dos seus condutores e os nomes dos demais participantes. É imprescindível que, antes da sua realização, a organização realize orientações específicas aos participantes, a fim de uniformizar todas as regras do evento, sobre os planos de navegação e percurso, enfatizando a não realização de manobras radicais ou quaisquer tipos de acrobacias durante o percurso;

j) durante o passeio, a lotação máxima das MA com capacidade para três lugares será reduzida, devendo ser mantida uma vaga disponível, a fim de possibilitar o embarque outro participante que necessite de auxílio;

k) durante o percurso, deverá ser mantida uma distância segura entre as embarcações, a fim de evitar abalroamento e de maneira a ter tempo de resposta em manobra;

l) é terminantemente proibida a realização de manobras radicais ou quaisquer tipos de acrobacias durante o percurso;

m) as MA deverão dispor de cabo de reboque com bitola mínima de dez milímetros e comprimento mínimo de 25 metros. Os cabos deverão ser equipados com gancho tipo mosquetão (engate rápido), em cada ponta, facilitando o clipe nos olhais de proa e popa; e

n) é de total responsabilidade da organização do evento realizar contato prévio com demais órgãos municipais/estaduais, inclusive para eventuais autorizações afetas àquelas autoridades.

Notas:

a) As CP/CF, considerando as condições geográficas, meteorológicas e as especificidades locais das suas áreas de jurisdição, deverão avaliar a adequabilidade da permissão de tais eventos em suas NPCP/NPCF, efetuando as devidas alterações nas Normas sob sua responsabilidade;

b) Para todos os eventos, as MA deverão dispor de autonomia de combustível suficiente para chegar ao seu destino ou realizar paradas para abastecimento, fazendo constar no plano logístico. Está proibido o abastecimento no mar, bem como o acondicionamento de bombonas de combustível, inclusive nas embarcações de apoio;

c) As MA deverão empreender velocidade compatível com o estado do mar e com as condições de manobrabilidade da embarcação; e

d) Para fins de aplicação desta norma e com o propósito de ordenar os eventos náuticos envolvendo encontros de embarcações, entende-se por evento náutico (ou encontro náutico) todo evento em que houver convocação de participantes por meio digital, físico e/ou mídias sociais em que reúna um número mínimo de dez embarcações. Dessa forma, as pessoas e/ou empresas que estejam à frente das referidas convocações serão reconhecidas como "organizadores do evento náutico" e deverão cumprir as regras mencionadas nas alínea acima, conforme o caso, com o objetivo de assegurar que esses eventos não interfiram na segurança da navegação e na salvaguarda da vida humana no mar, rios e lagos.

1.9 - ATIVIDADES COM DISPOSITIVOS FLUTUANTES E EQUIPAMENTOS DE ENTRETENIMENTO AQUÁTICO

As atividades esportivas e/ou de recreio nas proximidades de praias do litoral, canais, lagos, lagoas e rios, que utilizem dispositivos flutuantes e equipamentos de entretenimento aquático, através de motos aquáticas, atenderão as seguintes regras e recomendações:

1.9.1 - Regras gerais:

a) deverá o poder público, municipal ou estadual, regular as atividades relativas às diversões públicas e comerciais;

b) a utilização de dispositivos flutuantes e equipamentos de entretenimento aquático estará limitada ao perímetro estabelecido nas Áreas Seletivas para a Navegação, conforme estabelecido no inciso 1.6.4, a fim de que seja preservada a vida humana e a segurança da navegação;

c) os usuários de dispositivos flutuantes e equipamentos de entretenimento aquático, quando aplicável, deverão embarcar e desembarcar das embarcações rebocadoras somente nos cais, atracadores, trapiches e afins que possuam as condições de segurança adequadas. Além disso, o embarque e o desembarque é admitido em praias que possuam local a isso destinado, desde que limitado por boias de demarcação, de maneira a se garantir a segurança dos banhistas (corredor de aproximação e partida);

d) é proibido o reboque de dispositivos flutuantes no período entre o pôr e o nascer do sol;

e) as CP/CF poderão estabelecer regras e recomendações adicionais sobre o assunto em suas NPCP/NPCF; e

f) todos os envolvidos em atividades com dispositivos flutuantes e equipamentos de entretenimento aquático deverão estar vestindo coletes salva-vidas adequados durante a prática esportiva.

1.9.2 - Regras especiais para reboque de dispositivo flutuante realizado por moto aquática em caráter comercial:

a) a MA deve ter capacidade para, no mínimo, três ocupantes: condutor, observador e eventual passageiro do dispositivo rebocado;

b) no caso de reboque de banana boat/disc boat, o número de passageiros estará limitado a cinco pessoas por dispositivo;

c) deve existir um observador a bordo para vigiar o usuário do dispositivo, informando ao condutor quaisquer anormalidades observadas que afetem a sua segurança, assim como a aproximação de outras embarcações pelo setor de través/popa;

d) o condutor da MA deve ser aquaviário e MTA;

e) a MA deverá ser equipada com espelhos retrovisores, que possuam campo de visão angular adequado e ser fixado de forma a contribuir para que o seu condutor visualize os passageiros transportados no dispositivo rebocado; e

f) ficam isentas dessas regras as MA empregadas em salvamento e em atividades aquáticas conhecidas como tow-in surf.

1.9.3 - Regras especiais para utilização de dispositivos flutuantes quando operados exclusivamente em caráter de esporte e lazer:

Entende-se, nesta situação, a utilização de embarcações rebocando dispositivos flutuantes mais simples, como ski aquático, wake board ou similares em prática esportiva ou de lazer. Para tal, valem as seguintes regras:

a) a embarcação rebocadora deverá possuir ponto de fixação adequado para o cabo de reboque, para que sua manobra não fique limitada pelo seu movimento, principalmente durante as guinadas, e seja capaz de efetuar o recolhimento expedito do(s) usuário(s)/dispositivo quando estiverem na água;

b) por se tratar de reboque com MA, essa deve ser tripulada por um condutor amador habilitado na categoria de MTA, sendo este o responsável pela segurança da embarcação e do usuário do dispositivo, e por manter a distância mínima de obstáculos potencialmente perigosos;

c) deve existir um observador a bordo para vigiar o usuário do dispositivo, informando ao condutor quaisquer anormalidades observadas que afetem a sua segurança, assim como a aproximação de outras embarcações pelo setor de través/popa;

d) o condutor da embarcação rebocadora deve manobrá-la com velocidade compatível com a segurança necessária para os banhistas, para o usuário do dispositivo e para as embarcações em movimento ou fundeadas, sempre levando em consideração os riscos potenciais decorrentes do tráfego aquaviário e das limitações impostas pela geografia do local, bem como pelas condições meteorológicas presentes;

e) é obrigatória a utilização de colete salva-vidas por todos os usuários de dispositivos flutuantes, enquanto estiverem realizando a atividade aquática;

f) a MA deverá ter potência e capacidade de manobra suficientes para realizar a prática desportiva do usuário rebocado com segurança; e

g) além da obrigatoriedade de haver a bordo um observador, a MA deverá ser equipada com espelhos retrovisores, que possuam grande campo de visão angular e ser fixado, de forma a contribuir para que o condutor visualize os passageiros transportados no dispositivo rebocado ou contar com um observador a bordo.

1.9.4 - Regras e recomendações para o emprego de equipamentos de entretenimento aquático que utilizam hidrojato.

Os equipamentos movidos por hidrojato, que permitem a impulsão de pessoas no ar, tais como o flyboard, o hoverboard e o jetpack empregam MA para impulsionar pranchas, mochilas e acessórios especiais. Para os iniciantes da prática desse tipo de esporte, é obrigatório que uma pessoa habilitada na categoria de MTA permaneça na MA exercendo o comando da embarcação e propulsão do equipamento. Para aqueles MTA que possuem treinamento específico fornecido por entidade especializada e representantes oficiais do equipamento, a prática do esporte poderá ser realizada de forma individual, por meio do gerenciamento eletrônico remoto da MA.

Além da obrigação de se manter além dos duzentos metros da linha de base das praias, em nenhuma hipótese poderá existir interação com banhistas e outras embarcações.



Flyboard



Hoverboard



Jetpack

Para melhor segurança dos praticantes dos equipamentos flyboard, hoverboard e Jetpack, recomenda-se que a prática desse esporte aquático seja realizado somente com o estado do mar adequado, com ventos de pouca intensidade e ondas de pequena altura. O praticante deverá observar rigorosamente as orientações contidas no manual do fabricante e as fornecidas durante o seu treinamento, sendo de sua inteira responsabilidade a execução das manobras aéreas e mergulhos.

É obrigatório o uso do colete salva-vidas do tipo V e recomendável o uso de capacete do tipo wakeboard.

1.9.5 - Regras especiais para o emprego de equipamentos de entretenimento aquático que utilizam dispositivos acoplados (jet wave boat).



Jet Wave Boat

Dispositivos acoplados como o jet wave boat caracterizam-se por operarem acoplados a uma MA.

O dispositivo jet wave boat e a MA deverão ser registrados separadamente, cabendo, a cada um, um número de inscrição distinto.

1.10 - INDENIZAÇÕES POR SERVIÇOS PRESTADOS

Em conformidade com o previsto no art. 38 da LESTA, os serviços prestados pela Autoridade Marítima, em decorrência da aplicação destas normas, serão indenizados pelos usuários, conforme os valores estabelecidos no anexo 1-B.

1.11 - COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

A comprovação de residência para os serviços de inscrição de moto aquática e processos para habilitação de Motonauta poderá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

1.11.1 - contrato de locação em que figure como locatário; ou

1.11.2 - conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrida há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, ele poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C.

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO DE MOTOS AQUÁTICAS

2.1 - INSCRIÇÃO E EMISSÃO DO TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO (TIE)

As MA estão sujeitas à Inscrição Simplificada, condicionada à entrega nas CP/DL/AG da sua área de jurisdição dos seguintes documentos:

2.1.1 - Requerimento do interessado (anexo 2-A);

2.1.2 - Boletim de Dados de Moto Aquática - BDMOTO (anexo 2-B), preenchido em duas vias;

2.1.3 - Procuração e documento de Identidade (quando aplicável);

2.1.4 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de inscrição de MA, conforme valor constante no anexo 1-B;

2.1.5 - Nota Fiscal do fabricante ou do revendedor que contenham todas as características da MA;

2.1.6 - Documento oficial de identificação para pessoa física ou Estatuto ou contrato social para pessoa jurídica (cópia simples);

2.1.7 - CPF ou CNPJ, conforme o caso (cópia simples);

2.1.8 - Comprovante de residência;

Mediante a apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

a) contrato de locação em que figure como locatário; ou

b) conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrida há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C;

2.1.9 - Duas fotografias coloridas da MA, gravadas em mídia, sendo uma da popa e outra do través, detalhando as suas características, devendo ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB; e

2.1.10 - Comprovante de regularização da aquisição junto à Receita Federal do Brasil (RFB), caso importada por pessoa física.

a) Após a verificação da conformidade dos documentos acima descritos, a MA será cadastrada no SISGEMB, sendo, posteriormente, emitido o TIE com validade de cinco anos. Caso o TIE não seja expedido dentro da validade do protocolo emitido pela CP/DL/AG, o condutor poderá trafegar com a MA portando a via do BDMOTO juntamente com esse protocolo por, no máximo, sessenta dias. Caso, após sessenta dias, o TIE não tenha sido emitido, será fornecido ao proprietário um TIE Provisório (anexo 2-C), com prazo de validade de até trinta dias.

A MA está isenta de vistoria inicial, porém, a critério do AAM, poderá ser submetida à inspeção, antes do seu cadastramento no SISGEMB, a fim de que sejam verificadas as características constantes no BDMOTO.

2.2 - RENOVAÇÃO DO TIE

Toda MA deverá proceder à renovação do TIE.

O proprietário, ou seu preposto legal, deverá comparecer à CP/DL/AG trinta dias antes do término de sua validade, com a seguinte documentação:

2.2.1 - Requerimento do interessado (anexo 2-A), apresentando novo comprovante de residência, caso tenha ocorrido alteração;

2.2.2 - Caso tenha ocorrido alteração das características da MA, tais como mudança de motor, o proprietário deverá apresentar novo BDMOTO preenchido;

2.2.3 - Duas fotografias coloridas da MA, gravadas em mídia, sendo uma da popa e outra do través, detalhando as suas características, devendo ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB;

2.2.4 - TIE original (somente para renovação); e

2.2.5 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de renovação de TIE, conforme valor constante no anexo 1-B.

Nota: As MA que ainda possuam TIE sem data de validade, deverão ser recadastradas, quando será emitido um novo TIE pelo SISGEMB, com validade de cinco anos.

2.3 - EMISSÃO DA 2ª VIA DO TIE

Deverão ser apresentados pelo proprietário da MA os seguintes documentos:

2.3.1 - Requerimento do interessado (anexo 2-A), apresentando novo comprovante de residência, caso tenha ocorrido alteração;

2.3.2 - documento oficial de identificação do proprietário dentro da validade e CPF ou CNPJ conforme o caso, podendo ser cópia simples para ambos;

2.3.3 - TIE original, a ser entregue na CP/DL/AG, no caso de emissão de 2ª via por motivo de mau estado de conservação;

2.3.4 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de emissão da 2ª via de TIE, conforme valor constante no anexo 1-B; e

2.3.5 - Registro de ocorrência (a ser registrado no SISGEMB), no caso de emissão de 2ª via decorrente de perda, roubo ou extravio, ou declaração de extravio, onde conste que o declarante está ciente das implicações legais para prestação de informações inverídicas, conforme previsto no artigo 299 do Código Penal. O modelo da declaração de extravio encontra-se no anexo 2-D, devendo ser assinado pelo interessado na presença do atendente da CP/DL/AG.

2.4 - TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO DA MOTO AQUÁTICA

Poderá ser requerida por meio do BDMOTO (anexo 2-B), por ocasião da mudança de propriedade e/ou da área de jurisdição em que irá operar, dentro do prazo de sessenta dias.

Se o proprietário da MA possuir o TIE emitido no formulário antigo, onde não consta a data de validade, preencher a Autorização para Transferência de Propriedade (anexo 2-E).

2.4.1 - Transferência de propriedade

Com o propósito de evitar receber multas relacionadas ao novo proprietário, recomenda-se que o antigo proprietário informe a venda da MA à CP/DL/AG onde estiver inscrita na primeira oportunidade. Para isso, deverá apresentar a Comunicação de

Transferência de Propriedade (anexo 2-F) e anexar cópia da Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE, onde as assinaturas do comprador e vendedor deverão ter reconhecimento por autenticidade.

Para a transferência de propriedade, o novo proprietário deverá requerer o serviço junto à CP/DL/AG da área de jurisdição onde deseja operar, anexando ao requerimento (anexo 2-A), os seguintes documentos:

a) TIE original;

b)Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE, com reconhecimento por autenticidade das firmas do comprador e do vendedor. Caso tenha sido extraviado, a transferência poderá ser efetuada dentro das seguintes condições:

I) Se os dados do vendedor forem os mesmos que constem do SISGEMB como proprietário atual, poderá ser utilizada a autorização para transferência de propriedade (anexo 2-E);

II) Caso tenha havido sucessão de posse, devidamente registrada em cartório de títulos e documentos, sem ter sido regularizada na CP/DL/AG, os dados referentes a cada uma das vendas sucessivas deverão ser registrados no campo "histórico" do SISGEMB; e

III) Caso não atenda a qualquer das condições acima, deverá solicitar uma segunda via do TIE, conforme os requisitos constantes no artigo 2.3, para que possa ser dado prosseguimento ao processo.

c) BDMOTO;

d) Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado (quando aplicável);

e) Comprovante de residência

Mediante a apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

I) contrato de locação em que figure como locatário; ou

II) conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrida há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C;

f) Documento oficial de identificação com foto, dentro da validade, e CPF ou CNPJ, conforme o caso, cópia simples para ambos;

g) Duas fotografias coloridas da MA, gravadas em mídia, sendo uma da popa e outra do través, detalhando as suas características, devendo ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB; e

h) Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de inscrição de MA, conforme valor constante no anexo 1-B.

Notas

1) As MA que ainda possuam TIE sem data de validade, deverão ser recadastradas, quando será emitido um novo TIE pelo SISGEMB, com validade de cinco anos; e

2) O número de inscrição da embarcação não será alterado.

2.4.2 - Transferência de jurisdição

a) Deverá ser providenciada na CP/DL/AG onde se deseja registrar, utilizando o requerimento constante do anexo 2-A. Essa nova CP/DL/AG de registro informará à última CP/DL/AG de registro, solicitando a transferência, assim como o envio dos documentos pertinentes.

b) A última CP/DL/AG de registro verificará a documentação e notificará a existência de pendências, principalmente multas não pagas, ou em processo de julgamento/recurso, ou, eventualmente, outras restrições legais que impeçam a transferência;

c) Caso inexista fato que restrinja a transferência, a nova CP/DL/AG de registro será informada, sendo efetuada a sua transferência e, posteriormente, recebendo toda a documentação existente, sendo responsável pela emissão do novo TIE;

d) Caso existam fatos que impeçam a transferência de jurisdição, a última CP/DL/AG de registro deverá informar os motivos impeditivos, ficando a cargo da nova CP/DL/AG de registro o indeferimento do requerimento do proprietário; e

e) Documentação

Para a transferência de jurisdição de MA, o proprietário deverá anexar os seguintes documentos:

I) BDMOTO (anexo 2-B);

II) Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado (quando aplicável);

III) documento oficial de identificação com foto, dentro da validade, e CPF ou CNPJ , conforme o caso, cópia simples para ambos;

IV) Comprovante de residência mediante a apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Leinº 6.629, de 16 de abril de 1979:

- contrato de locação em que figure como locatário; ou

- conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrida há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C;

V) TIE original;

VI) Duas fotografias coloridas da MA, gravadas em mídia, sendo uma da popa e outra do través, detalhando as suas características, devendo ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB; e

VII) Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de inscrição de MA, conforme valor constante no anexo 1-B.

Nota: As MA que ainda possuam TIE sem data de validade, deverão ser recadastradas, quando será emitido um novo TIE pelo SISGEMB, com validade de cinco anos.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO DE MOTONAUTA

3.1 - INSCRIÇÃO E EXAME PARA HABILITAÇÃO DE MOTONAUTA

Motonauta (MTA) é o amador apto a conduzir moto aquática (MA) nos limites da navegação interior. A habilitação de motonauta será comprovada por meio da Carteira de Habilitação de Amador (CHA) de Motonauta.

Os amadores das categorias de Arrais-Amador (ARA), Mestre-Amador (MSA) e Capitão-Amador (CPA), cuja habilitação foi emitida a partir de dois de julho de 2012, deverão estar também habilitados na categoria de MTA, caso desejem conduzir moto aquática.

Os amadores, cuja habilitação foi emitida antes de dois de julho de 2012, deverão obter a habilitação de MTA por ocasião da renovação das suas respectivas CHA, para continuarem a conduzir moto aquática.

3.1.1 - Inscrição para o Exame de Motonauta

Para efetuar sua inscrição para o exame na categoria de MTA, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação na CP/DL/AG, ou no local estabelecido por essas Organizações Militares:

a) requerimento, solicitando a emissão da Carteira de Habilitação de Motonauta (anexo 3-A);

b) cópia autenticada do documento oficial de identificação, com fotografia e dentro da validade. A autenticação poderá ser feita no próprio local de inscrição, mediante comparação da cópia com o original;

c) cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF). A autenticação poderá ser feita no próprio local de inscrição, mediante comparação da cópia com o original. Será aceito também o documento oficial de identificação que contenha o CPF;

d) Comprovante de residência.

A comprovação de residência poderá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

I) contrato de locação em que figure como locatário; ou

II) conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrido há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, ele poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C;

e) Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de emissão de CHA-MTA, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B;

f) Atestado médico, emitido há menos de um ano, que comprove bom estado psicofísico, incluindo restrições, caso existam, como por exemplo:

I) uso obrigatório de lentes de correção visual;

II) acompanhamento por terceiro;

III) uso obrigatório de aparelho de correção auditiva; e

IV) restrição para condução de embarcações durante a noite.

Observação: caso haja dúvida sobre a capacidade ou a habilidade motora do interessado em conduzir de forma segura a embarcação, deverá ser apresentado laudo médico circunstanciado, relatando as condições físicas do interessado. O CP/DL/AG, por seu turno, agendará uma avaliação técnica para verificar se o condutor atende aos requisitos mínimos de segurança para a condução de embarcação, para este caso específico.

O atestado médico é dispensável para os candidatos que apresentarem sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dentro da validade. A mesma observação do inciso anterior deve ser atendida; e

g) Atestado de treinamento náutico para MTA (anexo 3-B), comprovando que realizou treinamento náutico de acordo com as "Instruções Gerais para o Exame Escrito e para o Treinamento Náutico para a categoria de Motonauta" (anexo 3-C).

Nota:

Os atestados de treinamento para MTA serão emitidos por estabelecimentos de treinamento náuticos/pessoas físicas devidamente cadastrados nas CP/DL/AG, conforme estabelecido na Seção III do Capítulo 4.

3.1.2 - Exame de Habilitação

a) O exame para a habilitação de MTA é constituído de prova escrita (ou eletrônica), devendo o candidato possuir idade mínima de dezoito anos e saber ler e escrever. Os procedimentos estão contidos no anexo 3-C.

b) Deverá ser realizado, preferencialmente, nas sedes das CP/DL/AG. A critério da CP/DL/AG, esses exames poderão ser realizados em outras localidades, desde que suas instalações sejam adequadas, como por exemplo, em Clubes Náuticos, Marinas, Entidades Desportivas Náuticas, escolas públicas ou privadas e próprios Federais, Estaduais ou Municipais. Sua realização deve atender a todos os interessados da região, independentemente de qualquer vínculo com a entidade que estiver sediando o exame escrito.

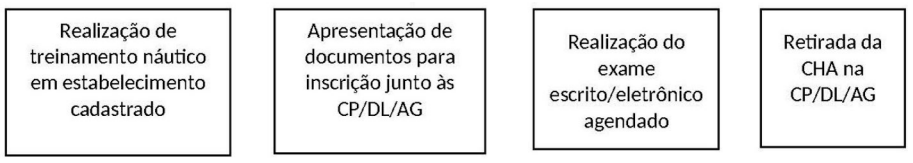
As instituições interessadas na realização de exames, em caráter extraordinário, fora das instalações da respectiva CP/DL/AG deverão formalizar o seu pedido, apresentando sua motivação, local e recursos disponíveis para aplicação do mesmo, bem como a quantidade de candidatos previstos.

c) Após a conclusão do exame de habilitação, será elaborada pelo titular da CP/DL/AG uma Ordem de Serviço constando o resultado.

Nota:

Os ARA, MSA e CPA estão isentos da realização do exame de habilitação, devendo cumprir o artigo 3.4 desta norma, para agregação de categoria de MTA.

3.1.3 - Resumo do Procedimento para habilitação de MTA



3.2 - EMISSÃO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR DE MOTONAUTA

3.2.1 - A CHA-MTA é um documento que qualifica o amador na condução de uma MA. Deve estar acompanhada de um documento oficial de identificação se possuidor do modelo de CHA sem foto.

3.2.2 - A CHA possui validade em todo território nacional por um período de dez anos, a partir da data da sua emissão.

3.2.3 - Para MTA com 65 anos ou mais, a validade da CHA será de cinco anos a partir da sua emissão.

3.2.4 - A CP/DL/AG da jurisdição do candidato aprovado emitirá a CHA.

3.2.5 - Deverão constar no campo observações da CHA as restrições constantes do atestado médico.

3.3 - RENOVAÇÃO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR DE MOTONAUTA

O interessado na renovação da CHA de MTA deverá dirigir-se à CP/DL/AG apresentando a seguinte documentação:

3.3.1 - Requerimento do interessado (anexo 3-A);

3.3.2 - Cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da Carteira de Habilitação de Amador original;

3.3.3 - Atestado médico, emitido há menos de um ano, que comprove bom estado psicofísico, incluindo restrições, caso existam, como por exemplo:

I) uso obrigatório de lentes de correção visual;

II) acompanhamento por terceiros;

III) uso obrigatório de aparelho de correção auditiva; e

IV) restrição para condução de embarcações durante a noite.

Observação: caso haja dúvida sobre a capacidade ou a habilidade motora do interessado em conduzir de forma segura a embarcação, deverá ser apresentado laudo médico circunstanciado, relatando as condições físicas do interessado. O CP/DL/AG, por seu turno, agendará uma avaliação técnica para verificar se o condutor atende requisitos mínimos de segurança para a condução de embarcação, para este caso específico.

O atestado médico anterior é dispensável para os candidatos que apresentarem sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dentro da validade. A mesma observação do inciso anterior deve ser atendida;

3.3.4 - Comprovante de residência.

A comprovação de residência poderá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

a) contrato de locação em que figure como locatário; ou

b) conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrido há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, ele poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C; e

3.3.5 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de renovação de CHA na categoria de Motonauta, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B.

Notas:

a) Está autorizada a condução de MA com protocolo para renovação de CHA, emitida pela CP/DL/AG, por até trinta dias após sua expedição.

b) Transcorridos cinco anos do vencimento da sua Carteira de Habilitação de Amador de Motonauta, o interessado em renová-la, deverá submeter-se a novo processo de inscrição e exame nessa categoria, cumprindo as orientações preconizadas no artigo 3.1, para realização de um novo exame escrito, sendo dispensada a apresentação de novo atestado de treinamento náutico para Motonauta.

3.4 - AGREGAÇÃO DE MOTONAUTA NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR

Os ARA, MSA e CPA interessados em agregar a habilitação de MTA deverão apresentar à CP/DL/AG os seguintes documentos:

3.4.1 - Requerimento ao CP/DL/AG solicitando a agregação (anexo 3-A);

3.4.2 -Atestado de treinamento náutico para MTA, obtido junto aos estabelecimentos/pessoas físicas cadastrados para o treinamento náutico (anexo 3-B);

3.4.3 - Cópia autenticada ou cópia simples da Carteira de Habilitação de Amador na categoria de ARA, MSA e CPA, com apresentação do original ou documento que comprove sua qualificação;

3.4.4 - Comprovante de residência.

A comprovação de residência poderá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei nº 6.629, de 16 de abril de 1979:

a) contrato de locação em que figure como locatário; ou

b) conta de luz, água, gás ou telefone, preferencialmente com CEP, a vencer ou com data de vencimento ocorrido há, até, 120 dias.

Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos, poderá ser apresentada comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, ele poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C; e

3.4.5 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de agregação da categoria de Motonauta, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B.

3.5 - 2ª VIA DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR DE MOTONAUTA

Poderá ser solicitada junto a qualquer CP/DL/AG para situações que decorram de extravio, roubo, furto ou danos, apresentando os seguintes documentos:

3.5.1 - requerimento ao CP/DL/AG solicitando a 2ª via da habilitação, fundamentando o motivo (anexo 3-A);

3.5.2 - declaração de extravio, roubo, furto ou danos de CHA (anexo 3-D) ou Boletim de Ocorrência;

3.5.3 - cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original do documento oficial de identificação, com fotografia e dentro da validade;

3.5.4 - cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Será aceito também o documento oficial de identificação que contenha o CPF; e

3.5.5 - Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de 2ª via da Carteira de Habilitação de Amador para a categoria de Motonauta, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B.

Nota:

Está autorizada a condução de MA com protocolo para 2ª via de CHA, emitida pela CP/DL/AG, por até trinta dias após sua expedição.

3.6 - SUSPENSÃO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE AMADOR

O Capitão, Delegado ou Agente poderá suspender uma CHA, nos casos de cometimento de infrações constantes do RLESTA, quando aplicável. Assim, de acordo com a infração praticada, e mediante processo administrativo de Auto de Infração, detalhada nas Normas da Autoridade Marítima para Inspeção Naval (NORMAM-07/DPC). Nesse sentido, a CHA-MTA poderá ser suspensa por até doze meses.

3.7 - CANCELAMENTO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DO AMADOR

O descumprimento ao inciso I do art. 23 do RLESTA, qual seja, conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, poderá ensejar na imposição da pena de suspensão da CHA-MTA por até 120 dias. A reincidência sujeitará o infrator à pena de cancelamento da referida habilitação.Em consonância com o art. 28 da LESTA, decorridos dois anos de imposição da pena de cancelamento, o infrator poderá requerer a sua CHA-MTA, submetendo-se a todos os requisitos estabelecidos para o seu processo de emissão inicial.

3.8 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Incentiva-se que o amador mantenha-se atualizado e observe o cumprimento da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, das normas e regulamentos dela decorrentes (Normas da Autoridade Marítima e Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos/Normas e Procedimentos das Capitanias Fluviais - NPCP/NPCF) e do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM), no que se refere à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, no mar aberto e em hidrovias interiores, e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas fixas ou suas instalações de apoio.

Casos omissos serão apreciados pelo Diretor de Portos e Costas, após consultas efetuadas pelas CP/DL/AG.

CAPÍTULO 4

CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PARA O TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

SEÇÃO I

PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

4.1 - APLICAÇÃO

Este capítulo estabelece os procedimentos para credenciamento de Estabelecimentos de Treinamento Náutico para Motonauta, ou de Pessoas Físicas (em caráter excepcional), junto às Capitanias, Delegacias e Agências (CP/DL/AG), visando à emissão do Atestado de Treinamento Náutico para Motonauta.

4.2 - PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

Entende-se por Estabelecimento de Treinamento Náutico de Motonauta (ETN-M) a empresa que ministre treinamentos práticos para a qualificação de amadores na condução de motos aquáticas.

Além desses estabelecimentos, é permitido, em caráter excepcional, o credenciamento de Motonautas (Pessoas Físicas - PF), a critério dos CP/DL/AG, observando as dificuldades e aspectos regionais. Nesse sentido, o Capitão dos Portos poderá instituir regras complementares ao assunto em suas NPCP/NPCF, observando a eventual ausência de ETN-M na sua área de jurisdição e o atendimento de alunos residentes em cidades distantes desses estabelecimentos.

O credenciamento de Estabelecimento de Treinamento Náutico de Motonauta (ETN-M) e o credenciamento de Motonautas (PF) será atribuído a título precário, não importando em qualquer ônus para a União, e estará sujeito aos interesses da administração pública. A titularidade do credenciamento será atribuída a uma única pessoa jurídica, não se admitindo a transferência para outra.

4.2.1 - Do Processo de Credenciamento de Estabelecimento de Treinamento Náutico de Motonauta (ETN-M)

Estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

a) requerimento, solicitando o cadastramento do estabelecimento, assinado pelo seu responsável ou representante legal (anexo 3-A);

b) declaração para credenciamento de estabelecimentos e pessoas físicas relativa ao treinamento náutico (anexo 4-A);

c) cópia autenticada ou cópia simples, com apresentação do original, do documento oficial de identificação e CPF do responsável legal do estabelecimento. A autenticação poderá ser feita no próprio local de cadastramento. Será aceito também o documento oficial de identificação que contenha o CPF;

d) cópia autenticada ou cópia simples, com apresentação do original, do Estatuto ou do contrato social do estabelecimento registrado no órgão competente. No caso de microempresário (ME) será aceita a Declaração de Registro na Junta Comercial e para microempresário individual (MEI) será aceito o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

e) comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ, constando como atividade principal ou secundária da empresa "Cursos de Pilotagem", "outras atividades de ensino não especificadas anteriormente" ou "Cursos preparatórios para concursos", conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE;

f) cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original do alvará de funcionamento expedido pelo órgão municipal competente;

g) Comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente à realização do cadastramento de estabelecimentos de treinamento náutico para Motonauta, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B; e

h) cópia autenticada ou cópia simples, com apresentação do original, do contrato de aluguel, cessão de uso ou similares, da embarcação empregada no treinamento (quando aplicável).

Após a verificação de toda a documentação e não havendo qualquer exigência, a CP/DL/AG agendará uma visita técnica ao ETN-M, com o propósito de verificar no local as condições de funcionamento e as condições das embarcações empregadas. Além disso, realizará teste prático com pelo menos um dos instrutores habilitados para cada tipo de treinamento.

Após realizada visita técnica e não havendo qualquer exigência, a CP/DL/AG emitirá a respectiva Portaria de credenciamento, com validade de cinco anos.

4.2.2 - Do Processo de Credenciamento de Pessoas Físicas para Treinamento Náutico para Motonauta

Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) requerimento, solicitando o seu credenciamento (anexo 3-A);

b) declaração para credenciamento de estabelecimentos e pessoas físicas relacionada ao treinamento náutico (anexo 4-A);

c) cópia autenticada ou cópia simples, com apresentação do original, do documento oficial de identificação e CPF. Será aceito também o documento oficial de identificação que contenha o CPF;

d) comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

e) comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente à realização do credenciamento de Pessoas Físicas para treinamento náutico para Motonauta, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B; e

f) cópia autenticada ou cópia simples, com apresentação do original, do contrato de aluguel, cessão de uso ou similares, da embarcação empregada no treinamento (quando aplicável).

Após a verificação de toda a documentação apresentada, e não havendo qualquer exigência, a CP/DL/AG responsável pelo credenciamento agendará um teste prático de condução com o amador, bem como verificará as condições das MA a serem empregadas no treinamento.

Após realizado o teste prático e não havendo qualquer exigência, a CP/DL/AG emitirá a respectiva Portaria de credenciamento, com validade de cinco anos.

4.3 - REGRAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS ETN-M/PF

4.3.1 - Os instrutores deverão possuir, no mínimo, dois anos de habilitação na categoria de Motonauta;

4.3.2 - Os instrutores poderão realizar treinamentos náuticos em mais de um estabelecimento credenciado e seus dados deverão constar da declaração constante do anexo 4-A, referente ao estabelecimento em que estiver atuando;

4.3.3 - As embarcações empregadas no treinamento não precisam, necessariamente, ser de propriedade do responsável do estabelecimento ou amador credenciado. O interessado deverá apresentar, no ato do credenciamento , o contrato de aluguel, a cessão de uso ou outros documentos similares;

4.3.4 - As Motos Aquáticas empregadas no treinamento náutico para Motonauta deverão estar identificadas com uma faixa/placa amarela em local visível do costado, com no mínimo quinze centímetros de altura, com a inscrição "TREINAMENTO NÁUTICO" na cor preta e letras em caixa alta;

4.3.5 - A área de atuação dos ETN-M/PF credenciados para treinamento náutico limitam-se aos municípios pertencentes à área de jurisdição da CP/DL/AG que realizou o seu credenciamento. Esta informação constará da Portaria;

4.3.6 - Os ETN-M/PF credenciados deverão informar antecipadamente às CP/DL/AG a programação dos treinamentos náuticos nas condições e prazos estabelecidos pela CP/DL/AG na Portaria de credenciamento;

4.3.7 - Quando em instrução para a obtenção do atestado de treinamento para Motonauta, o candidato conduzirá a embarcação, tendo o instrutor na garupa, supervisionando na própria MA onde se encontra o aluno, pois é o responsável direto pela condução e pelo correto cumprimento das regras estabelecidas no RIPEAM. Além disso, deverá estar em condições de assumir o comando da embarcação prontamente. A instrução deverá ser realizada em área que não cause interferência em outras atividades náuticas e/ou banhistas;

4.3.8 - Em hipótese alguma os ETN-M/PF credenciados poderão utilizar qualquer outra embarcação para o treinamento náutico, senão aquelas cadastradas e sob sua responsabilidade;

4.3.9 - O responsável pelo ETN-M/PF deverá apresentar na CP/DL/AG responsável pelo seu credenciamento uma nova declaração (anexo 4-A), devidamente atualizada, sempre que houver alterações nos dados informados anteriormente. Serão aceitos apenas os atestados de treinamento para MTA cujos treinamentos tenham sido realizados e assinados por instrutores constantes da declaração retro mencionada;

4.3.10 - Os instrutores deverão cumprir rigorosamente o previsto no plano de treinamento constante do anexo 3-B;

4.3.11 - É de total responsabilidade dos ETN-M/PF credenciados a manutenção da validade de documentos emitidos por outras instituições e repartições públicas, obrigatórios para o credenciamento inicial; e

4.3.12 - É de total responsabilidade dos instrutores o fiel cumprimento de todas as regras de segurança previstas nas normas da Autoridade Marítima durante o treinamento náutico.

SEÇÃO II

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO DO ETN-M/PF

4.4 - IRREGULARIDADES E DISCREPÂNCIAS

Se durante o período vigente do credenciamento dos ETN-M/PF forem observadas quaisquer irregularidades ou discrepâncias em relação às regras estabelecidas na Portaria de Credenciamento da CP/DL/AG, poderão ser aplicadas sanções administrativas de advertência, suspensão ou cancelamento.

Nos casos em que o AAM considerar a natureza e a gravidade da conduta cometida, a aplicação das sanções independerá de aplicações de sanções anteriores.

4.4.1 - Da Advertência

Constituem infrações passíveis de aplicação da sanção de advertência por escrito:

a) negligência na condução das atividades dos instrutores cadastrados, nos serviços administrativos de sua responsabilidade direta, bem como no cumprimento das

atribuições previstas na Portaria de Credenciamento, normas complementares expedidas pela Autoridade Marítima e seus Representantes/AAM, bem como em legislação federal afeta;

b) deficiência, de qualquer ordem, de instalações, equipamentos, e embarcações, inclusive quanto à sua identificação, utilizados no processo de instrução do locatário;

c) descumprimento das regras de identidade visual, fazendo uso de dados, informações, logotipos, imagens ou representações gráficas sem autorização legal;

d) permitir, a qualquer título ou pretexto, a condução das atividades por instrutores não cadastrados pela credenciada;

e) recusa injustificada na prestação de informações requeridas pelo AAM;

f) descumprimento da programação estabelecida para a instrução do locatário; e

g) deixar de observar determinações de ordem legal ou regulamentar, aplicáveis à instrução do locatário.

4.4.2 - Da Suspensão

Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão das atividades por noventa dias:

a) a aplicação de três sanções de advertência, no intervalo de 24 meses , independentemente do dispositivo violado e do prazo do credenciamento;

b) inexistência, de qualquer ordem, de instalações, equipamentos, e embarcações, inclusive quanto à sua identificação, utilizados no processo de instrução, previamente declarados em processo de credenciamento ou de renovação de credenciamento;

c) exercício das atividades em local diverso do credenciado ou fora do horário permitido;

d) permitir, a qualquer título ou pretexto, a condução das atividades por motonautas não cadastrados como instrutor; e

e) aluguel de MA para locatário com CHA vencida.

Durante o período de suspensão das atividades, são vedadas quaisquer atividades como a ministração de aulas e a captação de clientes para fins de habilitação.

4.4.3 - Do Cancelamento

Constituem infrações passíveis de aplicação da sanção administrativa de cancelamento do credenciamento:

a) a aplicação de duas sanções de suspensão, no intervalo de 24 meses , independentemente do dispositivo violado e do prazo do credenciamento;

b) permitir, a qualquer título ou pretexto, que terceiro ou pessoa estranha ao credenciado, execute em seu nome a atividade credenciada;

c) permitir, a qualquer título ou pretexto, a condução das atividades de instrução por pessoa não habilitada;

d) praticar ato de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a

administração pública ou privada;

e) praticar, permitir ou facilitar quando da realização de aquisição de habilitação a utilização de meio indevido ou fraudulento;

f) alugar moto aquática à pessoa não habilitada;

g) estando em cumprimento de interrupção imediata das atividades em caráter de medida acauteladora conforme previsto no subitem 4.4.4, ou de suspensão das atividades nos termos das infrações do inciso 4.4.2, permanecer com a realização das atividades, captar novos clientes para realização de matrículas, ministrar aulas e/ou exercer quaisquer outras atividades relacionadas ao credenciamento; e

h) praticar fraude de qualquer natureza quando do processo que visa a emissão de habilitação especial.

4.4.4 - Da Interrupção Imediata da Atividade como condição acauteladora

Ao ser observado perigo iminente para a vida humana, o Agente da Autoridade Marítima interromperá imediatamente a atividade do ETN-M/PF, sem a prévia manifestação do interessado, como providência acauteladora, até que a irregularidade seja sanada, devendo ser instaurado o procedimento sancionatório previsto no inciso 4.4.5.

Ao ser aplicada a medida acauteladora, em caráter preventivo, o

credenciado não poderá desempenhar suas atividades durante todo o período da interrupção, como a realização de aulas e a captação de clientes para novas aquisições de habilitação.

4.4.5 - Do Procedimento Sancionatório

A aplicação das sanções administrativas relativas à suspensão e cancelamento, será precedida de processo administrativo, atendidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Constatada a infração, a autoridade competente deverá notificar formalmente o credenciado, descrevendo a conduta praticada e o dispositivo normativo violado. O credenciado notificado poderá ofertar defesa preliminar escrita, no prazo de dez dias úteis contados do recebimento da notificação.

A autoridade julgadora, de ofício ou a requerimento do credenciado processado, poderá determinar a realização de perícias, acareações, inquirições de pessoas ou de outras testemunhas, ou a prática de quaisquer outros atos necessários à elucidação dos fatos investigados, desde que não sejam meramente protelatórios.

Terminada a instrução do processo administrativo sancionatório e verificado o

atendimento dos requisitos dos atos processuais, a autoridade competente cientificará o credenciado processado para que no prazo de dez dias úteis ofereça suas alegações finais escritas.

Apresentadas ou não as alegações finais escritas, a decisão fundamentada do processo administrativo sancionatório deverá ser proferida pela autoridade competente e notificada ao credenciado processado.

4.4.6 - Do Recurso

Após tomar conhecimento da decisão fundamentada da Autoridade competente, o responsável pelo ETN-M/PF poderá interpor recurso ao Capitão dos Portos da área de jurisdição, no prazo de dez dias úteis, por meio da CP/DL/AG que instaurou o procedimento.

Da decisão proferida pelo Capitão dos Portos, o responsável pelo ETN-M/PF poderá apresentar recurso em última instância ao Diretor de Portos e Costas, no prazo de dez dias úteis contados a partir da data de conhecimento da decisão.

O Diretor de Portos e Costas disporá do prazo de até trinta dias para proferir sua decisão.

Após o trânsito em julgado administrativo, caberá à CP/DL/AG que iniciou o processo administrativo, emitir a respectiva Portaria de Suspensão ou de Cancelamento do ETN-M/PF, em conformidade com a decisão proferida.

4.5 - DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO

Os ETN-M/PF que resolverem encerrar suas atividades deverão comunicar por escrito à CP/DL/AG que realizou o cadastramento inicial. Esta comunicação deverá ser realizada por intermédio de requerimento, conforme modelo do anexo 3-A, expondo os motivos do descredenciamento e ser assinado pelo responsável.

A CP/DL/AG emitirá a Portaria de descredenciamento do ETN-M/PF, considerando a data da comunicação oficial efetuada pelo ETN-M/PF à OM.

CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA O ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA (MA) E EMISSÃO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE MOTONAUTA ESPECIAL (CHA-MTA-E)

O aluguel de MA é uma atividade de cunho comercial com a finalidade exclusiva de recreação pelo locatário habilitado (MTA/MTA-E), com idade mínima de dezoito anos.

Ao locatário será concedida, em caráter temporário, uma CHA-MTA Especial (CHA-MTA-E), após o cumprimento de procedimentos específicos descritos neste capítulo.

Somente o Estabelecimento de Aluguel de Moto Aquática (EAMA), credenciado nas CP/DL/AG de sua área de jurisdição, está autorizado a prestar o serviço para locatários portadores da CHA-MTA-E.

SEÇÃO I

ESTABELECIMENTO DE ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA (EAMA)

5.1 - PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO E RENOVAÇÃO DO EAMA

O EAMA é a pessoa jurídica de direito privado, constituída de acordo com a legislação brasileira, cuja atividade principal ou secundária é o aluguel de equipamentos recreativos e esportivos.

Estão isentos de credenciamento nas CP/DÇ/AG os EAMA que alugam embarcações exclusivamente para amadores habilitados na categoria de MTA.

EAMA que desejarem prestar o serviço para locatários portadores de CHA-MTA-E deverão ser previamente credenciados nas CP/DL/AG de sua área de jurisdição.

O credenciamento de um EAMA se constitui em uma autorização, ou seja, é um ato discricionário e precário que não gera quaisquer direitos prévios para o autorizado. Dessa forma, poderá ser cancelado, quando necessário, pelo Agente da Autoridade Marítima, observando o Procedimento Administrativo previsto na Seção IV deste capítulo.

Para isso, o interessado deve apresentar a seguinte documentação:

5.1.1 - requerimento ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente, conforme o caso (anexo 3-A), solicitando o credenciamento do estabelecimento, assinado pelo seu responsável ou representante legal;

5.1.2 - declaração para credenciamento de EAMA, (anexo 5-A);

5.1.3 - cópia autenticada do documento oficial de identificação e CPF do responsável legal do estabelecimento, ou cópia simples com apresentação do original dos documentos. A autenticação poderá ser feita no próprio local de credenciamento. Será aceito, também, o documento oficial de identificação que contenha o CPF;

5.1.4 - cópia autenticada do Estatuto ou do Contrato Social do estabelecimento registrado no órgão competente, ou cópia simples com apresentação do original do documento. No caso de Microempresário (ME) será aceita a Declaração de Registro na Junta Comercial, e para Microempresário Individual (MEI) será aceito o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

5.1.5 - comprovante de inscrição e de situação cadastral (CNPJ), constando como atividade principal ou secundária da empresa o "Aluguel de Equipamentos Recreativos e Esportivos", conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

5.1.6 - cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pelo órgão municipal competente, ou cópia simples com apresentação do original;

5.1.7 - cópia autenticada das CHA-MTA do(s) instrutor(es) responsável(eis) pela demonstração prática e atividades de apoio correlatas para o locatário que intenciona se habilitar como Motonauta Especial, ou cópia simples com apresentação do original;

5.1.8 - memorial descritivo da área destinada à condução de MA por locatário habilitado com CHA-MTA-E, no qual conste:

a) a localização e as dimensões da referida área, por coordenadas geográficas (LAT/LONG);

b) o posicionamento das boias de demarcação da área destinada à condução da MA por locatários com CHA-MTA-E;

c) instalação de "balizamento de uso restrito", conforme preconiza a NORMAM-17/DHN, contendo cordões de boias, unidas entre si por cabo de material resistente, com espaçamento adequado, indicando ao locatário com CHA-MTA-E o corredor seguro para a aproximação e partida entre a praia e o local destinado à condução de MA alugada;



Balizamento de Uso Restrito (corredor de aproximação e partida de MA alugada)

d) o quantitativo máximo de MA alugada operando simultaneamente; e

e) um procedimento de emergência para vítimas decorrentes de acidentes com suas MA alugadas;

5.1.9 - comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de credenciamento de EAMA, conforme valor constante no anexo 1-B;

5.1.10 - cópia autenticada do contrato de aluguel, cessão de uso ou similares, das MA utilizadas no serviço, ou cópia simples com apresentação do original (quando aplicável); e

5.1.11 - duas fotos coloridas da embarcação, uma mostrando-a pela popa e outra pelo través, de forma que a embarcação apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto e contendo placa/adesivo com a palavra "ALUGUEL", visivelmente legível, de acordo com as regras do inciso 5.2.4. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

Caberá ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente a análise da documentação supracitada e a sua aprovação, conforme as peculiaridades locais.

Deverá ser agendada pela CP/DL/AG uma visita técnica ao EAMA, com o propósito principal de verificar as condições de funcionamento e manutenção das MA a serem utilizadas e dos recursos disponíveis para a exibição das videoaulas e demonstração prática.

Caso não sejam identificadas quaisquer inconformidades, a CP/DL/AG emitirá a respectiva Portaria de credenciamento, válida por dois anos, contendo as informações pertinentes constantes nos documentos relacionados no artigo 5.1, com cópia para o estabelecimento credenciado.

O credenciamento concedido ao EAMA se refere, exclusivamente, à competência da AMB, no que concerne à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana no mar e nas águas interiores, não eximindo a mesma das obrigações perante aos demais órgãos responsáveis pelo controle da atividade em questão. O credenciamento poderá ser cancelado a qualquer momento, se constatadas irregularidades que possam comprometer a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica. Qualquer caso nesse sentido será tratado pela Seção IV deste Capítulo.

Caso o EAMA tenha tido o seu credenciamento cancelado, a solicitação de um novo credenciamento somente poderá ocorrer após um ano, a contar da data da Portaria de Cancelamento.

Para a renovação do credenciamento, o EAMA deverá apresentar, com antecedência

mínima de trinta dias, os mesmos documentos requeridos por ocasião do credenciamento inicial.

5.2 - REQUISITOS BÁSICOS PARA O FUNCIONAMENTO

5.2.1 - A área de atuação dos EAMA limita-se aos municípios pertencentes à jurisdição da CP/DL/AG que realizou o seu credenciamento, devendo esta informação constar explicitamente na Portaria de credenciamento;

5.2.2 - O EAMA deverá delimitar e manter, com boias de demarcação, o corredor de aproximação e partida e a área destinada à condução da MA alugada por locatários com CHA-MTA-E, após a autorização do órgão municipal responsável, com a anuência das CP/DL/AG, no que se refere à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana;

5.2.3 - Todos os instrutores responsáveis pela demonstração prática e atividades de apoio correlatas para o locatário que intenciona a se habilitar como Motonauta Especial (CHA-MTA-E) deverão possuir, pelo menos, dois anos de habilitação como MTA;

5.2.4 - As MA empregadas no aluguel para locatários com CHA-MTA-E deverão ser identificadas com uma faixa/placa amarela em local visível do costado, com no mínimo quinze centímetros de altura, com a inscrição "ALUGUEL " na cor preta e letras em caixa alta;

5.2.5 - As MA empregadas no aluguel não precisam ser, necessariamente, de propriedade do responsável do EAMA, podendo o interessado por seu credenciamento apresentar o contrato de aluguel, a cessão de uso ou outros documentos similares;

5.2.6 - Os EAMA não poderão utilizar outras MA que não sejam as credenciadas e sob sua responsabilidade;

5.2.7 - As MA alugadas deverão possuir, preferencialmente, potência limitada a até 110HP e, obrigatoriamente, serem dotadas de dispositivos que limitem sua velocidade, podendo ser do tipo esbarro mecânico, que impeça o curso do acelerador de forma que limite a velocidade da embarcação a até 20 nós;

5.2.8 - O responsável pelo EAMA deverá apresentar na CP/DL/AG responsável pelo seu credenciamento uma nova declaração (anexo 5-A), devidamente atualizada, sempre que houver alterações em qualquer informação anteriormente prestada;

5.2.9 - Os instrutores credenciados deverão cumprir rigorosamente o previsto no atestado de demonstração prática para condução de moto aquática alugada, conforme anexo 5-B, incluindo a transmissão de informações sobre as regras gerais para a condução de MA alugada por locatário não habilitado, detalhadas no inciso 5.3.1;

5.2.10 - É de responsabilidade dos EAMA a manutenção da validade de documentos emitidos por outras instituições e repartições públicas, obrigatórios para o credenciamento inicial; e

5.2.11 - Deverá ser mantida uma embarcação de apoio permanentemente disponível e pronta para apoiar o locatário com CHA-MTA-E, quando conduzindo MA alugada.

d) o quantitativo máximo de MA alugada operando simultaneamente; e

e) um procedimento de emergência para vítimas decorrentes de acidentes com suas MA alugadas;

5.1.9 - comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), referente ao serviço de credenciamento de EAMA, conforme valor constante no anexo 1-B;

5.1.10 - cópia autenticada do contrato de aluguel, cessão de uso ou similares, das MA utilizadas no serviço, ou cópia simples com apresentação do original (quando aplicável); e

5.1.11 - duas fotos coloridas da embarcação, uma mostrando-a pela popa e outra pelo través, de forma que a embarcação apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto e contendo placa/adesivo com a palavra "ALUGUEL", visivelmente legível, de acordo com as regras do inciso 5.2.4. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

Caberá ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente a análise da documentação supracitada e a sua aprovação, conforme as peculiaridades locais.

Deverá ser agendada pela CP/DL/AG uma visita técnica ao EAMA, com o propósito principal de verificar as condições de funcionamento e manutenção das MA a serem utilizadas e dos recursos disponíveis para a exibição das videoaulas e demonstração prática.

Caso não sejam identificadas quaisquer inconformidades, a CP/DL/AG emitirá a respectiva Portaria de credenciamento, válida por dois anos, contendo as informações pertinentes constantes nos documentos relacionados no artigo 5.1, com cópia para o estabelecimento credenciado.

O credenciamento concedido ao EAMA se refere, exclusivamente, à competência da AMB, no que concerne à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana no mar e nas águas interiores, não eximindo a mesma das obrigações perante aos demais órgãos responsáveis pelo controle da atividade em questão. O credenciamento poderá ser cancelado a qualquer momento, se constatadas irregularidades que possam comprometer a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica. Qualquer caso nesse sentido será tratado pela Seção IV deste Capítulo.

Caso o EAMA tenha tido o seu credenciamento cancelado, a solicitação de um novo credenciamento somente poderá ocorrer após um ano, a contar da data da Portaria de Cancelamento.

Para a renovação do credenciamento, o EAMA deverá apresentar, com antecedência

mínima de trinta dias, os mesmos documentos requeridos por ocasião do credenciamento inicial.

5.2 - REQUISITOS BÁSICOS PARA O FUNCIONAMENTO

5.2.1 - A área de atuação dos EAMA limita-se aos municípios pertencentes à jurisdição da CP/DL/AG que realizou o seu credenciamento, devendo esta informação constar explicitamente na Portaria de credenciamento;

5.2.2 - O EAMA deverá delimitar e manter, com boias de demarcação, o corredor de aproximação e partida e a área destinada à condução da MA alugada por locatários com CHA-MTA-E, após a autorização do órgão municipal responsável, com a anuência das CP/DL/AG, no que se refere à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana;

5.2.3 - Todos os instrutores responsáveis pela demonstração prática e atividades de apoio correlatas para o locatário que intenciona a se habilitar como Motonauta Especial (CHA-MTA-E) deverão possuir, pelo menos, dois anos de habilitação como MTA;

5.2.4 - As MA empregadas no aluguel para locatários com CHA-MTA-E deverão ser identificadas com uma faixa/placa amarela em local visível do costado, com no mínimo quinze centímetros de altura, com a inscrição "ALUGUEL " na cor preta e letras em caixa alta;

5.2.5 - As MA empregadas no aluguel não precisam ser, necessariamente, de propriedade do responsável do EAMA, podendo o interessado por seu credenciamento apresentar o contrato de aluguel, a cessão de uso ou outros documentos similares;

5.2.6 - Os EAMA não poderão utilizar outras MA que não sejam as credenciadas e sob sua responsabilidade;

5.2.7 - As MA alugadas deverão possuir, preferencialmente, potência limitada a até 110HP e, obrigatoriamente, serem dotadas de dispositivos que limitem sua velocidade, podendo ser do tipo esbarro mecânico, que impeça o curso do acelerador de forma que limite a velocidade da embarcação a até 20 nós;

5.2.8 - O responsável pelo EAMA deverá apresentar na CP/DL/AG responsável pelo seu credenciamento uma nova declaração (anexo 5-A), devidamente atualizada, sempre que houver alterações em qualquer informação anteriormente prestada;

5.2.9 - Os instrutores credenciados deverão cumprir rigorosamente o previsto no atestado de demonstração prática para condução de moto aquática alugada, conforme anexo 5-B, incluindo a transmissão de informações sobre as regras gerais para a condução de MA alugada por locatário não habilitado, detalhadas no inciso 5.3.1;

5.2.10 - É de responsabilidade dos EAMA a manutenção da validade de documentos emitidos por outras instituições e repartições públicas, obrigatórios para o credenciamento inicial; e

5.2.11 - Deverá ser mantida uma embarcação de apoio permanentemente disponível e pronta para apoiar o locatário com CHA-MTA-E, quando conduzindo MA alugada.

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS PARA ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA

5.3 - ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA

O aluguel de MA só é admitido com a finalidade exclusiva de recreação pelo locatário, sendo destinado ao condutor habilitado na categoria de Motonauta (MTA) ou Motonauta Especial (MTA-E).

As regras abaixo descritas devem ser cumpridas pelos EAMA credenciados nas CP/DL/AG e pelos locatários, com CHA-MTA-E e com CHA-MTA.

5.3.1 - Regras a serem cumpridas pelos EAMA:

a) Certificar-se da autenticidade e da validade da CHA-MTA e da CHA-MTA-E apresentadas pelo locatário, por ocasião do aluguel da MA;

b) Restringir a operação de suas MA ao período entre o nascer e o pôr do sol e que não haja restrição de visibilidade, nem condições meteorológicas desfavoráveis;

c) Orientar o locatário com instruções sobre os procedimentos de segurança e orientações básicas, além das abaixo descritas:

I) área permitida à navegação das MA alugadas;

II) cuidados na navegação;

III) precauções com banhistas e outras embarcações: jamais se aproximar de outros banhistas e embarcações;

IV) uso obrigatório do colete salva-vidas, de tamanho adequado ao peso do locatário; e

V) assuntos mais relevantes contidos no RIPEAM, LESTA, RLESTA, NORMAM, NPCP/NPCF (anexo 5-D) e procedimentos para saída/aproximação de praias e margens, aplicados à condução da MA, levando em conta as especificidades locais da área;

d) Prover a ambientação dos locatários não habilitados, previamente à emissão da CHA-MTA-E, conforme artigo 5.4, por meio de:

I) apresentação de videoaula fornecida pela Marinha do Brasil; e

II) demonstração prática na água e em deslocamento, por instrutor cadastrado, com o locatário na garupa, abordando as principais características e peculiaridades da MA, como controle de propulsão e governo, a sua operação propriamente dita e as precauções de segurança, além de reconhecimento da área permitida à navegação da MA alugada;

e) Certificar-se que o locatário com CHA-MTA-E obteve o entendimento necessário para compreender os procedimentos de segurança e orientações básicas, fornecidas por meio da videoaula e demonstração de condução de MA alugada;

f) Dar ciência ao locatário com CHA-MTA-E das imputações administrativas e penais decorrentes de acidentes em que esteja envolvido;

g) Obter, junto ao locatário, o número da GRU paga, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B; e

h) Emitir o Atestado de Demonstração para Condução de Moto Aquática Alugada (anexo 5-B), assinado pelo instrutor cadastrado que realizou a demonstração prática e pelo locatário, a fim de possibilitar a emissão da CHA-MTA-E pela CP/DL/AG de sua jurisdição, válida por trinta dias.

5.3.2 - Requisitos e Regras de Condução a serem cumpridos e Equipamentos de segurança a serem utilizados pelo locatário com CHA-MTA-E:

a) Requisitos

I) Ter a habilitação CHA-MTA-E dentro da validade;

II) não ter consumido bebidas alcoólicas ou qualquer substância entorpecente ou tóxica;

III) portar lentes de correção visual e/ou aparelho de correção auditiva, na hipótese de restrição física;

IV) compreender os procedimentos de segurança e orientações básicas, fornecidas pelo EAMA, por meio da videoaula e demonstração de condução de MA alugada;

V) ter ciência das imputações administrativas e penais decorrentes de acidentes em

que esteja envolvido, caso seja responsabilizado; e

VI) ter ciência das sanções previstas na LESTA e no RLESTA, quando da prática das condutas vedadas nesses diplomas legais.

b) Regras de Condução

I) conduzir a MA somente no interior da área delimitada com boias de demarcação para a aproximação e partida, e para a condução por locatários com CHA-MTA-E;

II) conduzir a MA somente no período entre o nascer e o pôr do sol e sem restrição de visibilidade nem condições meteorológicas desfavoráveis;

III) não utilizar a MA para outro fim que não a recreação;

IV) não transferir a condução da MA a terceiros, sob qualquer pretexto;

V) não transportar passageiro na garupa;

VI) cumprir as instruções sobre os procedimentos de segurança e orientações básicas, fornecidas pelo EAMA por meio da videoaula e demonstração prática de condução de MA alugada;

VII) não ultrapassar a velocidade de 37 km/h (vinte milhas náuticas/h ou vinte nós);

VIII) não abastecer a MA;

IX) jamais conduzir a MA alugada após consumir bebidas alcoólicas ou qualquer substância entorpecente ou tóxica; e

X) utilizar, obrigatoriamente, lentes de correção visual e/ou aparelho de correção auditiva, na hipótese de restrição física.

c) Equipamentos de Segurança

I) Equipamentos de segurança de uso obrigatório:

- usar o colete salva-vidas, classe II, III ou V, homologados pela DPC; e

- usar a chave de segurança atada ao pulso, ao colete ou a qualquer outra parte do condutor, de forma que ao se separar fisicamente da embarcação em movimento a propulsão seja desligada automaticamente, ou reduzida a aceleração da MA.

II) Equipamentos de segurança recomendáveis:

- Embora não sejam obrigatórios, é recomendável o uso de óculos protetores e luvas pelo locatário.

5.3.3 - Requisitos e Regras de Condução a serem cumpridos e Equipamentos de Segurança a serem utilizados pelo locatário com CHA-MTA

a) Requisitos

I) Ser habilitado e portar a CHA-MTA na validade;

II) não ter consumido bebidas alcoólicas ou qualquer substância entorpecente ou tóxica; e

III) portar lentes de correção visual e/ou aparelho e correção auditiva, na hipótese de restrição física.

b) Regras de Condução

I) portar e apresentar a sua CHA-MTA, dentro da validade, no EAMA por ocasião da contratação do serviço de aluguel;

II) conduzir a MA somente no período entre o nascer e o pôr do sol e sem restrição de visibilidade, nem condições meteorológicas desfavoráveis;

III) não utilizar a MA para outro fim que não a recreação ou prática de esportes;

IV) não trafegar fora dos limites estabelecidos na NPCP-NPCF da área de jurisdição;

V) não transferir a condução da MA a terceiros, para qualquer finalidade; e

VI) não abastecer a MA.

c) Equipamentos de Segurança

I) Equipamentos de segurança de uso obrigatório:

- Utilizar o colete salva-vidas, classe II, III ou V, homologados pela DPC; e

- Utilizar a chave de segurança atada ao pulso, ao colete ou a qualquer outra parte do condutor , de forma que ao se separar fisicamente da embarcação em movimento a propulsão seja desligada automaticamente, ou reduzida a aceleração da MA.

II) Equipamentos de segurança recomendáveis:

Embora não sejam obrigatórios, é recomendável o uso de óculos protetores e luvas pelo locatário.

Nota: Os MTA estrangeiros habilitados por suas respectivas Autoridades Marítimas poderão alugar e conduzir motos aquáticas segundo as mesmas regras aplicadas aos MTA brasileiros, desde que cumpram as regras acima descritas.

SEÇÃO III

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE MOTONAUTA ESPECIAL (CHA-MTA-E)

5.4 - PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO

5.4.1 - Para o locatário habilitar-se como MTA-E:

a) Assinar a Autodeclaração de Atestado de Saúde para Emissão de CHA-MTA-E (anexo 5-C), declarando que goza de boas condições de saúde física e mental para conduzir MA alugada;

b) Assistir à videoaula e participar da demonstração prática por instrutor cadastrado do EAMA credenciado, por ocasião de sua ambientação;

c) Assinar o Atestado de Demonstração para Condução de Moto Aquática Alugada (anexo 5-B);

d) Assinar a Declaração de Residência, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no anexo 1-C; e

e) Pagar a GRU, relativa ao serviço de emissão de CHA-MTA-E, conforme valor constante da tabela do anexo 1-B.

Após a emissão da CHA-MTA-E pela CP, o locatário receberá do EAMA a sua CHA-MTA-E, física ou eletronicamente, com validade de trinta dias a contar da data da sua emissão, podendo ser utilizada em outros EAMA devidamente credenciados, que prestem o serviço de aluguel de MA durante a sua vigência.

Não caberá renovação à CHA-MTA-E.

5.4.2 - Para o EAMA

Os documentos necessários à emissão da CHA-MTA-E deverão ser escaneados em formato de arquivo pdf e encaminhados para as Capitanias dos Portos da área de jurisdição onde o EAMA foi credenciado, via e-mail do EAMA constante na declaração para credenciamento de EAMA (anexo 5-A), no seguinte formato:

- para brasileiro: nome do arquivo PDF será o nome completo do locatário e o número do seu CPF; e

- para estrangeiro: nome do arquivo PDF será o nome completo do locatário e o número do seu passaporte.

Ainda que o credenciamento tenha sido realizado junto a uma Delegacia ou Agência, o encaminhamento deverá ser direcionado à Capitania dos Portos da jurisdição.

a) Encaminhar para a CP:

I) o número da GRU paga, efetuado pelo locatário, relativo ao serviço de emissão de CHA-MTA-E;

II) a Autodeclaração de Atestado de Saúde para Emissão de CHA-MTA-E (anexo 5-C);

III) o Atestado de Demonstração para Condução de Moto Aquática Alugada (anexo 5-B), assinado pelo instrutor cadastrado, que realizou a demonstração prática, e pelo locatário não habilitado; e

IV) a Declaração de Residência (Anexo 1-C), assinada pelo próprio, conforme prescrito na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da lei.

b) Receber o arquivo eletrônico, contendo a CHA-MTA-E emitida pela CP; e

c) Fornecer ao locatário não habilitado a sua CHA-MTA-E.

5.4.3 - Para a Capitania dos Portos

a) Receber do EAMA cadastrado, no e-mail funcional da CP (a ser informado na Portaria de Credenciamento do EAMA), os documentos previstos no inciso 5.4.2;

b) Cadastrar o locatário no SISAMA, no banco de dados apropriado;

c) Emitir a CHA-MTA-E; e

d) Enviar a CHA-MTA-E para o EAMA.

SEÇÃO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO DO EAMA

5.5 - IRREGULARIDADES E DISCREPÂNCIAS

Se durante o período vigente do credenciamento do EAMA forem observadas quaisquer irregularidades ou discrepâncias em relação às regras estabelecidas na Portaria de Credenciamento da CP/DL/AG, poderão ser aplicadas sanções administrativas de advertência, suspensão ou cancelamento do credenciamento do EAMA.

Nos casos em que o AAM considerar a natureza e a gravidade da conduta cometida, a aplicação das sanções independerá de aplicação de sanções anteriores.

5.5.1 - Da Advertência

Constituem infrações passíveis de aplicação da sanção de advertência por escrito:

a) negligência na condução das atividades dos instrutores cadastrados, nos serviços administrativos de sua responsabilidade direta, bem como no cumprimento das

atribuições previstas na Portaria de Credenciamento, normas complementares expedidas pela Autoridade Marítima e seus Representantes/AAM, bem como em legislação federal afeta;

b) deficiência, de qualquer ordem, de instalações, equipamentos e embarcações, inclusive quanto à sua identificação, utilizados no processo de instrução do locatário;

c) descumprimento das regras de identidade visual, fazendo uso de dados, informações, logotipos, imagens ou representações gráficas sem autorização legal;

d) permitir, a qualquer título ou pretexto, a condução das atividades por instrutores não cadastrados pela credenciada;

e) recusa injustificada na prestação de informações requeridas pelo AAM;

f) descumprimento da programação estabelecida para a instrução do locatário; e

g) deixar de observar determinações de ordem legal ou regulamentar, aplicáveis à instrução do locatário.

5.5.2 - Da Suspensão

Constituem infrações passíveis de aplicação da sanção administrativa de suspensão das atividades por noventa dias consecutivos:

a) a aplicação de três sanções de advertência, no intervalo de 24 meses, independentemente do dispositivo violado e do prazo do credenciamento;

b) inexistência, de qualquer ordem, de instalações, equipamentos, e embarcações, inclusive quanto à sua identificação, utilizados no processo de instrução, previamente declarados em processo de credenciamento ou de renovação de credenciamento;

c) exercício das atividades em local diverso do credenciado ou fora do horário permitido;

d) permitir a condução das atividades de instrutoria por motonautas não cadastrados como instrutor, a qualquer título ou pretexto; e

e) realizar aluguel de MA para locatário com CHA vencida.

Durante o período de suspensão das atividades, são vedadas quaisquer atividades como a ministração de aulas e a captação de clientes para fins de habilitação.

5.5.3 - Do Cancelamento

Constituem infrações passíveis de aplicação da sanção administrativa de cancelamento do credenciamento, por 365 dias consecutivos:

a) a aplicação de duas sanções de suspensão, no intervalo de 24 meses, independentemente do dispositivo violado e do prazo do credenciamento;

b) permitir que terceiros ou pessoas estranhas ao credenciado, executem em seu nome a atividade credenciada a qualquer título ou pretexto;

c) permitir a condução das atividades de instrução por pessoa não habilitada, a qualquer título ou pretexto;

d) praticar ato de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a

administração pública ou privada;

e) praticar, permitir ou facilitar a utilização de meio indevido ou fraudulento, no processo de emissão de CHA-MTA-E;

f) alugar moto aquática a pessoa não habilitada;

g) estando em cumprimento de interrupção imediata das atividades em caráter de medida acauteladora conforme previsto no inciso 5.5.4, ou de suspensão das atividades nos termos das infrações do inciso 5.5.2, permanecer com a realização das atividades, captar novos clientes para realização de matrículas, ministrar aulas e/ou exercer quaisquer outras atividades relacionadas ao credenciamento; e

h) praticar fraude de qualquer natureza quando do processo que visa à emissão de habilitação especial.

5.5.4 - Da Interrupção Imediata da Atividade como condição acauteladora

Ao ser observado perigo iminente para a vida humana, o Agente da Autoridade Marítima interromperá imediatamente a atividade do EAMA, sem a prévia manifestação do interessado, como providência acauteladora, até que a irregularidade seja sanada, devendo ser instaurado o procedimento sancionatório previsto no inciso 5.5.5.

Ao ser aplicada a medida acauteladora, em caráter preventivo, o

credenciado não poderá desempenhar suas atividades durante todo o período da interrupção, como a realização de aulas e a captação de clientes para novas aquisições de habilitação.

5.5.5 - Do Procedimento Sancionatório

A aplicação das sanções administrativas relativas à suspensão e cancelamento, será precedida de processo administrativo, atendidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Constatada a infração, a autoridade competente deverá notificar formalmente o credenciado, descrevendo a conduta praticada e o dispositivo normativo violado. O credenciado notificado poderá ofertar defesa preliminar escrita, no prazo de dez dias úteis contados do recebimento da notificação.

A autoridade julgadora, de ofício ou a requerimento do credenciado processado, poderá determinar a realização de perícias, acareações, inquirições de pessoas ou de outras testemunhas, ou a prática de quaisquer outros atos necessários à elucidação dos fatos investigados, desde que não sejam meramente protelatórios.

Terminada a instrução do processo administrativo sancionatório e verificado o

atendimento dos requisitos dos atos processuais, a autoridade competente cientificará o credenciado processado para que no prazo de dez dias úteis ofereça suas alegações finais escritas.

Apresentadas ou não as alegações finais escritas, a decisão fundamentada do processo administrativo sancionatório deverá ser proferida pela autoridade competente e notificada ao credenciado processado.

5.5.6 - Do Recurso

Após tomar conhecimento da decisão fundamentada da Autoridade competente, o responsável pelo EAMA poderá interpor recurso ao Capitão dos Portos da área de jurisdição, no prazo de dez dias úteis, por meio da CP/DL/AG que instaurou o procedimento.

Da decisão proferida pelo Capitão dos Portos, o responsável pelo EAMA poderá apresentar recurso em última instância ao Diretor de Portos e Costas, no prazo de dez dias úteis contados a partir da data de conhecimento da decisão.

O Diretor de Portos e Costas disporá do prazo de até trinta dias para proferir sua decisão.

Após o trânsito em julgado administrativo, caberá à CP/DL/AG que iniciou o processo administrativo, emitir a respectiva Portaria de Suspensão ou de Cancelamento do EAMA, em conformidade com a decisão proferida.

SEÇÃO V

CASOS OMISSOS

5.6 - CASOS OMISSOS

Casos omissos serão analisados pontualmente pelos Capitães dos Portos, Delegados e Agentes e, se necessário, serão ratificados pela Diretoria de Portos e Costas.

ANEXO 1-A

DECLARAÇÃO DE DADOS PARA A REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES, PASSEIOS, EXIBIÇÕES E COMEMORAÇÕES PÚBLICAS COM MOTOS AQUÁTICAS

1) Período de realização do evento: _____/_____/_____ a _____/_____/_____;

2) Tipo de evento: _____
(descrever o tipo e nome do evento)

3) Nome da localidade:_____
(nome conhecido ou popular)

4) Percurso, ponto de chegada e saída, derrota, ou área geográfica do evento. Descrever com a maior riqueza de detalhes e se possível com as coordenadas geográficas de Latitude (LAT) e Longitude (LONG) dos pontos de interesse:

5) Coordenadas geográficas da sinalização náutica utilizada (LAT/LONG), quando aplicável:

6) Responsável pelo evento:

_____ _____
(nome completo por extenso) (CPF)

7) Estimativa da quantidade de motos aquáticas (MA), prevista para a participação no evento:

_____ _____
(quantidade) (tipo)

_____ _____
(quantidade) (tipo)

_____ _____
(quantidade) (tipo)

8) Embarcações de apoio empregada no evento:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-A

9) Relação das MA participantes do evento (no caso de grande concentração de MA, em que não é possível listar as embarcações, o número de participantes deverá ser estimado):

10) Outras informações julgadas necessárias:

_____

_____

_____

_____

_____

Declaro, perante a Autoridade Marítima, que as informações acima prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que responderei administrativa, civil ou penalmente nos termos da legislação vigente.

Observação: Anexo a este documento, deverá ser apresentado o plano do evento, o plano de navegação e o plano de logística, nos casos de eventos náuticos em que tais documentos são obrigatórios.

_____
(local e data)

_____
(nome legível do responsável)

_____
(CPF)

_____
(assinatura)

ANEXO 1-B

TABELA DE INDENIZAÇÕES

Considerações iniciais

O pagamento das indenizações discriminadas abaixo deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
Inscrição de Moto Aquática	R$ 44,00
Emissão de TIE	R$ 44,00
Renovação de TIE	R$ 44,00
2ª via de TIE	R$ 44,00
Transferência de propriedade e/ou jurisdição de embarcação	R$ 44,00
Cancelamento de inscrição de embarcação	NÃO COBRAR
Emissão de 2ª via de certificados e licenças	R$ 36,00
Carteira de Habilitação de Amador na categoria de Motonauta (CHA-MTA) - Inscrição para exame de habilitação de amador, renovação, emissão de 2ª via	R$ 52,00
Carteira de Habilitação de Amador Especial na categoria de Motonauta (Habilitação Provisória) para condução de MA alugadas	R$ 52,00
Credenciamento de Estabelecimentos de Aluguel de Motos Aquáticas	R$ 200,00
Credenciamento de Estabelecimentos de Treinamento Náutico e/ou Pessoas Físicas (ETN-M/PF) cadastrados nas CP/DL/AG para emissão de Atestado de Treinamento para Motonauta	R$ 200,00

ANEXO 1-C

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sr. Capitão dos Portos/Delegado/Agente .....

Eu _____

CPF_____nacionalidade_____naturalidade _____

Telefone (DDD e nº) _____ celular _____

e-mail _____

Na falta de documentos para comprovação de residência, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, **DECLARO** para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no endereço

_____

_____.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/ _____/ _____

_____
Assinatura do Requerente

ANEXO 2-A

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO DE MOTO AQUÁTICA OU DO SEU PROPRIETÁRIO

SR. CAPITÃO DOS PORTOS (DELEGADO) OU (AGENTE)

REQUERENTE
NOME_____
ENDEREÇO_____Nº _____APTº/SALA_____
CIDADE_____UF_____IDENT Nº _____
ORG EXP_____CEP_____TEL_____
FAX_____CPF/CNPJ_____
OBS _____
_____

EMBARCAÇÃO
INSCRIÇÃO Nº _____
NOME_____COMPRIMENTO_____
Nº DO CASCO_____

VEM REQUERER A V. Sa.:

( ) Inscrição ( ) Cancelamento de Inscrição da Moto Aquática - MA
( ) Transferência de Propriedade ( ) Transferência de Jurisdição ( ) Transferência de Propriedade e Jurisdição
( ) Mudança de Nome da Embarcação para: 1ª opção _____ 2ª opção _____ 3ª opção _____
( ) Renovação de TIE - Houve alteração de características da embarcação
( ) sim ( ) não
( ) 2ª Via de TIE – Motivo: ( ) perda ( ) roubo ( ) extravio ( ) mau estado de conservação
( ) Alteração de dados cadastrais da embarcação ( ) Alteração dados cadastrais do Proprietário
( ) Outros serviços (especificar)
_____
_____

_____ _____
Local e Data Assinatura e CPF/CNPJ do Requerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-B

MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS BOLETIM DE DADOS DE MOTO AQUÁTICA (BDMOTO)						
À Capitania dos Portos, Delegacia ou Agência						
NATUREZA DO REQUERIMENTO						
	Inscrição		Transferência de proprietário		Atualização de dados	
	Cancelamento de Inscrição		Transferência de jurisdição			
DADOS PESSOAIS DO REQUERENTE						
NOME DO PROPRIETÁRIO						
ENDEREÇO						
CIDADE		BAIRRO		CEP		
IDENTIDADE		ÓRGÃO EMISSOR		DATA DE EMISSÃO		
CPF/CNPJ		TEL		CEL		
E-mail:						
TERMO DE RESPONSABILIDADE 1 - A citada Moto Aquática (MA) apresenta perfeito estado de integridade, manutenção e segurança, atendendo a todos os requisitos exigidos pelas normas em vigor. 2 - Estou ciente de que caso venha a delegar atribuições de zelar pela manutenção do bom estado da MA e de seu material de segurança a prepostos ou a terceiros, profissionais ou não, não me exime da responsabilidade pessoal que estou assumindo por este Termo de Responsabilidade, sem prejuízo da responsabilidade que couber a tais prepostos ou terceiros, em caso da utilização da MA em condições impróprias de manutenção e ou oferecendo risco à segurança da navegação, a pessoas, tanto a passageiros como a terceiros. 3 - Estou ciente de que responderei administrativa, civil ou penalmente pelas consequências do uso da MA, por mim, por prepostos ou por terceiros a quem vier a ceder seu uso, em desacordo ou violação às leis e normas em vigor, em particular das Normas da Autoridade Marítima, nos aspectos referentes à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana nas águas e à prevenção da poluição hídrica, as quais declaro conhecer, e pelo não cumprimento das obrigações formalmente assumidas por este Termo de Responsabilidade.						
Nota Fiscal Nº		Data da Venda		Local		
Vendedor				CPF/CNPJ		
DADOS DA MOTO AQUÁTICA						
Nome		Inscrição		Ano de Construção		
Comprimento		Nº Casco		Lotação(3)		
MOTORIZAÇÃO						
Motor/Marca		Potência		Nº Série		
Local e data		Assinatura do Requerente		Carimbo e Assinatura do Atendente		
Protocolo:						

1) Este formulário é aplicável exclusivamente para moto aquática.
2) Deve ser emitido em duas vias, sendo uma entregue na CP/DL/AG e outra contendo o número do protocolo de recebimento, entregue ao requerente. Após assinado e datado pela CP/DL/AG, permite a utilização da moto aquática por um período máximo de 60 dias.
3) Lotação é a quantidade de pessoas que a moto aquática pode transportar, segundo o fabricante (piloto + passageiros).

ANEXO 2-C

MARINHA DO BRASIL

_____

(CAPITANIA, DELEGACIA OU AGÊNCIA)

TÍTULO DE INSCRIÇÃO PROVISÓRIO PARA MOTO AQUÁTICA
Nº _____

1. NOME DA EMBARCAÇÃO	
2. Nº DE INSCRIÇÃO	
3. DATA DA INSCRIÇÃO	
4. CAPACIDADE DE PESSOAS	
5. HIPOTECA	
6. NÚMERO DO MOTOR	
7. NÚMERO DO CASCO	
8. COMPRIMENTO TOTAL	
9. ANO DE CONSTRUÇÃO	
10. CONSTRUTOR	
11. MAT. CONSTRUÇÃO CASCO	
12. PROPRIETÁRIO	
13. CPF/CNPJ	
14. ENDEREÇO	
15. BAIRRO - CEP	
16. CIDADE - ESTADO	
17. CO-PROPRIETÁRIO	
18. CPF/CNPJ 2	
19. ENDEREÇO 2	
20. CIDADE - ESTADO 2	
Observações:	

DATA DE EMISSÃO: _____ /_____ / _____. VALIDADE ATÉ: _____/ _____ / _____.

_____ _____

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO

ASSINATURA DO ENCARREGADO DO SETOR DE CADASTRO

CARIMBO DA OM OBRIGATÓRIO

ANEXO 2-D

DECLARAÇÃO DE PERDA, ROUBO OU EXTRAVIO DE TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO

Sr. Capitão dos Portos/Delegado/Agente .....

Eu_____

Identidade N° _____Expedida em _____/_____/_____CPF _____

nacionalidade_____ naturalidade_____

Telefone (DDD e nº) _____ celular_____

e-mail _____

DECLARO para os devidos fins, sob as penas da Lei, a perda / extravio do Título de Inscrição de Embarcação (TIE) _____

(Nome e N° de Inscrição da embarcação)

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/ _____/ _____

_____

Assinatura do Requerente

ANEXO 2-D

DECLARAÇÃO DE PERDA, ROUBO OU EXTRAVIO DE TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO

Sr. Capitão dos Portos/Delegado/Agente .....

Eu_____

Identidade N° _____Expedida em _____/_____/_____CPF _____

nacionalidade_____ naturalidade_____

Telefone (DDD e nº) _____ celular_____

e-mail _____

DECLARO para os devidos fins, sob as penas da Lei, a perda / extravio do Título de Inscrição de Embarcação (TIE) _____

(Nome e N° de Inscrição da embarcação)

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/ _____/ _____

_____

Assinatura do Requerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-E

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

(CAPITANIA, DELEGACIA OU AGÊNCIA)

AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE MOTO AQUÁTICA COM TIE NO MODELO ANTIGO

AUTORIZO A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA A TRANSFERIR A PROPRIEDADE DA EMBARCAÇÃO ABAIXO IDENTIFICADA:

NOME:
Nº DE INSCRIÇÃO:
PROPRIETÁRIO:
CPF/CNPJ:

PARA

NOME DO COMPRADOR:
IDENTIDADE:
CPF/CNPJ:
ENDEREÇO:

VALOR:
LOCAL E DATA:

DE ACORDO. ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO:

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO POR AUTENTICIDADE:

DE ACORDO. ASSINATURA DO COMPRADOR:

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO COMPRADOR POR AUTENTICIDADE:

a) O vendedor se isenta de qualquer responsabilidade administrativa, civil ou criminal a partir da data da assinatura da transferência, cabendo ao comprador imediata transferência da propriedade.
b) Este recibo, devidamente preenchido e com o reconhecimento das firmas por autenticidade, deverá ser apresentado dentro do prazo de sessenta dias, a partir da data da assinatura, na CP/DL/AG, junto aos demais documentos necessários à transferência de propriedade.

ANEXO 2-F

COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE MOTO AQUÁTICA

DADOS DA MOTO AQUÁTICA

NOME:	INSCRIÇÃO:
CP/DL/AG:	

PROPRIETÁRIO ANTERIOR

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:	Nº	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE:	UF:	CEP:

Declara que a embarcação acima qualificada foi transferida para:

NOVO PROPRIETÁRIO

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:	Nº	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE	UF:	CEP:

_____, _____de_____de 20_____.
(local)

_____
ASSINATURA
(proprietário anterior)

ANEXO 3-A

Ao: Sr. Capitão dos Portos, Delegado ou Agente

REQUERIMENTO

Eu _____,
(nome)
CPF: _____ Identidade nº _____ Órgão expedidor_____
residente:_____
(rua, avenida etc.)
nº _____ complemento _____Bairro: _____ Cidade: _____
UF _____ CEP _____ TEL ( ) _____
Celular ( ) _____ e-mail _____

Venho requerer a V. Sa. a realização do seguinte serviço:

☐ 1 - EMISSÃO/RENOVAÇÃO/2ª VIA DE CHA NA CATEGORIA DE MTA

☐ 2 - EMISSÃO DE CHA-MTA-E (HABILITAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ALUGUEL DE MA)

☐ 3 - RENOVAÇÃO COM AGREGAÇÃO DE CATEGORIA (MTA) NA CHA
☐ Declaro que conduzo ou já conduzi Moto Aquática

☐ 4 - CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE TREINAMENTO NÁUTICO / PESSOA FÍSICA PARA EMISSÃO DE ATESTADOS DE TREINAMENTO PARA MTA

☐ 5 - CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA

☐ 6 - RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE TREINAMENTO NÁUTICO / PESSOA FÍSICA PARA EMISSÃO DE ATESTADOS DE TREINAMENTO PARA MTA
☐ **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** NOS DADOS APRESENTADOS NO CREDENCIAMENTO ANTERIOR.
☐ **HOUVE ALTERAÇÃO** NOS DADOS APRESENTADOS NO CREDENCIAMENTO ANTERIOR. A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO CREDENCIAMENTO INICIAL DEVERÁ SER APRESENTADA PARA A EFETIVA RENOVAÇÃO.

☐ – RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA
☐ **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** NOS DADOS APRESENTADOS NO CREDENCIAMENTO ANTERIOR.
☐ **HOUVE ALTERAÇÃO** NOS DADOS APRESENTADOS NO CREDENCIAMENTO ANTERIOR. A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO CREDENCIAMENTO INICIAL DEVERÁ SER APRESENTADA PARA A EFETIVA RENOVAÇÃO.

☐ 8 - DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO DE ETN-M/PF

☐ 9 - DESCREDENCIAMENTO VOLUNTÁRIO DE EAMA

DESCRIÇÃO DO PEDIDO: _____
_____
_____

ANEXO 3-A

Observações: 1) O requerente deverá marcar apenas uma opção por requerimento. Caso deseje requerer outro serviço, o interessado deverá apresentar novo requerimento; e
2) Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação pertinente e exigida nas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-34/DPC), para os serviços solicitados.

_____, _____ /_____/_____
(local) (data)

_____, _____
CPF assinatura do requerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-B

ATESTADO DE TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

Campo de Preenchimento do Estabelecimento de Treinamento Náutico

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr.(a.)

_____,

CPF nº _____ cumpriu o treinamento prático em moto aquática junto à _____

_____

(nome do estabelecimento de treinamento náutico)

ou tendo o(a) Sr.(a.)_____ como instrutor(a).

(nome da pessoa física cadastrada na CP/DL/AG)

Nome

_____

(responsável pelo estabelecimento de treinamento náutico ou pessoa física cadastrados na CP/DL/AG)

Identidade nº:_____ Órgão emissor: _____ Data de emissão: _____

CPF:_____ Nº da CHA (se Amador):_____

Assinatura do responsável/pessoa física: _____.

OBS: A apresentação de informações inverídicas poderá acarretar no cancelamento da inscrição do candidato, sujeitando, ainda, o responsável do Estabelecimento de Treinamento Náutico, o Coordenador Técnico de Ensino e o Instrutor, às sanções administrativas, cíveis ou penais previstas em Lei.

PLANO DE TREINAMENTO TEÓRICO – MOTONAUTA REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA NO AMBIENTE NÁUTICO (MARINA, BERÇO OU ATRACADO)				
Data	Tipo de Treinamento conforme anexo 3-C	Nome do Instrutor	Habilitação do Instrutor	Número da CHA ou documento comprobatório de habilitação do Instrutor
	Apresentação da moto aquática			
	Apresentação das regras de governo			
	Apresentação das regras para saída e aproximação			
	Apresentação de situações práticas de emergência			
	Procedimentos para o transporte de passageiros			
	Utilização de equipamentos de segurança			
Assinatura do(s) Instrutor(es):				

ANEXO 3-B

PLANO DE TREINAMENTO PRÁTICO – MOTONAUTA REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA A BORDO EM NAVEGAÇÃO				
Data	Tipo de Treinamento conforme anexo 3-C	Nome do Instrutor	Habilitação do Instrutor	Número da CHA ou documento comprobatório de habilitação do Instrutor
	Realização de manobras e técnicas de pilotagem			
	Limites operacionais do equipamento			
	Execução das regras de governo			
	Execução de saída e aproximação de praias e margens			
	Execução de situações práticas de emergência			
	Utilização de equipamentos de segurança			
Assinatura do(s) Instrutor(es):				

Campo de Preenchimento do Aluno

Atesto, para os devidos fins, que cumpri o treinamento náutico para Motonauta, conforme plano de treinamento do presente atestado, tendo o instrutor concluído o programa e o período descrito.

Nome: _____

(aluno)

Identidade nº: _____ Órgão Emissor: _____

Data de Emissão: _____ CPF: _____

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração por parte do responsável pelo estabelecimento de treinamento, pelo instrutor e por mim pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante."

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Assinatura do Aluno/Candidato: _____.

(A apresentação de informações inverídicas poderá acarretar no cancelamento da inscrição sujeitando, ainda, o responsável às sanções administrativas, cíveis ou penais previstas em Lei.)

Data de Emissão: _____, _____ de _____ de _____

(local) (dia) (mês) (ano)

Obs.: 1 - O Atestado de Treinamento de Motonauta possui abrangência nacional e validade de dois anos a partir da data de sua emissão.

2 - A inscrição para o exame de Motonauta estará condicionada à apresentação deste atestado.

3 - Este documento deverá ser impresso frente e verso e não poderá ser alterado ou rediagramado, devendo seguir este original.

4 - Os atestados de treinamento náutico deverão ser emitidos em até 30 dias corridos a partir da data de realização do último treinamento náutico.

ANEXO 3-C

INSTRUÇÕES GERAIS PARA O EXAME ESCRITO PARA A CATEGORIA DE MOTONAUTA E REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO PRÁTICO PARA MOTONAUTA

SEÇÃO I

INSTRUÇÕES GERAIS PARA O EXAME ESCRITO PARA A CATEGORIA DE MOTONAUTA

1 - PROCEDIMENTOS PARA O EXAME DE MOTONAUTA

a) Os exames para a categoria de Motonauta serão programados pelas CP/DL/AG.

b) O exame constará de uma prova escrita contendo vinte questões, com a duração máxima de 1 hora e 30 minutos.

c) A prova possui valor máximo de dez pontos e será considerado aprovado o candidato que alcançar, pelo menos, cinco pontos na prova.

d) O candidato deverá portar os seguintes documentos/materiais para a execução da prova:

I) protocolo da inscrição;

II) documento oficial de identificação; e

III) caneta esferográfica azul ou preta (para o caso de prova escrita).

e) A GRU paga pelo candidato reprovado ou que faltou à prova não poderá ser reutilizada para um novo exame. Dessa forma, o candidato que desejar realizar novo exame deverá efetuar nova inscrição, conforme estabelecido no artigo 3.1 desta norma.

1.1 - Programa para exame de Motonauta

A prova abordará os seguintes assuntos:

a) Luzes de navegação, luzes especiais e regras de governo.

b) Sistema de Balizamento Marítimo da IALA região "B", sinais de perigo e sinais diversos.

c) Primeiros Socorros.

d) Conhecimento básico da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário - LESTA e das infrações preconizadas na RLESTA - Regulamento da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Decreto nº 2.596/1998).

e) Noções de sobrevivência no mar.

f) Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar - RIPEAM-72 (especialmente regras de manobra e preferência).

g) Manobras de condução, aproximação e afastamento da margem/praia.

h) Meteorologia: Noções de meteorologia; e consulta à "previsão do tempo", disponível nos sites "www.dhn.mar.mil.br" e "www.cptec.inpe.br"; e no aplicativo "Boletim ao Mar" disponível no "*Google Play Store*" e na "*Apple Store*".

1.2 - Bibliografia Recomendada

Os títulos abaixo especificados não esgotam a literatura a ser consultada pelo candidato. Entretanto, havendo conflitos com outras fontes, considerar como válidas, para efeito de prova, as informações constantes na bibliografia recomendada.

a) Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamento no Mar - RIPEAM-72.

b) Navegar é Fácil, de GERALDO LUIZ MIRANDA DE BARROS.

c) Navegar Tranquilo Vol. 1, de HIVIR W. CATANHEDE.

d) Sobrevivência no Mar, de CELSO A.J. DE REZENDE.

e) NORMAM-34/DPC.

f) Aplicativo da Cruz Vermelha – FICR, disponível no "*Google Play Store*" e na "*Apple Store*".

ANEXO 3-C

SEÇÃO II

INSTRUÇÕES GERAIS PARA O TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

2.1 - APLICAÇÃO

O treinamento náutico, abaixo especificado possui como propósito a condução da moto aquática com segurança e a familiarização do interessado no seu ambiente de operação.

Este treinamento deverá ser supervisionado por instrutor de um Estabelecimento de Treinamento Náutico de Motonauta ou Pessoas Físicas (ETN-M/PF), devidamente cadastrados pelas CP/DL/AG.

Após o término do treinamento náutico, o ETN-M/PF emitirá o atestado de treinamento para Motonauta (anexo 3-B), documento obrigatório para a inscrição e exame de Motonauta.

2.2 - PLANO DE TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

2.1.1. Parte Teórica

Deverá ser ministrada necessariamente no ambiente de emprego da moto aquática (MA), na carreta, no berço ou nas margens, utilizando seus equipamentos e acessórios como recursos instrucionais e deverá abordar os seguintes tópicos:

a) apresentação da MA a ser empregada no treinamento, de posse do manual do operador/proprietário, considerando dentre outras informações: funções dos controles, instrumentos e equipamentos; apresentação e funcionamento do sistema de propulsão hidrojato; instruções sobre pilotagem segura, considerando os limites operacionais, direção, aceleração, desaceleração, freio e alarmes; verificações antes da operação; manutenção pós operação; tabela de manutenção preventiva; e reboque;

b) apresentação das regras de governo (roda a roda, rumos cruzados, ultrapassagem etc);

c) apresentação das regras para saída e aproximação segura de praias com ênfase no cumprimento das áreas seletivas para a navegação;

d) apresentação de situações práticas de emergência que possibilitem testar o comportamento do condutor (queda com retomada de pilotagem, pane seca, emborcamento, colisão e abalroamento);

e) precauções e procedimentos para o transporte de passageiros, especialmente de crianças;

f) demonstração da utilização dos equipamentos de segurança; e

g) demonstração de como vestir o colete salva-vidas.

2.1.2. Parte Prática

Deverá ser ministrada pelo instrutor com a MA em movimento e deverá prever os seguintes treinamentos náuticos:

a) realização de manobras e técnicas de pilotagem;

b) apresentação dos limites operacionais do equipamento;

c)execução das regras de governo (roda a roda, rumos cruzados, ultrapassagem);

d) execução de saída e aproximação segura de praias e margens, com ênfase no cumprimento das áreas seletivas para a navegação;

e) execução de situações práticas de emergência que possibilitem testar o comportamento do condutor (queda com retomada de pilotagem, pane seca etc.); e

f) demonstração de utilização dos equipamentos de segurança.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3-C

Quando em instrução para a obtenção do atestado de treinamento náutico para Motonauta, é permitido ao candidato conduzir a MA, desde que devidamente supervisionado pelo Instrutor, responsável pelo correto cumprimento das regras estabelecidas no RIPEAM e pela segurança da embarcação. Assim, o Instrutor deverá estar presente na embarcação, para o caso de emergência. A instrução deverá ser realizada em área que não cause interferência em outras atividades náuticas e/ou banhistas.

ANEXO 3-D

DECLARAÇÃO DE EXTRAVIO, FURTO, ROUBO OU DANO DA CHA DE MOTONAUTA

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, _____, expedida em ____/____/____, CPF nº _____, residente à _____, _____, _____, _____, _____, _____, _____,
(nome completo) (Órgão Expedidor) (rua/avenida) (nº/complemento) (bairro) (CEP) (cidade/UF)

telefone _____, declaro que a minha Carteira de Habilitação de Amador (CHA) de Motonauta de nº _____, emitida em ____/____/____ foi:
(arrais, mestre, capitão etc)

☐ Extraviada.
☐ Roubada.
☐ Furtada.
☐ Danificada.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação u alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/ _____/ _____

_____
Assinatura do Declarante

Anexar: cópia do comprovante de residência.

ANEXO 4-A

DECLARAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE TREINAMENTO NÁUTICO DE MOTONAUTA (ETN-M) E DE PESSOAS FÍSICAS (PF) PARA O TREINAMENTO NÁUTICO PARA MOTONAUTA

Declaro, para comprovação perante à _____
(CP/DL/AG responsável pelo credenciamento)
que_____,
(nome do ETN-M/PF)
_____,situado_____
CNPJ/CPF (endereço completo)
_____,

_____ministra em suas instalações treinamento
(telefone)
náutico visando à ambientação de alunos em motos aquáticas, de acordo com as seguintes informações:

1 - Propósito:

Realizar, em suas instalações, treinamentos náuticos visando à ambientação em moto aquática e, por conseguinte, à emissão de Atestado de Treinamento Náutico para Motonautas (anexo 3-B), de acordo com o capítulo três.

2 - Relação dos instrutores que realizarão o treinamento:

Nome completo	CPF	nº inscrição da habilitação (CHA-MTA)	Assinatura do Instrutor

3 - Relação de recursos instrucionais disponíveis:

Nome da moto aquática	Nome do proprietário	nº inscrição

ANEXO 4-A

4 - Outras informações:
a) e-mail _____;
b) site _____;
c) telefone fixo _____; e
d) celular _____.

Observação: O responsável pelo ETN-M/PF deverá apresentar na CP/DL/AG, responsável pelo seu credenciamento, uma nova declaração devidamente atualizada, sempre que houver alterações nos dados informados no presente documento.

_____, _____/ _____/ _____
(local) (dia) (mês) (ano)

_____ / _____
(nome) (CPF)

_____
assinatura do responsável pelo ETN-M/PF

ANEXO 5-A

DECLARAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE ALUGUEL DE MOTO AQUÁTICA

Declaração para comprovação perante à _____
(CP/DL/AG responsável pelo credenciamento)
que o _____, _____,
(nome do EAMA) (CNPJ)
situado à _____,
(endereço completo)
presta serviço de aluguel de Moto Aquática dentro dos preceitos da NORMAM-34/DPC.

1 - Propósito:

Alugar MA para locatário a habilitar-se como MTA-E, disponibilizando em suas instalações a apresentação de videoaula produzido pela Marinha do Brasil e demonstração prática para emissão do atestado de demonstração para condução de MA alugada e emissão de CHA-MTA-E.

2 - Relação dos instrutores que realizarão o treinamento:

Nome completo	CPF	nº inscrição da CHA	Assinatura do Instrutor

3 - Relação de recursos instrucionais disponíveis:

Nome da MA	Nome do proprietário	nº inscrição da MA

4 - Outras informações:
a) e-mail _____;
b) site _____;
c) telefone fixo _____; e
d) celular _____.

ANEXO 5-A

Observação:
O responsável pelo EAMA deverá apresentar na CP/DL/AG responsável pelo seu credenciamento, uma nova declaração devidamente atualizada, sempre que houver alterações nos dados informados no presente documento.

_____, _____/ _____/ _____
(local) (dia (mês) (ano)

_____ / _____
(nome) (CPF)

_____
assinatura do responsável pelo Estabelecimento Náutico

ANEXO 5-B

ATESTADO DE DEMONSTRAÇÃO PARA CONDUÇÃO DE MOTO AQUÁTICA ALUGADA

O Atestado de Demonstração para Condução de Moto Aquática Alugada visa a atestar que foi ministrada ao locatário uma familiarização mínima necessária a esse tipo de embarcação, possibilitando a emissão de uma **habilitação temporária (CHA-MTA-E)**, a qual permitirá a sua condução dentro de uma área restrita.

Campo de preenchimento do EAMA:

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr.(a.) _____,
CPF nº _____ assistiu a videoaula* e recebeu a demonstração prática** para condução de moto aquática alugada junto ao_____
(nome do EAMA)
tendo o(a) Sr.(a.) _____como instrutor(a).
(Nome do Instrutor)

_____
(Dados do Instrutor)

Identidade nº:_____ Órgão emissor: _____ Data de emissão: _____ .
CPF:_____ Nº da CHA :_____.

Assinatura do Instrutor: _____.
OBS: A apresentação de informações inverídicas poderá acarretar no cancelamento do EAMA, sujeitando, ainda, o responsável do Estabelecimento de Aluguel de MA às sanções administrativas, cíveis ou penais previstas em Lei.

==========

*A videoaula produzida pela Marinha do Brasil abordou os assuntos mais relevantes contidos no RIPEAM, LESTA, RLESTA, NORMAM, NPCP/NPCF e procedimentos para saída/aproximação de praias e margens, aplicados à condução da MA, levando em conta as especificidades locais da área.

** A demonstração prática abordou as principais características e peculiaridades da MA, como controle de propulsão e governo, a sua operação propriamente dita, bem como destacou os procedimentos de segurança e orientações básicas, como:

- área permitida à navegação (reconhecimento dos limites das áreas sinalizadas por boias);
- cuidados na navegação;
- precauções com banhistas e outras embarcações; e
- uso apropriado do colete salva-vidas e do mecanismo de segurança da chave de ignição da moto aquática.

ANEXO 5-B

Campo de preenchimento do locatário a habilitar-se como MTA-E

Declaro, para os devidos fins, que compreendi os principais procedimentos de segurança e orientações básicas, fornecidas pelo EAMA, por meio da videoaula produzida pela Marinha do Brasil e a demonstração prática para condução de moto aquática alugada. Além disso, estou ciente das imputações administrativas e penais decorrentes de acidentes em que esteja envolvido, caso seja responsabilizado.
Irei cumprir as regras relacionadas abaixo:
a) conduzirei a MA somente no interior da área delimitada à condução por locatários com CHA-MTA-E;
b) conduzirei a MA somente no período entre o nascer e o pôr do sol;
c) não utilizarei a MA para fim outro que não a recreação ou prática de esportes;
d) não transferirei a MA a terceiros, sob qualquer pretexto;
e) não transportarei passageiros;
f) cumprirei as instruções sobre os procedimentos de segurança e orientações básicas fornecidas pelo EAMA por meio da videoaula produzida pela Marinha do Brasil e demonstração de condução de MA alugada;
g) não ultrapassarei a velocidade de 37 km/h (vinte milhas náuticas/h ou vinte nós);
h) não abastecerei a MA;
i) jamais conduzirei a MA alugada após consumir bebidas alcoólicas ou qualquer substância entorpecente ou tóxica; e
j) utilizarei, obrigatoriamente, lentes de correção visual e/ou aparelho e correção auditiva, na hipótese de restrição física.

☐ Declaro que não tenho experiência na condução de MA ou embarcação miúda. (É mandatória a demonstração com a MA alugada em deslocamento com o locatário na garupa do Instrutor).

☐ Declaro que tenho experiência na condução de MA ou embarcação miúda. (É obrigatória a apresentação da CHA ARA/MSA/CPA/MTA-E).

Estou ciente:
a) das imputações administrativas e penais decorrentes de acidentes em que esteja envolvido, caso seja responsabilizado; e
b) das sanções previstas na LESTA e RLESTA, quando da prática das condutas vedadas nesses diplomas legais.

Por fim, declaro também estar ciente de que a falsidade da presente declaração por parte do responsável pelo EAMA, pelo Instrutor e por mim pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante."
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."
Nome: _____
(locatário)
Identidade n º: _____ Órgão Emissor: _____
Data de Emissão: _____ CPF: _____
Assinatura do Locatário: _____.

Observações:
1) O presente atestado não é válido para emissão de nova CHA-MTA-E; e
2) Tem validade de 30 dias, a partir da data em que foi emitido.
Data de Emissão (a ser preenchida pelo EAMA):

_____, _____ de _____ de _____.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-B

CERTIFICATE OF DEMONSTRATION FOR OPERATING A RENTED PERSONAL WATERCRAFT

The Certificate of Demonstration for Operating a Rented Personal Watercraft (PWC) is intended to certify that the renter was given the minimum necessary familiarization with this type of watercraft, allowing for the issuance of a temporary license (CHA-MTA-E), which will permit the PWC operation within a restricted area.
To be completed by the rental company (EAMA):

I certify, for all intents and purposes, that Mr(s). _____,
Passport nº _____, attended the video lesson* and received the practical demonstration**
for operating a rented PWC by _____,
(name of the EAMA)
having Mr.(s) _____as an instructor.
(Instructor's name)

_____
(Instructor's information)

ID nº:_ _____ Issued by: _____ Date of issue: _____ .
CPF:_____ CHA nº:_____.

Instructor's signature: _____.

NOTE: The submission of untrue information may result in the cancellation of the EAMA, also subjecting the person responsible for the EAMA to administrative, civil, or criminal sanctions provided for by law.

==========

*The video lesson produced by the Brazilian Navy addressed the most relevant issues contained in COLREG, LESTA, RLESTA, NORMAM, NPCP/NPCF, and rules for leaving/approaching beaches and shores, applied to PWC operation, taking into account the local area specifics.

** The practical demonstration covered the main features and peculiarities of the PWC, such as propulsion and steering control, and its operation itself. The demonstration highlighted safety procedures and basic guidelines, such as:

- area allowed for navigation (recognition of the limits of areas signaled by buoys);
- navigating with caution;
- precautions with bathers and other boats; and
- proper use of the life jacket and PWC ignition key safety mechanism.

ANEXO 5-B

To be completed by the renter to be qualified as MTA-E:

I declare, for all intents and purposes, that I have understood the main safety procedures and basic guidelines, provided by the rental company (EAMA), through the video lesson produced by the Brazilian Navy and the practical demonstration for operating a rented PWC. Furthermore, I am aware of the administrative and criminal charges resulting from accidents in which I am involved, should I be held liable.
I will comply with the rules listed below:
a) I will operate the PWC only within the area limited to CHA-MTA-E renters;
b) I will operate the PWC only in the period between sunrise and sunset;
c) I will not use the PWC for purposes other than recreation or sports;
d) I will not transfer the PWC to third parties, under any pretext;
e) I will not transport passengers;
f) I will follow the instructions on safety procedures and basic guidelines provided by the EAMA through the video lesson produced by the Brazilian Navy and the demonstration for operating a rented PWC;
g) I will not exceed the speed of 37 km/h (20 nautical miles/h or 20 knots);
h) I will not refuel the PWC;
i) I will never operate the rented PWC after consuming alcoholic beverages, or any narcotic or toxic substances; and
j) I will use, obligatorily, visual correction lenses and/or hearing aids, in the case of physical restriction.

☐ I declare that I have NO EXPERIENCE in operating a PWC or small boat. (It is mandatory that the Instructor demonstrates the operation of the PWC while in motion and the renter in the rear seat).

☐ I declare that I have EXPERIENCE in operating a PWC or small boat. (CHA ARA/MSA/CPA/MTA-E documentation is required).

I am aware of:
a) the administrative and criminal charges resulting from accidents in which I am involved, should I be held liable; and
b) the sanctions provided for in LESTA and RLESTA, when the acts prohibited in these legal diplomas are committed.
Finally, I also declare that I am aware that the falsity of this declaration by the person responsible for the EAMA, by the Instructor, and by myself may incur in the criminal sanction provided for in art. 299 of the Penal Code, as transcribed below:
"Art. 299 - To omit, in a public or private document, a statement that should be included therein, or to insert or cause to be inserted therein a statement that is false or different from the one that should be written, in order to harm a right, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact."
"Penalty: imprisonment from 1 (one) to 5 (five) years and fine, if the document is public; and imprisonment from 1 (one) to 3 (three) years, if the document is private."

Renter's Name: _____
(Renter)
Passport number: _____ Country of issue: _____
Date of issue: _____
Renter's signature: _____.

Notes:
1) This certificate is not valid for the issuance of a new CHA-MTA-E; and
2) It is valid for 30 days from the date it was issued.
Date of Issue (to be completed by the EAMA):

_____, _____ / _____ / _____.

ANEXO 5-C

AUTODECLARAÇÃO DE ATESTADO DE SAÚDE PARA EMISSÃO DE CHA-MTA-E

Eu,_____, Identidade nº_____
CPF nº_____, declaro para fins específicos de emissão de Carteira de Habilitação de Motonauta Especial (CHA-MTA-E) e condução de Moto Aquática alugada, que gozo de boas condições de saúde física e mental, estando ciente de que eventual informação falsa poderá ensejar responsabilidade nas esferas civil, administrativa e criminal, inclusive a caracterização do crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

	SIM	NÃO
Faço uso de lentes de correção visual		
Faço uso de aparelho de correção auditiva		

_____ _____
Local e Data Nome e assinatura do declarante

ANEXO 5-D

ASSUNTOS A SEREM ABORDADOS DURANTE AS INSTRUÇÕES DO EAMA

O EAMA deverá apresentar ao locatário os seguintes artigos/assuntos, como complemento das instruções transmitidas na videoaula:

1) RIPEAM
- Regra 5;
- Regra 6 (alínea a, exceto inciso IV);
- Regra 7 (alínea a e d);
- Regra 8;
- Regra 13;
- Regra 14;
- Regra 15;
- Regra 16;
- Regra 17; e
- Regra 18 (alínea a).

2) LESTA
- Artigo 2 (incisos I, VII e XX);
- Artigo 3;
- Artigo 9;
- Artigo 16 (incisos I e II);
- Artigo 19;
- Artigo 22;
- Artigo 25;
- Artigo 30;
- Artigo 33; e
- Artigo 34 (inciso IV);

3) RLESTA
- Artigo 7 (parágrafo 1°, inciso I);
- Artigo 8;
- Artigo 9;
- Artigo 11;
- Artigo 12;
- Artigo 22 (inciso II); e
- Artigo 23 (exceto inciso III).

4) NORMAM-34/DPC

5) NPCP/NPCF
- Especificamente sobre a atividade recreativa na área de jurisdição da CP/DL/AG onde será realizada a instrução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022052400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 129/DPC, DE 12 DE MAIO DE 2022

Revogação das Portarias de Dispensa de Praticagem obrigatória.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Revogar as Portarias abaixo relacionadas, em razão da expedição dos Certificados de Dispensa do Serviço de Praticagem, atendendo ao preconizado no inciso 5, alínea c, item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

I - Portaria nº 413/DPC, datada de 25 de novembro de 2019, publicada no DOU de 26 de novembro de 2019 (Certificado DPC-253 nº 0060/2022);

II - Portaria nº 421/DPC, datada de 2 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 5 de dezembro de 2019 (Certificado DPC-253 nº 0044/2022);

III - Portaria nº 14/DPC, datada de 22 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2020 (Certificado DPC-253 nº 0057/2022); e

IV - Portaria nº 145/DPC, datada de 17 de abril de 2020, publicada no DOU de 20 de abril de 2020 (Certificado DPC-253 nº 0058/2022).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.643, DE 23 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Iracema do Oeste - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Iracema do Oeste - PR, no valor de R$ 65.357,01 (sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete reais e um centavo), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009660/2022-15.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.644, DE 23 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Gabriel da Palha - ES, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Gabriel da Palha - ES, no valor de R$ 108.992,00 (cento e oito mil novecentos e noventa e dois reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009634/2022-89.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.645, DE 23 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Pedro do Rosário - MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Pedro do Rosário - MA, no valor de R$ 599.424,00 (quinhentos e noventa e nove mil quatrocentos e vinte e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009632/2022-90.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

PORTARIA Nº 1.646, DE 23 DE MAIO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Geraldo do Araguaia - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pela SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, SUBSTITUTA, nomeada pela Portaria n. 2927, de 20 de novembro de 2020, publicada no DOU, de 23 de novembro de 2020, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Geraldo do Araguaia - PA, no valor de R$ 511.853,00 (quinhentos e onze mil oitocentos e cinquenta e três reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009373/2022-05.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

PORTARIA Nº 1.575, DE 20 DE MAIO DE 2022

Autoriza a dedução do percentual de 4% (quatro por cento) do valor total do repasse do concedente nos convênios celebrados no exercício de 2022, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH, com recursos provenientes de programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no art. 50 do Anexo I do Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021, e consoante delegação de competência veiculada pela Portaria nº 2.708, de 28 de outubro de 2021, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, considerando ainda o disposto no art. 92 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e no art. 54 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a dedução do percentual de 4% (quatro por cento) do valor total do repasse do concedente nos convênios celebrados no exercício de 2022, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH, com recursos provenientes de programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares.

Parágrafo único. Os recursos arrecadados na forma do caput serão destinados ao custeio das despesas administrativas do concedente para operacionalização da execução e gestão dos respectivos convênios, e serão deduzidas do valor repassado ao convenente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento celebrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 4.643, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Gerência de Relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional da Coordenação-Geral de Tesouraria da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 5º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º A Gerência de Relacionamento com o Sistema Financeiro Nacional da Coordenação-Geral de Tesouraria da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia tem o seu horário de funcionamento fixado entre 6h00 e 19h00, para atendimento às instituições financeiras participantes do Sistema de Transferências de Reservas do Banco Central do Brasil - STR.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 874, de 12 de novembro de 2015, do extinto Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

PAULO GUEDES

PORTARIA ME Nº 4.669, DE 20 DE MAIO DE 2022

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, das Portarias Interministeriais que menciona.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação da:

I - Portaria Interministerial nº 543, de 12 de novembro de 2013, dos extintos Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional;

II - Portaria Interministerial nº 276, de 4 de julho de 2014, dos extintos Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional; e

III - Portaria Interministerial nº 4, de 24 de novembro de 2015, dos extintos Ministério da Fazenda e Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 12105.100293/2022-59
Interessado: Banco Nacional S/A - Em Liquidação Extrajudicial.
Assunto: Minuta de contrato da décima quarta novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS com a Banco Nacional S/A - Em Liquidação Extrajudicial, no valor líquido de R$ 235.647.123,80 (duzentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e vinte e três reais e oitenta centavos), posição em 1º de julho de 2021, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal que serão registrados em conta própria do Banco Central do Brasil - BACEN.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, atestando, dentre outros atributos, a vantajosidade da novação, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, afirmando o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à matéria, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Ministro
Substituto

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 12105.100259/2022-84.
Interessados: Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, com a interveniência do Banco Bradesco S/A.
Assunto: Contrato da Décima Terceira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, com a interveniência do Banco Bradesco S/A, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor de R$ 525.709,39 (quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e nove reais e trinta e nove centavos), posicionado em 1º de julho de 2021, correspondente a 1 (um) contrato, o qual será, ao final do procedimento, convertido em título da Dívida Pública Mobiliária Federal que será registrado em conta própria do Banco Central do Brasil - BACEN, destinado à Instituição Credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais pertinentes.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Ministro
Substituto

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO CPPI Nº 227, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova a Resolução nº 224, de 13 de maio de 2022, que dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, com objetivo de avaliar a desestatização da empresa e dos ativos sob sua gestão.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS - CPPI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, § 1º, I e o art. 7º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a Resolução nº 224, de 13 de maio de 2022, que recomenda a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-sal Petróleo S.A. - PPSA, com objetivo de avaliar a desestatização da empresa e dos ativos sob sua gestão, nos termos em que foi aprovada pelo Ministro de Estado da Economia e pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, ad referendum do Conselho.

Parágrafo único. A PPSA poderá elaborar, mediante contratação de consultoria técnica especializada, os estudos que subsidiarão a avaliação de que trata o caput.

Art. 2º Opinar pela instituição de Comitê Interministerial com as seguintes competências:

I - acompanhar e opinar sobre os estudos de que trata o parágrafo único do art. 1º;

II - elaborar manifestação com avaliação sobre a desestatização da PPSA e dos ativos sob sua gestão; e

III - prestar as informações solicitadas pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República aprovar a manifestação do Comitê Interministerial de que trata o inciso II do caput.

Art. 3º O Comitê Interministerial será composto por três representantes de cada um dos seguintes órgãos:

I -Ministério da Economia, que o coordenará; e

II - Ministério de Minas e Energia.

§ 1º A PPSA poderá ser convidada a participar das reuniões do Comitê Interministerial.

§ 2º O Comitê Interministerial poderá solicitar apoio técnico de outros órgãos e entidades.

§ 3º Os representantes dos órgãos integrantes do Comitê Interministerial, incluindo o Coordenador, serão indicados pelos secretários-executivos dos respectivos ministérios.

§ 4º O Comitê Interministerial se reunirá preferencialmente a cada quinze dias, ou extraordinariamente mediante convocação prévia, com no mínimo cinco dias de antecedência, do Coordenador, que encaminhará, quando da convocação, a pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 5º As reuniões do Comitê Interministerial terão início com a presença da maioria de seus membros ou, em segunda convocação, dez minutos após a hora estabelecida, com a presença mínima de dois membros.

§ 6º O quórum de aprovação é de maioria simples, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade no caso de empate.

§ 7º O prazo para conclusão dos trabalhos do Comitê Interministerial será de trinta dias, contado da data da conclusão dos estudos de que trata o parágrafo único do art. 1º, prorrogável por igual período.

§ 8º A participação no Comitê Interministerial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Ministro de Estado da Economia
Substituto

BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL
Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA ME Nº 4.685, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera o Anexo à Portaria SE/ME nº 11.328, de 16 de setembro de 2021, que estabelece metas globais e respectivos indicadores de avaliação de desempenho institucional do Ministério da Economia.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 48 da Portaria GM/ME nº 528, de 26 de setembro de 2019, resolve:
Art. 1º O Anexo à Portaria SE/ME nº 11.328, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de junho de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

ANEXO
(anexo à portaria se/me nº 11.328, de 16 de setembro de 2021)

"

Meta Global	Indicador	Fórmula de cálculo	Fonte de Informação	Resultado Previsto
.....				
Promoção da Produtividade e Competitividade.	Índice de execução de projetos e ações prioritárias da SEPEC	Quantidade de ações concluídas no período (a+b+c+d+e+f) / quantidade de ações previstas para conclusão (6) Obs. As ações se referem ao planejamento pactuado internamente no Ministério da Economia englobando, dentre outras, as seguintes entregas: a) Elaboração do 1€ Plano Integrado de Infraestrutura b) Abertura da Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (FIARC) c) Redução do Custo Brasil - Criação do Escritório de Projetos d) Programa Eficiência Máxima - Processo Produtivo Básico - PPB - Publicar portaria conjunta regulamentando a habilitação à Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) e) 5G Brasil - Plano de ações para desenvolvimento) do ecossistema de soluções e aplicações digitais no segmento de banda larga móvel de quinta geração (5G f) Brasil 4.0 - InovAtiva 15k - InovAtiva Brasil - Ciclos 2021.2 e 2022.1.	Relatórios da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação (SDIC); Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI); Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) e Gabinete SEPEC; Relatórios da Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital/Secretaria de Inovação e Micro e Pequenas Empresas (SIN/SIMPE).	80%

Transformação do governo por meio de tecnologias digitais.	Serviços públicos totalmente digitais (Transformar cem por cento dos serviços públicos digitalizáveis, até 2022) [Estratégia de Governo Digital - EGD-1.1]	% de serviços públicos totalmente digitais / total de serviços.	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin	100%
	Consolidar seiscentos e vinte e dois domínios do Poder Executivo federal no portal único gov.br, até 2022. (Consolidação dos Canais) [EGD 4.1]	Quantidade de portais migrados para o Gov.br	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin	622
	Interoperar os sistemas do Governo federal, de forma que, no mínimo, seiscentos serviços públicos disponham de preenchimento automático de informações relacionadas ao Cadastro Base do Cidadão, ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e ao Cadastro de Endereçamento Postal, até 2022.[EGD-6.1]	Quantidade de serviços públicos com obtenção automática de informações	Acompanhamento EGD e Ferramenta ICG da consultoria Qualitin	600

(NR)"

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 353, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021 e concede redução temporária das alíquotas do Imposto de Importação ao amparo do art. 50, alínea d, do Tratado de Montevidéu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo atenuar os efeitos dos choques de oferta causados pela pandemia e pela crise internacional na economia brasileira.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto na Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no item "d" do artigo 50, do Tratado de Montevidéu de 1980, que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e a deliberação de sua 1ª Reunião Extraordinária de 2022, ocorrida em 23 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º A Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Ficam temporariamente e excepcionalmente reduzidas, até o dia 31 de dezembro de 2023, as alíquotas do Imposto de Importação referenciadas no Anexo II desta Resolução, com fundamento no disposto no artigo 50, alínea "d", do Tratado de Montevidéu de 1980. " (NR)

Art. 2º Ficam alteradas as alíquotas do Imposto de Importação constantes do Anexo II da Resolução Gecex nº 272, de 2021, conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)	ALÍQUOTA (%)	FUNDAMENTAÇÃO
0101.30.00	-Asininos	4	3,2	Art. 7º
0101.90.00	-Outros	4	3,2	Art. 7º
0105.94.00	--Aves da espécie Gallus domesticus	4	3,2	Art. 7º
0105.99.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
0106.11.00	--Primatas	4	3,2	Art. 7º
0106.12.00	--Baleias, golfinhos e botos (mamíferos da ordem Cetacea); peixes-boi (manatins) e dugongos (mamíferos da ordem Sirenia); otárias e focas, leões-marinhos e morsas (mamíferos da subordem Pinnipedia)	4	3,2	Art. 7º
0106.13.00	--Camelos e outros camelídeos (Camelidae)	4	3,2	Art. 7º
0106.14.00	--Coelhos e lebres	4	3,2	Art. 7º
0106.19.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
0106.20.00	-Répteis (incluindo as serpentes e as tartarugas marinhas)	4	3,2	Art. 7º
0106.31.00	--Aves de rapina	4	3,2	Art. 7º
0106.32.00	--Psitaciformes (incluindo os papagaios, os periquitos, as araras e as catatuas)	4	3,2	Art. 7º
0106.33.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
0106.39.00	--Outras	4	3,2	Art. 7º
0106.41.00	--Abelhas	4	3,2	Art. 7º
0106.49.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
0106.90.00	-Outros	4	3,2	Art. 7º
0201.10.00	-Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0201.20.10	Quartos dianteiros	10	8	Art. 7º
0201.20.20	Quartos traseiros	10	8	Art. 7º
0201.20.90	Outras	10	8	Art. 7º
0201.30.00	-Desossadas	12	9,6	Art. 7º
0202.10.00	-Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0202.20.10	Quartos dianteiros	10	8	Art. 7º
0202.20.20	Quartos traseiros	10	8	Art. 7º
0202.20.90	Outras	10	8	Art. 7º
0202.30.00	-Desossadas	12	9,6	Art. 7º
0203.11.00	--Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0203.12.00	--Pernas, pás e respectivos pedaços, não desossados	10	8	Art. 7º
0203.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0203.21.00	--Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0203.22.00	--Pernas, pás e respectivos pedaços, não desossados	10	8	Art. 7º
0203.29.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0204.10.00	-Carcaças e meias-carcaças de cordeiro, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0204.21.00	--Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0204.22.00	--Outras peças não desossadas	10	8	Art. 7º
0204.23.00	--Desossadas	10	8	Art. 7º
0204.30.00	-Carcaças e meias-carcaças de cordeiro, congeladas	10	8	Art. 7º
0204.41.00	--Carcaças e meias-carcaças	10	8	Art. 7º
0204.42.00	--Outras peças não desossadas	10	8	Art. 7º
0204.43.00	--Desossadas	10	8	Art. 7º
0204.50.00	-Carnes de animais da espécie caprina	10	8	Art. 7º
0205.00.00	Carnes de animais das espécies cavalar, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas.	10	8	Art. 7º
0206.10.00	-Da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0206.21.00	--Línguas	10	8	Art. 7º
0206.22.00	--Fígados	10	8	Art. 7º
0206.29.10	Rabos	10	8	Art. 7º
0206.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
0206.30.00	-Da espécie suína, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0206.41.00	--Fígados	10	8	Art. 7º
0206.49.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0206.80.00	-Outras, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0206.90.00	-Outras, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.11.00	--Não cortadas em pedaços, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0207.12.00	--Não cortadas em pedaços, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.13.00	--Pedaços e miudezas, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0207.14.00	--Pedaços e miudezas, congelados	10	8	Art. 7º
0207.24.00	--Não cortadas em pedaços, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0207.25.00	--Não cortadas em pedaços, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.26.00	--Pedaços e miudezas, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0207.27.00	--Pedaços e miudezas, congelados	10	8	Art. 7º
0207.41.00	--Não cortadas em pedaços, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º

0207.42.00	--Não cortadas em pedaços, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.43.00	--Fígados gordos (foies gras), frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0207.44.00	--Outras, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0207.45.00	--Outras, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.51.00	--Não cortadas em pedaços, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0207.52.00	--Não cortadas em pedaços, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.53.00	--Fígados gordos (foies gras), frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0207.54.00	--Outras, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0207.55.00	--Outras, congeladas	10	8	Art. 7º
0207.60.00	-De galinhas-d'angola (pintadas)	10	8	Art. 7º
0208.10.00	-De coelhos ou lebres	10	8	Art. 7º
0208.30.00	-De primatas	10	8	Art. 7º
0208.40.00	-De baleias, golfinhos e botos (mamíferos da ordem Cetacea); de peixes-boi (manatins) e dugongos (mamíferos da ordem Sirenia); de otárias e focas, leões-marinhos e morsas (mamíferos da subordem Pinnipedia)	10	8	Art. 7º
0208.50.00	-De répteis (incluindo as serpentes e as tartarugas marinhas)	10	8	Art. 7º
0208.60.00	-De camelos e outros camelídeos (Camelidae)	10	8	Art. 7º
0208.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
0209.10.11	Fresco, refrigerado ou congelado	6	4,8	Art. 7º
0209.10.19	Outros	6	4,8	Art. 7º
0209.10.21	Fresca, refrigerada ou congelada	6	4,8	Art. 7º
0209.10.29	Outras	6	4,8	Art. 7º
0209.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
0210.11.00	--Pernas, pás e respectivos pedaços, não desossados	10	8	Art. 7º
0210.12.00	--Toucinhos entremeados (Barrigas (entremeadas)*) e seus pedaços	10	8	Art. 7º
0210.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0210.20.00	-Carnes da espécie bovina	10	8	Art. 7º
0210.91.00	--De primatas	10	8	Art. 7º
0210.92.00	--De baleias, golfinhos e botos (mamíferos da ordem Cetacea); de peixes-boi (manatins) e dugongos (mamíferos da ordem Sirenia); de otárias e focas, leões-marinhos e morsas (mamíferos da subordem Pinnipedia)	10	8	Art. 7º
0210.93.00	--De répteis (incluindo as serpentes e as tartarugas marinhas)	10	8	Art. 7º
0210.99.11	De galos e de galinhas	10	8	Art. 7º
0210.99.19	Outras	10	8	Art. 7º
0210.99.20	Carnes da espécie ovina	10	8	Art. 7º
0210.99.30	Carnes da espécie cavalar	10	8	Art. 7º
0210.99.40	Miudezas comestíveis	10	8	Art. 7º
0210.99.90	Outras	10	8	Art. 7º
0301.11.10	Aruanã (Osteoglossum bicirrhosum)	10	8	Art. 7º
0301.11.90	Outros	10	8	Art. 7º
0301.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0301.91.90	Outras	10	8	Art. 7º
0301.92.90	Outras	10	8	Art. 7º
0301.93.90	Outras	10	8	Art. 7º
0301.94.90	Outras	10	8	Art. 7º
0301.95.90	Outros	10	8	Art. 7º
0301.99.91	Tilápias (Tilapia spp., Oreochromis spp., Sarotherodon spp., Danakilia spp.; seus híbridos)	10	8	Art. 7º
0301.99.92	Esturjões (Acipenser baerii, Acipenser gueldenstaedtii, Acipenser persicus, Acipenser stellatus)	10	8	Art. 7º
0301.99.99	Outros	10	8	Art. 7º
0302.11.00	--Trutas (Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache e Oncorhynchus chrysogaster)	10	8	Art. 7º
0302.13.00	--Salmões-do-pacífico (Oncorhynchus nerka, Oncorhynchus gorbuscha, Oncorhynchus keta, Oncorhynchus tschawytscha, Oncorhynchus kisutch, Oncorhynchus masou e Oncorhynchus rhodurus)	10	8	Art. 7º
0302.14.00	--Salmão-do-atlântico (Salmo salar) e salmão-do-danúbio (Hucho hucho)	10	8	Art. 7º
0302.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0302.21.00	--Linguados-gigantes (Alabotes*) (Reinhardtius hippoglossoides, Hippoglossus hippoglossus, Hippoglossus stenolepis)	10	8	Art. 7º
0302.22.00	--Solha (Pleuronectes platessa)	10	8	Art. 7º
0302.23.00	--Linguados (Solea spp.)	10	8	Art. 7º
0302.24.00	--Pregado (Psetta maxima)	10	8	Art. 7º
0302.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0302.31.00	--Albacora-branca (atum) (Thunnus alalunga)	10	8	Art. 7º
0302.32.00	--Albacora-laje (atum) (Thunnus albacares)	10	8	Art. 7º
0302.33.00	--Bonito-listrado (Gaiado*) (Katsuwonus pelamis)	10	8	Art. 7º
0302.34.00	--Albacora-bandolim (atum) (Thunnus obesus)	10	8	Art. 7º
0302.35.00	--Atuns-azuis (atuns) (Thunnus thynnus, Thunnus orientalis)	10	8	Art. 7º
0302.36.00	--Atum-azul do sul (atum) (Thunnus maccoyii)	10	8	Art. 7º
0302.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0302.41.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii)	10	8	Art. 7º
0302.42.10	Anchoita (Engraulis anchoita)	10	8	Art. 7º
0302.42.90	Outros	10	8	Art. 7º
0302.43.00	--Sardinhas (Sardina pilchardus, Sardinops spp., Sardinella spp.) (Sardinha (Sardina pilchardus) e sardinelas (Sardinops spp., Sardinella spp.)*), anchoveta (espadilha*) (Sprattus sprattus)	10	8	Art. 7º
0302.44.00	--Cavalinhas (Sardas e cavalas*) (Scomber scombrus, Scomber australasicus, Scomber japonicus)	10	8	Art. 7º
0302.45.00	--Carapaus (Trachurus spp.)	10	8	Art. 7º
0302.46.00	--Bijupirá (Cobia*) (Rachycentron canadum)	10	8	Art. 7º
0302.47.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0302.49.10	Espadins, marlins, veleiros (Istiophoridae)	10	8	Art. 7º
0302.49.90	Outros	10	8	Art. 7º
0302.52.00	--Hadoque (Arinca*) (Melanogrammus aeglefinus)	10	8	Art. 7º
0302.53.00	--Saithe (Escamudo*) (Pollachius virens)	10	8	Art. 7º
0302.54.00	--Merluzas (Pescadas*) e abróteas (Merluccius spp., Urophycis spp.)	10	8	Art. 7º
0302.55.00	--Polaca-do-alasca (Escamudo-do-alasca*) (Theragra chalcogramma)	10	8	Art. 7º
0302.56.00	--Verdinhos (Micromesistius poutassou, Micromesistius australis)	10	8	Art. 7º
0302.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0302.71.00	--Tilápias (Oreochromis spp.)	10	8	Art. 7º
0302.72.10	Bagre americano (Ictalurus punctatus)	10	8	Art. 7º
0302.72.90	Outros	10	8	Art. 7º
0302.73.00	--Carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.)	10	8	Art. 7º
0302.74.00	--Enguias (Anguilla spp.)	10	8	Art. 7º
0302.79.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0302.81.00	--Cação e outros tubarões	10	8	Art. 7º
0302.82.00	--Raias (Rajidae)	10	8	Art. 7º
0302.83.10	Merluza negra (Dissostichus eleginoides)	10	8	Art. 7º
0302.83.20	Merluza antártica (Dissostichus mawsoni)	10	8	Art. 7º
0302.84.00	--Robalos (Dicentrarchus spp.)	10	8	Art. 7º
0302.85.00	--Esparídeos (Sparidae)	10	8	Art. 7º
0302.89.10	Pargo (Lutjanus purpureus)	10	8	Art. 7º
0302.89.21	Cherne-poveiro (Polyprion americanus)	10	8	Art. 7º
0302.89.22	Garoupas (Acanthistius spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.23	Esturjão (Acipenser baerii)	10	8	Art. 7º
0302.89.24	Peixes-rei (Atherina spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.31	Curimatãs (Prochilodus spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.32	Tilápias (Tilapia spp., Sarotherodon spp., Danakilia spp.; seus híbridos)	10	8	Art. 7º
0302.89.33	Surubins (Pseudoplatystoma spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.34	Traíra (Hoplias malabaricus & H. cf. lacerdae)	10	8	Art. 7º
0302.89.35	Piaus (Leporinus spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.36	Tainhas (Mugil spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.37	Pirarucu (Arapaima gigas)	10	8	Art. 7º

0302.89.38	Pescadas (Cynoscion spp.)	10	8	Art. 7º
0302.89.41	Piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii)	10	8	Art. 7º
0302.89.42	Dourada (Brachyplatystoma flavicans)	10	8	Art. 7º
0302.89.43	Pacu (Piaractus mesopotamicus)	10	8	Art. 7º
0302.89.44	Tambaqui (Colossoma macropomum)	10	8	Art. 7º
0302.89.45	Tambacu (híbrido de tambaqui e pacu)	10	8	Art. 7º
0302.89.90	Outros	10	8	Art. 7º
0302.91.00	--Fígados, ovas e gônadas masculinas	10	8	Art. 7º
0302.92.00	--Barbatanas de tubarão	10	8	Art. 7º
0302.99.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0303.11.00	--Salmão-do-pacífico (salmão-vermelho) (Oncorhynchus nerka)	10	8	Art. 7º
0303.12.00	--Outros salmões-do-pacífico (Oncorhynchus gorbuscha, Oncorhynchus keta, Oncorhynchus tschawytscha, Oncorhynchus kisutch, Oncorhynchus masou e Oncorhynchus rhodurus)	10	8	Art. 7º
0303.13.00	--Salmão-do-atlântico (Salmo salar) e salmão-do-danúbio (Hucho hucho)	10	8	Art. 7º
0303.14.00	--Trutas (Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache e Oncorhynchus chrysogaster)	10	8	Art. 7º
0303.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0303.23.00	--Tilápias (Oreochromis spp.)	10	8	Art. 7º
0303.24.10	Bagre americano (Ictalurus punctatus)	10	8	Art. 7º
0303.24.90	Outros	10	8	Art. 7º
0303.25.00	--Carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.)	10	8	Art. 7º
0303.26.00	--Enguias (Anguilla spp.)	10	8	Art. 7º
0303.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0303.31.00	--Linguados-gigantes (Alabotes*) (Reinhardtius hippoglossoides, Hippoglossus hippoglossus, Hippoglossus stenolepis)	10	8	Art. 7º
0303.32.00	--Solha (Pleuronectes platessa)	10	8	Art. 7º
0303.33.00	--Linguados (Solea spp.)	10	8	Art. 7º
0303.34.00	--Pregado (Psetta maxima)	10	8	Art. 7º
0303.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0303.41.00	--Albacora-branca (atum) (Thunnus alalunga)	10	8	Art. 7º
0303.42.00	--Albacora-laje (atum) (Thunnus albacares)	10	8	Art. 7º
0303.43.00	--Bonito-listrado (Gaiado*) (Katsuwonus pelamis)	10	8	Art. 7º
0303.44.00	--Albacora-bandolim (atum) (Thunnus obesus)	10	8	Art. 7º
0303.45.00	--Atuns-azuis (atuns) (Thunnus thynnus, Thunnus orientalis)	10	8	Art. 7º
0303.46.00	--Atum-azul do sul (atum) (Thunnus maccoyii)	10	8	Art. 7º
0303.49.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0303.51.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii)	10	8	Art. 7º
0303.53.00	--Sardinhas (Sardina pilchardus, Sardinops spp., Sardinella spp.) (Sardinha (Sardina pilchardus) e sardinelas (Sardinops spp., Sardinella spp.)*), anchoveta (espadilha*) (Sprattus sprattus)	10	8	Art. 7º
0303.54.00	--Cavalinhas (Sardas e cavalas*) (Scomber scombrus, Scomber australasicus, Scomber japonicus)	10	8	Art. 7º
0303.55.00	--Carapaus (Trachurus spp.)	10	8	Art. 7º
0303.56.00	--Bijupirá (Cobia*) (Rachycentron canadum)	10	8	Art. 7º
0303.57.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0303.59.10	Espadins, marlins, veleiros (Istiophoridae)	10	8	Art. 7º
0303.59.20	Anchoita (Engraulis anchoita)	10	8	Art. 7º
0303.59.90	Outros	10	8	Art. 7º
0303.64.00	--Hadoque (Arinca*) (Melanogrammus aeglefinus)	10	8	Art. 7º
0303.65.00	--Saithe (Escamudo*) (Pollachius virens)	10	8	Art. 7º
0303.66.00	--Merluzas (Pescadas*) e abróteas (Merluccius spp., Urophycis spp.)	10	8	Art. 7º
0303.67.00	--Polaca-do-alasca (Escamudo-do-alasca*) (Theragra chalcogramma)	10	8	Art. 7º
0303.68.00	--Verdinhos (Micromesistius poutassou, Micromesistius australis)	10	8	Art. 7º
0303.69.10	Merluza rosada (Macruronus magellanicus)	10	8	Art. 7º
0303.69.90	Outros	10	8	Art. 7º
0303.81.11	Inteiro	10	8	Art. 7º
0303.81.12	Eviscerado, sem cabeça e sem barbatanas	10	8	Art. 7º
0303.81.13	Em pedaços, com pele	10	8	Art. 7º
0303.81.14	Em pedaços, sem pele	10	8	Art. 7º
0303.81.19	Outros	10	8	Art. 7º
0303.81.90	Outros	10	8	Art. 7º
0303.82.00	--Raias (Rajidae)	10	8	Art. 7º
0303.83.11	Evisceradas, sem cabeça e sem cauda	10	8	Art. 7º
0303.83.19	Outras	10	8	Art. 7º
0303.83.21	Evisceradas, sem cabeça e sem cauda	10	8	Art. 7º
0303.83.29	Outras	10	8	Art. 7º
0303.84.00	--Robalos (Dicentrarchus spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.10	Corvina (Micropogonias furnieri)	10	8	Art. 7º
0303.89.20	Pescadas (Cynoscion spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.32	Pargo (Lutjanus purpureus)	10	8	Art. 7º
0303.89.33	Peixe-sapo (Lophius gastrophysus)	10	8	Art. 7º
0303.89.41	Cherne-poveiro (Polyprion americanus)	10	8	Art. 7º
0303.89.42	Garoupas (Acanthistius spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.43	Tainhas (Mugil spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.44	Esturjões (Acipenser baerii, Acipenser gueldenstaedtii, Acipenser persicus, Acipenser stellatus)	10	8	Art. 7º
0303.89.45	Peixes-rei (Atherina spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.46	Nototenias (Patagonotothen spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.51	Curimatãs (Prochilodus spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.52	Tilápias (Tilapia spp., Sarotherodon spp., Danakilia spp.; seus híbridos)	10	8	Art. 7º
0303.89.53	Surubins (Pseudoplatystoma spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.54	Traíra (Hoplias malabaricus & H. cf. lacerdae)	10	8	Art. 7º
0303.89.55	Piaus (Leporinus spp.)	10	8	Art. 7º
0303.89.56	Pirarucu (Arapaima gigas)	10	8	Art. 7º
0303.89.61	Piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii)	10	8	Art. 7º
0303.89.62	Dourada (Brachyplatystoma flavicans)	10	8	Art. 7º
0303.89.63	Pacu (Piaractus mesopotamicus)	10	8	Art. 7º
0303.89.64	Tambaqui (Colossoma macropomum)	10	8	Art. 7º
0303.89.65	Tambacu (híbrido de tambaqui e pacu)	10	8	Art. 7º
0303.89.90	Outros	10	8	Art. 7º
0303.91.00	--Fígados, ovas e gônadas masculinas	10	8	Art. 7º
0303.92.00	--Barbatanas de tubarão	10	8	Art. 7º
0303.99.10	Cabeças de Merluza negra (Dissostichus eleginoides)	10	8	Art. 7º
0303.99.20	Cabeças de Merluza antártica (Dissostichus mawsoni)	10	8	Art. 7º
0303.99.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.31.00	--Tilápias (Oreochromis spp.)	10	8	Art. 7º
0304.32.10	Bagre americano (Ictalurus punctatus)	10	8	Art. 7º
0304.32.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.33.00	--Perca-do-nilo (Lates niloticus)	10	8	Art. 7º
0304.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0304.41.00	--Salmões-do-pacífico (Oncorhynchus nerka, Oncorhynchus gorbuscha, Oncorhynchus keta, Oncorhynchus tschawytscha, Oncorhynchus kisutch, Oncorhynchus masou e Oncorhynchus rhodurus), salmão-do-atlântico (Salmo salar) e salmão-do-danúbio (Hucho hucho)	10	8	Art. 7º
0304.42.00	--Trutas (Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache e Oncorhynchus chrysogaster)	10	8	Art. 7º
0304.43.00	--Peixes chatos (Pleuronectidae, Bothidae, Cynoglossidae, Soleidae, Scophthalmidae e Citharidae)	10	8	Art. 7º
0304.44.00	--Peixes das famílias Bregmacerotidae, Euclichthyidae, Gadidae, Macrouridae, Melanonidae, Merlucciidae, Moridae e Muraenolepididae	10	8	Art. 7º
0304.45.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0304.46.00	--Merluza negra e merluza antártica (Marlongas*) (Dissostichus spp.)	10	8	Art. 7º
0304.47.00	--Cação e outros tubarões	10	8	Art. 7º
0304.48.00	--Raias (Rajidae)	10	8	Art. 7º
0304.49.10	Cherne-poveiro (Polyprion americanus)	10	8	Art. 7º

0304.49.20	Garoupas (Acanthistius spp.)	10	8	Art. 7º
0304.49.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.51.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0304.52.00	--Salmonídeos	10	8	Art. 7º
0304.53.00	--Peixes das famílias Bregmacerotidae, Euclichthyidae, Gadidae, Macrouridae, Melanonidae, Merlucciidae, Moridae e Muraenolepididae	10	8	Art. 7º
0304.54.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0304.55.00	--Merluza negra e merluza antártica (Marlongas*) (Dissostichus spp.)	10	8	Art. 7º
0304.56.00	--Cação e outros tubarões	10	8	Art. 7º
0304.57.00	--Raias (Rajidae)	10	8	Art. 7º
0304.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0304.61.00	--Tilápias (Oreochromis spp.)	10	8	Art. 7º
0304.62.10	Bagre americano (Ictalurus punctatus)	10	8	Art. 7º
0304.62.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.63.00	--Perca-do-nilo (Lates niloticus)	10	8	Art. 7º
0304.69.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0304.71.00	--Bacalhau-do-atlântico (Gadus morhua), bacalhau-da-groelândia (Gadus ogac) e bacalhau-do-pacífico (Gadus macrocephalus)	10	8	Art. 7º
0304.72.00	--Hadoque (Arinca*) (Melanogrammus aeglefinus)	10	8	Art. 7º
0304.73.00	--Saithe (Escamudo*) (Pollachius virens)	10	8	Art. 7º
0304.74.00	--Merluzas (Pescadas*) e abróteas (Merluccius spp., Urophycis spp.)	10	8	Art. 7º
0304.75.00	--Polaca-do-alasca (Escamudo-do-alasca*) (Theragra chalcogramma)	10	8	Art. 7º
0304.79.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0304.81.00	--Salmões-do-pacífico (Oncorhynchus nerka, Oncorhynchus gorbuscha, Oncorhynchus keta, Oncorhynchus tschawytscha, Oncorhynchus kisutch, Oncorhynchus masou e Oncorhynchus rhodurus), salmão-do-atlântico (Salmo salar) e salmão-do-danúbio (Hucho hucho)	10	8	Art. 7º
0304.82.00	--Trutas (Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache e Oncorhynchus chrysogaster)	10	8	Art. 7º
0304.83.00	--Peixes chatos (Pleuronectidae, Bothidae, Cynoglossidae, Soleidae, Scophthalmidae e Citharidae)	10	8	Art. 7º
0304.84.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0304.85.10	Merluza negra (Dissostichus eleginoides)	10	8	Art. 7º
0304.85.20	Merluza antártica (Dissostichus mawsoni)	10	8	Art. 7º
0304.86.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii)	10	8	Art. 7º
0304.87.00	--Atuns (do gênero Thunnus), bonito-listrado (gaiado*) (Katsuwonus pelamis)	10	8	Art. 7º
0304.88.10	Tubarão-azul (Prionace glauca)	10	8	Art. 7º
0304.88.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.89.10	Pargo (Lutjanus purpureus)	10	8	Art. 7º
0304.89.20	Cherne-poveiro (Polyprion americanus)	10	8	Art. 7º
0304.89.30	Garoupas (Acanthistius spp.)	10	8	Art. 7º
0304.89.90	Outros	10	8	Art. 7º
0304.91.00	--Espadarte (Xiphias gladius)	10	8	Art. 7º
0304.92.11	Bochechas (cheeks)	10	8	Art. 7º
0304.92.12	Colares (collars)	10	8	Art. 7º
0304.92.19	Outros	10	8	Art. 7º
0304.92.21	Bochechas (cheeks)	10	8	Art. 7º
0304.92.22	Colares (collars)	10	8	Art. 7º
0304.92.29	Outros	10	8	Art. 7º
0304.93.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0304.94.00	--Polaca-do-alasca (Escamudo-do-alasca*) (Theragra chalcogramma)	10	8	Art. 7º
0304.95.00	--Peixes das famílias Bregmacerotidae, Euclichthyidae, Gadidae, Macrouridae, Melanonidae, Merlucciidae, Moridae e Muraenolepididae, exceto a polaca-do-alasca (escamudo-do-alasca*) (Theragra chalcogramma)	10	8	Art. 7º
0304.96.00	--Cação e outros tubarões	10	8	Art. 7º
0304.97.00	--Raias (Rajidae)	10	8	Art. 7º
0304.99.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0305.20.00	-Fígados, ovas e gônadas masculinas, de peixes, secos, defumados (fumados), salgados ou em salmoura	10	8	Art. 7º
0305.31.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0305.32.20	Saithe (Pollachius virens)	10	8	Art. 7º
0305.32.30	Ling (Molva molva) e zarbo (Brosme brosme)	10	8	Art. 7º
0305.32.90	Outros	10	8	Art. 7º
0305.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0305.41.00	--Salmões-do-pacífico (Oncorhynchus nerka, Oncorhynchus gorbuscha, Oncorhynchus keta, Oncorhynchus tschawytscha, Oncorhynchus kisutch, Oncorhynchus masou e Oncorhynchus rhodurus), salmão-do-atlântico (Salmo salar) e salmão-do-danúbio (Hucho hucho)	10	8	Art. 7º
0305.42.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii)	10	8	Art. 7º
0305.43.00	--Trutas (Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache e Oncorhynchus chrysogaster)	10	8	Art. 7º
0305.44.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0305.49.20	Saithe (Pollachius virens), ling (Molva molva) e zarbo (Brosme brosme)	10	8	Art. 7º
0305.49.90	Outros	10	8	Art. 7º
0305.52.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0305.53.90	Outros	10	8	Art. 7º
0305.54.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii), anchovas (biqueirões*) (Engraulis spp.), sardinhas (Sardina pilchardus, Sardinops spp., Sardinella spp.) (sardinha (Sardina pilchardus) e sardinelas (Sardinops spp., Sardinella spp.)*), anchoveta (espadilha*) (Sprattus sprattus), cavalinhas (sardas e cavalas*) (Scomber scombrus, Scomber australasicus, Scomber japonicus), cavalas-do-índico (Rastrelliger spp.), serras (Scomberomorus spp.), carapaus (Trachurus spp.), xaréus (Caranx spp.), bijupirá (cobia*) (Rachycentron canadum), pampos-prateado (Pampus spp.), agulhão-do-japão (Cololabis saira), charros (Decapterus spp.), capelim (Mallotus villosus), espadarte (Xiphias gladius), merma-oriental (Euthynnus affinis), bonitos (Sarda spp.), espadins, marlins, veleiros (Istiophoridae)	10	8	Art. 7º
0305.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0305.61.00	--Arenques (Clupea harengus, Clupea pallasii)	10	8	Art. 7º
0305.63.00	--Anchovas (Biqueirões*) (Engraulis spp.)	10	8	Art. 7º
0305.64.00	--Tilápias (Oreochromis spp.), bagres (peixes-gato*) (Pangasius spp., Silurus spp., Clarias spp., Ictalurus spp.), carpas (Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.), enguias (Anguilla spp.), perca-do-nilo (Lates niloticus) e peixes cabeça-de-serpente (Channa spp.)	10	8	Art. 7º
0305.69.10	Saithe (Pollachius virens), ling (Molva molva) e zarbo (Brosme brosme)	10	8	Art. 7º
0305.69.90	Outros	10	8	Art. 7º
0305.71.00	--Barbatanas de tubarão	10	8	Art. 7º
0305.72.00	--Cabeças, caudas e bexigas-natatórias, de peixes	10	8	Art. 7º
0305.79.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0306.11.10	Inteiras	10	8	Art. 7º
0306.11.90	Outras	10	8	Art. 7º
0306.12.00	--Lavagantes (Homarus spp.)	10	8	Art. 7º
0306.14.00	--Caranguejos	10	8	Art. 7º
0306.15.00	--Lagosta norueguesa (Lagostim*) (Nephrops norvegicus)	10	8	Art. 7º
0306.16.10	Inteiros	10	8	Art. 7º
0306.16.90	Outros	10	8	Art. 7º

0306.17.10	Inteiros	10	8	Art. 7º
0306.17.90	Outros	10	8	Art. 7º
0306.19.10	Krill (Euphausia superba)	10	8	Art. 7º
0306.19.90	Outros	10	8	Art. 7º
0306.31.00	--Lagostas (Palinurus spp., Panulirus spp., Jasus spp.)	10	8	Art. 7º
0306.32.00	--Lavagantes (Homarus spp.)	10	8	Art. 7º
0306.33.00	--Caranguejos	10	8	Art. 7º
0306.34.00	--Lagosta norueguesa (Lagostim*) (Nephrops norvegicus)	10	8	Art. 7º
0306.35.00	--Camarões de água fria (Pandalus spp., Crangon crangon)	10	8	Art. 7º
0306.36.00	--Outros camarões	10	8	Art. 7º
0306.39.10	Lagosta de água doce (Cherax quadricarinatus)	10	8	Art. 7º
0306.39.90	Outros	10	8	Art. 7º
0306.91.00	--Lagostas (Palinurus spp., Panulirus spp., Jasus spp.)	10	8	Art. 7º
0306.92.00	--Lavagantes (Homarus spp.)	10	8	Art. 7º
0306.93.00	--Caranguejos	10	8	Art. 7º
0306.94.00	--Lagosta norueguesa (Lagostim*) (Nephrops norvegicus)	10	8	Art. 7º
0306.95.00	--Camarões	10	8	Art. 7º
0306.99.10	Lagosta de água doce (Cherax quadricarinatus)	10	8	Art. 7º
0306.99.90	Outros	10	8	Art. 7º
0307.11.00	--Vivas, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0307.12.00	--Congeladas	10	8	Art. 7º
0307.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0307.21.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.22.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0307.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0307.31.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.32.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0307.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0307.42.00	--Vivas, frescas ou refrigeradas	10	8	Art. 7º
0307.43.10	Lulas	10	8	Art. 7º
0307.43.20	Sépias	10	8	Art. 7º
0307.49.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0307.51.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.52.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0307.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0307.60.00	-Caracóis, exceto os do mar	10	8	Art. 7º
0307.71.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.72.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0307.79.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0307.81.00	--Abalones (Orelhas-do-mar*) (Haliotis spp.) vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.82.00	--Estrombos (Strombus spp.) vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.83.00	--Abalones (Orelhas-do-mar*) (Haliotis spp.) congelados	10	8	Art. 7º
0307.84.00	--Estrombos (Strombus spp.) congelados	10	8	Art. 7º
0307.87.00	--Outros abalones (orelhas-do-mar*) (Haliotis spp.)	10	8	Art. 7º
0307.88.00	--Outros estrombos (Strombus spp.)	10	8	Art. 7º
0307.91.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0307.92.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0307.99.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0308.11.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0308.12.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0308.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0308.21.00	--Vivos, frescos ou refrigerados	10	8	Art. 7º
0308.22.00	--Congelados	10	8	Art. 7º
0308.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0308.30.00	-Medusas (águas-vivas) (Rhopilema spp.)	10	8	Art. 7º
0308.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0309.10.00	-De peixe	10	8	Art. 7º
0309.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0401.10.10	Leite UHT (Ultra High Temperature)	14	11,2	Art. 7º
0401.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
0401.20.10	Leite UHT (Ultra High Temperature)	14	11,2	Art. 7º
0401.20.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
0401.40.10	Leite	12	9,6	Art. 7º
0401.40.21	UHT (Ultra High Temperature)	14	11,2	Art. 7º
0401.40.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
0401.50.10	Leite	12	9,6	Art. 7º
0401.50.21	UHT (Ultra High Temperature)	14	11,2	Art. 7º
0401.50.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
0402.21.30	Creme de leite (nata)	16	12,8	Art. 7º
0402.29.30	Creme de leite (nata)	16	12,8	Art. 7º
0402.91.00	--Sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	14	11,2	Art. 7º
0403.20.00	-Iogurte	16	12,8	Art. 7º
0403.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
0404.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
0405.10.00	-Manteiga	16	12,8	Art. 7º
0405.20.00	-Pasta de espalhar (barrar) de produtos provenientes do leite	16	12,8	Art. 7º
0405.90.10	Óleo butírico de manteiga (butter oil)	16	12,8	Art. 7º
0405.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
0406.10.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
0406.20.00	-Queijos ralados ou em pó, de qualquer tipo	16	12,8	Art. 7º
0406.30.00	-Queijos fundidos, exceto ralados ou em pó	16	12,8	Art. 7º
0406.40.00	-Queijos de pasta mofada (azul) e outros queijos que apresentem veios obtidos utilizando Penicillium roqueforti	16	12,8	Art. 7º
0406.90.30	Com um teor de umidade igual ou superior a 46,0 % e inferior a 55,0 %, em peso (massa macia)	16	12,8	Art. 7º
0406.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
0407.21.00	--De aves da espécie Gallus domesticus	8	6,4	Art. 7º
0407.29.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
0407.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
0408.11.00	--Secas	10	8	Art. 7º
0408.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0408.91.00	--Secos	10	8	Art. 7º
0408.99.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0409.00.00	Mel natural.	16	12,8	Art. 7º
0410.10.00	-Insetos	14	11,2	Art. 7º
0410.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
0501.00.00	Cabelo em bruto, mesmo lavado ou desengordurado; desperdícios de cabelo.	8	6,4	Art. 7º
0502.10.11	Lavadas, alvejadas ou desengorduradas, mesmo tintas	8	6,4	Art. 7º
0502.10.19	Outras	8	6,4	Art. 7º
0502.10.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
0502.90.10	Pelos	8	6,4	Art. 7º
0502.90.20	Desperdícios	8	6,4	Art. 7º
0504.00.11	De bovinos	8	6,4	Art. 7º
0504.00.12	De ovinos	8	6,4	Art. 7º
0504.00.13	De suínos	8	6,4	Art. 7º
0504.00.19	Outras	8	6,4	Art. 7º
0504.00.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
0505.10.00	-Penas do tipo utilizado para enchimento ou estofamento; penugem	8	6,4	Art. 7º

0505.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
0506.10.00	-Osseína e ossos acidulados	8	6,4	Art. 7º
0506.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
0507.10.00	-Marfim; pó e desperdícios de marfim	8	6,4	Art. 7º
0507.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
0508.00.00	Coral e matérias semelhantes, em bruto ou simplesmente preparados, mas não trabalhados de outro modo; conchas e carapaças de moluscos, crustáceos ou de equinodermes e ossos de sépias (chocos*) (chocos e chopos*), em bruto ou simplesmente preparados, mas não cortados em forma determinada, seus pós e desperdícios.	8	6,4	Art. 7º
0511.91.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
0511.99.91	Crinas e seus desperdícios, mesmo em mantas, mesmo com suporte	8	6,4	Art. 7º
0511.99.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
0603.11.00	--Rosas	10	8	Art. 7º
0603.12.00	--Cravos	10	8	Art. 7º
0603.13.00	--Orquídeas	10	8	Art. 7º
0603.14.00	--Crisântemos	10	8	Art. 7º
0603.15.00	--Lírios (Lilium spp.)	10	8	Art. 7º
0603.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0603.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0604.20.00	-Frescos	8	6,4	Art. 7º
0604.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
0701.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
0702.00.00	Tomates, frescos ou refrigerados.	10	8	Art. 7º
0703.10.19	Outras	10	8	Art. 7º
0703.10.29	Outras	10	8	Art. 7º
0703.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
0703.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
0704.10.00	-Couve-flor e brócolis	10	8	Art. 7º
0704.20.00	-Couve-de-bruxelas	10	8	Art. 7º
0704.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0705.11.00	--Repolhuda	10	8	Art. 7º
0705.19.00	--Outra	10	8	Art. 7º
0705.21.00	--Endívia (Cichorium intybus var. foliosum)	10	8	Art. 7º
0705.29.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0706.10.00	-Cenouras e nabos	10	8	Art. 7º
0706.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0707.00.00	Pepinos e pepininhos (cornichons), frescos ou refrigerados.	10	8	Art. 7º
0708.10.00	-Ervilhas (Pisum sativum)	10	8	Art. 7º
0708.20.00	-Feijões (Vigna spp., Phaseolus spp.)	10	8	Art. 7º
0708.90.00	-Outros legumes de vagem	10	8	Art. 7º
0709.20.00	-Aspargos	10	8	Art. 7º
0709.30.00	-Berinjelas	10	8	Art. 7º
0709.40.00	-Aipo, exceto aipo-rábano	10	8	Art. 7º
0709.51.00	--Cogumelos do gênero Agaricus	10	8	Art. 7º
0709.52.00	--Cogumelos do gênero Boletus	10	8	Art. 7º
0709.53.00	--Cogumelos do gênero Cantharellus	10	8	Art. 7º
0709.54.00	--Shitake (Lentinus edodes)	10	8	Art. 7º
0709.55.00	--Matsutake (Tricholoma matsutake, Tricholoma magnivelare, Tricholoma anatolicum, Tricholoma dulciolens, Tricholoma caligatum)	10	8	Art. 7º
0709.56.00	--Trufas (Tuber spp.)	10	8	Art. 7º
0709.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0709.60.00	-Pimentões (pimentos) e pimentas do gênero Capsicum ou do gênero Pimenta	10	8	Art. 7º
0709.70.00	-Espinafres, espinafres-da-nova-zelândia e espinafres gigantes	10	8	Art. 7º
0709.91.00	--Alcachofras	10	8	Art. 7º
0709.92.00	--Azeitonas	10	8	Art. 7º
0709.93.00	--Abóboras, abobrinhas (curgetes*) e cabaças (Cucurbita spp.)	10	8	Art. 7º
0709.99.19	Outros	10	8	Art. 7º
0709.99.90	Outros	10	8	Art. 7º
0710.10.00	-Batatas	10	8	Art. 7º
0710.21.00	--Ervilhas (Pisum sativum)	10	8	Art. 7º
0710.22.00	--Feijões (Vigna spp., Phaseolus spp.)	10	8	Art. 7º
0710.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0710.30.00	-Espinafres, espinafres-da-nova-zelândia e espinafres gigantes	10	8	Art. 7º
0710.40.00	-Milho doce	10	8	Art. 7º
0710.80.00	-Outros produtos hortícolas	10	8	Art. 7º
0710.90.00	-Misturas de produtos hortícolas	10	8	Art. 7º
0711.20.10	Com água salgada	10	8	Art. 7º
0711.20.20	Com água sulfurada ou adicionada de outras substâncias	10	8	Art. 7º
0711.20.90	Outras	10	8	Art. 7º
0711.40.00	-Pepinos e pepininhos (cornichons)	10	8	Art. 7º
0711.51.00	--Cogumelos do gênero Agaricus	10	8	Art. 7º
0711.59.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0711.90.00	-Outros produtos hortícolas; misturas de produtos hortícolas	10	8	Art. 7º
0712.20.00	-Cebolas	10	8	Art. 7º
0712.31.00	--Cogumelos do gênero Agaricus	10	8	Art. 7º
0712.32.00	--Orelhas-de-judas (Auricularia spp.)	10	8	Art. 7º
0712.33.00	--Tremelas (Tremella spp.)	10	8	Art. 7º
0712.34.00	--Shitake (Lentinus edodes)	10	8	Art. 7º
0712.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0712.90.10	Alho em pó	10	8	Art. 7º
0712.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.10.90	Outras	10	8	Art. 7º
0713.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.31.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.32.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.33.19	Outros	10	8	Art. 7º
0713.33.29	Outros	10	8	Art. 7º
0713.33.99	Outros	10	8	Art. 7º
0713.34.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.35.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.39.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.40.90	Outras	10	8	Art. 7º
0713.50.90	Outras	10	8	Art. 7º
0713.60.90	Outros	10	8	Art. 7º
0713.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
0714.10.00	-Raízes de mandioca	10	8	Art. 7º
0714.20.00	-Batatas-doces	10	8	Art. 7º
0714.30.00	-Inhames (Dioscorea spp.)	10	8	Art. 7º
0714.40.00	-Taros (inhames-brancos) (Colocasia spp.)	10	8	Art. 7º
0714.50.00	-Mangaritos (Orelhas-de-elefante*) (Xanthosoma spp.)	10	8	Art. 7º
0714.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0801.11.00	--Dessecados	10	8	Art. 7º
0801.12.00	--Na casca interna (endocarpo)	10	8	Art. 7º
0801.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0801.21.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0801.22.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0801.31.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0801.32.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º

0802.11.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0802.12.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0802.21.00	--Com casca	6	4,8	Art. 7º
0802.31.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0802.32.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0802.41.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0802.42.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0802.51.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0802.52.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0802.61.00	--Com casca	10	8	Art. 7º
0802.62.00	--Sem casca	10	8	Art. 7º
0802.70.00	-Nozes-de-cola (Cola spp.)	10	8	Art. 7º
0802.80.00	-Nozes-de-areca (nozes de bétele)	10	8	Art. 7º
0802.91.00	--Pinhões, com casca	10	8	Art. 7º
0802.92.00	--Pinhões, sem casca	10	8	Art. 7º
0802.99.00	--Outra	10	8	Art. 7º
0803.10.00	-Bananas-da-terra (Bananas-pão*) (Plátanos*)	10	8	Art. 7º
0803.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
0804.10.10	Frescas	10	8	Art. 7º
0804.10.20	Secas	10	8	Art. 7º
0804.20.10	Frescos	10	8	Art. 7º
0804.20.20	Secos	10	8	Art. 7º
0804.30.00	-Abacaxis (ananases)	10	8	Art. 7º
0804.40.00	-Abacates	10	8	Art. 7º
0804.50.10	Goiabas	10	8	Art. 7º
0804.50.20	Mangas	10	8	Art. 7º
0804.50.30	Mangostões	10	8	Art. 7º
0805.10.00	-Laranjas	10	8	Art. 7º
0805.21.00	--Mandarinas (incluindo as tangerinas e as satsumas)	10	8	Art. 7º
0805.22.00	--Clementinas	10	8	Art. 7º
0805.29.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0805.40.00	-Toranjas e pomelos	10	8	Art. 7º
0805.50.00	-Limões (Citrus limon, Citrus limonum) e limas (Citrus aurantifolia, Citrus latifolia)	10	8	Art. 7º
0805.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0806.10.00	-Frescas	10	8	Art. 7º
0806.20.00	-Secas (passas)	10	8	Art. 7º
0807.11.00	--Melancias	10	8	Art. 7º
0807.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
0807.20.00	-Mamões (papaias)	10	8	Art. 7º
0808.10.00	-Maçãs	10	8	Art. 7º
0808.30.00	-Peras	10	8	Art. 7º
0808.40.00	-Marmelos	10	8	Art. 7º
0809.10.00	-Damascos	10	8	Art. 7º
0809.21.00	--Ginjas (Prunus cerasus)	10	8	Art. 7º
0809.29.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0809.30.10	Pêssegos, excluindo as nectarinas	10	8	Art. 7º
0809.30.20	Nectarinas	10	8	Art. 7º
0809.40.00	-Ameixas e abrunhos	10	8	Art. 7º
0810.10.00	-Morangos	10	8	Art. 7º
0810.20.00	-Framboesas, amoras, incluindo as silvestres, e amoras-framboesas	10	8	Art. 7º
0810.30.00	-Groselhas, incluindo o cassis	10	8	Art. 7º
0810.40.00	-Airelas, mirtilos e outra fruta do gênero Vaccinium	10	8	Art. 7º
0810.50.00	-Kiwis (quivis)	10	8	Art. 7º
0810.60.00	-Duriões (duriangos)	10	8	Art. 7º
0810.70.00	-Caquis (dióspiros)	10	8	Art. 7º
0810.90.11	Carambolas (Averrhoa carambola)	10	8	Art. 7º
0810.90.12	Anonas e outras frutas do gênero Annona	10	8	Art. 7º
0810.90.13	Jacas (Artocarpus heterophyllus)	10	8	Art. 7º
0810.90.14	Lechias (Litchi chinensis)	10	8	Art. 7º
0810.90.15	Maracujás (Passiflora edulis)	10	8	Art. 7º
0810.90.16	Pitaias (Hylocereus spp., Selenicereus undatus)	10	8	Art. 7º
0810.90.17	Tamarindos (Tamarindus indica)	10	8	Art. 7º
0810.90.90	Outra	10	8	Art. 7º
0811.10.00	-Morangos	10	8	Art. 7º
0811.20.00	-Framboesas, amoras, incluindo as silvestres, amoras-framboesas e groselhas	10	8	Art. 7º
0811.90.00	-Outra	10	8	Art. 7º
0812.10.00	-Cerejas	10	8	Art. 7º
0812.90.00	-Outra	10	8	Art. 7º
0813.10.00	-Damascos	10	8	Art. 7º
0813.20.10	Com caroço	10	8	Art. 7º
0813.20.20	Sem caroço	10	8	Art. 7º
0813.30.00	-Maçãs	10	8	Art. 7º
0813.40.10	Peras	10	8	Art. 7º
0813.40.90	Outra	10	8	Art. 7º
0813.50.00	-Misturas de fruta seca ou de fruta de casca rija, do presente Capítulo	10	8	Art. 7º
0814.00.00	Cascas de citros (citrinos), de melões ou de melancias, frescas, secas, congeladas ou apresentadas em água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação.	10	8	Art. 7º
0901.11.10	Em grão	10	8	Art. 7º
0901.11.90	Outros	10	8	Art. 7º
0901.12.00	--Descafeinado	10	8	Art. 7º
0901.21.00	--Não descafeinado	10	8	Art. 7º
0901.22.00	--Descafeinado	10	8	Art. 7º
0901.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
0902.10.00	-Chá verde (não fermentado) em embalagens imediatas de conteúdo não superior a 3 kg	10	8	Art. 7º

0902.20.00	-Chá verde (não fermentado) apresentado de qualquer outra forma	10	8	Art. 7º
0902.30.00	-Chá preto (fermentado) e chá parcialmente fermentado, em embalagens imediatas de conteúdo não superior a 3 kg	10	8	Art. 7º
0902.40.00	-Chá preto (fermentado) e chá parcialmente fermentado, apresentados de qualquer outra forma	10	8	Art. 7º
0903.00.10	Simplesmente cancheado	10	8	Art. 7º
0903.00.90	Outros	10	8	Art. 7º
0904.11.00	--Não triturada nem em pó	10	8	Art. 7º
0904.12.00	--Triturada ou em pó	10	8	Art. 7º
0904.21.00	--Secos, não triturados nem em pó	10	8	Art. 7º
0904.22.00	--Triturados ou em pó	10	8	Art. 7º
0905.10.00	-Não triturada nem em pó	10	8	Art. 7º
0905.20.00	-Triturada ou em pó	10	8	Art. 7º
0906.11.00	--Canela (Cinnamomum zeylanicum blume)	10	8	Art. 7º
0906.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
0906.20.00	-Trituradas ou em pó	10	8	Art. 7º
0907.10.00	-Não triturado nem em pó	10	8	Art. 7º
0907.20.00	-Triturado ou em pó	10	8	Art. 7º
0908.11.00	--Não triturada nem em pó	10	8	Art. 7º
0908.12.00	--Triturada ou em pó	10	8	Art. 7º
0908.21.00	--Não triturado nem em pó	10	8	Art. 7º
0908.22.00	--Triturado ou em pó	10	8	Art. 7º
0908.31.00	--Não triturados nem em pó	10	8	Art. 7º
0908.32.00	--Triturados ou em pó	10	8	Art. 7º
0909.21.00	--Não trituradas nem em pó	10	8	Art. 7º
0909.22.00	--Trituradas ou em pó	10	8	Art. 7º
0909.31.00	--Não trituradas nem em pó	10	8	Art. 7º
0909.32.00	--Trituradas ou em pó	10	8	Art. 7º
0909.61.10	De anis (erva-doce)	10	8	Art. 7º
0909.61.20	De badiana (anis-estrelado)	10	8	Art. 7º
0909.61.90	Outras	10	8	Art. 7º
0909.62.10	De anis (erva-doce)	10	8	Art. 7º
0909.62.20	De badiana (anis-estrelado)	10	8	Art. 7º
0909.62.90	Outras	10	8	Art. 7º
0910.11.00	--Não triturado nem em pó	10	8	Art. 7º
0910.12.00	--Triturado ou em pó	10	8	Art. 7º
0910.20.00	-Açafrão	10	8	Art. 7º
0910.30.00	-Cúrcuma	10	8	Art. 7º
0910.91.00	--Misturas mencionadas na Nota 1 b) do presente Capítulo	10	8	Art. 7º
0910.99.00	--Outras	10	8	Art. 7º
1001.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
1001.99.00	--Outros	10	8	Art. 7º
1002.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
1003.90.10	Cervejeira	10	8	Art. 7º
1003.90.80	Outras, em grão	10	8	Art. 7º
1003.90.90	Outras	10	8	Art. 7º
1004.90.00	-Outras	8	6,4	Art. 7º
1005.90.10	Em grão	8	6,4	Art. 7º
1005.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1006.10.91	Parboilizado	10	8	Art. 7º
1006.10.92	Não parboilizado	10	8	Art. 7º
1006.20.10	Parboilizado	10	8	Art. 7º
1006.20.20	Não parboilizado	10	8	Art. 7º
1006.30.11	Polido ou brunido	12	9,6	Art. 7º
1006.30.19	Outros	10	8	Art. 7º
1006.30.21	Polido ou brunido	12	9,6	Art. 7º
1006.30.29	Outros	10	8	Art. 7º
1006.40.00	-Arroz quebrado (Trinca de arroz*)	10	8	Art. 7º
1007.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.10.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.29.10	Milheto (Pennisetum glaucum)	8	6,4	Art. 7º
1008.29.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.30.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.40.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.50.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.60.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1008.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1101.00.10	De trigo	12	9,6	Art. 7º
1101.00.20	De mistura de trigo com centeio (méteil)	12	9,6	Art. 7º
1102.20.00	-Farinha de milho	10	8	Art. 7º
1102.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
1103.11.00	--De trigo	10	8	Art. 7º
1103.13.00	--De milho	10	8	Art. 7º
1103.19.00	--De outros cereais	10	8	Art. 7º
1103.20.00	-Pellets	10	8	Art. 7º
1104.12.00	--De aveia	10	8	Art. 7º
1104.19.00	--De outros cereais	10	8	Art. 7º
1104.22.00	--De aveia	10	8	Art. 7º
1104.23.00	--De milho	10	8	Art. 7º
1104.29.00	--De outros cereais	10	8	Art. 7º
1104.30.00	-Germes de cereais, inteiros, esmagados, em flocos ou moídos	10	8	Art. 7º
1105.10.00	-Farinha, sêmola e pó	12	9,6	Art. 7º
1105.20.00	-Flocos, grânulos e pellets	12	9,6	Art. 7º
1106.10.00	-Dos legumes de vagem, secos, da posição 07.13	10	8	Art. 7º
1106.20.00	-De sagu ou das raízes ou tubérculos, da posição 07.14	10	8	Art. 7º
1106.30.00	-Dos produtos do Capítulo 8	10	8	Art. 7º
1107.10.10	Inteiro ou partido	14	11,2	Art. 7º
1107.10.20	Moído ou em farinha	14	11,2	Art. 7º
1107.20.10	Inteiro ou partido	14	11,2	Art. 7º
1107.20.20	Moído ou em farinha	14	11,2	Art. 7º
1108.11.00	--Amido de trigo	10	8	Art. 7º
1108.12.00	--Amido de milho	10	8	Art. 7º
1108.13.00	--Fécula de batata	10	8	Art. 7º
1108.14.00	--Fécula de mandioca	10	8	Art. 7º
1108.19.00	--Outros amidos e féculas	10	8	Art. 7º
1108.20.00	-Inulina	10	8	Art. 7º
1109.00.00	Glúten de trigo, mesmo seco.	10	8	Art. 7º
1201.90.00	-Outras	8	6,4	Art. 7º
1202.41.00	--Com casca	8	6,4	Art. 7º
1202.42.00	--Descascados, mesmo triturados	10	8	Art. 7º
1203.00.00	Copra.	8	6,4	Art. 7º
1204.00.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1205.10.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1205.90.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1206.00.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.10.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.29.00	--Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.30.90	Outras	8	6,4	Art. 7º

1207.40.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.50.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.60.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.70.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.91.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
1207.99.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1208.10.00	-De soja	10	8	Art. 7º
1208.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
1210.10.00	-Cones de lúpulo, não triturados nem moídos nem em pellets	8	6,4	Art. 7º
1210.20.10	Cones de lúpulo	8	6,4	Art. 7º
1210.20.20	Lupulina	8	6,4	Art. 7º
1211.20.00	-Raízes de ginseng	8	6,4	Art. 7º
1211.30.00	-Coca (folha de)	8	6,4	Art. 7º
1211.40.00	-Palha de dormideira (papoula)	8	6,4	Art. 7º
1211.50.00	-Éfedra	8	6,4	Art. 7º
1211.60.00	-Casca de cerejeira africana (Prunus africana)	8	6,4	Art. 7º
1211.90.10	Orégano (Origanum vulgare)	8	6,4	Art. 7º
1211.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1212.21.00	--Próprias para alimentação humana	6	4,8	Art. 7º
1212.29.00	--Outras	6	4,8	Art. 7º
1212.91.00	--Beterraba sacarina	8	6,4	Art. 7º
1212.92.00	--Alfarroba	8	6,4	Art. 7º
1212.93.00	--Cana-de-açúcar	8	6,4	Art. 7º
1212.94.00	--Raízes de chicória	8	6,4	Art. 7º
1212.99.10	Estévia (Ka'a He'ẽ) (Stevia rebaudiana)	8	6,4	Art. 7º
1212.99.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1213.00.00	Palhas e cascas de cereais, em bruto, mesmo picadas, moídas, prensadas ou em pellets.	8	6,4	Art. 7º
1214.10.00	-Farinha e pellets, de alfafa (luzerna)	8	6,4	Art. 7º
1214.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
1301.20.00	-Goma-arábica	4	3,2	Art. 7º
1301.90.10	Goma-laca	4	3,2	Art. 7º
1301.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1302.11.10	Concentrados de palha de papoula	8	6,4	Art. 7º
1302.11.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1302.12.00	--De alcaçuz (regoliz)	8	6,4	Art. 7º
1302.13.00	--De lúpulo	8	6,4	Art. 7º
1302.14.00	--De éfedra	8	6,4	Art. 7º
1302.19.10	De mamão (Carica papaya), seco	8	6,4	Art. 7º
1302.19.20	De semente de toranja; de semente de pomelo	8	6,4	Art. 7º
1302.19.60	Silimarina	14	11,2	Art. 7º
1302.19.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
1302.20.10	Matérias pécticas (pectinas)	8	6,4	Art. 7º
1302.20.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1302.31.00	--Ágar-ágar	10	8	Art. 7º
1302.32.11	Farinha de endosperma	8	6,4	Art. 7º
1302.32.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
1302.39.10	Carragenina (musgo-de-irlanda)	10	8	Art. 7º
1302.39.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
1401.10.00	-Bambus	6	4,8	Art. 7º
1401.20.00	-Rotins	6	4,8	Art. 7º
1401.90.00	-Outras	6	4,8	Art. 7º
1404.20.10	Em bruto	6	4,8	Art. 7º
1404.20.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
1404.90.10	Matérias vegetais das espécies principalmente utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo, sorgo, piaçaba, raiz de grama (relva), tampico), mesmo em torcidas ou em feixes	6	4,8	Art. 7º
1404.90.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
1501.10.00	-Banha	8	6,4	Art. 7º
1501.20.00	-Outras gorduras de porco	8	6,4	Art. 7º
1501.90.00	-Outras	8	6,4	Art. 7º
1502.10.11	Em bruto	6	4,8	Art. 7º
1502.10.12	Fundido (incluindo o premier jus)	6	4,8	Art. 7º
1502.10.19	Outros	6	4,8	Art. 7º
1502.10.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
1502.90.00	-Outras	6	4,8	Art. 7º
1503.00.00	Estearina solar, óleo de banha de porco, oleoestearina, oleomargarina e óleo de sebo, não emulsionados nem misturados, nem preparados de outro modo.	8	6,4	Art. 7º
1504.10.11	Óleo em bruto	4	3,2	Art. 7º
1504.10.19	Outros	4	3,2	Art. 7º
1504.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
1504.20.00	-Gorduras e óleos de peixes e respectivas frações, exceto óleos de fígados	10	8	Art. 7º
1504.30.00	-Gorduras e óleos de mamíferos marinhos e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1505.00.10	Lanolina	8	6,4	Art. 7º
1505.00.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
1506.00.00	Outras gorduras e óleos animais, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados.	6	4,8	Art. 7º
1507.10.00	-Óleo em bruto, mesmo degomado	10	8	Art. 7º
1507.90.11	Em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 l	12	9,6	Art. 7º
1507.90.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
1507.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
1508.10.00	-Óleo em bruto	10	8	Art. 7º
1508.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
1509.20.00	-Azeite de oliva (oliveira) extra virgem	10	8	Art. 7º
1509.30.00	-Azeite de oliva (oliveira) virgem	10	8	Art. 7º
1509.40.00	-Outros azeites de oliva (oliveira) virgens	10	8	Art. 7º
1509.90.10	Refinado	10	8	Art. 7º
1509.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
1510.10.00	-Óleo de bagaço de azeitona em bruto	10	8	Art. 7º
1510.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
1511.10.00	-Óleo em bruto	10	8	Art. 7º
1511.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
1512.11.10	De girassol	10	8	Art. 7º
1512.11.20	De cártamo	10	8	Art. 7º
1512.19.11	Refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 l	12	9,6	Art. 7º
1512.19.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
1512.19.20	De cártamo	10	8	Art. 7º
1512.21.00	--Óleo em bruto, mesmo desprovido de gossipol	10	8	Art. 7º
1512.29.10	Refinado	10	8	Art. 7º
1512.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
1513.11.00	--Óleo em bruto	10	8	Art. 7º
1513.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
1513.21.10	De amêndoa de palma (palmiste) (coconote)	10	8	Art. 7º
1513.21.20	De babaçu	10	8	Art. 7º
1513.29.10	De amêndoa de palma (palmiste) (coconote)	10	8	Art. 7º
1513.29.20	De babaçu	10	8	Art. 7º
1514.11.00	--Óleos em bruto	10	8	Art. 7º
1514.19.10	Refinados	10	8	Art. 7º
1514.19.90	Outros	10	8	Art. 7º
1514.91.00	--Óleos em bruto	10	8	Art. 7º

1514.99.10	Refinados	10	8	Art. 7º
1514.99.90	Outros	10	8	Art. 7º
1515.11.00	--Óleo em bruto	10	8	Art. 7º
1515.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
1515.21.00	--Óleo em bruto	10	8	Art. 7º
1515.29.10	Refinado, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 l	10	8	Art. 7º
1515.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
1515.30.00	-Óleo de rícino (mamona) e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1515.50.00	-Óleo de gergelim (sésamo) e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1515.60.00	-Gorduras e óleos de origem microbiana e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1515.90.10	Óleo de jojoba e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1515.90.21	Em bruto	10	8	Art. 7º
1515.90.22	Refinado	10	8	Art. 7º
1515.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
1516.10.00	-Gorduras e óleos animais e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1516.20.00	-Gorduras e óleos vegetais e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1516.30.00	-Gorduras e óleos de origem microbiana e respectivas frações	10	8	Art. 7º
1517.10.00	-Margarina, exceto a margarina líquida	12	9,6	Art. 7º
1517.90.10	Misturas de óleos refinados, em recipientes com capacidade inferior ou igual a 5 l	12	9,6	Art. 7º
1517.90.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
1518.00.10	Óleo vegetal epoxidado	10	8	Art. 7º
1518.00.90	Outros	10	8	Art. 7º
1520.00.10	Glicerol em bruto	8	6,4	Art. 7º
1520.00.20	Águas e lixívias, glicéricas	10	8	Art. 7º
1521.10.00	-Ceras vegetais	10	8	Art. 7º
1521.90.11	Em bruto	10	8	Art. 7º
1521.90.19	Outras	10	8	Art. 7º
1521.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
1522.00.00	Dégras; resíduos provenientes do tratamento das substâncias gordas ou das ceras animais ou vegetais.	10	8	Art. 7º
1601.00.00	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas, sangue ou de insetos; preparações alimentícias à base desses produtos.	16	12,8	Art. 7º
1602.10.00	-Preparações homogeneizadas	16	12,8	Art. 7º
1602.20.00	-De fígados de quaisquer animais	16	12,8	Art. 7º
1602.31.00	--De peruas e de perus	16	12,8	Art. 7º
1602.32.10	Com conteúdo de carne ou de miudezas igual ou superior a 57 %, em peso, não cozidas	16	12,8	Art. 7º
1602.32.20	Com conteúdo de carne ou de miudezas igual ou superior a 57 %, em peso, cozidas	16	12,8	Art. 7º
1602.32.30	Com conteúdo de carne ou de miudezas igual ou superior a 25 % e inferior a 57 %, em peso	16	12,8	Art. 7º
1602.32.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
1602.39.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
1602.41.00	--Pernas e respectivos pedaços	16	12,8	Art. 7º
1602.42.00	--Pás e respectivos pedaços	16	12,8	Art. 7º
1602.49.00	--Outras, incluindo as misturas	16	12,8	Art. 7º
1602.50.00	-Da espécie bovina	16	12,8	Art. 7º
1602.90.00	-Outras, incluindo as preparações de sangue de quaisquer animais	16	12,8	Art. 7º
1603.00.00	Extratos e sucos de carne, peixes ou crustáceos, moluscos ou de outros invertebrados aquáticos.	16	12,8	Art. 7º
1604.11.00	--Salmões	16	12,8	Art. 7º
1604.12.00	--Arenques	16	12,8	Art. 7º
1604.13.10	Sardinhas	16	12,8	Art. 7º
1604.13.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
1604.14.10	Atuns	16	12,8	Art. 7º
1604.14.20	Bonito-listrado	16	12,8	Art. 7º
1604.14.30	Bonito-cachorro	16	12,8	Art. 7º
1604.15.00	--Cavalinhas (Sardas e cavalas*)	16	12,8	Art. 7º
1604.16.00	--Anchovas (Biqueirões*)	16	12,8	Art. 7º
1604.17.00	--Enguias	16	12,8	Art. 7º
1604.18.00	--Barbatanas de tubarão	16	12,8	Art. 7º
1604.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1604.20.10	De atuns	16	12,8	Art. 7º
1604.20.20	De bonito-listrado	16	12,8	Art. 7º
1604.20.30	De sardinhas ou de anchoveta	16	12,8	Art. 7º
1604.20.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
1604.31.00	--Caviar	16	12,8	Art. 7º
1604.32.00	--Sucedâneos do caviar	16	12,8	Art. 7º
1605.10.00	-Caranguejos	16	12,8	Art. 7º
1605.21.00	--Não acondicionados em recipientes hermeticamente fechados	16	12,8	Art. 7º
1605.29.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1605.30.00	-Lavagantes	16	12,8	Art. 7º
1605.40.00	-Outros crustáceos	16	12,8	Art. 7º
1605.51.00	--Ostras	16	12,8	Art. 7º
1605.52.00	--Vieiras, incluindo a americana	16	12,8	Art. 7º
1605.53.00	--Mexilhões	16	12,8	Art. 7º
1605.54.00	--Sépias e lulas (Chocos e lulas*) (Chocos, chopos, potas e lulas*)	16	12,8	Art. 7º
1605.55.00	--Polvos	16	12,8	Art. 7º
1605.56.00	--Amêijoas, berbigões e arcas	16	12,8	Art. 7º
1605.57.00	--Abalones (Orelhas-do-mar*)	16	12,8	Art. 7º
1605.58.00	--Caracóis, exceto os do mar	16	12,8	Art. 7º
1605.59.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1605.61.00	--Pepinos-do-mar	16	12,8	Art. 7º
1605.62.00	--Ouriços-do-mar	16	12,8	Art. 7º
1605.63.00	--Medusas (águas-vivas)	16	12,8	Art. 7º
1605.69.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1701.12.00	--De beterraba	16	12,8	Art. 7º
1701.13.00	--Açúcar de cana mencionado na Nota de subposição 2 do presente Capítulo	16	12,8	Art. 7º
1701.14.00	--Outros açúcares de cana	16	12,8	Art. 7º
1701.91.00	--Adicionados de aromatizantes ou de corantes	16	12,8	Art. 7º
1701.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1702.11.00	--Que contenham, em peso, 99 % ou mais de lactose, expresso em lactose anidra, calculado sobre a matéria seca	16	12,8	Art. 7º
1702.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
1702.20.00	-Açúcar e xarope, de bordo (ácer)	16	12,8	Art. 7º
1702.30.11	Quimicamente pura	16	12,8	Art. 7º
1702.30.19	Outra	16	12,8	Art. 7º
1702.30.20	Xarope de glicose	16	12,8	Art. 7º
1702.40.10	Glicose	16	12,8	Art. 7º
1702.40.20	Xarope de glicose	16	12,8	Art. 7º
1702.50.00	-Frutose (levulose) quimicamente pura	16	12,8	Art. 7º
1702.60.10	Frutose (levulose)	16	12,8	Art. 7º
1702.60.20	Xarope de frutose (levulose)	16	12,8	Art. 7º
1702.90.00	-Outros, incluindo o açúcar invertido e os outros açúcares e xaropes de açúcares, que contenham, em peso, no estado seco, 50 % de frutose (levulose)	16	12,8	Art. 7º
1703.10.00	-Melaços de cana	16	12,8	Art. 7º
1703.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
1704.10.00	-Gomas de mascar (pastilhas elásticas), mesmo revestidas de açúcar	20	16	Art. 7º
1704.90.10	Chocolate branco	20	16	Art. 7º
1704.90.20	Caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes	20	16	Art. 7º
1704.90.90	Outros	20	16	Art. 7º
1801.00.00	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.	10	8	Art. 7º
1802.00.00	Cascas, películas e outros desperdícios de cacau.	10	8	Art. 7º
1803.10.00	-Não desengordurada	12	9,6	Art. 7º

1803.20.00	-Total ou parcialmente desengordurada	12	9,6	Art. 7º
1804.00.00	Manteiga, gordura e óleo, de cacau.	12	9,6	Art. 7º
1805.00.00	Cacau em pó, sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes.	14	11,2	Art. 7º
1806.10.00	-Cacau em pó, com adição de açúcar ou de outros edulcorantes	18	14,4	Art. 7º
1806.20.00	-Outras preparações em blocos ou em barras, de peso superior a 2 kg, ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo superior a 2 kg	18	14,4	Art. 7º
1806.31.10	Chocolate	20	16	Art. 7º
1806.31.20	Outras preparações	20	16	Art. 7º
1806.32.10	Chocolate	20	16	Art. 7º
1806.32.20	Outras preparações	20	16	Art. 7º
1806.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
1901.10.10	Leite modificado	16	12,8	Art. 7º
1901.10.20	Farinha láctea	18	14,4	Art. 7º
1901.10.30	À base de farinha, grumos, sêmola ou amido	18	14,4	Art. 7º
1901.10.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
1901.20.00	-Misturas e pastas para a preparação de produtos de padaria, pastelaria e da indústria de bolachas e biscoitos, da posição 19.05	14	11,2	Art. 7º
1901.90.10	Extrato de malte	14	11,2	Art. 7º
1901.90.20	Doce de leite	16	12,8	Art. 7º
1901.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
1902.11.00	--Que contenham ovos	16	12,8	Art. 7º
1902.19.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
1902.20.00	-Massas alimentícias recheadas (mesmo cozidas ou preparadas de outro modo)	16	12,8	Art. 7º
1902.30.00	-Outras massas alimentícias	16	12,8	Art. 7º
1902.40.00	-Cuscuz	16	12,8	Art. 7º
1903.00.00	Tapioca e seus sucedâneos preparados a partir de féculas, em flocos, grumos, grãos, pérolas ou formas semelhantes.	16	12,8	Art. 7º
1904.10.00	-Produtos à base de cereais, obtidos por expansão ou por torrefação	16	12,8	Art. 7º
1904.20.00	-Preparações alimentícias obtidas a partir de flocos de cereais não torrados ou de misturas de flocos de cereais não torrados com flocos de cereais torrados ou expandidos	16	12,8	Art. 7º
1904.30.00	-Trigo bulgur	16	12,8	Art. 7º
1904.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
1905.10.00	-Pão crocante denominado knäckebrot	18	14,4	Art. 7º
1905.20.10	Panetone	18	14,4	Art. 7º
1905.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
1905.31.00	--Bolachas e biscoitos, adicionados de edulcorantes	18	14,4	Art. 7º
1905.32.00	--Waffles e wafers	18	14,4	Art. 7º
1905.40.00	-Torradas (tostas), pão torrado e produtos semelhantes torrados	18	14,4	Art. 7º
1905.90.10	Pão de forma	18	14,4	Art. 7º
1905.90.20	Bolachas e biscoitos	18	14,4	Art. 7º
1905.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
2001.10.00	-Pepinos e pepininhos (cornichons)	14	11,2	Art. 7º
2001.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
2002.10.00	-Tomates inteiros ou em pedaços	14	11,2	Art. 7º
2002.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
2003.10.00	-Cogumelos do gênero Agaricus	14	11,2	Art. 7º
2003.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
2004.10.00	-Batatas	14	11,2	Art. 7º
2004.90.00	-Outros produtos hortícolas e misturas de produtos hortícolas	14	11,2	Art. 7º
2005.10.00	-Produtos hortícolas homogeneizados	14	11,2	Art. 7º
2005.20.00	-Batatas	14	11,2	Art. 7º
2005.40.00	-Ervilhas (Pisum sativum)	14	11,2	Art. 7º
2005.51.00	--Feijões em grãos	14	11,2	Art. 7º
2005.59.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2005.60.00	-Aspargos	14	11,2	Art. 7º
2005.70.00	-Azeitonas	14	11,2	Art. 7º
2005.80.00	-Milho doce (Zea mays var. saccharata)	14	11,2	Art. 7º
2005.91.00	--Brotos (rebentos) de bambu	14	11,2	Art. 7º
2005.99.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2006.00.00	Produtos hortícolas, fruta, cascas de fruta e outras partes de plantas, conservados com açúcar (passados por calda, glaçados ou cristalizados).	14	11,2	Art. 7º
2007.10.00	-Preparações homogeneizadas	14	11,2	Art. 7º
2007.91.00	--De citros (citrinos)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.10	Geleias e marmelades	14	11,2	Art. 7º
2007.99.21	De açaí (Euterpe oleracea)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.22	De acerola (Malpighia spp.)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.23	De banana (Musa spp.)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.24	De goiaba (Psidium guajava)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.25	De manga (Mangifera indica)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.26	De cupuaçu (Theobroma grandiflorum)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.27	De mamão (papaia) (Carica papaya L.)	14	11,2	Art. 7º
2007.99.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
2007.99.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
2008.11.00	--Amendoins	14	11,2	Art. 7º
2008.19.00	--Outros, incluindo as misturas	14	11,2	Art. 7º
2008.20.10	Em água edulcorada, incluindo os xaropes	14	11,2	Art. 7º
2008.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
2008.30.00	-Citros (citrinos)	14	11,2	Art. 7º
2008.40.10	Em água edulcorada, incluindo os xaropes	14	11,2	Art. 7º
2008.40.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
2008.50.00	-Damascos	14	11,2	Art. 7º
2008.60.10	Em água edulcorada, incluindo os xaropes	14	11,2	Art. 7º
2008.60.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
2008.80.00	-Morangos	14	11,2	Art. 7º
2008.91.00	--Palmitos	14	11,2	Art. 7º
2008.93.00	--Arandos vermelhos (cranberries) (Vaccinium macrocarpon, Vaccinium oxycoccos); airela vermelha (Vaccinium vitis-idaea)	14	11,2	Art. 7º
2008.97.10	Em água edulcorada, incluindo os xaropes	14	11,2	Art. 7º
2008.97.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
2008.99.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
2009.11.00	--Congelado	14	11,2	Art. 7º
2009.12.00	--Não congelado, com valor Brix não superior a 20	14	11,2	Art. 7º
2009.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.21.00	--Com valor Brix não superior a 20	14	11,2	Art. 7º
2009.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.31.00	--Com valor Brix não superior a 20	14	11,2	Art. 7º
2009.39.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.41.00	--Com valor Brix não superior a 20	14	11,2	Art. 7º
2009.49.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.50.00	-Suco (sumo) de tomate	14	11,2	Art. 7º
2009.61.00	--Com valor Brix não superior a 30	14	11,2	Art. 7º
2009.69.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.71.00	--Com valor Brix não superior a 20	14	11,2	Art. 7º

2009.79.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.81.00	--Suco (sumo) de arando vermelho (cranberry) (Vaccinium macrocarpon, Vaccinium oxycoccos); suco (sumo) de airela vermelha (Vaccinium vitis-idaea)	14	11,2	Art. 7º
2009.89.11	De pêssego, com valor Brix igual ou superior a 60	14	11,2	Art. 7º
2009.89.12	De acerola (Malpighia spp.)	14	11,2	Art. 7º
2009.89.13	De maracujá (Passiflora edulis)	14	11,2	Art. 7º
2009.89.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.89.21	Com valor Brix não superior a 7,4	14	11,2	Art. 7º
2009.89.22	Com valor Brix superior a 7,4	14	11,2	Art. 7º
2009.89.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
2009.90.00	-Misturas de sucos (sumos)	14	11,2	Art. 7º
2101.11.10	Café solúvel, mesmo descafeinado	16	12,8	Art. 7º
2101.11.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
2101.12.00	--Preparações à base de extratos, essências ou concentrados ou à base de café	16	12,8	Art. 7º
2101.20.10	De chá	16	12,8	Art. 7º
2101.20.20	De mate	16	12,8	Art. 7º
2101.30.00	-Chicória torrada e outros sucedâneos torrados do café e respectivos extratos, essências e concentrados	14	11,2	Art. 7º
2102.10.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
2102.20.00	-Leveduras mortas; outros microrganismos monocelulares mortos	14	11,2	Art. 7º
2102.30.00	-Pós para levedar, preparados	14	11,2	Art. 7º
2103.10.10	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.10.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
2103.20.10	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.20.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
2103.30.10	Farinha de mostarda	16	12,8	Art. 7º
2103.30.21	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.30.29	Outras	16	12,8	Art. 7º
2103.90.11	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.90.19	Outra	16	12,8	Art. 7º
2103.90.21	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.90.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
2103.90.91	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2103.90.99	Outros	16	12,8	Art. 7º
2104.10.11	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2104.10.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
2104.10.11	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2104.10.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
2104.10.21	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2104.10.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
2104.20.00	-Preparações alimentícias compostas homogeneizadas	16	12,8	Art. 7º
2105.00.10	Em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 2 kg	18	14,4	Art. 7º
2105.00.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
2106.10.00	-Concentrados de proteínas e substâncias proteicas texturizadas	14	11,2	Art. 7º
2106.90.10	Preparações do tipo utilizado para elaboração de bebidas	14	11,2	Art. 7º
2106.90.21	Para a fabricação de pudins, em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	18	14,4	Art. 7º
2106.90.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
2106.90.30	Complementos alimentares	16	12,8	Art. 7º
2106.90.40	Misturas à base de ascorbato de sódio e glucose próprias para embutidos	14	11,2	Art. 7º
2106.90.50	Gomas de mascar, sem açúcar	16	12,8	Art. 7º
2106.90.60	Caramelos, confeitos, pastilhas e produtos semelhantes, sem açúcar	16	12,8	Art. 7º
2106.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
2201.10.00	-Águas minerais e águas gaseificadas	20	16	Art. 7º
2201.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
2202.10.00	-Águas, incluindo as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas	20	16	Art. 7º
2202.91.00	--Cerveja sem álcool	20	16	Art. 7º
2202.99.00	--Outras	20	16	Art. 7º
2203.00.00	Cervejas de malte.	20	16	Art. 7º
2204.10.10	Tipo champanha (champagne)	20	16	Art. 7º
2204.10.90	Outros	20	16	Art. 7º
2204.21.00	--Em recipientes de capacidade não superior a 2 l	20	16	Art. 7º
2204.22.11	Em recipientes de capacidade não superior a 5 l	20	16	Art. 7º
2204.22.19	Outros	20	16	Art. 7º
2204.22.20	Mostos	20	16	Art. 7º
2204.29.10	Vinhos	20	16	Art. 7º
2204.29.20	Mostos	20	16	Art. 7º
2204.30.00	-Outros mostos de uvas	20	16	Art. 7º
2205.10.00	-Em recipientes de capacidade não superior a 2 l	20	16	Art. 7º
2205.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
2206.00.10	Sidra	20	16	Art. 7º
2206.00.90	Outras	20	16	Art. 7º
2207.10.10	Com um teor de água inferior ou igual a 1 % vol.	20	16	Art. 7º
2207.10.90	Outros	20	16	Art. 7º
2207.20.11	Com um teor de água inferior ou igual a 1 % vol.	20	16	Art. 7º
2207.20.19	Outros	20	16	Art. 7º
2207.20.20	Aguardente	20	16	Art. 7º
2208.20.00	-Aguardentes de vinho ou de bagaço, de uvas	20	16	Art. 7º
2208.30.10	Com um teor alcoólico, em volume, superior a 50 % vol., em recipientes de capacidade igual ou superior a 50 l	12	9,6	Art. 7º
2208.20.00	-Aguardentes de vinho ou de bagaço, de uvas	20	16	Art. 7º
2208.30.10	Com um teor alcoólico, em volume, superior a 50 % vol., em recipientes de capacidade igual ou superior a 50 l	12	9,6	Art. 7º
2208.30.20	Em embalagens de capacidade inferior ou igual a 2 l	20	16	Art. 7º
2208.30.90	Outros	20	16	Art. 7º
2208.40.00	-Rum e outras aguardentes provenientes da destilação, após fermentação, de produtos da cana-de-açúcar	20	16	Art. 7º
2208.50.00	-Gim e genebra	20	16	Art. 7º
2208.60.00	-Vodca	20	16	Art. 7º
2208.70.00	-Licores	20	16	Art. 7º
2208.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
2209.00.00	Vinagres e seus sucedâneos obtidos a partir do ácido acético, para uso alimentar.	20	16	Art. 7º
2301.10.10	De carne	6	4,8	Art. 7º
2301.10.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2301.20.10	De peixes	6	4,8	Art. 7º
2301.20.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2302.10.00	-De milho	6	4,8	Art. 7º
2302.30.10	Farelo	6	4,8	Art. 7º
2302.30.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2302.40.00	-De outros cereais	6	4,8	Art. 7º
2302.50.00	-De leguminosas	6	4,8	Art. 7º
2303.10.00	-Resíduos da fabricação do amido e resíduos semelhantes	6	4,8	Art. 7º
2303.20.00	-Polpas de beterraba, bagaços de cana-de-açúcar e outros desperdícios da indústria do açúcar	6	4,8	Art. 7º
2303.30.00	-Borras e desperdícios da indústria da cerveja e das destilarias	6	4,8	Art. 7º
2304.00.10	Farinhas e pellets	6	4,8	Art. 7º
2304.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2305.00.00	Tortas (bagaços) e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em pellets, da extração do óleo de amendoim.	6	4,8	Art. 7º
2306.10.00	-De sementes de algodão	6	4,8	Art. 7º
2306.20.00	-De linhaça (sementes de linho)	6	4,8	Art. 7º
2306.30.10	Tortas (bagaços), farinhas e pellets	6	4,8	Art. 7º
2306.30.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2306.41.00	--Com baixo teor de ácido erúcico	6	4,8	Art. 7º
2306.49.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
2306.50.00	-De coco ou de copra	6	4,8	Art. 7º
2306.60.00	-De nozes ou de amêndoas de palma (palmiste) (coconote)	6	4,8	Art. 7º
2306.90.10	De germe de milho	6	4,8	Art. 7º

2306.90.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
2307.00.00	Borras de vinho; tártaro em bruto.	6	4,8	Art. 7º
2308.00.00	Matérias vegetais e desperdícios vegetais, resíduos e subprodutos vegetais, mesmo em pellets, do tipo utilizado na alimentação de animais, não especificados nem compreendidos noutras posições.	6	4,8	Art. 7º
2309.10.00	-Alimentos para cães ou gatos, acondicionados para venda a retalho	14	11,2	Art. 7º
2309.90.10	Preparações destinadas a fornecer ao animal a totalidade dos elementos nutritivos necessários para uma alimentação diária racional e equilibrada (alimentos compostos completos)	8	6,4	Art. 7º
2309.90.20	Preparações à base de sal iodado, farinha de ossos, farinha de concha, cobre e cobalto	8	6,4	Art. 7º
2309.90.30	Bolachas e biscoitos	14	11,2	Art. 7º
2309.90.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
2401.10.10	Em folhas, sem secar nem fermentar	14	11,2	Art. 7º
2401.10.20	Em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	14	11,2	Art. 7º
2401.10.30	Em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia	14	11,2	Art. 7º
2401.10.40	Em folhas secas, com um conteúdo de óleos voláteis superior a 0,2 %, em peso, do tipo turco	10	8	Art. 7º
2401.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
2401.20.10	Em folhas, sem secar nem fermentar	14	11,2	Art. 7º
2401.20.20	Em folhas secas ou fermentadas tipo capeiro	14	11,2	Art. 7º
2401.20.30	Em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia	14	11,2	Art. 7º
2401.20.40	Em folhas secas (light air cured), do tipo Burley	14	11,2	Art. 7º
2401.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
2401.30.00	-Desperdícios de tabaco	14	11,2	Art. 7º
2402.10.00	-Charutos e cigarrilhas, que contenham tabaco	20	16	Art. 7º
2402.20.00	-Cigarros que contenham tabaco	20	16	Art. 7º
2402.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
2403.11.00	--Tabaco para narguilé (cachimbo de água) mencionado na Nota de subposição 1 do presente Capítulo	20	16	Art. 7º
2403.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
2403.91.00	--Tabaco "homogeneizado" ou "reconstituído"	14	11,2	Art. 7º
2403.99.10	Extratos e molhos	14	11,2	Art. 7º
2403.99.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
2404.11.00	--Que contenham tabaco ou tabaco reconstituído	14	11,2	Art. 7º
2404.12.00	--Outros, que contenham nicotina	14	11,2	Art. 7º
2404.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
2404.91.00	--Para aplicação oral	16	12,8	Art. 7º
2404.92.00	--Para aplicação percutânea	14	11,2	Art. 7º
2404.99.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
2501.00.11	Sal marinho	4	3,2	Art. 7º
2501.00.19	Outros	4	3,2	Art. 7º
2501.00.20	Sal de mesa	4	3,2	Art. 7º
2501.00.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2502.00.00	Piritas de ferro não ustuladas.	4	3,2	Art. 7º
2504.10.00	-Em pó ou em escamas	4	3,2	Art. 7º
2504.90.00	-Outra	4	3,2	Art. 7º
2505.10.00	-Areias siliciosas e areias quartzosas	4	3,2	Art. 7º
2505.90.00	-Outras areias	4	3,2	Art. 7º
2506.10.00	-Quartzo	4	3,2	Art. 7º
2506.20.00	-Quartzitos	4	3,2	Art. 7º
2507.00.10	Caulim (caulino)	4	3,2	Art. 7º
2507.00.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2508.10.00	-Bentonita	4	3,2	Art. 7º
2508.30.00	-Argilas refratárias	4	3,2	Art. 7º
2508.40.10	Plásticas, com um teor de Fe2O3, em peso, inferior a 1,5 % e com perda por calcinação, em peso, superior a 12 %	4	3,2	Art. 7º
2508.40.90	Outras	4	3,2	Art. 7º
2508.50.00	-Andaluzita, cianita e silimanita	4	3,2	Art. 7º
2508.60.00	-Mulita	4	3,2	Art. 7º
2508.70.00	-Barro cozido em pó (terra de chamotte) e terra de dinas	4	3,2	Art. 7º
2509.00.00	Cré.	4	3,2	Art. 7º
2511.10.00	-Sulfato de bário natural (baritina)	4	3,2	Art. 7º
2511.20.00	-Carbonato de bário natural (witherita)	4	3,2	Art. 7º
2512.00.00	Farinhas siliciosas fósseis (por exemplo, kieselguhr, tripolita, diatomita) e outras terras siliciosas análogas de densidade aparente não superior a 1, mesmo calcinadas.	4	3,2	Art. 7º
2513.10.00	-Pedra-pomes	4	3,2	Art. 7º
2513.20.00	-Esmeril, corindo natural, granada natural e outros abrasivos naturais	4	3,2	Art. 7º
2514.00.00	Ardósia, mesmo desbastada ou simplesmente cortada à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma quadrada ou retangular.	4	3,2	Art. 7º
2515.11.00	--Em bruto ou desbastados	4	3,2	Art. 7º
2515.12.10	Mármores	6	4,8	Art. 7º
2515.12.20	Travertinos	6	4,8	Art. 7º
2515.20.00	-Granitos belgas e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção; alabastro	4	3,2	Art. 7º
2516.11.00	--Em bruto ou desbastado	4	3,2	Art. 7º
2516.12.00	--Simplesmente cortado à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma quadrada ou retangular	6	4,8	Art. 7º
2516.20.00	-Arenito (grés)	4	3,2	Art. 7º
2516.90.00	-Outras pedras de cantaria ou de construção	4	3,2	Art. 7º
2517.10.00	-Calhaus, cascalho, pedras britadas, do tipo normalmente utilizado em concreto (betão) ou para empedramento de estradas, de vias férreas ou outros balastros, seixos rolados e sílex, mesmo tratados termicamente	4	3,2	Art. 7º
2517.20.00	-Macadame de escórias de altos-fornos, de outras escórias ou de resíduos industriais semelhantes, mesmo que contenham matérias incluídas na subposição 2517.10	4	3,2	Art. 7º
2517.30.00	-Tarmacadame	4	3,2	Art. 7º
2517.41.00	--De mármore	4	3,2	Art. 7º
2517.49.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
2518.10.00	-Dolomita não calcinada nem sinterizada, denominada "crua"	4	3,2	Art. 7º
2518.20.00	-Dolomita calcinada ou sinterizada	4	3,2	Art. 7º
2519.10.00	-Carbonato de magnésio natural (magnesita)	4	3,2	Art. 7º
2519.90.10	Magnésia eletrofundida	4	3,2	Art. 7º
2519.90.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2520.10.11	Em pedaços irregulares (pedras)	4	3,2	Art. 7º
2520.10.19	Outros	4	3,2	Art. 7º
2520.10.20	Anidrita	4	3,2	Art. 7º
2520.20.10	Moído, apto para uso odontológico	4	3,2	Art. 7º
2520.20.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2521.00.00	Castinas; pedras calcárias utilizadas na fabricação de cal ou de cimento.	4	3,2	Art. 7º
2522.10.00	-Cal viva	4	3,2	Art. 7º
2522.20.00	-Cal apagada	4	3,2	Art. 7º
2522.30.00	-Cal hidráulica	4	3,2	Art. 7º
2523.10.00	-Cimentos não pulverizados, denominados clinkers	4	3,2	Art. 7º
2523.21.00	--Cimentos brancos, mesmo corados artificialmente	4	3,2	Art. 7º
2523.29.10	Cimento comum	4	3,2	Art. 7º
2523.29.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2523.30.00	-Cimentos aluminosos	4	3,2	Art. 7º
2523.90.00	-Outros cimentos hidráulicos	4	3,2	Art. 7º
2524.10.00	-Crocidolita	4	3,2	Art. 7º
2524.90.00	-Outros	4	3,2	Art. 7º
2525.10.00	-Mica em bruto ou clivada em folhas ou lamelas irregulares (splittings)	4	3,2	Art. 7º
2525.20.00	-Mica em pó	4	3,2	Art. 7º
2525.30.00	-Desperdícios de mica	4	3,2	Art. 7º
2526.10.00	-Não triturados nem em pó	4	3,2	Art. 7º
2526.20.00	-Triturados ou em pó	4	3,2	Art. 7º
2528.00.00	Boratos naturais e seus concentrados (calcinados ou não), exceto boratos extraídos de salmouras naturais; ácido bórico natural com um teor máximo de 85 % de H3BO3, em produto seco.	4	3,2	Art. 7º
2529.10.00	-Feldspato	4	3,2	Art. 7º

2529.21.00	--Que contenha, em peso, 97 % ou menos de fluoreto de cálcio	4	3,2	Art. 7º
2529.22.00	--Que contenha, em peso, mais de 97 % de fluoreto de cálcio	4	3,2	Art. 7º
2529.30.00	-Leucita; nefelina e nefelina-sienito	4	3,2	Art. 7º
2530.10.10	Perlita	4	3,2	Art. 7º
2530.10.90	Outras	4	3,2	Art. 7º
2530.20.00	-Kieserita, epsomita (sulfatos de magnésio naturais)	4	3,2	Art. 7º
2530.90.10	Espodumênio	4	3,2	Art. 7º
2530.90.20	Areia de zircônio micronizada, própria para a preparação de esmaltes cerâmicos	4	3,2	Art. 7º
2530.90.30	Minerais de metais das terras raras	4	3,2	Art. 7º
2530.90.40	Terras corantes	4	3,2	Art. 7º
2530.90.90	Outras	4	3,2	Art. 7º
2607.00.00	Minérios de chumbo e seus concentrados.	4	3,2	Art. 7º
2612.10.00	-Minérios de urânio e seus concentrados	4	3,2	Art. 7º
2612.20.00	-Minérios de tório e seus concentrados	4	3,2	Art. 7º
2616.90.00	-Outros	4	3,2	Art. 7º
2618.00.00	Escória de altos-fornos granulada (areia de escória) proveniente da fabricação de ferro fundido, ferro ou aço.	4	3,2	Art. 7º
2619.00.00	Escórias (exceto escória de altos-fornos granulada) e outros desperdícios da fabricação de ferro fundido, ferro ou aço.	4	3,2	Art. 7º
2620.11.00	--Mates de galvanização	4	3,2	Art. 7º
2620.19.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
2620.21.00	--Lamas (borras) de gasolina que contenham chumbo e lamas (borras) de compostos antidetonantes que contenham chumbo	4	3,2	Art. 7º
2620.29.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
2620.30.00	-Que contenham principalmente cobre	4	3,2	Art. 7º
2620.40.00	-Que contenham principalmente alumínio	4	3,2	Art. 7º
2620.60.00	-Que contenham arsênio, mercúrio, tálio ou suas misturas, do tipo utilizado para extração de arsênio ou destes metais ou para fabricação dos seus compostos químicos	4	3,2	Art. 7º
2620.91.00	--Que contenham antimônio, berílio, cádmio, cromo ou suas misturas	4	3,2	Art. 7º
2620.99.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
2621.10.00	-Cinzas e resíduos provenientes da incineração de resíduos municipais	4	3,2	Art. 7º
2621.90.10	Cinzas de origem vegetal	4	3,2	Art. 7º
2621.90.90	Outras	4	3,2	Art. 7º
2707.50.10	Misturas que contenham trimetilbenzenos e etiltoluenos, como componentes majoritários	4	3,2	Art. 7º
2710.19.32	Com aditivos	6	4,8	Art. 7º
2710.19.91	Óleos minerais brancos (óleos de vaselina ou de parafina)	4	3,2	Art. 7º
2712.10.00	-Vaselina	4	3,2	Art. 7º
2712.20.00	-Parafina que contenha, em peso, menos de 0,75 % de óleo	4	3,2	Art. 7º
2712.90.00	-Outros	4	3,2	Art. 7º
2801.10.00	-Cloro	8	6,4	Art. 7º
2803.00.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
2803.00.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
2804.10.00	-Hidrogênio	6	4,8	Art. 7º
2804.21.00	--Argônio (árgon)	6	4,8	Art. 7º
2804.30.00	-Nitrogênio (azoto)	6	4,8	Art. 7º
2804.40.00	-Oxigênio	6	4,8	Art. 7º
2806.10.10	Em estado gasoso ou liquefeito	6	4,8	Art. 7º
2806.10.20	Em solução aquosa	8	6,4	Art. 7º
2807.00.10	Ácido sulfúrico	4	3,2	Art. 7º
2807.00.20	Ácido sulfúrico fumante (óleum)	4	3,2	Art. 7º
2808.00.10	Ácido nítrico	10	8	Art. 7º
2809.20.11	Com um teor de ferro inferior a 750 ppm	10	8	Art. 7º
2809.20.19	Outros	4	3,2	Art. 7º
2810.00.10	Ácido ortobórico	10	8	Art. 7º
2810.00.90	Outros	10	8	Art. 7º
2811.19.30	Ácido perclórico	10	8	Art. 7º
2811.21.00	--Dióxido de carbono	4	3,2	Art. 7º
2811.22.10	Obtido por precipitação química	10	8	Art. 7º
2811.22.30	Gel de sílica	10	8	Art. 7º
2811.29.10	Dióxido de enxofre	10	8	Art. 7º
2813.10.00	-Dissulfeto de carbono	10	8	Art. 7º
2814.10.00	-Amoníaco anidro	4	3,2	Art. 7º
2814.20.00	-Amoníaco em solução aquosa (amônia)	4	3,2	Art. 7º
2815.11.00	--Sólido	8	6,4	Art. 7º
2815.12.00	--Em solução aquosa (lixívia de soda cáustica)	8	6,4	Art. 7º
2815.20.00	-Hidróxido de potássio (potassa cáustica)	6	4,8	Art. 7º
2816.10.10	Hidróxido	10	8	Art. 7º
2817.00.10	Óxido de zinco (branco de zinco)	10	8	Art. 7º
2819.10.00	-Trióxido de cromo	10	8	Art. 7º
2820.10.00	-Dióxido de manganês	10	8	Art. 7º
2820.90.10	Óxido manganoso	10	8	Art. 7º
2820.90.30	Tetraóxido de trimanganês (óxido salino de manganês)	10	8	Art. 7º
2821.10.11	Com um teor de Fe2O3 igual ou superior a 85 %, em peso	10	8	Art. 7º
2821.10.30	Hidróxidos de ferro	10	8	Art. 7º
2821.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
2823.00.10	Tipo anátase	10	8	Art. 7º
2823.00.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
2825.20.20	Hidróxido	10	8	Art. 7º
2825.40.10	Óxido niqueloso	10	8	Art. 7º
2825.50.10	Óxido cúprico, com um teor de CuO igual ou superior a 98 %, em peso	10	8	Art. 7º
2825.50.90	Outros	10	8	Art. 7º
2825.80.10	Trióxido de antimônio	10	8	Art. 7º
2825.80.90	Outros	10	8	Art. 7º
2826.19.90	Outros	10	8	Art. 7º
2826.90.20	Fluorossilicatos de sódio ou de potássio	10	8	Art. 7º
2827.10.00	-Cloreto de amônio	10	8	Art. 7º
2827.20.10	Com um teor de CaCl2 igual ou superior a 98 %, em peso, em base seca	10	8	Art. 7º
2827.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
2827.31.10	Com um teor de MgCl2 inferior a 98 %, em peso, e de cálcio (Ca) inferior ou igual a 0,5 %, em peso	10	8	Art. 7º
2827.31.90	Outros	10	8	Art. 7º

2827.32.00	--De alumínio	10	8	Art. 7º
2827.35.00	--De níquel	10	8	Art. 7º
2827.39.96	De ferro	10	8	Art. 7º
2827.39.97	De cobalto	10	8	Art. 7º
2827.39.98	De zinco	10	8	Art. 7º
2827.39.99	Outros	10	8	Art. 7º
2827.41.10	Oxicloretos	10	8	Art. 7º
2827.41.20	Hidroxicloretos	10	8	Art. 7º
2827.49.21	De alumínio	10	8	Art. 7º
2827.60.11	De sódio	10	8	Art. 7º
2827.60.12	De potássio	10	8	Art. 7º
2828.10.00	-Hipoclorito de cálcio comercial e outros hipocloritos de cálcio	10	8	Art. 7º
2828.90.11	De sódio	10	8	Art. 7º
2828.90.20	Clorito de sódio	10	8	Art. 7º
2829.11.00	--De sódio	10	8	Art. 7º
2829.19.20	De potássio	10	8	Art. 7º
2829.90.31	De potássio	10	8	Art. 7º
2829.90.32	De cálcio	10	8	Art. 7º
2829.90.50	Percloratos	10	8	Art. 7º
2830.10.10	De dissódio	10	8	Art. 7º
2830.10.20	De monossódio (hidrogenossulfeto de sódio)	10	8	Art. 7º
2830.90.13	De potássio	10	8	Art. 7º
2832.10.10	De dissódio	10	8	Art. 7º
2832.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
2832.30.10	De amônio	10	8	Art. 7º
2832.30.20	De sódio	10	8	Art. 7º
2833.11.10	Anidro	10	8	Art. 7º
2833.11.90	Outros	10	8	Art. 7º
2833.21.00	--De magnésio	10	8	Art. 7º
2833.22.00	--De alumínio	10	8	Art. 7º
2833.24.00	--De níquel	10	8	Art. 7º
2833.25.10	Cuproso	10	8	Art. 7º
2833.25.20	Cúprico	10	8	Art. 7º
2833.27.90	Outros	10	8	Art. 7º
2833.29.40	Sulfato ferroso	10	8	Art. 7º
2833.29.60	De cromo	10	8	Art. 7º
2833.29.70	De zinco	10	8	Art. 7º
2833.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
2833.30.00	-Alumes	10	8	Art. 7º
2834.21.90	Outros	10	8	Art. 7º
2834.29.10	De cálcio, com um teor de nitrogênio (azoto) inferior ou igual a 16 %, em peso	4	3,2	Art. 7º
2834.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
2835.22.00	--Mono ou dissódico	10	8	Art. 7º
2835.24.00	--De potássio	10	8	Art. 7º
2835.25.00	--Hidrogeno-ortofosfato de cálcio (fosfato dicálcico)	10	8	Art. 7º
2835.26.00	--Outros fosfatos de cálcio	10	8	Art. 7º
2835.29.80	De trissódio	10	8	Art. 7º
2835.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
2835.31.10	Grau alimentício, de acordo com o estabelecido pela Food and Agriculture Organization - Organização Mundial da Saúde (FAO - OMS) ou pelo Food Chemical Codex (FCC)	10	8	Art. 7º
2835.31.90	Outros	10	8	Art. 7º
2835.39.10	Metafosfatos de sódio	10	8	Art. 7º
2835.39.20	Pirofosfatos de sódio	10	8	Art. 7º
2835.39.90	Outros	10	8	Art. 7º
2836.20.10	Anidro	10	8	Art. 7º
2836.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
2836.30.00	-Hidrogenocarbonato (bicarbonato) de sódio	10	8	Art. 7º
2836.40.00	-Carbonatos de potássio	10	8	Art. 7º
2836.50.00	-Carbonato de cálcio	10	8	Art. 7º
2836.60.90	Outros	10	8	Art. 7º
2836.91.00	--Carbonatos de lítio	10	8	Art. 7º
2836.99.11	De magnésio, de densidade aparente inferior a 200 kg/m3	10	8	Art. 7º
2836.99.13	De amônio comercial e outros carbonatos de amônio	10	8	Art. 7º
2836.99.19	Outros	10	8	Art. 7º
2837.11.00	--De sódio	10	8	Art. 7º
2837.19.12	De zinco	10	8	Art. 7º
2837.19.14	De cobre I (cianeto cuproso)	10	8	Art. 7º
2837.19.15	De cobre II (cianeto cúprico)	10	8	Art. 7º
2839.11.00	--Metassilicatos	10	8	Art. 7º
2839.19.00	--Outros	10	8	Art. 7º
2839.90.10	De magnésio	10	8	Art. 7º
2839.90.20	De alumínio	10	8	Art. 7º
2839.90.30	De zircônio	10	8	Art. 7º
2839.90.50	De potássio	10	8	Art. 7º
2840.11.00	--Anidro	10	8	Art. 7º
2840.19.00	--Outro	10	8	Art. 7º
2840.20.00	-Outros boratos	10	8	Art. 7º
2841.50.12	Cromato de potássio	10	8	Art. 7º
2841.50.13	Cromato de sódio	10	8	Art. 7º
2841.50.14	Dicromato de potássio	10	8	Art. 7º
2841.50.15	Cromato de zinco	10	8	Art. 7º
2841.70.10	De amônio	10	8	Art. 7º
2841.70.20	De sódio	10	8	Art. 7º
2841.90.11	De chumbo	10	8	Art. 7º
2841.90.12	De bário ou de bismuto	10	8	Art. 7º
2841.90.13	De cálcio ou de estrôncio	10	8	Art. 7º
2841.90.14	De magnésio	10	8	Art. 7º
2841.90.15	De lantânio ou de neodímio	10	8	Art. 7º
2841.90.21	Ferrito de bário	10	8	Art. 7º
2841.90.22	Ferrito de estrôncio	10	8	Art. 7º
2841.90.41	De bário	10	8	Art. 7º
2841.90.42	De bismuto	10	8	Art. 7º
2841.90.43	De cálcio	10	8	Art. 7º
2841.90.81	De sódio	10	8	Art. 7º
2842.10.10	Zeólitas do tipo utilizado como trocadores de íons para o tratamento de águas	10	8	Art. 7º
2843.10.00	-Metais preciosos no estado coloidal	10	8	Art. 7º
2843.21.00	--Nitrato de prata	10	8	Art. 7º
2843.29.90	Outros	10	8	Art. 7º
2843.30.90	Outros	10	8	Art. 7º
2843.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
2844.43.10	Molibdênio99 absorvido em alumina, apto para a obtenção de tecnécio99 (reativo de diagnóstico para medicina nuclear)	10	8	Art. 7º
2847.00.00	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), mesmo solidificado com ureia.	10	8	Art. 7º
2849.10.00	-De cálcio	10	8	Art. 7º
2849.20.00	-De silício	10	8	Art. 7º
2850.00.20	Silicieto de cálcio	10	8	Art. 7º
2852.10.22	Timerosal	12	9,6	Art. 7º

2852.10.23	Estearato de mercúrio	12	9,6	Art. 7º
2853.90.11	De alumínio	10	8	Art. 7º
2902.11.00	--Cicloexano	8	6,4	Art. 7º
2902.20.00	-Benzeno	4	3,2	Art. 7º
2902.30.00	-Tolueno	4	3,2	Art. 7º
2902.41.00	--o-Xileno	4	3,2	Art. 7º
2902.43.00	--p-Xileno	4	3,2	Art. 7º
2902.44.00	--Mistura de isômeros do xileno	4	3,2	Art. 7º
2902.50.00	-Estireno	10	8	Art. 7º
2902.70.00	-Cumeno	8	6,4	Art. 7º
2902.90.40	alfa-Metilestireno	10	8	Art. 7º
2903.11.10	Clorometano (cloreto de metila)	10	8	Art. 7º
2903.11.20	Cloroetano (cloreto de etila)	10	8	Art. 7º
2903.15.00	--Dicloreto de etileno (ISO) (1,2-dicloroetano)	10	8	Art. 7º
2903.21.00	--Cloreto de vinila (cloroetileno)	10	8	Art. 7º
2903.71.00	--Clorodifluorometano (HCFC-22)	10	8	Art. 7º
2904.10.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
2904.10.20	Ácido dodecilbenzenossulfônico e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2904.10.30	Ácidos toluenossulfônicos; ácidos xilenossulfônicos; sais destes ácidos	14	11,2	Art. 7º
2904.10.51	Naftalenossulfonatos de sódio	14	11,2	Art. 7º
2904.10.52	Ácido beta-naftalenossulfônico	14	11,2	Art. 7º
2904.20.41	2,4,6-Trinitrotolueno (TNT)	12	9,6	Art. 7º
2904.20.51	Nitrobenzeno	12	9,6	Art. 7º
2905.11.00	--Metanol (álcool metílico)	12	9,6	Art. 7º
2905.12.20	Álcool isopropílico	12	9,6	Art. 7º
2905.13.00	--Butan-1-ol (álcool n-butílico)	12	9,6	Art. 7º
2905.14.10	Álcool isobutílico (2-metil-1-propanol)	12	9,6	Art. 7º
2905.14.20	Álcool sec-butílico (2-butanol)	12	9,6	Art. 7º
2905.16.00	--Octanol (álcool octílico) e seus isômeros	12	9,6	Art. 7º
2905.17.20	Álcool cetílico	12	9,6	Art. 7º
2905.17.30	Álcool esteárico	12	9,6	Art. 7º
2905.19.91	4-Metilpentan-2-ol	12	9,6	Art. 7º
2905.19.92	Isononanol	12	9,6	Art. 7º
2905.19.96	Pentanol (álcool amílico) e seus isômeros	12	9,6	Art. 7º
2905.22.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2905.31.00	--Etilenoglicol (etanodiol)	12	9,6	Art. 7º
2905.32.00	--Propilenoglicol (propano-1,2-diol)	12	9,6	Art. 7º
2905.39.10	2-Metil-2,4-pentanodiol (hexilenoglicol)	12	9,6	Art. 7º
2905.39.20	Trimetilenoglicol (1,3-propanodiol)	12	9,6	Art. 7º
2905.39.30	1,3-Butilenoglicol (1,3-butanodiol)	12	9,6	Art. 7º
2905.43.00	--Manitol	14	11,2	Art. 7º
2905.44.00	--D-glucitol (sorbitol)	14	11,2	Art. 7º
2905.45.00	--Glicerol	10	8	Art. 7º
2906.11.00	--Mentol	12	9,6	Art. 7º
2906.12.00	--Cicloexanol, metilcicloexanóis e dimetilcicloexanóis	12	9,6	Art. 7º
2906.19.50	Terpineóis	12	9,6	Art. 7º
2907.11.00	--Fenol (hidroxibenzeno) e seus sais	8	6,4	Art. 7º
2907.13.00	--Octilfenol, nonilfenol, e seus isômeros; sais destes produtos	10	8	Art. 7º
2907.23.00	--4,4'-Isopropilidenodifenol (bisfenol A, difenilolpropano) e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2908.99.21	Disofenol	14	11,2	Art. 7º
2909.19.10	Éter metil-ter-butílico (MTBE)	12	9,6	Art. 7º
2909.19.20	Sevoflurano	14	11,2	Art. 7º
2909.41.00	--2,2'-Oxidietanol (dietilenoglicol)	14	11,2	Art. 7º
2909.43.10	Do etilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.43.20	Do dietilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.44.11	Éter etílico	14	11,2	Art. 7º
2909.44.12	Éter isobutílico	14	11,2	Art. 7º
2909.44.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
2909.44.21	Éter etílico	14	11,2	Art. 7º
2909.44.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
2909.49.21	Trietilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.49.22	Tetraetilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.49.24	Éter fenílico do etilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.49.31	Dipropilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.49.32	Éteres do mono-, di- e tripropilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.49.41	Éter etílico do butilenoglicol	14	11,2	Art. 7º
2909.60.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
2909.60.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2912.11.00	--Metanal (formaldeído)	12	9,6	Art. 7º
2912.12.00	--Etanal (acetaldeído)	12	9,6	Art. 7º
2912.19.22	Citronelal (3,7-dimetil-6-octenal)	12	9,6	Art. 7º
2914.11.00	--Acetona	12	9,6	Art. 7º
2914.12.00	--Butanona (metiletilcetona)	12	9,6	Art. 7º
2914.13.00	--4-Metilpentan-2-ona (metilisobutilcetona)	12	9,6	Art. 7º
2914.19.23	Diacetila	12	9,6	Art. 7º
2914.19.29	Outras	12	9,6	Art. 7º
2914.19.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
2914.39.10	Acetofenona	12	9,6	Art. 7º
2914.40.10	4-Hidroxi-4-metilpentan-2-ona (diacetona álcool)	12	9,6	Art. 7º
2914.79.21	Bissulfito sódico de menadiona	8	6,4	Art. 7º
2915.13.10	De geranila	12	9,6	Art. 7º
2915.21.00	--Ácido acético	12	9,6	Art. 7º
2915.29.10	Acetato de sódio	12	9,6	Art. 7º
2915.29.20	Acetatos de cobalto	12	9,6	Art. 7º
2915.29.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.31.00	--Acetato de etila	12	9,6	Art. 7º
2915.33.00	--Acetato de n-butila	12	9,6	Art. 7º
2915.36.00	--Acetato de dinoseb (ISO)	12	9,6	Art. 7º
2915.39.21	Triacetina	12	9,6	Art. 7º
2915.39.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.39.31	De n-propila	12	9,6	Art. 7º
2915.39.32	Acetato de 2-etoxietila	12	9,6	Art. 7º
2915.39.39	Outros	12	9,6	Art. 7º

2915.39.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.50.20	Sais	12	9,6	Art. 7º
2915.70.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.70.20	Ácido esteárico	12	9,6	Art. 7º
2915.70.31	De zinco	12	9,6	Art. 7º
2915.70.39	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.70.40	Ésteres do ácido esteárico	12	9,6	Art. 7º
2915.90.21	Ácido 2-etilexanoico (ácido 2-etilexoico)	12	9,6	Art. 7º
2915.90.22	2-Etilexanoato de estanho II	12	9,6	Art. 7º
2915.90.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
2915.90.33	Miristato de isopropila	12	9,6	Art. 7º
2915.90.43	Laurato de pentaclorobifenila	12	9,6	Art. 7º
2915.90.49	Outros	12	9,6	Art. 7º
2916.12.10	De metila	12	9,6	Art. 7º
2916.12.30	De butila	12	9,6	Art. 7º
2916.14.10	De metila	12	9,6	Art. 7º
2916.14.20	De etila	12	9,6	Art. 7º
2916.15.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
2916.19.11	Sorbato de potássio	12	9,6	Art. 7º
2916.20.14	Permetrina	12	9,6	Art. 7º
2916.31.10	Ácido benzoico	12	9,6	Art. 7º
2916.31.21	De sódio	12	9,6	Art. 7º
2916.31.22	De amônio	12	9,6	Art. 7º
2916.31.31	De metila	12	9,6	Art. 7º
2916.31.32	De benzila	12	9,6	Art. 7º
2916.32.10	Peróxido de benzoíla	12	9,6	Art. 7º
2916.39.40	Perbenzoato de ter-butila	12	9,6	Art. 7º
2917.12.10	Ácido adípico	10	8	Art. 7º
2917.12.20	Sais e ésteres	12	9,6	Art. 7º
2917.13.22	Sebacato de dibutila	12	9,6	Art. 7º
2917.13.23	Sebacato de dioctila	12	9,6	Art. 7º
2917.14.00	--Anidrido maleico	12	9,6	Art. 7º
2917.19.10	Dioctilsulfossuccinato de sódio	12	9,6	Art. 7º
2917.19.21	Ácido maleico	12	9,6	Art. 7º
2917.19.22	Sais e ésteres	12	9,6	Art. 7º
2917.19.30	Ácido fumárico, seus sais e seus ésteres	12	9,6	Art. 7º
2917.32.00	--Ortoftalatos de dioctila	12	9,6	Art. 7º
2917.33.00	--Ortoftalatos de dinonila ou de didecila	12	9,6	Art. 7º
2917.34.00	--Outros ésteres do ácido ortoftálico	12	9,6	Art. 7º
2917.35.00	--Anidrido ftálico	12	9,6	Art. 7º
2917.36.00	--Ácido tereftálico e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2917.37.00	--Tereftalato de dimetila	12	9,6	Art. 7º
2917.39.20	Ácido ortoftálico e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2917.39.31	De dioctila	12	9,6	Art. 7º
2917.39.40	Sais e ésteres do ácido trimelítico (sais e ésteres do ácido 1,2,4-benzenotricarboxílico)	6	4,8	Art. 7º
2918.11.00	--Ácido láctico, seus sais e seus ésteres	12	9,6	Art. 7º
2918.12.00	--Ácido tartárico	12	9,6	Art. 7º
2918.13.10	Sais	12	9,6	Art. 7º
2918.14.00	--Ácido cítrico	12	9,6	Art. 7º
2918.15.00	--Sais e ésteres do ácido cítrico	12	9,6	Art. 7º
2918.16.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2918.19.30	Ácido 12-hidroxiesteárico	12	9,6	Art. 7º
2918.21.10	Ácido salicílico	12	9,6	Art. 7º
2918.21.20	Sais	12	9,6	Art. 7º
2918.22.11	Ácido o-acetilsalicílico	12	9,6	Art. 7º
2918.22.12	o-Acetilsalicilato de alumínio	12	9,6	Art. 7º
2918.23.00	--Outros ésteres do ácido salicílico e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2918.29.22	Metilparabeno	12	9,6	Art. 7º
2918.29.23	Propilparabeno	12	9,6	Art. 7º
2918.99.12	Ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), seus sais e seus ésteres	14	11,2	Art. 7º
2918.99.93	5-(2-Cloro-4-trifluorometilfenoxi)-2-nitrobenzoato de 1'-(carboetoxi)etila (lactofen)	12	9,6	Art. 7º
2919.90.30	De trifenila	10	8	Art. 7º
2919.90.40	Diclorvós (DDVP)	12	9,6	Art. 7º
2919.90.50	Lactofosfato de cálcio	12	9,6	Art. 7º
2920.29.10	Fosfito de alquila de C3 a C13 ou de alquil-arila	12	9,6	Art. 7º
2920.29.30	Outros fosfitos, de arila	12	9,6	Art. 7º
2920.30.00	-Endossulfan (ISO)	12	9,6	Art. 7º
2920.90.32	Nitroglicerina	12	9,6	Art. 7º
2920.90.33	Tetranitrato de pentaeritritol (PETN, nitropenta, pentrita)	12	9,6	Art. 7º
2920.90.42	De monoalquildietilenoglicol ou de monoalquiltrietilenoglicol	12	9,6	Art. 7º
2920.90.51	De etila	12	9,6	Art. 7º
2921.19.93	Mucato de isometepteno	14	11,2	Art. 7º
2921.19.94	N,N-Dimetilcetilamina	12	9,6	Art. 7º
2921.22.00	--Hexametilenodiamina e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2921.30.11	Monocicloexilamina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2921.30.12	Dicicloexilamina	12	9,6	Art. 7º
2921.41.00	--Anilina e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2921.43.11	o-Toluidina	12	9,6	Art. 7º
2921.43.22	Trifluralina	14	11,2	Art. 7º
2921.49.31	Sulfato de tranilcipromina	14	11,2	Art. 7º
2921.51.31	N,N'-Di-sec-butil-p-fenilenodiamina	12	9,6	Art. 7º
2921.51.32	N-Isopropil-N'-fenil-p-fenilenodiamina	12	9,6	Art. 7º
2921.51.33	N-(1,3-Dimetilbutil)-N'-fenil-p-fenilenodiamina	12	9,6	Art. 7º
2921.59.21	4,4'-Diaminodifenilmetano	12	9,6	Art. 7º
2922.11.00	--Monoetanolamina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2922.12.00	--Dietanolamina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2922.15.00	--Trietanolamina	14	11,2	Art. 7º
2922.19.12	2,4-Diclorofenoxiacetato de triisopropanolamina	14	11,2	Art. 7º
2922.19.13	2,4-Diclorofenoxiacetato de dimetilpropanolamina	14	11,2	Art. 7º
2922.19.21	Citrato	14	11,2	Art. 7º
2922.19.93	Clembuterol (clenbuterol) e seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
2922.19.94	Mirtecaína	14	11,2	Art. 7º
2922.19.95	Tamoxifen e seu citrato	14	11,2	Art. 7º
2922.19.96	Propranolol e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2922.31.11	Anfepramona	14	11,2	Art. 7º
2922.39.21	Cloridrato	12	9,6	Art. 7º
2922.41.10	Lisina	12	9,6	Art. 7º
2922.41.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2922.42.20	Sais	8	6,4	Art. 7º
2922.49.20	Ácido etilenodiaminotetracético (EDTA) e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2922.49.40	Ácido dietilenotriaminopentacético e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2922.49.52	Cloridrato de cloreto de D(-)alfa-aminobenzenoacetila	12	9,6	Art. 7º
2922.49.61	Diclofenaco de sódio	14	11,2	Art. 7º
2922.49.62	Diclofenaco de potássio	14	11,2	Art. 7º

2922.49.63	Diclofenaco de dietilamônio	14	11,2	Art. 7º
2922.49.64	Diclofenaco	14	11,2	Art. 7º
2922.50.31	Levodopa	14	11,2	Art. 7º
2923.20.00	-Lecitinas e outros fosfoaminolipídios	12	9,6	Art. 7º
2923.90.10	Betaína e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2923.90.40	Halogenetos de alquil-trimetilamônio, com grupo alquila de C6 a C22	12	9,6	Art. 7º
2923.90.50	Halogenetos de dialquil-dimetilamônio ou de alquil-benzil-dimetilamônio, com grupo alquila de C6 a C22	12	9,6	Art. 7º
2923.90.60	Halogenetos de pentametil-alquil-propilenodiamônio, com grupo alquila de C6 a C22	12	9,6	Art. 7º
2924.12.30	Monocrotofós	14	11,2	Art. 7º
2924.19.42	Dicrotofós	14	11,2	Art. 7º
2924.19.93	N,N'-(Diestearoil)etilenodiamina (N,N'-etilen-bis-estearamida)	14	11,2	Art. 7º
2924.19.94	Dietanolamidas de ácidos graxos (gordos) de C12 a C18	14	11,2	Art. 7º
2924.21.20	Diuron	14	11,2	Art. 7º
2924.25.00	--Alaclor (ISO)	14	11,2	Art. 7º
2924.29.11	Acetanilida	12	9,6	Art. 7º
2924.29.13	Acetaminofen (paracetamol)	14	11,2	Art. 7º
2924.29.14	Lidocaína e seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
2924.29.15	2,5-Dimetoxiacetanilida	14	11,2	Art. 7º
2924.29.46	Cloreto do ácido p-acetamidobenzenossulfônico	14	11,2	Art. 7º
2924.29.51	Bromoprida	14	11,2	Art. 7º
2924.29.52	Metoclopramida e seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
2924.29.61	Propanil	14	11,2	Art. 7º
2924.29.62	Flutamida	14	11,2	Art. 7º
2924.29.63	Prilocaína e seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
2924.29.96	Benzoato de denatônio	14	11,2	Art. 7º
2925.11.00	--Sacarina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2925.19.10	Talidomida	14	11,2	Art. 7º
2925.29.23	Clorexidina e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2925.29.30	Amitraz	12	9,6	Art. 7º
2925.29.40	Isetionato de pentamidina	14	11,2	Art. 7º
2926.10.00	-Acrilonitrila	12	9,6	Art. 7º
2926.30.11	Fenproporex	14	11,2	Art. 7º
2926.90.23	Cipermetrina	14	11,2	Art. 7º
2926.90.93	Closantel	14	11,2	Art. 7º
2926.90.96	Cianoacrilatos de etila	12	9,6	Art. 7º
2927.00.21	Azodicarbonamida	14	11,2	Art. 7º
2928.00.41	Fenilidrazina	12	9,6	Art. 7º
2928.00.42	Derivados	12	9,6	Art. 7º
2929.10.21	Mistura de isômeros	14	11,2	Art. 7º
2929.10.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
2929.90.12	De cálcio	12	9,6	Art. 7º
2930.20.21	Ziram; dimetilditiocarbamato de sódio	12	9,6	Art. 7º
2930.20.22	Dietilditiocarbamato de zinco	12	9,6	Art. 7º
2930.20.23	Dibutilditiocarbamato de zinco	12	9,6	Art. 7º
2930.20.24	Metam sódio	14	11,2	Art. 7º
2930.30.11	De tetrametiltiourama	12	9,6	Art. 7º
2930.30.12	Sulfiram	12	9,6	Art. 7º
2930.30.21	Thiram	12	9,6	Art. 7º
2930.80.30	Metamidofós	12	9,6	Art. 7º
2930.90.36	Carbocisteína	12	9,6	Art. 7º
2930.90.37	4-Sulfatoetilsulfonil-2,5-dimetoxianilina; 4-sulfatoetilsulfonil-2-metoxi-5-metilanilina; 4-sulfatoetilsulfonil-2-metoxianilina	12	9,6	Art. 7º
2930.90.52	Dissulfoton	12	9,6	Art. 7º
2930.90.57	Fosforoditioato de O,O-dimetila e de S-[2-(etiltio)etila] (tiometon)	14	11,2	Art. 7º
2930.90.61	Acefato	12	9,6	Art. 7º
2930.90.72	Bicalutamida	14	11,2	Art. 7º
2930.90.93	Metileno-bis-tiocianato	12	9,6	Art. 7º
2930.90.96	Hidrogênio alquil(de C1 a C3)fosfonotioatos de [S-2-(dialquil(de C1 a C3)amino)etila], seus ésteres de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquila); sais alquilados ou protonados destes produtos	12	9,6	Art. 7º
2930.90.97	Outros compostos que contenham um átomo de fósforo ligado a um grupo alquila (de C1 a C3), sem outros átomos de carbono	12	9,6	Art. 7º
2930.90.98	Ditiocarbonatos (xantatos e xantogenatos)	12	9,6	Art. 7º
2931.41.00	--Metilfosfonato de dimetila	12	9,6	Art. 7º
2931.42.00	--Propilfosfonato de dimetila	12	9,6	Art. 7º
2931.43.00	--Etilfosfonato de dietila	12	9,6	Art. 7º
2931.44.00	--Ácido metilfosfônico	12	9,6	Art. 7º
2931.45.00	--Sal do ácido metilfosfônico e de (aminoiminometil)ureia (1:1)	12	9,6	Art. 7º
2931.46.00	--2,4,6-Trióxido de 2,4,6-tripropil-1,3,5,2,4,6-trioxatrifosfinano	12	9,6	Art. 7º
2931.47.00	--Metilfosfonato de (5-etil-2-metil-2-óxido-1,3,2-dioxafosfinan-5-il)metil metila	12	9,6	Art. 7º
2931.48.00	--3,9-Dióxido de 3,9-dimetil-2,4,8,10-tetraoxa-3,9-difosfaspiro[5.5]undecano	12	9,6	Art. 7º
2931.49.11	Ácido fosfonometiliminodiacético; ácido aminotrimetilenofosfônico	12	9,6	Art. 7º
2931.49.13	Etidronato dissódico	14	11,2	Art. 7º
2931.49.14	Glifosato e seu sal de monoisopropilamina	12	9,6	Art. 7º
2931.49.20	Hidrogênio alquil(de C1 a C3)fosfonitos de [O-2-(dialquil(de C1 a C3)amino)etila], seus ésteres de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquila); sais alquilados ou protonados destes produtos	12	9,6	Art. 7º
2931.49.30	Outros compostos que contenham um átomo de fósforo ligado a um grupo alquila (de C1 a C3), sem outros átomos de carbono	12	9,6	Art. 7º
2931.49.40	N,N-Dialquil(de C1 a C3)fosforoamidocianidatos de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquila)	12	9,6	Art. 7º
2931.49.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
2931.51.00	--Dicloreto metilfosfônico	12	9,6	Art. 7º
2931.52.00	--Dicloreto propilfosfônico	12	9,6	Art. 7º
2931.53.00	--Metilfosfonotionato de O-(3-cloropropil) O-[4-nitro-3-(trifluorometil)fenila]	12	9,6	Art. 7º
2931.54.00	--Triclorfom (ISO)	12	9,6	Art. 7º
2931.59.91	Alquil(de C1 a C3)fosfonofluoridatos de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquila)	12	9,6	Art. 7º
2931.59.92	Metilfosfonocloridato de O-isopropila	12	9,6	Art. 7º
2931.59.93	Metilfosfonocloridato de O-pinacolila	12	9,6	Art. 7º
2931.59.94	Difluoreto de alquilfosfonila, com grupo alquila de C1 a C3	12	9,6	Art. 7º
2931.59.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
2931.90.45	Óxido de fembutatina	12	9,6	Art. 7º
2931.90.46	Sais de dimetil-estanho, de dibutil-estanho e de dioctil-estanho, dos ácidos carboxílicos ou tioglicólicos e de seus ésteres	12	9,6	Art. 7º
2931.90.62	Cloreto de dietilalumínio	12	9,6	Art. 7º
2932.12.00	--2-Furaldeído (furfural)	12	9,6	Art. 7º
2932.13.10	Álcool furfurílico	12	9,6	Art. 7º
2932.19.30	Nitrovin	14	11,2	Art. 7º
2932.19.40	Bioresmetrina	12	9,6	Art. 7º
2932.19.50	Diacetato de 5-nitrofurfurilideno (NFDA)	12	9,6	Art. 7º
2932.93.00	--Piperonal	12	9,6	Art. 7º
2932.99.11	Eucaliptol	12	9,6	Art. 7º
2932.99.12	Quercetina	14	11,2	Art. 7º
2932.99.91	Cloridrato de amiodarona	14	11,2	Art. 7º
2932.99.93	Dibenzilideno-sorbitol	14	11,2	Art. 7º
2933.21.21	Fenitoína e seu sal sódico	14	11,2	Art. 7º
2933.29.12	Metronidazol e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2933.29.13	Tinidazol	14	11,2	Art. 7º
2933.29.21	Econazol e seu nitrato	14	11,2	Art. 7º
2933.29.22	Nitrato de miconazol	14	11,2	Art. 7º
2933.29.40	4-Metil-5-hidroximetilimidazol e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2933.29.94	1-Hidroxietil-2-undecanoilimidazolina	12	9,6	Art. 7º
2933.29.95	1-Hidroxietil-2-(8-heptadecenoil)imidazolina	12	9,6	Art. 7º

2933.33.22	Bromazepam	12	9,6	Art. 7º
2933.33.42	Cloridrato de difenoxilato	14	11,2	Art. 7º
2933.33.84	Cloridrato de petidina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.12	Droperidol	12	9,6	Art. 7º
2933.39.23	Malato ácido de cleboprida (malato de cleboprida)	14	11,2	Art. 7º
2933.39.24	Cloridrato de loperamida	14	11,2	Art. 7º
2933.39.25	Ácido 2-(2-metil-3-cloroanilino)nicotínico e seu sal de lisina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.31	Terfenadina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.35	Imazetapir (ácido (RS)-5-etil-2-(4-isopropil-4-metil-5-oxo-2-imidazolin-2-il)nicotínico)	14	11,2	Art. 7º
2933.39.43	Nifedipina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.44	Nitrendipina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.45	Maleato de pirilamina	14	11,2	Art. 7º
2933.39.48	Nimodipina	12	9,6	Art. 7º
2933.39.81	Cloridrato de benzetimida	14	11,2	Art. 7º
2933.39.82	Cloridrato de mepivacaína	14	11,2	Art. 7º
2933.39.83	Cloridrato de bupivacaína	14	11,2	Art. 7º
2933.39.84	Dicloreto de paraquate	12	9,6	Art. 7º
2933.49.13	Imazaquin	14	11,2	Art. 7º
2933.53.40	Fenobarbital e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2933.59.12	Praziquantel	14	11,2	Art. 7º
2933.59.15	Enrofloxacina; sais de piperazina	12	9,6	Art. 7º
2933.59.21	Bromacil	14	11,2	Art. 7º
2933.59.31	Propiltiouracil	14	11,2	Art. 7º
2933.59.34	Azatioprina	14	11,2	Art. 7º
2933.59.35	6-Mercaptopurina	14	11,2	Art. 7º
2933.59.41	Trimetoprima	14	11,2	Art. 7º
2933.59.44	Nicarbazina	14	11,2	Art. 7º
2933.59.45	Bissulfito de menadiona dimetilpirimidinol	8	6,4	Art. 7º
2933.59.92	2-Aminopirimidina	14	11,2	Art. 7º
2933.69.13	Atrazina	12	9,6	Art. 7º
2933.69.14	Simazina	12	9,6	Art. 7º
2933.69.21	N,N,N-Triidroxietilexaidrotriazina	14	11,2	Art. 7º
2933.69.92	Metenamina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2933.91.11	Alprazolam	12	9,6	Art. 7º
2933.91.15	Clordiazepóxido	12	9,6	Art. 7º
2933.91.22	Diazepam	14	11,2	Art. 7º
2933.91.51	Mazindol	14	11,2	Art. 7º
2933.91.53	Midazolam e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2933.91.83	Triazolam	12	9,6	Art. 7º
2933.99.11	Pirazinamida	14	11,2	Art. 7º
2933.99.32	Carbamazepina	14	11,2	Art. 7º
2933.99.46	Maleato de enalapril	14	11,2	Art. 7º
2933.99.52	Oxifendazol	14	11,2	Art. 7º
2933.99.53	Albendazol e seu sulfóxido	14	11,2	Art. 7º
2933.99.54	Mebendazol	14	11,2	Art. 7º
2933.99.55	Flubendazol	14	11,2	Art. 7º
2933.99.56	Fembendazol	14	11,2	Art. 7º
2933.99.93	Clofazimina	14	11,2	Art. 7º
2933.99.95	Metilssulfato de amezínio	14	11,2	Art. 7º
2933.99.96	Hidrazida maleica e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2934.10.20	Cloridrato de tiazolidina	14	11,2	Art. 7º
2934.20.10	2-Mercaptobenzotiazol e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2934.20.20	2,2'-Ditio-bis(benzotiazol) (dissulfeto de benzotiazila)	14	11,2	Art. 7º
2934.20.33	2-(Dicicloexilaminotio)benzotiazol (N,N-dicicloexil-benzotiazol-sulfenamida)	14	11,2	Art. 7º
2934.20.34	2-(4-Morfoliniltio)benzotiazol (N-oxidietileno-benzotiazol-sulfenamida)	14	11,2	Art. 7º
2934.20.39	Outras	14	11,2	Art. 7º
2934.20.40	2-(Tiocianometiltio)benzotiazol (TCMTB)	14	11,2	Art. 7º
2934.30.20	Enantato de flufenazina	12	9,6	Art. 7º
2934.91.22	Cloxazolam	12	9,6	Art. 7º
2934.91.41	Ketazolam	14	11,2	Art. 7º
2934.99.15	4,4'-Ditiodimorfolina	14	11,2	Art. 7º
2934.99.22	Zidovudina (AZT)	12	9,6	Art. 7º
2934.99.24	Furazolidona	12	9,6	Art. 7º
2934.99.27	Estavudina	12	9,6	Art. 7º
2934.99.31	Cetoconazol	14	11,2	Art. 7º
2934.99.33	Talniflumato	14	11,2	Art. 7º
2934.99.34	Ácidos nucleicos e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2934.99.35	Propiconazol	14	11,2	Art. 7º
2934.99.42	Ácido 6-aminopenicilânico	4	3,2	Art. 7º
2934.99.46	9-(N-Metil-4-piperidinilideno)tioxanteno	14	11,2	Art. 7º
2934.99.54	Tioconazol	14	11,2	Art. 7º
2934.99.61	Cloridrato de tizanidina	12	9,6	Art. 7º
2934.99.93	Lamivudina	12	9,6	Art. 7º
2935.90.11	Sulfadiazina e seu sal sódico	14	11,2	Art. 7º
2935.90.21	Furosemida	14	11,2	Art. 7º
2935.90.22	Ftalilsulfatiazol	14	11,2	Art. 7º
2935.90.23	Piroxicam	12	9,6	Art. 7º
2935.90.24	Tenoxicam	12	9,6	Art. 7º
2935.90.25	Sulfametoxazol	14	11,2	Art. 7º
2935.90.92	Gliburida	14	11,2	Art. 7º
2935.90.93	Toluenossulfonamidas	14	11,2	Art. 7º
2936.26.10	Vitamina B12 (cianocobalamina)	14	11,2	Art. 7º
2936.26.30	Hidroxocobalamina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2936.29.52	Nicotinamida	14	11,2	Art. 7º
2936.29.59	Outros	14	11,2	Art. 7º
2937.12.00	--Insulina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2937.19.20	HCG (gonadotropina coriônica)	14	11,2	Art. 7º
2937.19.40	Menotropinas	14	11,2	Art. 7º
2937.19.50	Oxitocina	12	9,6	Art. 7º
2937.23.31	Estriol e seu succinato	12	9,6	Art. 7º
2937.23.41	Hemissuccinato de estradiol	14	11,2	Art. 7º
2937.23.42	Fempropionato de estradiol (17-(3-fenilpropionato) de estradiol)	14	11,2	Art. 7º
2937.23.51	Alilestrenol	12	9,6	Art. 7º
2937.23.60	Desogestrel	12	9,6	Art. 7º
2937.23.70	Linestrenol	12	9,6	Art. 7º
2937.23.92	Gestodeno	14	11,2	Art. 7º
2937.29.50	Espironolactona	14	11,2	Art. 7º
2937.90.10	Tiratricol (triac) e seu sal sódico	14	11,2	Art. 7º
2937.90.30	Levotiroxina sódica	12	9,6	Art. 7º
2937.90.40	Liotironina sódica	12	9,6	Art. 7º
2938.10.00	-Rutosídio (rutina) e seus derivados	12	9,6	Art. 7º
2938.90.20	Esteviosídio	14	11,2	Art. 7º
2939.11.22	Codeína e seus sais	12	9,6	Art. 7º
2939.79.31	Pilocarpina, seu nitrato e seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
2939.79.40	Tiocolquicósido	14	11,2	Art. 7º
2940.00.12	Arabinose	14	11,2	Art. 7º

2940.00.13	Ramnose	14	11,2	Art. 7º
2940.00.21	Ácido lactobiônico	12	9,6	Art. 7º
2940.00.22	Lactobionato de cálcio	12	9,6	Art. 7º
2940.00.93	Maltitol	14	11,2	Art. 7º
2941.10.41	Penicilina G potássica	14	11,2	Art. 7º
2941.10.42	Penicilina G benzatínica	14	11,2	Art. 7º
2941.10.43	Penicilina G procaínica	14	11,2	Art. 7º
2941.50.20	Eritromicina e seus sais	14	11,2	Art. 7º
2941.90.33	Cefaclor e cefalexina monoidratados, cefalotina sódica	14	11,2	Art. 7º
2941.90.43	Sulfato de gentamicina	14	11,2	Art. 7º
3001.20.10	De fígado	6	4,8	Art. 7º
3001.20.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
3001.90.10	Heparina e seus sais	8	6,4	Art. 7º
3001.90.31	Fígados	4	3,2	Art. 7º
3001.90.39	Outros	4	3,2	Art. 7º
3002.12.11	Antiofídicos e outros antivenenosos	8	6,4	Art. 7º
3002.12.12	Antitetânico	4	3,2	Art. 7º
3002.12.13	Anticatarral	4	3,2	Art. 7º
3002.12.14	Antipiogênico	4	3,2	Art. 7º
3002.12.15	Antidiftérico	4	3,2	Art. 7º
3002.12.16	Polivalentes	4	3,2	Art. 7º
3002.12.34	Imunoglobulina e cloridrato de histamina, associados	8	6,4	Art. 7º
3002.12.35	Imunoglobulina G, liofilizada ou em solução	8	6,4	Art. 7º
3002.12.36	Soroalbumina humana	4	3,2	Art. 7º
3002.41.17	Outras tríplices	4	3,2	Art. 7º
3002.41.28	Anticatarral e antipiogênico	4	3,2	Art. 7º
3002.42.10	Contra a raiva	4	3,2	Art. 7º
3002.42.20	Contra a coccidiose	4	3,2	Art. 7º
3002.42.30	Contra a querato-conjuntivite	4	3,2	Art. 7º
3002.42.40	Contra a cinomose	4	3,2	Art. 7º
3002.42.50	Contra a leptospirose	4	3,2	Art. 7º
3002.42.60	Contra a febre aftosa	4	3,2	Art. 7º
3002.42.70	Contra as seguintes enfermidades: de Newcastle, a vírus vivo ou vírus inativo; de Gumboro, a vírus vivo ou vírus inativo; bronquite, a vírus vivo ou vírus inativo; difteroviruela, a vírus vivo; síndrome de queda de postura (EDS); salmonelose aviária, elaborada com cepa 9R; cólera de aves, inativadas	4	3,2	Art. 7º
3002.42.80	Vacinas combinadas contra as enfermidades citadas no item 3002.42.70	4	3,2	Art. 7º
3002.49.10	Antitoxinas de origem microbiana	4	3,2	Art. 7º
3002.49.20	Tuberculinas	4	3,2	Art. 7º
3002.49.91	Para a saúde animal	4	3,2	Art. 7º
3002.49.92	Para a saúde humana	4	3,2	Art. 7º
3002.49.93	Saxitoxina	8	6,4	Art. 7º
3002.49.94	Ricina	8	6,4	Art. 7º
3002.49.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3002.51.00	--Produtos de terapia celular	4	3,2	Art. 7º
3002.59.00	--Outras	8	6,4	Art. 7º
3002.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.10.11	Ampicilina ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3003.10.12	Amoxicilina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3003.10.13	Penicilina G benzatínica	14	11,2	Art. 7º
3003.10.14	Penicilina G potássica	14	11,2	Art. 7º
3003.10.15	Penicilina G procaínica	14	11,2	Art. 7º
3003.10.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.10.20	Que contenham estreptomicinas ou seus derivados	8	6,4	Art. 7º
3003.20.11	Cloranfenicol, seu palmitato, seu succinato ou seu hemissuccinato	8	6,4	Art. 7º
3003.20.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.21	Eritromicina ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3003.20.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.31	Rifamicina SV sódica	8	6,4	Art. 7º
3003.20.32	Rifampicina	8	6,4	Art. 7º
3003.20.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.41	Cloridrato de lincomicina	14	11,2	Art. 7º
3003.20.49	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.51	Cefalotina sódica	14	11,2	Art. 7º
3003.20.52	Cefaclor ou cefalexina monoidratados	14	11,2	Art. 7º
3003.20.59	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.61	Sulfato de gentamicina	14	11,2	Art. 7º
3003.20.69	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.71	Vancomicina	8	6,4	Art. 7º
3003.20.79	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.20.92	Fumarato de tiamulina	8	6,4	Art. 7º
3003.20.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.31.00	--Que contenham insulina	14	11,2	Art. 7º
3003.39.12	Gonadotropina coriônica (hCG)	14	11,2	Art. 7º
3003.39.13	Menotropinas	14	11,2	Art. 7º
3003.39.14	Corticotropina (ACTH)	8	6,4	Art. 7º
3003.39.15	Gonadotropina sérica (PMSG)	8	6,4	Art. 7º
3003.39.22	Oxitocina	14	11,2	Art. 7º
3003.39.23	Sais de insulina	14	11,2	Art. 7º
3003.39.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.39.31	Hemissuccinato de estradiol	14	11,2	Art. 7º
3003.39.32	Fempropionato de estradiol	14	11,2	Art. 7º
3003.39.33	Estriol ou seu succinato	14	11,2	Art. 7º
3003.39.34	Alilestrenol	14	11,2	Art. 7º
3003.39.35	Linestrenol	14	11,2	Art. 7º
3003.39.37	Desogestrel	14	11,2	Art. 7º
3003.39.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.39.81	Levotiroxina sódica	12	9,6	Art. 7º
3003.39.82	Liotironina sódica	12	9,6	Art. 7º
3003.39.92	Tiratricol (triac) ou seu sal sódico	14	11,2	Art. 7º
3003.39.94	Espironolactona	14	11,2	Art. 7º
3003.39.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.41.00	--Que contenham efedrina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3003.42.00	--Que contenham pseudoefedrina (DCI) ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3003.43.00	--Que contenham norefedrina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3003.49.20	Pilocarpina, seu nitrato ou seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
3003.49.30	Metanossulfonato de di-hidroergocristina	8	6,4	Art. 7º
3003.49.40	Codeína ou seus sais	14	11,2	Art. 7º

3003.49.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.60.00	-Outros, que contenham princípios ativos antimaláricos (antipalúdicos) descritos na Nota de subposições 2 do presente Capítulo	8	6,4	Art. 7º
3003.90.11	Folinato de cálcio (leucovorina)	8	6,4	Art. 7º
3003.90.12	Nicotinamida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.13	Hidroxocobalamina ou seus sais; cianocobalamina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.14	Vitamina A1 (retinol) ou seus derivados, exceto o ácido retinoico (tretinoína)	14	11,2	Art. 7º
3003.90.15	D-Pantotenato de cálcio; vitamina D3 (colecalciferol)	8	6,4	Art. 7º
3003.90.16	Ésteres das vitaminas A e D3, em concentração igual ou superior a 1.500.000 UI/g de vitamina A e igual ou superior a 50.000 UI/g de vitamina D3	8	6,4	Art. 7º
3003.90.17	Ácido retinoico (tretinoína)	8	6,4	Art. 7º
3003.90.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.31	Permetrina; nitrato de propatila; benzoato de benzila; dioctilsulfossuccinato de sódio	14	11,2	Art. 7º
3003.90.32	Ácido cólico; ácido deoxicólico; sal magnésico do ácido deidrocólico	14	11,2	Art. 7º
3003.90.33	Ácido glucônico, seus sais ou seus ésteres	14	11,2	Art. 7º
3003.90.34	Ácido o-acetilsalicílico; o-acetilsalicilato de alumínio; salicilato de metila; diclorvós	14	11,2	Art. 7º
3003.90.35	Lactofosfato de cálcio	14	11,2	Art. 7º
3003.90.36	Ácido láctico, seus sais ou seus ésteres; ácido 4-(4-hidroxifenoxi)-3,5-di-iodofenilacético	14	11,2	Art. 7º
3003.90.37	Ácido fumárico, seus sais ou seus ésteres	14	11,2	Art. 7º
3003.90.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.41	Sulfato de tranilcipromina; dietilpropiona	14	11,2	Art. 7º
3003.90.42	Cloridrato de ketamina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.43	Clembuterol ou seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
3003.90.44	Tamoxifen ou seu citrato	14	11,2	Art. 7º
3003.90.45	Levodopa; alfa-metildopa	14	11,2	Art. 7º
3003.90.46	Cloridrato de fenilefrina; mirtecaína; propranolol ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3003.90.47	Diclofenaco de sódio; diclofenaco de potássio; diclofenaco de dietilamônio	14	11,2	Art. 7º
3003.90.49	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.51	Metoclopramida ou seu cloridrato; closantel	14	11,2	Art. 7º
3003.90.52	Atenolol; prilocaína ou seu cloridrato; talidomida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.53	Lidocaína ou seu cloridrato; flutamida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.54	Femproporex	14	11,2	Art. 7º
3003.90.55	Paracetamol; bromoprida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.56	Amitraz; cipermetrina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.57	Clorexidina ou seus sais; isetionato de pentamidina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.59	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.61	Quercetina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.62	Tiaprida	8	6,4	Art. 7º
3003.90.63	Etidronato dissódico	14	11,2	Art. 7º
3003.90.64	Cloridrato de amiodarona	14	11,2	Art. 7º
3003.90.65	Nitrovin; moxidectina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.67	Carbocisteína; sulfiram	14	11,2	Art. 7º
3003.90.69	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.71	Terfenadina; talniflumato; malato ácido de cleboprida; econazol ou seu nitrato; nitrato de isoconazol; flubendazol; cloridrato de mepivacaína; trimetoprima; cloridrato de bupivacaína	14	11,2	Art. 7º
3003.90.72	Cloridrato de loperamida; fembendazol; ketorolac trometamina; nifedipina; nimodipina; nitrendipina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.73	Albendazol ou seu sulfóxido; mebendazol; 6-mercaptopurina; metilsulfato de amezínio; oxifendazol; praziquantel	14	11,2	Art. 7º
3003.90.74	Alprazolam; bromazepam; clordiazepóxido; cloridrato de petidina; diazepam; droperidol; mazindol; triazolam	14	11,2	Art. 7º
3003.90.75	Benzetimida ou seu cloridrato; fenitoína ou seu sal sódico; isoniazida; pirazinamida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.76	Ácido 2-(2-metil-3-cloroanilina)nicotínico ou seu sal de lisina; metronidazol ou seus sais; azatioprina; nitrato de miconazol	14	11,2	Art. 7º
3003.90.77	Enrofloxacina; maleato de enalapril; maleato de pirilamina; nicarbazina; norfloxacina; sais de piperazina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.79	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.81	Levamisol ou seus sais; tetramisol	8	6,4	Art. 7º
3003.90.82	Sulfadiazina ou seu sal sódico; sulfametoxazol	14	11,2	Art. 7º
3003.90.83	Cloxazolam; ketazolam; piroxicam; tenoxicam	14	11,2	Art. 7º
3003.90.84	Ftalilsulfatiazol; inosina	14	11,2	Art. 7º
3003.90.85	Enantato de flufenazina; prometazina; gliburida; rutosídio; deslanosídio	14	11,2	Art. 7º
3003.90.86	Clortalidona; furosemida	14	11,2	Art. 7º
3003.90.87	Cloridrato de tizanidina; cetoconazol; furazolidona	14	11,2	Art. 7º
3003.90.89	Outros	8	6,4	Art. 7º
3003.90.91	Extrato de pólen	8	6,4	Art. 7º
3003.90.92	Crisarobina; disofenol	14	11,2	Art. 7º
3003.90.93	Diclofenaco resinato	14	11,2	Art. 7º
3003.90.94	Silimarina	8	6,4	Art. 7º
3003.90.96	Complexo de ferro dextrana	14	11,2	Art. 7º
3003.90.97	Sevoflurano	14	11,2	Art. 7º
3003.90.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.10.11	Ampicilina ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3004.10.12	Amoxicilina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3004.10.13	Penicilina G benzatínica	14	11,2	Art. 7º
3004.10.14	Penicilina G potássica	14	11,2	Art. 7º
3004.10.15	Penicilina G procaínica	14	11,2	Art. 7º
3004.10.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.10.20	Que contenham estreptomicinas ou seus derivados	8	6,4	Art. 7º
3004.20.11	Cloranfenicol, seu palmitato, seu succinato ou seu hemissuccinato	8	6,4	Art. 7º
3004.20.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.21	Eritromicina ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3004.20.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.31	Rifamicina SV sódica	8	6,4	Art. 7º
3004.20.32	Rifampicina	8	6,4	Art. 7º
3004.20.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.41	Cloridrato de lincomicina	14	11,2	Art. 7º
3004.20.49	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.51	Cefalotina sódica	14	11,2	Art. 7º
3004.20.52	Cefaclor ou cefalexina monoidratados	14	11,2	Art. 7º
3004.20.59	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.61	Sulfato de gentamicina	14	11,2	Art. 7º
3004.20.69	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.71	Vancomicina	8	6,4	Art. 7º
3004.20.79	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.20.92	Fumarato de tiamulina	8	6,4	Art. 7º
3004.20.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.31.00	--Que contenham insulina	14	11,2	Art. 7º
3004.32.10	Hormônios corticosteroides	14	11,2	Art. 7º
3004.32.20	Espironolactona	14	11,2	Art. 7º
3004.32.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.39.12	Gonadotropina coriônica (hCG)	14	11,2	Art. 7º
3004.39.13	Menotropinas	14	11,2	Art. 7º
3004.39.14	Corticotropina (ACTH)	8	6,4	Art. 7º
3004.39.15	Gonadotropina sérica (PMSG)	8	6,4	Art. 7º
3004.39.22	Oxitocina	14	11,2	Art. 7º
3004.39.23	Sais de insulina	14	11,2	Art. 7º
3004.39.25	Calcitonina	8	6,4	Art. 7º
3004.39.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.39.31	Hemissuccinato de estradiol	14	11,2	Art. 7º
3004.39.32	Fempropionato de estradiol	14	11,2	Art. 7º
3004.39.33	Estriol ou seu succinato	14	11,2	Art. 7º

3004.39.34	Alilestrenol	14	11,2	Art. 7º
3004.39.35	Linestrenol	14	11,2	Art. 7º
3004.39.37	Desogestrel	14	11,2	Art. 7º
3004.39.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.39.81	Levotiroxina sódica	12	9,6	Art. 7º
3004.39.82	Liotironina sódica	12	9,6	Art. 7º
3004.39.92	Tiratricol (triac) ou seu sal sódico	14	11,2	Art. 7º
3004.39.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.41.00	--Que contenham efedrina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3004.42.00	--Que contenham pseudoefedrina (DCI) ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3004.43.00	--Que contenham norefedrina ou seus sais	8	6,4	Art. 7º
3004.49.20	Pilocarpina, seu nitrato ou seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
3004.49.30	Metanossulfonato de di-hidroergocristina	8	6,4	Art. 7º
3004.49.40	Codeína ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3004.49.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.50.10	Folinato de cálcio (leucovorina)	8	6,4	Art. 7º
3004.50.20	Nicotinamida	14	11,2	Art. 7º
3004.50.30	Hidroxocobalamina ou seus sais; cianocobalamina	14	11,2	Art. 7º
3004.50.40	Vitamina A1 (retinol) ou seus derivados, exceto o ácido retinoico (tretinoína)	14	11,2	Art. 7º
3004.50.50	D-Pantotenato de cálcio; vitamina D3 (colecalciferol)	8	6,4	Art. 7º
3004.50.60	Ácido retinoico (tretinoína)	8	6,4	Art. 7º
3004.50.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.60.00	-Outros, que contenham princípios ativos antimaláricos (antipalúdicos) descritos na Nota de subposições 2 do presente Capítulo	8	6,4	Art. 7º
3004.90.19	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.21	Permetrina; nitrato de propatila; benzoato de benzila; dioctilsulfossuccinato de sódio	14	11,2	Art. 7º
3004.90.22	Ácido cólico; ácido deoxicólico; sal magnésico do ácido deidrocólico	14	11,2	Art. 7º
3004.90.23	Ácido glucônico, seus sais ou seus ésteres	14	11,2	Art. 7º
3004.90.24	Ácido o-acetilsalicílico; o-acetilsalicilato de alumínio; salicilato de metila; diclorvós	14	11,2	Art. 7º
3004.90.25	Lactofosfato de cálcio	14	11,2	Art. 7º
3004.90.26	Ácido láctico, seus sais ou seus ésteres; ácido 4-(4-hidroxifenoxi)-3,5-di-iodofenilacético; ácido fumárico, seus sais ou seus ésteres	14	11,2	Art. 7º
3004.90.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.31	Sulfato de tranilcipromina; dietilpropiona	14	11,2	Art. 7º
3004.90.32	Cloridrato de ketamina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.33	Clembuterol ou seu cloridrato	14	11,2	Art. 7º
3004.90.34	Tamoxifen ou seu citrato	14	11,2	Art. 7º
3004.90.35	Levodopa; alfa-metildopa	14	11,2	Art. 7º
3004.90.36	Cloridrato de fenilefrina; mirtecaína; propranolol ou seus sais	14	11,2	Art. 7º
3004.90.37	Diclofenaco de sódio; diclofenaco de potássio; diclofenaco de dietilamônio	14	11,2	Art. 7º
3004.90.39	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.41	Metoclopramida ou seu cloridrato; closantel	14	11,2	Art. 7º
3004.90.42	Atenolol; prilocaína ou seu cloridrato; talidomida	14	11,2	Art. 7º
3004.90.43	Lidocaína ou seu cloridrato; flutamida	14	11,2	Art. 7º
3004.90.44	Femproporex	14	11,2	Art. 7º
3004.90.45	Paracetamol; bromoprida	14	11,2	Art. 7º
3004.90.46	Amitraz; cipermetrina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.47	Clorexidina ou seus sais; isetionato de pentamidina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.49	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.51	Quercetina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.52	Tiaprida	8	6,4	Art. 7º
3004.90.53	Etidronato dissódico	14	11,2	Art. 7º
3004.90.54	Cloridrato de amiodarona	14	11,2	Art. 7º
3004.90.55	Nitrovin; moxidectina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.57	Carbocisteína; sulfiram	14	11,2	Art. 7º
3004.90.59	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.61	Terfenadina; talniflumato; malato ácido de cleboprida; econazol ou seu nitrato; nitrato de isoconazol; flubendazol; cloridrato de mepivacaína; trimetoprima; cloridrato de bupivacaína	14	11,2	Art. 7º
3004.90.62	Cloridrato de loperamida; fembendazol; ketorolac trometamina; nifedipina nimodipina; nitrendipina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.63	Albendazol ou seu sulfóxido; mebendazol; 6-mercaptopurina; metilsulfato de amezínio; oxifendazol; praziquantel	14	11,2	Art. 7º
3004.90.64	Alprazolam; bromazepam; clordiazepóxido; cloridrato de petidina; diazepam; droperidol; mazindol; triazolam	14	11,2	Art. 7º
3004.90.65	Benzetimida ou seu cloridrato; fenitoína ou seu sal sódico; isoniazida; pirazinamida	14	11,2	Art. 7º
3004.90.66	Ácido 2-(2-metil-3-cloroanilina)nicotínico ou seu sal de lisina; metronidazol ou seus sais; azatioprina; nitrato de miconazol	14	11,2	Art. 7º
3004.90.67	Enrofloxacina; maleato de enalapril; maleato de pirilamina; nicarbazina; norfloxacina; sais de piperazina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.69	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.71	Levamisol ou seus sais; tetramisol	8	6,4	Art. 7º
3004.90.72	Sulfadiazina ou seu sal sódico; sulfametoxazol	14	11,2	Art. 7º
3004.90.73	Cloxazolam; ketazolam; piroxicam; tenoxicam	14	11,2	Art. 7º
3004.90.74	Ftalilsulfatiazol; inosina	14	11,2	Art. 7º
3004.90.75	Enantato de flufenazina; prometazina; gliburida; rutosídio; deslanosídio	14	11,2	Art. 7º
3004.90.76	Clortalidona; furosemida	14	11,2	Art. 7º
3004.90.77	Cloridrato de tizanidina; cetoconazol; furazolidona	14	11,2	Art. 7º
3004.90.79	Outros	8	6,4	Art. 7º
3004.90.91	Extrato de pólen	8	6,4	Art. 7º
3004.90.92	Crisarobina; disofenol	14	11,2	Art. 7º
3004.90.93	Diclofenaco resinato	14	11,2	Art. 7º
3004.90.94	Silimarina	8	6,4	Art. 7º
3004.90.96	Complexo de ferro dextrana	14	11,2	Art. 7º
3004.90.97	Sevoflurano	14	11,2	Art. 7º
3004.90.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3005.10.10	Impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas	12	9,6	Art. 7º
3005.10.20	Curativos (pensos) cirúrgicos que permitem a observação direta de feridas	12	9,6	Art. 7º
3005.10.30	Curativos (pensos) impermeáveis aplicáveis sobre mucosas	12	9,6	Art. 7º
3005.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3005.90.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
3005.90.20	Campos cirúrgicos, de falso tecido (tecido não tecido)	12	9,6	Art. 7º
3005.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3006.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3006.30.19	Outras	12	9,6	Art. 7º
3006.30.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
3006.40.11	Cimentos	12	9,6	Art. 7º
3006.50.00	-Estojos e caixas de primeiros socorros, guarnecidos	14	11,2	Art. 7º
3006.60.00	-Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios, de outros produtos da posição 29.37 ou de espermicidas	12	9,6	Art. 7º
3006.70.00	-Preparações apresentadas sob a forma de gel concebidas para uso em medicina humana ou veterinária como lubrificante para determinadas partes do corpo em intervenções cirúrgicas ou exames médicos ou como meio de ligação entre o corpo e os instrumentos médicos	14	11,2	Art. 7º
3006.91.10	Bolsas para colostomia, ileostomia e urostomia	6	4,8	Art. 7º
3006.91.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3006.92.00	--Resíduos farmacêuticos	14	11,2	Art. 7º
3006.93.00	--Placebos e estojos para ensaios clínicos cegos (ou duplo-cegos) destinados a um ensaio clínico reconhecido, apresentados em doses	8	6,4	Art. 7º
3101.00.00	Adubos (fertilizantes) de origem animal ou vegetal, mesmo misturados entre si ou tratados quimicamente; adubos (fertilizantes) resultantes da mistura ou do tratamento químico de produtos de origem animal ou vegetal.	4	3,2	Art. 7º
3102.10.10	Que contenha, em peso, mais de 45 % de nitrogênio (azoto), calculado sobre o produto anidro no estado seco	6	4,8	Art. 7º
3102.10.90	Outra	6	4,8	Art. 7º
3102.21.00	--Sulfato de amônio	4	3,2	Art. 7º
3102.80.00	-Misturas de ureia com nitrato de amônio em soluções aquosas ou amoniacais	4	3,2	Art. 7º
3103.11.00	--Que contenham, em peso, 35 % ou mais de pentóxido de difósforo (P2O5)	6	4,8	Art. 7º
3103.19.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
3104.90.10	Sulfato duplo de potássio e magnésio, que contenha, em peso, 30 % ou mais de óxido de potássio (K2O)	6	4,8	Art. 7º

3105.10.00	-Produtos do presente Capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes, ou ainda em embalagens de peso bruto não superior a 10 kg	6	4,8	Art. 7º
3105.20.00	-Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham os três elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio	6	4,8	Art. 7º
3105.30.00	-Hidrogeno-ortofosfato de diamônio (fosfato de diamônio ou diamoniacal)	6	4,8	Art. 7º
3105.40.00	-Di-hidrogeno-ortofosfato de amônio (fosfato de monoamônio ou monoamoniacal), mesmo misturado com hidrogeno-ortofosfato de diamônio (fosfato de diamônio ou diamoniacal)	6	4,8	Art. 7º
3105.51.00	--Que contenham nitratos e fosfatos	4	3,2	Art. 7º
3105.59.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
3105.60.00	-Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham os dois elementos fertilizantes: fósforo e potássio	4	3,2	Art. 7º
3105.90.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
3201.10.00	-Extrato de quebracho	10	8	Art. 7º
3201.20.00	-Extrato de mimosa	10	8	Art. 7º
3201.90.12	De carvalho ou de castanheiro	10	8	Art. 7º
3201.90.19	Outros	10	8	Art. 7º
3201.90.20	Taninos	10	8	Art. 7º
3201.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
3202.10.00	-Produtos tanantes orgânicos sintéticos	10	8	Art. 7º
3202.90.11	À base de sais de cromo	10	8	Art. 7º
3202.90.19	Outros	10	8	Art. 7º
3202.90.21	À base de compostos de cromo	10	8	Art. 7º
3202.90.29	Outros	10	8	Art. 7º
3202.90.30	Preparações enzimáticas para a pré-curtimenta	10	8	Art. 7º
3203.00.19	Outras	10	8	Art. 7º
3203.00.21	Carmim de cochonilha	10	8	Art. 7º
3203.00.29	Outras	10	8	Art. 7º
3203.00.30	Preparações indicadas na Nota 3 do presente Capítulo, à base de matérias corantes de origem vegetal ou animal	10	8	Art. 7º
3204.11.00	--Corantes dispersos e preparações à base desses corantes	12	9,6	Art. 7º
3204.12.10	Corantes ácidos, mesmo metalizados, e preparações à base desses corantes	14	11,2	Art. 7º
3204.12.20	Corantes mordentes e preparações à base desses corantes	12	9,6	Art. 7º
3204.13.00	--Corantes básicos e preparações à base desses corantes	14	11,2	Art. 7º
3204.14.00	--Corantes diretos e preparações à base desses corantes	14	11,2	Art. 7º
3204.15.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3204.16.00	--Corantes reagentes e preparações à base desses corantes	14	11,2	Art. 7º
3204.17.00	--Pigmentos e preparações à base desses pigmentos	14	11,2	Art. 7º
3204.18.30	Outras preparações próprias para colorir alimentos	12	9,6	Art. 7º
3204.18.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3204.19.20	Corantes solúveis em solventes (corantes solventes)	14	11,2	Art. 7º
3204.19.30	Corantes azoicos	14	11,2	Art. 7º
3204.19.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3204.20.11	Derivados do ácido 4,4-bis-(1,3,5)triazinil-6-aminoestilbeno-2,2-dissulfônico	14	11,2	Art. 7º
3204.20.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3204.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3204.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3205.00.00	Lacas corantes; preparações indicadas na Nota 3 do presente Capítulo, à base de lacas corantes.	12	9,6	Art. 7º
3206.11.10	Pigmentos tipo rutilo	12	9,6	Art. 7º
3206.11.20	Outros pigmentos	12	9,6	Art. 7º
3206.11.30	Preparações	12	9,6	Art. 7º
3206.19.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3206.20.00	-Pigmentos e preparações à base de compostos de cromo	12	9,6	Art. 7º
3206.42.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3206.49.10	Pigmentos e preparações à base de compostos de cádmio	12	9,6	Art. 7º
3206.49.20	Pigmentos e preparações à base de hexacianoferratos (ferrocianetos e ferricianetos)	12	9,6	Art. 7º
3206.49.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
3206.50.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
3207.10.10	À base de zircônio ou seus sais	12	9,6	Art. 7º
3207.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3207.20.10	Engobos	12	9,6	Art. 7º
3207.20.99	Outras	12	9,6	Art. 7º
3207.30.00	-Polimentos (Esmaltes metálicos*) líquidos e preparações semelhantes	12	9,6	Art. 7º
3207.40.10	Fritas de vidro	12	9,6	Art. 7º
3207.40.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3208.10.10	Tintas	14	11,2	Art. 7º
3208.10.20	Vernizes	14	11,2	Art. 7º
3208.10.30	Soluções definidas na Nota 4 do presente Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3208.20.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3208.20.20	Vernizes	14	11,2	Art. 7º
3208.20.30	Soluções definidas na Nota 4 do presente Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3208.90.10	Tintas	14	11,2	Art. 7º
3208.90.21	À base de derivados de celulose	14	11,2	Art. 7º
3208.90.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3208.90.31	De silicones	14	11,2	Art. 7º
3208.90.39	Outras	14	11,2	Art. 7º
3209.10.10	Tintas	14	11,2	Art. 7º
3209.10.20	Vernizes	14	11,2	Art. 7º
3209.90.11	À base de politetrafluoretileno	14	11,2	Art. 7º
3209.90.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3209.90.20	Vernizes	14	11,2	Art. 7º
3210.00.10	Tintas	14	11,2	Art. 7º
3210.00.20	Vernizes	14	11,2	Art. 7º
3210.00.30	Pigmentos a água preparados, do tipo utilizado para acabamento de couros	14	11,2	Art. 7º
3211.00.00	Secantes preparados.	14	11,2	Art. 7º
3212.10.00	-Folhas para marcar a ferro	14	11,2	Art. 7º
3212.90.10	Alumínio em pó ou em lamelas, empastado com solvente do tipo hidrocarbonetos, com um teor de alumínio igual ou superior a 60 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3212.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3213.10.00	-Cores em sortidos	14	11,2	Art. 7º
3213.90.00	-Outras	14	11,2	Art. 7º
3214.10.10	Mástique de vidraceiro, cimentos de resina e outras mástiques	14	11,2	Art. 7º
3214.10.20	Indutos utilizados em pintura	14	11,2	Art. 7º
3214.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3215.11.00	--Pretas	14	11,2	Art. 7º

3215.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3215.90.00	-Outras	14	11,2	Art. 7º
3301.12.10	De petit grain	14	11,2	Art. 7º
3301.12.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3301.13.00	--De limão	14	11,2	Art. 7º
3301.19.10	De lima	14	11,2	Art. 7º
3301.19.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3301.24.00	--De hortelã-pimenta (Mentha piperita)	14	11,2	Art. 7º
3301.25.10	De menta japonesa (Mentha arvensis)	12	9,6	Art. 7º
3301.29.11	De citronela	14	11,2	Art. 7º
3301.29.13	De pau-santo (Bulnesia sarmientoi)	14	11,2	Art. 7º
3301.29.14	De lemongrass	14	11,2	Art. 7º
3301.29.15	De pau-rosa	14	11,2	Art. 7º
3301.29.16	De palma rosa	14	11,2	Art. 7º
3301.29.17	De coriandro	14	11,2	Art. 7º
3301.29.18	De cabreúva	14	11,2	Art. 7º
3301.29.19	De eucalipto	12	9,6	Art. 7º
3301.29.22	De vetiver	14	11,2	Art. 7º
3301.90.10	Soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em ceras ou em matérias análogas, obtidas por tratamento de flores através de substâncias gordas ou por maceração	14	11,2	Art. 7º
3301.90.20	Subprodutos terpênicos residuais da desterpenação dos óleos essenciais	14	11,2	Art. 7º
3301.90.30	Águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais	14	11,2	Art. 7º
3301.90.40	Oleorresinas de extração	8	6,4	Art. 7º
3302.10.00	-Do tipo utilizado para as indústrias alimentares ou de bebidas	14	11,2	Art. 7º
3302.90.11	Vetiverol	14	11,2	Art. 7º
3302.90.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3302.90.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3303.00.10	Perfumes (extratos)	18	14,4	Art. 7º
3303.00.20	Águas-de-colônia	18	14,4	Art. 7º
3304.10.00	-Produtos de maquiagem para os lábios	18	14,4	Art. 7º
3304.20.10	Sombra, delineador, lápis para sobrancelhas e rímel	18	14,4	Art. 7º
3304.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3304.30.00	-Preparações para manicuros e pedicuros	18	14,4	Art. 7º
3304.91.00	--Pós, incluindo os compactos	18	14,4	Art. 7º
3304.99.10	Cremes de beleza e cremes nutritivos; loções tônicas	18	14,4	Art. 7º
3304.99.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3305.10.00	-Xampus	18	14,4	Art. 7º
3305.20.00	-Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes	18	14,4	Art. 7º
3305.30.00	-Laquês (Lacas*) para o cabelo	18	14,4	Art. 7º
3305.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
3306.10.00	-Dentifrícios (dentífricos)	18	14,4	Art. 7º
3306.20.00	-Fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais)	16	12,8	Art. 7º
3306.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
3307.10.00	-Preparações para barbear (antes, durante ou após)	18	14,4	Art. 7º
3307.20.10	Líquidos	18	14,4	Art. 7º
3307.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3307.30.00	-Sais perfumados e outras preparações para banhos	18	14,4	Art. 7º
3307.41.00	--Agarbate e outras preparações odoríferas que atuem por combustão	18	14,4	Art. 7º
3307.49.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
3307.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
3401.11.10	Sabões medicinais	18	14,4	Art. 7º
3401.11.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3401.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
3401.20.10	De toucador	18	14,4	Art. 7º
3401.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3401.30.00	-Produtos e preparações orgânicos tensoativos para lavagem da pele, sob a forma de líquido ou de creme, acondicionados para venda a retalho, mesmo que contenham sabão	18	14,4	Art. 7º
3402.31.00	--Ácidos sulfônicos de alquilbenzenos lineares e seus sais	14	11,2	Art. 7º
3402.39.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3402.41.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3402.42.00	--Não iônicos	14	11,2	Art. 7º
3402.49.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3402.50.00	-Preparações acondicionadas para venda a retalho	18	14,4	Art. 7º
3402.90.11	Que contenham exclusivamente produtos não iônicos	14	11,2	Art. 7º
3402.90.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3402.90.29	Outras	18	14,4	Art. 7º
3402.90.31	À base de nonilfenol etoxilado	18	14,4	Art. 7º
3402.90.39	Outras	18	14,4	Art. 7º
3402.90.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
3403.11.10	Para o tratamento de matérias têxteis	14	11,2	Art. 7º
3403.11.20	Para o tratamento de couros e peles	14	11,2	Art. 7º
3403.11.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3403.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3403.91.10	Para o tratamento de matérias têxteis	14	11,2	Art. 7º
3403.91.20	Para o tratamento de couros e peles	14	11,2	Art. 7º
3403.91.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3403.99.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3404.20.10	Ceras artificiais	14	11,2	Art. 7º
3404.20.20	Ceras preparadas	14	11,2	Art. 7º
3404.90.11	De polietileno, emulsionáveis	14	11,2	Art. 7º
3404.90.12	Outras, de polietileno	14	11,2	Art. 7º
3404.90.13	De polipropilenoglicóis	14	11,2	Art. 7º
3404.90.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3404.90.29	Outras	14	11,2	Art. 7º
3405.10.00	-Pomadas, cremes e preparações semelhantes, para calçado ou para couros	16	12,8	Art. 7º
3405.20.00	-Encáusticas e preparações semelhantes, para conservação e limpeza de móveis de madeira, soalhos e de outros artigos de madeira	16	12,8	Art. 7º
3405.30.00	-Preparações para dar brilho a pinturas de carroçarias e produtos semelhantes, exceto preparações para dar brilho a metais	16	12,8	Art. 7º
3405.40.00	-Pastas, pós e outras preparações para arear	16	12,8	Art. 7º
3405.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
3406.00.00	Velas, pavios, círios e artigos semelhantes.	16	12,8	Art. 7º
3407.00.10	Massas ou pastas para modelar	16	12,8	Art. 7º
3407.00.20	"Ceras para odontologia"	16	12,8	Art. 7º
3407.00.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3501.10.00	-Caseínas	14	11,2	Art. 7º
3501.90.11	Caseinato de sódio	14	11,2	Art. 7º
3501.90.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3501.90.20	Colas de caseína	14	11,2	Art. 7º
3502.11.00	--Seca	14	11,2	Art. 7º
3502.19.00	--Outra	14	11,2	Art. 7º
3502.20.00	-Lactalbumina, incluindo os concentrados de duas ou mais proteínas de soro de leite	14	11,2	Art. 7º
3502.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3503.00.12	De osseína, com grau de pureza inferior a 99,98 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3503.00.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3503.00.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3504.00.11	Peptonas e peptonatos	14	11,2	Art. 7º
3504.00.19	Outros	14	11,2	Art. 7º

3504.00.20	Proteínas de soja em pó, com um teor de proteínas igual ou superior a 90 %, em peso, em base seca	14	11,2	Art. 7º
3504.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3505.10.00	-Dextrina e outros amidos e féculas modificados	14	11,2	Art. 7º
3505.20.00	-Colas	14	11,2	Art. 7º
3506.10.10	À base de cianoacrilatos	16	12,8	Art. 7º
3506.10.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
3506.91.10	À base de borracha	16	12,8	Art. 7º
3506.91.20	À base de polímeros das posições 39.01 a 39.13, dispersos ou para dispersar em meio aquoso	16	12,8	Art. 7º
3506.91.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
3506.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
3507.10.00	-Coalho e seus concentrados	14	11,2	Art. 7º
3507.90.11	Alfa-amilase (Aspergillus oryzae)	14	11,2	Art. 7º
3507.90.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3507.90.21	Fibrinucleases	14	11,2	Art. 7º
3507.90.23	Estreptoquinase	14	11,2	Art. 7º
3507.90.24	Estreptodornase	14	11,2	Art. 7º
3507.90.25	Mistura de estreptoquinase e estreptodornase	14	11,2	Art. 7º
3507.90.26	Papaína	14	11,2	Art. 7º
3507.90.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3507.90.39	Outros	14	11,2	Art. 7º
3507.90.41	À base de celulases	14	11,2	Art. 7º
3507.90.49	Outras	14	11,2	Art. 7º
3601.00.00	Pólvoras propulsivas.	12	9,6	Art. 7º
3602.00.00	Explosivos preparados, exceto pólvoras propulsivas.	12	9,6	Art. 7º
3603.10.00	-Estopins e rastilhos, de segurança	12	9,6	Art. 7º
3603.20.00	-Cordéis (cordões) detonantes	12	9,6	Art. 7º
3603.30.00	-Escorvas fulminantes	12	9,6	Art. 7º
3603.40.00	-Cápsulas fulminantes	12	9,6	Art. 7º
3603.50.00	-Inflamadores	12	9,6	Art. 7º
3603.60.00	-Detonadores elétricos	12	9,6	Art. 7º
3604.10.00	-Fogos de artifício	14	11,2	Art. 7º
3604.90.10	Foguetes e cartuchos contra o granizo e semelhantes	4	3,2	Art. 7º
3604.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3605.00.00	Fósforos, exceto os artigos de pirotecnia da posição 36.04.	14	11,2	Art. 7º
3606.10.00	-Combustíveis líquidos e combustíveis gasosos liquefeitos, em recipientes do tipo utilizado para carregar ou recarregar isqueiros ou acendedores, com capacidade não superior a 300 cm3	14	11,2	Art. 7º
3606.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3701.10.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3701.30.21	De alumínio	14	11,2	Art. 7º
3701.30.29	Outras	14	11,2	Art. 7º
3701.30.31	De alumínio	14	11,2	Art. 7º
3701.30.39	Outras	14	11,2	Art. 7º
3701.30.40	Filmes para as artes gráficas	14	11,2	Art. 7º
3701.30.50	Filmes heliográficos, de poliéster	14	11,2	Art. 7º
3701.30.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3701.99.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.10.10	Sensibilizados em uma face	14	11,2	Art. 7º
3702.39.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.42.10	Para as artes gráficas	14	11,2	Art. 7º
3702.43.10	Para as artes gráficas	14	11,2	Art. 7º
3702.43.20	Heliográficos, de poliéster	14	11,2	Art. 7º
3702.44.21	Para as artes gráficas	14	11,2	Art. 7º
3702.44.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.54.12	De 12 exposições (0,5 m de comprimento), de 24 exposições (1,0 m de comprimento) ou de 36 exposições (1,5 m de comprimento)	10	8	Art. 7º
3702.54.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.54.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.55.10	De largura igual a 35 mm	10	8	Art. 7º
3702.55.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3702.98.00	--De largura superior a 35 mm	14	11,2	Art. 7º
3703.10.10	Para fotografia a cores (policromo)	14	11,2	Art. 7º
3703.10.21	Papel heliográfico	14	11,2	Art. 7º
3703.10.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3703.90.10	Papel para fotocomposição	14	11,2	Art. 7º
3703.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3704.00.00	Chapas, filmes, papéis, cartões e têxteis, fotográficos, impressionados, mas não revelados.	14	11,2	Art. 7º
3705.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3706.10.00	-De largura igual ou superior a 35 mm	14	11,2	Art. 7º
3706.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3707.10.00	-Emulsões para sensibilização	14	11,2	Art. 7º
3707.90.10	Fixadores	14	11,2	Art. 7º
3707.90.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3707.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3801.20.10	Suspensão semicoloidal em óleos minerais	10	8	Art. 7º
3801.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
3801.20.10	Suspensão semicoloidal em óleos minerais	10	8	Art. 7º
3801.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
3801.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
3802.10.00	-Carvões ativados	12	9,6	Art. 7º
3802.90.10	Farinhas siliciosas fósseis	12	9,6	Art. 7º
3802.90.20	Bentonita	12	9,6	Art. 7º
3802.90.40	Outras argilas e terras	12	9,6	Art. 7º
3802.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3803.00.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
3804.00.11	Ao sulfito	10	8	Art. 7º
3804.00.12	À soda ou ao sulfato	10	8	Art. 7º
3804.00.20	Lignossulfonatos	10	8	Art. 7º
3805.10.00	-Essências de terebintina, de pinheiro ou provenientes da fabricação da pasta de papel ao sulfato	14	11,2	Art. 7º
3805.90.10	Óleo de pinho	14	11,2	Art. 7º
3805.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3806.10.00	-Colofônias e ácidos resínicos	12	9,6	Art. 7º
3806.20.00	-Sais de colofônias, de ácidos resínicos ou de derivados de colofônias ou de ácidos resínicos, exceto os sais de aductos de colofônias	14	11,2	Art. 7º
3806.30.00	-Gomas ésteres	14	11,2	Art. 7º
3806.90.11	Colofônias oxidadas, hidrogenadas, desidrogenadas, polimerizadas ou modificadas com ácidos fumárico ou maleico ou com anidrido maleico	14	11,2	Art. 7º
3806.90.12	Abietatos de metila ou de benzila; hidroabietato de metila	14	11,2	Art. 7º
3806.90.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3806.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3807.00.00	Alcatrões de madeira; óleos de alcatrão de madeira; creosoto de madeira; metileno; breu (pez) vegetal; breu (pez) para a indústria da cerveja e preparações semelhantes à base de colofônias, de ácidos resínicos ou de breu (pez) vegetal.	14	11,2	Art. 7º
3808.52.00	--DDT (ISO) (clofenotano (DCI)), acondicionado em embalagens com um conteúdo de peso líquido não superior a 300 g	14	11,2	Art. 7º
3808.59.10	Apresentadas em formas ou embalagens exclusivamente para uso direto em aplicações domissanitárias	14	11,2	Art. 7º
3808.59.21	À base de metamidofós (ISO) ou de monocrotofós (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.59.22	À base de endossulfan (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.59.23	À base de alaclor (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.59.24	À base de 1,2,3,4,5,6-hexaclorocicloexano (HCH (ISO)), incluindo o lindano (ISO, DCI)	8	6,4	Art. 7º
3808.59.25	À base de triclorfom (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.59.26	À base de N-etilperfluoroctano sulfonamida	12	9,6	Art. 7º
3808.59.29	Outras	8	6,4	Art. 7º
3808.61.00	--Acondicionadas em embalagens com um conteúdo de peso líquido não superior a 300 g	14	11,2	Art. 7º

3808.62.10	À base de alfa-cipermetrina (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.62.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
3808.69.10	À base de alfa-cipermetrina (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3808.69.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
3808.91.11	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.91.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.91.20	Apresentados de outro modo, que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.91.91	À base de acefato ou de Bacillus thuringiensis	14	11,2	Art. 7º
3808.91.92	À base de cipermetrinas ou de permetrina	14	11,2	Art. 7º
3808.91.93	À base de dicrotofós	14	11,2	Art. 7º
3808.91.94	À base de dissulfoton	14	11,2	Art. 7º
3808.91.95	À base de fosfeto de alumínio	14	11,2	Art. 7º
3808.91.96	À base de diclorvós	14	11,2	Art. 7º
3808.91.97	À base de óleo mineral ou de tiometon	14	11,2	Art. 7º
3808.91.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.92.11	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.92.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.92.20	Apresentados de outro modo, que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.92.91	À base de hidróxido de cobre, de oxicloreto de cobre ou de óxido cuproso	14	11,2	Art. 7º
3808.92.92	À base de enxofre ou de ziram	14	11,2	Art. 7º
3808.92.93	À base de mancozeb ou de maneb	14	11,2	Art. 7º
3808.92.94	À base de sulfiram	14	11,2	Art. 7º
3808.92.95	À base de compostos de arsênio, cobre ou cromo, exceto os produtos do subitem 3808.92.91	14	11,2	Art. 7º
3808.92.96	À base de thiram	14	11,2	Art. 7º
3808.92.97	À base de propiconazol	12	9,6	Art. 7º
3808.92.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.93.11	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.93.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.93.21	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.93.22	Outros, à base de ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), de ácido 4-(2,4-diclorofenoxi)butírico (2,4-DB), de ácido (4-cloro-2-metil)fenoxiacético (MCPA) ou de derivados de 2,4-D ou 2,4-DB	14	11,2	Art. 7º
3808.93.23	Outros, à base de atrazina ou de diuron	14	11,2	Art. 7º
3808.93.24	Outros, à base de glifosato ou seus sais, de imazaquim ou de lactofen	14	11,2	Art. 7º
3808.93.25	Outros, à base de dicloreto de paraquate, de propanil ou de simazina	14	11,2	Art. 7º
3808.93.26	Outros, à base de trifluralina	14	11,2	Art. 7º
3808.93.27	Outros, à base de imazetapir	12	9,6	Art. 7º
3808.93.28	Outros, à base de ametrina ou de hexazinona	8	6,4	Art. 7º
3808.93.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.93.31	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.93.32	Outros, apresentados em formas ou embalagens exclusivamente para uso direto em aplicações domissanitárias	14	11,2	Art. 7º
3808.93.33	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.93.41	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.93.49	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.93.51	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.93.52	Outros, à base de hidrazida maleica	14	11,2	Art. 7º
3808.93.59	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.94.11	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.94.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.94.21	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.94.22	Outros, à base de 2-(tiocianometiltio) benzotiazol	14	11,2	Art. 7º
3808.94.29	Outros	8	6,4	Art. 7º
3808.99.11	Que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.99.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3808.99.20	Apresentados de outro modo, que contenham bromometano (brometo de metila) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3808.99.91	Acaricidas à base de amitraz, de clorfenvinfós ou de propargite	14	11,2	Art. 7º
3808.99.92	Acaricidas à base de ciexatin ou de óxido de fembutatina	14	11,2	Art. 7º
3808.99.93	Outros acaricidas	8	6,4	Art. 7º
3808.99.94	Nematicidas à base de metam sódio	14	11,2	Art. 7º
3808.99.95	Outros nematicidas	8	6,4	Art. 7º
3808.99.96	Raticidas	8	6,4	Art. 7º
3808.99.99	Outros	8	6,4	Art. 7º
3809.10.10	Do tipo utilizado na indústria têxtil	14	11,2	Art. 7º
3809.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.91.10	Aprestos preparados	14	11,2	Art. 7º
3809.91.20	Preparações mordentes	14	11,2	Art. 7º
3809.91.30	Produtos ignífugos	14	11,2	Art. 7º
3809.91.41	À base de parafina ou de derivados de ácidos graxos (gordos)	14	11,2	Art. 7º
3809.91.49	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.91.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.92.11	À base de parafina ou de derivados de ácidos graxos (gordos)	14	11,2	Art. 7º
3809.92.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.92.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.93.11	À base de parafina ou de derivados de ácidos graxos (gordos)	14	11,2	Art. 7º
3809.93.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3809.93.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3810.10.10	Preparações para decapagem de metais	14	11,2	Art. 7º
3810.10.20	Pastas e pós para soldar	14	11,2	Art. 7º
3810.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3811.21.10	Melhoradores do índice de viscosidade	14	11,2	Art. 7º
3811.21.20	Antidesgastes, anticorrosivos ou antioxidantes, que contenham dialquilditiofosfato de zinco ou diarilditiofosfato de zinco	14	11,2	Art. 7º
3811.21.30	Dispersantes sem cinzas	14	11,2	Art. 7º
3811.21.40	Detergentes metálicos	14	11,2	Art. 7º
3811.21.50	Outras preparações que contenham, pelo menos, um de quaisquer dos produtos compreendidos nos itens 3811.21.10, 3811.21.20, 3811.21.30 e 3811.21.40	14	11,2	Art. 7º
3811.29.10	Dispersantes sem cinzas	14	11,2	Art. 7º
3811.29.20	Detergentes metálicos	14	11,2	Art. 7º
3811.29.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3811.90.10	Dispersantes sem cinzas, para óleos de petróleo combustíveis	14	11,2	Art. 7º
3812.10.00	-Preparações denominadas "aceleradores de vulcanização"	14	11,2	Art. 7º
3812.20.00	-Plastificantes compostos para borracha ou plástico	14	11,2	Art. 7º
3812.31.00	--Misturas de oligômeros de 2,2,4-trimetil-1,2-di-hidroquinolina (TMQ)	14	11,2	Art. 7º
3812.39.11	Que contenham derivados N-substituídos de p-fenilenodiamina	14	11,2	Art. 7º
3812.39.12	Que contenham fosfitos de alquila, de arila ou de alquil-arila	14	11,2	Art. 7º
3812.39.21	Que contenham derivados N-substituídos de p-fenilenodiamina	14	11,2	Art. 7º
3812.39.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3813.00.10	Que contenham bromoclorodifluorometano, bromotrifluorometano ou dibromotetrafluoroetanos	14	11,2	Art. 7º
3813.00.20	Que contenham hidrobromofluorcarbonetos (HBFC) do metano, do etano ou do propano	14	11,2	Art. 7º
3813.00.30	Que contenham hidroclorofluorcarbonetos (HCFC) do metano, do etano ou do propano	14	11,2	Art. 7º
3813.00.40	Que contenham bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3813.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3814.00.10	Que contenham clorofluorcarbonetos (CFC) do metano, do etano ou do propano, mesmo que contenham hidroclorofluorcarbonetos (HCFC)	14	11,2	Art. 7º
3814.00.20	Que contenham hidroclorofluorcarbonetos (HCFC) do metano, do etano ou do propano, mas que não contenham clorofluorcarbonetos (CFC)	14	11,2	Art. 7º
3814.00.30	Que contenham tetracloreto de carbono, bromoclorometano ou 1,1,1-tricloroetano (metilclorofórmio)	14	11,2	Art. 7º
3814.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3815.12.10	Em colmeia cerâmica ou metálica para conversão catalítica de gases de escape de veículos	12	9,6	Art. 7º
3815.12.20	Com tamanho de partícula inferior a 500 micrômetros (mícrons)	12	9,6	Art. 7º
3815.90.10	Para craqueamento de petróleo	4	3,2	Art. 7º

3815.90.92	Tendo como substância ativa o óxido de zinco	12	9,6	Art. 7º
3815.90.99	Outros	4	3,2	Art. 7º
3816.00.11	À base de magnesita calcinada	14	11,2	Art. 7º
3816.00.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3816.00.29	Outras	14	11,2	Art. 7º
3816.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3817.00.10	Misturas de alquilbenzenos	12	9,6	Art. 7º
3817.00.20	Misturas de alquilnaftalenos	14	11,2	Art. 7º
3819.00.00	Fluidos para freios (travões) hidráulicos e outros líquidos preparados para transmissões hidráulicas, que não contenham óleos de petróleo nem de minerais betuminosos, ou que os contenham em proporção inferior a 70 %, em peso.	14	11,2	Art. 7º
3820.00.00	Preparações anticongelantes e líquidos preparados para descongelamento.	14	11,2	Art. 7º
3821.00.00	Meios de cultura preparados para o desenvolvimento e a manutenção de microrganismos (incluindo os vírus e os organismos similares) ou de células vegetais, humanas ou animais.	14	11,2	Art. 7º
3822.12.00	--Para a zika e outras doenças transmitidas por mosquitos do gênero Aedes	14	11,2	Art. 7º
3822.13.00	--Para a determinação dos grupos ou dos fatores sanguíneos	10	8	Art. 7º
3822.19.30	Reagentes de origem microbiana para diagnóstico	10	8	Art. 7º
3822.19.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3822.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3823.11.00	--Ácido esteárico	6	4,8	Art. 7º
3823.12.00	--Ácido oleico	6	4,8	Art. 7º
3823.13.00	--Ácidos graxos (gordos) do tall oil	14	11,2	Art. 7º
3823.19.10	Ácido caprílico	14	11,2	Art. 7º
3823.70.10	Esteárico	14	11,2	Art. 7º
3823.70.20	Láurico	14	11,2	Art. 7º
3823.70.40	Cetílico	14	11,2	Art. 7º
3824.10.00	-Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição	14	11,2	Art. 7º
3824.30.00	-Carbonetos metálicos não aglomerados, misturados entre si ou com aglutinantes metálicos	14	11,2	Art. 7º
3824.40.00	-Aditivos preparados para cimentos, argamassas ou concretos (betões)	14	11,2	Art. 7º
3824.50.00	-Argamassas e concretos (betões), não refratários	14	11,2	Art. 7º
3824.60.00	-Sorbitol, exceto o da subposição 2905.44	14	11,2	Art. 7º
3824.81.10	Mistura de óxido de propileno com um conteúdo de óxido de etileno inferior ou igual a 30 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3824.81.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3824.82.10	Que contenham policlorobifenilas (PCB)	14	11,2	Art. 7º
3824.82.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3824.83.00	--Que contenham fosfato de tris(2,3-dibromopropila)	14	11,2	Art. 7º
3824.84.00	--Que contenham aldrin (ISO), canfecloro (ISO) (toxafeno), clordano (ISO), clordecona (ISO), DDT (ISO) (clofenotano (DCI), 1,1,1-tricloro-2,2-bis(p-clorofenil)etano), dieldrin (ISO, DCI), endossulfan (ISO), endrin (ISO), heptacloro (ISO) ou mirex (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3824.85.00	--Que contenham 1,2,3,4,5,6-hexaclorocicloexano (HCH (ISO)), incluindo o lindano (ISO, DCI)	14	11,2	Art. 7º
3824.86.00	--Que contenham pentaclorobenzeno (ISO) ou hexaclorobenzeno (ISO)	14	11,2	Art. 7º
3824.87.00	--Que contenham ácido perfluoroctano sulfônico, seus sais, perfluoroctanossulfonamidas, ou fluoreto de perfluoroctanossulfonila	14	11,2	Art. 7º
3824.88.10	Que contenham éteres tetra- ou pentabromodifenílicos	14	11,2	Art. 7º
3824.88.20	Que contenham éteres hexa-, hepta- ou octabromodifenílicos	14	11,2	Art. 7º
3824.89.00	--Que contenham parafinas cloradas de cadeia curta	14	11,2	Art. 7º
3824.91.00	--Misturas e preparações constituídas principalmente por metilfosfonato de (5-etil-2-metil-2-óxido-1,3,2-dioxafosfinan-5-il)metil metila e metilfosfonato de bis[(5-etil-2-metil-2-óxido-1,3,2-dioxafosfinan-5-il)metila]	14	11,2	Art. 7º
3824.92.00	--Ésteres de poliglicol do ácido metilfosfônico	14	11,2	Art. 7º
3824.99.11	Salinomicina micelial	14	11,2	Art. 7º
3824.99.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3824.99.23	Preparações que contenham triglicerídios dos ácidos caprílico e cáprico	14	11,2	Art. 7º
3824.99.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3824.99.31	Que contenham isocianatos de hexametileno ou outros isocianatos	14	11,2	Art. 7º
3824.99.32	Que contenham aminas graxas de C8 a C22	14	11,2	Art. 7º
3824.99.34	Outras, que contenham polietilenoaminas	14	11,2	Art. 7º
3824.99.35	Misturas de mono-, di- e triisopropanolaminas	14	11,2	Art. 7º
3824.99.39	Outras	14	11,2	Art. 7º
3824.99.41	Preparações desincrustantes, anticorrosivas ou antioxidantes	14	11,2	Art. 7º
3824.99.42	Mistura eutética de difenila e óxido de difenila	8	6,4	Art. 7º
3824.99.49	Outros	14	11,2	Art. 7º
3824.99.52	Misturas de polietilenoglicóis	14	11,2	Art. 7º
3824.99.53	Polipropilenoglicol líquido	14	11,2	Art. 7º
3824.99.59	Outros	14	11,2	Art. 7º
3824.99.71	Cal sodada; carbonato de cálcio hidrófugo	14	11,2	Art. 7º
3824.99.72	Preparações à base de sílica em suspensão coloidal; nitreto de boro de estrutura cristalina cúbica, compactado com substrato de carboneto de tungstênio (volfrâmio)	14	11,2	Art. 7º
3824.99.79	Outros	14	11,2	Art. 7º
3824.99.81	Preparações à base de anidrido poliisobutenilsuccínico, em óleo mineral	14	11,2	Art. 7º
3824.99.84	Que contenham éteres decabromodifenílicos	14	11,2	Art. 7º
3824.99.85	Metilato de sódio em metanol	14	11,2	Art. 7º
3824.99.86	Maneb; mancozeb; cloreto de benzalcônio	14	11,2	Art. 7º
3824.99.87	Dispersão aquosa de microcápsulas de poliuretano ou de melamina-formaldeído que contenha um precursor de corante em solventes orgânicos	14	11,2	Art. 7º
3824.99.88	Misturas constituídas principalmente pelos compostos seguintes: alquilfosfonofluoridatos de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquilas), N,N-dialquilfosforoamidocianidatos de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquilas), hidrogênio alquilfosfonotioatos de [S-2-(dialquilamino)etila], seus ésteres de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquilas) ou seus sais alquilados ou protonados, difluoretos de alquilfosfonila, hidrogênio alquilfosfonitos de [O-2-(dialquilamino)etila], seus ésteres de O-alquila (de até C10, incluindo os cicloalquilas) ou seus sais alquilados ou protonados, dialogenetos de N,N-dialquilfosforoamídicos, N,N-dialquilfosforoamidatos de dialquila, N,N-dialquil-2-cloroetilaminas ou seus sais protonados, N,N-dialquil-2-aminoetanóis ou seus sais protonados, N,N-dialquilaminoetano-2-tióis ou seus sais protonados ou por compostos que contenham um átomo de fósforo unido a um grupo alquila, sem outros átomos de carbono, (grupos alquila de C1 a C3, exceto nos casos expressamente indicados)	14	11,2	Art. 7º
3824.99.89	Outros	14	11,2	Art. 7º
3825.10.00	-Resíduos municipais	14	11,2	Art. 7º
3825.20.00	-Lamas de tratamento de esgotos (Lamas de depuração*)	14	11,2	Art. 7º
3825.30.00	-Resíduos clínicos	14	11,2	Art. 7º
3825.41.00	--Halogenados	14	11,2	Art. 7º
3825.49.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3825.50.00	-Resíduos de soluções decapantes para metais, de fluidos hidráulicos, de fluidos para freios (travões) e de fluidos anticongelantes	14	11,2	Art. 7º
3825.61.00	--Que contenham principalmente constituintes orgânicos	14	11,2	Art. 7º
3825.69.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3825.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3826.00.00	Biodiesel e suas misturas, que não contenham ou que contenham menos de 70 %, em peso, de óleos de petróleo ou de óleos minerais betuminosos.	14	11,2	Art. 7º
3827.11.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.12.00	--Que contenham hidrobromofluorcarbonetos (HBFC)	14	11,2	Art. 7º
3827.13.00	--Que contenham tetracloreto de carbono	14	11,2	Art. 7º
3827.14.00	--Que contenham 1,1,1-tricloroetano (metilclorofórmio)	14	11,2	Art. 7º
3827.20.00	-Que contenham bromoclorodifluorometano (halon-1211), bromotrifluorometano (halon-1301) ou dibromotetrafluoroetanos (halon-2402)	14	11,2	Art. 7º
3827.31.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.32.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.39.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.40.00	-Que contenham brometo de metila (bromometano) ou bromoclorometano	14	11,2	Art. 7º
3827.51.00	--Que contenham trifluorometano (HFC-23)	14	11,2	Art. 7º
3827.59.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.61.00	--Que contenham, em massa, 15 % ou mais de 1,1,1-trifluoroetano (HFC-143a)	14	11,2	Art. 7º

3827.62.00	--Outras, não mencionadas na subposição acima, que contenham, em massa, 55 % ou mais de pentafluoroetano (HFC-125), mas que não contenham derivados fluorados não saturados dos hidrocarbonetos acíclicos (HFO)	14	11,2	Art. 7º
3827.63.00	--Outras, não mencionadas nas subposições acima, que contenham, em massa, 40 % ou mais de pentafluoroetano (HFC-125)	14	11,2	Art. 7º
3827.64.00	--Outras, não mencionadas nas subposições acima, que contenham, em massa, 30 % ou mais de 1,1,1,2-tetrafluoroetano (HFC-134a), mas que não contenham derivados fluorados não saturados dos hidrocarbonetos acíclicos (HFO)	14	11,2	Art. 7º
3827.65.00	--Outras, não mencionadas nas subposições acima, que contenham, em massa, 20 % ou mais de difluorometano (HFC-32) e 20 % ou mais de pentafluoroetano (HFC125)	14	11,2	Art. 7º
3827.68.00	--Outras, não mencionadas nas subposições acima, que contenham substâncias das subposições 2903.41 a 2903.48	14	11,2	Art. 7º
3827.69.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3827.90.00	-Outras	14	11,2	Art. 7º
3901.10.20	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3901.10.30	Sem carga	14	11,2	Art. 7º
3901.20.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3901.20.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3901.30.10	Nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3901.30.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3901.40.00	-Copolímeros de etileno e alfa-olefina, de densidade inferior a 0,94	14	11,2	Art. 7º
3901.90.10	Copolímeros de etileno e ácido acrílico	14	11,2	Art. 7º
3901.90.20	Copolímeros de etileno e monômeros com radicais carboxílicos, inclusive com metacrilato de metila ou acrilato de metila como terceiro monômero	14	11,2	Art. 7º
3901.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3902.10.10	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3902.10.20	Sem carga	14	11,2	Art. 7º
3902.20.00	-Poli-isobutileno	14	11,2	Art. 7º
3902.30.00	-Copolímeros de propileno	14	11,2	Art. 7º
3902.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
3903.11.10	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3903.11.20	Sem carga	14	11,2	Art. 7º
3903.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3903.20.00	-Copolímeros de estireno-acrilonitrila (SAN)	14	11,2	Art. 7º
3903.30.10	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3903.30.20	Sem carga	14	11,2	Art. 7º
3903.90.10	Copolímeros de metacrilato de metilbutadieno-estireno (MBS)	14	11,2	Art. 7º
3903.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3904.10.10	Obtido por processo de suspensão	14	11,2	Art. 7º
3904.10.20	Obtido por processo de emulsão	14	11,2	Art. 7º
3904.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3904.21.00	--Não plastificado	14	11,2	Art. 7º
3904.22.00	--Plastificado	14	11,2	Art. 7º
3904.40.10	Com acetato de vinila, com um ácido dibásico ou com álcool vinílico, nas formas previstas na Nota 6 b) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3904.40.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3904.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3905.12.00	--Em dispersão aquosa	14	11,2	Art. 7º
3905.19.10	Com grupos álcool vinílico, nas formas previstas na Nota 6 b) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3905.19.90	Outro	14	11,2	Art. 7º
3905.21.00	--Em dispersão aquosa	14	11,2	Art. 7º
3905.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3905.91.30	De vinilpirrolidona e acetato de vinila, em solução alcoólica	14	11,2	Art. 7º
3905.99.30	Poli(vinilpirrolidona) iodada	12	9,6	Art. 7º
3906.10.00	-Poli(metacrilato de metila)	14	11,2	Art. 7º
3906.90.11	Poli(ácido acrílico) e seus sais	14	11,2	Art. 7º
3906.90.12	Sal sódico do poli(ácido acrilamídico), solúvel em água	14	11,2	Art. 7º
3906.90.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3906.90.21	Poli(ácido acrílico) e seus sais	14	11,2	Art. 7º
3906.90.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3906.90.31	Poli(ácido acrílico) e seus sais	14	11,2	Art. 7º
3906.90.32	Sal sódico do poli(ácido acrilamídico), solúvel em água	14	11,2	Art. 7º
3906.90.39	Outros	14	11,2	Art. 7º
3906.90.41	Poli(ácido acrílico) e seus sais	14	11,2	Art. 7º
3906.90.42	Sal sódico do poli(ácido acrilamídico), solúvel em água	14	11,2	Art. 7º
3906.90.49	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.10.10	Com carga, nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.10.20	Com carga, nas formas previstas na Nota 6 b) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.10.39	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.10.91	Em grânulos, de diâmetro de partícula superior a 2 mm, segundo a Norma ASTM E 1170	14	11,2	Art. 7º
3907.10.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.21.00	--Metilfosfonato de bis(polioxietileno)	14	11,2	Art. 7º
3907.29.11	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3907.29.31	Polietilenoglicol 400	14	11,2	Art. 7º
3907.29.39	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.29.49	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.29.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.30.11	Nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.30.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3907.30.21	Copolímero de tetrabromobisfenol A e epicloridrina (resina epóxida bromada)	14	11,2	Art. 7º
3907.30.22	Outras, nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.30.29	Outras	14	11,2	Art. 7º
3907.40.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.50.10	Nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.50.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
3907.61.00	--De um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais	14	11,2	Art. 7º
3907.69.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
3907.70.00	-Poli(ácido láctico)	14	11,2	Art. 7º
3907.91.00	--Não saturados	14	11,2	Art. 7º
3907.99.11	Com carga de fibra de vidro	14	11,2	Art. 7º
3907.99.91	Nas formas previstas na Nota 6 a) deste Capítulo	14	11,2	Art. 7º
3907.99.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
3908.10.13	Poliamida-6 ou poliamida-6,6, com carga	14	11,2	Art. 7º
3908.10.14	Poliamida-6 ou poliamida-6,6, sem carga	14	11,2	Art. 7º
3908.10.23	Poliamida-6 ou poliamida-6,6, com carga	14	11,2	Art. 7º
3908.10.24	Poliamida-6 ou poliamida-6,6, sem carga	14	11,2	Art. 7º
3908.90.20	Obtidas por condensação de ácidos graxos (gordos) dimerizados ou trimerizados com etilenaminas	14	11,2	Art. 7º
3909.10.00	-Resinas ureicas; resinas de tioureia	14	11,2	Art. 7º
3909.20.11	Melamina-formaldeído, em pó	14	11,2	Art. 7º
3909.20.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3909.20.21	Melamina-formaldeído, em pó	14	11,2	Art. 7º
3909.20.29	Outras	14	11,2	Art. 7º
3909.31.00	--Poli(isocianato de fenil metileno) (MDI bruto, MDI polimérico)	14	11,2	Art. 7º
3909.39.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
3909.40.11	Fenol-formaldeído	14	11,2	Art. 7º
3909.40.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
3909.40.91	Fenol-formaldeído	14	11,2	Art. 7º
3909.40.99	Outras	14	11,2	Art. 7º
3909.50.11	Soluções em solventes orgânicos	14	11,2	Art. 7º
3909.50.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3909.50.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3910.00.12	Polidimetilsiloxano, polimetilidrogenosiloxano ou misturas destes produtos, em dispersão	14	11,2	Art. 7º

3910.00.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3910.00.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3910.00.30	Resinas	14	11,2	Art. 7º
3910.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3911.10.10	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3911.10.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3911.20.00	-Poli(1,3-fenileno metilfosfonato)	14	11,2	Art. 7º
3911.90.11	Politerpenos modificados quimicamente, exceto com fenóis	14	11,2	Art. 7º
3911.90.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3911.90.21	Politerpenos modificados quimicamente, exceto com fenóis	14	11,2	Art. 7º
3911.90.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3912.11.10	Com carga	8	6,4	Art. 7º
3912.20.10	Com carga	14	11,2	Art. 7º
3912.20.21	Em álcool, com um teor de não voláteis igual ou superior a 65 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3912.20.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3912.31.11	Com um teor de carboximetilcelulose igual ou superior a 75 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3912.31.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
3912.31.21	Com um teor de sais igual ou superior a 75 %, em peso	14	11,2	Art. 7º
3912.31.29	Outros	14	11,2	Art. 7º
3912.90.31	Em pó	14	11,2	Art. 7º
3912.90.39	Outras	14	11,2	Art. 7º
3912.90.40	Outras celuloses, em pó	14	11,2	Art. 7º
3912.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
3913.90.50	Quitosan (Chitosan), seus sais ou seus derivados	14	11,2	Art. 7º
3913.90.60	Sulfato de condroitina	14	11,2	Art. 7º
3915.10.00	-De polímeros de etileno	14	11,2	Art. 7º
3915.20.00	-De polímeros de estireno	14	11,2	Art. 7º
3915.30.00	-De polímeros de cloreto de vinila	14	11,2	Art. 7º
3915.90.00	-De outro plástico	14	11,2	Art. 7º
3916.10.00	-De polímeros de etileno	16	12,8	Art. 7º
3916.20.00	-De polímeros de cloreto de vinila	16	12,8	Art. 7º
3916.90.10	Monofilamentos	16	12,8	Art. 7º
3917.10.29	Outras	16	12,8	Art. 7º
3917.31.00	--Tubos flexíveis podendo suportar uma pressão de, pelo menos, 27,6 MPa	16	12,8	Art. 7º
3917.32.40	De silicones	16	12,8	Art. 7º
3917.32.59	Outros	16	12,8	Art. 7º
3918.90.00	-De outro plástico	16	12,8	Art. 7º
3919.10.10	De polipropileno	16	12,8	Art. 7º
3919.10.20	De poli(cloreto de vinila)	16	12,8	Art. 7º
3919.10.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.10.99	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.20.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.20.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.43.10	De poli(cloreto de vinila), transparentes, termocontráteis, de espessura inferior ou igual a 250 micrômetros (mícrons)	16	12,8	Art. 7º
3920.43.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.49.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.51.00	--De poli(metacrilato de metila)	16	12,8	Art. 7º
3920.59.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.61.00	--De policarbonatos	16	12,8	Art. 7º
3920.62.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.62.91	Com largura superior a 12 cm, sem qualquer trabalho à superfície	16	12,8	Art. 7º
3920.62.99	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.63.00	--De poliésteres não saturados	16	12,8	Art. 7º
3920.69.00	--De outros poliésteres	16	12,8	Art. 7º
3920.71.00	--De celulose regenerada	16	12,8	Art. 7º
3920.73.10	De espessura inferior ou igual a 0,75 mm	16	12,8	Art. 7º
3920.73.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3920.79.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
3920.92.00	--De poliamidas	16	12,8	Art. 7º
3920.93.00	--De resinas amínicas	16	12,8	Art. 7º
3920.94.00	--De resinas fenólicas	16	12,8	Art. 7º
3920.99.10	De silicone	16	12,8	Art. 7º
3920.99.20	De poli(álcool vinílico)	16	12,8	Art. 7º
3920.99.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3921.11.00	--De polímeros de estireno	16	12,8	Art. 7º
3921.12.00	--De polímeros de cloreto de vinila	16	12,8	Art. 7º
3921.13.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3921.14.00	--De celulose regenerada	16	12,8	Art. 7º
3921.19.00	--De outro plástico	16	12,8	Art. 7º
3921.90.11	De resina melamina-formaldeído	16	12,8	Art. 7º
3921.90.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
3921.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
3922.10.00	-Banheiras, boxes para chuveiros (polibãs*), pias e lavatórios	18	14,4	Art. 7º
3922.20.00	-Assentos e tampas, de sanitários	18	14,4	Art. 7º
3922.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
3923.10.10	Estojos de plástico, do tipo utilizado para acondicionar discos para sistemas de leitura por raio laser	18	14,4	Art. 7º
3923.10.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3923.21.10	De capacidade inferior ou igual a 1.000 cm3	18	14,4	Art. 7º
3923.21.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3923.29.10	De capacidade inferior ou igual a 1.000 cm3	18	14,4	Art. 7º
3923.29.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3923.40.00	-Bobinas, carretéis, canelas e suportes semelhantes	18	14,4	Art. 7º
3924.10.00	-Serviços de mesa e outros utensílios de mesa ou de cozinha	18	14,4	Art. 7º
3924.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
3925.10.00	-Reservatórios, cisternas, cubas e recipientes análogos, de capacidade superior a 300 l	18	14,4	Art. 7º
3925.20.00	-Portas, janelas e seus caixilhos, alizares e soleiras	18	14,4	Art. 7º
3925.30.00	-Postigos, estores (incluindo as venezianas) e artigos semelhantes, e suas partes	18	14,4	Art. 7º
3925.90.10	De poliestireno expandido (EPS)	18	14,4	Art. 7º
3925.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
3926.10.00	-Artigos de escritório e artigos escolares	18	14,4	Art. 7º
3926.20.00	-Vestuário e seus acessórios (incluindo as luvas, mitenes e semelhantes)	18	14,4	Art. 7º
3926.40.00	-Estatuetas e outros objetos de ornamentação	18	14,4	Art. 7º
3926.90.22	Transportadoras	18	14,4	Art. 7º
3926.90.40	Artigos de laboratório ou de farmácia	18	14,4	Art. 7º
3926.90.69	Outros	18	14,4	Art. 7º
4001.10.00	-Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado	4	3,2	Art. 7º
4001.21.00	--Folhas fumadas	4	3,2	Art. 7º
4001.22.00	--Borracha natural tecnicamente especificada (TSNR)	4	3,2	Art. 7º
4001.29.10	Crepadas	4	3,2	Art. 7º
4001.29.20	Granuladas ou prensadas	4	3,2	Art. 7º
4001.29.90	Outras	4	3,2	Art. 7º
4001.30.00	-Balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas	4	3,2	Art. 7º
4002.11.10	De estireno-butadieno (SBR)	12	9,6	Art. 7º
4002.11.20	De estireno-butadieno carboxilada (XSBR)	12	9,6	Art. 7º
4002.19.11	Em chapas, folhas ou tiras	12	9,6	Art. 7º
4002.19.12	Grau alimentício de acordo com o estabelecido pelo Food Chemical Codex, em formas primárias	12	9,6	Art. 7º

4002.19.19	Outras	12	9,6	Art. 7º
4002.19.20	De estireno-butadieno carboxilada (XSBR)	12	9,6	Art. 7º
4002.20.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
4002.51.00	--Látex	12	9,6	Art. 7º
4002.59.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
4002.70.00	-Borracha de etileno-propileno-dieno não conjugado (EPDM)	12	9,6	Art. 7º
4002.80.00	-Misturas dos produtos da posição 40.01 com produtos da presente posição	12	9,6	Art. 7º
4002.91.00	--Látex	12	9,6	Art. 7º
4002.99.10	Borracha estireno-isopreno-estireno	12	9,6	Art. 7º
4002.99.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
4003.00.00	Borracha regenerada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras.	12	9,6	Art. 7º
4004.00.00	Desperdícios, resíduos e aparas, de borracha não endurecida, mesmo reduzidos a pó ou a grânulos.	12	9,6	Art. 7º
4005.10.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
4005.20.00	-Soluções; dispersões, exceto as da subposição 4005.10	14	11,2	Art. 7º
4005.91.10	Preparações base para a fabricação de gomas de mascar	14	11,2	Art. 7º
4005.91.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
4005.99.10	Preparações base para a fabricação de gomas de mascar	14	11,2	Art. 7º
4005.99.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
4006.10.00	-Perfis para recauchutagem	14	11,2	Art. 7º
4006.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
4007.00.11	Recobertos com silicone, mesmo paralelizados	14	11,2	Art. 7º
4007.00.19	Outros	14	11,2	Art. 7º
4007.00.20	Cordas	14	11,2	Art. 7º
4008.11.00	--Chapas, folhas e tiras	14	11,2	Art. 7º
4008.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4008.21.00	--Chapas, folhas e tiras	14	11,2	Art. 7º
4008.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4009.11.00	--Sem acessórios	14	11,2	Art. 7º
4009.12.10	Com uma pressão de ruptura igual ou superior a 17,3 MPa	14	11,2	Art. 7º
4009.12.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4009.21.10	Com uma pressão de ruptura igual ou superior a 17,3 MPa	14	11,2	Art. 7º
4009.21.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4009.22.10	Com uma pressão de ruptura igual ou superior a 17,3 MPa	14	11,2	Art. 7º
4009.22.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4009.31.00	--Sem acessórios	14	11,2	Art. 7º
4009.32.10	Com uma pressão de ruptura igual ou superior a 17,3 MPa	14	11,2	Art. 7º
4009.32.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4009.41.00	--Sem acessórios	14	11,2	Art. 7º
4009.42.10	Com uma pressão de ruptura igual ou superior a 17,3 MPa	14	11,2	Art. 7º
4009.42.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4010.11.00	--Reforçadas apenas com metal	14	11,2	Art. 7º
4010.12.00	--Reforçadas apenas com matérias têxteis	14	11,2	Art. 7º
4010.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
4010.31.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, estriadas, com uma circunferência externa superior a 60 cm, mas não superior a 180 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.32.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, não estriadas, com uma circunferência externa superior a 60 cm, mas não superior a 180 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.33.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, estriadas, com uma circunferência externa superior a 180 cm, mas não superior a 240 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.34.00	--Correias de transmissão sem fim, de seção trapezoidal, não estriadas, com uma circunferência externa superior a 180 cm, mas não superior a 240 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.35.00	--Correias de transmissão sem fim, síncronas, com uma circunferência externa superior a 60 cm, mas não superior a 150 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.36.00	--Correias de transmissão sem fim, síncronas, com uma circunferência externa superior a 150 cm, mas não superior a 198 cm	14	11,2	Art. 7º
4010.39.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
4011.40.00	-Do tipo utilizado em motocicletas	16	12,8	Art. 7º
4011.50.00	-Do tipo utilizado em bicicletas	16	12,8	Art. 7º
4012.11.00	--Do tipo utilizado em automóveis de passageiros (incluindo os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida)	16	12,8	Art. 7º
4012.12.00	--Do tipo utilizado em ônibus (autocarros) ou caminhões	16	12,8	Art. 7º
4012.13.00	--Do tipo utilizado em veículos aéreos	16	12,8	Art. 7º
4012.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
4012.20.00	-Pneumáticos usados	16	12,8	Art. 7º
4013.20.00	-Do tipo utilizado em bicicletas	16	12,8	Art. 7º
4014.10.00	-Preservativos	10	8	Art. 7º
4014.90.10	Bolsas para gelo ou para água quente	16	12,8	Art. 7º
4014.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
4015.12.00	--Do tipo utilizado em medicina, cirurgia, odontologia ou veterinária	16	12,8	Art. 7º
4015.19.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
4015.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
4016.10.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
4016.92.00	--Borrachas de apagar	16	12,8	Art. 7º
4016.94.00	--Defensas, mesmo infláveis, para atracação de embarcações	16	12,8	Art. 7º
4016.95.10	De salvamento	16	12,8	Art. 7º
4016.95.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
4017.00.00	Borracha endurecida (ebonite, por exemplo) sob qualquer forma, incluindo os desperdícios e resíduos; obras de borracha endurecida.	16	12,8	Art. 7º
4104.11.11	Couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2, simplesmente curtidos ao cromo (wet-blue)	4	3,2	Art. 7º
4104.11.12	Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4104.11.13	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), com pré-curtimenta vegetal	10	8	Art. 7º
4104.11.14	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	8	6,4	Art. 7º
4104.11.19	Outros	10	8	Art. 7º
4104.11.21	Couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2, simplesmente curtidos ao cromo (wet-blue)	4	3,2	Art. 7º
4104.11.22	Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4104.11.23	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), com pré-curtimenta vegetal	10	8	Art. 7º
4104.11.24	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	8	6,4	Art. 7º
4104.11.29	Outros	10	8	Art. 7º
4104.19.10	Couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2, simplesmente curtidos ao cromo (wet-blue)	4	3,2	Art. 7º
4104.19.20	Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4104.19.30	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), com pré-curtimenta vegetal	10	8	Art. 7º
4104.19.40	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	8	6,4	Art. 7º
4104.19.90	Outros	10	8	Art. 7º
4104.41.10	Couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º

4104.41.20	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), curtidos ao vegetal, para solas	10	8	Art. 7º
4104.41.30	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4104.41.90	Outros	10	8	Art. 7º
4104.49.10	Couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4104.49.20	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4104.49.90	Outros	10	8	Art. 7º
4105.10.10	Com pré-curtimenta vegetal	10	8	Art. 7º
4105.10.21	Ao cromo (wet-blue)	8	6,4	Art. 7º
4105.10.29	Outras	8	6,4	Art. 7º
4105.10.90	Outras	10	8	Art. 7º
4105.30.00	-No estado seco (crust)	10	8	Art. 7º
4106.21.10	Com pré-curtimenta vegetal	10	8	Art. 7º
4106.21.21	Ao cromo (wet-blue)	8	6,4	Art. 7º
4106.21.29	Outros	10	8	Art. 7º
4106.21.90	Outros	10	8	Art. 7º
4106.22.00	--No estado seco (crust)	10	8	Art. 7º
4106.31.10	Simplesmente curtidos ao cromo (wet-blue)	8	6,4	Art. 7º
4106.31.90	Outros	10	8	Art. 7º
4106.32.00	--No estado seco (crust)	10	8	Art. 7º
4106.40.00	-De répteis	10	8	Art. 7º
4106.91.00	--No estado úmido (incluindo wet-blue)	10	8	Art. 7º
4106.92.00	--No estado seco (crust)	10	8	Art. 7º
4107.11.10	Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4107.11.20	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.11.90	Outros	10	8	Art. 7º
4107.12.10	Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4107.12.20	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.12.90	Outros	10	8	Art. 7º
4107.19.10	Couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos), de superfície unitária não superior a 2,6 m2	8	6,4	Art. 7º
4107.19.20	Outros couros e peles de bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.19.90	Outros	10	8	Art. 7º
4107.91.10	De bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.91.90	Outros	10	8	Art. 7º
4107.92.10	De bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.92.90	Outros	10	8	Art. 7º
4107.99.10	De bovinos (incluindo os búfalos)	10	8	Art. 7º
4107.99.90	Outros	10	8	Art. 7º
4112.00.00	Couros preparados após curtimenta ou após secagem (crusting) e couros e peles apergaminhados, de ovinos, depilados, mesmo divididos, exceto os da posição 41.14.	10	8	Art. 7º
4113.10.10	Curtidos ao cromo, com acabamento	10	8	Art. 7º
4113.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
4113.20.00	-De suínos	10	8	Art. 7º
4113.30.00	-De répteis	10	8	Art. 7º
4113.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
4114.10.00	-Couros e peles acamurçados (incluindo a camurça combinada)	10	8	Art. 7º
4114.20.10	Envernizados ou revestidos	10	8	Art. 7º
4114.20.20	Metalizados	10	8	Art. 7º
4115.10.00	-Couro reconstituído à base de couro ou de fibras de couro, em chapas, folhas ou tiras, mesmo enroladas	10	8	Art. 7º
4115.20.00	-Aparas e outros desperdícios de couros ou de peles preparados ou de couro reconstituído, não utilizáveis para fabricação de obras de couro; serragem, pó e farinha, de couro	10	8	Art. 7º
4201.00.10	De couro natural ou reconstituído	20	16	Art. 7º
4201.00.90	Outros	20	16	Art. 7º
4202.11.00	--Com a superfície exterior de couro natural ou reconstituído	20	16	Art. 7º
4202.12.10	De plástico	20	16	Art. 7º
4202.12.20	De matérias têxteis	20	16	Art. 7º
4202.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
4202.21.00	--Com a superfície exterior de couro natural ou reconstituído	20	16	Art. 7º
4202.29.00	--Outras	20	16	Art. 7º
4202.31.00	--Com a superfície exterior de couro natural ou reconstituído	20	16	Art. 7º
4202.32.00	--Com a superfície exterior de folhas de plástico ou de matérias têxteis	20	16	Art. 7º
4202.39.00	--Outros	20	16	Art. 7º
4202.91.00	--Com a superfície exterior de couro natural ou reconstituído	20	16	Art. 7º
4202.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
4203.10.00	-Vestuário	20	16	Art. 7º
4203.21.00	--Especialmente concebidas para a prática de esportes	20	16	Art. 7º
4203.29.00	--Outras	20	16	Art. 7º
4203.30.00	-Cintos, cinturões e bandoleiras ou talabartes	20	16	Art. 7º
4203.40.00	-Outros acessórios de vestuário	20	16	Art. 7º
4206.00.00	Obras de tripa, de baudruches, de bexiga ou de tendões.	20	16	Art. 7º
4301.10.00	-De visons, inteiras, mesmo com cabeça, cauda ou patas	10	8	Art. 7º
4301.30.00	-De cordeiros denominados astracã, breitschwanz, caracul, persianer ou semelhantes, de cordeiros da Índia, da China, da Mongólia ou do Tibete, inteiras, mesmo com cabeça, cauda ou patas	10	8	Art. 7º
4301.60.00	-De raposas, inteiras, mesmo com cabeça, cauda ou patas	10	8	Art. 7º
4301.80.00	-De outros animais, inteiras, mesmo com cabeça, cauda ou patas	10	8	Art. 7º
4301.90.00	-Cabeças, caudas, patas e outras partes utilizáveis na indústria de peles	10	8	Art. 7º
4302.11.00	--De visons	14	11,2	Art. 7º
4302.19.10	De ovinos	14	11,2	Art. 7º
4302.19.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
4302.20.00	-Cabeças, caudas, patas e outras partes, desperdícios e aparas, não reunidos (não montados)	14	11,2	Art. 7º
4302.30.00	-Peles com pelo inteiras e respectivos pedaços e aparas, reunidos (montados)	14	11,2	Art. 7º
4303.10.00	-Vestuário e seus acessórios	20	16	Art. 7º
4303.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
4304.00.00	Peles com pelo artificiais, e suas obras.	20	16	Art. 7º
4406.11.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4406.12.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4406.91.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4406.92.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4407.11.00	--De pinheiro (Pinus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.12.00	--De abeto (Abies spp.) e de espruce (pícea) (Picea spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.13.00	--De S-P-F (espruce (pícea) (Picea spp.), pinheiro (Pinus spp.) e abeto (Abies spp.))	6	4,8	Art. 7º
4407.14.00	--De Hem-fir (tsuga (western hemlock) (Tsuga heterophylla) e abeto (Abies spp.))	6	4,8	Art. 7º
4407.19.00	--Outras	6	4,8	Art. 7º
4407.21.00	--Mahogany (Mogno) (Swietenia spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.22.00	--Virola, Imbuia e Balsa	6	4,8	Art. 7º
4407.23.00	--Teca	6	4,8	Art. 7º
4407.25.00	--Dark Red Meranti, Light Red Meranti e Meranti Bakau	6	4,8	Art. 7º
4407.26.00	--White Lauan, White Meranti, White Seraya, Yellow Meranti e Alan	6	4,8	Art. 7º
4407.27.00	--Sapelli	6	4,8	Art. 7º
4407.28.00	--Iroko	6	4,8	Art. 7º
4407.29.10	De cedro	6	4,8	Art. 7º
4407.29.20	De ipê	6	4,8	Art. 7º
4407.29.30	De pau-marfim	6	4,8	Art. 7º
4407.29.40	De louro	6	4,8	Art. 7º
4407.29.50	De canafístula (Peltophorum vogelianum)	6	4,8	Art. 7º
4407.29.60	De cabreúva Parda (Myrocarpus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.29.70	De urundei (Astronium balansae)	6	4,8	Art. 7º
4407.29.90	Outras	6	4,8	Art. 7º

4407.91.00	--De carvalho (Quercus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.92.00	--De faia (Fagus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.93.00	--De bordo (ácer) (Acer spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.94.00	--De prunóidea (Prunus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.95.00	--De freixo (Fraxinus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.96.00	--De bétula (vidoeiro) (Betula spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.97.00	--De choupo (álamo) (Populus spp.)	6	4,8	Art. 7º
4407.99.20	De peroba (Paratecoma peroba)	6	4,8	Art. 7º
4407.99.30	De guaiuvira (Patagonula americana)	6	4,8	Art. 7º
4407.99.60	De amendoim (Pterogyne nitens)	6	4,8	Art. 7º
4407.99.70	De angico preto (Piptadenia macrocarpa)	6	4,8	Art. 7º
4407.99.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
4408.10.10	Obtidas por corte de madeira estratificada	10	8	Art. 7º
4408.10.91	De pinho brasil (Araucaria angustifolia)	6	4,8	Art. 7º
4408.10.99	Outras	6	4,8	Art. 7º
4408.31.10	Obtidas por corte de madeira estratificada	10	8	Art. 7º
4408.31.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
4408.39.10	Obtidas por corte de madeira estratificada	10	8	Art. 7º
4408.39.91	De cedro	6	4,8	Art. 7º
4408.39.92	De pau-marfim	6	4,8	Art. 7º
4408.39.99	Outras	6	4,8	Art. 7º
4408.90.10	Obtidas por corte de madeira estratificada	10	8	Art. 7º
4408.90.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
4409.10.00	-De coníferas	10	8	Art. 7º
4409.21.00	--De bambu	10	8	Art. 7º
4409.22.00	--De madeiras tropicais	10	8	Art. 7º
4409.29.00	--Outras	10	8	Art. 7º
4410.11.10	Em bruto ou simplesmente polidos	10	8	Art. 7º
4410.11.21	Em ambas as faces, com película protetora na face superior e trabalho de encaixe nas quatro laterais, do tipo utilizado para pisos (pavimentos)	14	11,2	Art. 7º
4410.11.29	Outros	10	8	Art. 7º
4410.11.90	Outros	10	8	Art. 7º
4410.12.10	Em bruto ou simplesmente polidos	10	8	Art. 7º
4410.12.90	Outros	10	8	Art. 7º
4410.19.11	Em bruto ou simplesmente polidos	10	8	Art. 7º
4410.19.19	Outros	10	8	Art. 7º
4410.19.91	Em bruto ou simplesmente polidos	10	8	Art. 7º
4410.19.92	Recobertos na superfície com papel impregnado de melamina	10	8	Art. 7º
4410.19.99	Outros	10	8	Art. 7º
4410.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
4411.12.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.12.90	Outros	10	8	Art. 7º
4411.13.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.13.91	Recobertos em ambas as faces com papel impregnado de melamina, película protetora na face superior e trabalho de encaixe nas quatro laterais, do tipo utilizado para pisos (pavimentos)	14	11,2	Art. 7º
4411.13.99	Outros	10	8	Art. 7º
4411.14.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.14.90	Outros	10	8	Art. 7º
4411.92.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.92.90	Outros	10	8	Art. 7º
4411.93.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.93.90	Outros	10	8	Art. 7º
4411.94.10	Não trabalhados mecanicamente nem recobertos à superfície	10	8	Art. 7º
4411.94.90	Outros	10	8	Art. 7º
4412.10.00	-De bambu	10	8	Art. 7º
4412.31.00	--Com, pelo menos, uma camada exterior de madeira tropical	10	8	Art. 7º
4412.33.00	--Outras, com, pelo menos, uma camada exterior de madeira não conífera, das espécies amieiro (Alnus spp.), freixo (Fraxinus spp.), faia (Fagus spp.), bétula (vidoeiro) (Betula spp.), prunóidea (Prunus spp.), castanheiro (Castanea spp.), olmo (Ulmus spp.), eucalipto (Eucalyptus spp.), nogueira (Carya spp.), castanheiro-da-índia (Aesculus spp.), tília (Tilia spp.), bordo (ácer) (Acer spp.), carvalho (Quercus spp.), plátano (Platanus spp.), choupo (álamo) (Populus spp.), robínia (falsa-acácia) (Robinia spp.), tulipeiro (Liriodendron spp.) ou nogueira (Juglans spp.)	10	8	Art. 7º
4412.34.00	--Outras, com, pelo menos, uma camada exterior de madeira não conífera, não especificadas na subposição 4412.33	10	8	Art. 7º
4412.39.00	--Outras, com ambas as camadas exteriores de madeira de coníferas	10	8	Art. 7º
4412.41.00	--Com, pelo menos, uma camada exterior de madeira tropical	10	8	Art. 7º
4412.42.00	--Outras, com, pelo menos, uma camada exterior de madeira não conífera	10	8	Art. 7º
4412.49.00	--Outras, com ambas as camadas exteriores de madeira de coníferas	10	8	Art. 7º
4412.51.00	--Com, pelo menos, uma camada exterior de madeira tropical	10	8	Art. 7º
4412.52.00	--Outras, com, pelo menos, uma camada exterior de madeira não conífera	10	8	Art. 7º
4412.59.00	--Outras, com ambas as camadas exteriores de madeira de coníferas	10	8	Art. 7º
4412.91.00	--Com, pelo menos, uma camada exterior de madeira tropical	10	8	Art. 7º
4412.92.00	--Outras, com, pelo menos, uma camada exterior de madeira não conífera	10	8	Art. 7º
4412.99.00	--Outras, com ambas as camadas exteriores de madeira de coníferas	10	8	Art. 7º
4413.00.00	Madeira densificada, em blocos, pranchas, lâminas ou perfis.	10	8	Art. 7º
4414.10.00	-De madeira tropical	10	8	Art. 7º
4414.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
4415.10.00	-Caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes; carretéis para cabos	10	8	Art. 7º
4415.20.00	-Paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga; taipais de paletes	10	8	Art. 7º
4416.00.90	Outros	10	8	Art. 7º
4417.00.10	Ferramentas	10	8	Art. 7º
4417.00.20	Formas, alargadeiras e esticadores, para calçado	10	8	Art. 7º
4417.00.90	Outros	10	8	Art. 7º
4418.11.00	--De madeira tropical	14	11,2	Art. 7º
4418.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
4418.21.00	--De madeira tropical	14	11,2	Art. 7º
4418.29.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
4418.30.00	-Postes e vigas, exceto os produtos das subposições 4418.81 a 4418.89	14	11,2	Art. 7º
4418.40.00	-Cofragens para concreto (betão)	14	11,2	Art. 7º
4418.50.00	-Fasquias para telhados (shingles e shakes)	14	11,2	Art. 7º
4418.73.00	--De bambu ou com, pelo menos, a camada superior de bambu	14	11,2	Art. 7º
4418.74.00	--Outros, para pisos (pavimentos) em mosaico	14	11,2	Art. 7º
4418.75.00	--Outros, de camadas múltiplas	14	11,2	Art. 7º
4418.79.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4418.81.00	--Madeira laminada (lamelada) colada (glulam ou MLC)	14	11,2	Art. 7º
4418.82.00	--Madeira laminada (lamelada) cruzada (CLT ou X-lam)	14	11,2	Art. 7º
4418.83.00	--Vigas em I	14	11,2	Art. 7º
4418.89.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4418.91.00	--De bambu	14	11,2	Art. 7º
4418.92.00	--Painéis celulares de madeira	14	11,2	Art. 7º
4418.99.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
4419.11.00	--Tábuas para cortar pão, outras tábuas para cortar e artigos semelhantes	14	11,2	Art. 7º
4419.12.00	--Pauzinhos (hashi ou fachi)	14	11,2	Art. 7º
4419.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4419.20.00	-De madeira tropical	14	11,2	Art. 7º
4419.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
4420.11.00	--De madeira tropical	14	11,2	Art. 7º
4420.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
4420.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
4421.10.00	-Cabides para vestuário	14	11,2	Art. 7º
4421.20.00	-Urnas funerárias (caixões)	14	11,2	Art. 7º
4421.91.00	--De bambu	14	11,2	Art. 7º
4421.99.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º

4502.00.00	Cortiça natural, sem a crosta ou simplesmente esquadriada, ou em cubos, chapas, folhas ou tiras, de forma quadrada ou retangular (incluindo os esboços com arestas vivas, para rolhas).	4	3,2	Art. 7º
4503.10.00	-Rolhas	10	8	Art. 7º
4503.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
4504.10.00	-Cubos, blocos, chapas, folhas e tiras; ladrilhos de qualquer formato; cilindros maciços, incluindo os discos	10	8	Art. 7º
4504.90.00	-Outras	10	8	Art. 7º
4601.21.00	--De bambu	12	9,6	Art. 7º
4601.22.00	--De rotim	12	9,6	Art. 7º
4601.29.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
4601.92.00	--De bambu	12	9,6	Art. 7º
4601.93.00	--De rotim	12	9,6	Art. 7º
4601.94.00	--De outras matérias vegetais	12	9,6	Art. 7º
4601.99.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
4602.11.00	--De bambu	12	9,6	Art. 7º
4602.12.00	--De rotim	12	9,6	Art. 7º
4602.19.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
4602.90.00	-Outras	12	9,6	Art. 7º
4701.00.00	Pastas mecânicas de madeira.	4	3,2	Art. 7º
4702.00.00	Pastas químicas de madeira, para dissolução.	4	3,2	Art. 7º
4703.11.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4703.19.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4703.21.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4703.29.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4704.11.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4704.19.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4704.21.00	--De coníferas	4	3,2	Art. 7º
4704.29.00	--De não coníferas	4	3,2	Art. 7º
4705.00.00	Pastas de madeira obtidas por combinação de um tratamento mecânico com um tratamento químico.	4	3,2	Art. 7º
4706.10.00	-Pastas de línteres de algodão	4	3,2	Art. 7º
4706.20.00	-Pastas de fibras obtidas a partir de papel ou cartão reciclados (desperdícios e resíduos)	4	3,2	Art. 7º
4706.30.00	-Outras, de bambu	4	3,2	Art. 7º
4706.91.00	--Mecânicas	4	3,2	Art. 7º
4706.92.00	--Químicas	4	3,2	Art. 7º
4706.93.00	--Obtidas por combinação de um tratamento mecânico com um tratamento químico	4	3,2	Art. 7º
4801.00.20	Em folhas, nas que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4801.00.30	Outros, de peso inferior ou igual a 57 g/m2, em que 65 % ou mais, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeiras obtidas por processo mecânico	6	4,8	Art. 7º
4801.00.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.10.00	-Papel e cartão feitos à mão (folha a folha)	12	9,6	Art. 7º
4802.20.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.20.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.40.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm	16	12,8	Art. 7º
4802.40.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.54.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.54.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.55.10	De largura não superior a 15 cm	16	12,8	Art. 7º
4802.55.91	De desenho	12	9,6	Art. 7º
4802.55.92	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.55.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.56.10	Em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.56.91	Para impressão de notas (papéis-moeda)	6	4,8	Art. 7º
4802.56.92	De desenho	12	9,6	Art. 7º
4802.56.93	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.56.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.57.10	Em tiras de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.57.91	Para impressão de notas (papéis-moeda)	6	4,8	Art. 7º
4802.57.92	De desenho	12	9,6	Art. 7º
4802.57.93	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.57.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.58.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.58.91	De desenho	12	9,6	Art. 7º
4802.58.92	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.58.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.61.10	De largura não superior a 15 cm	16	12,8	Art. 7º
4802.61.91	De peso inferior ou igual a 57 g/m2, em que 65 % ou mais, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeira obtidas por processo mecânico	6	4,8	Art. 7º
4802.61.92	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.61.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.62.10	Em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.62.91	De peso inferior ou igual a 57 g/m2, em que 65 % ou mais, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeira obtidas por processo mecânico	6	4,8	Art. 7º
4802.62.92	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.62.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4802.69.10	Em tiras de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4802.69.91	De peso inferior ou igual a 57 g/m2, em que 65 % ou mais, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeira obtidas por processo mecânico	6	4,8	Art. 7º
4802.69.92	Kraft	12	9,6	Art. 7º
4802.69.99	Outros	12	9,6	Art. 7º
4803.00.10	Pasta (ouate) de celulose e mantas de fibras de celulose	12	9,6	Art. 7º
4803.00.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.11.00	--Crus	12	9,6	Art. 7º
4804.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.21.00	--Crus	12	9,6	Art. 7º
4804.29.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.31.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.39.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.41.00	--Crus	12	9,6	Art. 7º
4804.42.00	--Branqueados uniformemente na massa e em que mais de 95 %, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeira obtidas por processo químico	12	9,6	Art. 7º
4804.49.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
4804.51.00	--Crus	12	9,6	Art. 7º
4804.52.00	--Branqueados uniformemente na massa e em que mais de 95 %, em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por fibras de madeira obtidas por processo químico	12	9,6	Art. 7º
4804.59.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4805.11.00	--Papel semiquímico para ondular (canelar*)	12	9,6	Art. 7º
4805.12.00	--Papel palha para ondular (canelar*)	12	9,6	Art. 7º
4805.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
4805.24.00	--De peso não superior a 150 g/m2	12	9,6	Art. 7º
4805.25.00	--De peso superior a 150 g/m2	12	9,6	Art. 7º
4805.30.00	-Papel sulfite de embalagem	12	9,6	Art. 7º
4805.40.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4805.50.00	-Papel-feltro e cartão-feltro, papel e cartão lanosos	12	9,6	Art. 7º
4805.91.00	--De peso não superior a 150 g/m2	12	9,6	Art. 7º
4805.92.10	Com fibras de vidro	12	9,6	Art. 7º

4805.92.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4805.93.00	--De peso igual ou superior a 225 g/m2	12	9,6	Art. 7º
4806.10.00	-Papel-pergaminho e cartão-pergaminho (sulfurizados)	12	9,6	Art. 7º
4806.20.00	-Papel impermeável a gorduras	12	9,6	Art. 7º
4806.30.00	-Papel vegetal	12	9,6	Art. 7º
4806.40.00	-Papel cristal e outro papel calandrado transparente ou translúcido	12	9,6	Art. 7º
4807.00.00	Papel e cartão obtidos por colagem de folhas sobrepostas, não revestidos na superfície nem impregnados, mesmo reforçados interiormente, em rolos ou em folhas.	12	9,6	Art. 7º
4808.10.00	-Papel e cartão ondulados (canelados*), mesmo perfurados	12	9,6	Art. 7º
4808.40.00	-Papel Kraft, encrespado ou plissado, mesmo gofrado, estampado ou perfurado	12	9,6	Art. 7º
4808.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
4809.20.00	-Papel autocopiativo	14	11,2	Art. 7º
4809.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.13.10	De largura não superior a 15 cm	16	12,8	Art. 7º
4810.13.81	Metalizados	14	11,2	Art. 7º
4810.13.89	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.13.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.14.10	Em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.14.81	Metalizados	14	11,2	Art. 7º
4810.14.89	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.14.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.19.10	Em tiras de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.19.81	Metalizados	14	11,2	Art. 7º
4810.19.89	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.19.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.22.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.22.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.29.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.29.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.31.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.31.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.32.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.32.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.39.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.39.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.92.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.92.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4810.99.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4810.99.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4811.10.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.41.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.41.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.49.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.49.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.51.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.51.21	De silicone, exceto gofrados na face recoberta ou revestida	12	9,6	Art. 7º
4811.51.22	De polietileno, estratificado com alumínio, impresso	12	9,6	Art. 7º
4811.51.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.51.30	Outros, impregnados	12	9,6	Art. 7º
4811.59.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.59.21	De polietileno ou polipropileno, em ambas as faces, base para papel fotográfico	12	9,6	Art. 7º
4811.59.22	De silicone	12	9,6	Art. 7º
4811.59.23	De polietileno, estratificado com alumínio, impresso	12	9,6	Art. 7º
4811.59.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.59.30	Outros, impregnados	12	9,6	Art. 7º
4811.60.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.60.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4811.90.10	Em tiras ou rolos de largura não superior a 15 cm ou em folhas em que nenhum lado exceda 360 mm, quando não dobradas	16	12,8	Art. 7º
4811.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
4812.00.00	Blocos e chapas, filtrantes, de pasta de papel.	12	9,6	Art. 7º
4813.10.00	-Em cadernos ou em tubos	12	9,6	Art. 7º
4813.20.00	-Em rolos de largura não superior a 5 cm	12	9,6	Art. 7º
4813.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
4814.20.00	-Papel de parede e revestimentos para parede semelhantes, constituídos por papel revestido ou recoberto, no lado da face, por uma camada de plástico granida, gofrada, colorida, impressa com desenhos ou decorada de qualquer outra forma	14	11,2	Art. 7º
4814.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
4816.20.00	-Papel autocopiativo	16	12,8	Art. 7º
4816.90.10	Papel-carbono e semelhantes	16	12,8	Art. 7º
4816.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
4817.10.00	-Envelopes	16	12,8	Art. 7º
4817.20.00	-Aerogramas, cartões-postais não ilustrados e cartões para correspondência	16	12,8	Art. 7º
4817.30.00	-Caixas, sacos e semelhantes, de papel ou cartão, que contenham um sortido de artigos para correspondência	16	12,8	Art. 7º
4818.10.00	-Papel higiênico	16	12,8	Art. 7º
4818.20.00	-Lenços, lenços (toalhitas) demaquilantes e toalhas de mão	16	12,8	Art. 7º
4818.30.00	-Toalhas de mesa e guardanapos	16	12,8	Art. 7º
4818.50.00	-Vestuário e seus acessórios	16	12,8	Art. 7º
4818.90.10	Almofadas absorventes do tipo utilizado em embalagens de produtos alimentícios	16	12,8	Art. 7º
4818.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
4819.10.00	-Caixas de papel ou cartão, ondulados (canelados*)	16	12,8	Art. 7º
4819.20.00	-Caixas e cartonagens, dobráveis, de papel ou cartão, não ondulados (canelados*)	16	12,8	Art. 7º
4819.30.00	-Sacos cuja base tenha largura igual ou superior a 40 cm	16	12,8	Art. 7º
4819.40.00	-Outros sacos; bolsas e cartuchos	16	12,8	Art. 7º
4819.50.00	-Outras embalagens, incluindo as capas para discos	16	12,8	Art. 7º
4819.60.00	-Cartonagens para escritórios, lojas e estabelecimentos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
4820.10.00	-Livros de registro e de contabilidade, blocos de notas, de encomendas, de recibos, de apontamentos, de papel para cartas, agendas e artigos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
4820.20.00	-Cadernos	16	12,8	Art. 7º
4820.30.00	-Classificadores, encadernações (exceto as capas para livros) e capas de processos	16	12,8	Art. 7º
4820.40.00	-Formulários em blocos de papel múltiplas vias, mesmo com folhas intercaladas de papel-carbono (papel químico)	16	12,8	Art. 7º
4820.50.00	-Álbuns para amostras ou para coleções	16	12,8	Art. 7º
4820.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
4821.10.00	-Impressas	16	12,8	Art. 7º
4821.90.00	-Outras	16	12,8	Art. 7º
4822.10.00	-Do tipo utilizado para enrolamento de fios têxteis	16	12,8	Art. 7º
4822.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
4823.20.91	Em tiras ou rolos de largura superior a 15 cm, mas não superior a 36 cm	12	9,6	Art. 7º
4823.40.00	-Papel-diagrama para aparelhos registradores, em bobinas, em folhas ou em discos	16	12,8	Art. 7º
4823.61.00	--De bambu	16	12,8	Art. 7º
4823.69.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
4823.90.91	Em tiras ou rolos de largura superior a 15 cm, mas não superior a 36 cm	12	9,6	Art. 7º
4903.00.00	Álbuns ou livros de ilustrações e álbuns para desenhar ou colorir, para crianças.	16	12,8	Art. 7º
4905.90.00	-Outras	4	3,2	Art. 7º
4906.00.00	Planos, plantas e desenhos, de arquitetura, de engenharia e outros planos e desenhos industriais, comerciais, topográficos ou semelhantes, originais, feitos à mão; textos manuscritos; reproduções fotográficas em papel sensibilizado e cópias a papel-carbono (papel químico) dos planos, plantas, desenhos ou textos acima referidos.	4	3,2	Art. 7º
4907.00.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
4908.10.00	-Decalcomanias vitrificáveis	16	12,8	Art. 7º
4908.90.00	-Outras	16	12,8	Art. 7º

4909.00.00	Cartões-postais impressos ou ilustrados; cartões impressos com votos ou mensagens pessoais, mesmo ilustrados, mesmo com envelopes, guarnições ou aplicações.	16	12,8	Art. 7º
4910.00.00	Calendários de qualquer espécie, impressos, incluindo os blocos-calendários para desfolhar.	16	12,8	Art. 7º
4911.91.00	--Estampas, gravuras e fotografias	16	12,8	Art. 7º
4911.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
5001.00.00	Casulos de bicho-da-seda próprios para dobar.	4	3,2	Art. 7º
5002.00.00	Seda crua (não fiada).	4	3,2	Art. 7º
5003.00.10	Não cardados nem penteados	4	3,2	Art. 7º
5003.00.90	Outros	4	3,2	Art. 7º
5101.11.10	De finura igual ou superior 22,05 micrômetros (mícrons), mas inferior ou igual a 32,6 micrômetros (mícrons)	8	6,4	Art. 7º
5101.11.90	Outra	8	6,4	Art. 7º
5101.19.00	--Outra	8	6,4	Art. 7º
5101.21.00	--Lã de tosquia	8	6,4	Art. 7º
5101.29.00	--Outra	8	6,4	Art. 7º
5101.30.00	-Carbonizada	8	6,4	Art. 7º
5102.11.00	--De cabra de Caxemira	8	6,4	Art. 7º
5102.19.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
5102.20.00	-Pelos grosseiros	8	6,4	Art. 7º
5103.10.00	-Desperdícios da penteação de lã ou de pelos finos	6	4,8	Art. 7º
5103.20.00	-Outros desperdícios de lã ou de pelos finos	6	4,8	Art. 7º
5103.30.00	-Desperdícios de pelos grosseiros	6	4,8	Art. 7º
5104.00.00	Fiapos de lã ou de pelos finos ou grosseiros.	6	4,8	Art. 7º
5105.10.00	-Lã cardada	10	8	Art. 7º
5105.21.00	--"Lã penteada a granel"	10	8	Art. 7º
5105.29.10	Tops	10	8	Art. 7º
5105.29.91	De finura inferior a 22,5 micrômetros (mícrons)	10	8	Art. 7º
5105.29.99	Outras	10	8	Art. 7º
5105.31.00	--De cabra de Caxemira	10	8	Art. 7º
5105.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
5105.40.00	-Pelos grosseiros, cardados ou penteados	10	8	Art. 7º
5201.00.10	Não debulhado	6	4,8	Art. 7º
5201.00.20	Simplesmente debulhado	6	4,8	Art. 7º
5201.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
5202.10.00	-Desperdícios de fios	6	4,8	Art. 7º
5202.91.00	--Fiapos	6	4,8	Art. 7º
5202.99.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
5203.00.00	Algodão cardado ou penteado.	8	6,4	Art. 7º
5301.10.00	-Linho em bruto ou macerado	6	4,8	Art. 7º
5301.21.10	Quebrado	6	4,8	Art. 7º
5301.21.20	Espadelado	6	4,8	Art. 7º
5301.29.10	Penteado	6	4,8	Art. 7º
5301.29.90	Outro	6	4,8	Art. 7º
5301.30.00	-Estopas e desperdícios de linho	6	4,8	Art. 7º
5302.10.00	-Cânhamo em bruto ou macerado	6	4,8	Art. 7º
5302.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
5303.10.10	Juta	8	6,4	Art. 7º
5303.10.90	Outras	8	6,4	Art. 7º
5303.90.10	Juta	8	6,4	Art. 7º
5303.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
5305.00.10	De abacá, em bruto	6	4,8	Art. 7º
5305.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
5401.10.12	Acondicionadas para venda a retalho	18	14,4	Art. 7º
5401.20.12	Acondicionadas para venda a retalho	18	14,4	Art. 7º
5406.00.10	Fios de filamentos sintéticos	18	14,4	Art. 7º
5406.00.20	Fios de filamentos artificiais	18	14,4	Art. 7º
5501.11.00	--De aramidas	16	12,8	Art. 7º
5501.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
5501.20.00	-De poliésteres	16	12,8	Art. 7º
5501.30.00	-Acrílicos ou modacrílicos	16	12,8	Art. 7º
5501.40.00	-De polipropileno	16	12,8	Art. 7º
5501.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
5502.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
5503.19.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
5503.20.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
5503.30.00	-Acrílicas ou modacrílicas	16	12,8	Art. 7º
5503.40.00	-De polipropileno	16	12,8	Art. 7º
5503.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
5504.90.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
5505.10.00	-De fibras sintéticas	16	12,8	Art. 7º
5505.20.00	-De fibras artificiais	12	9,6	Art. 7º
5506.10.00	-De náilon ou de outras poliamidas	16	12,8	Art. 7º
5506.20.00	-De poliésteres	16	12,8	Art. 7º
5506.30.00	-Acrílicas ou modacrílicas	16	12,8	Art. 7º
5506.40.00	-De polipropileno	16	12,8	Art. 7º
5506.90.00	-Outras	16	12,8	Art. 7º
5507.00.00	Fibras artificiais descontínuas, cardadas, penteadas ou transformadas de outro modo para fiação.	12	9,6	Art. 7º
5511.10.00	-De fibras sintéticas descontínuas, que contenham pelo menos 85 %, em peso, destas fibras	18	14,4	Art. 7º
5511.20.00	-De fibras sintéticas descontínuas, que contenham menos de 85 %, em peso, destas fibras	18	14,4	Art. 7º
5511.30.00	-De fibras artificiais descontínuas	18	14,4	Art. 7º
5601.21.10	Pastas (ouates)	18	14,4	Art. 7º
5601.21.90	Outros artigos de pastas (ouates)	18	14,4	Art. 7º
5601.22.19	Outras	18	14,4	Art. 7º
5601.22.91	Cilindros para filtros de cigarros	18	14,4	Art. 7º
5601.22.99	Outros	18	14,4	Art. 7º
5601.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
5601.30.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5604.10.00	-Fios e cordas, de borracha, recobertos de têxteis	18	14,4	Art. 7º
5604.90.21	Com borracha	18	14,4	Art. 7º
5604.90.22	Com plástico	18	14,4	Art. 7º
5604.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5605.00.10	Com metais preciosos	18	14,4	Art. 7º
5605.00.20	Revestidos por enrolamento, exceto com metais preciosos	18	14,4	Art. 7º
5605.00.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5606.00.00	Fios revestidos por enrolamento, lâminas e formas semelhantes das posições 54.04 ou 54.05, revestidas por enrolamento, exceto os da posição 56.05 e os fios de crina revestidos por enrolamento; fios de froco (chenille); fios denominados "de cadeia" (chaînette).	18	14,4	Art. 7º
5607.21.00	--Cordéis para atadeiras ou enfardadeiras	18	14,4	Art. 7º
5607.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
5607.41.00	--Cordéis para atadeiras ou enfardadeiras	18	14,4	Art. 7º
5607.49.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
5607.50.11	De náilon	18	14,4	Art. 7º
5607.50.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
5607.50.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5607.90.10	De algodão	18	14,4	Art. 7º
5607.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5608.11.00	--Redes confeccionadas para a pesca	18	14,4	Art. 7º
5608.19.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
5608.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º

5609.00.10	De algodão	18	14,4	Art. 7º
5609.00.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
5901.10.00	-Tecidos revestidos de cola ou de matérias amiláceas, do tipo utilizado na encadernação, cartonagem ou usos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
5901.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
5902.10.10	Impregnadas, recobertas ou revestidas com borracha	16	12,8	Art. 7º
5902.10.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
5902.20.00	-De poliésteres	16	12,8	Art. 7º
5902.90.00	-Outras	14	11,2	Art. 7º
5904.10.00	-Linóleos	16	12,8	Art. 7º
5904.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
5905.00.00	Revestimentos para paredes, de matérias têxteis.	16	12,8	Art. 7º
5906.10.00	-Fitas adesivas de largura não superior a 20 cm	16	12,8	Art. 7º
5906.91.00	--De malha	16	12,8	Art. 7º
5906.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
5907.00.00	Outros tecidos impregnados, revestidos ou recobertos; telas pintadas para cenários teatrais, para fundos de estúdio ou para usos semelhantes.	16	12,8	Art. 7º
5908.00.00	Mechas de matérias têxteis, tecidas, entrançadas ou tricotadas, para candeeiros, fogareiros, isqueiros, velas e semelhantes; camisas de incandescência e tecidos tubulares tricotados para a sua fabricação, mesmo impregnados.	16	12,8	Art. 7º
5909.00.00	Mangueiras e tubos semelhantes, de matérias têxteis, mesmo com reforço ou acessórios de outras matérias.	16	12,8	Art. 7º
5910.00.00	Correias transportadoras ou de transmissão, de matérias têxteis, mesmo impregnadas, revestidas ou recobertas, de plástico, ou estratificadas com plástico ou reforçadas com metal ou com outras matérias.	16	12,8	Art. 7º
5911.10.00	-Tecidos, feltros e tecidos forrados de feltro, combinados com uma ou mais camadas de borracha, couro ou de outras matérias, do tipo utilizado na fabricação de guarnições de cardas, e produtos análogos para outros usos técnicos, incluindo as fitas de veludo, impregnadas de borracha, para recobrimento de cilindros de teares	16	12,8	Art. 7º
5911.20.10	De matéria têxtil sintética ou artificial, em peça	16	12,8	Art. 7º
5911.20.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
6402.12.00	--Calçado para esqui e para surfe de neve	20	16	Art. 7º
6403.12.00	--Calçado para esqui e para surfe de neve	20	16	Art. 7º
6406.10.00	-Partes superiores de calçado e seus componentes, exceto contrafortes e biqueiras rígidas	18	14,4	Art. 7º
6406.20.00	-Solas exteriores e saltos, de borracha ou plástico	18	14,4	Art. 7º
6406.90.10	Solas exteriores e saltos, de couro natural ou reconstituído	18	14,4	Art. 7º
6406.90.20	Palmilhas	18	14,4	Art. 7º
6406.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
6501.00.00	Esboços não enformados nem na copa nem na aba, discos e cilindros, mesmo cortados no sentido da altura, de feltro, para chapéus.	18	14,4	Art. 7º
6502.00.10	De palha fina (manila, panamá e semelhantes)	18	14,4	Art. 7º
6502.00.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
6504.00.10	De palha fina (manila, panamá e semelhantes)	20	16	Art. 7º
6504.00.90	Outros	20	16	Art. 7º
6505.00.11	De algodão	20	16	Art. 7º
6505.00.12	De fibras sintéticas ou artificiais	20	16	Art. 7º
6505.00.19	De outras matérias têxteis	20	16	Art. 7º
6505.00.21	De algodão	20	16	Art. 7º
6505.00.22	De fibras sintéticas ou artificiais	20	16	Art. 7º
6505.00.29	De outras matérias têxteis	20	16	Art. 7º
6505.00.31	De algodão	20	16	Art. 7º
6505.00.32	De fibras sintéticas ou artificiais	20	16	Art. 7º
6505.00.39	De outras matérias têxteis	20	16	Art. 7º
6505.00.90	Outros	20	16	Art. 7º
6506.10.00	-Capacetes e artigos de uso semelhante, de proteção	20	16	Art. 7º
6506.91.00	--De borracha ou de plástico	20	16	Art. 7º
6506.99.00	--De outras matérias	20	16	Art. 7º
6507.00.00	Carneiras, forros, capas, armações, palas e barbicachos (francaletes*), para chapéus e artigos de uso semelhante.	18	14,4	Art. 7º
6601.10.00	-Guarda-sóis de jardim e artigos semelhantes	20	16	Art. 7º
6601.91.10	Cobertos de tecido de seda ou de matérias têxteis sintéticas ou artificiais	20	16	Art. 7º
6601.91.90	Outros	20	16	Art. 7º
6601.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
6602.00.00	Bengalas, bengalas-assentos, chicotes, pingalins e artigos semelhantes.	20	16	Art. 7º
6603.20.00	-Armações montadas, mesmo com hastes ou cabos, para guarda-chuvas, sombrinhas ou guarda-sóis	18	14,4	Art. 7º
6603.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
6701.00.00	Peles e outras partes de aves, com as suas penas ou penugem, penas, partes de penas, penugem e artigos destas matérias, exceto os produtos da posição 05.05, bem como os cálamos e outros canos de penas, trabalhados.	16	12,8	Art. 7º
6702.10.00	-De plástico	16	12,8	Art. 7º
6702.90.00	-De outras matérias	16	12,8	Art. 7º
6703.00.00	Cabelo disposto no mesmo sentido, adelgaçado, branqueado ou preparado de outro modo; lã, pelos e outras matérias têxteis, preparados para fabricação de perucas ou de artigos semelhantes.	16	12,8	Art. 7º
6704.11.00	--Perucas completas	16	12,8	Art. 7º
6704.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
6704.20.00	-De cabelo	16	12,8	Art. 7º
6704.90.00	-De outras matérias	16	12,8	Art. 7º
6801.00.00	Pedras para calcetar, meios-fios (lancis) e placas (lajes) para pavimentação, de pedra natural (exceto a ardósia).	6	4,8	Art. 7º
6802.10.00	-Ladrilhos, cubos, pastilhas e artigos semelhantes, mesmo de forma diferente da quadrada ou retangular, cuja maior superfície possa ser inscrita num quadrado de lado inferior a 7 cm; grânulos, fragmentos e pós, corados artificialmente	8	6,4	Art. 7º
6802.21.00	--Mármore, travertino e alabastro	8	6,4	Art. 7º
6802.23.00	--Granito	6	4,8	Art. 7º
6802.29.00	--Outras pedras	6	4,8	Art. 7º
6802.91.00	--Mármore, travertino e alabastro	6	4,8	Art. 7º
6802.92.00	--Outras pedras calcárias	6	4,8	Art. 7º
6802.93.10	Esferas para moinho	6	4,8	Art. 7º
6802.93.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
6802.99.10	Esferas para moinho	6	4,8	Art. 7º
6802.99.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
6803.00.00	Ardósia natural trabalhada e obras de ardósia natural ou aglomerada.	6	4,8	Art. 7º
6804.10.00	-Mós para moer ou desfibrar	6	4,8	Art. 7º
6804.21.11	Aglomerados com resina	6	4,8	Art. 7º
6804.21.19	Outros	6	4,8	Art. 7º
6804.21.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
6804.22.11	Aglomerados com resina	6	4,8	Art. 7º
6804.22.19	Outros	6	4,8	Art. 7º
6804.22.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
6804.23.00	--De pedras naturais	6	4,8	Art. 7º
6804.30.00	-Pedras para amolar ou para polir, manualmente	6	4,8	Art. 7º
6805.10.00	-Aplicados apenas sobre tecidos de matérias têxteis	10	8	Art. 7º
6805.20.00	-Aplicados apenas sobre papel ou cartão	10	8	Art. 7º
6805.30.10	Com suporte de papel ou cartão combinados com matérias têxteis	10	8	Art. 7º
6805.30.20	Discos de fibra vulcanizada recobertos com óxido de alumínio ou carboneto de silício	10	8	Art. 7º

6805.30.90	Outros	10	8	Art. 7º
6806.10.00	-Lãs de escórias de altos-fornos, lãs de outras escórias, lã de rocha e lãs minerais semelhantes, mesmo misturadas entre si, a granel, em folhas ou em rolos	8	6,4	Art. 7º
6806.20.00	-Vermiculita e argilas, expandidas, espuma de escórias e produtos minerais semelhantes, expandidos, mesmo misturados entre si	8	6,4	Art. 7º
6806.90.10	Aluminosos ou silicoaluminosos	8	6,4	Art. 7º
6806.90.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
6807.10.00	-Em rolos	8	6,4	Art. 7º
6807.90.00	-Outras	8	6,4	Art. 7º
6808.00.00	Painéis, chapas, ladrilhos, blocos e semelhantes, de fibras vegetais, palha ou aparas, partículas, serragem (serradura) ou outros desperdícios de madeira, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais.	8	6,4	Art. 7º
6809.11.00	--Revestidos ou reforçados exclusivamente com papel ou cartão	10	8	Art. 7º
6809.19.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
6809.90.00	-Outras obras	8	6,4	Art. 7º
6810.11.00	--Blocos e tijolos para a construção	8	6,4	Art. 7º
6810.19.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
6810.91.00	--Elementos pré-fabricados para a construção ou engenharia civil	8	6,4	Art. 7º
6810.99.00	--Outras	8	6,4	Art. 7º
6811.40.00	-Que contenham amianto	8	6,4	Art. 7º
6811.81.00	--Placas onduladas	8	6,4	Art. 7º
6811.82.00	--Outras placas, painéis, ladrilhos, telhas e artigos semelhantes	8	6,4	Art. 7º
6811.89.00	--Outras obras	8	6,4	Art. 7º
6812.80.00	-De crocidolita	14	11,2	Art. 7º
6812.91.00	--Vestuário, acessórios de vestuário, calçado e chapéus	14	11,2	Art. 7º
6812.99.10	Juntas e outros elementos com função semelhante de vedação	14	11,2	Art. 7º
6812.99.20	Amianto trabalhado, em fibras	12	9,6	Art. 7º
6812.99.30	Misturas à base de amianto ou à base de amianto e carbonato de magnésio	12	9,6	Art. 7º
6812.99.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
6813.20.00	-Que contenham amianto	14	11,2	Art. 7º
6813.81.10	Pastilhas	14	11,2	Art. 7º
6813.81.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
6813.89.10	Disco de fricção para embreagens	14	11,2	Art. 7º
6813.89.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
6814.10.00	-Placas, folhas ou tiras, de mica aglomerada ou reconstituída, mesmo com suporte	14	11,2	Art. 7º
6814.90.00	-Outras	14	11,2	Art. 7º
6815.13.00	--Outras obras de fibras de carbono	14	11,2	Art. 7º
6815.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
6815.20.00	-Obras de turfa	14	11,2	Art. 7º
6815.91.10	Crus, aglomerados com aglutinante químico	14	11,2	Art. 7º
6815.91.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
6815.99.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
6815.99.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
6901.00.00	Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e outras peças cerâmicas de farinhas siliciosas fósseis (por exemplo, kieselguhr, tripolita, diatomita) ou de terras siliciosas semelhantes.	10	8	Art. 7º
6902.10.18	Outros tijolos	10	8	Art. 7º
6902.10.19	Outros	10	8	Art. 7º
6902.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
6902.20.10	Tijolos sílico-aluminosos	10	8	Art. 7º
6902.20.91	Sílico-aluminosos	10	8	Art. 7º
6902.20.92	Silicoso, semi-silicoso ou de sílica	10	8	Art. 7º
6902.20.93	De silimanita	10	8	Art. 7º
6902.20.99	Outros	10	8	Art. 7º
6902.90.10	De grafita	10	8	Art. 7º
6902.90.20	Não fundidos, com um teor de óxido de zircônio (ZrO2) superior a 25 %, em peso	10	8	Art. 7º
6902.90.40	De carboneto de silício	10	8	Art. 7º
6902.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
6903.10.11	De grafita, exceto os do subitem 6903.10.12	10	8	Art. 7º
6903.10.12	Elaborados com uma mistura de grafita e carboneto de silício	10	8	Art. 7º
6903.10.19	Outros	10	8	Art. 7º
6903.10.20	Retortas elaboradas com uma mistura de grafita e carboneto de silício	10	8	Art. 7º
6903.10.30	Tampas e tampões	10	8	Art. 7º
6903.10.40	Tubos	10	8	Art. 7º
6903.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
6903.20.10	Cadinhos	10	8	Art. 7º
6903.20.20	Tampas e tampões	10	8	Art. 7º
6903.20.30	Tubos	10	8	Art. 7º
6903.20.90	Outros	10	8	Art. 7º
6903.90.11	De carboneto de silício	10	8	Art. 7º
6903.90.12	De compostos de zircônio	10	8	Art. 7º
6903.90.19	Outros	10	8	Art. 7º
6903.90.91	De carboneto de silício	10	8	Art. 7º
6903.90.92	De compostos de zircônio	10	8	Art. 7º
6903.90.99	Outros	10	8	Art. 7º
6904.10.00	-Tijolos para construção	12	9,6	Art. 7º
6904.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
6905.10.00	-Telhas	12	9,6	Art. 7º
6905.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
6906.00.00	Tubos, calhas ou algerozes e acessórios para canalizações, de cerâmica.	12	9,6	Art. 7º
6907.21.00	--Com um coeficiente de absorção de água, em peso, não superior a 0,5 %	14	11,2	Art. 7º
6907.22.00	--Com um coeficiente de absorção de água, em peso, superior a 0,5 %, mas não superior a 10 %	14	11,2	Art. 7º
6907.23.00	--Com um coeficiente de absorção de água, em peso, superior a 10 %	14	11,2	Art. 7º
6907.30.00	-Cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, exceto os da subposição 6907.40	14	11,2	Art. 7º
6907.40.00	-Peças de acabamento	14	11,2	Art. 7º
6909.11.00	--De porcelana	12	9,6	Art. 7º
6909.12.10	Guia-fios para máquina têxtil	12	9,6	Art. 7º
6909.12.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
6909.19.10	Guia-fios para máquina têxtil	12	9,6	Art. 7º
6909.19.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
6909.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
6910.10.00	-De porcelana	18	14,4	Art. 7º
6910.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
6911.10.10	Conjunto (jogo ou aparelho) para jantar, café ou chá, apresentado em embalagem comum	20	16	Art. 7º
6911.10.90	Outros	20	16	Art. 7º
6911.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
6912.00.00	Serviços de mesa, artigos de cozinha, outros artigos de uso doméstico e artigos de higiene ou de toucador, de cerâmica, exceto de porcelana.	20	16	Art. 7º
6913.10.00	-De porcelana	20	16	Art. 7º
6913.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
6914.10.00	-De porcelana	20	16	Art. 7º
6914.90.00	-Outras	20	16	Art. 7º
7002.10.00	-Esferas	4	3,2	Art. 7º
7002.20.00	-Barras ou varetas	4	3,2	Art. 7º
7002.31.00	--De quartzo ou de outras sílicas fundidos	4	3,2	Art. 7º
7002.32.00	--De outro vidro com um coeficiente de dilatação linear não superior a 5 x 106 por Kelvin, entre 0 °C e 300 °C	4	3,2	Art. 7º
7002.39.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
7003.12.00	--Coradas na massa, opacificadas, folheadas (chapeadas), ou com camada absorvente, refletora ou não	10	8	Art. 7º
7003.19.00	--Outras	10	8	Art. 7º
7003.20.00	-Chapas e folhas, armadas	10	8	Art. 7º
7003.30.00	-Perfis	10	8	Art. 7º
7004.20.00	-Vidro corado na massa, opacificado, folheado (chapeado), ou com camada absorvente, refletora ou não	10	8	Art. 7º

7004.90.00	-Outro vidro	10	8	Art. 7º
7005.10.00	-Vidro não armado, com camada absorvente, refletora ou não	10	8	Art. 7º
7005.21.00	--Corado na massa, opacificado, folheado (chapeado) ou simplesmente desbastado	10	8	Art. 7º
7005.29.00	--Outro	10	8	Art. 7º
7005.30.00	-Vidro armado	10	8	Art. 7º
7006.00.00	Vidro das posições 70.03, 70.04 ou 70.05, recurvado, biselado, gravado, brocado, esmaltado ou trabalhado de outro modo, mas não emoldurado nem associado a outras matérias.	12	9,6	Art. 7º
7007.11.00	--De dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis, veículos aéreos, barcos ou outros veículos	12	9,6	Art. 7º
7007.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7007.21.00	--De dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis, veículos aéreos, barcos ou outros veículos	12	9,6	Art. 7º
7007.29.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7008.00.00	Vidros isolantes de paredes múltiplas.	12	9,6	Art. 7º
7009.10.00	-Espelhos retrovisores para veículos	14	11,2	Art. 7º
7009.91.00	--Não emoldurados	14	11,2	Art. 7º
7009.92.00	--Emoldurados	14	11,2	Art. 7º
7010.10.00	-Ampolas	10	8	Art. 7º
7010.20.00	-Rolhas, tampas e outros dispositivos para fechar recipientes	10	8	Art. 7º
7010.90.11	Garrafões e garrafas	10	8	Art. 7º
7010.90.12	Frascos, boiões, vasos, embalagens tubulares e outros recipientes próprios para transporte ou embalagem; boiões para conservas	10	8	Art. 7º
7010.90.21	Garrafões e garrafas	10	8	Art. 7º
7010.90.22	Frascos, boiões, vasos, embalagens tubulares e outros recipientes próprios para transporte ou embalagem; boiões para conservas	10	8	Art. 7º
7010.90.90	Outros	10	8	Art. 7º
7011.10.10	Para lâmpadas ou tubos de descarga, incluindo os de luz relâmpago (flash)	10	8	Art. 7º
7011.10.21	Bulbos de diâmetro inferior ou igual a 90 mm	10	8	Art. 7º
7011.10.29	Outros	10	8	Art. 7º
7011.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
7011.20.00	-Para tubos catódicos	10	8	Art. 7º
7011.90.00	-Outros	10	8	Art. 7º
7013.10.00	-Objetos de vitrocerâmica	18	14,4	Art. 7º
7013.22.00	--De cristal de chumbo	18	14,4	Art. 7º
7013.28.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7013.33.00	--De cristal de chumbo	18	14,4	Art. 7º
7013.37.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7013.41.00	--De cristal de chumbo	18	14,4	Art. 7º
7013.42.10	Cafeteiras e chaleiras	18	14,4	Art. 7º
7013.42.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
7013.49.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7013.91.10	Para ornamentação de interiores	18	14,4	Art. 7º
7013.91.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
7013.99.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7014.00.00	Artigos de vidro para sinalização e elementos de óptica de vidro (exceto os da posição 70.15), não trabalhados opticamente.	14	11,2	Art. 7º
7015.10.92	Coloridos	14	11,2	Art. 7º
7015.90.10	Vidros de relojoaria	14	11,2	Art. 7º
7015.90.20	Vidros para máscaras, óculos ou anteparos, protetores	14	11,2	Art. 7º
7015.90.30	Vidros para os demais óculos	14	11,2	Art. 7º
7015.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7016.10.00	-Cubos, pastilhas e outros artigos semelhantes, de vidro, mesmo com suporte, para mosaicos ou decorações semelhantes	14	11,2	Art. 7º
7016.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7017.10.00	-De quartzo ou de outras sílicas, fundidos	14	11,2	Art. 7º
7017.20.00	-De outro vidro com um coeficiente de dilatação linear não superior a 5 x 106 por Kelvin, entre 0 °C e 300 °C	14	11,2	Art. 7º
7017.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7018.10.10	Contas de vidro	18	14,4	Art. 7º
7018.10.20	Imitações de pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	18	14,4	Art. 7º
7018.10.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
7018.20.00	-Microsferas de vidro, de diâmetro não superior a 1 mm	18	14,4	Art. 7º
7018.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
7019.11.00	--Fios cortados (chopped strands), de comprimento não superior a 50 mm	12	9,6	Art. 7º
7019.12.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7019.13.00	--Outros fios, mechas	12	9,6	Art. 7º
7019.14.00	--Mantas (mats) consolidadas mecanicamente	12	9,6	Art. 7º
7019.15.00	--Mantas (mats) consolidadas quimicamente	12	9,6	Art. 7º
7019.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7019.61.00	--Tecidos de mechas ligeiramente torcidas (rovings) de malha fechada (closed woven fabrics)	12	9,6	Art. 7º
7019.62.00	--Outros, obtidos de mechas ligeiramente torcidas (rovings) de malha fechada (other closed fabrics)	12	9,6	Art. 7º
7019.63.00	--Tecidos de fios de malha fechada, em ponto de tafetá, não revestidos nem estratificados	12	9,6	Art. 7º
7019.64.00	--Tecidos de fios de malha fechada, em ponto de tafetá, revestidos ou estratificados	12	9,6	Art. 7º
7019.65.00	--Tecidos de malha aberta de largura não superior a 30 cm	12	9,6	Art. 7º
7019.66.00	--Tecidos de malha aberta de largura superior a 30 cm	12	9,6	Art. 7º
7019.69.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7019.71.00	--Véus (camadas finas)	12	9,6	Art. 7º
7019.72.00	--Outros tecidos de malha fechada	12	9,6	Art. 7º
7019.73.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7019.80.00	-Lã de vidro e suas obras	12	9,6	Art. 7º
7019.90.00	-Outras	12	9,6	Art. 7º
7020.00.10	Ampolas de vidro para garrafas térmicas ou para outros recipientes isotérmicos, cujo isolamento seja assegurado pelo vácuo	10	8	Art. 7º
7020.00.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
7101.10.00	-Pérolas naturais	10	8	Art. 7º
7101.21.00	--Em bruto	10	8	Art. 7º
7101.22.00	--Trabalhadas	10	8	Art. 7º
7102.10.00	-Não selecionados	10	8	Art. 7º
7102.31.00	--Em bruto ou simplesmente serrados, clivados ou desbastados	8	6,4	Art. 7º
7102.39.00	--Outros	10	8	Art. 7º
7103.10.00	-Em bruto ou simplesmente serradas ou desbastadas	8	6,4	Art. 7º
7103.91.00	--Rubis, safiras e esmeraldas	10	8	Art. 7º
7103.99.00	--Outras	10	8	Art. 7º
7104.10.00	-Quartzo piezelétrico	10	8	Art. 7º
7104.29.00	--Outras	10	8	Art. 7º
7104.91.00	--Diamantes	10	8	Art. 7º
7104.99.00	--Outras	10	8	Art. 7º
7105.10.00	-De diamantes	6	4,8	Art. 7º
7105.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
7106.10.00	-Pós	6	4,8	Art. 7º
7106.91.00	--Em formas brutas	6	4,8	Art. 7º
7106.92.10	Barras, fios e perfis de seção maciça	12	9,6	Art. 7º
7106.92.20	Chapas, lâminas, folhas e tiras	12	9,6	Art. 7º
7106.92.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7107.00.00	Metais comuns folheados ou chapeados (plaquê) de prata, em formas brutas ou semimanufaturadas.	12	9,6	Art. 7º
7108.13.10	Barras, fios e perfis de seção maciça	12	9,6	Art. 7º
7108.13.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7109.00.00	Metais comuns ou prata, folheados ou chapeados (plaquê) de ouro, em formas brutas ou semimanufaturadas.	12	9,6	Art. 7º
7110.19.10	Barras, fios e perfis de seção maciça	12	9,6	Art. 7º
7110.19.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7110.29.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7110.39.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7110.49.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7111.00.00	Metais comuns, prata ou ouro, folheados ou chapeados (plaquê) de platina, em formas brutas ou semimanufaturadas.	12	9,6	Art. 7º

7112.30.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
7112.99.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
7113.11.00	--De prata, mesmo revestida, folheada ou chapeada de outros metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7113.19.00	--De outros metais preciosos, mesmo revestidos, folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7113.20.00	-De metais comuns folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7114.11.00	--De prata, mesmo revestida, folheada ou chapeada de outros metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7114.19.00	--De outros metais preciosos, mesmo revestidos, folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7114.20.00	-De metais comuns folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
7115.10.00	-Telas ou grades catalisadoras, de platina	18	14,4	Art. 7º
7115.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
7116.10.00	-De pérolas naturais ou cultivadas	18	14,4	Art. 7º
7116.20.10	De diamantes sintéticos	18	14,4	Art. 7º
7116.20.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
7117.11.00	--Abotoaduras (botões de punho) e artigos semelhantes	18	14,4	Art. 7º
7117.19.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
7117.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
7118.10.10	Destinadas a ter curso legal no país importador	16	12,8	Art. 7º
7118.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
7201.10.00	-Ferro fundido bruto não ligado, que contenha, em peso, 0,5 % ou menos de fósforo	4	3,2	Art. 7º
7201.20.00	-Ferro fundido bruto não ligado, que contenha, em peso, mais de 0,5 % de fósforo	4	3,2	Art. 7º
7201.50.00	-Ligas de ferro fundido bruto; ferro spiegel (especular)	4	3,2	Art. 7º
7202.11.00	--Que contenha, em peso, mais de 2 % de carbono	6	4,8	Art. 7º
7202.19.00	--Outra	6	4,8	Art. 7º
7202.21.00	--Que contenha, em peso, mais de 55 % de silício	6	4,8	Art. 7º
7202.29.00	--Outra	6	4,8	Art. 7º
7202.30.00	-Ferrossiliciomanganês	6	4,8	Art. 7º
7202.41.00	--Que contenha, em peso, mais de 4 % de carbono	6	4,8	Art. 7º
7202.49.00	--Outra	6	4,8	Art. 7º
7202.50.00	-Ferrossiliciocromo	6	4,8	Art. 7º
7202.60.00	-Ferroníquel	6	4,8	Art. 7º
7202.70.00	-Ferromolibdênio	6	4,8	Art. 7º
7202.80.00	-Ferrotungstênio (ferrovolfrâmio) e ferrossiliciotungstênio (ferrossiliciovolfrâmio)	6	4,8	Art. 7º
7202.91.00	--Ferrotitânio e ferrossiliciotitânio	6	4,8	Art. 7º
7202.92.00	--Ferrovanádio	6	4,8	Art. 7º
7202.93.00	--Ferronióbio (ferrocolômbio)	6	4,8	Art. 7º
7202.99.10	Ferrofósforo	6	4,8	Art. 7º
7202.99.90	Outras	6	4,8	Art. 7º
7205.10.00	-Granalhas	6	4,8	Art. 7º
7205.29.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
7206.10.00	-Lingotes	6	4,8	Art. 7º
7206.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
7207.11.10	Billets	8	6,4	Art. 7º
7207.11.90	Outros	8	6,4	Art. 7º
7207.12.00	--Outros, de seção transversal retangular	8	6,4	Art. 7º
7207.19.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
7207.20.00	-Que contenham, em peso, 0,25 % ou mais de carbono	8	6,4	Art. 7º
7208.10.00	-Em rolos, simplesmente laminados a quente, apresentando motivos em relevo	12	9,6	Art. 7º
7208.25.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.26.10	Com um limite mínimo de elasticidade de 355 MPa	10	8	Art. 7º
7208.26.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7208.27.10	Com um limite mínimo de elasticidade de 275 MPa	10	8	Art. 7º
7208.27.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7208.36.10	Com um limite mínimo de elasticidade de 355 MPa	10	8	Art. 7º
7208.36.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7208.37.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.38.10	Com um limite mínimo de elasticidade de 355 MPa	10	8	Art. 7º
7208.38.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7208.39.10	Com um limite mínimo de elasticidade de 275 MPa	10	8	Art. 7º
7208.39.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7208.40.00	-Não enrolados, simplesmente laminados a quente, apresentando motivos em relevo	12	9,6	Art. 7º
7208.51.00	--De espessura superior a 10 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.52.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.53.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.54.00	--De espessura inferior a 3 mm	12	9,6	Art. 7º
7208.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
7209.15.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.16.00	--De espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.17.00	--De espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.18.00	--De espessura inferior a 0,5 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.25.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.26.00	--De espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.27.00	--De espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.28.00	--De espessura inferior a 0,5 mm	12	9,6	Art. 7º
7209.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
7210.11.00	--De espessura igual ou superior a 0,5 mm	12	9,6	Art. 7º
7210.12.00	--De espessura inferior a 0,5 mm	12	9,6	Art. 7º
7210.20.00	-Revestidos de chumbo, incluindo os revestidos de uma liga de chumboestanho	12	9,6	Art. 7º
7210.30.10	De espessura inferior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7210.30.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7210.41.10	De espessura inferior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7210.41.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7210.49.10	De espessura inferior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7210.49.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7210.50.00	-Revestidos de óxidos de cromo ou de cromo e óxidos de cromo	12	9,6	Art. 7º
7210.61.00	--Revestidos de ligas de aluminiozinco	12	9,6	Art. 7º
7210.69.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
7210.69.90	Outros	12	9,6	Art. 7º

7210.70.10	Pintados ou envernizados	12	9,6	Art. 7º
7210.70.20	Revestidos de plástico	12	9,6	Art. 7º
7210.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
7211.13.00	--Laminados nas quatro faces ou em caixa fechada, de largura superior a 150 mm e de espessura igual ou superior a 4 mm, não enrolados e não apresentando motivos em relevo	12	9,6	Art. 7º
7211.14.00	--Outros, de espessura igual ou superior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7211.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7211.23.00	--Que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono	12	9,6	Art. 7º
7211.29.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,25 %, mas inferior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7211.29.20	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7211.90.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7211.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7212.10.00	-Estanhados	12	9,6	Art. 7º
7212.20.10	De espessura inferior a 4,75 mm	12	9,6	Art. 7º
7212.20.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7212.30.00	-Galvanizados por outro processo	12	9,6	Art. 7º
7212.40.10	Pintados ou envernizados	12	9,6	Art. 7º
7212.40.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7212.50.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7212.60.00	-Folheados ou chapeados	12	9,6	Art. 7º
7213.10.00	-Dentados, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem	12	9,6	Art. 7º
7213.20.00	-Outros, de aço para tornear	12	9,6	Art. 7º
7213.91.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7213.91.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7213.99.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7213.99.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7214.10.10	Com um teor de carbono inferior ou igual a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7214.10.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7214.20.00	-Dentadas, com nervuras, sulcos (entalhes) ou relevos, obtidos durante a laminagem, ou torcidas após laminagem	12	9,6	Art. 7º
7214.30.00	-Outras, de aço para tornear	12	9,6	Art. 7º
7214.91.00	--De seção transversal retangular	12	9,6	Art. 7º
7214.99.10	De seção circular	12	9,6	Art. 7º
7214.99.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7215.10.00	-De aço para tornear, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio	12	9,6	Art. 7º
7215.50.00	-Outras, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio	12	9,6	Art. 7º
7215.90.10	Com um teor de carbono inferior ou igual a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7215.90.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7216.10.00	-Perfis em U, I ou H, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente, de altura inferior a 80 mm	12	9,6	Art. 7º
7216.21.00	--Perfis em L	12	9,6	Art. 7º
7216.22.00	--Perfis em T	12	9,6	Art. 7º
7216.31.00	--Perfis em U	12	9,6	Art. 7º
7216.32.00	--Perfis em I	12	9,6	Art. 7º
7216.33.00	--Perfis em H	12	9,6	Art. 7º
7216.40.10	De altura inferior ou igual a 200 mm	12	9,6	Art. 7º
7216.40.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7216.50.00	-Outros perfis, simplesmente laminados, estirados ou extrudados, a quente	12	9,6	Art. 7º
7216.61.10	De altura inferior a 80 mm	12	9,6	Art. 7º
7216.61.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7216.69.10	De altura inferior a 80 mm	12	9,6	Art. 7º
7216.69.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7216.91.00	--Obtidos ou acabados a frio a partir de produtos laminados planos	12	9,6	Art. 7º
7216.99.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7217.10.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
7217.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7217.20.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7217.20.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7217.30.10	Com um teor de carbono igual ou superior a 0,6 %, em peso	12	9,6	Art. 7º
7217.30.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7217.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
7218.10.00	-Lingotes e outras formas primárias	8	6,4	Art. 7º
7218.91.00	--De seção transversal retangular	8	6,4	Art. 7º
7218.99.00	--Outros	8	6,4	Art. 7º
7219.11.00	--De espessura superior a 10 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.12.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.13.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.14.00	--De espessura inferior a 3 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.21.00	--De espessura superior a 10 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.22.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.23.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.24.00	--De espessura inferior a 3 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.31.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.32.00	--De espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.33.00	--De espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.34.00	--De espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.35.00	--De espessura inferior a 0,5 mm	14	11,2	Art. 7º
7219.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7220.11.00	--De espessura igual ou superior a 4,75 mm	14	11,2	Art. 7º
7220.12.10	De espessura inferior ou igual a 1,5 mm	14	11,2	Art. 7º
7220.12.20	De espessura superior a 1,5 mm, mas não superior a 3 mm	14	11,2	Art. 7º
7220.12.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7220.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7220.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7221.00.00	Fio-máquina de aço inoxidável.	14	11,2	Art. 7º
7222.11.00	--De seção circular	14	11,2	Art. 7º
7222.19.10	De seção transversal retangular	14	11,2	Art. 7º
7222.19.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
7222.20.00	-Barras simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio	14	11,2	Art. 7º
7222.30.00	-Outras barras	14	11,2	Art. 7º
7222.40.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7223.00.00	Fios de aço inoxidável.	14	11,2	Art. 7º
7224.10.00	-Lingotes e outras formas primárias	8	6,4	Art. 7º
7224.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
7225.11.00	--De grãos orientados	14	11,2	Art. 7º
7225.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7225.30.00	-Outros, simplesmente laminados a quente, em rolos	14	11,2	Art. 7º
7225.40.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7225.50.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7225.91.00	--Galvanizados eletroliticamente	14	11,2	Art. 7º
7225.92.00	--Galvanizados por outro processo	14	11,2	Art. 7º
7225.99.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7226.11.00	--De grãos orientados	14	11,2	Art. 7º
7226.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7226.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7226.91.00	--Simplesmente laminados a quente	14	11,2	Art. 7º
7226.92.00	--Simplesmente laminados a frio	14	11,2	Art. 7º

7226.99.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7227.10.00	-De aço de corte rápido	14	11,2	Art. 7º
7227.20.00	-De aço siliciomanganês	14	11,2	Art. 7º
7227.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7228.10.10	Simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente	14	11,2	Art. 7º
7228.10.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
7228.20.00	-Barras de aço siliciomanganês	14	11,2	Art. 7º
7228.30.00	-Outras barras, simplesmente laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente	14	11,2	Art. 7º
7228.40.00	-Outras barras, simplesmente forjadas	14	11,2	Art. 7º
7228.50.00	-Outras barras, simplesmente obtidas ou completamente acabadas a frio	14	11,2	Art. 7º
7228.60.00	-Outras barras	14	11,2	Art. 7º
7228.70.00	-Perfis	14	11,2	Art. 7º
7228.80.00	-Barras ocas para perfuração	14	11,2	Art. 7º
7229.20.00	-De aço siliciomanganês	14	11,2	Art. 7º
7229.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7301.10.00	-Estacas-pranchas	10	8	Art. 7º
7301.20.00	-Perfis	10	8	Art. 7º
7302.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7302.30.00	-Agulhas, cróssimas, alavancas para comando de agulhas e outros elementos de cruzamentos e desvios	12	9,6	Art. 7º
7302.40.00	-Talas de junção (Eclissas*) e placas de apoio ou assentamento	12	9,6	Art. 7º
7302.90.00	-Outros	12	9,6	Art. 7º
7303.00.00	Tubos e perfis ocos, de ferro fundido.	12	9,6	Art. 7º
7304.11.00	--De aço inoxidável	16	12,8	Art. 7º
7304.19.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.22.00	--Hastes de perfuração de aço inoxidável	16	12,8	Art. 7º
7304.23.10	De aço não ligado	16	12,8	Art. 7º
7304.23.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
7304.24.00	--Outros, de aço inoxidável	16	12,8	Art. 7º
7304.29.10	De aço não ligado	16	12,8	Art. 7º
7304.29.31	De diâmetro exterior inferior ou igual a 229 mm	16	12,8	Art. 7º
7304.29.39	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.29.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.39.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.41.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.49.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.51.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.59.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7304.90.11	De aço inoxidável	16	12,8	Art. 7º
7305.11.00	--Soldados longitudinalmente por arco imerso	14	11,2	Art. 7º
7305.12.00	--Outros, soldados longitudinalmente	14	11,2	Art. 7º
7305.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7305.20.00	-Tubos para revestimento de poços, do tipo utilizado na extração de petróleo ou de gás	14	11,2	Art. 7º
7305.31.00	--Soldados longitudinalmente	14	11,2	Art. 7º
7305.39.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7305.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7306.11.00	--Soldados, de aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7306.19.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7306.21.00	--Soldados, de aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7306.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7306.30.00	-Outros, soldados, de seção circular, de ferro ou aço não ligado	14	11,2	Art. 7º
7306.40.00	-Outros, soldados, de seção circular, de aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7306.50.00	-Outros, soldados, de seção circular, de outras ligas de aço	14	11,2	Art. 7º
7306.61.00	--De seção quadrada ou retangular	14	11,2	Art. 7º
7306.69.00	--De outras seções	14	11,2	Art. 7º
7306.90.10	De ferro ou aço não ligado	14	11,2	Art. 7º
7306.90.20	De aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7306.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7307.11.00	--De ferro fundido não maleável	14	11,2	Art. 7º
7307.19.10	De ferro fundido maleável, de diâmetro interior superior a 50,8 mm	14	11,2	Art. 7º
7307.19.20	De aço	14	11,2	Art. 7º
7307.19.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7307.21.00	--Flanges	14	11,2	Art. 7º
7307.22.00	--Cotovelos, curvas e luvas (mangas*), roscados	14	11,2	Art. 7º
7307.23.00	--Acessórios para soldar topo a topo	14	11,2	Art. 7º
7307.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7307.91.00	--Flanges	14	11,2	Art. 7º
7307.92.00	--Cotovelos, curvas e luvas (mangas*), roscados	14	11,2	Art. 7º
7307.93.00	--Acessórios para soldar topo a topo	14	11,2	Art. 7º
7307.99.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7308.10.00	-Pontes e elementos de pontes	14 BK	11,2	Art. 7º
7308.20.00	-Torres e pórticos	14 BK	11,2	Art. 7º
7308.30.00	-Portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras	14	11,2	Art. 7º
7308.40.00	-Material para andaimes, para cofragens ou para escoramentos	14	11,2	Art. 7º
7308.90.10	Chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, próprios para construções	14	11,2	Art. 7º
7308.90.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7309.00.10	Para armazenamento de grãos e outras matérias sólidas	14 BK	11,2	Art. 7º
7309.00.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
7310.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7310.21.10	Próprias para acondicionar produtos alimentícios	14	11,2	Art. 7º
7310.21.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7310.29.10	Próprios para acondicionar produtos alimentícios	14	11,2	Art. 7º
7310.29.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7311.00.00	Recipientes para gases comprimidos ou liquefeitos, de ferro fundido, ferro ou aço.	14	11,2	Art. 7º
7312.10.10	De fios de aço revestidos de bronze ou latão	14	11,2	Art. 7º
7312.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7312.90.00	-Outros	14	11,2	Art. 7º
7313.00.00	Arame farpado, de ferro ou aço; arames ou tiras, retorcidos, mesmo farpados, de ferro ou aço, do tipo utilizado em cercas.	14	11,2	Art. 7º
7314.12.00	--Telas metálicas, contínuas ou sem fim, para máquinas, de aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7314.14.00	--Outras telas metálicas tecidas, de aço inoxidável	14	11,2	Art. 7º
7314.19.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
7314.20.00	-Grades e redes, soldadas nos pontos de interseção, de fios com, pelo menos, 3 mm na maior dimensão da seção transversal e com malhas de 100 cm2 ou mais, de superfície	14	11,2	Art. 7º
7314.31.00	--Galvanizadas	14	11,2	Art. 7º
7314.39.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
7314.41.00	--Galvanizadas	14	11,2	Art. 7º
7314.42.00	--Revestidas de plástico	14	11,2	Art. 7º
7314.49.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
7314.50.00	-Chapas e tiras, distendidas	14	11,2	Art. 7º
7315.11.00	--Correntes de rolos	14	11,2	Art. 7º
7315.12.10	De transmissão	14	11,2	Art. 7º
7315.12.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
7315.19.00	--Partes	14	11,2	Art. 7º
7315.20.00	-Correntes antiderrapantes	14	11,2	Art. 7º
7315.81.00	--Correntes de elos com suporte	14	11,2	Art. 7º
7315.82.00	--Outras correntes, de elos soldados	14	11,2	Art. 7º
7315.89.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º

7315.90.00	-Outras partes	14	11,2	Art. 7º
7316.00.00	Âncoras, fateixas, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço.	14	11,2	Art. 7º
7317.00.10	Tachas	14	11,2	Art. 7º
7317.00.20	Grampos de fio curvado	14	11,2	Art. 7º
7317.00.30	Pontas ou dentes para máquinas têxteis	14	11,2	Art. 7º
7317.00.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7318.11.00	--Tira-fundos	16	12,8	Art. 7º
7318.12.00	--Outros parafusos para madeira	16	12,8	Art. 7º
7319.40.00	-Alfinetes de segurança e outros alfinetes	16	12,8	Art. 7º
7319.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
7321.11.00	--A combustíveis gasosos, ou a gás e outros combustíveis	20	16	Art. 7º
7321.12.00	--A combustíveis líquidos	20	16	Art. 7º
7321.19.00	--Outros, incluindo os aparelhos a combustíveis sólidos	20	16	Art. 7º
7321.81.00	--A combustíveis gasosos, ou a gás e outros combustíveis	20	16	Art. 7º
7321.82.00	--A combustíveis líquidos	20	16	Art. 7º
7321.89.00	--Outros, incluindo os aparelhos a combustíveis sólidos	20	16	Art. 7º
7321.90.00	-Partes	18	14,4	Art. 7º
7322.11.00	--De ferro fundido	18	14,4	Art. 7º
7322.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7322.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
7323.10.00	-Palha de ferro ou aço; esponjas, esfregões, luvas e artigos semelhantes para limpeza, polimento ou usos semelhantes	18	14,4	Art. 7º
7323.91.00	--De ferro fundido, não esmaltados	18	14,4	Art. 7º
7323.92.00	--De ferro fundido, esmaltados	18	14,4	Art. 7º
7323.93.00	--De aço inoxidável	18	14,4	Art. 7º
7323.94.00	--De ferro ou aço, esmaltados	18	14,4	Art. 7º
7323.99.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
7324.10.00	-Pias e lavatórios, de aço inoxidável	18	14,4	Art. 7º
7324.21.00	--De ferro fundido, mesmo esmaltadas	18	14,4	Art. 7º
7324.29.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
7324.90.00	-Outros, incluindo as partes	18	14,4	Art. 7º
7325.91.00	--Esferas e artigos semelhantes, para moinhos	18	14,4	Art. 7º
7326.11.00	--Esferas e artigos semelhantes, para moinhos	18	14,4	Art. 7º
7401.00.00	Mates de cobre; cobre de cementação (precipitado de cobre).	6	4,8	Art. 7º
7402.00.00	Cobre não refinado (afinado); ânodos de cobre para refinação (afinação) eletrolítica.	6	4,8	Art. 7º
7403.11.00	--Cátodos e seus elementos	6	4,8	Art. 7º
7403.12.00	--Barras para obtenção de fios (wire-bars)	6	4,8	Art. 7º
7403.13.00	--Palanquilhas (Lingotes*) (billets)	6	4,8	Art. 7º
7403.19.00	--Outro	6	4,8	Art. 7º
7403.21.00	--À base de cobrezinco (latão)	6	4,8	Art. 7º
7403.22.00	--À base de cobre-estanho (bronze)	6	4,8	Art. 7º
7403.29.00	--Outras ligas de cobre (exceto ligas-mãe da posição 74.05)	6	4,8	Art. 7º
7405.00.00	Ligas-mãe de cobre.	6	4,8	Art. 7º
7406.10.00	-Pós de estrutura não lamelar	6	4,8	Art. 7º
7406.20.00	-Pós de estrutura lamelar; escamas	6	4,8	Art. 7º
7407.10.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7407.10.21	Ocos	12	9,6	Art. 7º
7407.10.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7407.21.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7407.21.20	Perfis	12	9,6	Art. 7º
7407.29.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7407.29.21	Ocos	12	9,6	Art. 7º
7407.29.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7408.11.00	--Com a maior dimensão da seção transversal superior a 6 mm	10	8	Art. 7º
7408.19.00	--Outros	12	9,6	Art. 7º
7408.21.00	--À base de cobrezinco (latão)	12	9,6	Art. 7º
7408.22.00	--À base de cobreníquel (cuproníquel) ou de cobreniquelzinco (maillechort)	12	9,6	Art. 7º
7408.29.13	Outros, fosforosos	12	9,6	Art. 7º
7408.29.19	Outros	12	9,6	Art. 7º
7408.29.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7409.11.00	--Em rolos	12	9,6	Art. 7º
7409.19.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.21.00	--Em rolos	12	9,6	Art. 7º
7409.29.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.31.19	Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.31.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.39.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.40.10	Em rolos	12	9,6	Art. 7º
7409.40.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7409.90.00	-De outras ligas de cobre	12	9,6	Art. 7º
7410.11.13	Outras, de espessura inferior ou igual a 0,04 mm	12 BIT	9,6	Art. 7º
7410.11.19	Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
7410.11.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7410.12.00	--De ligas de cobre	12	9,6	Art. 7º
7410.21.10	Com suporte isolante de resina epóxida e fibra de vidro, do tipo utilizado para circuitos impressos	4 BIT	3,2	Art. 7º
7410.21.30	Com suporte isolante de resina fenólica e papel, do tipo utilizado para circuitos impressos	4 BIT	3,2	Art. 7º
7410.21.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7410.22.00	--De ligas de cobre	12	9,6	Art. 7º
7411.10.10	Não aletados nem ranhurados	14	11,2	Art. 7º
7411.10.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7411.21.10	Não aletados nem ranhurados	14	11,2	Art. 7º
7411.21.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7411.22.10	Não aletados nem ranhurados	14	11,2	Art. 7º
7411.22.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7411.29.10	Não aletados nem ranhurados	14	11,2	Art. 7º
7411.29.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7412.10.00	-De cobre refinado (afinado)	14	11,2	Art. 7º
7412.20.00	-De ligas de cobre	14	11,2	Art. 7º
7413.00.00	Cordas, cabos, tranças (entrançados*) e artigos semelhantes, de cobre, não isolados para usos elétricos.	14	11,2	Art. 7º
7415.10.00	-Tachas, pregos, percevejos, escápulas (pregos para tacos) e artigos semelhantes	14	11,2	Art. 7º
7415.21.00	--Arruelas (anilhas) (incluindo as de pressão)	14	11,2	Art. 7º
7415.29.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7415.33.00	--Parafusos; pinos ou pernos e porcas	14	11,2	Art. 7º
7415.39.00	--Outros	14	11,2	Art. 7º
7418.10.00	-Serviços de mesa, artigos de cozinha e outros artigos de uso doméstico, e suas partes; esponjas, esfregões, luvas e artigos semelhantes, para limpeza, polimento ou usos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
7418.20.00	-Artigos de higiene ou de toucador, e suas partes	16	12,8	Art. 7º
7419.20.00	-Vazadas, moldadas, estampadas ou forjadas, mas não trabalhadas de outro modo	16	12,8	Art. 7º
7419.80.10	Telas metálicas de fio de cobre	14	11,2	Art. 7º
7419.80.20	Grades e redes, de fio de cobre; chapas e tiras, distendidas	14	11,2	Art. 7º
7419.80.30	Molas	14	11,2	Art. 7º
7501.10.00	-Mates de níquel	6	4,8	Art. 7º
7501.20.00	-Sinters de óxidos de níquel e outros produtos intermediários da metalurgia do níquel	6	4,8	Art. 7º
7502.10.10	Catodos	6	4,8	Art. 7º
7502.10.90	Outro	6	4,8	Art. 7º
7502.20.00	-Ligas de níquel	6	4,8	Art. 7º
7504.00.10	Não ligado	6	4,8	Art. 7º

7504.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
7505.11.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7505.11.21	Ocos	12	9,6	Art. 7º
7505.11.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7505.12.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7505.12.21	Ocos	12	9,6	Art. 7º
7505.12.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7505.21.00	--De níquel não ligado	12	9,6	Art. 7º
7505.22.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7506.10.00	-De níquel não ligado	12	9,6	Art. 7º
7506.20.00	-De ligas de níquel	12	9,6	Art. 7º
7507.11.00	--De níquel não ligado	14	11,2	Art. 7º
7507.12.00	--De ligas de níquel	14	11,2	Art. 7º
7507.20.00	-Acessórios para tubos	14	11,2	Art. 7º
7508.10.00	-Telas metálicas e grades, de fios de níquel	16	12,8	Art. 7º
7508.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
7601.10.00	-Alumínio não ligado	6	4,8	Art. 7º
7601.20.00	-Ligas de alumínio	6	4,8	Art. 7º
7603.10.00	-Pós de estrutura não lamelar	6	4,8	Art. 7º
7603.20.00	-Pós de estrutura lamelar; escamas	6	4,8	Art. 7º
7604.10.10	Barras	12	9,6	Art. 7º
7604.10.21	Ocos	12	9,6	Art. 7º
7604.10.29	Outros	12	9,6	Art. 7º
7604.21.00	--Perfis ocos	12	9,6	Art. 7º
7604.29.19	Outras	12	9,6	Art. 7º
7604.29.20	Perfis	12	9,6	Art. 7º
7605.11.10	Com um teor de alumínio igual ou superior a 99,45 %, em peso, e uma resistividade elétrica inferior ou igual a 0,0283 ohm.mm2/m	12	9,6	Art. 7º
7605.11.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7605.19.10	Com um teor de alumínio igual ou superior a 99,45 %, em peso, e uma resistividade elétrica inferior ou igual a 0,0283 ohm.mm2/m	12	9,6	Art. 7º
7605.19.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7605.21.10	Com um teor, em peso, de alumínio igual ou superior a 98,45 %, e de magnésio e silício, considerados individualmente, igual ou superior a 0,45 % e inferior ou igual a 0,55 % e uma resistividade elétrica inferior ou igual a 0,0328 ohm.mm2/m	12	9,6	Art. 7º
7605.21.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7605.29.10	Com um teor, em peso, de alumínio igual ou superior a 98,45 %, e de magnésio e silício, considerados individualmente, igual ou superior a 0,45 % e inferior ou igual a 0,55 % e uma resistividade elétrica inferior ou igual a 0,0328 ohm.mm2/m	12	9,6	Art. 7º
7605.29.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7606.11.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7606.12.10	Com teores, em peso, de magnésio igual ou superior a 4 % e inferior ou igual a 5 %, de manganês igual ou superior a 0,20 % e inferior ou igual a 0,50 %, de ferro inferior ou igual a 0,35 %, de silício inferior ou igual a 0,20 % e de outros metais, em conjunto, inferior ou igual a 0,75 %, e de espessura inferior ou igual a 0,3 mm e largura igual ou superior a 1.450 mm, envernizadas em ambas as faces	12	9,6	Art. 7º
7606.12.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7606.91.00	--De alumínio não ligado	12	9,6	Art. 7º
7606.92.00	--De ligas de alumínio	12	9,6	Art. 7º
7607.11.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7607.19.90	Outras	12	9,6	Art. 7º
7607.20.00	-Com suporte	12	9,6	Art. 7º
7608.10.00	-De alumínio não ligado	14	11,2	Art. 7º
7608.20.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
7609.00.00	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas (mangas*)), de alumínio.	14	11,2	Art. 7º
7610.10.00	-Portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras	16	12,8	Art. 7º
7610.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
7611.00.00	Reservatórios, tonéis, cubas e recipientes semelhantes para quaisquer matérias (exceto gases comprimidos ou liquefeitos), de alumínio, de capacidade superior a 300 l, sem dispositivos mecânicos ou térmicos, mesmo com revestimento interior ou calorífugo.	16	12,8	Art. 7º
7612.10.00	-Recipientes tubulares, flexíveis	16	12,8	Art. 7º
7612.90.11	Para aerossóis, com capacidade inferior ou igual a 700 cm3	16	12,8	Art. 7º
7612.90.19	Outros	16	12,8	Art. 7º
7612.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
7614.10.10	Cordas e cabos	12	9,6	Art. 7º
7614.10.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7614.90.10	Cabos	12	9,6	Art. 7º
7614.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
7615.10.00	-Serviços de mesa, artigos de cozinha e outros artigos de uso doméstico, e suas partes; esponjas, esfregões, luvas e artigos semelhantes, para limpeza, polimento ou usos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
7615.20.00	-Artigos de higiene ou de toucador, e suas partes	16	12,8	Art. 7º
7616.10.00	-Tachas, pregos, escápulas (pregos para tacos), parafusos, pinos ou pernos roscados, porcas, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, arruelas (anilhas) e artigos semelhantes	14	11,2	Art. 7º
7616.91.00	--Telas metálicas, grades e redes, de fios de alumínio	14	11,2	Art. 7º
7616.99.00	--Outras	14	11,2	Art. 7º
7801.10.11	Em lingotes	8	6,4	Art. 7º
7801.10.19	Outro	8	6,4	Art. 7º
7801.10.90	Outro	8	6,4	Art. 7º
7801.91.00	--Que contenha antimônio como segundo elemento predominante em peso	6	4,8	Art. 7º
7801.99.00	--Outro	6	4,8	Art. 7º
7802.00.00	Desperdícios e resíduos, e sucata, de chumbo.	4	3,2	Art. 7º
7804.11.00	--Folhas e tiras, de espessura não superior a 0,2 mm (excluindo o suporte)	12	9,6	Art. 7º
7804.19.00	--Outras	12	9,6	Art. 7º
7804.20.00	-Pós e escamas	6	4,8	Art. 7º
7806.00.10	Barras, perfis e fios	12	9,6	Art. 7º
7806.00.20	Tubos e seus acessórios	14	11,2	Art. 7º
7806.00.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
7901.11.11	Em lingotes	8	6,4	Art. 7º
7901.11.19	Outro	8	6,4	Art. 7º
7901.11.91	Em lingotes	8	6,4	Art. 7º
7901.11.99	Outro	8	6,4	Art. 7º
7901.12.10	Em lingotes	8	6,4	Art. 7º
7901.12.90	Outro	6	4,8	Art. 7º
7901.20.10	Em lingotes	8	6,4	Art. 7º
7901.20.90	Outro	8	6,4	Art. 7º
7903.10.00	-Poeiras de zinco	6	4,8	Art. 7º
7903.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
7904.00.00	Barras, perfis e fios, de zinco.	12	9,6	Art. 7º
7905.00.00	Chapas, folhas e tiras, de zinco.	12	9,6	Art. 7º
7907.00.10	Tubos e seus acessórios	14	11,2	Art. 7º
7907.00.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8001.10.00	-Estanho não ligado	6	4,8	Art. 7º

8001.20.00	-Ligas de estanho	6	4,8	Art. 7º
8003.00.00	Barras, perfis e fios, de estanho.	12	9,6	Art. 7º
8007.00.10	Chapas, folhas e tiras	12	9,6	Art. 7º
8007.00.20	Pós e escamas	6	4,8	Art. 7º
8007.00.30	Tubos e seus acessórios	14	11,2	Art. 7º
8007.00.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8104.11.00	--Que contenha pelo menos 99,8 %, em peso, de magnésio	6	4,8	Art. 7º
8104.19.00	--Outro	6	4,8	Art. 7º
8104.30.00	-Aparas, resíduos de torno e grânulos, calibrados; pós	6	4,8	Art. 7º
8104.90.00	-Outros	8	6,4	Art. 7º
8105.20.10	Em formas brutas	4	3,2	Art. 7º
8105.20.29	Outros	6	4,8	Art. 7º
8105.20.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
8105.30.00	-Desperdícios e resíduos, e sucata	6	4,8	Art. 7º
8105.90.10	Chapas, folhas, tiras, fios, hastes, pastilhas e plaquetas	6	4,8	Art. 7º
8105.90.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
8110.10.20	Pós	6	4,8	Art. 7º
8110.20.00	-Desperdícios e resíduos, e sucata	6	4,8	Art. 7º
8110.90.00	-Outros	6	4,8	Art. 7º
8111.00.10	Em formas brutas	6	4,8	Art. 7º
8111.00.20	Chapas, folhas, tiras, fios, hastes, pastilhas e plaquetas	6	4,8	Art. 7º
8111.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
8112.12.00	--Em formas brutas; pós	6	4,8	Art. 7º
8112.13.00	--Desperdícios e resíduos, e sucata	6	4,8	Art. 7º
8112.19.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
8112.61.00	--Desperdícios e resíduos, e sucata	6	4,8	Art. 7º
8112.69.00	--Outros	6	4,8	Art. 7º
8113.00.10	Chapas, folhas, tiras, fios, hastes, pastilhas e plaquetas	6	4,8	Art. 7º
8113.00.90	Outros	6	4,8	Art. 7º
8201.10.00	-Pás	18	14,4	Art. 7º
8201.30.00	-Alviões, picaretas, enxadas, sachos, ancinhos e raspadeiras	18	14,4	Art. 7º
8201.40.00	-Machados, podões e ferramentas semelhantes com gume	18	14,4	Art. 7º
8201.50.00	-Tesouras de podar (incluindo as tesouras para aves) manipuladas com uma das mãos	18	14,4	Art. 7º
8201.60.00	-Tesouras para sebes, tesouras de podar e ferramentas semelhantes, manipuladas com as duas mãos	18	14,4	Art. 7º
8201.90.00	-Outras ferramentas manuais para agricultura, horticultura e silvicultura	18	14,4	Art. 7º
8202.10.00	-Serras manuais	18	14,4	Art. 7º
8202.20.00	-Folhas de serras de fita	18	14,4	Art. 7º
8202.31.00	--Com parte operante de aço	18	14,4	Art. 7º
8202.39.00	--Outras, incluindo as partes	18	14,4	Art. 7º
8202.40.00	-Correntes cortantes de serras	18	14,4	Art. 7º
8202.91.00	--Folhas de serras retilíneas, para trabalhar metais	18	14,4	Art. 7º
8202.99.10	Retas, não dentadas, para serrar pedras	18	14,4	Art. 7º
8202.99.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8203.10.10	Limas e grosas	18	14,4	Art. 7º
8203.10.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8203.20.10	Alicates (mesmo cortantes)	18	14,4	Art. 7º
8203.20.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8203.30.00	-Cisalhas para metais e ferramentas semelhantes	18	14,4	Art. 7º
8203.40.00	-Corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes	18	14,4	Art. 7º
8204.12.00	--De abertura variável	18	14,4	Art. 7º
8204.20.00	-Chaves de caixa intercambiáveis, mesmo com cabos	18	14,4	Art. 7º
8205.10.00	-Ferramentas de furar ou de roscar	18	14,4	Art. 7º
8205.20.00	-Martelos e marretas	18	14,4	Art. 7º
8205.30.00	-Plainas, formões, goivas e ferramentas cortantes semelhantes, para trabalhar madeira	18	14,4	Art. 7º
8205.40.00	-Chaves de fenda	18	14,4	Art. 7º
8205.51.00	--De uso doméstico	18	14,4	Art. 7º
8205.59.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
8205.60.00	-Lâmpadas ou lamparinas de soldar (maçaricos) e semelhantes	18	14,4	Art. 7º
8205.70.00	-Tornos de apertar, sargentos e semelhantes	18	14,4	Art. 7º
8205.90.00	-Outros, incluindo os sortidos constituídos por artigos incluídos em pelo menos duas das subposições da presente posição	18	14,4	Art. 7º
8206.00.00	Ferramentas de pelo menos duas das posições 82.02 a 82.05, acondicionadas em sortidos para venda a retalho.	18	14,4	Art. 7º
8207.13.00	--Com parte operante de cermets	18	14,4	Art. 7º
8207.19.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8207.20.00	-Fieiras de estiramento ou de extrusão, para metais	18	14,4	Art. 7º
8207.30.00	-Ferramentas de embutir, de estampar ou de puncionar	14 BK	11,2	Art. 7º
8207.40.10	De roscar interiormente	18	14,4	Art. 7º
8207.40.20	De roscar exteriormente	18	14,4	Art. 7º
8207.50.11	Helicoidais, de diâmetro inferior ou igual a 52 mm	18	14,4	Art. 7º
8207.50.19	Outras	18	14,4	Art. 7º
8207.50.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8207.60.00	-Ferramentas de escarear, mandrilar ou de brochar	18	14,4	Art. 7º
8207.70.10	De topo	18	14,4	Art. 7º
8207.70.20	Para cortar engrenagens	18	14,4	Art. 7º
8207.70.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8207.80.00	-Ferramentas de tornear	18	14,4	Art. 7º
8207.90.00	-Outras ferramentas intercambiáveis	18	14,4	Art. 7º
8208.10.00	-Para trabalhar metais	16	12,8	Art. 7º
8208.20.00	-Para trabalhar madeira	16	12,8	Art. 7º
8208.30.00	-Para aparelhos de cozinha ou para máquinas das indústrias alimentares	16	12,8	Art. 7º
8208.90.00	-Outras	16	12,8	Art. 7º
8209.00.11	Intercambiáveis	16	12,8	Art. 7º
8209.00.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
8209.00.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8210.00.10	Moinhos	18	14,4	Art. 7º
8210.00.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8211.10.00	-Sortidos	18	14,4	Art. 7º
8211.91.00	--Facas de mesa, de lâmina fixa	18	14,4	Art. 7º
8211.92.10	Para cozinha e açougue	18	14,4	Art. 7º
8211.92.20	Para caça	18	14,4	Art. 7º
8211.92.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8211.93.10	Podadeiras e suas partes	18	14,4	Art. 7º
8211.93.20	Canivetes com uma ou várias lâminas ou outras peças	18	14,4	Art. 7º
8211.93.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8211.94.00	--Lâminas	18	14,4	Art. 7º
8211.95.00	--Cabos de metais comuns	18	14,4	Art. 7º
8212.10.10	Navalhas	18	14,4	Art. 7º
8212.10.20	Aparelhos	18	14,4	Art. 7º
8212.20.10	Lâminas	18	14,4	Art. 7º
8212.20.20	Esboços em tiras	18	14,4	Art. 7º
8212.90.00	-Outras partes	18	14,4	Art. 7º
8213.00.00	Tesouras e suas lâminas.	18	14,4	Art. 7º
8214.10.00	-Espátulas (corta-papéis), abre-cartas, raspadeiras, apontadores de lápis (apara-lápis) e suas lâminas	18	14,4	Art. 7º
8214.20.00	-Utensílios e sortidos de utensílios de manicuros ou de pedicuros (incluindo as limas para unhas)	18	14,4	Art. 7º
8214.90.10	Máquinas de tosquiar e suas partes	18	14,4	Art. 7º
8214.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8215.10.00	-Sortidos que contenham pelo menos um objeto prateado, dourado ou platinado	18	14,4	Art. 7º

8215.20.00	-Outros sortidos	18	14,4	Art. 7º
8215.91.00	--Prateados, dourados ou platinados	18	14,4	Art. 7º
8215.99.10	De aço inoxidável	18	14,4	Art. 7º
8215.99.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8301.10.00	-Cadeados	16	12,8	Art. 7º
8301.30.00	-Fechaduras do tipo utilizado em móveis	16	12,8	Art. 7º
8301.40.00	-Outras fechaduras; ferrolhos	16	12,8	Art. 7º
8302.20.00	-Rodízios	16	12,8	Art. 7º
8302.41.00	--Para construções	16	12,8	Art. 7º
8302.42.00	--Outros, para móveis	16	12,8	Art. 7º
8302.49.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
8302.50.00	-Pateras, porta-chapéus, cabides e artigos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
8302.60.00	-Fechos automáticos para portas	16	12,8	Art. 7º
8303.00.00	Cofres-fortes, portas blindadas e compartimentos para casas-fortes, cofres e caixas de segurança e artigos semelhantes, de metais comuns.	16	12,8	Art. 7º
8304.00.00	Classificadores, fichários (ficheiros), caixas de classificação, porta-cópias, porta-canetas, porta-carimbos e artigos semelhantes, de escritório, de metais comuns, excluindo os móveis de escritório da posição 94.03.	16	12,8	Art. 7º
8305.10.00	-Ferragens para encadernação de folhas soltas ou para classificadores	16	12,8	Art. 7º
8305.20.00	-Grampos (Agrafos*) apresentados em barretas	16	12,8	Art. 7º
8305.90.00	-Outros, incluindo as partes	16	12,8	Art. 7º
8306.10.00	-Sinos, campainhas, gongos e artigos semelhantes	16	12,8	Art. 7º
8306.21.00	--Prateados, dourados ou platinados	16	12,8	Art. 7º
8306.29.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
8306.30.00	-Molduras para fotografias, gravuras ou semelhantes; espelhos	16	12,8	Art. 7º
8308.90.10	Fivelas	16	12,8	Art. 7º
8308.90.20	Contas e lantejoulas	16	12,8	Art. 7º
8308.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8309.10.00	-Cápsulas de coroa	16	12,8	Art. 7º
8311.10.00	-Eletrodos revestidos exteriormente para soldar a arco, de metais comuns	16	12,8	Art. 7º
8311.20.00	-Fios revestidos interiormente para soldar a arco, de metais comuns	16	12,8	Art. 7º
8311.30.00	-Varetas revestidas exteriormente e fios revestidos interiormente, para soldar à chama, de metais comuns	16	12,8	Art. 7º
8311.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
8401.10.00	-Reatores nucleares	14 BK	11,2	Art. 7º
8401.20.00	-Máquinas e aparelhos para a separação de isótopos, e suas partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8401.30.00	-Elementos combustíveis (cartuchos) não irradiados	14	11,2	Art. 7º
8401.40.00	-Partes de reatores nucleares	14 BK	11,2	Art. 7º
8402.11.00	--Caldeiras aquatubulares com produção de vapor superior a 45 t por hora	14 BK	11,2	Art. 7º
8402.12.00	--Caldeiras aquatubulares com produção de vapor não superior a 45 t por hora	14 BK	11,2	Art. 7º
8402.19.00	--Outras caldeiras para produção de vapor, incluindo as caldeiras mistas	14 BK	11,2	Art. 7º
8402.20.00	-Caldeiras denominadas "de água superaquecida"	14 BK	11,2	Art. 7º
8402.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8403.10.10	Com capacidade inferior ou igual a 200.000 kcal/hora	18	14,4	Art. 7º
8403.10.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8403.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8404.10.10	Da posição 84.02	14 BK	11,2	Art. 7º
8404.10.20	Da posição 84.03	14 BK	11,2	Art. 7º
8404.20.00	-Condensadores para máquinas a vapor	14 BK	11,2	Art. 7º
8404.90.10	De aparelhos auxiliares para caldeiras da posição 84.02	14 BK	11,2	Art. 7º
8404.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8405.10.00	-Geradores de gás de ar (gás pobre) ou de gás de água, mesmo com depuradores; geradores de acetileno e geradores semelhantes de gás, operados a água, mesmo com depuradores	14 BK	11,2	Art. 7º
8405.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.10.00	-Turbinas para propulsão de embarcações	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.81.00	--De potência superior a 40 MW	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.82.00	--De potência não superior a 40 MW	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.90.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.90.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8406.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8407.21.10	Monocilíndricos	14 BK	11,2	Art. 7º
8407.21.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8407.29.10	Monocilíndricos	14 BK	11,2	Art. 7º
8407.29.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8407.31.10	Monocilíndricos	18	14,4	Art. 7º
8407.31.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8407.32.00	--De cilindrada superior a 50 cm3, mas não superior a 250 cm3	18	14,4	Art. 7º
8407.33.10	Monocilíndricos	18	14,4	Art. 7º
8407.34.10	Monocilíndricos	18	14,4	Art. 7º
8407.90.00	-Outros motores	14 BK	11,2	Art. 7º
8408.10.10	Do tipo fora de borda	14 BK	11,2	Art. 7º
8408.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8408.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8410.11.00	--De potência não superior a 1.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8410.12.00	--De potência superior a 1.000 kW, mas não superior a 10.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8410.13.00	--De potência superior a 10.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8410.90.00	-Partes, incluindo os reguladores	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.21.10	Cilindros hidráulicos	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.21.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.31.10	Cilindros pneumáticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.31.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.39.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.80.00	-Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.90.10	De propulsores a reação	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.90.20	De máquinas a vapor de movimento retilíneo (cilindros)	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.90.80	Outras, de máquinas das subposições 8412.21 ou 8412.31	14 BK	11,2	Art. 7º
8412.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.11.00	--Bombas para distribuição de combustíveis ou lubrificantes, do tipo utilizado em postos (estações) de serviço ou garagens	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.19.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.40.00	-Bombas para concreto (betão)	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.50.10	De potência superior a 3,73 kW (5 HP), mas não superior a 447,42 kW (600 HP), excluídas as para oxigênio líquido	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.50.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.60.11	De engrenagem	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.60.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.60.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.70.10	Eletrobombas submersíveis	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.70.80	Outras, de vazão inferior ou igual a 300 l/min	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.70.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.81.00	--Bombas	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.82.00	--Elevadores de líquidos	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.91.10	Hastes de bombeamento, do tipo utilizado para extração de petróleo	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.91.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8413.92.00	--De elevadores de líquidos	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.10.00	-Bombas de vácuo	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.20.00	-Bombas de ar, de mão ou de pé	18	14,4	Art. 7º
8414.30.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.40.10	De deslocamento alternativo	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.40.20	De parafuso	14 BK	11,2	Art. 7º

8414.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.51.10	De mesa	20	16	Art. 7º
8414.51.20	De teto	20	16	Art. 7º
8414.51.90	Outros	20	16	Art. 7º
8414.59.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.60.00	-Coifas aspirantes (exaustores) com dimensão horizontal máxima não superior a 120 cm	20	16	Art. 7º
8414.70.00	-Cabinas (câmaras) de segurança biológica estanques aos gases	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.11	Estacionários, de pistão	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.12	De parafuso	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.13	De lóbulos paralelos (tipo Roots)	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.21	Turboalimentadores de ar, de peso inferior ou igual a 50 kg para motores das posições 84.07 ou 84.08, acionado pelos gases de escapamento dos mesmos	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.22	Turboalimentadores de ar, de peso superior a 50 kg para motores das posições 84.07 ou 84.08, acionados pelos gases de escapamento dos mesmos	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.31	De pistão	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.32	De parafuso	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.33	Centrífugos, de vazão máxima inferior a 22.000 m3/h	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.39	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.10	De bombas	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.20	De ventiladores ou coifas aspirantes	14	11,2	Art. 7º
8414.90.31	Pistões ou êmbolos	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.32	Anéis de segmento	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.33	Blocos de cilindros, cabeçotes e cárteres	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.34	Válvulas	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.39	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8414.90.40	De cabinas (câmaras) de segurança	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.10.11	Do tipo split-system (sistema com elementos separados)	18	14,4	Art. 7º
8415.10.19	Outros	20	16	Art. 7º
8415.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.81.10	Com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora	18	14,4	Art. 7º
8415.81.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.82.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.83.00	--Sem dispositivo de refrigeração	14 BK	11,2	Art. 7º
8415.90.10	Unidades evaporadoras (internas) de aparelho de ar-condicionado do tipo split-system (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora	18	14,4	Art. 7º
8415.90.20	Unidades condensadoras (externas) de aparelho de ar-condicionado do tipo split-system (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora	18	14,4	Art. 7º
8415.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8416.10.00	-Queimadores de combustíveis líquidos	14 BK	11,2	Art. 7º
8416.20.10	De gases	14 BK	11,2	Art. 7º
8416.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8416.30.00	-Fornalhas automáticas, incluindo as antefornalhas, grelhas mecânicas, descarregadores mecânicos de cinzas e dispositivos semelhantes	14 BK	11,2	Art. 7º
8416.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.10.10	Fornos industriais para fusão de metais	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.10.20	Fornos industriais para tratamento térmico de metais	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.20.00	-Fornos de padaria, pastelaria ou para a indústria de bolachas e biscoitos	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.80.10	Fornos industriais para cerâmica	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8417.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.10.00	-Combinações de refrigeradores e congeladores (freezers), munidos de portas ou gavetas exteriores separadas, ou de uma combinação desses elementos	20	16	Art. 7º
8418.21.00	--De compressão	20	16	Art. 7º
8418.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8418.30.00	-Congeladores (freezers) horizontais (arcas), de capacidade não superior a 800 l	20	16	Art. 7º
8418.40.00	-Congeladores (freezers) verticais, de capacidade não superior a 900 l	20	16	Art. 7º
8418.50.10	Congeladores (freezers)	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.50.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.61.00	--Bombas de calor, exceto as máquinas e aparelhos de ar-condicionado da posição 84.15	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.69.10	Máquinas não domésticas para preparação de sorvetes	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.69.20	Resfriadores de leite	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.69.31	De água ou sucos	18	14,4	Art. 7º
8418.69.32	De bebidas carbonatadas	18	14,4	Art. 7º
8418.69.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8418.91.00	--Móveis concebidos para receber um equipamento para a produção de frio	16	12,8	Art. 7º
8418.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.11.00	--De aquecimento instantâneo, a gás	20	16	Art. 7º
8419.12.00	--Aquecedores de água solares	20	16	Art. 7º
8419.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8419.20.00	-Esterilizadores médico-cirúrgicos ou de laboratório	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.33.00	--Aparelhos de liofilização, aparelhos de criodessecação e secadores por pulverização	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.34.00	--Outros, para produtos agrícolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.35.00	--Outros, para madeiras, pastas de papel, papel ou cartão	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.39.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.40.10	De destilação de água	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.40.20	De destilação ou retificação de álcoois e outros fluídos voláteis ou de hidrocarbonetos	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º

8419.50.10	De placas	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.50.21	Metálicos	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.50.22	De grafita	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.50.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.50.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.60.00	-Aparelhos e dispositivos para liquefação do ar ou de outros gases	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.81.10	Autoclaves	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.81.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.20	Estufas	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.30	Torrefadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.40	Evaporadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.91	Recipiente refrigerador, com dispositivo de circulação de fluido refrigerante	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.89.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.90.10	De aquecedores de água das subposições 8419.11 ou 8419.19	16	12,8	Art. 7º
8419.90.20	De colunas de destilação ou de retificação	14 BK	11,2	Art. 7º

8419.90.39	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.90.40	De aparelhos ou dispositivos das subposições 8419.81 ou 8419.89	14 BK	11,2	Art. 7º
8419.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8420.10.10	Para papel ou cartão	14 BK	11,2	Art. 7º
8420.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8420.91.00	--Cilindros	14 BK	11,2	Art. 7º
8420.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.11.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.12.10	Com tambor de capacidade inferior ou igual a 23 l	20	16	Art. 7º
8421.12.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.19.10	Centrifugadores para laboratórios de análises, ensaios ou pesquisas científicas	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.19.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.21.00	--Para filtrar ou depurar água	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.22.00	--Para filtrar ou depurar bebidas, exceto água	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.29.20	Aparelho de osmose inversa	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.29.30	Filtros-prensa	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.29.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.39.10	Filtros eletrostáticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.91.10	De secadores de roupa do item 8421.12.10	16	12,8	Art. 7º
8421.91.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.99.10	De aparelhos para filtrar ou depurar gases, da subposição 8421.39	14 BK	11,2	Art. 7º
8421.99.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.11.00	--Do tipo doméstico	20	16	Art. 7º
8422.19.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.20.00	-Máquinas e aparelhos para limpar ou secar garrafas ou outros recipientes	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.30.10	Máquinas e aparelhos para encher, fechar, arrolhar, capsular ou rotular garrafas	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.30.21	Para encher caixas ou sacos com pó ou grãos	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.30.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.30.30	Para gaseificar bebidas	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8422.90.10	De máquinas de lavar louça, de uso doméstico	16	12,8	Art. 7º
8422.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.10.00	-Balanças para pessoas, incluindo as balanças para bebês; balanças de uso doméstico	20	16	Art. 7º
8423.20.00	-Básculas de pesagem contínua em transportadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.30.11	Com aparelhos periféricos, que constituam unidade funcional	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.30.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.81.10	De mesa, com dispositivo registrador ou impressor de etiquetas	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.81.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.82.00	--De capacidade superior a 30 kg, mas não superior a 5.000 kg	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.89.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8423.90.10	Pesos	16	12,8	Art. 7º
8423.90.21	De aparelhos ou instrumentos da subposição 8423.10	16	12,8	Art. 7º
8423.90.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.10.00	-Extintores, mesmo carregados	16	12,8	Art. 7º
8424.20.00	-Pistolas aerográficas e aparelhos semelhantes	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.30.10	Máquinas e aparelhos de desobstrução de tubulação ou de limpeza, por jato de água	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.41.00	--Pulverizadores portáteis	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.49.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.82.21	Por aspersão	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.82.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.82.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.89.10	Aparelhos de pulverização constituídos por botão de pressão com bocal (tampa spray), válvula do tipo aerossol, junta de estanqueidade (junta de canopla) e tubo de imersão, montados sobre um corpo metálico (canopla), do tipo utilizado para serem montados no gargalo de recipientes, para projetar líquidos, pós ou espumas	16	12,8	Art. 7º
8424.89.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8424.90.10	De aparelhos da subposição 8424.10 ou do item 8424.89.10	14	11,2	Art. 7º
8424.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.11.00	--De motor elétrico	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.19.10	Talhas, cadernais e moitões, manuais	16	12,8	Art. 7º
8425.19.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.31.10	Com capacidade inferior ou igual a 100 t	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.31.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.39.10	Com capacidade inferior ou igual a 100 t	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.41.00	--Elevadores fixos de veículos, para garagens (oficinas)	14 BK	11,2	Art. 7º
8425.49.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.11.00	--Pontes e vigas, rolantes, de suportes fixos	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.12.00	--Pórticos móveis de pneumáticos e carros-pórticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.19.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.20.00	-Guindastes de torre	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.30.00	-Guindastes de pórtico	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.41.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.49.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.91.00	--Próprios para serem montados em veículos rodoviários	14 BK	11,2	Art. 7º
8426.99.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.10.11	De capacidade de carga superior a 6,5 t	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.10.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.20.10	Empilhadeiras com capacidade de carga superior a 6,5 t	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8427.90.00	-Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.10.00	-Elevadores e monta-cargas	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.20.10	Transportadores tubulares (transvasadores) móveis, acionados com motor de potência superior a 90 kW (120 HP)	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.31.00	--Especialmente concebidos para uso subterrâneo	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.32.00	--Outros, de caçamba (balde*)	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.33.00	--Outros, de correia	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.39.10	De correntes	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.39.20	De rolos motores	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.40.00	-Escadas e tapetes, rolantes	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.60.00	-Teleféricos (incluindo as telecadeiras e os telesquis); mecanismos de tração para funiculares	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.70.00	-Robôs industriais	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.90.10	Do tipo utilizado para desembarque de botes salva-vidas, motorizados ou providos de dispositivo de compensação de inclinação	14 BK	11,2	Art. 7º
8428.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.11.90	Outros	10 BK	8	Art. 7º
8429.19.90	Outros	10 BK	8	Art. 7º
8429.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.30.00	-Raspo-transportadores (scrapers)	10 BK	8	Art. 7º
8429.40.00	-Compactadores e rolos ou cilindros compressores	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.51.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.51.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.51.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.52.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º

8429.52.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8429.59.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.10.00	-Bate-estacas e arranca-estacas	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.31.90	Outros	10 BK	8	Art. 7º
8430.39.90	Outras	10 BK	8	Art. 7º
8430.41.10	Perfuratriz de percussão	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.41.20	Perfuratriz rotativa	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.41.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.49.10	Perfuratriz de percussão	10 BK	8	Art. 7º
8430.49.90	Outras	10 BK	8	Art. 7º
8430.50.00	-Outras máquinas e aparelhos, autopropulsados	10 BK	8	Art. 7º
8430.61.00	--Máquinas de comprimir ou de compactar	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.69.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8430.69.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.10.10	Do item 8425.19.10 ou das subposições 8425.39, 8425.42 ou 8425.49	16	12,8	Art. 7º
8431.10.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.20.11	Autopropulsadas	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.20.19	De outras empilhadeiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.31.10	De elevadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.31.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.39.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.41.00	--Caçambas (Baldes*), mesmo de mandíbulas, pás, ganchos e tenazes	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.42.00	--Lâminas para bulldozers ou angledozers	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.43.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.49.10	De máquinas ou aparelhos da posição 84.26	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.49.21	Cabinas	10 BK	8	Art. 7º
8431.49.22	Lagartas (esteiras)	14 BK	11,2	Art. 7º
8431.49.23	Tanques de combustível e demais reservatórios	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.10.00	-Arados e charruas	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.21.00	--Grades de discos	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.31.10	Semeadores-adubadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.31.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.39.10	Semeadores-adubadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.41.00	--Espalhadores de estrume	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.42.00	--Distribuidores de adubos (fertilizantes)	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.80.00	-Outras máquinas e aparelhos	14 BK	11,2	Art. 7º
8432.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.11.00	--Motorizados, cujo dispositivo de corte gira num plano horizontal	18	14,4	Art. 7º
8433.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8433.20.10	Com dispositivo de acondicionamento em fileiras constituído por rotor de dedos e pente	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.30.00	-Outras máquinas e aparelhos para colher e dispor o feno	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.40.00	-Enfardadeiras de palha ou de forragem, incluindo as enfardadeiras-apanhadeiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.51.00	--Colheitadeiras combinadas com debulhadoras (ceifeiras-debulhadoras)	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.52.00	--Outras máquinas e aparelhos para debulha	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.53.00	--Máquinas para colheita de raízes ou tubérculos	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.59.11	Com capacidade para trabalhar até dois sulcos de colheita e potência no volante inferior ou igual a 59,7 kW (80 HP)	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.59.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.60.10	Selecionadores de fruta	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.60.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.60.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8433.90.10	De cortadores de grama (relva)	16	12,8	Art. 7º
8433.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8434.10.00	-Máquinas de ordenhar	14 BK	11,2	Art. 7º
8434.20.10	Para tratamento do leite	14 BK	11,2	Art. 7º
8434.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8434.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8435.10.00	-Máquinas e aparelhos	14 BK	11,2	Art. 7º
8435.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.10.00	-Máquinas e aparelhos para preparação de alimentos ou rações para animais	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.21.00	--Chocadeiras e criadeiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.80.00	-Outras máquinas e aparelhos	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.91.00	--De máquinas ou aparelhos para avicultura	14 BK	11,2	Art. 7º
8436.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8437.10.00	-Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos ou de produtos hortícolas secos	14 BK	11,2	Art. 7º
8437.80.10	Para trituração ou moagem de grãos	14 BK	11,2	Art. 7º
8437.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8437.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.10.00	-Máquinas e aparelhos para as indústrias de panificação, pastelaria, bolachas e biscoitos e de massas alimentícias	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.20.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.30.00	-Máquinas e aparelhos para a indústria de açúcar	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.40.00	-Máquinas e aparelhos para a indústria cervejeira	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.50.00	-Máquinas e aparelhos para preparação de carnes	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.60.00	-Máquinas e aparelhos para preparação de fruta ou de produtos hortícolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.80.10	Máquinas para extração de óleo essencial de citros	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8438.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.10.10	Para tratamento preliminar das matérias-primas	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.10.20	Classificadoras e classificadoras-depuradoras de pasta	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.10.30	Refinadoras	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.20.00	-Máquinas e aparelhos para fabricação de papel ou cartão	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.30.10	Bobinadoras-esticadoras	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.30.20	Para impregnar	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.30.30	Para ondular	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.91.00	--De máquinas ou aparelhos para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas	14 BK	11,2	Art. 7º
8439.99.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8440.10.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8440.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8440.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.10.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.20.00	-Máquinas para fabricação de sacos de quaisquer dimensões ou de envelopes	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.30.10	De dobrar e colar, para fabricação de caixas	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.40.00	-Máquinas de moldar artigos de pasta de papel, papel ou cartão	14 BK	11,2	Art. 7º
8441.80.00	-Outras máquinas e aparelhos	10 BK	8	Art. 7º
8441.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8442.30.10	De compor por processo fotográfico	10 BK	8	Art. 7º
8442.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8442.40.10	De máquinas do item 8442.30.10	10 BK	8	Art. 7º
8442.40.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8442.50.00	-Clichês, placas, cilindros e outros elementos de impressão; pedras litográficas, placas e cilindros, preparados para impressão (por exemplo, aplainados, granulados ou polidos)	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.11.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.12.00	--Máquinas e aparelhos de impressão, por ofsete, do tipo utilizado em escritórios, alimentados por folhas em que um lado não seja superior a 22 cm e que o outro não seja superior a 36 cm, quando não dobradas	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.13.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.13.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.15.00	--Máquinas e aparelhos de impressão, tipográficos, não alimentados por bobinas, excluindo as máquinas e aparelhos flexográficos	14 BK	11,2	Art. 7º

8443.16.00	--Máquinas e aparelhos de impressão, flexográficos	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.17.10	Rotativas para heliogravura	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.17.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.19.10	Para serigrafia	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.19.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.31.11	De jato de tinta líquida, com largura de impressão inferior ou igual a 420 mm	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.31.13	A laser, LED (Diodos Emissores de Luz) ou LCS (Sistema de Cristal Líquido), monocromáticas, com largura de impressão inferior ou igual a 280 mm	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.31.19	Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.31.91	Com impressão por sistema térmico	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.32.23	Outras matriciais (por pontos)	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.32.29	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.32.31	De jato de tinta líquida, com largura de impressão inferior ou igual a 420 mm	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.32.33	A laser, LED (Diodos Emissores de Luz) ou LCS (Sistema de Cristal Líquido), monocromáticas, com largura de impressão inferior ou igual a 280 mm	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.32.39	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.32.51	Por meio de penas	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.32.59	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.32.99	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8443.39.10	Máquinas de impressão por jato de tinta	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.39.21	De reprodução da imagem do original sobre a cópia por meio de um suporte intermediário (processo indireto), monocromáticas, para cópias de superfície inferior ou igual a 1 m2, com velocidade inferior a 100 cópias por minuto	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.39.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.39.30	Outras máquinas copiadoras	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.91.10	De máquinas e aparelhos da subposição 8443.12	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.91.91	Dobradoras	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.91.92	Numeradores automáticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.91.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8443.99.11	Mecanismos de impressão, mesmo sem cabeça de impressão incorporada	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.99.19	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.21	Mecanismos de impressão, mesmo sem cabeça de impressão incorporada	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.29	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.39	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.41	Mecanismos de impressão, mesmo sem cabeça de impressão incorporada	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.49	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.50	Outros mecanismos de impressão, suas partes e acessórios	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.60	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8443.99.70	Bandejas e gavetas, suas partes e acessórios	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.80	Mecanismos de alimentação ou de triagem de papéis ou documentos, suas partes e acessórios	8 BIT	6,4	Art. 7º
8443.99.90	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8444.00.10	Para extrudar	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.11.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.19.21	Para recuperação de cordas, fios, trapos ou qualquer outro desperdício, transformando-os em fibras adequadas para cardagem	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.19.22	Descaroçadeiras e deslintadeiras de algodão	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.19.23	Para desengordurar, lavar, alvejar ou tingir fibras têxteis em massa ou rama	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.19.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.40.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.40.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.40.39	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.40.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.90.10	Urdideiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.90.30	Para amarrar urdideiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8445.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8446.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8446.21.00	--A motor	14 BK	11,2	Art. 7º
8446.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8446.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8447.12.00	--Com cilindro de diâmetro superior a 165 mm	14 BK	11,2	Art. 7º
8447.20.10	Teares manuais	20	16	Art. 7º
8447.20.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8447.20.30	Máquinas de costura por entrelaçamento (couture-tricotage)	14 BK	11,2	Art. 7º
8447.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.11.10	Ratieras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.11.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.19.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.20.20	Outras partes e acessórios de máquinas para a extrusão	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.31.00	--Guarnições de cardas	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.32.11	Chapéus (flats)	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.32.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.32.30	De bancas de estiramento (bancas de fusos)	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.32.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.33.10	Cursores	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.33.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.11	De filatórios intermitentes (selfatinas)	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.17	De outros filatórios	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.23	Outras, de bobinadoras automáticas	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.91	De urdideiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.39.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.42.00	--Pentes, liços e quadros de liços	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.49.10	De máquinas ou aparelhos auxiliares de teares	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.49.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.51.10	Platinas	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.59.10	De teares circulares para malhas	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.59.21	Manuais	16	12,8	Art. 7º
8448.59.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.59.40	De máquinas do item 8447.90.90	14 BK	11,2	Art. 7º
8448.59.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8449.00.10	Máquinas e aparelhos para fabricação ou acabamento de feltros	14 BK	11,2	Art. 7º
8449.00.80	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8449.00.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8450.11.00	--Máquinas inteiramente automáticas	20	16	Art. 7º
8450.12.00	--Outras máquinas, com secador centrífugo incorporado	20	16	Art. 7º
8450.19.00	--Outras	20	16	Art. 7º
8450.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8450.90.10	De máquinas da subposição 8450.20	14 BK	11,2	Art. 7º
8450.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8451.10.00	-Máquinas para lavar a seco	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.21.00	--De capacidade, expressa em peso de roupa seca, não superior a 10 kg	20	16	Art. 7º
8451.29.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.30.91	Prensas para passar de peso inferior ou igual a 14 kg	20	16	Art. 7º
8451.30.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.40.10	Para lavar	14 BK	11,2	Art. 7º

8451.40.21	Para tingir tecidos em rolos; para tingir por pressão estática, com molinete (rotor de pás), jato de água (jet) ou combinada	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.40.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.40.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.50.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.80.00	-Outras máquinas e aparelhos	14 BK	11,2	Art. 7º
8451.90.10	Para as máquinas da subposição 8451.21	16	12,8	Art. 7º
8451.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8452.10.00	-Máquinas de costura de uso doméstico	20	16	Art. 7º
8452.29.10	Para costurar couros ou peles	10 BK	8	Art. 7º
8452.29.25	Galoneiras	10 BK	8	Art. 7º
8452.29.90	Outras	10 BK	8	Art. 7º
8452.30.00	-Agulhas para máquinas de costura	14 BK	11,2	Art. 7º
8452.90.20	Móveis, bases e tampas, para máquinas de costura, e suas partes	18	14,4	Art. 7º
8452.90.81	Guia-fios, lançadeiras e porta-bobinas	16	12,8	Art. 7º
8452.90.89	Outras	16	12,8	Art. 7º
8452.90.91	Guia-fios, lançadeiras não rotativas e porta-bobinas	14 BK	11,2	Art. 7º
8452.90.94	Corpos moldados por fundição	14 BK	11,2	Art. 7º
8453.10.10	Máquinas para dividir couros com largura útil inferior ou igual a 3.000 mm, com lâmina sem fim, com controle eletrônico programável	14 BK	11,2	Art. 7º
8453.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8453.20.00	-Máquinas e aparelhos para fabricar ou consertar calçado	14 BK	11,2	Art. 7º
8453.80.00	-Outras máquinas e aparelhos	14 BK	11,2	Art. 7º
8453.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.10.00	-Conversores	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.20.10	Lingoteiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.30.10	Sob pressão	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8454.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.10.00	-Laminadores de tubos	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.21.10	De cilindros lisos	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.21.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.22.10	De cilindros lisos	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.22.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.30.10	Fundidos, de aço ou ferro fundido nodular	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8455.90.00	-Outras partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.11.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.11.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.12.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.12.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.30.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.40.00	-Que operem por jato de plasma	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.50.00	-Máquinas de corte a jato de água	14 BK	11,2	Art. 7º
8456.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8457.10.00	-Centros de usinagem (fabricação*)	14 BK	11,2	Art. 7º
8457.20.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8457.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8457.30.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8457.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.11.10	Revólver	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.11.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.19.10	Revólver	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.19.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.91.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8458.99.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.10.00	-Unidades com cabeça deslizante	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.21.10	Radiais	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.21.91	De mais de um cabeçote mono ou multifuso	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.21.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.29.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.31.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.39.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.41.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.49.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.51.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.59.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.61.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.69.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8459.70.00	-Outras máquinas para roscar interior ou exteriormente	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.12.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.19.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.22.00	--Máquinas para retificar sem centro, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.23.00	--Outras máquinas para retificar superfícies cilíndricas, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.24.00	--Outras, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.29.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.31.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.39.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.40.11	Brunidoras para cilindros de diâmetro inferior ou igual a 312 mm	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.40.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.40.91	Brunidoras para cilindros de diâmetro inferior ou igual a 312 mm	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.40.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.90.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8460.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.20.10	Para escatelar	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.30.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.40.91	Redondeadoras de dentes	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.40.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.50.10	De fitas sem fim	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.50.20	Circulares	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.50.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.90.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8461.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.11.00	--Máquinas para forjamento em matriz fechada	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.19.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.22.00	--Máquinas para formação de perfis	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.23.00	--Prensas dobradeiras, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.24.00	--Prensas para painéis, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.25.00	--Máquinas de conformação por rolos, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.26.00	--Outras máquinas para enrolar, arquear, dobrar, endireitar ou aplanar, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.29.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.32.00	--Linhas de corte longitudinal e linhas de corte transversal	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.33.00	--Máquinas para cisalhar, de comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.39.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º

8462.42.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.49.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.51.00	--De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.59.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.61.00	--Prensas hidráulicas	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.62.00	--Prensas mecânicas	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.63.00	--Servoprensas	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.69.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8462.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.10.10	Para estirar tubos	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.20.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.20.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.30.00	-Máquinas para trabalhar arames e fios de metal	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.90.10	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8463.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.10.00	-Máquinas para serrar	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.20.10	Para vidro	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.20.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.90.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8464.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.10.00	-Máquinas-ferramentas capazes de efetuar diferentes tipos de operações sem troca de ferramentas	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.20.00	-Centros de usinagem (fabricação*)	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.91.10	De fita sem fim	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.91.20	Circulares	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.91.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.92.11	Fresadoras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.92.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.92.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.93.10	Lixadeiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.93.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.94.00	--Máquinas para arquear ou reunir	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.95.11	Para furar	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.95.12	Para escatelar	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.95.91	Para furar	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.95.92	Para escatelar	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.96.00	--Máquinas para fender, seccionar ou desenrolar	14 BK	11,2	Art. 7º
8465.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.10.00	-Porta-ferramentas e fieiras de abertura automática	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.20.10	Para tornos	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.30.00	-Dispositivos divisores e outros dispositivos especiais, para máquinas	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.91.00	--Para máquinas da posição 84.64	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.92.00	--Para máquinas da posição 84.65	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.20	Para máquinas da posição 84.57	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.30	Para máquinas da posição 84.58	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.40	Para máquinas da posição 84.59	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.50	Para máquinas da posição 84.60	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.93.60	Para máquinas da posição 84.61	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.94.10	Para máquinas das subposições 8462.11 ou 8462.19	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.94.20	Para máquinas das subposições 8462.22 a 8462.29	14 BK	11,2	Art. 7º
8466.94.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.11.10	Furadeiras	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.11.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.19.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.21.00	--Furadeiras (perfuradoras) de qualquer espécie, incluindo as rotativas	20	16	Art. 7º
8467.22.00	--Serras	20	16	Art. 7º
8467.29.10	Tesouras	20	16	Art. 7º
8467.29.91	Cortadoras de tecidos	20	16	Art. 7º
8467.29.92	Parafusadeiras e rosqueadeiras	20	16	Art. 7º
8467.29.93	Martelos	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.29.99	Outras	20	16	Art. 7º
8467.81.00	--Serras de corrente	10 BK	8	Art. 7º
8467.89.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.91.00	--De serras de corrente	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.92.00	--De ferramentas pneumáticas	14 BK	11,2	Art. 7º
8467.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8468.10.00	-Maçaricos de uso manual	16	12,8	Art. 7º
8468.20.00	-Outras máquinas e aparelhos a gás	14 BK	11,2	Art. 7º
8468.80.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8468.90.10	De maçaricos de uso manual	16	12,8	Art. 7º
8468.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8470.10.00	-Calculadoras eletrônicas capazes de funcionar sem fonte externa de energia elétrica e máquinas de bolso com função de cálculo incorporada que permitam gravar, reproduzir e visualizar informações	20	16	Art. 7º
8470.21.00	--Com dispositivo impressor incorporado	20	16	Art. 7º
8470.29.00	--Outras	20	16	Art. 7º
8470.30.00	-Outras máquinas de calcular	20	16	Art. 7º
8470.50.10	Eletrônicas	16 BIT	12,8	Art. 7º
8470.50.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8470.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8471.30.12	De peso inferior a 3,5 kg, com tela de área superior a 140 cm2, mas inferior a 560 cm2	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.30.19	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.30.90	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.49.00	--Outras, apresentadas sob a forma de sistemas	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.50.20	De média capacidade, podendo conter no máximo uma unidade de entrada e outra de saída da subposição 8471.60, com capacidade de instalação, dentro do mesmo gabinete, de unidades de memória da subposição 8471.70, podendo conter múltiplos conectores de expansão (slots), e valor FOB superior a US$ 12.500,00, mas não superior a US$ 46.000,00, por unidade	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.50.30	De grande capacidade, podendo conter no máximo uma unidade de entrada e outra de saída da subposição 8471.60, com capacidade de instalação interna, ou em módulos separados do gabinete do processador central, de unidades de memória da subposição 8471.70, e valor FOB superior a US$ 46.000,00, mas não superior a US$ 100.000,00, por unidade	8 BIT	6,4	Art. 7º
8471.50.40	De muito grande capacidade, podendo conter no máximo uma unidade de entrada e outra de saída da subposição 8471.60, com capacidade de instalação interna, ou em módulos separados do gabinete do processador central, de unidades de memória da subposição 8471.70, e valor FOB superior a US$ 100.000,00, por unidade	4 BIT	3,2	Art. 7º
8471.50.90	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.60.52	Teclados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.60.53	Indicadores ou apontadores (mouse e track-ball, por exemplo)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.60.54	Mesas digitalizadoras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.60.59	Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.60.61	Com unidade de saída por vídeo monocromático	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.60.62	Com unidade de saída por vídeo policromático	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.60.80	Terminais de auto-atendimento bancário	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.60.90	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.70.10	De discos magnéticos	8 BIT	6,4	Art. 7º
8471.70.40	De estado sólido (SSD - Solid-State Drive)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.70.90	Outras, incluídas as combinações de unidades de, pelo menos, dois dos itens precedentes	12 BIT	9,6	Art. 7º

8471.80.00	-Outras unidades de máquinas automáticas para processamento de dados	16 BIT	12,8	Art. 7º
8471.90.11	De cartões magnéticos	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.90.12	Leitores de códigos de barras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.90.13	Leitores de caracteres magnetizáveis	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.90.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8471.90.90	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º
8472.10.00	-Duplicadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8472.90.10	Distribuidores (dispensadores) automáticos de notas (papéis-moeda), incluindo os que efetuam outras operações bancárias	16 BIT	12,8	Art. 7º
8472.90.20	Máquinas do tipo utilizado em caixas de banco, com dispositivo para autenticar	16 BIT	12,8	Art. 7º
8472.90.30	Máquinas para selecionar e contar moedas ou notas (papéis-moeda)	14 BK	11,2	Art. 7º
8472.90.40	Máquinas apontadoras de lápis (apara-lápis), perfuradores, grampeadores e desgrampeadores	18	14,4	Art. 7º
8472.90.59	Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8472.90.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8473.21.00	--Das calculadoras eletrônicas das subposições 8470.10, 8470.21 ou 8470.29	16	12,8	Art. 7º
8473.29.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, para caixas registradoras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.29.20	De máquinas da subposição 8470.30	16	12,8	Art. 7º
8473.29.90	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8473.30.11	Com fonte de alimentação, mesmo com módulo display numérico	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.30.19	Outros	10 BIT	8	Art. 7º
8473.30.31	Conjuntos cabeça-disco (HDA - Head Disk Assembly) de unidades de discos rígidos, montados	4 BIT	3,2	Art. 7º
8473.30.39	Outras	4 BIT	3,2	Art. 7º
8473.30.41	Placas-mãe (mother boards)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.30.42	Placas (módulos) de memória com uma superfície inferior ou igual a 50 cm2	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.30.49	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.30.90	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8473.40.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.40.70	Outras partes e acessórios das máquinas dos itens 8472.90.10 ou 8472.90.20	14 BIT	11,2	Art. 7º
8473.40.90	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
8473.50.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.50.50	Placas (módulos) de memória com uma superfície inferior ou igual a 50 cm2	12 BIT	9,6	Art. 7º
8473.50.90	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º
8474.10.00	-Máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.20.10	De bolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.31.00	--Betoneiras e aparelhos para amassar cimento	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.32.00	--Máquinas para misturar matérias minerais com betume	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.39.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.80.10	Para fazer moldes de areia para fundição	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.80.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8474.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8475.21.00	--Máquinas para fabricação de fibras ópticas e de seus esboços	14 BK	11,2	Art. 7º
8475.29.10	Para fabricação de recipientes da posição 70.10, exceto ampolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8475.29.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8475.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8476.21.00	--Com dispositivo de aquecimento ou de refrigeração incorporado	14 BK	11,2	Art. 7º
8476.29.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8476.81.00	--Com dispositivo de aquecimento ou de refrigeração incorporado	14 BK	11,2	Art. 7º
8476.89.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8476.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.11	Monocolor, para materiais termoplásticos, com capacidade de injeção inferior ou igual a 5.000 g e força de fechamento inferior ou igual a 12.000 kN	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.21	Monocolor, para materiais termoplásticos, com capacidade de injeção inferior ou igual a 5.000 g e força de fechamento inferior ou igual a 12.000 kN	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.29	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.91	De comando numérico	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.10.99	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.20.10	Para materiais termoplásticos, de diâmetro da rosca inferior ou igual a 300 mm	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.30.10	Para fabricação de recipientes termoplásticos de capacidade inferior ou igual a 5 l, com uma produção inferior ou igual a 1.000 unidades por hora, referente a recipiente de 1 l	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.30.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.40.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.51.00	--Para moldar ou recauchutar pneumáticos ou para moldar ou dar forma a câmaras de ar	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.59.11	Com capacidade inferior ou igual a 30.000 kN	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.59.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.59.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.80.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8477.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8478.10.10	Batedoras-separadoras automáticas de talos e folhas	14 BK	11,2	Art. 7º
8478.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8478.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.10.10	Automotrizes para espalhar e calcar pisos (pavimentos) betuminosos	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.20.00	-Máquinas e aparelhos para extração ou preparação de óleos ou gorduras vegetais ou de origem microbiana, fixos, ou de animais	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.30.00	-Prensas para fabricação de painéis de partículas, de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, e outras máquinas e aparelhos para tratamento de madeira ou de cortiça	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.40.00	-Máquinas para fabricação de cordas ou cabos	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.50.00	-Robôs industriais, não especificados nem compreendidos noutras posições	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.60.00	-Aparelhos de evaporação para arrefecimento do ar	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.71.00	--Do tipo utilizado em aeroportos	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.79.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.81.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.82.10	Misturadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.82.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.83.00	--Prensas isostáticas a frio	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.11	Prensas	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.12	Distribuidores e doseadores de sólidos ou de líquidos	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.31	Limpadores de para-brisas	18	14,4	Art. 7º
8479.89.32	Acumuladores	18	14,4	Art. 7º
8479.89.40	Silos metálicos para cereais, fixos (não transportáveis), incluindo as baterias, com mecanismos elevadores ou extratores incorporados	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.91	Aparelhos para limpar peças por ultrassom	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.92	Máquinas de leme para embarcações	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.89.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8479.90.10	De limpadores de para-brisas elétricos ou de acumuladores hidráulicos para aeronaves	16	12,8	Art. 7º

8479.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.10.00	-Caixas de fundição	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.20.00	-Placas de fundo para moldes	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.30.00	-Modelos para moldes	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.41.00	--Para moldagem por injeção ou por compressão	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.49.10	Coquilhas	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.49.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.50.00	-Moldes para vidro	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.60.00	-Moldes para matérias minerais	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.71.00	--Para moldagem por injeção ou por compressão	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.79.10	Para vulcanização de pneumáticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8480.79.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.10.00	-Válvulas redutoras de pressão	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.20.11	Com pinhão	14	11,2	Art. 7º
8481.20.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.30.00	-Válvulas de retenção	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.40.00	-Válvulas de segurança ou de alívio	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.11	Válvulas para escoamento	18	14,4	Art. 7º
8481.80.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
8481.80.21	Válvulas de expansão termostáticas ou pressostáticas	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.31	Com uma pressão de trabalho inferior ou igual a 50 mbar e dispositivo de segurança termoelétrico incorporado, do tipo utilizado em aparelhos domésticos	18	14,4	Art. 7º
8481.80.39	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.91	Válvulas tipo aerossol	18	14,4	Art. 7º
8481.80.92	Válvulas solenoides	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.93	Válvulas tipo gaveta	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.94	Válvulas tipo globo	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.95	Válvulas tipo esfera	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.96	Válvulas tipo macho	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.97	Válvulas tipo borboleta	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.80.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8481.90.10	De válvulas tipo aerossol ou dos dispositivos do item 8481.80.1	16	12,8	Art. 7º
8481.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8482.91.11	Para carga de canetas esferográficas	14	11,2	Art. 7º
8482.91.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
8482.91.20	Roletes cilíndricos	14	11,2	Art. 7º
8482.91.30	Roletes cônicos	14	11,2	Art. 7º
8482.91.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
8482.99.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
8483.40.10	Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluindo os conversores de torque	14 BK	11,2	Art. 7º
8483.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8483.60.11	De fricção	14 BK	11,2	Art. 7º
8483.60.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8483.60.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8483.90.00	-Rodas dentadas e outros elementos de transmissão apresentados separadamente; partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8484.20.00	-Juntas de vedação mecânicas	14 BK	11,2	Art. 7º
8485.10.00	-Por depósito de metal	14 BK	11,2	Art. 7º
8485.20.00	-Por depósito de plástico ou de borracha	14 BK	11,2	Art. 7º
8485.30.00	-Por depósito de gesso, cimento, cerâmica ou de vidro	14 BK	11,2	Art. 7º
8485.80.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8485.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8486.10.00	-Máquinas e aparelhos para fabricação de boules ou wafers	14 BK	11,2	Art. 7º
8486.20.00	-Máquinas e aparelhos para fabricação de dispositivos semicondutores ou de circuitos integrados eletrônicos	14 BK	11,2	Art. 7º
8486.30.00	-Máquinas e aparelhos para fabricação de dispositivos de visualização de tela (ecrã*) plana	14 BK	11,2	Art. 7º
8486.40.00	-Máquinas e aparelhos especificados na Nota 11 C) do presente Capítulo	14 BK	11,2	Art. 7º
8486.90.00	-Partes e acessórios	14 BK	11,2	Art. 7º
8487.10.00	-Hélices para embarcações e suas pás	14 BK	11,2	Art. 7º
8487.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.10.30	Universais	18	14,4	Art. 7º
8501.31.20	Geradores	18	14,4	Art. 7º
8501.33.10	Motores	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.33.20	Geradores	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.34.11	De potência não superior a 3.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.34.20	Geradores	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.40.11	Síncronos	18	14,4	Art. 7º
8501.40.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
8501.40.21	Síncronos	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.40.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.51.10	Trifásicos, com rotor de gaiola	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.51.20	Trifásicos, com rotor de anéis	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.51.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.52.10	Trifásicos, com rotor de gaiola	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.52.20	Trifásicos, com rotor de anéis	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.52.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.53.10	Trifásicos, de potência não superior a 7.500 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.53.20	Trifásicos, de potência superior a 7.500 kW, mas não superior a 30.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.53.30	Trifásicos, de potência superior a 30.000 kW, mas não superior a 50.000 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.61.00	--De potência não superior a 75 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.62.00	--De potência superior a 75 kVA, mas não superior a 375 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.63.00	--De potência superior a 375 kVA, mas não superior a 750 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.64.00	--De potência superior a 750 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.71.00	--De potência não superior a 50 W	18	14,4	Art. 7º
8501.72.10	De potência não superior a 75 kW	18	14,4	Art. 7º
8501.72.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8501.80.00	-Geradores fotovoltaicos de corrente alternada	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.11.10	De corrente alternada	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.11.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.12.10	De corrente alternada	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.12.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.13.11	De potência não superior a 430 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.13.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.13.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.20.11	De potência não superior a 210 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.40.10	De frequência	14 BK	11,2	Art. 7º
8502.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8503.00.10	De motores ou geradores das subposições 8501.10, 8501.20, 8501.31, 8501.32 ou do item 8501.40.1	14	11,2	Art. 7º
8503.00.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.10.00	-Reatores (Balastros*) para lâmpadas ou tubos de descarga	18	14,4	Art. 7º
8504.21.00	--De potência não superior a 650 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.22.00	--De potência superior a 650 kVA, mas não superior a 10.000 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.23.00	--De potência superior a 10.000 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.31.11	Transformadores de corrente	18	14,4	Art. 7º
8504.31.92	Transformadores de FI, de detecção, de relação, de linearidade ou de foco	18	14,4	Art. 7º
8504.31.99	Outros	18	14,4	Art. 7º

8504.32.11	Para frequências inferiores ou iguais a 60 Hz	18	14,4	Art. 7º
8504.32.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
8504.32.21	Para frequências inferiores ou iguais a 60 Hz	18	14,4	Art. 7º
8504.32.29	Outros	18	14,4	Art. 7º
8504.33.00	--De potência superior a 16 kVA, mas não superior a 500 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.34.00	--De potência superior a 500 kVA	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.40.21	De cristal (semicondutores)	18	14,4	Art. 7º
8504.40.22	Eletrolíticos	18	14,4	Art. 7º
8504.40.29	Outros	18	14,4	Art. 7º
8504.40.30	Conversores de corrente contínua	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.40.40	Equipamento de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou no break)	14 BIT	11,2	Art. 7º
8504.40.50	Conversores eletrônicos de frequência, para variação de velocidade de motores elétricos	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.40.60	Aparelhos eletrônicos de alimentação de energia do tipo utilizado para iluminação de emergência	18	14,4	Art. 7º
8504.40.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.50.00	-Outras bobinas de reatância e de autoindução	18	14,4	Art. 7º
8504.90.10	Núcleos de pó ferromagnético	16	12,8	Art. 7º
8504.90.20	De reatores para lâmpadas ou tubos de descarga	16	12,8	Art. 7º
8504.90.30	De transformadores das subposições 8504.21, 8504.22, 8504.23, 8504.33 ou 8504.34	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.90.40	De conversores estáticos, exceto de carregadores de acumuladores e de retificadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8504.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8505.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8505.90.10	Eletroímãs	16	12,8	Art. 7º
8505.90.80	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8505.90.90	Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8506.10.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.10.20	Outras pilhas	16	12,8	Art. 7º
8506.10.39	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.30.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.40.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.60.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.80.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8506.90.00	-Partes	14	11,2	Art. 7º
8507.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8507.30.11	De capacidade inferior ou igual a 15 Ah	18	14,4	Art. 7º
8507.30.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8508.11.00	--De potência não superior a 1.500 W e cujo volume do reservatório não exceda 20 l	20	16	Art. 7º
8508.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8508.60.00	-Outros aspiradores	14 BK	11,2	Art. 7º
8508.70.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8509.40.10	Liquidificadores	20	16	Art. 7º
8509.40.20	Batedeiras	20	16	Art. 7º
8509.40.30	Moedores de carne	20	16	Art. 7º
8509.40.40	Extratores centrífugos de sucos	20	16	Art. 7º
8509.40.50	Aparelhos de funções múltiplas, providos de acessórios intercambiáveis, para processar alimentos	20	16	Art. 7º
8509.40.90	Outros	20	16	Art. 7º
8509.80.10	Enceradeiras de pisos	20	16	Art. 7º
8509.80.90	Outros	20	16	Art. 7º
8509.90.00	-Partes	16	12,8	Art. 7º
8510.10.00	-Aparelhos ou máquinas de barbear	20	16	Art. 7º
8510.30.00	-Aparelhos de depilar	20	16	Art. 7º
8510.90.11	Lâminas	16	12,8	Art. 7º
8510.90.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
8510.90.20	Pentes e contrapentes para máquinas de tosquiar	14 BK	11,2	Art. 7º
8512.10.00	-Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual do tipo utilizado em bicicletas	18	14,4	Art. 7º
8513.10.10	Manuais	18	14,4	Art. 7º
8513.10.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8513.90.00	-Partes	16	12,8	Art. 7º
8514.11.00	--Prensas isostáticas a quente	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.19.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.20.11	Industriais	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.20.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.20.20	Por perdas dielétricas	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.31.00	--Fornos de feixe de elétrons	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.32.00	--Fornos de plasma e fornos de arco a vácuo	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.39.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.40.00	-Outros aparelhos para tratamento térmico de matérias por indução ou por perdas dielétricas	14 BK	11,2	Art. 7º
8514.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.11.00	--Ferros e pistolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.19.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.21.00	--Inteira ou parcialmente automáticos	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.31.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.39.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8515.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8516.10.00	-Aquecedores elétricos de água, incluindo os de imersão	20	16	Art. 7º
8516.21.00	--Radiadores de acumulação	20	16	Art. 7º
8516.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8516.31.00	--Secadores de cabelo	20	16	Art. 7º
8516.32.00	--Outros aparelhos para arranjos do cabelo	20	16	Art. 7º
8516.33.00	--Aparelhos para secar as mãos	20	16	Art. 7º
8516.40.00	-Ferros elétricos de passar	20	16	Art. 7º
8516.50.00	-Fornos de micro-ondas	20	16	Art. 7º
8516.60.00	-Outros fornos; fogões de cozinha, fogareiros (incluindo as chapas de cocção), grelhas e assadeiras	20	16	Art. 7º
8516.71.00	--Aparelhos para preparação de café ou de chá	20	16	Art. 7º
8516.72.00	--Torradeiras de pão	20	16	Art. 7º
8516.79.10	Panelas	20	16	Art. 7º
8516.79.20	Fritadoras	20	16	Art. 7º
8516.79.90	Outros	20	16	Art. 7º
8516.80.10	Para aparelhos da presente posição	16	12,8	Art. 7º
8516.90.00	-Partes	16	12,8	Art. 7º
8517.11.00	--Aparelhos telefônicos por fio com unidade auscultador-microfone sem fio	20	16	Art. 7º
8517.13.00	--Telefones inteligentes (smartphones)	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.14.10	De radiotelefonia, analógicos	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.14.31	Portáteis	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.14.39	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.14.49	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.14.90	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.18.30	Não combinados com outros aparelhos	20	16	Art. 7º
8517.18.90	Outros	20	16	Art. 7º
8517.61.49	Outras	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.61.91	Digitais, de frequência igual ou superior a 15 GHz e inferior ou igual a 23 GHz e taxa de transmissão inferior ou igual a 8 Mbit/s	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.14	Concentradores de linhas de assinantes (terminais de central ou terminal remoto)	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.15	Multiplexadores	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.62.21	Centrais automáticas públicas, incluindo as de trânsito	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.29	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º

8517.62.34	Aparelhos para comutação de pacotes de dados (switches)	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.39	Outros	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.41	Com capacidade de conexão sem fio	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.49	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.62.51	Terminais ou repetidores sobre linhas metálicas	8 BIT	6,4	Art. 7º
8517.62.56	Interfones	20	16	Art. 7º
8517.62.59	Outros	14 BIT	11,2	Art. 7º
8517.62.62	De tecnologia celular	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.62.65	Outros, por satélite	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.73	Interfones	20	16	Art. 7º
8517.62.77	Outros, de frequência inferior a 15 GHz	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.78	De frequência igual ou superior a 15 GHz, mas inferior ou igual a 23 GHz e taxa de transmissão inferior ou igual a 8 Mbit/s	16 BIT	12,8	Art. 7º
8517.62.91	Aparelhos transmissores (emissores)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.62.96	Outros, analógicos	12 BIT	9,6	Art. 7º
8517.62.99	Outros	20	16	Art. 7º
8517.69.00	--Outros	14 BIT	11,2	Art. 7º
8517.79.00	--Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
8518.22.00	--Alto-falantes (altifalantes) múltiplos montados na mesma caixa (coluna)	20	16	Art. 7º
8518.30.00	-Fones de ouvido (Auscultadores e auriculares*), mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes (altifalantes)	20	16	Art. 7º
8518.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
8519.20.00	-Aparelhos que funcionem por introdução de moedas, notas (papéis-moeda), cartões de banco, fichas ou por outros meios de pagamento	20	16	Art. 7º
8519.30.00	-Pratos de toca-discos (gira-discos*)	20	16	Art. 7º
8519.81.90	Outros	20	16	Art. 7º
8519.89.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8521.10.81	Em cassete, de largura de fita igual a 12,65 mm (1/2")	20	16	Art. 7º
8521.10.89	Outros	20	16	Art. 7º
8521.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
8522.10.00	-Fonocaptores	18	14,4	Art. 7º
8522.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.21.10	Não gravados	16	12,8	Art. 7º
8523.21.20	Gravados	16	12,8	Art. 7º
8523.29.19	Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.29.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.41.10	Discos para sistema de leitura por raios laser com possibilidade de serem gravados uma única vez	16	12,8	Art. 7º
8523.41.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.49.10	Para reprodução apenas do som	16	12,8	Art. 7º
8523.49.20	Para reprodução de fenômenos diferentes do som ou da imagem	16	12,8	Art. 7º
8523.49.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.51.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.52.10	Cartões e etiquetas de acionamento por aproximação	12 BIT	9,6	Art. 7º
8523.52.90	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8523.59.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
8523.80.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
8524.12.00	--De diodos emissores de luz orgânicos (OLED)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8524.19.00	--Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8525.50.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8525.50.29	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8525.60.10	De radiodifusão	12 BIT	9,6	Art. 7º
8525.60.90	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8525.89.13	Com sensor de imagem a semicondutor tipo CMOS, de mais de 490 x 580 elementos de imagem (pixels) ativos, sensíveis a intensidades de iluminação inferiores a 0,20 lux	14 BK	11,2	Art. 7º
8527.12.00	--Rádios toca-fitas (Rádios-leitores de cassetes*) de bolso	20	16	Art. 7º
8527.13.00	--Outros aparelhos combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som	20	16	Art. 7º
8527.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8527.91.00	--Combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som	20	16	Art. 7º
8527.92.00	--Não combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, mas combinados com um relógio	20	16	Art. 7º
8527.99.90	Outros	20	16	Art. 7º
8528.42.00	--Capazes de serem conectados diretamente a uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71 e concebidos para serem utilizados com esta máquina	16 BIT	12,8	Art. 7º
8528.49.30	Policromáticos, com dispositivos de seleção de varredura (underscanning) e de retardo de sincronismo horizontal e vertical (H/V delay ou pulse cross)	16 BIT	12,8	Art. 7º
8528.49.90	Outros	20	16	Art. 7º
8528.52.00	--Capazes de serem conectados diretamente a uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71 e concebidos para serem utilizados com esta máquina	12 BIT	9,6	Art. 7º
8528.62.00	--Capazes de serem conectados diretamente a uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71 e concebidos para serem utilizados com esta máquina	16 BIT	12,8	Art. 7º
8528.71.19	Outros	20	16	Art. 7º
8528.71.90	Outros	20	16	Art. 7º
8528.72.00	--Outros, a cores	20	16	Art. 7º
8528.73.00	--Outros, a preto e branco ou outros monocromos	20	16	Art. 7º
8529.10.20	Antenas com refletor parabólico	16	12,8	Art. 7º
8529.90.11	Gabinetes e bastidores	8 BIT	6,4	Art. 7º
8529.90.12	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8529.90.19	Outras	8 BIT	6,4	Art. 7º
8529.90.20	De aparelhos das posições 85.27 ou 85.28	12 BIT	9,6	Art. 7º
8529.90.50	De módulos de visualização da posição 85.24	12 BIT	9,6	Art. 7º
8530.10.10	Digitais, para controle de tráfego	14 BIT	11,2	Art. 7º
8530.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8530.80.10	Digitais, para controle de tráfego de automotores	14 BIT	11,2	Art. 7º
8530.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8530.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º

8531.10.10	Alarmes contra incêndio ou sobreaquecimento	18	14,4	Art. 7º
8531.20.00	-Painéis indicadores com dispositivos de cristais líquidos (LCD) ou de diodos emissores de luz (LED)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8531.80.00	-Outros aparelhos	18	14,4	Art. 7º
8532.10.00	-Condensadores fixos concebidos para linhas elétricas de 50/60 Hz e capazes de absorver uma potência reativa igual ou superior a 0,5 kvar (condensadores de potência)	16	12,8	Art. 7º
8532.21.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8532.24.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8532.90.00	-Partes	14	11,2	Art. 7º
8533.39.10	Potenciômetros	16	12,8	Art. 7º
8533.40.13	Outros varistores	16	12,8	Art. 7º
8533.90.00	-Partes	14	11,2	Art. 7º
8534.00.11	Com isolante de resina fenólica e papel celulósico	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.12	Com isolante de resina epóxida e papel celulósico	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.13	Com isolante de resina epóxida e tecido de fibra de vidro	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.19	Outros	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.20	Simples face, flexíveis	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.31	Com isolante de resina fenólica e papel celulósico	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.32	Com isolante de resina epóxida e papel celulósico	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.33	Com isolante de resina epóxida e tecido de fibra de vidro	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.39	Outros	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.40	Dupla face, flexíveis	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.51	Com isolante de resina epóxida e tecido de fibra de vidro	10 BIT	8	Art. 7º
8534.00.59	Outros	10 BIT	8	Art. 7º
8535.10.00	-Fusíveis e corta-circuitos de fusíveis	16	12,8	Art. 7º
8535.21.00	--Para uma tensão inferior a 72,5 kV	16	12,8	Art. 7º
8535.29.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
8535.30.17	Outros, com dispositivo de acionamento não automático	16	12,8	Art. 7º
8535.30.18	Outros, com dispositivo de acionamento automático, exceto os de contatos imersos em meio líquido	16	12,8	Art. 7º
8535.30.27	Outros, com dispositivo de acionamento não automático	16	12,8	Art. 7º
8535.30.28	Outros, com dispositivo de acionamento automático, exceto os de contatos imersos em meio líquido	16	12,8	Art. 7º
8535.30.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
8535.40.10	Para-raios para proteção de linhas de transmissão de eletricidade	16	12,8	Art. 7º
8535.40.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8535.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8536.30.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8536.69.10	Tomada polarizada e tomada blindada	16	12,8	Art. 7º
8536.70.00	-Conectores para fibras ópticas, feixes ou cabos de fibras ópticas	16	12,8	Art. 7º
8536.90.20	Tomadas de contato deslizante em condutores aéreos	16	12,8	Art. 7º
8536.90.40	Conectores para circuito impresso	10 BIT	8	Art. 7º
8537.10.19	Outros	14 BIT	11,2	Art. 7º
8537.10.20	Controladores programáveis	14 BIT	11,2	Art. 7º
8537.10.30	Controladores de demanda de energia elétrica	14 BIT	11,2	Art. 7º
8537.20.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8538.90.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
8539.22.00	--Outros, de potência não superior a 200 W e uma tensão superior a 100 V	18	14,4	Art. 7º
8539.31.11	Que contenham mais de 5 mg de mercúrio por cada invólucro (tubo)	18	14,4	Art. 7º
8539.31.19	Outras	18	14,4	Art. 7º
8539.31.20	Outras lâmpadas	18	14,4	Art. 7º
8539.31.31	Com fósforo tribanda e que contenham mais de 5 mg de mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8539.31.32	Com fósforo em halofosfato e que contenham mais de 10 mg de mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8539.31.39	Outros	18	14,4	Art. 7º
8539.32.10	De vapor de mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8539.32.20	De vapor de sódio	18	14,4	Art. 7º
8539.32.30	De halogeneto metálico	18	14,4	Art. 7º
8539.41.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
8539.49.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8539.51.00	--Módulos de diodos emissores de luz (LED)	12 BIT	9,6	Art. 7º
8539.52.00	--Lâmpadas e tubos de diodos emissores de luz (LED)	12	9,6	Art. 7º
8539.90.10	Eletrodos	14	11,2	Art. 7º
8539.90.20	Bases	14	11,2	Art. 7º
8539.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8540.11.00	--A cores	18	14,4	Art. 7º
8540.12.00	--A preto e branco ou outros monocromos	18	14,4	Art. 7º
8540.20.11	A preto e branco ou outros monocromos	18	14,4	Art. 7º
8540.60.10	Tubos de visualização de dados gráficos, em cores, com uma tela de espaçamento entre os pontos igual ou superior a 0,4 mm	8	6,4	Art. 7º
8540.60.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8540.71.00	--Magnétrons	18	14,4	Art. 7º
8540.79.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8540.81.00	--Tubos de recepção ou de amplificação	18	14,4	Art. 7º
8540.89.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
8540.91.10	Bobinas de deflexão (yokes)	16	12,8	Art. 7º
8540.91.30	Canhões eletrônicos	16	12,8	Art. 7º
8540.91.40	Painel de vidro, máscara de sombra e blindagem interna, reunidos, para tubos tricromáticos	16	12,8	Art. 7º
8540.99.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
8541.10.19	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.10.39	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.10.92	Outros, de intensidade de corrente inferior ou igual a 3 A	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.10.99	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.21.99	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.30.19	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.30.21	De intensidade de corrente inferior ou igual a 3 A	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.30.29	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.41.22	Outros diodos emissores de luz (LED), exceto diodos laser	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.41.24	Outros diodos laser	10 BIT	8	Art. 7º
8541.42.10	Células solares orgânicas	10 BIT	8	Art. 7º
8541.42.90	Outras	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.43.00	--Células fotovoltaicas montadas em módulos ou em painéis	12 BIT	9,6	Art. 7º
8541.49.00	--Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.51.00	--Transdutores à base de semicondutores	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.59.00	--Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.60.10	De quartzo, de frequência igual ou superior a 1 MHz, mas não superior a 100 MHz	6 BIT	4,8	Art. 7º
8541.60.90	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8542.32.29	Outras	8 BIT	6,4	Art. 7º
8542.32.99	Outras	8 BIT	6,4	Art. 7º
8542.33.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8542.33.90	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8542.39.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8542.39.39	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8542.39.99	Outros	6 BIT	4,8	Art. 7º
8543.20.00	-Geradores de sinais	14 BK	11,2	Art. 7º
8543.30.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8543.40.00	-Cigarros eletrônicos e dispositivos de vaporização elétricos de uso pessoal semelhantes	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.13	Para distribuição de sinais de televisão	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.14	Outros para recepção de sinais de micro-ondas	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.15	Outros para transmissão de sinais de micro-ondas	12 BIT	9,6	Art. 7º

8543.70.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.20	Aparelhos para eletrocutar insetos	18	14,4	Art. 7º
8543.70.39	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.92	Eletrificadores de cercas	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.70.99	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
8543.90.10	Das máquinas ou aparelhos da subposição 8543.70	12	9,6	Art. 7º
8543.90.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8544.11.00	--De cobre	14	11,2	Art. 7º
8544.19.10	De alumínio	14	11,2	Art. 7º
8544.19.90	Outros	14	11,2	Art. 7º
8544.60.00	-Outros condutores elétricos, para uma tensão superior a 1.000 V	16	12,8	Art. 7º
8544.70.10	Com revestimento externo de material dielétrico	14 BIT	11,2	Art. 7º
8544.70.30	Com revestimento externo de alumínio	14 BIT	11,2	Art. 7º
8544.70.90	Outros	14 BIT	11,2	Art. 7º
8545.11.00	--Do tipo utilizado em fornos	10	8	Art. 7º
8545.19.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
8545.20.00	-Escovas	12	9,6	Art. 7º
8545.90.20	Resistências aquecedoras desprovidas de revestimento e de terminais	12	9,6	Art. 7º
8545.90.30	Suportes de conexão (nipples), para eletrodos	12	9,6	Art. 7º
8545.90.90	Outros	12	9,6	Art. 7º
8546.10.00	-De vidro	16	12,8	Art. 7º
8548.00.10	Termopares do tipo utilizado em dispositivos termoelétricos de segurança de aparelhos alimentados a gás	16	12,8	Art. 7º
8548.00.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
8549.11.00	--Desperdícios e resíduos, e sucata, de acumuladores de chumbo-ácido; acumuladores de chumbo-ácido inservíveis	4	3,2	Art. 7º
8549.12.00	--Outros, que contenham chumbo, cádmio ou mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8549.13.00	--Selecionados por tipo de componente químico e que não contenham chumbo, cádmio ou mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8549.14.00	--Não selecionados e que não contenham chumbo, cádmio ou mercúrio	18	14,4	Art. 7º
8549.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8549.21.00	--Que contenham pilhas, baterias de pilhas ou acumuladores, elétricos, interruptores de mercúrio, vidro de tubos catódicos ou outros vidros ativados, ou componentes elétricos ou eletrônicos que contenham cádmio, mercúrio, chumbo ou policlorobifenilas (PCB)	18	14,4	Art. 7º
8549.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8549.31.00	--Que contenham pilhas, baterias de pilhas ou acumuladores, elétricos, interruptores de mercúrio, vidro de tubos catódicos ou outros vidros ativados, ou componentes elétricos ou eletrônicos que contenham cádmio, mercúrio, chumbo ou policlorobifenilas (PCB)	18	14,4	Art. 7º
8549.39.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
8549.91.00	--Que contenham pilhas, baterias de pilhas ou acumuladores, elétricos, interruptores de mercúrio, vidro de tubos catódicos ou outros vidros ativados, ou componentes elétricos ou eletrônicos que contenham cádmio, mercúrio, chumbo ou policlorobifenilas (PCB)	18	14,4	Art. 7º
8549.99.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
8601.10.00	-De fonte externa de eletricidade	14 BK	11,2	Art. 7º
8601.20.00	-De acumuladores elétricos	14 BK	11,2	Art. 7º
8602.10.00	-Locomotivas diesel-elétricas	14 BK	11,2	Art. 7º
8602.90.00	-Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8603.10.00	-De fonte externa de eletricidade	14 BK	11,2	Art. 7º
8603.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8604.00.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8605.00.10	Vagões de passageiros	14 BK	11,2	Art. 7º
8605.00.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8606.10.00	-Vagões-tanque (vagões-cisterna) e semelhantes	14 BK	11,2	Art. 7º
8606.30.00	-Vagões de descarga automática, exceto os da subposição 8606.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8606.91.00	--Cobertos e fechados	14 BK	11,2	Art. 7º
8606.92.00	--Abertos, com paredes fixas de altura superior a 60 cm	14 BK	11,2	Art. 7º
8606.99.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.11.10	Bogies	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.11.20	Bissels	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.12.00	--Outros bogies e bissels	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.19.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.19.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.21.00	--Freios (travões) a ar comprimido e suas partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.29.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.30.00	-Ganchos e outros sistemas de engate, para-choques, e suas partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.91.00	--De locomotivas ou de locotratores	14 BK	11,2	Art. 7º
8607.99.00	--Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8608.00.11	Mecânicos	14 BK	11,2	Art. 7º
8608.00.12	Eletromecânicos	14 BK	11,2	Art. 7º
8608.00.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8609.00.00	Contêineres (Contentores*), incluindo os de transporte de fluidos, especialmente concebidos e equipados para um ou mais meios de transporte.	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.10.00	-Tratores de eixo único	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.30.00	-Tratores de lagartas (esteiras)	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.91.00	--Não superior a 18 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.92.00	--Superior a 18 kW, mas não superior a 37 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.93.00	--Superior a 37 kW, mas não superior a 75 kW	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.94.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8701.95.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8703.10.00	-Veículos especialmente concebidos para se deslocar sobre a neve; veículos especiais para transporte de pessoas nos campos de golfe e veículos semelhantes	20	16	Art. 7º
8704.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8704.23.40	De chassis articulado, para o transporte de troncos (forwarder), com grua incorporada, de potência máxima igual ou superior a 126 kW (170 HP)	14 BK	11,2	Art. 7º
8706.00.20	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.91 a 8701.95 ou 8704.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8707.90.10	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.91 a 8701.95 ou 8704.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.29.11	Para-lamas	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.29.12	Grades de radiadores	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.29.13	Portas	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.29.14	Painéis de instrumentos	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.29.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.30.11	Dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.91 a 8701.95 ou 8704.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.40.19	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.50.12	Eixos não motores	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.50.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.50.91	De eixos não motores, dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.91 a 8701.95 ou 8704.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.70.10	De eixos propulsores dos veículos das subposições 8701.10, 8701.30, 8701.91 a 8701.95 ou 8704.10	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.94.11	Volantes	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.94.12	Colunas	14 BK	11,2	Art. 7º
8708.94.13	Caixas	14 BK	11,2	Art. 7º
8709.11.00	--Elétricos	14 BK	11,2	Art. 7º
8709.19.00	--Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8709.90.00	-Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
8711.10.00	-Com motor de pistão de cilindrada não superior a 50 cm3	20	16	Art. 7º
8711.20.10	Motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 125 cm3	20	16	Art. 7º
8711.20.20	Motocicletas de cilindrada superior a 125 cm3	20	16	Art. 7º
8711.20.90	Outros	20	16	Art. 7º
8711.30.00	-Com motor de pistão de cilindrada superior a 250 cm3, mas não superior a 500 cm3	20	16	Art. 7º
8711.40.00	-Com motor de pistão de cilindrada superior a 500 cm3, mas não superior a 800 cm3	20	16	Art. 7º
8711.50.00	-Com motor de pistão de cilindrada superior a 800 cm3	20	16	Art. 7º
8711.60.00	-Com motor elétrico para propulsão	20	16	Art. 7º
8711.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
8712.00.10	Bicicletas	20	16	Art. 7º
8712.00.90	Outros	20	16	Art. 7º
8713.10.00	-Sem mecanismo de propulsão	12	9,6	Art. 7º

8714.10.00	-De motocicletas (incluindo os ciclomotores)	16	12,8	Art. 7º
8714.20.00	-De cadeiras de rodas ou de outros veículos para pessoas com incapacidade	10	8	Art. 7º
8714.91.00	--Quadros e garfos, e suas partes	16	12,8	Art. 7º
8714.92.00	--Aros e raios	16	12,8	Art. 7º
8714.93.10	Cubos, exceto de freios (travões)	16	12,8	Art. 7º
8714.94.10	Cubos de freios (travões)	16	12,8	Art. 7º
8714.94.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8714.95.00	--Selins	16	12,8	Art. 7º
8714.96.00	--Pedais e pedaleiros, e suas partes	16	12,8	Art. 7º
8714.99.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
8715.00.00	Carrinhos e veículos semelhantes para transporte de crianças, e suas partes.	20	16	Art. 7º
8716.10.00	-Reboques e semirreboques, para habitação ou para acampar, do tipo trailer (caravana*)	20	16	Art. 7º
8716.20.00	-Reboques e semirreboques, autocarregáveis ou autodescarregáveis, para usos agrícolas	14 BK	11,2	Art. 7º
8801.00.00	Balões e dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão a motor.	20	16	Art. 7º
8804.00.00	Paraquedas (incluindo os paraquedas dirigíveis e os parapentes) e os paraquedas giratórios; suas partes e acessórios.	14	11,2	Art. 7º
8901.10.00	-Transatlânticos, barcos de excursão e embarcações semelhantes principalmente concebidas para o transporte de pessoas; ferryboats	14 BK	11,2	Art. 7º
8901.20.00	-Navios-tanque	14 BK	11,2	Art. 7º
8901.30.00	-Barcos frigoríficos, exceto os da subposição 8901.20	14 BK	11,2	Art. 7º
8901.90.00	-Outras embarcações para o transporte de mercadorias ou para o transporte de pessoas e de mercadorias	14 BK	11,2	Art. 7º
8902.00.10	De comprimento, de proa a popa, igual ou superior a 35 m	14 BK	11,2	Art. 7º
8902.00.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8903.11.00	--Equipados com um motor ou concebidos para comportá-lo, de peso vazio (sem carga) sem motor não superior a 100 kg	20	16	Art. 7º
8903.12.00	--Não concebidos para serem utilizados com um motor e de peso vazio (sem carga) não superior a 100 kg	20	16	Art. 7º
8903.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8903.21.00	--De comprimento não superior a 7,5 m	20	16	Art. 7º
8903.22.00	--De comprimento superior a 7,5 m, mas não superior a 24 m	20	16	Art. 7º
8903.23.00	--De comprimento superior a 24 m	20	16	Art. 7º
8903.31.00	--De comprimento não superior a 7,5 m	20	16	Art. 7º
8903.32.00	--De comprimento superior a 7,5 m, mas não superior a 24 m	20	16	Art. 7º
8903.33.00	--De comprimento superior a 24 m	20	16	Art. 7º
8903.93.00	--De comprimento não superior a 7,5 m	20	16	Art. 7º
8903.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
8904.00.00	Rebocadores e barcos concebidos para empurrar outras embarcações.	14 BK	11,2	Art. 7º
8905.10.00	-Dragas	14 BK	11,2	Art. 7º
8905.20.00	-Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	14 BK	11,2	Art. 7º
8905.90.00	-Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
8906.10.00	-Navios de guerra	14 BK	11,2	Art. 7º
8906.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
8907.10.00	-Balsas infláveis	14 BK	11,2	Art. 7º
8907.90.00	-Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
9001.10.11	De diâmetro de núcleo inferior a 11 micrômetros (mícrons)	12 BIT	9,6	Art. 7º
9001.10.19	Outras	12 BIT	9,6	Art. 7º
9001.10.20	Feixes e cabos de fibras ópticas	14 BIT	11,2	Art. 7º
9001.20.00	-Matérias polarizantes em folhas ou em placas	18	14,4	Art. 7º
9001.30.00	-Lentes de contato	18	14,4	Art. 7º
9001.40.00	-Lentes de vidro, para óculos	18	14,4	Art. 7º
9001.50.00	-Lentes de outras matérias, para óculos	18	14,4	Art. 7º
9001.90.10	Lentes	18	14,4	Art. 7º
9001.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9002.11.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
9002.11.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
9002.19.00	--Outras	16	12,8	Art. 7º
9002.20.10	Polarizantes	16	12,8	Art. 7º
9002.20.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9002.90.00	-Outros	16	12,8	Art. 7º
9003.11.00	--De plástico	18	14,4	Art. 7º
9003.19.10	De metais comuns, mesmo folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
9003.19.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9003.90.10	Charneiras	16	12,8	Art. 7º
9003.90.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
9004.10.00	-Óculos de sol	20	16	Art. 7º
9004.90.10	Óculos para correção	18	14,4	Art. 7º
9004.90.20	Óculos de segurança	18	14,4	Art. 7º
9004.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9005.10.00	-Binóculos	18	14,4	Art. 7º
9005.80.00	-Outros instrumentos	14 BK	11,2	Art. 7º
9005.90.10	De binóculos	16	12,8	Art. 7º
9005.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9006.30.00	-Câmeras fotográficas especialmente concebidas para fotografia submarina ou aérea, para exame médico de órgãos internos ou para laboratórios de medicina legal ou de investigação judicial	14 BK	11,2	Art. 7º
9006.53.10	De foco fixo	18	14,4	Art. 7º
9006.53.20	De foco ajustável	18	14,4	Art. 7º
9006.59.40	Outras, de foco fixo	18	14,4	Art. 7º
9006.59.51	Para obtenção de negativos de 45 mm x 60 mm ou de dimensões superiores	10	8	Art. 7º
9006.59.59	Outras	18	14,4	Art. 7º
9006.61.00	--Aparelhos de tubo de descarga para produção de luz relâmpago (flash) (denominados "flashes eletrônicos")	18	14,4	Art. 7º
9006.69.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9006.91.10	Corpos	16	12,8	Art. 7º
9006.91.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9006.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
9007.10.00	-Câmeras	14 BK	11,2	Art. 7º
9007.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9007.91.00	--De câmeras	14 BK	11,2	Art. 7º
9007.92.00	--De projetores	14 BK	11,2	Art. 7º
9008.50.00	-Projetores e aparelhos de ampliação ou de redução	18	14,4	Art. 7º
9008.90.00	-Partes e acessórios	16	12,8	Art. 7º
9010.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9010.50.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9010.60.00	-Telas para projeção	18	14,4	Art. 7º
9010.90.10	De aparelhos ou material da subposição 9010.10 ou do item 9010.50.10	14 BK	11,2	Art. 7º
9010.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9011.10.00	-Microscópios estereoscópicos	14 BK	11,2	Art. 7º
9011.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9011.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9012.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9012.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9013.10.10	Miras telescópicas para armas	18	14,4	Art. 7º
9013.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9013.20.00	-Lasers, exceto diodos laser	14 BK	11,2	Art. 7º
9013.80.00	-Outros dispositivos, aparelhos e instrumentos	18	14,4	Art. 7º
9013.90.00	-Partes e acessórios	14 BK	11,2	Art. 7º
9014.10.00	-Bússolas, incluindo as agulhas de marear	14 BK	11,2	Art. 7º
9014.80.10	Sondas acústicas (ecobatímetros) ou de ultrassom (sonar e semelhantes)	14 BK	11,2	Art. 7º
9014.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9014.90.00	-Partes e acessórios	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.10.00	-Telêmetros	14 BK	11,2	Art. 7º

9015.20.10	Com sistema de leitura por meio de prisma ou micrômetro óptico e precisão de leitura de 1 segundo	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.30.00	-Níveis	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.80.10	Molinetes hidrométricos	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9015.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9016.00.10	Sensíveis a pesos não superiores a 0,2 mg	14 BK	11,2	Art. 7º
9016.00.90	Outras	14 BK	11,2	Art. 7º
9017.10.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9017.20.00	-Outros instrumentos de desenho, de traçado ou de cálculo	18	14,4	Art. 7º
9017.30.10	Micrômetros	10	8	Art. 7º
9017.30.20	Paquímetros	18	14,4	Art. 7º
9017.30.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9017.80.10	Metros	18	14,4	Art. 7º
9017.80.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9017.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.11.00	--Eletrocardiógrafos	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.12.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.14.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.19.20	Audiômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.19.80	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.19.90	Partes	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.31.11	De capacidade inferior ou igual a 2 cm3	16	12,8	Art. 7º
9018.31.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
9018.31.90	Outras	16	12,8	Art. 7º
9018.32.11	Gengivais	16	12,8	Art. 7º
9018.32.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
9018.39.10	Agulhas	16	12,8	Art. 7º
9018.39.21	De borracha	16	12,8	Art. 7º
9018.39.24	Cateteres intravenosos periféricos, de poliuretano ou de copolímero de etileno-tetrafluoretileno (ETFE)	16	12,8	Art. 7º
9018.39.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.39.30	Lancetas para vacinação e cautérios	16	12,8	Art. 7º
9018.39.91	Artigo para fístula arteriovenosa, composto de agulha, base de fixação tipo borboleta, tubo plástico com conector e obturador	16	12,8	Art. 7º
9018.39.99	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.41.00	--Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados numa base comum com outros equipamentos dentários	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.49.11	De carboneto de tungstênio (volfrâmio)	16	12,8	Art. 7º
9018.49.12	De aço-vanádio	16	12,8	Art. 7º
9018.49.19	Outras	16	12,8	Art. 7º
9018.49.20	Limas	16	12,8	Art. 7º
9018.49.99	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.50.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.90.10	Para transfusão de sangue ou infusão intravenosa	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.90.21	Elétricos	16	12,8	Art. 7º
9018.90.29	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.90.39	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.90.40	Rins artificiais	8 BK	6,4	Art. 7º
9018.90.50	Aparelhos de diatermia	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.90.61	Que contenham mercúrio	16	12,8	Art. 7º
9018.90.69	Outros	16	12,8	Art. 7º
9018.90.91	Incubadoras para bebês	14 BK	11,2	Art. 7º
9018.90.99	Outros	16	12,8	Art. 7º
9019.10.00	-Aparelhos de mecanoterapia; aparelhos de massagem; aparelhos de psicotécnica	14 BK	11,2	Art. 7º
9019.20.10	De oxigenoterapia	14 BK	11,2	Art. 7º
9019.20.20	De aerossolterapia	14 BK	11,2	Art. 7º
9019.20.30	Respiratórios de reanimação	14 BK	11,2	Art. 7º
9019.20.40	Respiradores automáticos (pulmões de aço)	14 BK	11,2	Art. 7º
9019.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9020.00.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9021.10.10	Artigos e aparelhos ortopédicos	14	11,2	Art. 7º
9021.10.20	Artigos e aparelhos para fraturas	14	11,2	Art. 7º
9021.10.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
9021.21.10	De acrílico	16	12,8	Art. 7º
9021.21.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9021.29.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
9021.31.10	Femurais	14	11,2	Art. 7º
9021.31.90	Outras	14	11,2	Art. 7º
9021.39.19	Outras	14	11,2	Art. 7º
9021.39.80	Outros	14	11,2	Art. 7º
9021.39.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
9021.50.00	-Marca-passos cardíacos (Estimuladores cardíacos*), exceto as partes e acessórios	14	11,2	Art. 7º
9021.90.80	Outros	14	11,2	Art. 7º
9021.90.99	Outros	14	11,2	Art. 7º
9022.13.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.14.11	Para mamografia	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.14.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.19.91	Do tipo utilizado para inspeção de bagagens, com túnel de altura inferior ou igual a 0,4 m, largura inferior ou igual a 0,6 m e comprimento inferior ou igual a 1,2 m	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.21.10	Aparelhos de radiocobalto (bombas de cobalto)	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.21.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.29.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.90.10	Geradores de tensão	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.90.20	Telas radiológicas	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.90.80	Outros, excluindo as partes e acessórios	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.90.91	De aparelhos de raios X	14 BK	11,2	Art. 7º
9022.90.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9023.00.00	Instrumentos, aparelhos e modelos, concebidos para demonstração (por exemplo, no ensino e nas exposições), não suscetíveis de outros usos.	16	12,8	Art. 7º
9024.10.10	Para ensaios de tração ou compressão	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.10.20	Para ensaios de dureza	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.80.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.80.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.80.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9024.90.00	-Partes e acessórios	14 BK	11,2	Art. 7º
9025.11.11	Que contenham mercúrio	18	14,4	Art. 7º

9025.11.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
9025.80.00	-Outros instrumentos	18	14,4	Art. 7º
9026.10.11	Medidores-transmissores eletrônicos, que funcionem pelo princípio de indução eletromagnética	14 BIT	11,2	Art. 7º
9027.10.00	-Analisadores de gás ou de fumaça (fumos)	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.20.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.30.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.30.20	Espectrofotômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.50.10	Colorímetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.50.20	Fotômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.50.30	Refratômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.50.40	Sacarímetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.50.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.81.00	--Espectrômetros de massa	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.89.12	Viscosímetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.89.13	Densitômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.89.14	Aparelhos medidores de pH	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.89.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9027.90.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9028.10.11	Do tipo utilizado em postos (estações) de serviço ou garagens	14 BK	11,2	Art. 7º
9028.10.19	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9028.10.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9028.20.20	De peso superior a 50 kg	18	14,4	Art. 7º
9028.30.11	Digitais	14 BIT	11,2	Art. 7º
9028.30.19	Outros	18	14,4	Art. 7º
9028.30.21	Digitais	14 BIT	11,2	Art. 7º
9028.30.29	Outros	18	14,4	Art. 7º
9028.30.31	Digitais	14 BIT	11,2	Art. 7º
9028.30.39	Outros	18	14,4	Art. 7º
9028.30.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9028.90.10	De contadores de eletricidade	16	12,8	Art. 7º
9028.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9029.10.10	Contadores de voltas, contadores de produção ou de horas de trabalho	14 BK	11,2	Art. 7º
9029.20.20	Estroboscópios	18	14,4	Art. 7º
9030.10.10	Medidores de radioatividade	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.10.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.20.29	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.31.00	--Multímetros, sem dispositivo registrador	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.32.00	--Multímetros, com dispositivo registrador	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.33.11	Digitais	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.33.19	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.33.29	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.33.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.39.10	De teste de continuidade em circuitos impressos	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.39.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.40.10	Analisadores de protocolo	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.40.20	Analisadores de nível seletivo	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.40.30	Analisadores digitais de transmissão	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.40.90	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.82.10	De testes de circuitos integrados	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.82.90	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.84.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.89.30	Frequencímetros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.89.40	Fasímetros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.89.90	Outros	12 BIT	9,6	Art. 7º
9030.90.10	De instrumentos e aparelhos da subposição 9030.10	14 BK	11,2	Art. 7º
9030.90.90	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
9031.10.00	-Máquinas de balancear (equilibrar) peças mecânicas	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.20.10	Para motores	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.20.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.41.00	--Para controle de wafers ou de dispositivos, semicondutores (incluindo os circuitos integrados), ou para controle de fotomáscaras ou retículos utilizados na fabricação de dispositivos semicondutores (incluindo os circuitos integrados)	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.49.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.80.11	Dinamômetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.80.12	Rugosímetros	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.80.20	Máquinas para medição tridimensional	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.80.30	Metros padrões	10 BK	8	Art. 7º
9031.80.60	Células de carga	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.80.99	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.90.10	De bancos de ensaio	14 BK	11,2	Art. 7º
9031.90.90	Outros	14 BK	11,2	Art. 7º
9032.81.00	--Hidráulicos ou pneumáticos	18	14,4	Art. 7º
9032.89.11	Eletrônicos	12 BIT	9,6	Art. 7º
9032.89.30	Equipamentos digitais para controle de veículos ferroviários	14 BIT	11,2	Art. 7º
9032.89.81	De pressão	14 BIT	11,2	Art. 7º
9032.89.82	De temperatura	14 BIT	11,2	Art. 7º
9032.89.83	De umidade	14 BIT	11,2	Art. 7º
9032.89.84	De velocidade de motores elétricos por variação de frequência	14 BK	11,2	Art. 7º
9032.89.89	Outros	14 BIT	11,2	Art. 7º
9032.90.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados	12 BIT	9,6	Art. 7º
9032.90.99	Outros	8 BIT	6,4	Art. 7º
9033.00.00	Partes e acessórios não especificados nem compreendidos noutras posições do presente Capítulo, para máquinas, aparelhos, instrumentos ou artigos do Capítulo 90.	16	12,8	Art. 7º
9101.11.00	--De mostrador exclusivamente mecânico	20	16	Art. 7º
9101.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9101.21.00	--De corda automática	20	16	Art. 7º
9101.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9101.91.00	--Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9101.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9102.11.10	Com caixa de metal comum	20	16	Art. 7º
9102.11.90	Outros	20	16	Art. 7º
9102.12.10	Com caixa de metal comum	20	16	Art. 7º
9102.12.20	Com caixa de plástico, exceto as reforçadas com fibra de vidro	20	16	Art. 7º
9102.12.90	Outros	20	16	Art. 7º
9102.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9102.21.00	--De corda automática	20	16	Art. 7º
9102.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9102.91.00	--Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9102.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9103.10.00	-Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9103.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
9105.11.00	--Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9105.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9105.21.00	--Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9105.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9105.91.00	--Funcionando eletricamente	20	16	Art. 7º
9105.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9106.10.00	-Relógios de ponto; relógios datadores e contadores de horas	20	16	Art. 7º

9106.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
9107.00.10	Interruptores horários	20	16	Art. 7º
9107.00.90	Outros	20	16	Art. 7º
9108.11.10	Para relógios das posições 91.01 ou 91.02	18	14,4	Art. 7º
9108.11.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9108.12.00	--De mostrador exclusivamente optoeletrônico	18	14,4	Art. 7º
9108.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9108.20.00	-De corda automática	18	14,4	Art. 7º
9108.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9109.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9110.11.10	Para relógios das posições 91.01 ou 91.02	18	14,4	Art. 7º
9110.11.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9110.12.00	--Mecanismos incompletos, montados	18	14,4	Art. 7º
9110.19.00	--Esboços	18	14,4	Art. 7º
9110.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9111.10.00	-Caixas de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
9111.20.10	De latão, em esboço	18	14,4	Art. 7º
9111.20.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9111.80.00	-Outras caixas	18	14,4	Art. 7º
9111.90.10	Fundos de metais comuns	18	14,4	Art. 7º
9111.90.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9112.20.00	-Caixas e semelhantes	18	14,4	Art. 7º
9112.90.00	-Partes	18	14,4	Art. 7º
9113.10.00	-De metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê)	18	14,4	Art. 7º
9113.20.00	-De metais comuns, mesmo dourados ou prateados	18	14,4	Art. 7º
9113.90.00	-Outras	18	14,4	Art. 7º
9114.30.00	-Quadrantes	18	14,4	Art. 7º
9114.40.00	-Platinas e pontes	18	14,4	Art. 7º
9201.10.00	-Pianos verticais	18	14,4	Art. 7º
9201.20.00	-Pianos de cauda	18	14,4	Art. 7º
9201.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9202.10.00	-De cordas, tocados com o auxílio de um arco	18	14,4	Art. 7º
9202.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9205.10.00	-Instrumentos denominados "metais"	18	14,4	Art. 7º
9205.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9206.00.00	Instrumentos musicais de percussão (por exemplo, tambores, caixas, xilofones, pratos, castanholas, maracás).	18	14,4	Art. 7º
9207.10.10	Sintetizadores	10	8	Art. 7º
9207.10.90	Outros	10	8	Art. 7º
9207.90.10	Guitarras e contrabaixos	18	14,4	Art. 7º
9207.90.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9208.10.00	-Caixas de música	18	14,4	Art. 7º
9208.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9209.30.00	-Cordas para instrumentos musicais	16	12,8	Art. 7º
9209.92.00	--Partes e acessórios de instrumentos musicais da posição 92.02	16	12,8	Art. 7º
9209.94.00	--Partes e acessórios de instrumentos musicais da posição 92.07	16	12,8	Art. 7º
9209.99.00	--Outros	16	12,8	Art. 7º
9301.10.00	-Peças de artilharia (por exemplo, canhões, obuses e morteiros)	20	16	Art. 7º
9301.20.00	-Lança-mísseis; lança-chamas; lança-granadas; lança-torpedos e lançadores semelhantes	20	16	Art. 7º
9301.90.00	-Outras	20	16	Art. 7º
9302.00.00	Revólveres e pistolas, exceto os das posições 93.03 ou 93.04.	20	16	Art. 7º
9303.10.00	-Armas de fogo carregáveis exclusivamente pela boca	20	16	Art. 7º
9303.20.00	-Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo, com pelo menos um cano liso	20	16	Art. 7º
9303.30.00	-Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo	20	16	Art. 7º
9303.90.10	Lançadores do tipo utilizado com cartuchos dos itens 9306.21.10, 9306.21.20 ou 9306.21.30	20	16	Art. 7º
9303.90.90	Outros	20	16	Art. 7º
9304.00.10	Recipientes do tipo aerossol que contenham produtos químicos ou oleorresina de Capsicum, com fins irritantes	20	16	Art. 7º
9304.00.90	Outras	20	16	Art. 7º
9305.10.00	-De revólveres ou pistolas	20	16	Art. 7º
9305.20.00	-De espingardas ou carabinas da posição 93.03	20	16	Art. 7º
9305.91.00	--De armas de guerra da posição 93.01	20	16	Art. 7º
9305.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9306.21.10	Que contenham produtos químicos ou oleorresina de Capsicum, com fins irritantes	20	16	Art. 7º
9306.21.20	Outros, que produzem efeitos fumígenos, de iluminação, de som ou de identificação mediante tintas ou corantes	20	16	Art. 7º
9306.21.30	Outros, com um ou mais projéteis de elastômeros	20	16	Art. 7º
9306.21.90	Outros	20	16	Art. 7º
9306.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9306.30.00	-Outros cartuchos e suas partes	20	16	Art. 7º
9306.90.10	Granadas que contenham produtos químicos ou oleorresina de Capsicum, com fins irritantes	20	16	Art. 7º
9306.90.20	Outras granadas, que produzem efeitos fumígenos, de iluminação, de som ou de identificação mediante tintas ou corantes	20	16	Art. 7º
9306.90.90	Outros	20	16	Art. 7º
9307.00.00	Sabres, espadas, baionetas, lanças e outras armas brancas, suas partes e bainhas.	20	16	Art. 7º
9401.10.10	Ejetáveis	18	14,4	Art. 7º
9401.10.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.31.00	--De madeira	18	14,4	Art. 7º
9401.39.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.41.00	--De madeira	18	14,4	Art. 7º
9401.49.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.52.00	--De bambu	18	14,4	Art. 7º
9401.53.00	--De rotim	18	14,4	Art. 7º
9401.59.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.61.00	--Estofados	18	14,4	Art. 7º
9401.69.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.71.00	--Estofados	18	14,4	Art. 7º
9401.79.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9401.91.00	--De madeira	18	14,4	Art. 7º
9402.10.00	-Cadeiras odontológicas, cadeiras para salões de cabeleireiro e cadeiras semelhantes, e suas partes	18	14,4	Art. 7º
9402.90.10	Mesas de operação	14 BK	11,2	Art. 7º
9402.90.20	Camas dotadas de mecanismos para usos clínicos	14 BK	11,2	Art. 7º
9402.90.90	Outros	16	12,8	Art. 7º
9403.10.00	-Móveis de metal, do tipo utilizado em escritórios	18	14,4	Art. 7º
9403.20.00	-Outros móveis de metal	18	14,4	Art. 7º
9403.30.00	-Móveis de madeira, do tipo utilizado em escritórios	18	14,4	Art. 7º
9403.40.00	-Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas	18	14,4	Art. 7º
9403.50.00	-Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir	18	14,4	Art. 7º
9403.60.00	-Outros móveis de madeira	18	14,4	Art. 7º
9403.70.00	-Móveis de plástico	18	14,4	Art. 7º
9403.82.00	--De bambu	18	14,4	Art. 7º
9403.83.00	--De rotim	18	14,4	Art. 7º
9403.89.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9403.91.00	--De madeira	18	14,4	Art. 7º
9403.99.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
9404.10.00	-Suportes para camas (somiês)	18	14,4	Art. 7º
9404.21.00	--De borracha alveolar ou de plástico alveolar, mesmo recobertos	18	14,4	Art. 7º
9404.29.00	--De outras matérias	18	14,4	Art. 7º
9404.30.00	-Sacos de dormir	18	14,4	Art. 7º
9404.40.00	-Colchas, edredões e artigos semelhantes	18	14,4	Art. 7º

9404.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.11.10	Focos cirúrgicos (luzes sem sombra, do tipo utilizado em medicina, cirurgia ou odontologia)	18	14,4	Art. 7º
9405.11.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.19.10	Focos cirúrgicos (luzes sem sombra, do tipo utilizado em medicina, cirurgia ou odontologia)	18	14,4	Art. 7º
9405.19.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.21.00	--Concebidos para serem utilizados unicamente com fontes de luz de diodos emissores de luz (LED)	18	14,4	Art. 7º
9405.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.31.00	--Concebidas para serem utilizadas unicamente com fontes de luz de diodos emissores de luz (LED)	18	14,4	Art. 7º
9405.39.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
9405.41.00	--Fotovoltaicos, concebidos para serem utilizados unicamente com fontes de luz de diodos emissores de luz (LED)	18	14,4	Art. 7º
9405.42.00	--Outros, concebidos para serem utilizados unicamente com fontes de luz de diodos emissores de luz (LED)	18	14,4	Art. 7º
9405.49.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.50.00	-Luminárias e aparelhos de iluminação, não elétricos	18	14,4	Art. 7º
9405.61.00	--Concebidos para serem utilizados unicamente com fontes de luz de diodos emissores de luz (LED)	18	14,4	Art. 7º
9405.69.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9405.91.00	--De vidro	18	14,4	Art. 7º
9405.92.00	--De plástico	18	14,4	Art. 7º
9405.99.00	--Outras	18	14,4	Art. 7º
9406.10.10	Estufas	14 BK	11,2	Art. 7º
9406.10.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9406.20.00	-Unidades de construção modulares, de aço	14 BK	11,2	Art. 7º
9406.90.10	Estufas	14 BK	11,2	Art. 7º
9406.90.20	Com estrutura de ferro ou aço e paredes exteriores constituídas principalmente dessas matérias	14 BK	11,2	Art. 7º
9406.90.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9503.00.29	Partes e acessórios	20	16	Art. 7º
9504.20.00	-Bilhares de qualquer espécie e seus acessórios	20	16	Art. 7º
9504.30.00	-Outros jogos que funcionem por introdução de moedas, notas (papéis-moeda), cartões de banco, fichas ou por outros meios de pagamento, exceto os jogos de balizas (pinos) automáticos (boliche)	20	16	Art. 7º
9504.40.00	-Cartas de jogar	20	16	Art. 7º
9504.50.00	-Consoles e máquinas de jogos de vídeo, exceto os classificados na subposição 9504.30	20	16	Art. 7º
9504.90.90	Outros	20	16	Art. 7º
9505.10.00	-Artigos para festas de Natal	20	16	Art. 7º
9505.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
9506.19.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9506.21.00	--Pranchas à vela	20	16	Art. 7º
9506.29.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9506.31.00	--Tacos completos	20	16	Art. 7º
9506.32.00	--Bolas	20	16	Art. 7º
9506.39.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9506.40.00	-Artigos e equipamentos para tênis de mesa	20	16	Art. 7º
9506.51.00	--Raquetes de tênis, mesmo não encordoadas	20	16	Art. 7º
9506.59.00	--Outras	20	16	Art. 7º
9506.61.00	--Bolas de tênis	20	16	Art. 7º
9506.62.00	--Infláveis	20	16	Art. 7º
9506.69.00	--Outras	20	16	Art. 7º
9506.70.00	-Patins para gelo e patins de rodas, incluindo os fixados em calçado	20	16	Art. 7º
9506.91.00	--Artigos e equipamentos para cultura física, ginástica ou atletismo	20	16	Art. 7º
9506.99.00	--Outros	20	16	Art. 7º
9507.10.00	-Varas (Canas*) de pesca	20	16	Art. 7º
9507.20.00	-Anzóis, mesmo montados em sedelas	20	16	Art. 7º
9507.30.00	-Carretilhas e molinetes (Carretes*), de pesca	20	16	Art. 7º
9507.90.00	-Outros	20	16	Art. 7º
9508.10.00	-Circos ambulantes e coleções de animais ambulantes	20	16	Art. 7º
9508.21.90	Outras	20	16	Art. 7º
9508.22.10	Carrosséis, mesmo dotados de dispositivo de elevação, de diâmetro inferior a 16 m	20	16	Art. 7º
9601.10.00	-Marfim trabalhado e obras de marfim	18	14,4	Art. 7º
9601.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9602.00.10	Cápsulas de gelatinas digeríveis	14	11,2	Art. 7º
9602.00.20	Colmeias artificiais	18	14,4	Art. 7º
9602.00.90	Outras	18	14,4	Art. 7º
9603.10.00	-Vassouras e escovas constituídas por pequenos ramos ou outras matérias vegetais reunidas em feixes, mesmo com cabo	18	14,4	Art. 7º
9603.21.00	--Escovas de dentes, incluindo as escovas para dentaduras	18	14,4	Art. 7º
9603.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9603.30.00	-Pincéis e escovas, para artistas, pincéis de escrever e pincéis semelhantes para aplicação de produtos cosméticos	18	14,4	Art. 7º
9603.40.10	Rolos	18	14,4	Art. 7º
9603.40.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9603.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9604.00.00	Peneiras e crivos, manuais.	18	14,4	Art. 7º
9605.00.00	Conjuntos de viagem para toucador de pessoas, para costura ou para limpeza de calçado ou de roupa.	18	14,4	Art. 7º
9606.10.00	-Botões de pressão e suas partes	18	14,4	Art. 7º
9606.21.00	--De plástico, não recobertos de matérias têxteis	18	14,4	Art. 7º
9606.22.00	--De metais comuns, não recobertos de matérias têxteis	18	14,4	Art. 7º
9606.29.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9606.30.00	-Formas e outras partes, de botões; esboços de botões	18	14,4	Art. 7º
9607.11.00	--Com grampos de metal comum	18	14,4	Art. 7º
9607.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9607.20.00	-Partes	18	14,4	Art. 7º
9608.10.00	-Canetas esferográficas	18	14,4	Art. 7º
9608.20.00	-Canetas e marcadores, com ponta de feltro ou com outras pontas porosas	18	14,4	Art. 7º
9608.30.00	-Canetas-tinteiro (Canetas de tinta permanente*) e outras canetas	18	14,4	Art. 7º
9608.40.00	-Lapiseiras	18	14,4	Art. 7º
9608.50.00	-Sortidos de artigos de, pelo menos, duas das subposições precedentes	18	14,4	Art. 7º
9608.60.00	-Cargas com ponta, para canetas esferográficas	18	14,4	Art. 7º
9608.91.00	--Penas (aparos) e suas pontas	18	14,4	Art. 7º
9608.99.81	Pontas porosas para os artigos da subposição 9608.20	18	14,4	Art. 7º
9608.99.89	Outras	18	14,4	Art. 7º
9608.99.90	Outros	18	14,4	Art. 7º
9609.10.00	-Lápis	18	14,4	Art. 7º
9609.20.00	-Minas para lápis ou para lapiseiras	18	14,4	Art. 7º
9609.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9610.00.00	Lousas e quadros para escrever ou desenhar, mesmo emoldurados.	18	14,4	Art. 7º
9611.00.00	Carimbos, incluindo os datadores e numeradores, sinetes e artigos semelhantes (incluindo os aparelhos para impressão de etiquetas), manuais; dispositivos manuais de composição tipográfica e jogos de impressão manuais que contenham tais dispositivos.	18	14,4	Art. 7º
9612.10.00	-Fitas impressoras	18	14,4	Art. 7º
9612.20.00	-Almofadas de carimbo	18	14,4	Art. 7º
9613.10.00	-Isqueiros de bolso, a gás, não recarregáveis	18	14,4	Art. 7º
9613.20.00	-Isqueiros de bolso, a gás, recarregáveis	18	14,4	Art. 7º
9614.00.00	Cachimbos (incluindo os seus fornilhos), piteiras (boquilhas) para charutos ou cigarros, e suas partes.	18	14,4	Art. 7º
9615.11.00	--De borracha endurecida ou de plástico	18	14,4	Art. 7º
9615.19.00	--Outros	18	14,4	Art. 7º
9615.90.00	-Outros	18	14,4	Art. 7º
9616.10.00	-Vaporizadores de toucador, suas armações e cabeças de armações	18	14,4	Art. 7º
9616.20.00	-Borlas ou esponjas para pós ou para aplicação de outros cosméticos ou de produtos de toucador	18	14,4	Art. 7º
9617.00.10	Garrafas térmicas e outros recipientes isotérmicos	18	14,4	Art. 7º
9617.00.20	Partes	16	12,8	Art. 7º
9618.00.00	Manequins e artigos semelhantes; autômatos e cenas animadas, para vitrines e mostruários.	18	14,4	Art. 7º

9619.00.00	Absorventes (Pensos*) e tampões higiênicos, cueiros, fraldas e artigos higiênicos semelhantes, de qualquer matéria.	16	12,8	Art. 7º
9620.00.00	Monopés, bipés, tripés e artigos semelhantes.	16	12,8	Art. 7º
9701.21.00	--Quadros, pinturas e desenhos	4	3,2	Art. 7º
9701.22.00	--Mosaicos	4	3,2	Art. 7º
9701.29.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
9701.91.00	--Quadros, pinturas e desenhos	4	3,2	Art. 7º
9701.92.00	--Mosaicos	4	3,2	Art. 7º
9701.99.00	--Outros	4	3,2	Art. 7º
9702.10.00	-Com mais de 100 anos	4	3,2	Art. 7º
9702.90.00	-Outras	4	3,2	Art. 7º
9703.10.00	-Com mais de 100 anos	4	3,2	Art. 7º
9703.90.00	-Outras	4	3,2	Art. 7º
9704.00.00	Selos postais, selos fiscais, marcas postais, envelopes de primeiro dia (first-day covers), inteiros postais e semelhantes, obliterados, ou não obliterados, exceto os artigos da posição 49.07.	4	3,2	Art. 7º
9705.10.00	-Coleções e peças de coleção que apresentem um interesse arqueológico, etnográfico ou histórico	4	3,2	Art. 7º
9705.21.00	--Espécimes humanos e suas partes	4	3,2	Art. 7º
9705.22.00	--Espécies extintas ou ameaçadas de extinção, e suas partes	4	3,2	Art. 7º
9705.29.00	--Outras	4	3,2	Art. 7º
9705.31.00	--Com mais de 100 anos	4	3,2	Art. 7º
9705.39.00	--Outras	4	3,2	Art. 7º
9706.10.00	-Com mais de 250 anos	4	3,2	Art. 7º
9706.90.00	-Outras	4	3,2	Art. 7º

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 5, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a interoperabilidade no Open Finance.

O Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados tornam público que a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 17 de março de 2022, com base no art. 9º, inciso II, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de março de 2022, com base no art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados, em sessão realizada em 7 de abril de 2022, com base no art. 9º, inciso VIII, do Anexo I da Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e o Conselho Nacional de Seguros Privados, em sessão extraordinária realizada em 20 de maio de 2022, com base no art. 32, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, e no art. 3º, inciso VII, da Resolução CNSP nº 415, de 20 de julho de 2021, resolveram:

Art. 1º Esta Resolução Conjunta dispõe sobre a interoperabilidade no Open Finance.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução Conjunta, considera-se:

I - interoperabilidade no Open Finance: o compartilhamento padronizado de dados, mediante consentimento de cliente, de forma segura, ágil e precisa, entre os participantes dos sistemas disciplinados pelos seguintes atos normativos:

a) Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional; e

b) Resolução CNSP nº 415, de 20 de julho de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados; e

II - infraestruturas de suporte: os serviços de suporte aos participantes dos sistemas de que trata o inciso I, contratados conforme a regulamentação vigente aplicável a eles, relacionados:

a) ao diretório de participantes;

b) ao service desk;

c) à plataforma de resolução de disputas;

d) ao ambiente de testes de Application Programming Interfaces (APIs); e

e) a outros serviços, conforme regulamentação específica a ser editada na forma do art. 4º.

Art. 3º Os participantes dos sistemas mencionados no inciso I do art. 2º, por meio das estruturas de governança responsáveis pelas suas implementações, devem:

I - propor e implementar padrões técnicos e outros procedimentos operacionais que assegurem a interoperabilidade dos sistemas que compõem o Open Finance; e

II - estabelecer foro de discussão e de deliberação conjuntas para a implementação e a gestão da infraestrutura de suporte necessária para garantir a interoperabilidade no Open Finance.

§ 1º As propostas e as implementações de que trata o inciso I do caput devem atender às exigências previstas na regulamentação vigente aplicável aos participantes de cada sistema mencionado no inciso I do art. 2º.

§ 2º As propostas de que trata o inciso I do caput devem ser encaminhadas até 30 de novembro de 2023 por meio das estruturas de governança dos sistemas mencionados no inciso I do art. 2º, ao Banco Central do Brasil e à Superintendência de Seguros Privados para aprovação e, no que couber, avaliação do cabimento de incorporar o conteúdo dos padrões e demais procedimentos operacionais, no todo ou em parte, à regulamentação de responsabilidade das referidas autarquias, ou propor sua incorporação à regulamentação de competência do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 4º O Banco Central do Brasil e a Superintendência de Seguros Privados, no âmbito de suas atribuições legais, adotarão as medidas necessárias para o cumprimento do disposto nesta Resolução Conjunta, incluindo a edição de atos conjuntos visando à implementação da interoperabilidade no Open Finance e abrangendo a definição do cronograma de implementação dos padrões técnicos e procedimentos operacionais de que trata o art. 3º.

Art. 5º Esta Resolução Conjunta entra em vigor em 2 de janeiro de 2023.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO
Superintendente da Superintendência de Seguros Privados

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SGD/ME Nº 4.668, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera o Anexo II da Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 132, incisos I e XVII, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e arts. 39 e 40 da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º O Anexo II à Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, passa a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ

ANEXO

(ANEXO II À PORTARIA SGD/ME Nº 6.432, DE 15 DE JUNHO DE 2021)

MAPA DE PESQUISA SALARIAL DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E ATENDIMENTO AO USUÁRIO

1. Os custos unitários dos perfis profissionais a serem adotados na Planilha Simplificada para Estimativa do Valor Mensal do Serviço constam da tabela a seguir:

CBO de Referência	Cód. Identificação do Perfil	Descrição do Perfil	Valor Salarial (R$)
3172-10	TECSUP-01	Técnico de suporte ao usuário de tecnologia da informação Júnior	R$ 1.347,18
3172-10	TECSUP-02	Técnico de suporte ao usuário de tecnologia da informação Pleno	R$ 1.798,48
3172-10	TECSUP-03	Técnico de suporte ao usuário de tecnologia da informação Sênior	R$ 2.635,52
3132-20	TECMAN-01	Técnico em manutenção de equipamentos de informática Júnior	R$ 1.572,22
3132-20	TECMAN-02	Técnico em manutenção de equipamentos de informática Pleno	R$ 1.854,02
3132-20	TECMAN-03	Técnico em manutenção de equipamentos de informática Sênior	R$ 2.670,74
1425-30	GERSUP	Gerente de suporte técnico de tecnologia da informação	R$ 9.632,96
2124-20	ASUPCOMP-01	Analista de suporte computacional Júnior	R$ 2.845,10
2124-20	ASUPCOMP-02	Analista de suporte computacional Pleno	R$ 4.475,40
2124-20	ASUPCOMP-03	Analista de suporte computacional Sênior	R$ 6.590,90
1425-5, 1425-15	GERINF	Gerente de infraestrutura de tecnologia da informação	R$ 16.582,20
2123-5	ABD-01	Administrador de banco de dados - Júnior	R$ 4.430,11
2123-5	ABD-02	Administrador de banco de dados - Pleno	R$ 6.506,01
2123-5	ABD-03	Administrador de banco de dados - Sênior	R$ 9.929,10
2123-15	ASO-01	Administrador de sistemas operacionais Júnior	R$ 2.417,10
2123-15	ASO-02	Administrador de sistemas operacionais Pleno	R$ 4.787,76
2123-15	ASO-03	Administrador de sistemas operacionais Sênior	R$ 8.341,05
2124-10, 2123-10	ARED-01	Analista de redes e de comunicação de dados Júnior	R$ 3.400,88
2124-10, 2123-10	ARED-02	Analista de redes e de comunicação de dados Pleno	R$ 4.897,29
2124-10, 2123-10	ARED-03	Analista de redes e de comunicação de dados Sênior	R$ 7.105,84
3133-05, 3133-10	TECRED-01	Técnico de Rede (Telecomunicações) Júnior	R$ 1.620,84
3133-05, 3133-10	TECRED-02	Técnico de Rede (Telecomunicações) Pleno	R$ 1.972,98
3133-05, 3133-10	TECRED-03	Técnico de Rede (Telecomunicações) Sênior	R$ 2.943,70
3171-10, 2124-30, 2124-05	DESTEC-01	Desenvolvedor de sistemas de tecnologia da informação Júnior	R$ 4.313,63
3171-10, 2124-30, 2124-05	DESTEC-02	Desenvolvedor de sistemas de tecnologia da informação Pleno	R$ 7.301,55
3171-10, 2124-30, 2124-05	DESTEC-03	Desenvolvedor de sistemas de tecnologia da informação Sênior	R$ 9.545,75
2124-15, 2124-25	ASISA-01	Analista de sistemas de automação - Júnior	R$ 3.533,35

2124-15, 2124-25	ASISA-02	Analista de sistemas de automação - Pleno	R$ 5.036,89
2124-15, 2124-25	ASISA-03	Analista de sistemas de automação - Sênior	R$ 8.141,81
2123-20	ASEG-01	Administrador em segurança da informação - Júnior	R$ 4.798,15
2123-20	ASEG-02	Administrador em segurança da informação - Pleno	R$ 7.257,31
2123-20	ASEG-03	Administrador em segurança da informação - Sênior	R$ 11.581,68
1425-25	GERSEG	Gerente de segurança da informação	R$ 18.369,88

2. O Fator-k a ser utilizado deve ser de 2,35 (dois inteiros e trinta e cinco centésimos).

3. Os perfis e os valores salariais dos profissionais destinam-se à realização da estimativa de preços e à definição do valor de referência da contratação, e serão utilizados exclusivamente na fase de planejamento da contratação e para apoio ao processo de avaliação de vantajosidade no momento da eventual prorrogação contratual.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.083, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.394, de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Renda e de contribuições aplicável às instituições que aderirem ao Programa Universidade para Todos.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.394, de 12 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 3º Caso o Ministério da Educação determine o encerramento das etapas do processo seletivo do Prouni para datas posteriores aos prazos estabelecidos no caput, a POEB deverá ser calculada:

I - em abril, com base nos dados do 1º (primeiro) semestre do ano-calendário; e

II - em outubro, com base nos dados do 2º (segundo) semestre do ano-calendário." (NR)

"Art. 6º .....

.....

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3º do art. 4º, o Imposto sobre a Renda e a CSLL relativos aos:

I - 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres do ano-calendário devem ser calculados utilizando a POEB do inciso I do § 3º do art. 4º; e

II - 4º (quarto) trimestre do ano-calendário corrente e o 1º (primeiro) trimestre do ano-calendário subsequente devem ser calculados utilizando a POEB anual, apurada nos termos do inciso II do § 3º do art. 4º." (NR)

"Art. 8º .....

§ 1º Na hipótese de a pessoa jurídica levantar balanço de redução ou suspensão, o valor do IRPJ e da CSLL mensal deverá ser apurado utilizando:

.....

§ 2º Na hipótese de a pessoa jurídica levantar balanço de redução ou suspensão e apurar a POEB nas datas previstas no § 3º do art. 4º, o valor do IRPJ e da CSLL mensal deverá ser apurado utilizando:

I - a POEB anual do ano-calendário anterior, para os meses de janeiro a março;

II - a POEB do 1º (primeiro) semestre do ano-calendário corrente, para os meses de abril a setembro; e

III - a POEB anual, para os meses de outubro a dezembro." (NR)

"Art. 9º .....

I - .....

.....

b) os §§ 1º e 2º do art. 8º pelo lucro da exploração das atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica, ao final de cada período de apuração correspondente ao balanço de redução ou suspensão; e

....." (NR)

"Art. 10 .....

.....

§ 1º A diferença entre a totalidade das receitas das atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica, e o resultado da multiplicação referida no caput e no § 2º constitui faturamento da instituição de ensino, sujeito à incidência da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep.

§ 2º Na hipótese prevista no § 3º do art. 4º, para o cálculo da isenção relativa à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, a pessoa jurídica deverá multiplicar:

I - a POEB apurada nos termos do inciso I do § 3º do art. 4º pela receita auferida nas atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica, relativa aos meses de abril a setembro; e

II - a POEB apurada nos termos do inciso II do § 3º do art. 4º pela receita auferida nas atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica, relativa aos meses de outubro a março do ano subsequente." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de junho de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

PORTARIA RFB Nº 176, DE 23 DE MAIO DE 2022

Estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos em exercício na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, na Portaria ME nº 334, de 2 de outubro de 2020, na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36, de 5 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o retorno, em 6 de junho de 2022, ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos em exercício na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º Poderá ser utilizado o Programa de Gestão, regulamentado pela Portaria RFB nº 68, de 27 de setembro de 2021, e pela Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, para permitir a continuidade ou execução de atividades em regime não presencial.

§ 1º Para atendimento ao disposto no § 6º do art. 8º da Portaria RFB nº 68, de 2021, e no §2º do art. 15 da Portaria RFB nº 2.383, de 2017, conforme o caso, a solicitação de adesão, pelo interessado, ao Programa de Gestão a que se refere o caput deve ser realizada até o primeiro dia útil de cada trimestre civil ou de cada mês, caso haja compatibilidade com a periodicidade das metas estabelecidas no Projeto de Gestão da respectiva atividade ou processo de trabalho.

§ 2º A adesão ao Programa de Gestão de que trata a Portaria RFB nº 68, de 2021, deverá ser realizada, no prazo a que se refere o § 1º, por meio de assinatura do planejamento do Plano de Trabalho, pelo interessado e pela chefia imediata, no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas (SA3).

§ 3º A solicitação de adesão a que se refere o § 1º, ao Programa de Gestão de que trata a Portaria RFB nº 2.383, de 2017, deverá ser realizada por meio de requerimento do interessado em processo administrativo.

§ 4º A participação dos empregados públicos em Programa de Gestão dar-se-á mediante observância das regras dos respectivos contratos de trabalho e das normas do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º O disposto nesta Portaria aplica-se, no que couber, ao estagiário em exercício na RFB.

Art. 4º Fica resguardado e ratificado o disposto no § 2º do art. 4º da Portaria RFB nº 74, de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas a partir de 6 de junho de 2022:

I - a Portaria RFB nº 74, de 20 de outubro de 2021;

II - a Portaria RFB nº 99, de 13 de dezembro de 2021;

III - a Portaria RFB nº 107, de 14 de janeiro de 2022; e

IV - a Portaria RFB nº 152, de 11 de março de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

PORTARIA RFB Nº 177, DE 23 DE MAIO DE 2022

Institui o Índice de Eficiência Institucional da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o ano de 2022.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVIII do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020,resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui o Índice de Eficiência Institucional da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (IEI-RFB) para o ano de 2022.

§ 1º O IEI-RFB será calculado trimestralmente com base nos indicadores estratégicos da RFB constantes do Anexo I.

§ 2º Para fins de cálculo do IEI-RFB, as metas para o ano de 2022 são as estabelecidas no Anexo II.

Art. 2º O cálculo do IEI-RFB será efetuado mediante aplicação da fórmula:

em que:

Ci = contribuição do indicador "i" no período de apuração;

Pi = ponderação do indicador "i" na composição do índice; e

F = fator de multiplicação para o cálculo do índice.

§ 1º As contribuições e ponderações dos 5 (cinco) indicadores utilizados para cálculo do IEI-RFB constam do Anexo I.

§ 2º O fator de multiplicação (F) a ser utilizado no cálculo do IEI-RFB será obtido com base nos resultados apurados para o Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação Bruta, definido no Indicador 6 constante do Anexo I.

§ 3º A expressão numérica dos indicadores, das contribuições e do fator de multiplicação (F) utilizados para o cálculo do IEI-RFB conterá 4 (quatro) casas decimais, observadas as regras de arredondamento estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na Norma Brasileira NBR nº 5.891, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

ANEXO I

Indicadores Estratégicos para o Cálculo do IEI-RFB

Para todos os indicadores listados:

Ct = contribuição do Indicador no período t;

Rt = resultado do indicador no período t; e

Mt = meta do indicador para o período t.

Indicador 1 - Indicador de Resultado das Ações de Cobrança.

Objetivo estratégico vinculado: aproximar a arrecadação efetiva da potencial.

Finalidade: avaliar os resultados financeiros das ações de cobrança no âmbito da RFB.

Fórmula de cálculo: A, em que A = montante efetivamente arrecadado, acumulado ao longo do ano, decorrente das ações de cobrança da RFB.

Unidade de medida: reais.

Contribuição do Indicador no período t (Ct):

Ct = Rt / Mt;

se Ct > 1,15 então Ct = 1,15; e

se Ct < 0 então Ct = 0.

Ponderação do Indicador: 0,25.

Indicador 2 - Índice de Presença Fiscal em 12 Meses.

Objetivo estratégico vinculado: ampliar o combate a ilícitos tributários e aduaneiros.

Finalidade: mensurar a presença fiscal tributária.

Fórmula de cálculo: [(P1 x 0,55) + (P2 x 0,23) + (P3 x 0,12) + (P4 x 0,08) + (P5 x 0,02)], em que as variáveis P1, P2, P3, P4 e P5 representam os percentuais atingidos, nos últimos 12 meses, das metas de ações fiscais executadas junto a: contribuintes pessoas jurídicas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado (P1); contribuintes pessoas jurídicas de médio porte (P2); contribuintes pessoas jurídicas não classificados em P1 e P2 (P3); contribuintes pessoas físicas sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado (P4); e contribuintes pessoas físicas não classificados em P4 (P5).

Unidade de medida: percentual.

Contribuição do Indicador no período t (Ct):

Ct = Rt / Mt;

se Ct > 1,15 então Ct = 1,15; e

se Ct < 0 então Ct = 0.

Ponderação do Indicador: 0,125.

Indicador 3 - Eficácia da Análise de Riscos de Conformidade - Fiscalização.

Objetivo estratégico vinculado: ampliar a atuação da Receita Federal com base em modelo integrado de gestão de riscos.

Finalidade: mensurar a eficácia da análise de riscos de conformidade da fiscalização de tributos internos.

Fórmula de cálculo: (A / B) x 100, em que: A = total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado; e B = total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame nos últimos 12 meses.

Unidade de medida: percentual.

Contribuição do Indicador no período t (Ct):

Ct = Rt / Mt;

se Ct > 1,15 então Ct = 1,15; e

se Ct < 0 então Ct = 0.

Ponderação do Indicador: 0,125.

Indicador 4 - Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais Prioritários em Contencioso de 1ª Instância.

Objetivo estratégico vinculado: incrementar a segurança jurídica por meio da interpretação da legislação e pela redução de litígios.

Finalidade: mensurar o tempo médio de permanência de processos prioritários em contencioso administrativo de 1ª instância.

Fórmula de cálculo: [(A1 / B1) + (A2 / B2) + (A3 / B3) + (A4 / B4)] / 4, em que: A1, A2, A3 e A4 são os somatórios das diferenças (em dias) entre a data da aferição do indicador e as datas de entrada dos processos prioritários no contencioso administrativo de 1ª instância, respectivamente, do trimestre mais recente e dos 3 trimestres anteriores; e B1, B2, B3 e B4 são as quantidades de processos prioritários que se encontram em contencioso administrativo de 1ª instância na data de aferição do indicador, respectivamente, do trimestre mais recente e dos 3 trimestres anteriores.

Unidade de medida: dias.

Contribuição do Indicador no período t (Ct):

Ct = 1 + (Mt - Rt) / Mt;

se Ct > 1,15 então Ct = 1,15; e

se Ct < 0 então Ct = 0.

Ponderação do Indicador: 0,25.

Indicador 5 - Grau de Fluidez no Despacho de Importação - Todos os Canais.

Objetivo estratégico vinculado: ampliar a segurança e agilidade no comércio exterior.

Finalidade: medir o percentual de declarações de importação nos canais de parametrização verde, amarelo e vermelho desembaraçadas, respectivamente, em menos de 24 horas, 72 horas e 120 horas.

Fórmula de cálculo: (0,4 x Rtvd) + (0,36 x Rtam) + (0,24 x Rtvm), em que:

Rtvd = (A / B) x 100, em que: A = nº de declarações de importação em canal verde desembaraçadas em menos de 24 horas; e B = nº total de declarações em canal verde registradas no período;

Rtam = (A / B) x 100, em que: A = nº de declarações de importação em canal amarelo recepcionadas e desembaraçadas em menos de 72 horas no período, descontados os tempos entre exigências e análises fiscais e os dias não úteis (fim de semana e feriados nacionais); e B = nº total de declarações em canal amarelo recepcionadas e desembaraçadas no período; e

Rtvm = (A / B) x 100, em que: A = nº de declarações de importação em canal vermelho recepcionadas e desembaraçadas em menos de 120 horas no período, descontados os tempos entre exigências e análises fiscais e os dias não úteis (fim de semana e feriados nacionais); e B = nº total de declarações em canal vermelho recepcionadas e desembaraçadas no período.

Observação: os indicadores serão calculados com base nos despachos na modalidade normal.

Unidade de medida: percentual.

Contribuição do Indicador no período t (Ct):

Ct = Rt / Mt;

se Ct > 1,15 então Ct = 1,15; e

se Ct < 0 então Ct = 0.

Ponderação do Indicador: 0,25.

Indicador 6 - Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação Bruta.

Objetivo estratégico vinculado: aproximar a arrecadação efetiva da potencial.

Finalidade: avaliar o alcance da meta de arrecadação.

Fórmula de cálculo: (A / B) x 100, em que: A = valor arrecadado no período; e B = meta da arrecadação no período.

Unidade de Medida: percentual.

Cálculo do fator de multiplicação (F), obtido com base nos resultados do presente indicador (R):

F = R/100, limitado a 1,1.

ANEXO II

Metas para o Ano de 2022

Nº	Nome do indicador	Metas (Mt) 2022
01	Indicador de Resultado das Ações de Cobrança	1º Trim - R$ 28,6 bilhões 2º Trim - R$ 54,0 bilhões 3º Trim - R$ 82,6 bilhões 4º Trim - R$ 113,6 bilhões
02	Índice de Presença Fiscal em 12 Meses	1º Trim - 100% 2º Trim - 100% 3º Trim - 100% 4º Trim - 100%
03	Eficácia da Análise de Riscos de Conformidade - Fiscalização	1º Trim - 90% 2º Trim - 90% 3º Trim - 90% 4º Trim - 90%
04	Tempo Médio dos Processos Administrativos Fiscais Prioritários em Contencioso de 1ª Instância	1º Trim - 140 dias 2º Trim - 137 dias 3º Trim - 134 dias 4º Trim - 131 dias
05	Grau de Fluidez no Despacho de Importação - Todos os Canais	1º Trim - 96,24% 2º Trim - 96,24% 3º Trim - 96,24% 4º Trim - 96,24%
06	Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação Bruta	1º Trim - 100% 2º Trim - 100% 3º Trim - 100% 4º Trim - 100%

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS E BENEFÍCIOS FISCAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria COCAD nº 22, de 19 de maio de 2022., publicada no DOU de 20/05/2022, Seção 1, páginas 44.

Onde se lê: "Coordenação Especial de Créditos e Benefícios Fiscais "

Leia-se: "Coordenação Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais. "

SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB/SUCOR/COTEC Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre as especificações técnicas para a implantação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação nas áreas de atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em local ou recinto alfandegado.

O COORDENADOR-GERAL DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 74 de 11 de maio de 2022, declara:

Art. 1º A infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação nas áreas de atuação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) em locais ou recintos alfandegados, a partir dos quais são realizados acessos às bases de dados e aos sistemas informatizados da RFB, deverá observar as especificações técnicas definidas neste ato, de forma a garantir a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos ativos de tecnologia da informação e comunicação da RFB.

Art. 2º Para efeito deste Ato Declaratório Executivo (ADE), aplicam-se as mesmas definições do art. 2º da Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 74, de 11 de maio de 2022.

Art. 3º O meio de comunicação de dados para acesso à internet por Banda Larga fixa deve atender às seguintes especificações:

I - utilização de tecnologias de acesso Digital Subscriber Line (xDSL), modem a cabo, fibra óptica, tecnologias de rádio, entre outras disponíveis na localidade;

II - largura de banda de acordo com o número de usuários simultâneos da RFB:

a) mínima de 30 Mbps para locais com até 4 usuários;

b) mínima de 60 Mbps para locais com 5 até 10 usuários; e

c) mínima de 100 Mbps para locais com mais de 10 usuários.

Parágrafo único. A largura de banda será aferida com base na velocidade média mensal da conexão à Internet em Banda Larga, que será obtida da seguinte forma:

a) somatório dos valores obtidos nas medições de velocidade instantânea, no mês, dividido pelo total de medidas obtidas no mês.

b) a velocidade instantânea é obtida utilizando o velocímetro da Entidade Aferidora da Qualidade de Banda Larga (EAQ), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no endereço eletrônico https://www.brasilbandalarga.com.br/bbl, utilizando um navegador Web.

c) para compor o indicador, devem ser realizadas, no mínimo, 10 medidas no mês distribuídas ao longo desse período, dentro do horário comercial.

Art. 4º Caso o meio de comunicação de dados para acesso à Internet seja do tipo rede móvel celular, deve-se atender às seguintes especificações:

I - utilizar tecnologia Long Term Evolution (LTE) ou superior, dependendo da cobertura das operadoras na localidade, nesta ordem de prioridade: padrão superior ao LTE, padrão 4,5G (LTE Advanced Pro) ou 4G+ (LTE Advanced) ou 4G (LTE); e

II - onde não houver cobertura da tecnologia LTE por todas as operadoras de telecomunicações que atendam o local, poderá ser utilizado o padrão 3G com tecnologia High Speed Packet Access Plus (HSPA+) ou High Speed Packet Access (HSPA).

Art. 5º O Equipamento Customer Premises Equipment - Modem/Roteador, quando se utilizar de Banda Larga fixa, deve atender às seguintes especificações:

I - o equipamento modem/roteador fornecido pela operadora de telecomunicações ou adquirido pela Administradora, deve ser compatível com a largura de banda e tecnologia do meio de acesso contratado descrito no art. 3º, com fornecimento de conta e senha para administração do equipamento;

II - o modem/roteador deve possuir rede sem fio WiFi (802.11 a/b/g/n/ac/ax ou 802.11 a/b/g/n/ac) com frequência de 2,4 e 5,0 GHz (Dual Band), além de portas LAN com conectores RJ45, 10/100/1000 Mbps para conectar eventuais pontos de acesso WiFi nas demais áreas de atuação da RFB além do escritório; e

III - caso seja adotada rede cabeada e caso o número total de equipamentos (estações de trabalho e impressoras) seja maior que o número de portas disponíveis no equipamento Customer Premises Equipment, deve ser fornecido, adicionalmente, equipamento switch, que deve:

a) ser do tipo Switch Ethernet com portas 10BaseT/100BaseTX/1000BaseT, auto-sense e auto negociável, full-duplex, com conectores RJ45;

b) possuir quantidade de portas suficientes para atender a quantidade total de estações fixas, móveis, pontos de acesso, equipamentos multifuncionais para impressão, cópia e digitalização de documentos, além de previsão adicional de 30% do total de portas em uso;

c) implementar a tecnologia store-and-foward;

d) possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 32Gbps;

e) possuir capacidade de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 20Mpps;

f) ter capacidade de armazenamento de, no mínimo, 8.000 (oito mil) endereços MAC; e

g) possuir priorização de tráfego 802.1p.

Art. 6º Caso o Equipamento CPE seja um dispositivo modem para rede móvel celular, deve ser do tipo USB, com cartão SIM (subscriber identity module) incluído, compatível com a tecnologia do meio de comunicação contratado, conforme art. 4º.

Art. 7º A rede elétrica deve ser estabilizada e atender às seguintes especificações técnicas:

I - a estabilização deve ser, preferencialmente, centralizada, podendo ser adotada a mesma rede elétrica utilizada no local ou recinto alfandegado; e

II - as instalações elétricas devem estar de acordo com a NBR 5410.

Art. 8º A rede cabeada, caso seja adotada, deve utilizar cabeamento estruturado de acordo com a norma ABNT NBR 14565.

Art. 9º O equipamento multifuncional para impressão, cópia e digitalização de documentos deverá:

I - possuir tecnologia Laser ou Led;

II - ser multifuncional, para impressão, cópias e digitalização de documentos;

III - suportar tamanhos de papel, no mínimo, A4, Ofício e Carta;

IV - permitir Impressão frente e verso automático;

V - ter resolução real de impressão mínima de 600 x 600 dpi;

VI - possuir interface Ethernet 10/100 TX - RJ45 ou rede sem fio IEEE802.11ac ou IEEE802.11a/b/g/n ou 80211b/g/n, com capacidade de autenticação via WPA2; e

VII - ser compatível com o sistema operacional Windows 10.

Art. 10. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Cotec nº 2, de 18 de junho de 2021.

Art. 11. Este Ato Declaratório Executivo será publicado no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de junho de 2022.

FELIPE MENDES MORAES

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 47, DE 18 DE MAIO DE 2022

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13033.741242/2021-54, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.40.90 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Chassis: D9W 20.410 Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: eletrônica
Cilindradas: 180 kW / Volume interno do habitáculo = 56,1 m³ Marca : Marcopolo Fabricante: Neobus Ano/modelo: 2020/2020

Nome do veículo: Micro Ônibus Versão: Volare Chassis: D7M 15.250 Capacidade de transporte: 24 (vinte e quatro) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: eletrônica
Cilindradas: 180 kW / Volume interno do habitáculo = 33,2 m³ Marca : Marcopolo Fabricante: Neobus Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 48, DE 18 DE MAIO DE 2022

Enquadra veículo em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13033.744876/2021-69, declara:

Art. 1º O veículo relacionado no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumpre as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.40.90 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Chassis: D9W 20.410 Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: eletrônica
Cilindradas: 300 kW / Volume interno do habitáculo = 55,4 m³ Marca : Marcopolo Fabricante: Neobus Ano/modelo: 2021/2022

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COSIT Nº 49, DE 18 DE MAIO DE 2022

Enquadra veículo em "Ex" da TIPI

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 13033.744862/2021-45, declara:

Art. 1º O veículo relacionado no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumpre as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.40.90 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Ônibus Urbano Versão: Torino Chassis: D9W 20.410 Capacidade de transporte: 29 (vinte e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: eletrônica
Cilindradas: 300 kW / Volume interno do habitáculo = 55,4 m³ Marca : Marcopolo Fabricante: Neobus Ano/modelo: 2020/2020 e 2020/2021

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 34, DE 23 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre o encerramento de Procedimento Aduaneiro de Investigação de Origem Preferencial de filmes/etiquetas autoadesivas importadas do Chile.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 298 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria Coana nº 25, de 20 de maio de 2019, no Sexagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), Anexo 13 (Regime de Origem), Art. 35, parágrafo 1, e Art. 38, parágrafo 1, internalizado por meio do Decreto nº 9.968, de 8 de agosto de 2019, e ainda no Art. 24, Art. 25, inciso I e § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.864, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art. 1º Concluído, em 19 de maio de 2022, com base no Relatório Fiscal de Encerramento, o processo aduaneiro de investigação de origem preferencial sobre filmes autoadesivos, fabricados e exportados ao Brasil pela empresa chilena RITRAMA S.A., de que trata o ADE ALF/BSB nº 103, de 24 de novembro de 2021, e importados pelas empresas brasileiras Fabio A. Jungblut (CNPJ 02.062.767/0001-70); ABC Distribuidora de Papel Salvador Ltda. (CNPJ 04.019.810/0001-40); Parts Import Com de Importação e Exportação Ltda. (CNPJ 02.322.453/0004-02).

Art. 2º declara ainda desqualificada, total ou parcialmente, conforme indicação, a origem dos filmes autoadesivos que constam dos Certificados de Origem relacionados no Anexo Único, com a consequente denegação do tratamento tarifário preferencial, pelo não cumprimento do requisito específico de origem estabelecido para as mercadorias classificadas sob os códigos NALADI-SH 3919.90.00, incluídos no Apêndice nº 1 do Regime de Origem do ACE 35, especificamente no item 147, respectivamente.

Art. 3º Fica mantida a preferência tarifária para futuras importações dos mesmos artigos do produtor, desde que cumpridas as regras do Regime de Origem do ACE 35.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

ANEXO ÚNICO

Certificados de Origem com produtos com origem desqualificada:

Nº Certificado de Origem	Desqualificação (Total/Parcial - item - NALADI - COD. PRODUTO)
12110	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
12577	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
13114	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025 / 8981
13761	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
14351	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025 / 2054 / 8981
14455	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
15053	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
15401	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
15755	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025 / 2054
15823	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
16412	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
16680	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
16847	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025 / 2054 / 8981
17596	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025
17712	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
17900	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
18259	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
19079	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
19091	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
19362	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
20522	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
21121	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
21375	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
22062	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
22669	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
23293	Total, item 1, NALADI 3919.90.00
23620	Parcial, item 1, NALADI 3919.90.00. COD. 2025
23765	Total, item 1, NALADI 3919.90.00

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 35, DE 23 DE MAIO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720351/2022-51 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face ao pagamento dos tributos e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo A6, ano 2019, cor cinza, chassi WAUBGCF26LN044734, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 20/0339364-0, de 21/02/2020, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade do Fundo Monetário Internacional, CNPJ nº 03.676.597/0001-87.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RBO/AC Nº 4, DE 20 DE MAIO DE 2022

Autoriza entrada, por aeroporto não alfandegado, de aeronave proveniente do exterior.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 299, § 1°, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no § 2° do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), considerando o que consta no processo dossiê n.º 13042.028560/2022-06, declara:

Art. 1º Fica autorizado o pouso da aeronave de matrícula PS-SOY no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC - SBRB, proveniente do Aeroporto Internacional Alejandro Velasco Astete (Cuzco/PERU) - SPZO, em 20/05/2022, observadas as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor em 20 de maio de 2022.

CLAUDENIR FRANKLIN DA SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE MAIO DE 2022

Inscreve contribuinte no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 290, caput, e 299, inciso III, da Portaria nº 284, de 27 de Julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso II, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e o despacho exarado no processo nº 13083.013492/2022-96, declara:

Art. 1.º O estabelecimento da empresa JJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 274.135.630/0001-20, situado na Fazenda SABOEIRO, SN, Bairro Zona Rural, Areia/PB, está Inscrito no Registro Especial, sob nº 04301/0087, como estabelecimento ENGARRAFADOR de Aguardente de Cana e outras bebidas quentes.

Artº 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo de Recipiente	Capacidade (ml)
Cachaca Cristal	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Cristal	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Cristal	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	1000
Cachaca Bálsamo	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Bálsamo	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Bálsamo	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	1000
Cachaca Umburana	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Umburana	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Umburana	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	1000
Cachaca Carvalho	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Carvalho	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Carvalho	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	1000
Cachaca Jequitibá Rosa	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Jequitibá Rosa	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Jequitibá Rosa	SABOEIRO	22084000	Não Retornavel	1000

Art. 3º - Este Registro Especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo o mesmo cumprir todas as orientações contidas na Instrução Normativa SRF 1432/2013, bem como nos demais atos legais e normativos pertinentes, sob pena de cancelamento do registro especial.

Art. 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2022

Inscreve contribuinte no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 290, caput, e 299, inciso III, da Portaria nº 284, de 27 de Julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e o despacho exarado no processo nº 13083.013492/2022-96, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 04301/0086, como PRODUTOR, o estabelecimento da empresa JJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 27.135.630/001-20 , situado em Fazenda Saboeiro, SN - Zona Rural, Areia/PB. .

Art. 2º - Este Registro Especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo o mesmo cumprir todas as orientações contidas na Instrução Normativa SRF 1432/2013, bem como nos demais atos legais e normativos pertinentes, sob pena de cancelamento do registro especial.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 23 DE MAIO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.238649/2021-06, resolve:

Autorizar o fornecimento de 387.180 (Trezentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta) selos de controle, tipo Bebida Alcoólica, cor vermelho, para selagem no exterior, à empresa COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº. 46.548.574/0013-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/097, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
Vodka Absolut	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	41.580
Vodka Absolut	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	345.600

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 48, DE 19 DE MAIO DE 2022

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do art. 360, inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013: e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.332004/2021-71 DECLARA:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06101/252, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 61, de 12 de junho de 2021, publicado no DOU de 23/06/2021, a empresa VALDINEI VICENTE DE ASSIS, CNPJ nº 38.227.182/0001-00, estabelecida no Setor Maracujá 01, bairro Zona Rural, CEP:36.460-000, município de Rio Espera/MG; exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais em recipientes abaixo discriminados e passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Prata	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000001
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Amburana	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000002
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Carvalho	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000003
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Jequitibá	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000004
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Castanheira	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000005
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Jatobá	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000006
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro 3 Madeiras	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000007
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Bálsamo	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000008

2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 5 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000009
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 4 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000010
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 3 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000011

Art. 2º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 49, DE 19 DE MAIO DE 2022

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do art. 360, inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013: e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.332004/2021-71 declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06101/253, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 62, de 12 de junho de 2021, publicado no DOU de 23/06/2021, a empresa VALDINEI VICENTE DE ASSIS, CNPJ nº 38.227.182/0001-00, estabelecida no Setor Maracujá 01, bairro Zona Rural, CEP:36.460-000, município de Rio Espera/MG; exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais em recipientes abaixo discriminados e passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Prata	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000001
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Amburana	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000002
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Carvalho	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000003
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Jequitibá	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000004
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Castanheira	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000005
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Jatobá	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000006
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro 3 Madeiras	Não Retornável	500 - 670 700 - 750	MG002102-4.000007
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Bálsamo	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000008
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 5 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000009
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 4 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000010
2208.40.00	Cachaça	Rio Mineiro Blend 3 Madeiras	Não Retornável	160 - 50 350 - 260 - 200 670 - 600 - 500 1000 - 750 - 700	MG002102-4.000011

Art. 2º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 50, DE 19 DE MAIO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/259 a empresa Gomes de Vasconcelos Indústria e Comércio de Aguardente Ltda, CNPJ nº 35.976.289/0001-63, estabelecida na Rodovia 164 Km 05 Direita 1.6 Km, s/nº, bairro Zona Rural, CEP: 35.606-000, município de Martinho Campos/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.810636/2021-80.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Gomes de Vasconcelos	Garrafa	750	MG 002451-1.000002
2208.40.00	Cachaça	Gomes de Vasconcelos Ouro	Garrafa	750	MG 002451-1.000002
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Ouro	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Carvalho	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Blend	Garrafa	700	MG 002451-1.000004
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Amburana	Garrafa	700	MG 002451-1.000005
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Umburana	Garrafa	700	MG 002451-1.000005

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 51, DE 19 DE MAIO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, DECLARA:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/260 a empresa Gomes de Vasconcelos Indústria e Comércio de Aguardente Ltda, CNPJ nº 35.976.289/0001-63, estabelecida na Rodovia 164 Km 05 Direita 1.6 Km, s/nº, bairro Zona Rural, CEP: 35.606-000, município de Martinho Campos/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.810636/2021-80.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Gomes de Vasconcelos	Garrafa	750	MG 002451-1.000002
2208.40.00	Cachaça	Gomes de Vasconcelos Ouro	Garrafa	750	MG 002451-1.000002
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Ouro	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Carvalho	Garrafa	700	MG 002451-1.000003
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Blend	Garrafa	700	MG 002451-1.000004

2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Amburana	Garrafa	700	MG 002451-1.000005
2208.40.00	Cachaça	Tres Irmãos Umburana	Garrafa	700	MG 002451-1.000005

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 52, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uisque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 51, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 48, publicado no Diário Oficial em 18 de novembro de 2014 e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720077/2018-17, aprova:

Art. 1o - O fornecimento de 58.250 (cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta) selos de controle, tipo uisque, cor amarela, à empresa NATIQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.246.312/0001-78, localizada na Rua Benedito Eugênio de Camargo, 55, Bairro Pessegueiros, na cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/145, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por William Grant & Sons Distillers Limited, com endereço no Crescent Strathclyde Business Park, Bellshill, Scotland, ML4 3AN, United Kingdom:

Marca Comercial	Características do Produto	Capacidade	Quantidade
BLENDED SCOTCH WHISKY GRANT1S TRIPLE WOOD	Destilado alcoólico de malte envelhecido e destilado alcoólico de cereais não maltados envelhecidos - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	1.000 ml, embalado em recipiente não retornável	51.050
SINGLE MALT SCOTCH WHISKY GLENFIDDICH 12 ANOS	Destilado alcoólico de malte envelhecido - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	750 ml, embalado em recipiente não retornável	4.700
SINGLE MALT SCOTCH WHISKY GLENFIDDICH 15 ANOS	Destilado alcoólico de malte envelhecido - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	750 ml, embalado em recipiente não retornável	2.300
SINGLE MALT SCOTCH WHISKY GLENFIDDICH 18 ANOS	Destilado alcoólico de malte envelhecido - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	750 ml, embalado em recipiente não retornável	200

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 53, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 51, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 48, publicado no Diário Oficial em 18 de novembro de 2014 e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720077/2018-17, aprova:

Art. 1o - O fornecimento de 15.750 (quinze mil, setecentos e cinquenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa NATIQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.246.312/0001-78, localizada na Rua Benedito Eugênio de Camargo, 55, Bairro Pessegueiros, na cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/145, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por Osborne Distribuidora S/A, com endereço em Calle Fernán Caballero 7, 11500 - El Puerto de Santa Maria - NIF A-28318871 - Espanha:

Marca Comercial	Características do Produto	Capacidade	Quantidade
BRANDY CARLOS I	Destilado alcoólico de vinho, sacarose e caramelo IN 150 D - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	600
BRANDY OSBORNE	Destilado alcoólico de vinho, sacarose e caramelo IN 150 D - teor alcoólico 36% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	11.688
GIN NORDS	Destilado alcoólico de vinho, sacarose e caramelo IN 150 D - teor alcoólico 40% Vol. Alc.	700 ml, embalado em recipiente não retornável	3.462

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 35.142 (trinta e cinco mil, cento e quarenta e dois) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY GLENLIVET 15YO 6X750ML	1.758 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	10.548
WHISKY GLENLIVET 18YO 6X750ML	912 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	5.472
WISKHY CHIVAS REGAL 25YO 3X700ML NOVA EMBALAGEM	214 caixas de 3 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	642
CHIVAS EXTRA 13 ANOS 6X750ML	3.080 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	18.480

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 20 DE MAIO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 108.000 (cento e oito mil) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY BALLANTINES FINEST 6x750ML	18.000 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	108.000

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.007, DE 19 DE MAIO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

REMESSAS DESTINADAS AO EXTERIOR. SERVIÇOS DE TREINAMENTO. RETENÇÃO.

Estão sujeitos à retenção do Imposto sobre a Renda na Fonte os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente e domiciliada no exterior, a título de contrapartida da prestação de serviços de treinamento a profissionais residentes no Brasil, estando submetidos à alíquota aplicável a serviços técnicos, por dependerem de conhecimentos técnicos especializados, de 15% (quinze por cento), desde que não sejam destinados a pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro 1996, situação em que se sujeitam à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 661, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017 E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 21, DE 18 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: Lei nº 13.315, de 2016, arts. 1º e 2º; Lei nº 12.249, de 2010, art. 60; Lei nº 9.779, de 1999, art. 7º; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2108), arts. 741, 744 e 775; Instrução Normativa RFB nº 1.645, de 2016, arts. 2º, §§ 2º e 4º; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 2014, art. 17.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a indagação que não se coaduna com os objetivos das consultas disciplinadas pela Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 1º.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.008, DE 19 DE MAIO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

ALIENAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS - INCIDÊNCIA. ISENÇÃO - OPERAÇÕES DE PEQUENO VALOR. R$ 35.000,00.

O ganho de capital apurado na alienação de criptomoedas, quando uma é diretamente utilizada na aquisição de outra, ainda que a criptomoeda de aquisição não seja convertida previamente em real ou outra moeda fiduciária, é tributado pelo Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, sujeito a alíquotas progressivas, em

conformidade com o disposto no art. 21 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

É isento do imposto sobre a renda o ganho de capital auferido na alienação de criptomoedas cujo valor total das alienações em um mês, de todas as espécies de criptoativos ou moedas virtuais, independentementede seu nome, seja igual ou inferior a R$ 35.000,00 (trinta e cinco milreais).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 214, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 21; Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (RIR), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 2º e 35, inciso VI, alínea "a", item 2, do Anexo; Instrução Normativa RFB n° 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 10, inciso I, alínea "b"; Instrução Normativa SRF nº 118, de 28 de dezembro de 2000.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TRIBUTAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PREENCHIMENTO DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE REQUISITOS DA CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta formulada em tese, esteada em fato genérico, ou, ainda, que não identifique adequadamente o dispositivo da legislação tributária cuja aplicação suscita dúvida.

Não produz efeitos a consulta que não descreva, completa e exatamente, a hipótese a que se refira, ou que não contenha os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente.

Não produz efeitos a consulta que tiver por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, arts. 48 e 49; Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 a 53; Lei nº 8.213, de 1991, arts. 57; Decreto nº 3.048, de 1999, arts. 65 e 68; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 291 e 292; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art.27.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SSRF07 Nº 59, DE 10 DE MAIO DE 2022

Cancela adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 13113.143938/2021-21, sobretudo o Despacho Decisório nº 2.045/EBEN-DEVAT-07, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Cancelar a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de

setembro de 2008, da pessoa jurídica FRANCO FERRAZ UTILIDADES EIRELI, CNPJ nº 03.463.413/0001-09, domiciliada na Rua Amadeu Tinoco de Lacerda, 33, Itaperuna/RJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de 06/12/2021.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SSRF07 Nº 61, DE 10 DE MAIO DE 2022

Cancela adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA 7ª SRRF, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.593 de 6 de dezembro de 2002 com redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007, a Portaria SRRF07 nº 75, de 27 maio de 2021 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 13113.146206/2021-92, sobretudo o Despacho Decisório nº 2.048/EBEN-DEVAT-07, de 10 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Cancelar a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de

setembro de 2008, da pessoa jurídica ARF VENDAS E SERVICOS DE MANUTENCAO E MONTAGEM EIRELI, CNPJ nº 07.656.590/0001-54, domiciliada na Rua Coronel José Bastos, 461, Itaperuna/RJ.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de 08/12/2021.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA CAETANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 17 DE MAIO DE 2022

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto nos incisos I e II, § único, Art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, c/c Decreto-Lei nº 37, de 1966, Art. 11 caput e § único, inciso I; Decreto-Lei nº 1.559, de 1977, Art. 1º; artigos 15, inciso III, e 20 da IN SRF nº 338/2003, bem como o que consta no processo administrativo nº 13113.154377/2022-76, resolve que:

Art 1º - Em função da depreciação, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência do alienante/cedente Sr. Hugo Enrique Flores Morales, CPF nº 753.554.691-91, Cônsul-Geral da República do Peru no Rio de Janeiro, para o Sr. Guilherme Schuler Machado CPF nº 801.883.897-68, o veículo : Marca/Modelo: I/AUDI A4 TFSI, Espécie/Tipo: PASSAGEIRO AUTOMOVEL, Chassi: WAUGFCF45JA026630, Motor: CVK044536, Placa: LRJ5649, Renavam: 01138276437, Ano de Fabricação:2017, Ano Modelo:2018, Cor Predominante: Prata, Combustível: GASOLINA, importado por meio da DI nº 17/1790638-0, desembaraçada em 22/11/2017 pela Alfândega do Porto de Paranaguá.

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

MASTROIANI CESAR MACHADO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF10 Nº 102, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o caput do art. 359 e o inciso II do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no art. 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, e nas Normas de Execução Coana nº 4, de 10 de outubro de 2018, e nº 1, de 19 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º A regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação na 10ª Região Fiscal observará o disposto nesta Portaria e nas Normas de Execução Coana nº 4, de 10 de outubro de 2018, e nº 1, de 19 de agosto de 2019.

Art. 2º As atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de importação realizado por meio de Declaração de Importação (DI) ou Declaração Única de Importação (Duimp) e ao despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DUE) serão executadas por equipes de despacho vinculadas às seguintes unidades polo:

I - Alfândega da Receita Federal do Brasil (ALF) de Uruguaiana: despachos registrados na própria unidade e nas Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) de Porto Mauá, Porto Xavier, São Borja, Itaqui, Quaraí e Santana do Livramento;

II - ALF de Porto Alegre: despachos registrados na própria unidade, na IRF do Aeroporto Salgado Filho e nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) de Novo Hamburgo e de Caxias do Sul; e

III - ALF do Porto de Rio Grande: despachos registrados na própria unidade, nas IRF de Chuí, Jaguarão e Bagé e na DRF de Pelotas.

§ 1º As equipes poderão ser compostas por servidores lotados na unidade polo ou em unidade diversa, os quais executarão as atividades em caráter remoto na unidade de lotação, não implicando remoção.

§ 2º Ato da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10) discriminará os servidores integrantes das equipes de que trata o caput e seus respectivos percentuais de dedicação, sendo preferencialmente adotado o regime de dedicação exclusiva.

Art. 3º As equipes de despacho mencionadas no art. 2º executarão, no âmbito do respectivo polo, observadas as competências legais dos servidores que as integram, as seguintes atividades:

I - análise fiscal e desembaraço de DI, Duimp e DUE;

II - solicitação de Relatório de Verificação Física (RVF);

III - solicitação de exame laboratorial e de assistência técnica quando necessários à identificação e à classificação de mercadorias submetidas ao despacho de importação e de exportação;

IV - formalização de Auto de Infração no curso do despacho aduaneiro, mesmo sub judice;

V - cancelamento de DI, Duimp e DUE;

VI - retificação pós-desembaraço de DI e Duimp, quando de responsabilidade da unidade de despacho aduaneiro, de acordo com o disposto no inciso II do § 1º do art. 46 da IN SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006;

VII - retificação pós-desembaraço ou pós-averbação de DUE;

VIII - controle, no Sistema de Acompanhamento de Regimes Aduaneiros (SARA), dos regimes especiais de admissão e de exportação temporária; e

IX - alimentação de dados de veículos no módulo pré-cadastro do Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), quando importados por pessoa física mediante DI ou Duimp.

§ 1º As equipes de despacho executarão ainda as demais atividades relacionadas ao despacho aduaneiro registrado por meio de DI, Duimp ou DUE nas unidades componentes do polo, desde que não haja impedimento relacionado à limitação de sistema ou à necessidade de presença local do servidor para sua execução.

§ 2º Para fins do disposto no inciso VIII a unidade local deverá atualizar no SARA as informações relativas aos regimes vigentes e concedidos previamente à entrada em operação desse sistema, em até 30 dias após a entrada em vigor desta Portaria.

§ 3º Em situações excepcionais, o titular da unidade polo poderá, temporariamente, atribuir atividades previstas neste artigo a servidor não integrante da equipe constituída nos termos do art. 2º.

Art. 4º Havendo necessidade de despacho de mercadorias de que trata esta Portaria fora do horário normal de expediente em decorrência de situações excepcionais, o titular da unidade local, a seu critério, poderá designar servidor para execução das atividades relacionadas ao despacho.

Art. 5º Compete aos supervisores das equipes de despacho aduaneiro das unidades polo, sem prejuízo de outras atribuições, acompanhar, orientar, organizar o fluxo de trabalho e uniformizar procedimentos das respectivas equipes, em especial:

I - identificar necessidades de capacitação;

II - estabelecer canais de comunicação entre o polo e as unidades componentes;

III - estabelecer canais de comunicação entre o polo e os intervenientes externos; e

IV - avaliar o desempenho da equipe e propor melhorias nos processos de trabalho relacionados.

Art. 6º A Divisão de Administração Aduaneira (Diana) da SRRF10 fará a gestão da execução das atividades envolvendo a regionalização do despacho aduaneiro de importação e exportação, inclusive acompanhará os resultados e, sempre que necessário, proporá medidas de aprimoramento das atividades, visando à disseminação do conhecimento, das boas práticas e à uniformização dos procedimentos.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SRRF10 nº 22, de 7 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2021, Seção 1, página 65.

Art. 8º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor no dia 01 de junho de 2022.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 4.675, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera, mediante antecipação, os valores autorizados para pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 10 do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, mediante antecipação, os valores autorizados para pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

ACRÉSCIMO AO ANEXO II DO DECRETO Nº 10.961, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 - VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

R$ mil

Órgão	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
41231 Agência Nacional de Telecomunicações*	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	5.000	-	-

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16, DE 23 DE MAIO DE 2022

Ratifica Convênio ICMS aprovado na 350ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 05.05.2022 e publicado no DOU no dia 06.05.2022.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5º e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 350ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 5 de maio de 2022:

CONVÊNIO ICMS n° 67/22 - Autoriza o Estado de Pernambuco a revogar o limite em reais previsto no inciso II do § 3º do art. 16 da Lei Estadual nº 11.675, de 11 de outubro de 1999.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 37, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 65/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos referentes às informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (private label), transferência de recursos, transações eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônicos, bem como sobre o fornecimento de informações prestadas por intermediadores de serviços e de negócios referentes às transações comerciais ou de prestação de serviços intermediadas, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 134/16.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9º do seu regimento, divulgado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 309ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19 de maio de 2022, em Brasília, DF, considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS nº 134, de 9 de dezembro de 2016, resolveu:

Art. 1º O "caput" do art. 1º do Ato COTEPE/ICMS nº 65, de 19 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Versão 08 da Declaração de Informações de Meios de Pagamentos - DIMP e o Histórico de Alterações DIMP, que terão como chave de codificação digital as sequências 38bc0148032b3a90970f83331dd6995b e 4eb2f9ea38bcb0032bdaf5142f13d2ff, respectivamente, obtidas com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5" nos arquivos em formato "PDF", e disponibilizado no sítio eletrônico do CONFAZ (www.confaz.fazenda.gov.br), ficam instituídas.".

Art. 2º O Ato COTEPE/ICMS nº 69, de 19 de outubro de 2021, fica revogado.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - Rafael Caetano Cardoso, Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Gabriela A. Ribeiro, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Rodrigo Paulino Jorge, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor

ATO COTEPE/ICMS Nº 38, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 48/19, que dispõe sobre os Grupos e Subgrupos de Trabalho da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS.

A Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 309ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19 de maio de 2022, em Brasília, DF, tendo em vista o disposto no art. 5º do Regimento dessa Comissão, aprovado pela Resolução nº 3, de 12 de dezembro de 1997, resolveu:

Art.1º O item 9.3 fica acrescido ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 48, de 4 de setembro de 2019, com a seguinte redação:

ITEM	NOME	OBJETIVO
9.3	SubGT Revisão de benefícios para óleo diesel	Debater, promover estudos detalhados com vistas a revisar os convênios autorizadores de benefícios fiscais em operações com óleo diesel, em razão da disciplina da incidência única do ICMS sobre óleo diesel.

Art. 2º Esse ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente da COTEPE/ICMS - Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, Secretaria-Especial da Receita Federal do Brasil - Rafael Caetano Cardoso, Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - Gabriela A. Ribeiro, Amapá - Robledo Gregório Trindade, Amazonas - Felipe Crespo Ferreira, Bahia - Ely Dantas de Souza Cruz, Ceará - Fernando Antônio Damasceno Lima, Distrito Federal - Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo, Espírito Santo - Rômulo Eugênio de Siqueira Chaves, Goiás - Elder Souto Silva Pinto, Maranhão - Luis Henrique Vigário Loureiro, Mato Grosso - Patricia Bento Gonçalves Vilela, Mato Grosso do Sul - Rodrigo Paulino Jorge, Minas Gerais - Fausto Santana da Silva, Pará - Rafael Carlos Camera, Paraíba - Fernando Pires Marinho Júnior, Paraná - Mateus Mendonça Bosque, Pernambuco - Manoel de Lemos Vasconcelos, Piauí - Gardênia Maria Braga de Carvalho, Rio de Janeiro - Guilherme Alcantara Buarque de Holanda, Rio Grande do Norte - Luiz Augusto Dutra da Silva, Rio Grande do Sul - Leonardo Gaffrée Dias, Rondônia - Emerson Boritza, Roraima - Larissa Góes de Souza, Santa Catarina - Ramon Santos de Medeiros, São Paulo - Luis Fernando dos Santos Martinelli, Sergipe - Rogério Luiz Santos Freitas, Tocantins - Antônio Teixeira Brito Filho.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA
Diretor

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 4.670, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e

Considerando a oportunidade de maximização do uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, referente à fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, tendo em vista o cumprimento do cronograma mensal de desembolso no Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, de modo a viabilizar a execução das ações "Administração da Unidade" e "Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas"; e

Considerando a vinculação da fonte 70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica, cuja receita é destinada a aplicações específicas, o que não é o caso da ação "Administração da Unidade", e a viabilidade de uso do excesso de arrecadação da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros para o atendimento da citada programação, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne aos Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO I

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							15.000.000

		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.000.000
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.000.000
			S	3	2	90	0	350	5.000.000
05 302	0032 20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas							10.000.000
05 302	0032 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional							10.000.000
			S	3	2	90	0	350	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.330.823
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							1.330.823
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.330.823
			F	3	2	90	0	180	1.330.823
TOTAL - FISCAL									1.330.823
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.330.823

ANEXO II

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							15.000.000
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.000.000
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.000.000
			S	3	2	90	0	100	1.405.976
			S	3	2	90	0	188	3.594.024
05 302	0032 20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas							10.000.000
05 302	0032 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional							10.000.000
			S	3	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.330.823
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							1.330.823
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.330.823
			F	3	2	90	0	170	1.330.823
TOTAL - FISCAL									1.330.823
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.330.823

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.820, DE 23 DE MAIO DE 2022

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza nesta data a HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, C.N.P.J. 37.800.856/0001-51, a exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 33, de 19 de maio de 2021. FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 23 DE MAIO DE 2022

Nº 19.821 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ANDRÉ LUIS TAKEO ITO, CPF nº 295.914.388-42, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.822 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a MERCURIUS GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 41.448.478, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.823 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RENZO FRANCA DECNOP PEREIRA DA SILVA, CPF nº 162.625.217-

39, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.824 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ÁGORA GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 06.071.726, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.825 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ARCA INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 45.688.000/0001-64, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.826 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a HELIX CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 44.542.369/0001-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 156, DE 20 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.007464/2021-14, resolve:

Modificar as características metrológicas dos dispositivos indicadores modelos IND231 e IND236, marca Mettler Toledo, aprovados pela Portaria Inmetro/Dimel nº 177, de 19 de outubro de 2018, publicada no D.O.U. em 24/10/2018, página 23, seção 1, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 177/2018)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO SUSEP Nº 15, DE 20 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução SUSEP nº 10, de 23 de dezembro de 2021

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 19 de maio de 2022, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXI do art. 9º do Regimento Interno, anexo à Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e tendo em vista o que consta no Processo SUSEP nº 15414.648308/2021-89, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução SUSEP nº 10, de 23 de dezembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para fins do Programa de Línguas Estrangeiras considera-se Servidor Elegível o servidor efetivo da Susep ou o agente público com alteração de exercício para composição de força de trabalho na SUSEP, nos termos do Decreto Nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, exceto aqueles:

I - em gozo de licenças ou afastamentos previstos nos incisos II, III, IV, VI e VII do art. 81 e nos artigos 93, 94 e 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - em gozo de licenças ou afastamentos com prazo superior a trinta dias, previstos no inciso I do art. 81, no art. 95 e nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" do inciso VIII do art. 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III- aposentados;

IV - com pedido de vacância para posse em outro cargo inacumulável;

V - em processo de redistribuição; e

VI - em estágio probatório." (NR)

"Art. 13. O participante deverá ressarcir a SUSEP das despesas efetuadas com a sua participação no Programa, quando incorrer nas hipóteses, abaixo, antes de colaborar com a Autarquia pelo dobro do período despendido com a capacitação:

I - aposentadoria;

II - licença para tratar de interesses particulares; ou

III - encerramento da alteração de exercício para composição de força de trabalho." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de junho de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

RESOLUÇÃO SUSEP Nº 16, DE 20 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução Susep nº 01, de 24 de agosto de 2021, que dispõe sobre os atos administrativos editados pela Susep.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 19 de maio de 2022, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e o que consta do Processo Susep nº 15414.603554/2017-25, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução Susep nº 01, de 24 de agosto de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4° .....

.....

Parágrafo único. É permitida a edição de portarias, resoluções ou instruções normativas conjuntas." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP Nº 665, DE 20 DE MAIO DE 2022

Altera a Circular Susep nº 655, de 11 de março de 2022, e o Anexo XIII da Circular Susep nº 624, de 22 de março de 2021.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos da alínea "b" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e do art. 5º e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.600155/2022-70, resolve:

Art. 1º Inserir os Anexos III e IV na Circular Susep nº 655, de 11 de março de 2022, com a seguinte redação:

"ANEXO III

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COM COBERTURA DE RISCO ESTRUTURADA EM REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA

Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 2022, fica obrigatório o registro das operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, com período de cobertura iniciado a partir dessa data.

Art. 2º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura com período de cobertura vigente em 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis a partir desta data.

Art. 3º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura com período de cobertura encerrado até 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 10 (dez) dias úteis da primeira movimentação financeira ocorrida após essa data.

§ 1º Nas operações de que trata o caput, na hipótese dos contratos, em caso de contratação coletiva, e certificados de participante com período de cobertura encerrado antes de 1º de janeiro de 2019, as EAPCs poderão deixar de registrar algumas das informações requeridas no Anexo I e neste anexo, desde que justificadas e que não sejam relacionadas a movimentações financeiras.

§ 2º As operações relativas aos contratos, em caso de contratação coletiva, e certificados de participante de que trata o caput, com eventos avisados e ainda não pagos ou contribuições não pagas em 1º de dezembro de 2022, deverão ser registradas em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir dessa data.

Art. 4º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura devem apresentar as seguintes informações complementares:

I - informações referentes às coberturas contratadas:

a) prazo do pagamento das rendas;

b) tipo de renda;

c) base de cálculo das anuidades (base mensal/base anual);

d) reversão de resultado financeiro na fase de concessão (N/S);

e) percentual de reversão de resultado financeiro na fase de concessão, se houver; e

f) forma de reversão do excedente financeiro na concessão (crédito em conta/aumento do valor da renda);

II - informações referentes aos benefícios concedidos:

a) data de nascimento do beneficiário da renda concedida;

b) valor do benefício concedido em forma de renda;

c) benefícios concedidos pagos no mês corrente;

d) tábua biométrica efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida (M/F);

e) taxa de juros efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida;

f) número de benefícios recebidos no ano e o mês de pagamento da 13ª renda, quando houver;

g) forma de pagamento das anuidades (antecipada/postecipada);

h) data de início de concessão do benefício;

i) idade na data de concessão do benefício, tábua biométrica e percentual de reversão da renda referentes a cada um dos beneficiário, se houver;

j) data da última atualização do benefício;

k) índice de preços referente à atualização monetária anual do valor da renda;

l) defasagem do índice de preços aplicado na atualização da renda;

m) benefícios vencidos, não pagos, até o fim do mês;

n) movimentação no mês corrente dos benefícios vencidos avisados, citados na alínea "m", em meses anteriores; e

o) valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), no momento do aviso e no fim de cada mês;

III - informações referentes a provisões técnicas:

a) valor da Provisão de Excedentes Financeiros; e

b) valor da Provisão de Valores a Regularizar (PVR), no momento do aviso; e

IV - informação referente ao FIE (fundo de investimento especialmente constituído ou o fundo de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos, cujos únicos quotistas sejam, direta ou indiretamente, sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar) no qual está aplicada a totalidade dos recursos da provisão matemática de benefícios concedidos e da respectiva provisão técnica de excedentes financeiros, se houver:

a) CNPJ do FIE; e

b) nome do FIE.

§ 1º Em caso de contrato coletivo, deverá haver a identificação dos seus certificados de participante, com as informações dispostas nos incisos do caput segregadas, quando couber.

§ 2º Caso haja informação requerida neste anexo que não seja aplicável a um ou mais produtos específicos, em função de suas características, será isenta a necessidade de seu registro.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COM COBERTURA DE RISCO ESTRUTURADA EM REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 2022, fica obrigatório o registro das operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de capitalização, com período de cobertura iniciado a partir dessa data.

Art. 2º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de capitalização com período de cobertura vigente em 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis a partir desta data.

Art. 3º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de capitalização com período de cobertura encerrado até 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 10 (dez) dias úteis da primeira movimentação financeira ocorrida após essa data.

§ 1º Nas operações de que trata o caput, na hipótese dos contratos, em caso de contratação coletiva, e certificados de participante com período de cobertura encerrado antes de 1º de janeiro de 2019, as EAPCs poderão deixar de registrar algumas das informações requeridas no Anexo I e neste anexo, desde que justificadas e que não sejam relacionadas a movimentações financeiras.

§ 2º As operações relativas aos contratos, em caso de contratação coletiva, e certificados de participante de que trata o caput, com eventos avisados e ainda não pagos ou contribuições não pagas em 1º de dezembro de 2022, deverão ser registradas em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir dessa data.

Art. 4º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturada em regime financeiro de capitalização devem apresentar as seguintes informações complementares:

I - informações referentes às coberturas contratadas:

a) taxa de juros garantida na fase de diferimento;

b) prazo do pagamento das rendas;

c) tipo de renda;

d) base de cálculo das anuidades (base mensal/base anual);

e) reversão de resultado financeiro na fase de concessão (N/S);

f) percentual de reversão de resultado financeiro na fase de concessão, se houver; e

g) forma de reversão do excedente financeiro na concessão (crédito em conta/aumento do valor da renda);

II - informações referentes a provisões técnicas:

a) valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), no fim de cada mês durante o período de diferimento, e no momento do aviso de sinistro;

b) reversões da PMBaC, aberta por conta de destino, correspondente ao montante que estava na PMBAC no mês anterior ao mês de referência e que, no mês de referência, foi revertido;

c) índice de preços referente à atualização monetária da PMBaC na fase de diferimento;

d) defasagem do índice de preços aplicado na atualização monetária da PMBaC na fase de diferimento;

e) valor da Provisão de Valores a Regularizar (PVR), no momento do aviso; e

f) valor da provisão de Excedentes Financeiros;

III - informações referente a resgates e portabilidades:

a) identificação da ocorrência da portabilidade;

b) valor portado;

c) data da solicitação da portabilidade;

d) data de movimentação (liquidação) da portabilidade;

e) identificação da entidade de origem ou destino dos recursos;

f) número do processo administrativo de registro junto à Susep do produto de origem ou de destino da portabilidade, se cabível;

g) identificação da entidade/seguradora de origem ou de destino dos recursos da portabilidade;

h) identificação da ocorrência do resgate;

i) valor do resgate;

j) data de solicitação do resgate;

k) data de movimentação (liquidação) do resgate; e

l) meio de pagamento para cada valor liquidado;

IV - informações referentes aos benefícios concedidos:

a) data de nascimento do beneficiário da renda concedida;

b) valor do benefício concedido em forma de renda;

c) benefícios concedidos pagos no mês corrente;

d) tábua biométrica efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida;

e) taxa de juros efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida;

f) número de benefícios recebidos no ano e o mês de pagamento da 13ª renda, quando houver;

g) forma de pagamento das anuidades (antecipada/postecipada);

h) data de início de concessão do benefício;

i) idade na data de concessão do benefício, tábua biométrica e percentual de reversão da renda referentes a cada um dos beneficiários, se houver;

j) data da última atualização do benefício;

k) índice de preços referente à atualização monetária anual do valor da renda;

l) defasagem do índice de preços aplicado na atualização da renda;

m) benefícios vencidos, não pagos, até o fim do mês;

n) movimentação no mês corrente dos benefícios vencidos avisados, citados na alínea "m", em meses anteriores; e

o) valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), no momento do aviso e no fim de cada mês; e

V - informação referente ao FIE (fundo de investimento especialmente constituído ou o fundo de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos, cujos únicos quotistas sejam, direta ou indiretamente, sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar) no qual está aplicada a totalidade dos recursos da provisão matemática de benefícios concedidos e da respectiva provisão técnica de excedentes financeiros, se houver:

a) CNPJ do FIE; e

b) nome do FIE.

§ 1º Em caso de contrato coletivo, deverá haver a identificação dos seus certificados de participante, com as informações dispostas nos incisos do caput segregadas, quando couber.

§ 2º Caso haja informação requerida neste anexo que não seja aplicável a um ou mais produtos específicos, em função de suas características, será isenta a necessidade de seu registro. " (NR)

Art. 2º Alterar o Anexo II da Circular Susep nº 655, de 11 de março de 2022, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 2022, fica obrigatório o registro das operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturadas em regime financeiro de repartição simples, com período de cobertura iniciado a partir dessa data.

Art. 2º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturadas em regime financeiro de repartição simples com período de cobertura vigente em 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis a partir desta data.

"Art. 3º As operações de previdência complementar aberta com cobertura de risco estruturadas em regime financeiro de repartição simples com período de cobertura encerrado até 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 10 (dez) dias úteis da primeira movimentação financeira ocorrida após essa data.

§ 1º .....

§ 2º As operações relativas aos contratos, em caso de contratação coletiva, e certificados de participante de que trata o caput, com eventos avisados e ainda não pagos ou contribuições não pagas em 1º de dezembro de 2022, deverão ser registradas em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir dessa data. " (NR)

Art. 3º Alterar o Anexo XIII da Circular Susep nº 624, de 22 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 2022, fica obrigatório o registro das operações relativas às apólices, certificados e bilhetes dos seguros classificados nos grupos de ramos pessoas coletivo e pessoas individual por norma específica estruturados no regime financeiro repartição simples emitidos a partir dessa data.

Art. 2º As operações relativas às apólices, certificados e bilhetes dos seguros classificados nos grupos de ramos pessoas coletivo e pessoas individual por norma específica estruturados no regime financeiro repartição simples vigentes em 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 30 (trinta) dias úteis a partir desta data.

Art. 3º As operações relativas às apólices, certificados e bilhetes dos seguros classificados nos grupos de ramos pessoas coletivo e pessoas individual por norma específica estruturados no regime financeiro repartição simples com fim de vigência anterior a 1º de dezembro de 2022 deverão ser registradas em até 10 (dez) dias úteis da primeira movimentação de sinistro ou de prêmio ocorrida após essa data.

§1º .....

§ 2º As operações relativas às apólices, certificados ou bilhetes de que trata o caput, com sinistros avisados e ainda não pagos ou prêmios não pagos, deverão ser registradas em até 10 (dez) dias úteis contados a partir de 1º de dezembro de 2022.

.....

Art. 5º .....

.....

V - para as coberturas enquadradas em quaisquer dos ramos dos grupos tratados neste anexo, após a ocorrência do evento gerador, na hipótese que o plano permita e seja exercida a opção de receber o capital segurado de forma parcelada ou sob a forma de renda, sendo estruturado no regime de repartição de capitais de cobertura a partir da concessão:

a) informações referentes às coberturas contratadas, se aplicável:

1. prazo do pagamento das rendas/parcelas;

2. tipo de renda (parcela/renda certa/renda vitalícia,....);

3. base de cálculo das anuidades (base mensal/base anual);

4. reversão de resultado financeiro na fase de concessão (N/S);

5. percentual de reversão de resultado financeiro na fase de concessão, se houver; e

6. forma de reversão do excedente financeiro na concessão (crédito em conta/aumento do valor da renda);

b) informações referentes aos benefícios concedidos, se aplicável:

1. data de nascimento do beneficiário da renda concedida;

2. valor do benefício concedido em forma de renda;

3. benefícios concedidos pagos no mês corrente;

4. tábua biométrica efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida (M/F);

5. taxa de juros efetivamente utilizada para cálculo da renda concedida;

6. número de benefícios recebidos no ano e o mês de pagamento da 13ª renda, quando houver;

7. forma de pagamento das anuidades (antecipada/postecipada);

8. data de início de concessão do benefício;

9. idade na data de concessão do benefício, tábua biométrica e percentual de reversão da renda referentes a cada um dos beneficiário, se houver;

10. data da última atualização do benefício;

11. índice de preços referente à atualização monetária anual do valor da renda;

12. defasagem do índice de preços aplicado na atualização da renda;

13. benefícios vencidos, não pagos, até o fim do mês;

14. movimentação no mês corrente dos benefícios vencidos avisados, citados no item 13, em meses anteriores; e

15. valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), no momento do aviso e no fim de cada mês;

c) informações referentes a provisões técnicas, se aplicável:

1. valor da Provisão de Excedentes Financeiros; e

2. valor da Provisão de Valores a Regularizar (PVR), no momento do aviso; e

..... " (NR)

Art. 4º Esta Circular entra em vigor em 1º de junho de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 243, DE 18 DE MAIO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa POLIAMAZON METALÚRGICA DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 71/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 79/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.011235/2021-57, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa POLIAMAZON METALÚRGICA DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ: 02.958.757/0001-18, Inscrição SUFRAMA 20.0106.92-9, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 71/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 79/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de OBRAS DE FERRO AÇO (PEÇAS ESTAMPADAS E/ OU FORJADAS E/ OU SOLDADAS), código SUFRAMA 0425, recebendo o benefício fiscal previsto no Art. 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico - PPB estabelecido na Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 1.651, de 22 de fevereiro de 2022;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 244, DE 19 DE MAIO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SALCOMP INDUSTRIAL ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 68/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 78/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002785/2022-66, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SALCOMP INDUSTRIAL ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ: 07.637.620/0001-85 e Inscrição SUFRAMA: 20.0131.86-9), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 68/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 78/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de APARELHO COLETOR DE DADOS PARA MEDIÇÃO E MONITORAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, código SUFRAMA 2283, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50, de 29 de outubro de 2018;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrentes da comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tal comercialização;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 249, DE 23 DE MAIO DE 2022

Aprovar o projeto agroflorestal de implantação, de interesse da Empresa E. DE L. E LIMA & CIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu art. 37; os termos do Parecer Técnico nº 51/2022/COPAG/CGPAG/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001552/1979-00, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto agropecuário de implantação de interesse da Empresa E. DE L. E LIMA & CIA LTDA (CNPJ: 03.410.604/0001-02), na forma do Parecer Técnico nº 51/2022/COPAG/CGPAG/SPR/SUFRAMA, para a implantação das atividades abaixo descritas, em uma área total aproximada de 1.000,00 hectares, no Distrito Agropecuário da Suframa:

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM IMPLANTADAS (Hectares)					
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Mandioca	2	4	7	8	9	30
Açaí	-	4	6	8	12	30
Banana	-	3	5	7	10	25
Coco	-	1	1	1	1	1
Laranja	-	20	20	20	20	20
Milho		2	3	4	5	14
Pecuária de Corte	-	20	20	20	20	80
Total						200
INVESTIMENTOS PREVISTOS (R$)						
	417.289,75	981.016,88	982.325,14	892.859,89	1.429.360,76	3.899.852,42
MÃO DE OBRA						
FIXA						
	10	10	10	10	10	10
VARIÁVEL						
	5	5	5	5	5	5
Total						15

Art. 2º DETERMINAR sob pena de cancelamento do projeto aprovado, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor, ou que vierem a vigorar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 739 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2022

I Data, horário e local: 25 de fevereiro de 2022, às 18h15 (dezoito horas e quinze minutos), por votação eletrônica. (...) III Composição: Senhores Conselheiros ROGERIO RODRIGUES BIMBI, Presidente, CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ, Presidente do Comitê de Auditoria (COAUD), CELSO LEONARDO DERZIÊ DE JESUS BARBOSA, ISTVAN KAROLY KASZNAR, MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS, RICARDO MAGALHÃES GOMES, Conselheiros, e Senhoras Conselheiras MARIA RITA SERRANO, representante dos empregados, e PRICILLA MARIA SANTANA. (...) VII Os membros do Conselho de Administração apreciaram as matérias constantes da pauta, conforme a seguir: (...) c) Eleição de Diretor Executivo da Caixa Econômica Federal, no âmbito da Vice-Presidência Riscos (VICOR) (...). O Conselho de Administração elegeu para exercer o cargo de Diretor Executivo da Caixa Econômica Federal, como membro da Diretoria, a partir da data da posse, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2022, o Senhor Sérgio Ricardo Faustino Batista, brasileiro, economiário, solteiro, nascido em Teresina/PI, data de nascimento 05/03/1968, CPF 516.423.951-53, Identidade 896.192 SSP/DF, domiciliado no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco A, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.092-900, Brasília/DF, para a Diretoria Executiva Controles Internos (DECOI) (...). Aprovada, por unanimidade (...). VIII Encerramento: nada mais havendo a tratar, eu, Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária Geral, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros votantes. Assinaturas: Rogerio Rodrigues Bimbi, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa, Istvan Karoly Kasznar, Marcelo de Siqueira Freitas, Maria Rita Serrano, Pricilla Maria Santana e Ricardo Magalhães Gomes. Este documento é parte transcrita do original. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1839231 em 20/05/2022.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 373, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 55/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.024260/2021-17.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Anhanguera de Assis (cód. 21924), credenciada pela Portaria MEC nº 628, de 4 de julho de 2018, publicada em 5 de julho de 2018, situada à Rua Josino de Andrade, nº 267-277, Centro, no município de Assis, estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452), CNPJ nº 04.310.392/0001-46.

Art. 3º Fica a encargo da Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452), situada à Alameda Maria Tereza, nº 4266, sala 6, bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, estado de São Paulo, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Extinguir os cursos de Engenharia Civil (código nº 1367753), Engenharia de Produção (código nº 1367754) e icada no Diário Oficial da União - DOU em 12 de julho de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

PORTARIA Nº 374, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no Parecer Referencial nº 00004/2020/CONJURMEC/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02715/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 02717/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 149/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.030530/2021-11.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade de Ciências Jurídicas de São João da Boa Vista (cód. 22190), credenciada pela Portaria MEC nº 734, de 1º de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 2 de abril de 2019, situada na Rua Cristiano Osório, nº 10/30, Bairro São Lázaro, no município de São João da Boa Vista, no estado de São Paulo, mantida pela Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452), CNPJ nº 04.310.392/0001-46, tendo em vista a ausência de matrículas e a oferta efetiva de aulas na totalidade dos seus cursos desde seu credenciamento.

Art. 3º Fica ao encargo da Anhanguera Educacional Participações S/A (cód. 16452), situada na Alameda Maria Tereza, nº 4266, Sala 6, Bairro Dois Córregos, no município de Valinhos, no estado de São Paulo, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Fica extinto o curso de Direito (cód. 1386269), autorizado pela Portaria nº 194, de 18 de abril de 2019, publicada no DOU em 22 de abril de 2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

PORTARIA Nº 375, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no Parecer Referencial nº 00004/2020/CONJURMEC/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02715/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 02717/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 57/2022, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.020626/2021-71.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Pitágoras de Campina Grande (cód. 19272), credenciada pela Portaria MEC nº 162, de 28 de fevereiro de 2018, publicada em 1º de março de 2018, situada à Rua Marquês do Herval, nº 39, Centro, no município de Campina Grande, estado da Paraíba, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (cód. 14514), CNPJ nº 38.733.648/0001-40.

Art. 3º Fica a encargo da Editora e Distribuidora Educacional S/A (cód. 14514), situada à Rua Santa Madalena Sofia, nº 25, 3º andar, sala 3, bairro Vila Paris, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

PORTARIA Nº 376, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no Parecer Referencial nº 00004/2020/CONJURMEC/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02715/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU e nº 02717/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, todos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 154/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.024264/2021-97.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Metropolitana do Litoral Rio Grandense - FAMELI (cód. 22000), credenciada pela Portaria MEC nº 727, de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 30 de julho de 2018, situada na Av. Poti, nº 1.550, Centro, no município de Capão da Canoa, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S (cód. 1177), CNPJ nº 03.819.722/0001-60.

Art. 3º Fica ao encargo do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIVINCI (cód. 1777), situado na Rodovia BR 280, Km 60, nº 15885, Imigrantes, no município de Guaramirim, no estado de Santa Catarina, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

PORTARIA Nº 377, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa MEC nº 20 e a Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 150/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.030401/2021-22.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Pitágoras de Luziânia (cód. 21281), credenciada pela Portaria MEC nº 767, de 9 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 10 de agosto de 2018, situada à Rua Bate Couro, nº 425, Bairro Rosário, no município de Luziânia, estado de Goiás, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (cód. 14514), CNPJ nº 38.733.648/0001-40.

Art. 3º Fica a encargo da Editora e Distribuidora Educacional S/A (cód. 14514), situada à Rua Santa Madalena Sofia, nº 25, 3º andar, sala 3, Bairro Vila Paris, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e de pronta consulta.

Art. 4º Ficam extintos os cursos de Engenharia Civil (cód. 1333977) e de Engenharia Elétrica (cód. 1333979), autorizados pela Portaria nº 563, de 17 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 20 de agosto de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 181/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos realizados por Kerginaldo Nogueira da Silva Júnior, no curso superior de Direito, bacharelado, no período de 2020 a 2021, ministrado pela Faculdade Pitágoras de Marabá, com sede no município de Marabá, no estado do Pará, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, conferindo validade às disciplinas cursadas, conforme consta do Processo nº 23001.000041/2022-13.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 603, DE 23 DE MAIO 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nos 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora
1	201609178	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	500 (quinhentas)	FACULDADE ESCOLA PAULISTA DE DIREITO (905)	EPD - ESCOLA PAULISTA DE DIREITO LTDA (CNPJ 07.279.794/0001-13)
2	201926681	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO RACINE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (24709)	RACINE EDUCACIONAL EIRELI (CNPJ 32.101.937/0001-40)
3	201933180	PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE BRASIL EMPREENDER (25182)	INSTITUTO PASSO 1 DE ENSINO PESQUISA E LAZER LTDA (CNPJ 07.971.577/0001-90)
4	202014512	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PAULISTA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (20340)	SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA (CNPJ 61.699.567/0001-92)
5	201931727	SERVIÇOS JURÍDICOS (Tecnológico)	1500 (uma mil e quinhentas)	FACULDADE ALVES LIMA (25133)	IEJUR - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO LTDA (CNPJ 34.860.487/0001-02)
6	202023495	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	225 (duzentas e vinte e cinco)	FACULDADE ITH (25657)	INSTITUTO HEALTH - ITH EIRELI (CNPJ 15.272.624/0001-35)
7	202023496	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE ITH (25657)	INSTITUTO HEALTH - ITH EIRELI (CNPJ 15.272.624/0001-35)
8	201932813	PEDAGOGIA (Licenciatura)	500 (quinhentas)	FACULDADE UNITÀ (19586)	FACULDADE UNITA LTDA - ME (CNPJ 04.187.523/0001-40)
9	202008933	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1000 (uma mil)	Centro Universitário LS (3396)	SANTANA INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR EIRELI (CNPJ 02.846.920/0001-50)
10	202008934	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Centro Universitário LS (3396)	SANTANA INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR EIRELI (CNPJ 02.846.920/0001-50)
11	202008935	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Centro Universitário LS (3396)	SANTANA INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR EIRELI (CNPJ 02.846.920/0001-50)
12	201931448	ANÁLISE DE SISTEMA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	500 (quinhentas)	FACULDADE VINCIT- (24553)	UNIAO EDUCACIONAL, CULTURAL E TECNOLOGICA VINCIT (CNPJ 33.794.310/0001-84)
13	202013984	RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300 (trezentas)	Instituto Brasileiro de Coaching (20074)	IBC - INSTITUTO DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLIGIA LTDA - EPP (CNPJ 20.652.824/0001-53)
14	202013986	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	Instituto Brasileiro de Coaching (20074)	IBC - INSTITUTO DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLIGIA LTDA - EPP (CNPJ 20.652.824/0001-53)
15	202013987	MARKETING (Tecnológico)	300 (trezentas)	Instituto Brasileiro de Coaching (20074)	IBC - INSTITUTO DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLIGIA LTDA - EPP (CNPJ 20.652.824/0001-53)
16	202022579	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Cesar (19327)	CESAR CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANCADOS DO RECIFE (CNPJ 01.203.327/0001-23)
17	201933023	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIFAMETRO CASCAVEL (19859)	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA. (CNPJ 03.884.793/0001-47)
18	202022143	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE SANAR (25511)	SANAR EDUCAR LTDA (CNPJ 21.004.091/0001-03)
19	202022760	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE AMERICAS INTERNATIONAL COLLEGE (23123)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IBS AMERICAS (CNPJ 29.615.702/0001-61)
20	202022761	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE AMERICAS INTERNATIONAL COLLEGE (23123)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IBS AMERICAS (CNPJ 29.615.702/0001-61)
21	202022762	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE AMERICAS INTERNATIONAL COLLEGE (23123)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IBS AMERICAS (CNPJ 29.615.702/0001-61)
22	202022763	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE AMERICAS INTERNATIONAL COLLEGE (23123)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL IBS AMERICAS (CNPJ 29.615.702/0001-61)
23	201933031	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOBRE DE FEIRA DE SANTANA (1718)	GRUPO NOBRE DE ENSINO LTDA (CNPJ 14.487.128/0001-36)

PORTARIA Nº 604, DE 23 DE MAIO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nos 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora
1	201801329	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEEVALE - FEEVALE (23)	ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO (CNPJ 91.693.531/0001-62)
2	201904154	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	600 (seiscentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA - UNIFRAN (496)	ACEF S/A (CNPJ 46.722.831/0001-78)

3	201926087	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO (1538)	BCEC - BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA SS (CNPJ 26.444.216/0001-30)
4	201802216	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1100 (uma mil e cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS (1294)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS S.A. (CNPJ 03.523.852/0001-51)
5	201905092	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS - FADERGS (2950)	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA. (CNPJ 02.247.214/0001-92)
6	201927971	TEOLOGIA: DOUTRINA CATÓLICA (Bacharelado)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER (1491)	UNINTER EDUCACIONAL S/A (CNPJ 02.261.854/0001-57)
7	201927702	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURCACZ (1336)	FUNDACAO ASSIS GURGACZ (CNPJ 02.203.539/0001-73)
8	201904566	ENGENHARIA DE PROUÇÃO (Bacharelado)	600 (seiscentas)	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO (472)	COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCACAO E CULTURA (CNPJ 29.403.763/0001-65)
9	202002624	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	270 (duzentas e setenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL (918)	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA (CNPJ 80.882.772/0001-33)
10	202002715	PEDAGOGIA (Licenciatura)	460 (quatrocentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL (918)	UNIAO EDUCACIONAL DE CASCAVEL - UNIVEL LTDA (CNPJ 80.882.772/0001-33)
11	201927090	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURCACZ (1336)	FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ (CNPJ 02.203.539/0001-73)
12	201817078	EDUCAÇÃO ESPECIAL (Licenciatura)	1300 (uma mil e trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI (1472)	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA. (CNPJ 01.894.432/0001-56)
13	201929499	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	1600 (uma mil e seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-SANTENSE/FAESA (267)	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA. (CNPJ 27.014.042/0001-38)
14	202002487	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO (472)	COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCAÇÃO E CULTURA. (CNPJ 29.403.763/0001-65)
15	202002467	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	360 (trezentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS - UNISL (1414)	CENTRO DE ENSINO SÃO LUCAS LTDA. (CNPJ 84.596.170/0001-70)
16	201926526	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JUDAS TADEU - CSJT (502)	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ENSINO SUPERIOR S/A. (CNPJ 44.952.711/0001-31)

RETIFICAÇÃO

Retificação da Portaria SERES nº 205, de 23 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 58, de 26 de março de 2018, Seção 1, página 26, para fazer constar o número de vagas correto do Curso de ENFERMAGEM, bacharelado (código 1353026), tal como disposto na tabela abaixo:

Onde se lê:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
3	201603072	Enfermagem (Bacharelado)	100	FACULDADE SUPREMO REDENTOR	FACULDADE SUPREMO REDENTOR LTDA.	Rua Floriano Peixoto, 604, Centro, Pinheiro/MA - CEP 65.200-000

Leia-se:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
3	201603072	Enfermagem (Bacharelado)	200	FACULDADE SUPREMO REDENTOR	FACULDADE SUPREMO REDENTOR LTDA.	Rua Floriano Peixoto, 604, Centro, Pinheiro/MA - CEP 65.200-000

RETIFICAÇÃO

Retificação da Portaria SERES n.º 511, de 04 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n.º 44, de 07 de março de 2022, Seção 1, página 30, para fazer constar a denominação do Curso de ADMINISTRAÇÃO, bacharelado (código e-MEC 1533288), tal como disposto na tabela abaixo:

Onde se lê:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202013945	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Faculdade Biopark II (cód. e-MEC 25452)	ASSOCIACAO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIBIO (cód. 17322)	Rodovia PR-182, s/n, KM 320/321 - Área Rural de Toledo - Toledo/ PR. CEP: 85.919-899.

Leia-se:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202013945	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Faculdade Biopark II (cód. e-MEC 25452)	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIBIO (cód. e-MEC 17322)	Rodovia PR-182, s/n, KM 320/321 - Área Rural de Toledo - Toledo/ PR. CEP:85.919-899.

RETIFICAÇÃO

Retificação da Portaria nº 512, de 04 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 44, de 07 de março de 2022, Seção 1, páginas 30/31, para fazer constar o endereço de funcionamento do Curso de ENGENHARIA CIVIL, bacharelado (código e-MEC 1496706), tal como disposto na tabela abaixo:

Onde se lê:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201925960	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	Faculdade INBEC (cód. e-MEC 24558)	INEC - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO CONTINUADA EIRELI (cód. e-MEC 17462)	Rua Joaquim Nabuco, nº 2.906, de 1981/1982 a 3089/3090, Dionisio Torres - Fortaleza/CE. CEP: 60.125-121.

Leia-se:

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201925960	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	Faculdade INBEC (cód. e-MEC 24558)	INEC - instituto nacional de educação continuada eirele (cód. e-MEC 17462)	RuaJ oaquim Nabuco, nº 2.906, Dionísio Torres - Fortaleza/CE. CEP: 60.125-121.

RETIFICAÇÃO

Retificação da Portaria SERES nº 137, de 11 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 30, de 12 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 39, para fazer constar o endereço correto da IES, após a unificação de mantidas, tal como disposto abaixo:

Onde se lê:

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201418197	CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIÂNIA EIRELI (cód. 828). 02.684.686/0001-02	FACULDADE PADRÃO - PADRÃO (cód. 1239)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PADRÃO - ISE/PADRAO (cód. 2073).	FACULDADE PADRÃO - PADRÃO (1239).	Rua Arapongas, 70, Jardim Vila Boa, Goiânia/GO. CEP: 74360210.

Leia-se:

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201418197	CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA DE GOIÂNIA EIRELI (cód. 828). 02.684.686/0001-02	FACULDADE PADRÃO - PADRÃO (cód. 1239).	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PADRÃO - ISE/PADRAO (cód. 2073).	FACULDADE PADRÃO - PADRÃO (1239).	Avenida Anhanguera, esquina com a Rua do Algodão, Quadra 16 - A Lt. área, nº 105, bairro Rodoviário, Goiânia-GO, CEP: 74.430-10.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 305, DE 23 DE MAIO DE 2022

Estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições conferidas pelo DECRETO Nº 9.007, de 20 de março de 2017, e em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 36, DE 5 DE MAIO DE 2022, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Estabelecer o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores, empregados públicos e estagiários em exercício no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Disposições Gerais

Art. 2º Os servidores poderão utilizar o Programa de Gestão por Resultados (PGR-FNDE), nos termos da Portaria nº 590, de 29 de outubro de 2021, e da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, para permitir a continuidade ou execução de atividades em regime não presencial.

Parágrafo Único: Os servidores que não aderirem ao PGR-FNDE deverão trabalhar presencialmente e registrar a frequência no Sistema Eletrônico de Frequência-SISREF.

Revogação

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 684, de 14 de dezembro de 2021.

Vigência

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 6 de junho de 2022.

MARCELO LOPES DA PONTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO 76-CONSUP-IFAL, DE 20 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução nº 11/CS, de 22 de setembro de 2009, que dispõe sobre a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 2.970/Ifal, de 20/9/2021, publicada no DOU nº 180, Seção 02, de 22/9/2021 e em conformidade com o Estatuto da Instituição, faz saber que este Conselho reunido extraordinariamente no dia 20 de maio de 2022.

Considerando o Processo nº 23041.016008/2022-21, de 24/4/2022, resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Resolução nº 11/CS, de 22 de setembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"§ 2º.....

I - Reitoria, sediada no endereço indicado no parágrafo primeiro deste artigo;

II - Campus Maceió, sediado à Avenida do Ferroviário, nº 530, Centro, Maceió, Alagoas, CEP: 57020-600;

III - Campus Marechal Deodoro, sediado à Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, Marechal Deodoro, Alagoas, CEP: 57160-000;

IV - Campus Palmeira dos Índios, sediado à Avenida das Alagoas, s/nº, Palmeira de Fora, Palmeira dos Índios, Alagoas, CEP: 57608-180;

V - Campus Satuba, sediado à Rua 17 de Agosto, s/nº, Zona Rural, Satuba, Alagoas, CEP: 57120-000;

VI -Campus Maragogi , sediado à Rodovia AL 101 norte, km 139, Bairro Peroba, Maragogi - AL, CEP: 57.955 -000;

VII - Campus Penedo, sediado à Rodovia Engenheiro Joaquim Gonçalves, s/nº, Dom Constantino, Penedo, Alagoas, CEP: 57.200-000;

VIII - Campus Piranhas, sediado à Avenida Sergipe, s/nº, Vila Sergipe, Xingó, Piranhas, Alagoas, CEP: 57460.000;

IX - Campus Arapiraca, sediado à Rodovia AL 110, nº 359, Bairro Deputado Nezinho, Arapiraca-AL, CEP: 57.317-291, Arapiraca-AL;

X - Campus Murici, sediado no Loteamento Prefeito Pedro Tenório Raposo, s/nº, BR 104, KM 57, Murici, Alagoas, CEP: 57.820-000;

XI - Campus São Miguel dos Campos , sediado à Avenida Projetada 01, nº 41, Quadra B6, Hélio Jatobá III - São Miguel dos Campos-AL, CEP: 57.246-615;

XII - Campus Santana do Ipanema, sediado à Rodovia AL 130, nº 1609, Domingos Acácio, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP: 57.500-000;

XIII - Campus Batalha, sediado à Avenida Governador Afrânio Lages, s/nº, Centro, Batalha, Alagoas, CEP: 57.420-970;

XIV - Campus Coruripe , sediado à Rodovia Guttemberg Breda neto, AL 101 sul, km 82, Bairro Alto do Cruzeiro - Coruripe AL. CEP: 57.230-000;

XV - Campus Viçosa, sediado à Rua Mota Lima, nº 35, Centro, Viçosa, Alagoas, CEP: 57.700-000;

XVI - Campus Rio Largo, sediado à Rodovia BR 104, km 91, Tabuleiro do Pinto, Rio Largo, Alagoas, CEP: 57.100-971;

XVII - Campus Avançado Maceió Benedito Bentes, sediado à Avenida Benedito Bentes, s/nº, Conjunto Benedito Bentes II, Maceió, Alagoas, CEP: 57.084-649.

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de junho de 202

MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CAMPUS AVANÇADO PIUMHI

PORTARIA Nº 53, DE 23 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS AVANÇADO PIUMHI, nomeado pela Portaria IFMG nº 2 de 02 de janeiro de 2020, publicada no DOU de 06 de janeiro de 2020, Seção 2, pág. 25, tendo em vista o Termo de Posse do dia 13/02/2020, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria IFMG nº 475, de 06 de abril de 2016, publicada no DOU de 15 de abril de 2016, Seção 2, pág. 17, retificada pela Portaria IFMG nº 805, de 04 de julho de 2016, publicada no DOU de 06 de julho de 2016, Seção 2, pág. 22 e pela Portaria IFMG nº 1078, de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 04 de outubro de 2016, Seção 2, pág. 20, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, a partir do dia 21 de setembro o de 2022 ao dia 20 de setembro de 2023, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado referente ao Edital nº 020/2021 para Contratação de Professor Visitante - Campus Avançado Piumhi, de 03/08/2021, publicado no DOU n.º 146 de 04/08/2021, Seção 3, Páginas 57 e 58, homologado no DOU nº 178 de 20/09/2021, Seção 3, página 54.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO COELHO DE MELO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 194, DE 23 DE MAIO DE 2022

Fixar as metas institucionais globais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o ciclo 2022, de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n.º 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 28 da Portaria/MEC n° 1.095, de 27 de agosto de 2010, publicada no D.O.U. de 30 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Fixar as metas globais do Inep para a avaliação do desempenho institucional, referentes ao ciclo 2022, compreendido entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. As metas globais foram elaboradas a partir da análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) e subsidiarão a elaboração das metas intermediárias, referentes às equipes de trabalho das unidades organizacionais do Inep.

Art. 2º Para efeito de pagamento das gratificações de desempenho de que trata o art. 3º da Portaria MEC n° 1.095, de 27 de agosto de 2010, a pontuação da avaliação de desempenho institucional referente às metas institucionais corresponderá a um máximo de 80 (oitenta) pontos, englobando os pontos para as metas institucionais globais e intermediárias.

Art. 3º O valor percentual total obtido com a avaliação de desempenho institucional será calculado por meio de média aritmética dos percentuais de alcance das metas globais e intermediárias estabelecidas.

Art. 4º O resultado da avaliação de cumprimento das metas globais servirá de base para a realização do cálculo do valor da Avaliação de Desempenho Institucional, da Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais (GDIAE), devida aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais e de Técnico em Informações Educacionais, e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais (GDINEP), devida aos servidores ocupantes de cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Plano Especial de Cargos do Inep (PEC-Inep).

Art. 5º O resultado do alcance das metas globais e intermediárias será divulgado anualmente, a contar do início do ciclo de avaliação, inclusive em boletim de serviço e na intranet.

Parágrafo único. As unidades responsáveis pelas metas globais e suas respectivas metas intermediárias deverão mensurá-las e informar o resultado à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP).

Art. 6º Caberá à DGP o acompanhamento e a aferição das metas de avaliação de desempenho institucional.

Parágrafo único. A DGP, por intermédio da Coordenação-Geral de Pessoas (Cogep), deverá consolidar e divulgar o resultado das metas globais.

Art. 7º As metas globais de desempenho institucional poderão ser revistas na superveniência de fatores que tenham influência significativa direta na sua consecução, desde que o órgão, por meio de sua autoridade máxima, não tenha dado causa a tais fatores.

Parágrafo único. O resultado da revisão será amplamente divulgado aos servidores do Inep, inclusive em boletim de serviço e na intranet.

Art. 8º Esta Portaria tem efeito retroativo a primeiro de janeiro de 2022, conforme estabelecido no artigo 1º.

DANILO DUPAS RIBEIRO

ANEXO I

METAS INSTITUCIONAIS GLOBAIS
Ciclo 2022

METAS GLOBAIS		INDICADOR	METAS PREVISTA
Exames e Avaliações da Educação Superior e Pós-Graduação	Avaliações *in loco*	Avaliações que entrem na fase Inep até julho e tramitem pelo status em comissão até 31/12/2022	80%
	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)	Número de exames realizados	1
	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida)	Número de exames realizados	2
Exames e Avaliações da Educação Básica	Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	Divulgação de resultados (final) da avaliação realizada em 2021	1
	Realização do Estudo PISA - *Programme for International Student Assessment*	Número de avaliações realizadas	1
	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)	Número de exames realizados	1
	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	Número de exames realizados	1
	Exame de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	Número de exames realizados	1
	Estudo Internacional sobre Educação Cívica e Cidadania (ICCS)	Número de avaliações realizadas	1
	Teste de Sistema para realização de Estudo Internacional sobre Educação Cívica e Cidadania (ICCS)	Número de teste de sistema realizado	1
	Teste da aplicação TIMSS 2023	Número de teste de sistema realizado	1
Estudos, Pesquisas e Avaliações em Políticas Educacionais	Publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Rbep)	Número de publicações	3
	Publicação do Periódico Em Aberto	Número de publicações	3
	Publicação dos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais	Número de cadernos	2
	Publicação do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE	Número de relatórios	1
	Atendimento aos usuários do Centro de Informação e Biblioteca em Educação por meio de: serviços de acesso aos acervos bibliográficos, ao arquivo histórico, ao Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) e ao Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap)	Percentual de demandas atendidas	70%
Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	Pesquisa Nacional de Egressos da Educação Profissional e Tecnológica	Número de pesquisa contratada	1
Censo da Educação Superior e da Educação Básica	Censo da Educação Superior	Número de censos realizados	1
	Censo Escolar da Educação Básica	Número de censos realizados	1
Gestão de Pessoas	Ponto Eletrônico	Percentual de implementação	100%
	Programa de Gestão e Desempenho	Percentual de implementação	100%
Implementação da Estratégia	Entregas dos projetos estratégicos previstas, deliberadas pelo Comitê de Governança Institucional (CGI) e aprovadas pelo Presidente	Percentual de entregas realizadas	90%

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 151, de 03 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União, nº 83, de 4 de maio de 2022, Seção 1, página 456, que divulga o resultado do Edital nº 23, de 8 de abril de 2022, para compor o Cadastro de Servidores de apoio para atividades de elaboração do Enem 2022, retificar:

Onde se lê:

Área de Ciências da Natureza:

1º TIAGO DE JESUS E CASTRO - ***.558.701-**

2º LUCAS GUIMARAES BARROS - ***.543.985-**

Leia-se:

Área de Ciências da Natureza:

1º GLENON DUTRA - ***.328.006-**

2º LUCAS GUIMARAES BARROS - ***.543.985-**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE MAIO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade de teletrabalho, no âmbito da Universidade Federal de Itajubá.

O Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da UNIFEI, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e III do art. 6º do Regimento do CEPEAd, com base no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Fazenda e na Portaria nº 267, de 30 de abril de 2021, do Ministério da Educação, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Estabelece os procedimentos gerais do programa de gestão e desempenho, na modalidade de teletrabalho, no âmbito da Universidade Federal de Itajubá, destinado aos servidores técnico-administrativos em educação, servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, a critério do Reitor, e empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único: O Programa de Gestão e Desempenho não se aplica aos Docentes do Magistério Superior.

Art 2º Entende-se por:

I - programa de gestão: é a ferramenta de gestão autorizada em ato normativo de Ministro de Estado e regulamentada por esta Resolução, que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes;

II - teletrabalho: é a modalidade do programa de gestão e desempenho, em que o cumprimento da jornada regular pelo participante possa ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência; e

III - entrega: resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade sendo definida no planejamento e com data prevista de conclusão.

Parágrafo único. O trabalho externo se caracteriza pela execução de atividades que, em razão da sua natureza, da natureza do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências do órgão ou entidade e cujo local de realização é definido em função do seu objeto.

Art. 3º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos poderão ser realizadas nos regimes de execução de teletrabalho parcial ou integral.

§ 1° O regime de execução parcial ocorre quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente.

§ 2º O regime de execução integral ocorre quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensando do controle de frequência.

§ 3º Não serão admitidos turnos alternados no regime de execução parcial.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do programa de gestão e desempenho:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos;

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

IX - eficiência no planejamento da força de trabalho;

X - oferecer aos servidores que atendam aos critérios técnicos necessários para a adesão ao programa de gestão e desempenho, a flexibilização na realização de suas atribuições do cargo, visando o aumento do desempenho e retenção de talentos;

XI - motivar os servidores a alcançar resultados e aproveitamento de seu potencial, de forma alinhada às estratégias e valores da universidade, promovendo qualidade de vida e atendimento à Política de Gestão de Pessoas; e

XII - promover a cultura orientada a resultados, com foco na melhoria contínua dos processos de trabalho e no fortalecimento da efetividade dos serviços prestados pela UNIFEI.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES

Art. 5º O programa de gestão e desempenho abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades administrativas e acadêmicas e do desempenho do participante em suas entregas.

Parágrafo único. Enquadram-se nas disposições do caput, mas não se limitando a elas, as atividades com os seguintes atributos:

I - cuja natureza demande maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;

II - cuja natureza de complexidade exige elevado grau de concentração; ou

III - cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

CAPÍTULO IV

DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 6º A implementação do programa de gestão e desempenho ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante.

Art. 7º A implementação do programa de gestão e desempenho observará as seguintes fases:

I - autorização pelo Ministro do Estado;

II - definição dos procedimentos gerais;

III - execução do programa de gestão e desempenho; e

IV - acompanhamento do programa de gestão e desempenho.

Parágrafo único - A implementação do Programa de Gestão e Desempenho pelas Unidades do Ministério da Educação - MEC e suas entidades vinculadas foi autorizada pela Portaria nº 267, de 30 de abril de 2021.

Seção I

Da Definição dos Procedimentos Gerais

Art. 8º O teletrabalho na UNIFEI será executado nos regimes total ou parcial em dias alternados, conforme a necessidade de cada unidade e será vinculado aos objetivos do Programa de Gestão e Desempenho e aos objetivos institucionais.

Art. 9º As unidades administrativas e acadêmicas que desejarem aderir ao programa de gestão e desempenho, deverão preencher a Tabela de Atividades (Anexo I) e encaminhar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

§ 1º A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas submeterá a tabela mencionada acima ao Comitê de Análise e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho para verificação de conformidade à legislação vigente e a esta Resolução.

§ 2º A composição e as atribuições do Comitê de Análise e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho serão definidas no art. 27 e art. 28.

§ 3º Caberá ao Reitor, a aprovação final da tabela de atividades a serem executadas em teletrabalho na Universidade.

Art. 10. A tabela de atividades de teletrabalho a ser registrada em sistema informatizado será composta pelas seguintes informações:

I - atividades;

II - faixa de complexidade da atividade: A-baixa, B-média ou C-alta, conforme Anexo II;

III - parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;

IV - tempo de execução da atividade em regime presencial;

V - tempo de execução da atividade em teletrabalho;

VI - ganho percentual de produtividade estabelecido; e

VII - entregas esperadas,

Art. 11. O estabelecimento de metas para as atividades em teletrabalho é expresso em horas e compatível com a jornada de trabalho regular dos participantes.

Art. 12. Na tabela de atividades de que trata o art. 10 é vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados.

Art. 13. Os participantes do teletrabalho e suas chefias imediatas deverão firmar Termo de Ciência e Responsabilidade de Adesão ao Teletrabalho, conforme Anexo III.

Art. 14. O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade administrativa ou acadêmica, quando houver interesse da administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, será definido pela chefia imediata do servidor, observada a razoabilidade e as características das atividades desempenhadas.

Parágrafo único - A definição do prazo será estabelecida no sistema informatizado e no Termo de Ciência e Responsabilidade de adesão ao programa de gestão e desempenho, modalidade teletrabalho.

Art. 15. O teletrabalho não poderá:

I - abranger as atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade administrativa ou acadêmica ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II - reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendem ao público interno e externo.

Seção II

Dos Resultados e Benefícios Esperados

Art. 16. Com a implementação do programa de gestão e desempenho, espera-se alcançar os objetivos elencados no art. 4º desta Resolução e também aos seguintes resultados institucionais:

I - modernização da gestão da universidade, acompanhando as mudanças e inovações;

II - efetividade na prestação dos serviços oferecidos pela instituição;

III - racionalização dos recursos disponíveis na universidade; e

IV - foco em resultados e entregas.

Seção III

Da Execução do Programa de Gestão e Desempenho

Subseção I

Da Seleção dos Participantes

Art. 17. A seleção dos servidores participantes do teletrabalho será mediante processo seletivo, no sistema informatizado adotado, no qual constará:

I - as atividades passíveis de execução e mensuração de resultados, adequadas à modalidade de teletrabalho e essencialmente em conformidade com o disposto na legislação vigente;

II - os regimes parcial ou total de execução das atividades;

III - o conhecimento técnico requerido para execução das atividades;

IV - as metas de produtividade expressas em horas;

V - as entregas esperadas para cada atividade;

VI - o tempo mínimo de experiência nas atividades da unidade administrativa ou acadêmica;

VII - total de vagas;

VIII - vedações à participação; e

IX - infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação.

Parágrafo único. Os processos seletivos serão publicados anualmente ou conforme oportunidade e conveniência da Administração.

Art. 18. A seleção final dos participantes pela Chefia imediata será realizada a partir da avaliação da compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas, conhecimento técnico e perfil dos interessados.

Art. 19. O programa de gestão e desempenho poderá ser uma alternativa aos servidores que atendam aos requisitos para remoção nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, e para concessão da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro prevista no art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração.

Subseção II

Do Plano de Trabalho

Art. 20. O candidato selecionado para participar do programa de gestão e desempenho deverá assinar o plano de trabalho que será registrado em sistema informatizado que conterá:

I - as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;

II - o regime de execução em que participará do programa de gestão e desempenho, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso;

III - o termo de ciência e responsabilidade de adesão ao programa de gestão e desempenho na modalidade de teletrabalho Anexo III.

Parágrafo único. O plano de trabalho deverá ser preenchido observando a tabela de atividades de teletrabalho e a tabela de parâmetros adotados para definir a faixa de complexidade.

Art. 21. O plano de trabalho será registrado em sistema informatizado específico para execução do teletrabalho.

Art. 22. A chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

Art. 23. As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade e apresentadas na tabela de atividades.

Art. 24. As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante do programa de gestão e desempenho.

Art. 25. A aferição das entregas realizadas pelos participantes do teletrabalho, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas, deverão ocorrer em até 40 (quarenta) dias, mediante análise fundamentada da chefia imediata.

§ 1º A aferição que trata o caput deste artigo deve ser registrada em um valor que varia de 0 (zero) a 10 (dez), onde 0 (zero) é a menor nota e 10 (dez) a maior nota.

§ 2ºSomente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5 (cinco).

§ 3º Caberá à chefia imediata supervisionar as atividades do participante que lhe é subordinado, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho institucionais, podendo redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Art. 26. Decorridos 6 (seis) meses da publicação desta Resolução, as chefias imediatas das unidades administrativas e acadêmicas participantes do programa de gestão e desempenho deverão elaborar e encaminhar ao Comitê de Análise e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho, relatório contendo:

I - o grau de comprometimento dos participantes;

II - a efetividade no alcance de metas e resultados;

III - os benefícios e prejuízos para a unidade administrativa ou acadêmica;

IV - as facilidades e dificuldades verificadas na implantação e utilização do sistema informatizado; e

V - a conveniência e a oportunidade na manutenção do programa de gestão e desempenho, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da Administração.

Art. 27. O Comitê de Análise e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho será constituído por:

I - quatro servidores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;

II - um servidor da Coordenação de Gestão de Pessoas;
III - um servidor da Secretaria de Desenvolvimento Institucional;
IV - um representante de Diretoria de Unidade Acadêmica;
V - um servidor técnico-administrativo de Unidade Acadêmica;
VI - um representante de Pró-Reitoria ou de Pró-Diretoria;
VII - um servidor técnico-administrativo de Unidade Administrativa;
VIII - um servidor da Diretoria de Tecnologia da Informação .

Art. 28. O Comitê de Análise e Acompanhamento do Programa de Gestão e Desempenho deverá:

I - Verificar a compatibilidade das atividades propostas pelas unidades acadêmicas e administrativas à modalidade teletrabalho do Programa de Gestão e Desempenho e solicitar os ajustes, se necessário;

II - Apresentar manifestação técnica do relatório elaborado pelas unidades participantes do programa de gestão e desempenho e o relatório gerencial após seis meses e encaminhá-los ao Reitor.

Parágrafo único. O Reitor encaminhará o relatório gerencial ao órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), anualmente, até 30 de novembro.

Art. 29. O relatório gerencial a ser validado pelo Reitor deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - de natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados:
a) total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal;
b) variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais;
c) variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais;
d) variação de agentes públicos por unidade administrativa ou acadêmica após adesão ao programa de gestão e desempenho;
f) variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e
g) variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais.

II - de natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados:
a) melhoria na qualidade dos produtos entregues;
b) dificuldades enfrentadas;
c) boas práticas implementadas; e
d) sugestões de aperfeiçoamento, quando houver.

Art. 30. Ao término do prazo de 6 (seis) meses, período considerado como ambientação, a UNIFEI deverá:

I - revisar a parametrização do sistema, se necessário;
II - enviar os dados ao SIPEC mediante relatório gerencial;
III - realizar eventuais ajustes nesta Resolução, caso necessário; e
IV - revisar o mapeamento da tabela de atividades.

Art. 31. A UNIFEI deverá utilizar sistema informatizado apropriado como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas, qualidade das entregas e alcance de resultados, que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação vigente.

Art. 32. A UNIFEI disponibilizará interface de programação de aplicativos para o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) com o objetivo de fornecer informações atualizadas, no mínimo semanalmente, registradas no sistema informatizado.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão ser divulgadas pelas unidades administrativas e acadêmicas no sítio eletrônico com, pelo menos, mas não se restringindo, as seguintes informações:

I - plano de trabalho;
II - relação dos participantes do programa de gestão e desempenho, discriminados por unidade administrativa ou acadêmica;
III - entregas acordadas; e
IV - acompanhamento das entregas de cada unidade administrativa ou acadêmica.

§ 2º Apenas serão divulgadas informações não sigilosas, com base nas regras de transparência de informações e dados previstas em legislação.

Art. 33. A Diretoria de Tecnologia da Informação deverá coordenar as ações de garantia de segurança das informações e de acesso remoto aos sistemas utilizados pelos servidores da universidade.

CAPÍTULO VII

DAS VEDAÇÕES E DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Art. 34. A chefia imediata deverá desligar o participante do programa de gestão e desempenho:

I - por solicitação do participante, observada a antecedência mínima de 10 (dez) dias;

II - no interesse da administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho e do termo de ciência e responsabilidade;
IV - em virtude de remoção, com alteração da unidade administrativa ou acadêmica de exercício;

V - em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão e desempenho, ou seja, não se enquadra na modalidade teletrabalho, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;

VI - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas nesta Resolução, quando houver; ou
VII - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 22 da Instrução Normativa nº 65, de 2020.

Parágrafo único. O servidor que tiver sido desligado do programa no caso do inciso III do caput, nos últimos 18 (dezoito) meses anteriores à abertura de uma nova seleção, não poderá concorrer às vagas para teletrabalho.

Art. 35. O participante continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão e desempenho até que seja notificado do ato de desligamento, suspensão ou revogação desta Resolução e do Programa de Gestão e Desempenho.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput deste artigo definirá o prazo, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, para que o participante do programa de gestão e desempenho volte a se submeter ao controle de frequência e ao regime presencial.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 36. Constituem atribuições e responsabilidades do participante de programa de gestão e desempenho:

I - assinar o termo de ciência e responsabilidade de adesão ao programa de gestão e desempenho (teletrabalho);
II - cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

III - atender às convocações para comparecimento à unidade administrativa ou acadêmica sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração, mediante convocação com antecedência mínima prevista no termo de ciência e responsabilidade.

IV - manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar, diariamente e na frequência necessária para o adequado desenvolvimento das atividades, a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, o Sistema Integrado de Gestão e os Sistemas Estruturantes do Governo Federal, conforme o caso, bem como as demais ferramentas de comunicação utilizadas pela Universidade;

VI - permanecer em disponibilidade para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia imediata dentro do previsto no Plano de Trabalho, não podendo extrapolar o horário de funcionamento de sua unidade administrativa ou acadêmica de lotação;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagens de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância aos procedimentos, orientações técnicas e normas internas e externas de segurança da informação adotadas pela Universidade;

X - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade administrativa ou acadêmica, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade; e

XI - providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias à realização das atividades do programa de gestão e desempenho em teletrabalho, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Art. 37 . Antes do início da participação no programa de gestão e desempenho, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensar as que se encontram em débito em seu banco de horas, caso existentes.

Art. 38. Compete ao Reitor:

I - dar ampla divulgação das regras para participação no programa de gestão e desempenho;
II - divulgar nominalmente os participantes do programa de gestão e desempenho, mantendo a relação atualizada no portal eletrônico da Universidade;
III - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para a Universidade;
IV - analisar os resultados do programa de gestão e desempenho na Universidade;
V - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

VI - colaborar com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Desenvolvimento Institucional no acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão e desempenho;

VII - manter contato permanente com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Desenvolvimento Institucional, a fim de assegurar o regular cumprimento das regras do programa de gestão e desempenho;

Art. 39. Compete à chefia imediata:

I - acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do programa de gestão e desempenho;

II - manter contato permanente com os participantes do programa de gestão e desempenho para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

IV - dar ciência ao Reitor sobre a evolução do programa de gestão e desempenho, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios; e

V - registrar a evolução das atividades do programa de gestão e desempenho nos relatórios periodicamente.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFEI deverá incluir no sistema de registro de frequência, as ocorrências: "Teletrabalho - Integral" e "Teletrabalho - Parcial".

Art. 41. Fica vedada a concessão e o pagamento de serviço extraordinário, auxílio-transporte, adicional noturno e adicionais ocupacionais para os servidores que executarem suas atividades na modalidade de teletrabalho.

Parágrafo único. O cumprimento pelo participante, de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

Art. 42. Será cancelado o regime de teletrabalho para os servidores que descumprirem o disposto nesta Resolução.

Art. 43. Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Art. 44. Esta Resolução entrará em vigor em sete dias após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON DA COSTA BORTONI

ANEXOS

ANEXO I - Tabela de Atividades do Teletrabalho

Atividades	Descrição	Faixa de Complexidade (Anexo II)	Parâmetros selecionados para definir a faixa de complexidade (Anexo II)	Forma de Cálculo do Tempo (Alocação diária/por atividade)	Tempo de execução atuando presencialmente (horas)	Tempo de execução atuando remotamente (horas)	Ganho de Produtividade (%)	Entregas esperadas

Observação: A tabela de atividades será registrada em sistema informatizado, definido pela UNIFEI.
Legenda - Coluna Forma de cálculo do tempo da atividade
Alocação diária: A atividade é executada diariamente, dentro da jornada de trabalho.

ANEXO II - Tabela de Parâmetros adotados para definir a faixa de complexidade

Parâmetros	Todas as atividades
	Faixas de complexidade
1. Conhecimento técnico: teórico, experiência prática, aprendizado em serviço.	Faixa A - A atividade exige os parâmetros 1(um) e 9 (nove). Faixa B - A atividade exige o parâmetro 1(um) e até 5 (cinco) dos demais parâmetros. Faixa C - A atividade exige o parâmetro 10 (dez) e pelo menos 6 (seis) dos demais parâmetros.
2. Conhecimento de legislação: análise, interpretação e aplicação.	
3. Habilidade redacional: elaborar documentos em conformidade com normas técnicas e utilização de termos técnicos.	
4. Análise quantitativa: análise de dados quantitativos, elaboração de cálculos, análises estatísticas, realização de pagamentos, elaboração de orçamentos, entre outros.	
5. Análise qualitativa: análise baseada em conhecimentos, documentos, descrições, observação das condições ambientais de desenvolvimento do trabalho, argumentação.	
6. Estudo e novo aprendizado: pesquisas documentais diversas, troca de informações e experiências com outros órgãos públicos, ou ainda, necessidade de realização de cursos para realização da atividade.	
7. Habilidade interpessoal para trabalho em equipe: proatividade e objetividade para troca de informações e articulação de serviços realizados em equipe.	
8. Concentração para trabalho individual: requer atenção e disponibilidade de tempo para realização de trabalho individualmente.	
9. Execução de procedimentos rotineiros com entregas padronizadas: a execução da atividade ocorre por meio de procedimentos e técnicas já definidas e modelos prontos.	
10. Criatividade e inovação: Elaborar projetos, programas, planos de ação, utilização de novos métodos, tecnologias.	

ANEXO III - Termo de Ciência e Responsabilidade

Pelo presente TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, eu (Nome do servidor), ocupante do cargo efetivo de (nomenclatura do cargo) da Universidade Federal de Itajubá,

DECLARO:

a) que atendo às condições para participação em programa de gestão e desempenho e não possuo pendências relativas ao banco de horas;

b)ciência de que minha participação no programa de gestão e desempenho não constitui direito adquirido;

c) conhecimento das condições de desligamento estabelecidas na legislação vigente;

d) ciência quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se a legislação vigente;

e) ciência quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

f) ciência quanto:

ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 bem como as demais normativas referentes ao deveres do servidor público, especialmente, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) às orientações da Portaria nº 15.543/SEGG/ME de 02 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

COMPROMETO-ME:

a) a desempenhar as atividades, cumprir as metas e objetivos definidos no Plano de Trabalho;

b) atender às convocações para comparecimento à (Unidade de lotação) no prazo de xx (horas ou dias), quando necessário;

c) manter meus dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, atualizados e ativos, bem como consultar diariamente o e-mail institucional, os sistemas de gestão e demais formas de comunicação da UNIFEI

d) a permanecer em disponibilidade para contato no horário de funcionamento da (Unidade de lotação);

e) a manter minha chefia imediata informada constantemente acerca da evolução do trabalho e indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o andamento das atividades do teletrabalho;

f) comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho, prazos e possível redistribuição do trabalho;

g) zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observâncias às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias.

h) retirar processos e demais documentos das dependências da unidade administrativa ou acadêmica, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade; e

i) providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias à realização das atividades do programa de gestão e desempenho em teletrabalho, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Estou ciente que o descumprimento do disposto na Resolução XX da Universidade Federal de Itajubá, acarretará no cancelamento do regime de teletrabalho.

_____
Assinatura eletrônica do servidor

_____
Assinatura eletrônica da chefia imediata

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 526/DDP, DE 23 DE MAIO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.026417/2021-98, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Geologia (DGL), objeto do Edital nº 087/2021/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2021, Seção 3, página 119.

Campo de Conhecimento: Geologia Ambiental/Hidrogeologia
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	RODRIGO DE ALMEIDA HERINGER	8,34
2º	LUCIANO MARQUETTO	7,77
3º	BRUNO CESAR MORTATTI	7,55

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PPORTARIA Nº 949, DE 23 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º. HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n° 001 de 03/01/2022, publicado no DOU em 04/01/2022, retificado em 13/01/2022, 14/01/2022, 07/02/2022, 14/02/2022 e 12/04/2022, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, por Unidade, Código, Área de Conhecimento, Classe/Padrão/Nível, Regime de Trabalho e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme a seguir:

Unidade	Código	Área	Classe/ Padrão/ Nível	Regime de Trabalho	Lista	Candidato	Classificação
FCF	0122FCF02	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Adjunto A, Nível 1	DE	AC	ADRIANA BARROS DE CERQUEIRA E SILVA	1º
					AC	CLARA SUPRANI MARQUES	2º

Art. 2º. ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 429, DE 20 DE MAIO DE 2022

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias, regimentais e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021 e face ao contido no Processo nº 23115.23115.003081/2022-21, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição do(a) servidor(a) CESAR AUGUSTO RODRIGUES MAGALHAES, matrícula nº 1099362, ocupante do cargo de AUXILIAR EM ADMINISTRACAO, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Universidade Federal do Maranhão, para exercício no(a) TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO-TRE-MA.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão cedente.

Art. 3º Torna-se sem efeito o disposto nesta Portaria caso o servidor não se apresente ao órgão cessionário no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCOS FÁBIO BELO MATOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 463, DE 20 DE MAIO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que consta do Processo de nº. 23113.046604/2021-33; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Engenharia Agrícola/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº 001/2022, publicado no D.O.U. em 21/01/2022, e no Correio de Sergipe em 22/01/2022, retificado através dos Editais de Retificação nº 1, 2 e 3, publicados no DOU em 10/02/2022, 07/03/2022 e 26/04/2022, respectivamente, e Edital Complementar, publicado no D.O.U em 18/03/2022, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Mecanização Agrícola
Disciplinas	Análise de vibrações mecânicas; Dinâmica da tração de tratores agrícolas; Máquinas e motores; Mecanização Agrícola; Termodinâmica; Mecânica dos Materiais
Cargo/Nível	Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: NARA SILVEIRA VELLOSO - 75,70 2º LUGAR: DEIVIELISON XIMENES SIQUEIRA MACEDO - 70,83
Cotas (Lei nº 12.990/2014)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/1999)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTER JOVINIANO DE SANTANA FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO CONDIR Nº 16, DE 9 DE MAIO DE 2022

Regulamenta o Programa de Gestão na Universidade Federal de Uberlândia.

O CONSELHO DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 14 do Estatuto, em reunião realizada aos 6 dias do mês de maio do ano de 2022, tendo em vista a aprovação do Parecer nº 2/2022/CONDIR de um de seus membros, nos autos do Processo nº 23117.067294/2020-08, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas e procedimentos para implantação do Programa de Gestão da Universidade Federal de Uberlândia - PDG-UFU, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020 - IN nº 65/2020, do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia - UFU e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O PDG-UFU consiste em ferramenta de gestão que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, também caracterizada pela possibilidade de dispensa de controle de assiduidade dos servidores envolvidos.

§ 1º As atividades previstas no caput devem permitir a mensuração da produtividade e dos resultados das unidades organizacionais e do desempenho do(a) participante em suas entregas.

§ 2º As atividades abrangidas pelo PDG-UFU deverão estar previstas em tabela institucional, registradas em plano de trabalho específico, cadastradas em sistema informatizado gerido pela Universidade e monitoradas institucionalmente.

Art. 3º São objetivos, resultados e benefícios esperados do PDG-UFU:

I - instituir e aprimorar ações voltadas à melhoria da prestação dos serviços oferecidos pela UFU;

II - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos(as) participantes;

III - contribuir para a motivação e o comprometimento dos(as) participantes com os objetivos da Instituição;

IV - estabelecer procedimentos que visem à desburocratização da gestão administrativa e à redução de custos na UFU;

V - promover a utilização de ferramentas tecnológicas para propiciar ganho de eficiência e qualidade por meio do teletrabalho;

VI - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VII - melhorar a qualidade de vida dos(as) participantes;

VIII - atrair e manter novos talentos;

IX - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

X - reconhecer as vantagens e benefícios diretos e indiretos advindos do teletrabalho para a administração, para o(a) participante e para a sociedade; e

XI - estimular a sustentabilidade ambiental.

Art. 4º Poderão participar do PDG-UFU os agentes públicos administrativos em exercício de suas atividades nesta Universidade, ocupantes de cargo efetivo, de cargo em comissão, empregados públicos e contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 1º Não poderão participar do PDG-UFU os agentes públicos em exercício no Hospital de Clínicas da UFU, sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, bem como aqueles abrangidos por normas específicas de outros órgãos ou entidades.

§ 2º O(A) participante do PDG-UFU que tenha todas as suas atividades contempladas no Programa ficará dispensado do controle de frequência, nos termos do § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 1995, independente da modalidade de trabalho.

§ 3º A alternância entre as modalidades presencial ou em teletrabalho deverá ser estabelecida preferencialmente em dias, sendo permitido o estabelecimento de cronogramas em turnos apenas em casos fundamentados na gestão de produtividade e da qualidade.

§ 4º O PDG-UFU não se aplica aos servidores ocupantes do cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior, cujo trabalho já tem seus resultados mensurados em processos específicos e que são dispensados de controle de frequência nos termos do Decreto nº 1.590, de 1995.

§ 5º A participação de docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no PDG-UFU deverá resguardar a modalidade de ensino prevista nos Projetos Pedagógicos de Cursos.

§ 6º Servidores que estejam realizando Ação de Desenvolvimento em Serviço - ADS poderão participar do PDG-UFU, caso em que as horas relativas à ADS deverão constar em seus planos de trabalho.

Art. 5º Para os fins desta Resolução, consideram-se os seguintes conceitos, além daqueles previstos no art. 3º da IN nº 65/2020:

I - participante: agente público que exerce suas atividades no âmbito do Programa de Gestão;

II - unidade organizacional - UORG: unidade integrante da estrutura organizacional da UFU chefiada por dirigente; e

III - dirigente: autoridade com função executiva, ocupante dos cargos máximos das Pró-Reitorias e respectivas Diretorias Administrativas, Órgãos Administrativos, Órgãos Suplementares, Unidades Especiais de Ensino e Unidades Acadêmicas, conforme estrutura organizacional vigente na UFU.

Art. 6º As atividades integrantes do PDG-UFU que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas preferencialmente na modalidade de teletrabalho.

§ 1º O teletrabalho poderá ser executado no regime parcial ou integral, conforme a especificidade de cada UORG.

§ 2º A adoção da modalidade de teletrabalho não poderá reduzir a capacidade de atendimento dos setores que atendam ao público interno e/ou externo.

§ 3º O quantitativo de agentes públicos e a capacidade de atendimento ao público deverão observar as características e as necessidades de cada UORG, conforme definido na proposta de adesão.

§ 4º O(A) participante em teletrabalho, sempre que necessário, poderá executar as atividades nas dependências de sua unidade organizacional.

Art. 7º O(A) Reitor(a) constituirá Comissão Permanente de Acompanhamento do Programa de Gestão - CPAPDG, que será responsável pela análise das propostas de adesão e pelo acompanhamento da implantação e dos resultados do PDG-UFU.

§ 1º A Comissão prevista no caput terá a seguinte composição:

I - dois representantes titulares e dois suplentes da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP;

II - dois representantes titulares e dois suplentes da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD;

III - um representante titular e um suplente indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia - SINTET-UFU;

IV - um representante titular e um suplente indicado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia - ADUFU; e

V - um representante titular e um suplente indicado pela Comissão Interna de Supervisão - CIS.

§ 2º A CPAPDG deverá eleger, entre seus membros, o(a) Presidente.

§ 3º A CPAPDG deverá elaborar proposta de regimento interno e submetê-la à apreciação do(a) Reitor(a), sem prejuízo do disposto no art. 26.

Art. 8º Cada UORG deverá instituir uma Comissão Local de Acompanhamento do Programa de Gestão - CLAPDG, a qual será indicada por seu(sua) dirigente ou, no caso de Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais de Ensino, pelo respectivo Conselho, para auxiliar o(a) dirigente na elaboração da proposta de adesão, acompanhamento e avaliação do Programa.

§ 1º A Comissão prevista no caput será composta por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, sendo pelo menos um representante do segmento técnico e, quando couber, um do segmento docente.

§ 2º A Comissão deverá eleger, entre seus membros, o(a) Presidente.

CAPÍTULO II

DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Seção I

Dos Procedimentos Gerais

Art. 9º Cada UORG interessada em participar do PDG-UFU deverá elaborar tabela de atividades com resultados passíveis de mensuração efetiva no âmbito da Unidade.

§ 1º A tabela de atividades prevista no caput deverá ser elaborada pelo(a) dirigente da UORG, com apoio da respectiva CLAPDG, e conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - descrição da atividade;
II - faixa(s) de complexidade da atividade;
III - parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;
IV - tempo de execução da atividade na modalidade presencial;
V - tempo de execução da atividade na modalidade teletrabalho;
VI - ganho percentual de produtividade estabelecido;
VII - entrega(s) esperada(s); e
VIII - critérios técnicos necessários ao desenvolvimento das atividades, com vistas à habilitação dos interessados e sua eventual seleção.

§ 2º É vedada a inclusão, na tabela mencionada no caput, de atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados.

§ 3º O ganho de produtividade estabelecido na tabela de atividades, quando houver, deverá ser compatível com a jornada de trabalho regular dos participantes.

Art. 10. A tabela de atividades da UORG deverá ser aprovada pelo(a) Reitor(a), observados os seguintes procedimentos:

I - a tabela de atividades elaborada em Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino deverá ser validada pelo Conselho da Unidade e em seguida encaminhada ao(à) Reitor(a) para aprovação;

II - a tabela de atividades elaborada por UORG vinculada a Pró-Reitoria ou à Prefeitura Universitária deverá ser validada pelo(a) Pró-Reitor(a) ou Prefeito(a) Universitário(a), conforme a subordinação prevista no organograma da Universidade e em seguida encaminhada ao(à) Reitor(a) para aprovação; e

III - no caso das UORGs vinculadas diretamente à Reitoria, a tabela de atividades deverá ser encaminhada diretamente ao(à) Reitor(a) para aprovação.

Parágrafo único. A atualização das tabelas de atividade deverá seguir o trâmite previsto no caput.

Art. 11. As tabelas de atividades aprovadas pelo(a) Reitor(a) serão divulgadas no sítio eletrônico de cada UORG e replicadas em endereço eletrônico próprio do PDG-UFU no sítio eletrônico da UFU.

Art. 12. Poderá ser estabelecido, por cada CLAPDG, na proposta de adesão, tempo mínimo de desempenho das atividades na UORG antes da possibilidade de adesão ao PDG-UFU pelo agente público.

Art. 13. Poderá ser estabelecida, por cada CLAPDG, na proposta de adesão, limitação de número ou percentual de participantes na modalidade de teletrabalho em cada UORG.

Art. 14. O participante em teletrabalho poderá ser convocado para realização de atividade presencial junto à UORG ou em outro setor, desde que respeitado prazo de convocação não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, salvo casos de urgência justificada pela chefia imediata e aprovados pelo(a) dirigente.

§ 1º O prazo previsto no caput será interrompido nos dias em que não haja expediente na unidade de exercício do(a) participante.

§ 2º A convocação e o comparecimento presencial deverão, obrigatoriamente, observar o horário de trabalho do(a) participante.

§ 3º A convocação prevista no caput deverá ser feita por escrito, por meio institucional de comunicação.

Seção II

Da Adesão pelas UORGs

Art. 15. A implantação do PDG-UFU nas UORGs se dará mediante adesão pelo(a) dirigente, que poderá ocorrer de ofício ou por provocação dos(as) agentes públicos ali em exercício.

Art. 16. Para aderir ao PDG-UFU, o(a) dirigente da UORG deverá encaminhar proposta ao(à) Pró-Reitor(a), ao Prefeito(a) Universitário(a) ou diretamente ao(à) Reitor(a), conforme previsto no art.10.

§ 1º A proposta deverá apresentar a proposta de tabela de atividades, conforme previsto no art. 9º, bem como indicação de eventuais limitações à participação.

§ 2º Caberá à CPAPDG elaborar e disponibilizar modelo de proposta de adesão a ser utilizado pelos(as) dirigentes das UORGs.

Art. 17. A proposta de adesão, após a validação prevista no art. 10, será submetida à análise da CPAPDG quanto à adequação ao disposto nesta Resolução e na IN nº 65/2020.

§ 1º A CPAPDG poderá solicitar alterações ou ajustes na proposta, conforme necessário, devolvendo o processo ao(à) dirigente.

§ 2º No caso de parecer favorável, a CPAPDG encaminhará o processo ao(à) Reitor(a) para decisão final e emissão de Portaria autorizando a adesão da UORG, caso aprovada.

Art. 18. Uma vez autorizada a adesão, o(a) dirigente deverá divulgar, aos agentes públicos em exercício na UORG, as condições para participação.

Seção III

Da Participação e Execução

Art. 19. Os(As) interessados(as) em participar do PDG-UFU deverão manifestar-se formalmente, por meio de requerimento endereçado ao(à) dirigente, o qual deverá manifestar sua concordância ou não, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 20. Quando houver limitação de vagas, o(a) dirigente, com apoio da CLAPDG, deverá selecionar, entre os(as) interessados(as), aqueles que participarão do PDG-UFU.

§ 1º A seleção deverá ser feita a partir da avaliação de compatibilidade entre as atividades desempenhadas e o conhecimento técnico dos(as) interessados(as).

§ 2º Se houver igualdade de habilidades e características entre os(as) interessados(as), deverão ser priorizados(as), nesta ordem, os(as) agentes públicos:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

V - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; e

VI - com vínculo efetivo.

§ 3º Sempre que possível, o(a) dirigente promoverá o revezamento entre os(as) interessados(as) em participar do Programa de Gestão.

§ 4º Das decisões do(a) dirigente, cabem os recursos previstos no Regimento Geral da Universidade.

Art. 21. Sendo aprovada sua participação no PDG-UFU, o agente público deverá assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade, antes do início de sua participação no Programa de Gestão.

Parágrafo único. A participação no PDG-UFU não constitui direito adquirido do(a) participante, podendo ser alterada, revogada ou encerrada conforme previsto na norma.

Art. 22. O(A) participante selecionado(a) deverá, juntamente com sua chefia imediata e a CLAPDG, elaborar o plano de trabalho mencionado no § 2º do art. 2º.

§ 1º O plano de trabalho deverá conter:

I - as atividades a serem desenvolvidas pelo participante, com as respectivas metas a serem alcançadas, expressas em horas equivalentes;

II - a modalidade (presencial ou teletrabalho) da participação do agente público no PDG, acompanhada, no caso de regime de execução parcial de teletrabalho, do cronograma de cumprimento de jornada presencial; e

III - o Termo de Ciência e Responsabilidade mencionado no art. 21.

§ 2º O plano de trabalho, com anuência do dirigente da UORG, deverá ser registrado e assinado no sistema informatizado do PDG-UFU.

§ 3º O plano de trabalho deverá conter atividades e metas compatíveis com a jornada de trabalho do(a) participante, e deverá contemplar período não inferior a 1 (uma) semana.

§ 4º A chefia imediata poderá redefinir as metas do(a) participante no caso de surgimento de demanda prioritária que não havia sido previamente acordada.

§ 5º Até o último dia útil de vigência do plano de trabalho, deverá ser elaborado um novo plano, de modo que o(a) participante possa realizar suas atividades sem interrupção, desde que autorizada a permanência do participante no PDG-UFU.

Art. 23. O(A) participante do PDG-UFU deverá registrar o andamento e o cumprimento de suas atividades no sistema informatizado do Programa.

Art. 24. A chefia imediata deverá realizar a aferição das entregas do(a) participante, com periodicidade não inferior a 40 (quarenta) dias, atribuindo nota de 0 a 10.

§ 1º A aferição deverá considerar os seguintes parâmetros para atribuição de notas:

I - entrega não realizada: nota 0;

II - entrega parcialmente realizada, que tenha comprometido totalmente o resultado final do trabalho: nota 4;

III - entrega parcialmente realizada, que tenha comprometido parcialmente o resultado final do trabalho: nota 5;

IV - entrega parcialmente realizada, sem comprometer o resultado final do trabalho: nota 7; ou

V - entrega totalmente realizada: nota 10.

§ 2º Somente serão aceitas as entregas com nota igual ou superior a 5.

Art. 25. No caso de avaliação com nota inferior à mínima prevista no § 2º do art. 24, a chefia imediata poderá estabelecer novo prazo para cumprimento ou adequação das atividades e entregas pelo(a) participante, quando houver justificativa válida para o não cumprimento das metas acordadas.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Seção I

Da ambientação

Art. 26. Após 6 (seis) meses da implantação do PDG-UFU, o(a) Reitor(a) deverá elaborar, com apoio da PROGEP, da PROPLAD e da CPAPDG, relatório nos termos do art. 15 da IN nº 65/2020.

Art. 27. A UFU deverá, ao final do prazo previsto no art. 26, enviar ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC as informações previstas no art. 28 da IN nº 65/2020.

Seção II

Do monitoramento

Art. 28. Após a implantação do PDG-UFU, a CPAPDG deverá elaborar, anualmente, relatório gerencial com as informações de natureza qualitativa e quantitativa, conforme art. 17 da IN nº 65/2020, para avaliar os resultados e benefícios do Programa, conforme os objetivos previstos no art. 3º desta Resolução.

§ 1º Cada dirigente das UORGs que tenha feito adesão ao PDG-UFU, com apoio da respectiva CLAPDG, deverá encaminhar à CPAPDG as informações para elaboração do relatório previsto no caput até o dia 31 de outubro de cada ano.

§ 2º A CPAPDG deverá compilar as informações recebidas e apresentar ao(à) Reitor(a) o relatório final para envio ao órgão central do SIPEC.

Art. 29. O relatório elaborado nos termos do art. 28 deverá ser submetido à apreciação do Conselho Diretor para avaliação sobre os resultados obtidos, dificuldades encontradas e possíveis ajustes a serem feitos no PDG-UFU.

Art. 30. Cada CLAPDG deverá submeter ao Conselho da Unidade ou, no caso de Pró-Reitorias, Prefeitura e Reitoria, à CPAPDG, relatório nos moldes do art. 28 para avaliação no âmbito da UORG.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES E DO DESLIGAMENTO

Art. 31. Não poderão participar do PDG-UFU os agentes públicos que:

I - exerçam suas atividades em setores para os quais foi autorizada a jornada flexibilizada, prevista no art. 3º do Decreto nº 1.590, de 1995, e na Resolução nº 05/2016, de 7 de outubro de 2016, do Conselho Diretor;

II - tenham sido desligados do PDG-UFU anteriormente por descumprimento das metas, obrigações, atribuições ou responsabilidades, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III - não tenham o tempo mínimo de exercício na UORG, conforme definido pela CLA-PDG na proposta de adesão; ou

IV - estejam cumprindo penalidade disciplinar de que trata o art. 127 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 32. O(A) participante será desligado(a) do PDG-UFU nas hipóteses previstas no art. 19 da IN nº 65/2020.

Parágrafo único. O desligamento será feito pelo(a) dirigente da UORG, com notificação ao(à) participante concedendo prazo, não inferior a 10 (dez) dias, para que este(a) volte a se submeter ao controle de frequência.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 33. Compete ao(à) Reitor(a):

I - editar portaria com o modelo de Termo de Ciência e Responsabilidade previsto no art. 21;

II - aprovar a tabela de atividades da UFU e suas alterações;

III - divulgar as informações atualizadas relativas ao Programa de Gestão no sítio eletrônico da UFU;

IV - analisar os resultados obtidos no Programa de Gestão, decidindo sobre eventuais alterações nas normas e procedimentos; e

V - acompanhar o PDG-UFU e assegurar o cumprimento das regras, com apoio da PROGEP e da PROPLAD.

Art. 34. Compete às Pró-Reitorias e à Prefeitura Universitária:

I - validar as propostas de adesão formuladas pelos(as) dirigentes de UORGs subordinadas, conforme previsto no organograma da Universidade; e

II - enviar à CPAPDG as informações compiladas sobre o PDG-UFU em seu âmbito, para elaboração dos relatórios.

Art. 35. Compete à PROGEP e à PROPLAD, além do previsto no art. 34, apoiar o(a) Reitor(a) no acompanhamento do PDG-UFU, para garantir sua melhor execução e o cumprimento das regras.

Art. 36. Compete aos(às) dirigentes das UORGs:

I - elaborar proposta de adesão ao PDG-UFU, conforme a oportunidade, conveniência e interesse da UORG, ouvido o respectivo Conselho nos casos previstos no inciso I do art. 10;

II - divulgar a seus(suas) subordinados(as) o interesse da UORG em aderir ao Programa de Gestão;

III - manifestar-se quanto aos requerimentos de participação dos agentes públicos sob sua subordinação;

IV - selecionar os(as) participantes, quando houver limitações no número de vagas;

V - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua UORG, repassando as informações à autoridade imediatamente superior; e

VI - promover o desligamento do(a) participante nos casos previstos no art. 19 da IN nº 65/2020.

Art. 37. Compete à chefia imediata:

I - acompanhar o desempenho das atividades pelos(as) participantes;

II - manter contato permanente com os(as) participantes para repassar instruções e manifestar considerações sobre sua atuação;

III - redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;

IV - aferir o cumprimento das metas e avaliar as entregas dos(as) participantes, conforme especificado no art. 24;

V - convocar o participante para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, com a antecedência mínima prevista no art. 14 e apresentação de justificativa; e

VI - registrar a evolução das atividades e informar ao(à) dirigente da UORG sobre dificuldades ou outras situações ocorridas.

Art. 38. Compete ao(à) participante:

I - cumprir as metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - atender às convocações para comparecimento presencial, na forma e prazos previstos nesta Resolução;

III - manter dados cadastrais e de contato atualizados;

IV - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI e outros sistemas e formas de comunicação, conforme acordado com a chefia imediata;

V - permanecer em disponibilidade para contato pelos meios listados no inciso IV, durante o horário de funcionamento da UORG;

VI - informar à chefia imediata, de forma periódica, e sempre que demandado, sobre o andamento do trabalho, bem como eventual dificuldade, dúvida, afastamento, licença ou outro impedimento, para eventual adequação das metas ou redistribuição do trabalho;

VII - zelar pelas informações acessadas de forma remota, conforme normas de segurança da informação e orientações definidas pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC e pela comissão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

VIII - comunicar à chefia imediata os casos de comparecimento próprio ou na condição de acompanhante de seu dependente ou familiar a consultas médicas ou odontológicas, ou realização de exames em estabelecimento de saúde, para flexibilização das metas previstas no plano de trabalho até o limite permitido para dispensa de compensação, ou para compensação; e

IX - quando estiver em teletrabalho, providenciar a estrutura física e tecnológica necessárias.

§ 1º Poderá haver empréstimo de equipamentos aos(às) participantes em teletrabalho, conforme disponibilidade da UORG e desde que não acarrete em aumento de despesa ou prejudique as atividades presenciais.

§ 2º O empréstimo de equipamentos ao participante deverá ser registrado junto à Divisão de Patrimônio.

Art. 39. Compete ao CTIC:

I - providenciar a instalação de sistema informatizado para acompanhamento do PDG-UFU, admitindo-se o uso de sistema de acompanhamento disponibilizado pelo órgão central do SIPEC;

II - realizar manutenções e atualizações no sistema, quando necessário; e

III - definir requisitos mínimos de equipamento e protocolos de segurança para os(as) participantes do Programa de Gestão, excluídos equipamentos que sejam específicos do trabalho de cada servidor.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA INFORMATIZADO

Art. 40. Deverá ser utilizado sistema informatizado para registro, acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados no âmbito do PDG-UFU.

Parágrafo único. O sistema de que trata o caput deverá permitir o registro:

I - da tabela de atividades, conforme estabelecido no art. 9º;

II - do plano de trabalho e do Termo de Ciência e Responsabilidade do(a) participante, previsto no art. 21;

III - dos sistemas e formas de comunicação acordados, conforme o inciso IV do art. 38;

IV - das alterações no plano de trabalho, conforme o § 4º do art. 22;

V - das entregas pelos(as) participantes;

VI - da avaliação das entregas pela chefia imediata, conforme o art. 24; e

VII - da anuência do participante, da chefia imediata (quando houver) e do dirigente da UORG.

Art. 41. Caberá ao Comitê de Governança Digital - CGD, em conjunto com a CPAPDG, a definição do sistema a ser utilizado, observado o disposto nos arts. 27 e 28 da IN nº 65/2020.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Fica vedado o pagamento dos adicionais, indenizações e vantagens previstos nos arts. 29 a 36 da IN nº 65/2020 aos(às) participantes do PDG-UFU, observadas as exceções constantes dos referidos dispositivos.

Art. 43. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Reitor(a), tendo como fundamento inicial a IN nº 65/2020, ou documentos que vierem a substitui-la, ouvidas a PROGEP, a PROPLAD e a CPAPDG, quando necessário.

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico.

VALDER STEFFEN JUNIOR

Presidente do Conselho

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Art. 14. Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão resolvidos pelo Secretário Nacional de Aviação Civil, nos limites das competências estabelecidas no Regimento Interno do MInfra e nos termos da Instrução Normativa SE/MInfra nº 01, de 2022.

PORTARIA Nº 600, DE 20 DE MAIO DE 2022

Institui o programa de gestão no âmbito da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 do Anexo I ao Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, no art. 8º da Instrução Normativa SE/MInfra nº 1, de 11 de janeiro de 2022, e na Portaria SE/MINFRA nº 34, de 11 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica instituído o programa de gestão no âmbito da Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, nos termos da Instrução Normativa SE/MInfra nº 1, de 11 de janeiro de 2022.

Art. 2º O programa de gestão da Secretaria Nacional de Aviação Civil abrangerá as subunidades constantes do Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único: O percentual máximo de participantes no PDG-SAC será de 30% (trinta por cento).

Art. 3º São resultados e benefícios esperados com a implementação do PDG-SAC:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos servidores participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos servidores participantes com os objetivos da Instituição;

V - melhorar a qualidade de vida dos servidores participantes;

VI - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Parágrafo único. O percentual mínimo de produtividade adicional dos participantes em teletrabalho em relação às atividades presenciais será o estipulado nas tabelas de atividades descritas nos Anexos III a VI desta Portaria.

Art. 4º Os regimes de execução passíveis de adoção no PDG-SAC são:

I - parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o servidor participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente; e

II - integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o servidor participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência.

Parágrafo Único: No regime de execução parcial o servidor deverá exercer suas atribuições de forma presencial ao menos 1 (uma) vez na semana, observada a jornada diária.

Art. 5º É permitida a participação no PDG-SAC de:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração: nos níveis de DAS 1 e 2, ou equivalente, nas modalidades regime de execução integral ou regime de execução parcial ; e no nível de DAS 3, ou equivalente, desde que na modalidade de regime de execução parcial.

III - empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em exercício na unidade; e

IV - contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 6º O servidor participante assumirá integralmente as responsabilidades previstas no Termo de Ciência e Responsabilidade de que trata o Anexo I desta Portaria, a ser assinado pelo servidor participante e pela chefia imediata.

Parágrafo único: Deverá também elaborar relatório mensal das atividades executadas no programa de gestão em formulário específico constante no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (RELATÓRIO DE TELETRABALHO - PDG), conforme inciso III do art. 25 da Instrução Normativa nº 1/SE.

Art. 7º O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento presencial de participante à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios informatizados ou por outros meios, será realizada nos termos do art. 27 da Instrução Normativa nº 1, de 2022, exceto nos casos excepcionais, mediante justificativa da chefia imediata em que se comprove a imprevisibilidade do evento e a necessidade de participação do servidor.

Parágrafo único. A convocação deverá ser feita por meio de mensagem de correio eletrônico institucional.

Art. 8º Cabe ao participante providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Art. 9º Poderão ser executadas no programa de gestão as atividades previstas nas Tabelas constante nos Anexos III a VI desta Portaria.

§ 1º Para cada atividade devem ficar registrados:

I - a entrega esperada;

II - uma ou mais faixas de complexidade;

III - o tempo de execução presencial;

IV - o tempo de execução em teletrabalho; e

V - o ganho de produtividade estabelecido.

§ 2º As entregas esperadas poderão corresponder às etapas intermediárias do processo definido para a atividade.

§ 3º As faixas de complexidade deverão ser estabelecidas pelas subunidades de acordo com o tempo e o esforço cognitivo necessários para realização da atividade.

§ 4º Quando da análise do nível de complexidade das entregas pactuadas, as chefias imediatas deverão considerar atividades correlatas, tais como articulação, treinamento, representação e participação em eventos.

Art. 10. As Tabelas de Atividades constantes nos Anexos III a VI desta Portaria serão registradas em sistema informatizado por servidores cadastrados com perfil gestor.

§ 1º As alterações ou inclusões de atividades nas Tabelas deverão ser propostas pelos dirigentes das subunidades e aprovadas pela Secretaria Nacional de Aviação Civil.

§ 2º Qualquer alteração nas Tabelas de Atividades deverá ser precedida de publicação no Diário Oficial da União.

Art. 11. Ao Gabinete da Secretaria Nacional de Aviação Civil incumbe:

I - analisar e validar o preenchimento das Tabelas de Atividades propostas pelos dirigentes das subunidades; e

II - consolidar as informações nas Tabelas de Atividades das subunidades e submetê-las à aprovação do Secretário.

Art. 12. Ao Secretário Nacional de Aviação Civil incumbe:

I - avaliar e revisar, no que julgar pertinente, as Tabelas de Atividades da Secretaria Nacional de Aviação Civil.

II - aprovar as Tabelas de Atividades como parte integrante da norma de procedimentos gerais do Programa de Gestão da Secretaria Nacional de Aviação Civil, consubstanciada nesta Portaria; e

III - publicar as Tabelas de Atividades das subunidades da Secretaria Nacional de Aviação Civil por meio da edição desta Portaria, conforme constam de seus Anexos III a VI.

Art. 13. Os planos de trabalho observarão os seguintes critérios:

I - poderão ser inseridos no programa de gestão todos os servidores da subunidade, a critério da chefia da subunidade;

II - a participação do servidor no programa de gestão levará em conta a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e as competências técnicas do interessado; e

III - os planos de trabalho deverão observar as Tabelas de Atividades e o Termo de Ciência e Responsabilidade anexos a esta Portaria.

Art. 15. Os participantes selecionados durante a vigência da Instrução Normativa nº 2, de 23 de julho de 2020, poderão permanecer em regime de teletrabalho até a implementação do programa de gestão estabelecida nesta Portaria.

§ 1º. Os participantes que estejam na experiência piloto do programa de gestão e, por qualquer motivo, não participarem do modelo implementado pela Instrução Normativa SE/MInfra nº 01, de 2022, deverão retornar ao exercício das atividades presenciais, podendo permanecer em teletrabalho em até no máximo 15 (quinze) dias contados após o início do novo programa de gestão.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de junho de 2022.

RONEI SAGGIORO GLANZMANN

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Declaro que não estarei enquadrado em nenhuma das situações abaixo relacionadas, na data de início da vigência do plano de trabalho:

I - estar em estágio probatório;

II - estar obrigado a permanecer no exercício das funções do cargo efetivo por período igual ao do afastamento concedido para estudo no exterior ou participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, nos termos do § 1º do art. 95 e do § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;

III - estar em usufruto de jornada de trabalho reduzida a que se refere a Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001; ou

IV - ter sido desligado de programa de gestão pelo não atingimento de metas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar deste programa de gestão.

Declaro, ainda, que:

I - concordo com as atividades que irei realizar e suas respectivas metas;

II - disponho dos recursos tecnológicos e de comunicação necessários e das condições ambientais adequadas para a realização da(s) atividade(s) listada(s);

III - os números de telefone listados neste formulário estão ativos e atualizados;

IV - estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução das atividades e metas acordadas;

V - adotarei as providências cabíveis para assegurar o cumprimento das normas e orientações afetas à segurança da informação e à salvaguarda de documentos durante a execução da(s) atividade(s) listada(s);

VI - observarei as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;

VII - observarei as orientações do Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

VIII - estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 35 a 40 da Instrução Normativa do programa de gestão no âmbito do Ministério da Infraestrutura;

IX - estou ciente que a minha participação no programa de gestão não constitui direito adquirido e posso ser desligado nas condições estabelecidas na Instrução Normativa do programa de gestão no âmbito do Ministério da Infraestrutura; e

X - estou ciente de todas as minhas responsabilidades e obrigações, inclusive possíveis penalidades administrativas e judiciais decorrentes de seu descumprimento, conforme Instrução Normativa do programa de gestão no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

Com a assinatura deste formulário, o servidor:

I - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a sua unidade de exercício no Ministério da Infraestrutura, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e

II - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a servidores em exercício no Ministério da Infraestrutura que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às suas atividades profissionais.

Telefone Celular: ( ) Telefone Residencial: ( )

_____

Local e data

_____

Assinatura do servidor

ANEXO II

TABELA DE SUBUNIDADES

Subunidade	Dirigentes da Subunidade
Departamento de Investimento	Diretor
Departamento de Planejamento e Gestão	Diretor
Departamento de Políticas Regulatórias	Diretor
Departamento de Outorgas e Patrimônio	Diretor

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES - SUBUNIDADE: DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS

PARÂMETROS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE		Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade				
CÓDIGO	ATIVIDADE	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade
	1 - Apoio ao desenvolvimento e manutenção da metodologia de análise de projetos de arquitetura e engenharia	Atualização da metodologia de análise	Nível III - atividades de alta complexidade	8h/demanda	8h/demanda	não há
	2 - Capacitação - Metodologia BIM ou outras	Concluir cursos programados no prazo disponível	Nível III - atividades de alta complexidade	30 horas/mês	30 horas/mês	não há
	3 - Participação em videoconferência de Controle e Alinhamento da Coordenação-Geral	Prestar informações, orientações e apoio demandando	Nível II - atividades de média complexidade	12h/mês	12h/mês	não há
	4 - Participação em videoconferência de Acompanhamento do Departamento	Prestar informações, orientações e apoio demandando	Nível II - atividades de média complexidade	2h30/mês	2h30/mês	não há
	5 - Participação em videoconferência de Orientação de Disciplinas de Projetos, prévia interna ou com participação externa de Compromissários e Projetistas	Prestar informações, orientações e apoio demandando	Nível III - atividades de alta complexidade	16h/mês	16h/mês	não há
	6 - Análise de produtos relativos aos projetos de pesquisa de interesse da aviação, voltados ao desenvolvimento de projetos aeroportuários, em parcerias institucionais	Nota Técnica ou Parecer Técnico emitido	Nível III - atividades de alta complexidade	42h/demanda	40h/demanda	5%
	7 - Elaboração de minuta de resposta a pedidos de informações de outras áreas	Documento elaborado	Nível I - atividades de baixa complexidade	2h/demanda	2h/demanda	não há
	8 - Elaboração de proposta de apresentação de temas relativos às atribuições do departamento, conforme demanda.	Minuta de apresentação	Nível I - atividades de baixa complexidade	8h/demanda	8h/demanda	não há
	9 - Análise de Disciplina de Projetos de Aeroportos - Metodologia Não BIM (anteprojeto, projeto básico ou executivo)	Entrega de disciplina analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	18h/demanda	16h/demanda	12,5%
	10 - Análise de orçamento de obra de infraestrutura aeroportuária - Metodologia Nao BIM ou BIM (5ª entrega)	Entrega de orçamento analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	86h/demanda	80h/demanda	7,5%
	11 - Análise de orçamento de obra de edificações aeroportuárias - Metodologia BIM (5ª entrega) ou não BIM	Entrega de orçamento analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	142h/demanda	128h/demanda	11%
	12 - Análise de Disciplina de Entrega Parcial de Projetos de Aeroportos - Metodologia BIM - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª ou 5ª entregas parciais.	Entrega de disciplina analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	18h/demanda	16h/demanda	12,5%

	13 - Análise de orçamento parcial de obra de Infraestrutura e/ou edificação aeroportuária - Metodologia BIM - 3ª e 4ª entregas parciais	Entrega de orçamento analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	42h/demanda	40h/demanda	5%
	14 - Análise de Relatório de Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - Levantamento e Diretrizes, Estudo de Cenários ou Estudo Preliminar	Entrega de relatório de análise	Nível III - atividades de alta complexidade	54h/demanda	48h/demanda	12,5%
	15 - Análise de estimativas de custo de Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - Estudo de Cenário ou Estudo Preliminar	Entrega de orçamento analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	42h/demanda	40h/demanda	5%
	16 - Consolidação das análises de projetos e orçamentos em parecer no SEI	Emissão de Nota ou Parecer Técnico	Nível III - atividades de alta complexidade	6h/demanda	6h/demanda	não há
	17 - Análise de projetos de pesquisa em orçamentação por meio de parcerias institucionais	Entrega de orçamento analisada (lista de verificação)	Nível III - atividades de alta complexidade	86h/demanda	80h/demanda	7,5%
	18 - Desenvolvimento de indicadores de desempenho de projetos	Entrega de cesta de indicadores	Nível III - atividades de alta complexidade	40h/demanda	40h/demanda	não há
	19 - Gestão de relatório de acompanhamento, com publicação semanal	Relatório atualizado semanalmente no Site	Nível II - atividades de média complexidade	4h/mês	4h/mês	não há
	20 - Estruturação, implementação e manutenção do ambiente comum de dados - site de projetos	Sites disponíveis e com todas suas funcionalidades e relatórios	Nível III - atividades de alta complexidade	40h/mês	40h/mês	não há
	21 - Elaboração de artefatos de gestão de projetos para apoio à coordenação (CGPA), tais como Planos, Mapeamento de Processos, Relatórios de Acompanhamento, etc.	Entrega de manual, plano ou relatório	Nível III - atividades de alta complexidade	86h/demanda	80h/demanda	7,5%
	22 - Coordenar e supervisionar as manifestações técnicas especificas, assessorando e subsidiando o Coordenador-Geral de Investimentos em assuntos atinentes aos investimentos na infraestrutura dos aeroportos regionais.	Elaboração de Documentos administrativos	Nível III - atividades de alta complexidade	20h/demanda	18h/demanda	11%
	23 - Receber, analisar e responder as solicitações oriundas aos investimentos na infraestrutura dos aeroportos regionais.	Elaboração de Documentos administrativos	Nível III - atividades de alta complexidade	48h/demanda	44h/demanda	9%
	24 - Celebração, acompanhamento, gestão e execução de instrumento de repasse em investimentos na infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil dos aeroportos contemplados no Programa de Investimentos na Aviação Regional.	Elaboração de Documentos administrativos	Nível III - atividades de alta complexidade	144h/demanda	140h/demanda	3%
	25 - Análise e avaliação de Projetos Técnicos de Engenharia para a implantação Auxílios à Navegação Aérea em aeroportos regionais contemplados no Programa de Aviação Regional.	Emissão de Nota ou Parecer Técnico	Nível III - atividades de alta complexidade	4h/dia em média	3,5h/dia em média	14,2%
	26 - Gestão de Instrumentos de Repasse (Termos de Compromisso - TC/Termos de Execução Descentralizadas), com foco em Auxílios à Navegação Aérea (CGNAV)	Elaboração de Documentos administrativos	Nível II - atividades de média complexidade	4h/dia em média	3,5h/dia em média	14,2%
	27 - Atender às demandas Gerais da CGNAV	Elaboração de Documentos Técnicos e/ou Técnicos	Nível II - atividades de média complexidade	4h/demanda	3,5h/dia em média	14,2%

ANEXO IV

TABELA DE ATIVIDADES - SUBUNIDADE: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE		Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade				
CÓDIGO	ATIVIDADES	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade
	1. Processos de contratação (elaboração e execução de cursos e/ou estudos e pesquisas), gestão e fiscalização dos contratos e termos de execução descentralizada de Capacitação para a Aviação Civil.	90 % das tarefas executadas dentro dos prazos estabelecidos nos documentos referentes aos instrumentos contratuais/trimestre.	Nível III	128	108,8	17,6%
	2. Apuração de responsabilidade decorrente de danos causados ao erário e de eventuais violações às regras previstas nos Editais dos Programas de Capacitação pela Comissão Permanente de Apuração.	90 % de processos finalizados/semestre.	Nível II	128	108,8	17,6%
	3. Gerenciamento de projetos, acompanhamento de planos e estudos, e análise de processos relativos à segurança da aviação civil e ao transporte aéreo de carga.	90% das respostas em 3 dias úteis.	Nível III	128	108,8	17,6%
	4. Análise e encaminhamento de processos relativos a solicitações de investimento em infraestrutura; abertura ou fechamento de aeroportos à luz do Plano Aeroviário Nacional; solicitação de inserção de região, município ou aeroporto na lista de aeroportos prioritários do Plano Aeroviário Nacional e participação em reuniões, seminários e outros eventos correlatos.	90% das análises em 2 dias úteis	Nível III	17/ processo recebido	14/ processo recebido	21,4%
	5. Gerenciamento de projetos, análise, acompanhamento e encaminhamento de processos de gestão, fiscalização de contratos e termos de execução descentralizada para a facilitação do transporte aéreo.	90 % das tarefas executadas dentro dos prazos estabelecidos nos documentos referentes aos instrumentos contratuais/trimestre.	Nível III	128	108,8	17,6%

ANEXO V

TABELA DE ATIVIDADES - SUBUNIDADE: DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE		Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade				
CÓDIGO	ATIVIDADES	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução* da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução* da atividade em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade

	1. Avaliação e proposição de políticas e diretrizes para regulação econômica de serviços aéreos. (Regime de execução integral)	Notas técnicas, notas informativas ou outros documentos de natureza analítica encaminhados à revisão e aprovação da chefia imediata.	Nível III	88 horas/documento (2 documentos)	59 horas/documento (3 documentos)	49,1% em horas/documento 50% em quantidade de documentos
	2. Avaliação e proposição de políticas públicas para regulação econômica de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civis. (Regime de execução integral)	Notas técnicas, notas informativas ou outros documentos de natureza analítica encaminhados à revisão e aprovação da chefia imediata.	Nível III	88 horas/documento (2 documentos)	59 horas/documento (3 documentos)	49,1% em horas/documento 50% em quantidade de documentos
	3. Avaliação e proposição de políticas e diretrizes para regulação econômica de serviços aéreos. (Regime de execução parcial).	Notas técnicas, notas informativas ou outros documentos de natureza analítica encaminhados à revisão e aprovação da chefia imediata.	Nível III	88 horas/documento (2 documentos)	59 horas/documento (3 documentos)	49,1% em horas/documento 50% em quantidade de documentos

ANEXO VI

TABELA DE ATIVIDADES - DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E PATRIMONIO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE		Nível I - atividades de baixa complexidade Nível II - atividades de média complexidade Nível III - atividades de alta complexidade				
CÓDIGO	ATIVIDADES	Entregas esperadas	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em teletrabalho (horas)	Ganho percentual de produtividade
	1. Assessoramento nos assuntos relacionados ao controle patrimonial dos imóveis da União afetados à infraestrutura aeroportuária civil.	3 documentos técnicos por mês	Nível III	32 h/documento (3 documentos = 96 h)	28 h/documento (3 documentos = 84 h)	14,2%
	2. Assessoramento nos assuntos relacionados às outorgas da infraestrutura aeroportuária civil.	3 documentos técnicos por mês	Nível III	32 h/documento (3 documentos = 96 h)	28 h/documento (3 documentos = 84 h)	14,2%

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 595, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.007711/2022-05, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica sanção administrativa de advertência à FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA, CNPJ nº 15.513.690/0001-50, nos termos do inciso I do art. 19 da Resolução CONTRAN nº 730, de 2018, em razão do descumprimento da exigência de validação biométrica facial de condutores, prevista na Portaria DENATRAN nº 2.145, de 23 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 596, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.007709/2022-28, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica sanção administrativa de suspensão de 15 (quinze) dias, contados da data de 17 de março de 2022, ao CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SUL DA ILHA LTDA, CNPJ nº 05.578.611/0001-35, nos termos do inciso I do art. 19 e do § 2º do art. 21 da Resolução CONTRAN nº 730, de 2018, em razão do descumprimento da exigência de validação biométrica facial de condutores, prevista na Portaria DENATRAN nº 2.145, de 23 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 597, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.037297/2021-70, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica a sanção administrativa de advertência à Instituição Técnica Licenciada (ITL) West Engenharia de Inspeção Ltda., CNPJ nº 07.849.470/0001-73, nos termos do inciso I do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, em razão do cometimento da irregularidade prevista no item 15 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 598, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.007708/2022-83, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica sanção administrativa de advertência à JOIA CURSOS E TREINAMENTOS ONLINE LTDA, CNPJ nº 18.532.902/0001-34, nos termos do inciso I do art. 19 da Resolução CONTRAN nº 730, de 2018, em razão do descumprimento da exigência de validação biométrica facial de condutores, prevista na Portaria DENATRAN nº 2.145, de 23 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 599, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.037651/2021-66, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aplica sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias à Instituição Técnica Licenciada (ITL) CENTEC - Centro Técnico de Inspeção Veicular Ltda., CNPJ nº 05.741.464/0001-72, nos termos do inciso II do art. 28 da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, em razão do cometimento da irregularidade prevista no item 43 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 8068, de 17 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2022, Seção 1, página 233, onde se lê: "Art. 3º A Instrução Suplementar nº 107-001, Revisão H (IS nº 107-001H), aprovada pela Portaria nº 8067/SIA, de 17 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de XX de maio de 2022, Seção X, página XX, permanece em vigor até 30 de novembro de 2022, a partir de quando deverá ser observada a IS nº 107-001I.", leia-se: "Art. 3º A Instrução Suplementar nº 107-001, Revisão H (IS nº 107-001H), aprovada pela Portaria nº 8067/SIA, de 17 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2022, Seção 1, página 57, permanece em vigor até 30 de novembro de 2022, a partir de quando deverá ser observada a IS nº 107-001I.".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 7.986, DE 9 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015127/2022-92, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Irmãos Ribeiro;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0107;

III - município (UF): Espírito Santo do Pinhal (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 09' 38'' S / 046° 46' 33'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.280/SIA, de 4 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2014, Seção 1, página 4.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.007, DE 10 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013653/2022-18, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fortuna Nutrição Animal;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0836;

III - município (UF): Nova Canaã do Norte (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 24' 35'' S / 055° 43' 45'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.028, DE 11 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015674/2022-78, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Aéreo Amazônia ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0135;

III - município (UF): Altamira (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 17' 54'' S / 055° 06' 53'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1383/SIA de 10 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2012, Seção 1, Página 12.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.030, DE 11 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015647/2022-03, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Cana Brava;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0158;

III - município (UF): Paracatu (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 10' 26'' S / 046° 18' 00'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 338/SIA de 10 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2015, Seção 1, Página 2.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.037, DE 12 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.016030/2022-05, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Quatro Ventos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0129;

III - município (UF): Uberlândia (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 58' 26'' S / 048° 06' 00'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 505/SIA, de 20 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2012, Seção 1, página 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.038, DE 12 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.011996/2022-48, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Arvoredo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0504;

III - município (UF): Contagem (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 52' 54'' S / 044° 01' 48'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.042, DE 13 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015810/2022-20, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado elevado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Bradesco - Santo André;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0346;

III - município (UF): Santo André (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 39' 21'' S / 046° 31' 42'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2123/SIA de 1 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2011, Seção 1 Página 27.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.046, DE 13 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013633/2022-47, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Rio Negro;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0209;

III - município (UF): Aquidauana (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 34' 11'' S / 056° 14' 38'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 11 de agosto de 2027.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2593/SIA de 1º de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2017, Seção 1, Página 58.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.053, DE 16 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.017869/2022-52, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar realizada por meio do Ofício nº 911/2022/CADASTRO-SIA/GTPI/GCOP/SIA-ANAC, de 18 de maio de 2022, que tratou da comunicação de interdição do heliponto privado a bordo da unidade Artemis Athene (9PKF).

Art. 2º Excluir o Heliponto Privado a bordo da unidade Artemis Athene (9PKF) do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 7.708,/SIA, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2022, Seção 1, página 563.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.077, DE 18 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.012787/2022-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Tião Machado;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0313;

III - município (UF): Redenção (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08°05'21" S / 049°58'31" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 8.090, DE 19 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, e parágrafo único, do Regimento Interno, aprovado pela da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.013050/2022-13, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Instrução Técnica Transitória de Aeronavegabilidade ITTA 43-003/15/GCVC/GCAC/SAR de título "Certificação expedita conforme previsão regulamentar expressa no requisito 43.1(e)-I do RBAC 43";

II - a ITTA-091-007/GCVC/GCAC/SAR de título "Orientações sobre as seções 135.159(f) do RBAC 135 e 91.503(a)(1) do RBHA 91 que requerem lanterna portátil com pelo menos duas pilhas tamanho D ou equivalente por posto de pilotagem";

III - a ITTA 91-016/2016/GCVC/GGAC/SAR de título "Cadastro de IAM atestada por mecânico cadastrado/vinculado conforme RBAC 43.7(b)-I";

IV - a ITTA 91-015/2016/GCVC/GGAC/SAR de título "Auditoria em Operadores RBHA/RBAC 91";

V - a ITTA 91-014/2016/GCVC/GCAC/SAR de título "Emissão de NCIA e RNC e procedimentos relacionados"; e

VI - a ITTA nº 119-005/2015/GCVC/GCAC/SAR de título "Orientações para análise de Lista de Equipamentos Mínimos (MEL) contendo menos itens que a Lista Mestra de Equipamentos Mínimos (MMEL), quanto aos aspectos de competência da GGAC".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 8.081, DE 18 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.001385/2021-19, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica e todas as habilitações nele averbadas, entre os dias 18 de maio de 2022 e 27 de junho de 2022, do aeronauta FRANCISCO COSTA DE SOUZA, detentor do CANAC 679845.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 8.082, DE 18 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.023439/2021-99, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica e todas as habilitações nele averbadas, entre os dias 18 de maio de 2022 e 27 de junho de 2022, do aeronauta JULIO LEITE SOUZA, detentor do CANAC 326394.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 8.083, DE 18 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.018415/2020-37, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica e todas as habilitações nele averbadas, entre os dias 18 de maio de 2022 e 27 de junho de 2022, do aeronauta LUCAS DELGADO FERNANDES, detentor do CANAC 277587.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 8.084, DE 18 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00058.004830/2020-01, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva do Certificado de Habilitação Técnica e todas as habilitações nele averbadas, entre os dias 18 de maio de 2022 e 27 de junho de 2022, do aeronauta CARLOS EDUARDO RODRIGUES, detentor do CANAC 182786.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA DG ANTAQ Nº 417, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho voltado a estabelecer procedimentos para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, visando a avaliação do empreendimento público federal do setor aquaviário qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, referente ao Canal de São Gonçalo e a Hidrovia da Lagoa Mirim, no trecho entre o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul), no Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando a Resolução-CPPI nº 195, de 25 de agosto de 2021, que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI o projeto do Canal de São Gonçalo e a Hidrovia da Lagoa Mirim, no trecho entre o Canal do Sangradouro até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palma, no Rio Grande do Sul;

Considerando o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre transporte fluvial e lacustre na Hidrovia Uruguai - Brasil e o interesse mútuo em promover a integração logística entre os dois países;

Considerando a necessidade de elaboração de estudo para a avaliação do potencial econômico do transporte aquaviário de cargas e passageiros na Hidrovia da Lagoa Mirim e a eventual atração de investimentos para o desenvolvimento da região;

O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviário e o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 21 do Decreto nº 10.788, de 5 de setembro de 2021, assim como o Art.27, inciso XXV e o art. 61 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolvem:

Art. 1º. Constituir o Grupo de Trabalho com o objetivo de:

I - estabelecer procedimentos e parâmetros para elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA para exploração da Hidrovia da Lagoa Mirim;

II - elaborar termo de referência para contratação de consultoria para elaboração de EVTEA referente à exploração da infraestrutura aquaviária da Hidrovia da Lagoa Mirim, considerando os estudos preliminares apresentados;

Art. 2º. O Grupo de Trabalho será composto por um representante titular e um suplente, indicados por cada órgão abaixo mencionados:

I - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura;

II - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq;

III - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit;

IV - Empresa de Planejamento e Logística- EPL; e

V - Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI.

Parágrafo único: O GT poderá convidar colaboradores de outras instituições públicas com notório saber para apoio técnico, resguardado o sigilo das discussões.

Art. 3º. No exercício de suas atribuições, o Grupo de Trabalho poderá:

I - realizar reuniões de trabalho, de forma presencial ou virtual, em datas e horários a serem definidos por seus integrantes;

II - solicitar, a qualquer momento, alterações, retificações ou complementações nos estudos;

III - realizar seminários, reuniões e outros encontros técnicos com especialistas voltados à consecução dos objetivos desta Portaria;

IV - recepcionar estudos técnicos, dados, pesquisas e avaliações referentes às características hidrográficas, topográficas, batimétricas e de navegação, com o intuito de subsidiar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA;

V - fornecer subsídios para avaliação dos produtos entregues à responsável pela contratação e acompanhamento do EVTEA; e

VI - subsidiar a elaboração do ato justificatório para a concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim.

Art. 4º. O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, em parceria, coordenarão o Grupo de Trabalho e deverão garantir estrutura para o seu funcionamento.

Parágrafo único. A criação do Grupo de Trabalho não implica ônus financeiro para as instituições participantes e os servidores designados permanecerão com a mesma vinculação nos seus respectivos órgãos.

Art. 5º. O Grupo de Trabalho terá duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, contados a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º Ao final dos trabalhos, o GT deverá apresentar relatório técnico final das atividades 30 (trinta) dias após a apresentação do EVTEA.

Art. 7º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIOGO PILONI
Secretaria NAcional de Portos e Transportes Aquaviários

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 29, DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 50300.014986/2019-15. Fiscalizada: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC., CNPJ nº 83.807.586/0003-90. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, decide por CONHECER o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para, no mérito, NEGAR seu provimento, mantendo, por conseguinte, a penalidade de MULTA, no valor de R$ 60.693,60 (sessenta mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos), pelo descumprimento do art. 32, inciso XXIII, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FERNANDO JOSÉ DE PADUA COSTA FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 412, DE 20 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 75; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.045633/2022-06, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO ITAMARATI S.A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais PEDRA PRETA (MT) - ARAÇATUBA (SP), prefixo nº 11-0047-00 e CUIABÁ (MT) - APARECIDA DO TABOADO (MS), prefixo nº 11-0048-00, no trecho de PEDRA PRETA (MT) para APARECIDA DO TABOADO (MS).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 413, DE 20 DE MAIO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 75; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.045691/2022-21, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO ITAMARATI S.A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais CUIABÁ (MT) - ILHA SOLTEIRA (SP), prefixo nº 11-1852-00 e PEDRA PRETA (MT) - ARAÇATUBA (SP), prefixo nº 11-00046-00, no trecho de PEDRA PRETA (MT) para ILHA SOLTEIRA (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.102, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/26134 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SUDESTE EIRELI, CNPJ nº 66.997.891/0004-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 995/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.103, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/28059 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PETREA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 40.202.936/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1049/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.104, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30725 - DPF/LDA/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0154-73, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre .380
720 (setecentas e vinte) Munições calibre 12
756 (setecentas e cinquenta e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.105, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30729 - DPF/MGA/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0130-04, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre .380
726 (setecentas e vinte e seis) Munições calibre 12
558 (quinhentas e cinquenta e oito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.106, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30881 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa Z COPS SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 04.492.592/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1095/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.107, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30894 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONSORCIO CIDADE JARDIM SHOPS, CNPJ nº 35.538.280/0001-70, para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.108, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30976 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRASIFORT SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 06.263.849/0007-20, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre .380
56 (cinquenta e seis) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.109, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31299 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERSONA - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.542.117/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1071/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.110, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31317 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INOTEC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 35.975.078/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1104/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.111, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31387 - DPF/LDA/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SHOPPING ROYAL PLAZA LONDRINA, CNPJ nº 00.908.059/0001-82 para atuar no Paraná.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.112, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31423 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUHAI SEGURANÇA PESSOAL LTDA, CNPJ nº 66.654.179/0005-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1097/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.113, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31425 - DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CELER SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.931.303/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1044/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.114, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31521 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1086/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.115, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31568 - DPF/SNM/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA S/A, CNPJ nº 04.953.915/0008-49 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1092/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.116, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31582 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO ESTANCIA QUINTAS DA ALVORADA, CNPJ nº 73.978.900/0001-81 para atuar no Distrito Federal.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.117, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31596 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALGIZ VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 22.327.565/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1117/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.118, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31809 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de

publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADO NORDESTAO LTDA, CNPJ nº 08.030.363/0001-81 para atuar no Rio Grande do Norte.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.119, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31854 - DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETARIOS DO VILLAGE PARAIBUNA, CNPJ nº 04.787.673/0001-94 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.120, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31878 - DPF/PCA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COSAN S.A., CNPJ nº 50.746.577/0079-85 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.121, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/31900 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TAPUIO AGROPECUARIA LTDA., CNPJ nº 40.758.310/0001-94 para atuar no Rio Grande do Norte.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.123, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/32027 - DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa BARACK SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 42.252.552/0001-37, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SQUARE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.394.011/0001-07:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

110 (cento e dez) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.124, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/32064 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa COMERCIO DE ARMAS 9 LEGIAO LTDA, CNPJ nº 32.622.899/0001-70, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.125, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/32117 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEARIM MOTOS LTDA, CNPJ nº 05.198.872/0001-20 para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1055/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.126, DE 20 DE MAIO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/32122 - DPF/PFO/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASTOR SUL IND E COM DE COLCHOES LTDA, CNPJ nº 94.127.776/0001-10 para atuar no Rio Grande do Sul.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 225/2022 de 18/05/2022, 226/2022 de 18/05/2022, 227/2022 de 19/05/2022, 228/2022 de 19/05/2022, 229/2022 de 20/05/2022 e 230/2022 de 20/05/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.001347/2022-31 Requerente: CL CASE COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: WEI LI Data Nascimento: 06/08/1999 Passaporte: E99022593 País: BRASIL Mãe: YUEZHEN WANG Pai: ZHENTUAN LI.

Processo: 08228.002736/2022-83 Requerente: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Haijun Yuan Data Nascimento: 10/07/1983 Passaporte: E17220710 País: CHINA Mãe: Xinglan Dai Pai: Daoping Yuan.

Processo: 08228.002963/2022-17 Requerente: OPERPLANO MANUTENCAO E OPERACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Miguel Afonso de Aragão Sá Malheiro Data Nascimento: 22/08/1960 Passaporte: CC390860 País: PORTUGAL Mãe: Maria Manuela Rebelo da Silva de Aragão Sá Malheiro Pai: Eurico de Sá Malheiro.

Processo: 08228.002900/2022-52 Requerente: MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jose Andres Camacho Espinoza Data Nascimento: 15/02/1985 Passaporte: F436260 País: COSTA RICA Mãe: Maria Elena Espinoza Abarca Pai: Jose Luis Camacho Narvaez.

Processo: 08228.003618/2022-92 Requerente: DON BOSCO COMERCIO DE SUCATAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DINESH KURMI Data Nascimento: 29/01/1988 Passaporte: AMARJIT KURMI País: INDIA Mãe: SHEELA KURMI Pai: AMARJIT KURMI.

Processo: 08228.003819/2022-91 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Michiel Kris T. Vanduren Data Nascimento: 24/08/1995 Passaporte: ES126125 País: BELGICA Mãe: Patricia Hortensia Paula Roosemaryn Pai: Eric Daneels.

Processo: 08228.003829/2022-25 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Nicolas Jérémie Joseph Mery Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: 14DC99827 País: FRANCA Mãe: Marie-France Jacques Philippe Tardel Pai: Wajih Romain Anyoub Mery.

Processo: 08228.003876/2022-79 Requerente: PEDRO AUGUSTO MENEZES DE TOLEDO FLORENCIO Prazo: 2 Anos Imigrante: CHERRY MAE AGRAVANTE TAYUCON Data Nascimento: 25/10/1990 Passaporte: P3393013A País: FILIPINAS Mãe: Sheila Agravante Tayucon Pai: Lorenzo Medel Tayucon.

Processo: 08228.003987/2022-85 Requerente: PAULO CANANEA DOS SANTOS 17298778854 Prazo: 02 Anos Imigrante: XIAOYONG CHEN Data Nascimento: 23/07/1971 Passaporte: EB8694161 País: CHINA Mãe: Yincui Tan Pai: Xinchang Chen.

Processo: 08228.004030/2022-56 Requerente: SAAB AERONAUTICA MONTAGENS S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: ASA KARIN MARGARETA JUSKAR Data Nascimento: 31/10/1971 Passaporte: AA0096194 País: SUECIA Mãe: ASTA MARGARETA JUSKAR Pai: ALF JOHN OLA JUSKAR.

Processo: 08228.004054/2022-13 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: XUFAN LIU Data Nascimento: 10/10/1992 Passaporte: E25018017 País: CHINA Mãe: HONG NIE Pai: HONGLIU LIU.

Processo: 08228.004058/2022-93 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Anos Imigrante: HITESH HIRALAL PATIL Data Nascimento: 19/10/1994 Passaporte: R0806773 País: INDIA Mãe: SHAILA PATIL Pai: HIRALAL GORAKH PATIL.

Processo: 08228.004147/2022-31 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Keith James Preston Data Nascimento: 18/11/1965 Passaporte: 505034578 País: GRA-BRETANHA Mãe: Carole Preston Pai: William Rendall Preston.

Processo: 08228.004154/2022-31 Requerente: BOEING BRASIL SERVICOS TECNICOS AERONAUTICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Michael Raymond Snover Data Nascimento: 25/07/1965 Passaporte: 561251399 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Helen Lee Walker Pai: Raymond Ralph Snover.

Processo: 08228.004437/2022-83 Requerente: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Anos Imigrante: FELIPE CEA GARCIA Data Nascimento: 23/05/1981 Passaporte: PAL083790 País: ESPANHA Mãe: Ana María Garcia Pinto Pai: Enrique Cea Alfayate.

Processo: 08228.004535/2022-11 Requerente: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: SHIN TAKAGI Data Nascimento: 04/04/1966 Passaporte: TT1826822 País: JAPAO Mãe: JUNKO TAKAGI Pai: HIROYUKI TAKAGI.

Processo: 08228.004193/2022-39 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: BERT MARC J VAN AERDE Data Nascimento: 23/05/1993 Passaporte: ES984066 País: BELGICA Mãe: Marleen Hilde Huvaere Pai: Piet henri Georges Van Aerde.

Processo: 08228.003359/2022-16 Requerente: TAI PING YANG PRIMAVERA SUPERMERCADO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: HANG HE Data Nascimento: 10/02/1993 Passaporte: EJ3338557 País: CHINA Mãe: TAIQIN LIN Pai: JIANMING HE.

Processo: 08228.004186/2022-37 Requerente: BCW COMERCIO DE MODA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: HUAYUAN GUO Data Nascimento: 10/04/1972 Passaporte: EA8865976 País: CHINA Mãe: Zhi Buying Pai: Guo Qinghong.

Processo: 08228.004633/2022-58 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Evgeny Mostovoy Data Nascimento: 06/09/1988 Passaporte: 33773840 País: NORUEGA Mãe: Valentina Mostovaya Pai: Nikolay Mostovoy.

Processo: 08228.004180/2022-61 Requerente: WU CHUNMEI & CIA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: GUOXIONG LI Data Nascimento: 12/09/1978 Passaporte: E68420914 País: CHINA Mãe: Tan Rundi Pai: Li Fucai.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.003954/2022-35 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Alessandro Tonon Data Nascimento: 18/07/1973 Passaporte: YB7808284 País: ITALIA.

Processo: 08228.003956/2022-24 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Luca Barbieri Data Nascimento: 11/09/1971 Passaporte: YB7611191 País: ITALIA.

Processo: 08228.004038/2022-12 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: PRABHU KANNAN Data Nascimento: 11/02/1982 Passaporte: R9612927 País: INDIA.

Processo: 08228.003575/2022-45 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jimmy Fabro Data Nascimento: 17/08/1977 Passaporte: YB3710061 País: ITALIA.

Processo: 08228.003964/2022-71 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YANN PLUMEREAU Data Nascimento: 24/09/1982 Passaporte: 21EE21104 País: FRANCA.

Processo: 08228.003809/2022-54 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ALISON LENA MCINNES Data Nascimento: 28/10/1973 Passaporte: 538177598 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003798/2022-11 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Victor William Sierra Data Nascimento: 23/12/1997 Passaporte: 529762170 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003962/2022-81 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JIN YOUNG CHO Data Nascimento: 10/05/1966 Passaporte: M98687001 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.002392/2022-11 Requerente: FLUXO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Prazo: 20 Dias Imigrante: CHRISTIAN EMMANUEL LOUWS Data Nascimento: 03/12/1971 Passaporte: 19DF07049 País: FRANCA.

Processo: 08228.004163/2022-22 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Martin Birger Ahlgren Data Nascimento: 29/02/1972 Passaporte: 97640746 País: SUECIA.

Processo: 08228.004125/2022-71 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Héctor Enrique Luna Contreras Data Nascimento: 26/06/1982 Passaporte: F46607455 País: CHILE.

Processo: 08228.004146/2022-95 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Luis Enrique Astudillo Lillo Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: F45934082 País: CHILE.

Processo: 08228.001333/2022-17 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Ney Jose Galez Valega Data Nascimento: 22/07/1972 Passaporte: AX930571 País: COLOMBIA.

Processo: 08228.004039/2022-67 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DOMINGOS RAFAEL BRANDÃO DOS SANTOS Data Nascimento: 15/06/1978 Passaporte: CA488922 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.002263/2022-14 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JONATHAN ALBERTO UMANA NAJERA Data Nascimento: 12/03/1982 Passaporte: 111310767 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.003957/2022-79 Requerente: BRASALPLA BRASIL - INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: TIM BARTHOLMEB Data Nascimento: 11/02/2000 Passaporte: C8J5XVW1J País: ALEMANHA.

Processo: 08228.001613/2022-25 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano Imigrante: JAN STANKEWITZ Data Nascimento: 15/03/1976 Passaporte: C7YN3JF2W País: ALEMANHA.

Processo: 08228.001409/2022-12 Requerente: HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: THOMAS HORST Data Nascimento: 15/08/1998 Passaporte: C7VRF7KK3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003060/2022-45 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 30 Dias Imigrante: GIOVANNI CECERE Data Nascimento: 29/01/1982 Passaporte: YB9235299 País: ITALIA Imigrante: GERARDO MAGLIONE Data Nascimento: 13/11/1960 Passaporte: YB1001852 País: ITALIA Imigrante: ANTONIO PASQUA Data Nascimento: 14/02/1961 Passaporte: YB1003647 País: ITALIA.

Processo: 08228.004123/2022-81 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: OEYSTEIN RASMUSSEN Data Nascimento: 27/01/1988 Passaporte: 33819184 País: NORUEGA.

Processo: 08228.004086/2022-19 Requerente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: AHMED MAHMOUD ABDELHAFEZ ABDELSALAM Data Nascimento: 22/03/1981 Passaporte: A23718486 País: EGITO.

Processo: 08228.003783/2022-44 Requerente: OMNI TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: STIG HANGELAND Data Nascimento: 25/09/1982 Passaporte: 32134641 País: NORUEGA.

Processo: 08228.003790/2022-46 Requerente: OMNI TAXI AEREO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: TOMMY ELLINGSEN Data Nascimento: 09/06/1976 Passaporte: 31520924 País: NORUEGA.

Processo: 08228.003778/2022-31 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Yves Jean Brunet Data Nascimento: 28/07/1969 Passaporte: 17CK29629 País: FRANCA.

Processo: 08228.003866/2022-33 Requerente: PASCHOALIN CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOE DEAN THOMPSON Data Nascimento: 31/07/1959 Passaporte: 531267918 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.002582/2022-21 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Takeyuki Eguchi Data Nascimento: 25/03/1985 Passaporte: TT1460759 País: JAPAO.

Processo: 08228.003805/2022-76 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 27/04/2023 Imigrante: NEELAKSHI AGARWAL Data Nascimento: 06/03/1995 Passaporte: M3865102 País: INDIA.

Processo: 08228.003989/2022-74 Requerente: BOUTIQUE DE CARNES GLAT KOSHER LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: AKIVA BOUBLIL Data Nascimento: 08/07/1958 Passaporte: NXoPRK909 País: HOLANDA.

Processo: 08228.003569/2022-98 Requerente: MACNOR MARINE SERVICOS HIDRAULICOS, ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Sverre Hilmar Osvoll Data Nascimento: 22/07/1975 Passaporte: 33737591 País: NORUEGA.

Processo: 08228.003574/2022-17 Requerente: MACNOR MARINE SERVICOS HIDRAULICOS, ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Vidar Ervik Data Nascimento: 06/03/1975 Passaporte: 31435365 País: NORUEGA.

Processo: 08228.004159/2022-64 Requerente: HISPAMAR SATELITES S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: THOMPSON WAYNE MURRAY Data Nascimento: 15/01/1960 Passaporte: 642650062 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004164/2022-77 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jordan James Bremmer Data Nascimento: 15/05/1998 Passaporte: 518585205 País: IRLANDA DO NORTE.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.004940/2022-39 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GUIDO HERMANN PFROMMER Data Nascimento: 01/08/1967 Passaporte: C8W480YXW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.005599/2022-39 Requerente: APPLUS QUALITEC SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JOSHUA BENJAMIN VAN DER TAK Data Nascimento: 01/11/1981 Passaporte: NV045P581 País: HOLANDA.

Processo: 08228.005057/2022-66 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JENS KUEHNE Data Nascimento: 17/11/1964 Passaporte: CCLW61FYT País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.005280/2022-11 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Hasan Onemliturk Data Nascimento: 30/06/1983 Passaporte: U23744287 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005281/2022-58 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Ismail Selcuk Aksoy Data Nascimento: 01/01/1982 Passaporte: U05149652 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005283/2022-47 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Sait Yasin Salep Data Nascimento: 17/06/1980 Passaporte: U07511979 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005294/2022-27 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Mehmet Besir Turan Data Nascimento: 01/10/1990 Passaporte: U15484877 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005297/2022-61 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Nedim Donmez Data Nascimento: 28/02/1967 Passaporte: S20604173 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005298/2022-13 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Muharrem Kocaturk Data Nascimento: 14/10/1984 Passaporte: U25182474 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005299/2022-51 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Ferhat Meral Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: U25255746 País: TURQUIA.

Processo: 08228.005389/2022-41 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Pasi Juhani Olkinuora Data Nascimento: 18/01/1983 Passaporte: FP3977689 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.005577/2022-79 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Mohamed Samir Elsayed Abdelnaby Morsy Data Nascimento: 02/07/1984 Passaporte: A28660228 País: EGITO.

Processo: 08228.005581/2022-37 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Hosny Ebid Mohamed Ebid Data Nascimento: 24/04/1980 Passaporte: A27553172 País: EGITO.

Processo: 08228.005583/2022-26 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Mohamed Farouk Ahmed Mahmoud Elshorafa Data Nascimento: 23/02/1980 Passaporte: A27919815 País: EGITO.

Processo: 08228.005364/2022-47 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ERASMO MURGA GUILLEN Data Nascimento: 06/02/1964 Passaporte: G15385605 País: MEXICO.

Processo: 08228.005552/2022-75 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Anos Imigrante: Peter Nellissery Illikkany Rappai Data Nascimento: 25/05/1979 Passaporte: Z5555822 País: INDIA.

Processo: 08228.005555/2022-17 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Tomi Matias Ala-Ventela Data Nascimento: 24/09/1967 Passaporte: FP3760452 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.005557/2022-14 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Jarno Kalevi Kirsila Data Nascimento: 16/09/1971 Passaporte: FP4548144 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.005561/2022-66 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Luis Enrique Chavarri Villavicencio Data Nascimento: 07/12/1966 Passaporte: 220089533 País: PERU.

Processo: 08228.005267/2022-54 Requerente: YACHIYO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NAOYUKI FUSEGAWA Data Nascimento: 12/04/1989 Passaporte: TR6975825 País: JAPAO.

Processo: 08228.005679/2022-94 Requerente: AB ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Alessandro Camnaghi Data Nascimento: 14/06/1979 Passaporte: YB6122396 País: ITALIA.

Processo: 08228.005682/2022-16 Requerente: AB ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Pierangelo Arrighetti Data Nascimento: 05/05/1977 Passaporte: YA5505946 País: ITALIA.

Processo: 08228.005221/2022-35 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Ignacio Garcia Martinez Data Nascimento: 24/09/1968 Passaporte: PAH563297 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.004194/2022-83 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Mêses Imigrante: JOSE SERGIO GUAQUEL MANQUEMILLA Data Nascimento: 01/07/1972 Passaporte: F38400084 País: CHILE.

Processo: 08228.001807/2022-21 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: PRABHAKAR PANDURANG SHIVSHARAN Data Nascimento: 01/07/1971 Passaporte: R1315841 País: INDIA.

Processo: 08228.001812/2022-33 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: MANGESH GULAB PATIL Data Nascimento: 21/10/1975 Passaporte: R1291943 País: INDIA.

Processo: 08228.003533/2022-12 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Roberto Manuel Serdio Luque Data Nascimento: 02/09/1979 Passaporte: G31041316 País: MEXICO.

Processo: 08228.003344/2022-31 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Michal Adam Horbaczewski Data Nascimento: 29/10/1988 Passaporte: EU2843634 País: POLONIA.

Processo: 08228.003453/2022-59 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Alin Baciu Data Nascimento: 04/10/1971 Passaporte: 055660075 País: ROMENIA.

Processo: 08228.003489/2022-32 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Peter Maher Data Nascimento: 17/03/1962 Passaporte: LB5759354 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003319/2022-58 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jerome François Marie Ollagnon Data Nascimento: 16/09/1965 Passaporte: 17VF13658 País: FRANCA.

Processo: 08228.002778/2022-14 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ROGELIO VALADEZ SAUCEDO Data Nascimento: 22/09/1982 Passaporte: G41030633 País: MEXICO.

Processo: 08228.003516/2022-77 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Sandhya Ramakrishnan Data Nascimento: 16/06/1992 Passaporte: T3811352 País: INDIA.

Processo: 08228.003564/2022-65 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Edmund Robert Heath Data Nascimento: 22/05/1991 Passaporte: 563334672 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.004157/2022-75 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: YUANCHAO SUN Data Nascimento: 02/03/1984 Passaporte: E92371965 País: CHINA.

Processo: 08228.004156/2022-21 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ZIJING XU Data Nascimento: 14/08/1991 Passaporte: EJ4083841 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.004134/2022-61 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 05/08/2023 Imigrante: Joseph David Drakeford Data Nascimento: 12/06/1980 Passaporte: 126740187 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003963/2022-26 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: LEE WILLIAMS Data Nascimento: 28/10/1980 Passaporte: 538863295 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003823/2022-58 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 09/01/2023 Imigrante: SCOTT WILLIAM KEVIN FINDLAY Data Nascimento: 21/06/1994 Passaporte: 560902704 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.004060/2022-62 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/06/2024 Imigrante: RYAN ANTHONY BAUER Data Nascimento: 27/09/1986 Passaporte: 511567288 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004057/2022-49 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/06/2024 Imigrante: SYLVAIN PATRICK PIERRE DEBORGHER Data Nascimento: 17/05/1967 Passaporte: 17EF26272 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004091/2022-13 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/01/2024 Imigrante: PHILIP LESLIE CLARKE HOWARD Data Nascimento: 11/04/1964 Passaporte: M00300323 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.004160/2022-99 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/01/2024 Imigrante: DANNY GERARD VAN OMMEN Data Nascimento: 23/05/1970 Passaporte: NT6P75D22 País: HOLANDA.

Processo: 08228.004090/2022-79 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/01/2024 Imigrante: ERIC RAYMOND MIDDEN Data Nascimento: 15/04/1975 Passaporte: 566730230 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.004099/2022-81 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: KENNETH LEE AARON JR Data Nascimento: 20/01/1979 Passaporte: 683191279 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004100/2022-76 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: RYAN ALLEN GORDY Data Nascimento: 03/06/1982 Passaporte: 531254499 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003986/2022-31 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 03/03/2023 Imigrante: EIVIND SOVIK Data Nascimento: 17/09/1980 Passaporte: 34105484 País: NORUEGA.

Processo: 08228.003990/2022-15 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 03/03/2023 Imigrante: ARMAND CERIL SILAYA AGUSTIN Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: P7026449B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003994/2022-87 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 03/03/2023 Imigrante: BENJAMIN OLIVA CRISOLOGO Data Nascimento: 17/07/1967 Passaporte: P8718284A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004001/2022-94 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 09/12/2022 Imigrante: ANTONIO COMPAÑERO BAÑAGA Data Nascimento: 12/09/1968 Passaporte: P5198396B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004004/2022-28 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 09/12/2022 Imigrante: ROBERTO OCAMPO CAYETANO Data Nascimento: 06/09/1963 Passaporte: P9484749B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.001158/2022-68 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Sam Alexander Taylor Data Nascimento: 09/08/1984 Passaporte: 511420670 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.003822/2022-11 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 19 Mêses Imigrante: ANDRZEJ DAWID STECIUK Data Nascimento: 21/07/1977 Passaporte: ER5407454 País: POLONIA.

Processo: 08228.002684/2022-45 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 21/02/2023 Imigrante: GEORGIOS GAFOS Data Nascimento: 21/06/1986 Passaporte: AT0050117 País: GRECIA.

Processo: 08228.002693/2022-36 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 21/02/2023 Imigrante: VALIENTE UMALI AALA Data Nascimento: 25/02/1985 Passaporte: P8921819B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002918/2022-54 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SOMASUNDARAM KANDASAMY Data Nascimento: 26/05/1956 Passaporte: Z2117967 País: INDIA.

Processo: 08228.003970/2022-28 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/02/2022 Imigrante: ANDRO SABELLANO ACEDILLO Data Nascimento: 26/06/1974 Passaporte: P7663393A - País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002680/2022-67 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 21/02/2023 Imigrante: CHRISTOS KOTSORES Data Nascimento: 04/11/1969 Passaporte: AP2467239 País: GRECIA.

Processo: 08228.003979/2022-39 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/08/2022 Imigrante: JOHN RAFAEL GARCIA INGUITO Data Nascimento: 12/11/1998 Passaporte: P8986039A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003995/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/08/2022 Imigrante: JEROME JEAN LEE CRUZ FLORES Data Nascimento: 09/02/1994 Passaporte: P7499082B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003925/2022-73 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SALAHUDDIN MD JAHANGIR MURSHED Data Nascimento: 08/08/1983 Passaporte: BY0122089 País: INDIA.

Processo: 08228.003926/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: HENRY SILHAY GERVACIO Data Nascimento: 14/04/1976 Passaporte: P9120051B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003927/2022-62 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: REYNANTE MARGALLO DIZON Data Nascimento: 06/06/1986 Passaporte: P6860744B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003928/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: AVCY VELEZ BESONIA Data Nascimento: 24/01/1981 Passaporte: P6943611A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003929/2022-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MATTHEW RAFOL DIANCO Data Nascimento: 30/08/1990 Passaporte: P0855796B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003930/2022-86 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/09/2022 Imigrante: NOEL MITCHELINA SOBREMISANA Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: P4403026B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003935/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: RICHARD DIMAIWAT DURA Data Nascimento: 04/03/1973 Passaporte: P9387466A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003936/2022-53 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 06/05/2023 Imigrante: LAURENTIU-MIHAI SABANGEANU Data Nascimento: 12/04/1989 Passaporte: 058294341 País: ROMENIA.

Processo: 08228.003938/2022-42 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: OLIVER NOBLE AYALIN BAYOMBONG Data Nascimento: 12/03/1992 Passaporte: P5657251B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003939/2022-97 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: MOISES CLAVINES SALCEDO Data Nascimento: 13/10/1982 Passaporte: P1327784B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003940/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023Imigrante: FIEL JAPZON CABANLONG Data Nascimento: 27/02/1967 Passaporte: P5624679B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003946/2022-99 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 03/07/2023 Imigrante: ARTHUR LEGASPI ELIZAGA Data Nascimento: 03/12/1976 Passaporte: P9084120A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003949/2022-22 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: Imigrante: DMITRIJS PLATOVS Data Nascimento: 13/07/1992 Passaporte: LV6173989 País: LETONIA.

Processo: 08228.004006/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 20/09/2022 Imigrante: JONES NILO BERSALES PRADO Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: P0389011B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004088/2022-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 09/12/2022 Imigrante: CRESPITO MABINI VALDOZ Data Nascimento: 15/07/1974 Passaporte: P1560510B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004093/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2022 Imigrante: SHERMAN HINGPIT CASIA Data Nascimento: 07/10/1979 Passaporte: P5358518B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004095/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2022 Imigrante: CATALIN BIZADEA Data Nascimento: 15/04/1968 Passaporte: 057171696 País: ROMENIA.

Processo: 08228.004003/2022-83 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/08/2022 Imigrante: MELDUARD MANTILLA DAMALERIO Data Nascimento: 05/01/1979 Passaporte: P4196964B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004137/2022-11 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Sanjin Bolonic Data Nascimento: 04/11/1982 Passaporte: 042710562 País: CROACIA.

Processo: 08228.004132/2022-71 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Kristian Urek Data Nascimento: 16/03/1977 Passaporte: 104699208 País: CROACIA.

Processo: 08228.004120/2022-47 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Iancu Timu Data Nascimento: 28/04/1978 Passaporte: 058603568 País: ROMENIA.

Processo: 08228.001323/2022-81 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 12/12/2022 Imigrante: Pawel Jerzy Chmielinski Data Nascimento: 23/04/1978 Passaporte: K9700086 País: POLONIA.

Processo: 08228.002314/2022-16 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 10/08/2022 Imigrante: Christian Rey Honrada Data Nascimento: 19/09/1997 Passaporte: P3723642B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002322/2022-54 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 10/08/2022 Imigrante: Michael Allen Bonita Data Nascimento: 16/04/1992 Passaporte: P9033235A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003985/2022-96 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 12/01/2022 Imigrante: PAVEL SKURIKHIN Data Nascimento: 15/07/1973 Passaporte: 752654703 País: RUSSIA.

Processo: 08228.003996/2022-76 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 17/04/2023 Imigrante: FRIDI SMITH HAMMER Data Nascimento: 25/09/1980 Passaporte: 210968643 País: DINAMARCA Imigrante: ERNST LOEKJÁ Data Nascimento: 10/10/1976 Passaporte: 211652242 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.004018/2022-41 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 02/12/2023 Imigrante: GABRIEL SALVESEN Data Nascimento: 06/07/1986 Passaporte: CCC098816 País: NORUEGA Imigrante: JONAH MAGALLANES GARCIA Data Nascimento: 26/06/1992 Passaporte: P6122833A País: FILIPINAS Imigrante: JOSEPH CABRERA DELGADO Data Nascimento: 19/03/1970 Passaporte: P8240049B País: FILIPINAS Imigrante: RAFAEL LIM DE JESUS Data Nascimento: 09/04/1980 Passaporte: P8233179B País: FILIPINAS Imigrante: GARRETT CULLETON Data Nascimento: 28/12/1965 Passaporte: AR501744 País: CANADA Imigrante: AL ROMAN MANALASTAS BALONZO Data Nascimento: 07/09/1975 Passaporte: P1336968B País: FILIPINAS Imigrante: ADHEL DOCENA JALGALADO Data Nascimento: 19/08/1984 Passaporte: P7084248B País: FILIPINAS Imigrante: PATRYK ALEKSANDER PACH Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: ET1921561 País: POLONIA.

Processo: 08228.004034/2022-34 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 02/12/2023 Imigrante: LAURA JEAN BARRETT Data Nascimento: 23/01/1981 Passaporte: 567039553 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ALLAN AGUSTIN AQUINO Data Nascimento: 29/10/1979 Passaporte: P6738576A País: FILIPINAS Imigrante: ANDRIY SAVCHUK Data Nascimento: 27/09/1982 Passaporte: FF376369 País: UCRANIA Imigrante: IURII IAKYMENKO Data Nascimento: 22/08/1973 Passaporte: FK935462 País: UCRANIA Imigrante: REYNALDO VIGILIA MACANLALAY Data Nascimento: 28/10/1968 Passaporte: P5906878A País: FILIPINAS Imigrante: KENT POLKINGHORNE Data Nascimento: 03/08/1966 Passaporte: E4102921 País: AUSTRALIA Imigrante: ROBERT PIEROSZKIEWICZ Data Nascimento: 17/03/1971 Passaporte: EE0773418 País: POLONIA Imigrante: LIVIU CRAIOVEANU Data Nascimento: 26/10/1977 Passaporte: 061039114 País: ROMENIA Imigrante: ROLITO SALENGA FAUNDO Data Nascimento: 17/09/1975 Passaporte: P6271641B País: FILIPINAS Imigrante: CATHERINE JAMLID ALOJADO Data Nascimento: 21/03/1980 Passaporte: P6152085B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003878/2022-68 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Paul Agapito Torreno Data Nascimento: 16/08/1993 Passaporte: P2231461B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003972/2022-17 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Tomasz Bogucki Data Nascimento: 23/01/1977 Passaporte: EN 5353915 País: POLONIA.

Processo: 08228.004033/2022-91 Requerente: BW LNG SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Craig William Johnston Data Nascimento: 01/07/1986 Passaporte: 533703056 País: GRA-BRETANHA.

Processo: 08228.004161/2022-33 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Raneil Lacerna Respecia Data Nascimento: 28/11/1979 Passaporte: P5918983B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004187/2022-81 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Raven Atienza Capili Data Nascimento: 14/11/1992 Passaporte: P9117364A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004045/2022-14 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Lord Jayson Parungao Dionisio Data Nascimento: 06/01/1988 Passaporte: P5572259B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003768/2022-12 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Romnick Velasco Villarosa Data Nascimento: 07/04/1989 Passaporte: P6676590B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004150/2022-53 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sharavanan Amirtha Lingam Data Nascimento: 10/06/1990 Passaporte: Z3577494 País: INDIA.

Processo: 08228.004170/2022-24 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Vincent Pineda Narido Data Nascimento: 15/06/1987 Passaporte: P7384646A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003865/2022-99 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAEL BARRY ANTONIO BARRETTO Data Nascimento: 25/11/1975 Passaporte: P9247083B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003495/2022-91 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 10/08/2022 Imigrante: Jhimzon Cabradilla Antolin Data Nascimento: 12/09/1977 Passaporte: P6367282B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002288/2022-18 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 10/08/2022 Imigrante: Jomar Villaluz Pelara Data Nascimento: 20/06/1981 Passaporte: P6725685B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004028/2022-87 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 05/01/2023 Imigrante: Joeland Rey Jamilla Data Nascimento: 16/01/1978 Passaporte: P5832376B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003851/2022-75 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Craig Philip Potter Data Nascimento: 01/10/1974 Passaporte: HL599148 País: CANADA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.004653/2022-29 Requerente: GOLDWIND EQUIPAMENTOS E SOLUCOES EM ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Xuan Liang Data Nascimento: 15/03/1984 Passaporte: EC2091295 País: CHINA.

Processo: 08228.004138/2022-49 Requerente: JMBWIND BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EDWARD JAN JARLACZYNSKI Data Nascimento: 18/07/1963 Passaporte: EK 4924144 País: POLONIA.

Processo: 08228.004603/2022-41 Requerente: MITSUBISHI ELECTRIC DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAKAZU MATSUMURA Data Nascimento: 17/05/1965 Passaporte: TR4352424 País: JAPAO.

Processo: 08228.004197/2022-17 Requerente: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUSUKE KATSURA Data Nascimento: 31/01/1987 Passaporte: TS3021968 País: JAPAO.

Processo: 08228.004613/2022-87 Requerente: KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KENJI MATSUBARA Data Nascimento: 02/02/1967 Passaporte: TZ1237865 País: JAPAO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.004063/2022-12 Requerente: SHAPE BRASIL SOLUCOES DIGITAIS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: YURI HAGA Data Nascimento: 12/01/1996 Passaporte: TR9118861 País: JAPAO.

Processo: 08228.004010/2022-85 Requerente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Prazo: 06 Mêses Imigrante: ZAYRA GONZALEZ REYES Data Nascimento: 20/01/1994 Passaporte: RD6139422 País: REPÚBLICA DOMINICANA.

Processo: 08228.003267/2022-11 Requerente: LANXESS - INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS E PLASTICOS LTDA. Prazo: 3 Mêses Imigrante: Senada Humic Data Nascimento: 16/06/1995 Passaporte: C9J8MM2V7 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.004047/2022-11 Requerente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A Prazo: 6 Mêses Imigrante: NIKHIL MURALI Data Nascimento: 05/04/1989 Passaporte: L1750736 País: INDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2018

Processo: 08228.005237/2022-48 Requerente: FUNDACAO GETULIO VARGAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MARCOS MANUEL SALGADO Data Nascimento: 11/03/1992 Passaporte: AAD366166 País: ARGENTINA Mãe: MARIA AMELIA FIEL Pai: ALEJANDRO MANUEL SALGADO.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.000724/2022-14 Requerente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL ESCOLAPIA FEMININA - ASSEDEF Prazo: 2 Anos Imigrante: Samira Domingos Mendonça Data Nascimento: 26/03/1984 Passaporte: c00283109 País: GUINE-BISSAU Mãe: Inacia Biague Pai: Domingos Mendonça.

Processo: 08228.000861/2022-59 Requerente: HARDY LOMBO MAKIESE Prazo: 1 Ano Imigrante: HARDY LOMBO MAKIESE Data Nascimento: 12/12/1987 Passaporte: OP0884599 País: REP. DEM. CONGO Mãe: MARIE MIEZI NDOZI Pai: SIMON MUNZEKELA.

Processo: 08228.001282/2022-23 Requerente: AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH Prazo: 2 Anos Imigrante: AMMAR ABDELAZIZ HASSAN SALIH Data Nascimento: 19/06/1993 Passaporte: P06649871 País: SUDAO Mãe: NAGAT ABDELSADIG MOHAMED SAID Pai: ABDELAZIZ HASSAN SALIH TAHA.

Processo: 08228.001776/2022-16 Requerente: MOHOSIN AHMED TINKU Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHOSIN AHMED TINKU Data Nascimento: 15/11/1999 Passaporte: BX0380159 País: BANGLADESH Mãe: SHEBU AKTHER Pai: ABDUR RAHMAN ARMAN.

Processo: 08228.001777/2022-52 Requerente: NIKHIL PAUL Prazo: 2 Anos Imigrante: NIKHIL PAUL Data Nascimento: 05/05/1977 Passaporte: BR0084197 País: BANGLADESH Mãe: KAMONA BALA PAUL Pai: KRISHNA PAUL.

Processo: 08228.002494/2022-28 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 24 Mêses Imigrante: Nicola Ravagli Data Nascimento: 03/05/1967 Passaporte: YB 6891246 País: ITALIA Mãe: Marta Motta Pai: Gastone Ravagli.

Processo: 08228.002568/2022-26 Requerente: NAZRUL ISLAM SHANTO Prazo: 2 Anos Imigrante: NAZRUL ISLAM SHANTO Data Nascimento: 27/05/1996 Passaporte: BM0088395 País: BANGLADESH Mãe: NAZMA BEGUM Pai: NURUL ISLAM.

Processo: 08228.002569/2022-71 Requerente: ATOSH MIAH Prazo: 2 Anos Imigrante: ATOSH MIAH Data Nascimento: 01/02/1988 Passaporte: EH0348154 País: BANGLADESH Mãe: REZIA KHATUN Pai: ALAM BAPARY.

Processo: 08228.002570/2022-11 Requerente: SAIDUR RAHMAN Prazo: 2 Anos Imigrante: SAIDUR RAHMAN Data Nascimento: 12/03/1990 Passaporte: EG0112731 País: BANGLADESH Mãe: RAHIMA Pai: SIDDIK SARDAR.

Processo: 08228.001915/2022-11 Requerente: GOBRAN CONSTRUCOES EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Jorge Augusto Clemente Branco Data Nascimento: 07/07/1987 Passaporte: CB855850 País: PORTUGAL Mãe: Maria Amélia Pires Clemente Branco Pai: Manuel Dias Branco.

Processo: 08228.003077/2022-19 Requerente: TOP BLUE DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MAHDI EL SIBAL Data Nascimento: 06/11/2000 Passaporte: LR2217086 País: LIBANO Mãe: ALIA NASSAR Pai: KHALIL EL SIBAL.

Processo: 08228.003667/2022-25 Requerente: LABORATORIO DE PROTESE E ORTESE LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: RAFAEL ANTÔNIO HERVÁS ESTÉVEZ Data Nascimento: 29/03/1970 Passaporte: PAL817277 País: ESPANHA Mãe: MARIA JOSE ESTEVEZ DIEZ Pai: JOSE MARIA HERVAS OLIVARES.

Processo: 08228.003820/2022-14 Requerente: VP FLEXGEN (BRAZIL) SPE LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LIU JIE Data Nascimento: 13/08/1985 Passaporte: EF8728968 País: CHINA Mãe: YUQIN CHEN Pai: YUXIANG LIU.

Processo: 08228.003914/2022-93 Requerente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL Prazo: 1 Ano Imigrante: ADELAIDE MARIE RAMEY Data Nascimento: 18/02/1990 Passaporte: 18EI63657 País: FRANCA Mãe: SYLVIE RAMEY Pai: JEAN YVES RAMEY.

Processo: 08228.004094/2022-57 Requerente: NHIN NA NAMBERA Prazo: 2 Anos Imigrante: NHIN NA NAMBERA Data Nascimento: 17/08/1985 Passaporte: C00098772 País: GUINE-BISSAU Mãe: BRINSAN NA SUMA Pai: SANA NAMBERA.

Processo: 08228.004183/2022-11 Requerente: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: MANUEL ALEJANDRO MEDINA CABRERA Data Nascimento: 24/01/1993 Passaporte: 1793801 País: CUBA Mãe: TANIA ODALIS CABRERA DÍAZ Pai: MARCELINO MEDINA GONZÁLEZ.

Processo: 08228.004393/2022-91 Requerente: HARBIN ELECTRIC MACHINERY (BRAZIL) COMERCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LONG SHEN Data Nascimento: 28/09/1983 Passaporte: PE1856223 País: CHINA Mãe: GUOE CHANG Pai: ZIKUI SHEN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.003982/2022-52 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Rupesh Kumar Data Nascimento: 28/01/1986 Passaporte: U9932224 País: INDIA.

Processo: 08228.003984/2022-41 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Rohit Premlal Bakamwar Data Nascimento: 20/08/1996 Passaporte: V1660152 País: INDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.002480/2022-12 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 02/06/2023 Imigrante: Wernervon Joseph Paran Batiquin Data Nascimento: 09/10/1982 Passaporte: P1904637B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.003997/2022-11 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Pierre Hugues Adrien Donzelli Data Nascimento: 29/11/1991 Passaporte: 16FV00090 País: FRANCA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 10/2017

Processo: 08228.003254/2022-41 Requerente: HEINRICH-BOLL-STIFTUNG Prazo: 2 Anos Imigrante: Annette Von Schoenfeld Data Nascimento: 31/10/1957 Passaporte: C4CVX6XLW País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.003781/2022-55 Requerente: ''K'' LINE BRASIL TRANSPORTES MARITIMOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUYA KUROI Data Nascimento: 17/03/1980 Passaporte: TZ0851107 País: JAPAO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.003568/2022-43 Requerente: EXATAMENTE COMPRA VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE CHRISTINE RAINERI Data Nascimento: 27/07/1967 Passaporte: ya5172924 País: ITALIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.003808/2022-18 Requerente: FERNANDO HENRIQUE NOGUEIRA MORAIS Prazo: 1 Ano Imigrante: CAMILO TEREZA QUISSONGO Data Nascimento: 27/12/1994 Passaporte: PC030516 País: SAO TOME E PRINCIPE.

Processo: 08228.003263/2022-31 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Bradley Kempton Mckinnon Data Nascimento: 01/10/1961 Passaporte: 592591542 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003255/2022-95 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Hannah Kristene Johnson Data Nascimento: 30/07/2001 Passaporte: 662786436 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003846/2022-62 Requerente: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: 2 Anos Imigrante: Maria Emília Cardoso de Lemos Peliz Data Nascimento: 04/12/1949 Passaporte: Passaporte País: PORTUGAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.003304/2022-91 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARVIN LEE YU WEI Data Nascimento: 28/03/1994 Passaporte: K1376511G País: CINGAPURA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.003673/2022-82 Requerente: SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MOOSUNG LEE Data Nascimento: 29/05/1964 Passaporte: 567467244 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Bong Lim Choi Pai: Hong Suk Lee.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.000355/2022-61 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 25/03/2023 Imigrante: MANUEL ALVAREZ MARTINEZ Data Nascimento: 26/04/1975 Passaporte: PAD192867 País: ESPANHA Mãe: Dolores Martinez Molina Pai: Wenceslao Alvarez Rojo.

Processo: 08228.001705/2022-13 Requerente: ZHOU LIQIN Prazo: 1 Ano Imigrante: WANGFENG SUN Data Nascimento: 14/03/1989 Passaporte: EG3510169 País: CHINA Mãe: AIE RUAN Pai: MEICHONG SUN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.003257/2022-84 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: DOMINIQUE JEAN MARCEL HUTIN Data Nascimento: 15/08/1964 Passaporte: 18FD45412 País: FRANCA Mãe: EVELINE BLANCHE THEOTISE ROQUART Pai: PIERRE FRANÇOIS HUTIN.

Processo: 08228.003714/2022-31 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SATHIT JAEMJAIHAN Data Nascimento: 22/03/1983 Passaporte: AA9798082 País: TAILANDIA Mãe: ISSAREE JAEMJAIHAN Pai: SOMKID JAEMJAIHAN.

Processo: 08228.003715/2022-85 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WANNASAK SINGSA Data Nascimento: 14/11/1975 Passaporte: AB4578716 País: TAILANDIA Mãe: NAPAPORN SINGSA Pai: SUWAN SINGSA.

Processo: 08228.003717/2022-74 Requerente: SERIMAX DO BRASIL SERVICOS DE SOLDAGEM E FABRICACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: VINCENT ALAIN GRALL Data Nascimento: 09/02/1975 Passaporte: 13FV24794 País: FRANCA Mãe: MARIE MADELEINE YVONNE ABIVEN Pai: ALLAIN YVES LOUIS GRALL.

Processo: 08228.003333/2022-51 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Richard Pinter Data Nascimento: 11/11/1979 Passaporte: U4881822 País: AUSTRIA Mãe: Hildegard Pinter Pai: Franz Pinter.

Processo: 08228.003341/2022-14 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Thomas Radauer Data Nascimento: 09/06/1973 Passaporte: U4328262 País: AUSTRIA Mãe: Irmengard Maria Radauer Pai: Werner Johann Radauer.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.003441/2022-24 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SUDIPTA CHOWDHURY Data Nascimento: 04/02/1990 Passaporte: V7332125 País: INDIA Mãe: MADHABI CHOWDHURY Pai: ASIT KRISHNA CHOWDHURY.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.003487/2022-43 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/06/2022 Imigrante: Marciano Lodovice Letigio Data Nascimento: 08/04/1972 Passaporte: P5217840A País: FILIPINAS Mãe: Lucia Aspacio Lodovice Pai: Damiano Enclonar Letigio.

Processo: 08228.000383/2022-87 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/05/2022 Imigrante: Joel Nordstrand Data Nascimento: 20/05/1982 Passaporte: 35465567 País: SUECIA Mãe: Carina Birgitta Nordstrand Pai: Sven Ake Lennart Nordstrand.

Processo: 08228.003602/2022-81 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/05/2022 Imigrante: Leoniso Oponda Atuel Data Nascimento: 11/03/1991 Passaporte: P7027275B País: FILIPINAS Mãe: Primitiva Macua Oponda Pai: Quirino Avenido Atuel.

Processo: 08228.002810/2022-61 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ron Cyrel Robles Bengala Data Nascimento: 29/07/1998 Passaporte: P7503110B País: FILIPINAS Mãe: Vilma Robles Bengala Pai: Romelo Bolante Bengala.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 11/2017)

Processo: 08228.004143/2022-51 Requerente: ITOCHU BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Hiroyuki Yano Data Nascimento: 27/06/1983 Passaporte: TR9274023 País: JAPAO Mãe: Taeko Yano Pai: Hiroaki Yano.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.001627/2022-49 Requerente: ZION CHURCH BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: SAMUEL ISAAC RODRIGUEZ Data Nascimento: 09/11/1993 Passaporte: 493178273 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Irene Flores Solis Pai: Samuel G Rodriguez.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 40/2019)

Processo: 08228.003402/2022-27 Requerente: KARL HEINZ HOFSAS Prazo: Indeterminado Imigrante: KARL HEINZ HOFSAESS Data Nascimento: 04/05/1947 Passaporte: C8GKNZT5W País: ALEMANHA Mãe: ELISE HOFSAESS Pai: FERDINAND HOFSAESS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 4º c/c 2º, Inciso II)

Processo: 08228.004077/2022-11 Requerente: ZENON BIENIAS Prazo: Indeterminado Imigrante: zenon Bienias Data Nascimento: 23/05/1947 Passaporte: EN8935530 País: POLONIA Mãe: Janina Bienias Pai: Henryk Bienias.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.003381/2022-41 Requerente: RICHARD PAUL WASHAM Prazo: 1 Ano Imigrante: Richard Washam Data Nascimento: 04/04/1983 Passaporte: 555327982 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003073/2022-14 Requerente: Matthew Jonathan La Pan Prazo: 1 Ano Imigrante: Matthew Jonathan La Pan Data Nascimento: 24/07/1988 Passaporte: 540050187 País: ESTADOS UNIDOS.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.003566/2022-54 Requerente: JESSICA LIZBETH SMOOTE Prazo: 1 Ano Imigrante: Jessica Lizbeth Data Nascimento: 21/01/1990 Passaporte: Passaporte País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.003308/2022-78 Requerente: ILARIA BAGALINI Prazo: 1 Ano Imigrante: ILARIA BAGALINI Data Nascimento: 12/03/1992 Passaporte: PASAPORTE País: ITALIA.

Processo: 08228.002361/2022-51 Requerente: GUSTAV JOHANNES CESAR VAN PUTTEN Prazo: 12 Mêses Imigrante: Gustav Johannes Cesar Van Putten Data Nascimento: 22/01/1986 Passaporte: 17CF19865 País: FRANCA.

Processo: 08228.002473/2022-11 Requerente: Lorenzo Greco Prazo: 03/07/2023 Imigrante: Lorenzo Greco Data Nascimento: 21/03/1994 Passaporte: Passaporte País: ITALIA.

Processo: 08228.002519/2022-93 Requerente: DAVID HEKKERS Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID HEKKERS Data Nascimento: 20/10/1990 Passaporte: ES767799 País: BELGICA.

Processo: 08228.002505/2022-71 Requerente: DANIELLE MARIE HALSTEAD Prazo: 1 Ano Imigrante: Danielle Halstead Data Nascimento: 06/03/1976 Passaporte: Passport País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004732/2022-31 Requerente: AKOETEY AMAH TCHOUTCHOUI Prazo: Indeterminado Imigrante: AKOETEY AMAH TCHOUTCHOUI Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: EB628440 País: TOGO Imigrante: AKOETEY AMAH TCHOUTCHOUI Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: EB628440 País: TOGO.

Processo: 08228.004844/2022-91 Requerente: Y. K. ASSFOUR CELULARES Prazo: Indeterminado Imigrante: ALI HAIDAR Data Nascimento: 27/06/1999 Passaporte: RL4114446 País: LIBANO.

Processo: 08228.004336/2022-11 Requerente: TEKO MONSI Prazo: Indeterminado Imigrante: TEKO MONSI Data Nascimento: 03/04/1971 Passaporte: EB512741 País: TOGO.

Processo: 08228.003892/2022-61 Requerente: ABDOUL HAKE INOUSSA Prazo: Indeterminado Imigrante: ABDOUL HAKE INOUSSA Data Nascimento: 28/01/1990 Passaporte: EB423556 País: TOGO.

Processo: 08228.003236/2022-69 Requerente: ABDELKARIM Prazo: Indeterminado Imigrante: ABDELKARIM AIT-BENCHRI Data Nascimento: 12/11/1986 Passaporte: WR1689896 País: MARROCOS.

Processo: 08228.002708/2022-66 Requerente: BRIGITTA DORIS SCHLODER GAWEL Prazo: 1 Ano Imigrante: Brigitta Doris Gawel Schloder Data Nascimento: 13/01/1948 Passaporte: C3FTG0TF6 País: ALEMANHA ORIENTAL Mãe: Irmgard Edith Gertrud Reinke Gawel Pai: Kurt Josef Gawel.

Processo: 08228.000562/2022-14 Requerente: ZERROUK ALI Prazo: Indeterminado Imigrante: zerrouk Data Nascimento: 14/11/1958 Passaporte: passaporte País: FRANCA Mãe: kadi taous Pai: zerrouk mohand amokrane.

Processo: 08228.002382/2022-77 Requerente: TORFINN SOREIDE Prazo: 2 Anos Imigrante: Torfinn Data Nascimento: 19/11/1969 Passaporte: Noruega País: NORUEGA Mãe: Ingeborg Søreide Pai: Bjørn Søreide.

Processo: 08228.003196/2022-55 Requerente: GEORG WILHELM KLEIN Prazo: Indeterminado Imigrante: GEORG WILHELM KLEIN Data Nascimento: 13/02/1978 Passaporte: X3228278 País: SUICA Mãe: MAJA MADELEINE KLEIN-GERBER Pai: REINHARD FERDINAND KLEIN.

Processo: 08228.003316/2022-14 Requerente: ANTHONY PAUL MUGNIER Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTHONY PAUL MUGNIER Data Nascimento: 04/08/1980 Passaporte: 16DL17197 País: FRANCA Mãe: ROSANNA LIBERTI Pai: ROLAND GEORGES MUGNIER.

Processo: 08228.000011/2022-51 Requerente: DO GROUP INVEST BRASIL PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ARNAUD DONATIEN GOUXETTE Data Nascimento: 30/06/1983 Passaporte: 16AY90407 País: FRANCA Mãe: CAROLINE RAYMONDE MARIE SCHICKELE Pai: ERIC NORBERT JEAN LOUIS GOUXETTE.

Processo: 08228.001166/2022-12 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Talha Dedeoglu Data Nascimento: 15/01/1994 Passaporte: U23510799 País: TURQUIA Mãe: Aysegul Dedeoglu Pai: Mehmet Munir Dedeoglu.

Processo: 08228.001164/2022-15 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Sarper Yigit Oztokatli Data Nascimento: 10/11/1993 Passaporte: U20119208 País: TURQUIA Mãe: Nesrin Oztokatli Pai: Ozlem Oztokatli.

Processo: 08228.001160/2022-37 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Huseyin Kemal Data Nascimento: 19/10/1984 Passaporte: U08176959 País: TURQUIA Mãe: Dudu Kemal Pai: Hasbi Kemal.

Processo: 08228.001497/2022-44 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: HANS HAKAN LIDMAN Data Nascimento: 15/08/1958 Passaporte: 36760193 País: SUECIA Mãe: GUDRUN MARIANA LIDMAN Pai: HANS OLOV LIDMAN.

Processo: 08228.001128/2022-51 Requerente: BOUTIQUE DE CARNES GLAT KOSHER LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: TOUBIHIL DIAI Data Nascimento: 16/08/1994 Passaporte: H362703 País: TUNISIA Mãe: MERIAM TRABELSSI Pai: BRIKHIA DIAI.

Processo: 08228.000832/2022-97 Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO E DO LAZER Prazo: Indeterminado Imigrante: PAVEL OXAMENDI MENDIZABAL Data Nascimento: 05/02/1977 Passaporte: I546697 País: CUBA Mãe: ISABEL MENDIZABAL GARCIA Pai: OSCAR OXAMENDI MONTALVO.

Processo: 08228.000067/2022-13 Requerente: SENECA ADVISORS LTDA. Prazo: 90 Dias Imigrante: VASCO VALA CLARA Data Nascimento: 23/10/2000 Passaporte: CB842321 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.002148/2022-41 Requerente: JOSE FERNANDO ORDOÑEZ MENACHO Prazo: Indeterminado Imigrante: Fernando Ordoñez Menacho Data Nascimento: 19/03/1985 Passaporte: FE38516 País: BOLIVIA Mãe: Juana Ignacia Menacho Cespedes Pai: Alcibiades Ordoñez Raldes.

Processo: 08228.001621/2022-71 Requerente: EMA MANUFATURA EXPORTACAO E IMPORTACAO DE COUROS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHELE VIGNOLA Data Nascimento: 25/11/1961 Passaporte: YB7667549 País: ITALIA Mãe: MARIA CARMELA MONTESUSCO Pai: RAFFAELE VIGNOLA.

Processo: 08228.005112/2022-18 Requerente: COIMBRA ESPORTE CLUBE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ALFREDO JOAQUIM PIEDADE COSTA DE ALMEIDA Data Nascimento: 17/06/1983 Passaporte: CB295502 País: PORTUGAL Mãe: MARIA JOSÉ SANTOS PIEDADE DE ALMEIDA Pai: ALFREDO COSTA DE ALMEIDA.

Processo: 08228.003662/2022-19 Requerente: KIM BECH DUUSGAARD Prazo: Indeterminado Imigrante: KIM BECH DUUSGAARD Data Nascimento: 29/12/1990 Passaporte: 209113877 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.001512/2022-54 Requerente: ASSOCIACAO NOVO CAMINHO JUVENIL Prazo: 3 Mêses Imigrante: ARIANNA MONTANARO Data Nascimento: 04/06/1992 Passaporte: YB5505730 País: ITALIA Imigrante: ARIANNA MONTANARO Data Nascimento: 04/06/1992 Passaporte: YB5505730 País: ITALIA Imigrante: ARIANNA MONTANARO Data Nascimento: 04/06/1992 Passaporte: YB5505730 País: ITALIA.

Processo: 08228.001315/2022-35 Requerente: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E CAPACITACAO EM AGROECOLOGIA-CEAGRO Prazo: 1 Ano Imigrante: Jose Ignacio De Vicente Casillas Data Nascimento: 15/06/1968 Passaporte: PAM377337 País: ESPANHA.

Processo: 08228.003382/2022-94 Requerente: IRMAS MISSIONARIAS SERVIDORAS DA PALAVRA - BRASIL (HMSP-BRASIL) Prazo: 2 Anos Imigrante: Ana Maria Gamiño Tovar Data Nascimento: 02/02/1993 Passaporte: G26514040 País: MEXICO.

Processo: 08228.002237/2022-96 Requerente: ORGANIZACAO PALAVRA DA VIDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Molly Candace Williams Data Nascimento: 14/12/2000 Passaporte: 591123224 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.000632/2022-34 Requerente: IGREJA BATISTA PENIEL EM GUARULHOS Prazo: 1 Ano Imigrante: Paul Changyon Kim Data Nascimento: 02/11/1956 Passaporte: 542019639 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001632/2022-51 Requerente: SOUTH AMERICAN INDIAN MISSION INC Prazo: 2 Anos Imigrante: Timothy Effinger Callahan Data Nascimento: 14/08/1993 Passaporte: 566948561 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001695/2022-16 Requerente: MARY NJERI KARIUKI Prazo: 2 Anos Imigrante: MARY NJERI KARIUKI Data Nascimento: 07/12/1984 Passaporte: AK0004663 País: QUENIA.

Processo: 08228.001752/2022-59 Requerente: ORGANIZACAO PALAVRA DA VIDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Kailyn Diane Stanovich Data Nascimento: 19/12/1999 Passaporte: 578961004 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001606/2022-23 Requerente: FELIX STEYSKAL Prazo: Indeterminado Imigrante: FELIX STEYSKAL Data Nascimento: 19/07/1963 Passaporte: U 4410331 País: AUSTRIA Imigrante: FELIX STEYSKAL Data Nascimento: 19/07/1963 Passaporte: PASSAPORTE País: AUSTRIA.

Processo: 08228.002545/2022-11 Requerente: MRA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HOSSEIN ZAREI Data Nascimento: 13/03/1992 Passaporte: R51983784 País: IRA.

Processo: 08228.002652/2022-41 Requerente: ALEBRAS COMPRA E VENDA DE METAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: WALID YOUSSEF EL HOCHAIMI Data Nascimento: 01/05/1968 Passaporte: C7G4FHWRL País: ALEMANHA OCIDENTAL.

Processo: 08228.002651/2022-11 Requerente: ALEBRAS COMPRA E VENDA DE METAIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TAREK YOUSSEF EL HOCHAIMI Data Nascimento: 04/05/1974 Passaporte: C7G4XZXTG País: ALEMANHA OCIDENTAL.

Processo: 08228.000591/2022-86 Requerente: PG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PAOLO GIULI Data Nascimento: 18/10/1940 Passaporte: YB5689854 País: ITALIA.

Processo: 08228.000059/2022-69 Requerente: ABIBOU NDIAYE SAMB Prazo: Indeterminado Imigrante: ABIBOU NDIAYE SAMB Data Nascimento: 27/03/1973 Passaporte: A02731691 País: SENEGAL.

Processo: 08228.001755/2022-92 Requerente: INFINI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EM NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AMÉLIE DENISE MARIE TARVERNIER Data Nascimento: 20/12/1980 Passaporte: GM335800 País: CANADA.

Processo: 08228.003423/2022-42 Requerente: - Prazo: Indeterminado Imigrante: Shane Patrick Hurley Data Nascimento: 02/01/1985 Passaporte: Passaporte País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.001215/2022-17 Requerente: BRASIL PORT LOGISTICA OFFSHORE E ESTALEIRO NAVAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARL HOWARD HENNING II Data Nascimento: 31/07/1972 Passaporte: 538928362 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004307/2022-41 Requerente: SANKYU S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: TATSUYA HIROSE Data Nascimento: 22/08/1975 Passaporte: TS 3633298 País: JAPAO.

Processo: 08228.004031/2022-17 Requerente: NEXUS GERENCIAMENTO DE PATIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUYA KUROI Data Nascimento: 17/03/1980 Passaporte: TZ0851107 País: JAPAO.

Processo: 08228.001027/2022-81 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 16/03/2024 Imigrante: Jose Jr. Almeron Asuncion Data Nascimento: 06/01/1987 Passaporte: P6694905A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.000582/2022-95 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 03/11/2024 Imigrante: Leonilo Vidal Oquias Data Nascimento: 26/09/1967 Passaporte: P8360906B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.000466/2022-76 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 28/05/2022 Imigrante: Vladimir Denderin Data Nascimento: 04/12/1964 Passaporte: 757655177 País: RUSSIA.

Processo: 08228.002386/2022-55 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: JASPER TYRONE Data Nascimento: 15/08/1986 Passaporte: P5654429A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.004126/2022-14 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 21/10/2022 Imigrante: Jose Walter A. Danni Data Nascimento: 16/02/1963 Passaporte: EP205871 País: BELGICA.

Processo: 08228.004124/2022-25 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 21/10/2022 Imigrante: Joeri Marcelis Data Nascimento: 27/01/1988 Passaporte: ES128267 País: BELGICA.

Processo: 08228.004118/2022-78 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 17/10/2022 Imigrante: Sebastiaan Blom Data Nascimento: 22/06/1982 Passaporte: A05792071 País: REPUBL. DA AFRICA DO SUL.

Processo: 08228.000184/2022-79 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 25/03/2023 Imigrante: Midhun Saimon Data Nascimento: 23/06/1990 Passaporte: Z4732511 País: INDIA.

Processo: 08228.003097/2022-73 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Muhammed Arslan Data Nascimento: 27/11/1985 Passaporte: U23891520 País: TURQUIA.

Processo: 08228.002182/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 05/12/2022 Imigrante: GKREMI ALMPIOUS Data Nascimento: 09/07/1988 Passaporte: AT1121711 País: GRECIA.

Processo: 08228.001179/2022-83 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/08/2022 Imigrante: SHARIF MOHAMMED Data Nascimento: 20/06/1977 Passaporte: L2850188 País: INDIA.

Processo: 08228.001177/2022-94 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/08/2022 Imigrante: VIKAS BHASKAR SHINDE Data Nascimento: 12/03/1990 Passaporte: V2937695 País: INDIA.

Processo: 08228.002214/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 08/06/2022 Imigrante: VENUSITO RANIS DANIEL Data Nascimento: 27/12/1973 Passaporte: P5709641B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002186/2022-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 05/12/2022 Imigrante: ALEXIOU GEORGIOS Data Nascimento: 21/10/1965 Passaporte: AP2396661 País: GRECIA.

Processo: 08228.002007/2022-27 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/02/2022 Imigrante: ANTIDIO JR TANGI CALULO Data Nascimento: 14/10/1981 Passaporte: P8365694B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.002087/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 05/12/2022 Imigrante: SERGEY GRITSAENKO Data Nascimento: 27/07/1981 Passaporte: 75 2735808 País: RUSSIA.

Processo: 08228.001172/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/08/2022 Imigrante: KAPIL CHHILLAR Data Nascimento: 20/08/1995 Passaporte: LS238211 País: INDIA.

Processo: 08228.000225/2022-27 Requerente: DAYLEN NOBLET ARZUAGA Prazo: 1 Ano Imigrante: Daylen Noblet Arzuaga Data Nascimento: 05/11/1994 Passaporte: 1861169 País: CUBA Imigrante: Daylen Noblet Arzuaga Data Nascimento: 05/11/1994 Passaporte: 1861169 País: CUBA.

Processo: 08228.000151/2022-29 Requerente: MOHAMED HEDI BOHLI Prazo: 1 Ano Imigrante: MOHAMED HEDI BOHLI Data Nascimento: 24/04/1990 Passaporte: H302343 País: TUNISIA Imigrante: MOHAMED HEDI BOHLI Data Nascimento: 24/04/1990 Passaporte: H302343 País: BRASIL.

Processo: 08228.002334/2022-89 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ERWEI ZHAN Data Nascimento: 29/07/1987 Passaporte: EJ 5446223 País: CHINA.

Processo: 08228.001981/2022-73 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LICHENG PANG Data Nascimento: 08/02/1978 Passaporte: E 97244838 País: CHINA Imigrante: LICHENG PANG Data Nascimento: 08/02/1978 Passaporte: E97244838 País: CHINA.

Processo: 08228.001949/2022-98 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FUZHENG WANG Data Nascimento: 08/02/1978 Passaporte: E JI59654I País: CHINA.

Processo: 08228.002119/2022-88 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ERWEI ZHAN Data Nascimento: 29/07/1987 Passaporte: EJ5446223 País: CHINA.

Processo: 08228.004700/2022-34 Requerente: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA Prazo: 60 Dias Imigrante: MICHAEL JOHANNES ELLERMANN Data Nascimento: 06/04/1967 Passaporte: C2K5Y3YTJ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.004697/2022-59 Requerente: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA Prazo: 60 Dias Imigrante: THOMAS PRIEWICH Data Nascimento: 25/01/1965 Passaporte: C7MN28RJP País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003006/2022-16 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Vinayan Kudukku Valappil Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: Z5936000 País: INDIA.

Processo: 08228.000020/2022-41 Requerente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MÁQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Joel Uribe Data Nascimento: 13/09/1990 Passaporte: 671486955 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.004799/2022-74 Requerente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 180 Dias Imigrante: Juan Carlos Garcia Pozo Data Nascimento: 27/05/1991 Passaporte: PAK632649 País: ESPANHA.

Processo: 08228.004281/2022-31 Requerente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 180 Dias Imigrante: Carlos Palancar Alonso Data Nascimento: 15/05/1971 Passaporte: AAJ489542 País: ESPANHA.

Processo: 08228.004070/2022-14 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jori Taisto Juhani Hyrkäs Data Nascimento: 17/05/1988 Passaporte: FP2322297 País: FINLANDIA.

Processo: 08228.000825/2022-95 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: ALEXANDER TRUCHIN Data Nascimento: 03/11/1983 Passaporte: C6XTM3MVW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.003795/2022-79 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: STEEN HORSBOL JORGENSEN Data Nascimento: 10/11/1963 Passaporte: 209427243 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.003105/2022-81 Requerente: INACIA MENDES Prazo: 2 Anos Imigrante: INÁCIA MENDES Data Nascimento: 29/10/1984 Passaporte: C00084358 País: GUINE-BISSAU.

Processo: 08228.002138/2022-12 Requerente: OBADIAS SITA KITOKO Prazo: 1 Ano Imigrante: obadias sita kitoko Data Nascimento: 25/07/1975 Passaporte: N1238898 País: ANGOLA.

Processo: 08228.002159/2022-21 Requerente: CELESTINO NEVES Prazo: 1 Ano Imigrante: celestino neves Data Nascimento: 13/05/1990 Passaporte: N2398343 País: ANGOLA.

Processo: 08228.002683/2022-17 Requerente: JOAO MIGUEL JUNIOR LOJA PEREIRA Prazo: 1 Ano Imigrante: João Miguel Júnior Loja Pereira Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: CC336911 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.002864/2022-27 Requerente: JOAO MIGUEL JUNIOR LOJA PEREIRA Prazo: 1 Ano Imigrante: João Miguel Júnior Loja Pereira Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: CC336911 País: PORTUGAL Imigrante: João Miguel Júnior Loja Pereira Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: CC336911 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.003491/2022-11 Requerente: AIST BRAZIL SOFTWARE LIMITADA Prazo: 1 Ano Imigrante: Carlos Manuel Lopes Cardoso Data Nascimento: 07/04/1985 Passaporte: 3540831 País: RUSSIA.

Processo: 08228.001846/2022-28 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Gayashan Kasun Dissanayaka Data Nascimento: 05/06/1990 Passaporte: N9405372 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.001232/2022-46 Requerente: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Salvador Mejia Gomez Data Nascimento: 30/03/1980 Passaporte: G38424792 País: MEXICO.

Processo: 08228.003020/2022-11 Requerente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: NICOLAS JEAN-PIERRE YVES QUERE Data Nascimento: 18/06/1985 Passaporte: 16DP65566 País: FRANCA.

Processo: 08228.000781/2022-11 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: KOICHI HIROSE Data Nascimento: 14/12/1962 Passaporte: TR8026985 País: JAPAO.

Processo: 08228.002776/2022-25 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: PENGSHENG ZHANG Data Nascimento: 17/08/1987 Passaporte: PE1928351 País: CHINA.

Processo: 08228.001073/2022-81 Requerente: MERCADINHO SN LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Utpul Babu Data Nascimento: 12/10/1985 Passaporte: EF0552329 País: BANGLADESH.

Processo: 08228.002911/2022-32 Requerente: ANDREIA MUNHOZ DE OLIVEIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ethan Michael Diddams Data Nascimento: 22/12/2002 Passaporte: 128113299 País: REINO UNIDO Mãe: Natalie Diddams Pai: Michael Diddams.

Processo: 08228.002923/2022-67 Requerente: JANUARIO JOSE MONTEIRO Prazo: 2 Anos Imigrante: JANUARIO JOSE MONTEIRO Data Nascimento: 01/09/1993 Passaporte: 2409327 País: ANGOLA Mãe: MARIA ANA JOSE Pai: ANTONIO GOMES MONTEIRO.

Processo: 08228.002368/2022-73 Requerente: IMELDA VALDES CORDERO Prazo: 1 Ano Imigrante: veronica gil pereda Data Nascimento: 12/02/1996 Passaporte: k806415 País: CUBA Mãe: juana aleida pereda Pai: raul gil.

Processo: 08228.000035/2022-18 Requerente: ADELAIDE TCHIHAMBO NGULA Prazo: 2 Anos Imigrante: ADELAIDE TCHIHAMBO NGULA Data Nascimento: 15/03/1994 Passaporte: passaporte País: ANGOLA Mãe: ANGELINA CAMIA Pai: FRANCISCO NGULA.

Processo: 08228.001830/2022-15 Requerente: DRAMANE ZANNE Prazo: Indeterminado Imigrante: DRAMANE ZANNE Data Nascimento: 01/01/1982 Passaporte: A3167904 País: BURKINA Mãe: KELOU SIMBOLE Pai: POREE ZANNE.

Processo: 08228.002389/2022-99 Requerente: América Latina Comércio de Inox Ltda Prazo: 1 Ano Imigrante: Nishant Pandey Data Nascimento: 24/11/1984 Passaporte: Z5735985 País: INDIA Mãe: Mithilesh Prabhakar Pai: Prabhakar Ramawadh.

Processo: 08228.000430/2022-92 Requerente: BAMAFIX PARAFUSOS E FERRAMENTAS EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: IBRAHIM BOULOS WAKIM Data Nascimento: 06/07/1990 Passaporte: LR2194635 País: LIBANO Mãe: Noha Aoun Pai: Boulos Wakim.

Processo: 08228.001702/2022-71 Requerente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DIVA SARAIVA Prazo: 2 Anos Imigrante: NAHIVITT STEFANY SANTANA BLATCH Data Nascimento: 14/11/1993 Passaporte: PASSAPORT País: VENEZUELA Mãe: NAHIANDU DEL CARMEN BLATCH COLINA Pai: VICTOR SANTANA HERNANDEZ.

Processo: 08228.002499/2022-51 Requerente: JEREMI SANTANA Prazo: Indeterminado Imigrante: jeremi santana Data Nascimento: 07/08/1983 Passaporte: RD6070856 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: madre maria tereza santana de castilho Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.000010/2022-14 Requerente: HOTEL DAIFA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: ÁLVARO JOSÉ GRIJALBA Data Nascimento: 06/07/1975 Passaporte: AW401348 País: COLOMBIA Mãe: ELSA LLNÉS GRIJALBA Pai: EDILBERTO VERA.

Processo: 08228.001602/2022-45 Requerente: FELYPE TERRA AMANCIO Prazo: 2 Anos Imigrante: JINSHENG YANG Data Nascimento: 05/09/1989 Passaporte: E80351251 País: CHINA Mãe: JINFENG XU Pai: QIUNAN YANG.

Processo: 08228.001605/2022-89 Requerente: DURVAL PINHEIRO JUNIOR Prazo: 2 Anos Imigrante: Jiwei Liu Data Nascimento: 20/06/1986 Passaporte: EJ3594029 País: CHINA Mãe: Jinlan He Pai: Chengkun Liu.

Processo: 08228.002003/2022-49 Requerente: JENS STEINICKE KJAER Prazo: 03/10/2024 Imigrante: jens steinicke kjaer Data Nascimento: 16/07/1989 Passaporte: 211091167 País: DINAMARCA Mãe: Susanne Steinicke Kjær Pai: John Næsted Kjær.

Processo: 08228.002942/2022-93 Requerente: PAULINO BATISTA CO Prazo: 2 Anos Imigrante: PAULINO BATISTA CO Data Nascimento: 23/05/1979 Passaporte: C00098624 País: GUINE-BISSAU Mãe: SONA CA Pai: BATISTA CO.

Processo: 08228.002463/2022-77 Requerente: N TORNABIM CARLOS FONSECA Prazo: 2 Anos Imigrante: N´tornabim Carlos Fonseca Data Nascimento: 27/06/1988 Passaporte: C00069176 País: GUINE-BISSAU Mãe: Zinha Secuma Pai: Carlos Fonseca.

Processo: 08228.002935/2022-91 Requerente: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: WEN CHI LO Data Nascimento: 11/12/1985 Passaporte: 307654624 País: TAIWAN Mãe: JUI MIN LIN Pai: YUNG CHENG LO .

Processo: 08228.001753/2022-11 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSÉ MANUEL MENDES LOURO Data Nascimento: 31/03/1968 Passaporte: CB764912 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE LURDES MENDES Pai: FRANCISCO DA SILVA LOURO.

Processo: 08228.002994/2022-61 Requerente: ABUBAKARI YAMGA Prazo: Indeterminado Imigrante: ABDUL RAHMANI ISSAKA Data Nascimento: 07/10/1992 Passaporte: G2940224 País: GANA Mãe: FATI MUMUNI Pai: ABDUL RAHMAN ISSAKA.

Processo: 08228.003804/2022-21 Requerente: JOSE ANGEL RIVEAUX MERINO Prazo: Indeterminado Imigrante: José Angel Riveaux Merino Data Nascimento: 19/01/1988 Passaporte: Pasaporte País: CUBA Mãe: Elisa Merino Suarez Pai: Angel Onoris Riveaux Serrano.

Processo: 08228.003248/2022-93 Requerente: HENRIQUE RUIZ ANDRES EIFLER Prazo: 2 Anos Imigrante: JULIE PEARL FERRER VISCO Data Nascimento: 10/07/1991 Passaporte: P6577298B País: FILIPINAS Mãe: MARILYN BARENG FERRER Pai: ALFONSO ARIBUABO FERRER.

Processo: 08228.001062/2022-16 Requerente: ENYO MAWUMENYO GBEGNON Prazo: Indeterminado Imigrante: Enyo mawumenyo gbegnon Data Nascimento: 15/04/1983 Passaporte: EB512780 País: TOGO Mãe: flinleng djatoz Pai: mensah gbegnon.

Processo: 08228.002500/2022-47 Requerente: EMILY PREMIUM LOJAS DE VARIEDADES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jinyi Wu Data Nascimento: 06/07/2003 Passaporte: EF9828683 País: CHINA Mãe: Fenglan Wu Pai: Juqi Lin.

Processo: 08228.000623/2022-43 Requerente: DANIELE LO RE Prazo: 2 Anos Imigrante: Daniele Lo Re Data Nascimento: 12/09/1982 Passaporte: YB0493688 País: ITALIA Mãe: ARCIERI MARIA GIUSEPPA Pai: SALVATORE LO RE.

Processo: 08228.001396/2022-73 Requerente: SERGIO HENRIQUE DE ARAUJO & CIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HUSSEIN ABEDALLAH SAAB Data Nascimento: 07/08/1988 Passaporte: 11321L011695 País: LIBANO Mãe: ASIA Pai: ABED ALLAH.

Processo: 08228.000790/2022-94 Requerente: GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAGENS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Zakary Sagno Data Nascimento: 01/01/1984 Passaporte: O00601863 País: GUINE Mãe: Mariame Sagno Pai: Foro Mo Sagno.

Processo: 08228.002467/2022-55 Requerente: MOHAMMED BELAL UDDIN Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHAMMED BELAL UDDIN Data Nascimento: 20/12/1991 Passaporte: BT0607185 País: BANGLADESH Mãe: AMBIA KHATUN Pai: ABDUL QUDDS.

Processo: 08228.001993/2022-14 Requerente: MD AMIN Prazo: 2 Anos Imigrante: MD AMIN Data Nascimento: 15/05/1985 Passaporte: EE0786417 País: BANGLADESH Mãe: RANI Pai: ABDUL AZIZ MOROL.

Processo: 08228.001679/2022-15 Requerente: MD DALUAR HOSSAIN Prazo: 2 Anos Imigrante: MD DALUAR HOSSAIN Data Nascimento: 01/01/1979 Passaporte: BM0606611 País: BANGLADESH Mãe: AMBIA KHATUN Pai: WASHAK MOLLA.

Processo: 08228.001455/2022-11 Requerente: JAMAL HOSSAIN Prazo: 2 Anos Imigrante: JAMAL HOSSAIN Data Nascimento: 08/01/1980 Passaporte: EA0710544 País: BANGLADESH Mãe: KHORSHEDA BEGUM Pai: JAMIR ALI MOLLA.

Processo: 08228.000300/2022-51 Requerente: SISTEMA PRODUTOR SAO LOURENCO S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: YANFENG JIAN Data Nascimento: 13/08/2000 Passaporte: PE2150649 País: CHINA Mãe: ZHONGHUI FU Pai: KUNXU JIAN.

Processo: 08228.001552/2022-12 Requerente: HONG ZHANG Prazo: Indeterminado Imigrante: HONG ZHANG Data Nascimento: 23/10/1973 Passaporte: E88361337 País: CHINA Mãe: HUANG RUIFEN Pai: ZHANG SHIQING.

Processo: 08228.001966/2022-25 Requerente: RIFLESSO RESTAURANTE LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: DOMENICO MENAFRO Data Nascimento: 16/11/1983 Passaporte: YB4030106 País: ITALIA Mãe: PATRIZIA COSTA Pai: RAFFAELE MENAFRO.

Processo: 08228.001229/2022-22 Requerente: UP EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN GUTEMBERT OREL Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: PP3547298 País: HAITI.

CONCOMITÂNCIA

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA EURUS I LTDA. processo: 08228.005172/2022-31 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA MORRO DOS VENTOS III LTDA. processo: 08228.005175/2022-74 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA MORRO DOS VENTOS I LTDA. processo: 08228.005173/2022-85 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA MORRO DOS VENTOS VI LTDA. processo: 08228.005178/2022-16 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA MORRO DOS VENTOS II LTDA. processo: 08228.005174/2022-21 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da DESA MORRO DOS VENTOS IX LTDA. processo: 08228.005176/2022-19 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da ENERGETICA NOVO HORIZONTE LTDA. processo: 08228.005179/2022-52 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: YOUNG JIN JANG exercer concomitantemente o cargo de Administrador da MICO BIO BRASIL LTDA processo: 08228.005070/2022-15 anteriormente autorizado através do processo: 47039.003697/2022-11.

A Coordenadora Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Nome: XINJIAN CHEN exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da CAMPOS DOS VENTOS I ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. processo: 08228.005168/2022-72 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009835/2019-70.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

RETIFICAÇÕES

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 83, Processo: 08228.000253/2022-44, onde se lê: Prazo: 06/04/2022, leia-se: Prazo: 04/06/2022.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 84, de 05/05/2022, Seção 1, página 82, Processo: 08228.000250/2022-19, onde se lê: Prazo: 06/04/2022, leia-se: Prazo: 04/06/2022.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 93, de 18/05/2022, Seção 1, página 171, Processo: 08228.002062/2022-17, onde se lê: Data nascimento: 09/04/1983; Mãe: Manuel Moura Relvas Pereira Forjaz; Pai: Helena Maria Perdigao Mercier Marques Forjaz, leia-se: Data nascimento: 09/04/1993; Mãe: HELENA MARIA PERDIGAO MERCIER MARQUES FORJAZ; Pai: MANUEL MOURA RELVAS PEREIRA FORJAZ.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 72, de 14/04/2022, Seção 1, página 273, Processo: 08228.000214/2022-47, onde se lê: Data Nascimento: 24/05/1987, leia-se: Data Nascimento: 10/10/1972.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Despacho nº 4646/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0027728/2021
Interessada: REHAM FAISAL ALTAHIR ALGAK
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente à época do requerimento era menor de idade, e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4650/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0017958/2020
Interessado: EVENS ISTAL
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão da Justiça Federal e Estadual, bem como apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4653/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0016302/2020
Interessado: ANDRE CILIEN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, certidão de antecedentes emitida pelo país de origem e a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 4654/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0012788/2020
Interessado: MOUSTAPHA NDOYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que o requerente não apresentou todos os documentos necessários no momento da formalização do pedido de naturalização, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4657/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0009970/2020
Interessado: BABACAR CAMARA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4659/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0009948/2020
Interessada: MYRIAME VINCENT
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, visto que a recorrente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, da Justiça Federal e Estadual, bem como não apresentou documento indicativo da capacidade de comunicar-se em Língua Portuguesa.

Despacho nº 4662/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0007717/2020
Interessada: MARIE DARLYNE CENORANT
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, os documentos necessários para instrução do pedido de naturalização, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 4664/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: DAVID NAPOLEON
Processo: 235881.0006289/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários para instrução do pedido de naturalização, portanto não cumpre os requisitos previstos no art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4665/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0005850/2020
Interessado: MOHAMAD NAZIR NATFAJI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a comprovação de sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 4667/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0005679/2020
Interessada: SADE MORUFAT OLUWADAMILARE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 4669/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0005288/2020
Interessado: MARIA ISABEL DE LA ROSA BARRERA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado os requisitos previstos no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017; bem como do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017 , em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e a requerente não apresentou documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e nem na Portaria Interministerial nº 16 de 03 de outubro de 2018; que a requerente se ausentou por 1059 dias do Brasil; e que o CPF informado no requerimento de naturalização não coincide com o CPF da documentação apresentada, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 4673/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: FRITZLINE BETCHYNE SMAYLY
Processo: 235881.0003234/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários para instrução do pedido de naturalização, portanto não cumpre os requisitos previstos no art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4677/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0017744/2020
Interessado: SANTOS ANTONIO RAIMUNDO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da Certidão de Objeto e Pé emitida pela Justiça Estadual do Estado de São Paulo, que não foi apresentada até a presente data, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos previstos no art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4680/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0010931/2020
Interessado: DIOSBEL POURTIER JERONIMO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4684/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0105600/2021
Interessado: MAYA HASHEM
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente se ausentou por 10 meses do Brasil, bem como não apresentou legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II e IV do art. 65 c/c com inciso II do art. 66 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4687/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo: 235881.0066693/2021
Interessado: KOSTIANTYN LUSENKO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente encontra-se no exterior sem previsão de retorno, por essa razão não compareceu à sede policial para a coleta da biometria, bem como os documentos anexados na plataforma não foram conferidos com os originais, portanto não atende o interessado os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 3856/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Processo: 235881.0064396/2021
Interessado: CHRISTOPHER MARSEILLE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não apresentar o requerente, no momento processual oportuno, os documentos necessários no decorrer da formalização do pedido, permanecendo faltosos o comprovante de sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, bem como não consta a legalização da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, descumprindo, assim, o disposto nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3562/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessada: CHERLY FERNANDEZ SOTO
Processo: 08485.030117/2019-42
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios

fundamentos, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, bem como, apresentou certificado de curso de língua portuguesa sem a informação de avaliação presencial e sem conteúdo programático, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 210/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: NICOLE LANDIVAR CABRERA
Processo: 08107.000049/2020-38
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do Art. 65, da Lei nº 13.445 de 2017, vez que não foi apresentada a tradução pública juramentada da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem.

Despacho nº 1259/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: CRISTIANO LUZAYADIO
Processo: 08505.023455/2019-42
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art. 65, da Lei nº 13.445/2017 c/c inciso II, do art. 237, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 5817/2021/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: MATONDO LUTETE
Processo: 08460.001570/2020-63
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que foi decreta expulsão do requerente do território nacional, em virtude de condenação penal, portanto, não cumpre o disposto no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4493/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Tornar sem efeito
Interessado: DRISSA TOGOLA
Processo: 08361.004814/2018-63

O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do MM. HILTON SÁVIO GONÇALO PIRES, Juiz Federal da 6ª Vara Cível Federal do Amapá, datada de 06 de abril de 2022, desarquiva o processo nº 08361.004814/2018-63, tornando sem efeito o Despacho nº 12508/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, publicado no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2019, e determino a reanálise do processo.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 488, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017320/2019-30, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JHON HAROL TAMAYO FLOREZ, de nacionalidade colombiana, filho de Maria Estela Florez Beltran, nascido na República da Colômbia, em 9 de maio de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 489, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009175/2008-50, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HERMES MARINO CABELLO VEGA, de nacionalidade peruana, filho de Bernabe Cabello Lira e de Tomaza Vega Huaman, nascido na República do Peru, em 21 de janeiro de 1984, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 490, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.027910/2015-36, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARCELINO TAPAYURI PIZANGO, de nacionalidade peruana, filho de Roberto Pizango e de Atilia Pizango, nascido na República do Peru, em 11 de fevereiro de 1997, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 491, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010418/2020-08, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AUGUSTO MENDES, de nacionalidade portuguesa, filho de Paulo Mendes e de Suzan Mendes, nascido na República Portuguesa, em 26 de janeiro de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 492, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.017543/2007-52, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SALIM AHMED JAMA, de nacionalidade somali, filho de Ahmed Jama e de Miaju Juma, nascido na República Federal da Somália, em 26 de fevereiro de 1973, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 493, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.012742/2016-65, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MIRIAM BAIÃO CAMBOLO, de nacionalidade angolana, filha de Baião Cambolo e de Domingas Kitumba, nascida em Malange, na República de Angola, em 11 de dezembro de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos, 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 494, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.019553/2019-85, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, S VIJEYA SEKARAN M SEKARAN, de nacionalidade malaia, filho de Jayai Laxm e de Sekaran Muthukakupan, nascido na Malasia, em 21 de junho de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 495, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.000734/2020-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, STEFANIA YINNETH HURTADO MARTINEZ ou INGRID CAROLAIN HURTADO MARTINEZ, de nacionalidade colombiana, filha de Jimmy Hurtado Garcia e de Edith Martinez, nascida na República da Colômbia, em 7 de janeiro de 1990, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 496, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.049508/2019-36, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MADELA HURTADO SUAREZ, de nacionalidade boliviana, filha de Isaac Hurtado Hurtado e de Carmen Soares Pessoa, nascida em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de janeiro de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 497, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDOUL BOCAR SETT - G401626-J, natural de Senegal, nascido em 26 de março de 1989, filho de Bocar Seydi Sett e de Fatoumata Sall, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0136416/2021);

ABDUL NABIL- F195346-H, natural da Índia, nascido em 2 de fevereiro de 1991, filho de Azeez Poyakara e de Beepathumma Azeez, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº235881.0141085/2021);

ADEBAYO JUANITO NASCIMENTO - F081333-M, natural do Benin, nascido em 28 de junho de 1984, filho de Armand Nascimento e de Rebeca Nyahe, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0010144/2020);

AHMAD THAIBESH - G292822-B, natural do Líbano, nascido em 31 de agosto de 1984, filho de Mohamad Abdallah Thaibesh e de Mariam Khalil Thaibesh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0006003/2020);

AHMED BELGASEM TAYEB SHAREF - F276334-O, natural da Líbia, nascido em 5 de novembro de 1978, filho de Belgasem Tayeb Sharef e de Fayza Shaaban Ali Elasra, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0108695/2021);

AHMED HAMMOUKI VIEIRA - F061566-B, natural do Marrocos, nascido em 23 de abril de 1993, filho de Larbi e de Yamna, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0003686/2020);

ALCIDES LORIE PREVAL - G323052-R, natural de Cuba, nascido em 09 de setembro de 1987, filho de Alcides Lorie Fong e de Martha Preval Matos, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0004337/2020);

ALEXANDRE NOLLA NOLLA - V484104-E, natural do Camarões, nascido em 5 de outubro de 1973, filho de Kana Nolla Jacques e de Ngo Matjlemis Monique, residente no Estado da Bahia (Processo nº235881.0089858/2021);

AMAL ABO ALSROUR - G399462-A, natural da Síria, nascida em 20 de abril de 1961, filha de Faizeh Alomari e de Ahmad Abo Alsrour, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0012289/2020);

AMIT KUMAR NIMESH- G086723-D, natural da Índia, nascido em 9 de março de 1991, filho de Babu Lal e de Kusum Lata, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0007381/2020);

AMPARO OPORTO REYNALDO - V958049-X, natural de Cuba, nascida em 16 de novembro de 1974, filha de Osmay Oporto Chaveco e de Juana Reynaldo Ojeda, residente no Estado de Alagoas (Processo nº235881.0106273/2021);

ANDREA GARCIA PITA- Y236647-N, natural do Uruguai, nascida em 14 de julho de 1973, filha de Ruben Ángel Garcia Olaizola e de María Angélica Pita Sosa, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº235881.0006352/2020);

ANTON LOZIAK - G477436-Q, natural da Rússia, nascido em 09 de fevereiro de 1989, filho de Aleksandr Loziak e de Aleksandr Loziak, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0007392/2020);

BLOWINDA COMBA PANAMUNAY - V610544-Y, natural de Guiné-Bissau, nascida em 04 de março de 1985, filha de Maria de Fatima Camara e de Augusto Comba Panamunay, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0008856/2020);

CHEIKH LO DIA - G343078-Y, natural de Senegal, nascido em 25 de junho de 1983, filho de Dame Dia e de Bousso Diagne, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0100497/2021);

ELIER LIMA HERNANDEZ - G068598-T, natural de Cuba, nascido em 17 de janeiro de 1969, filho de Lazaro Lima Pena e filho de Mirta Rosa Hernandez Santos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0097755/2021);

ESTRELA KINKELA - G338838-W, natural de Angola, nascida em 23 de março de 1994, filha de Maria Paulina Nionso e de Joao Paulo Kinkela, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0008810/2020);

FELANDO TERNEUS - G279821-R, natural de Haiti, nascido em 21 de dezembro de 1981, filho de Jean Fenelon Terneus e de Melanie Charles, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0134555/2021);

GERALDA CO - G452510-3, natural da Guiné-Bissau, nascida em 12 de maio de 1988, filho de Dipit Co e de Teresa Dju, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004491/2020);

GBENGA KOYA JOHNSON - F088444-F, natural da Nigéria, nascido em 21 de junho de 1974, filho de Ishola Johnson e de Alake Adetutu Johnson, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0007321/2020);

GUERLINE ANTENOR ABSALON - G230950-B, natural de Haiti, nascida em 29 de outubro de 1990, filha de Genera Antenor e de Christianie Noel, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0104462/2021);

HANAN ALHAZAA - F098710-E, natural da Síria, nascida em 24 de março de 1957, filha de Kasem Alhazaa e de Aziza Alrazouq, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0007244/2020);

IBRAHIM EL ZEIN - G326119-6, natural do Líbano, nascido em 15 de março de 1987, filho de Sobheye Harb e de Ahmad El Zein, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0028942/2021);

ISLANDE COMPERE - G189798-Y, natural do Haiti, nascido em 23 de março de 1990, filho de Michel Compere e de Annette Augustin, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0113023/2021);

JORGE RIBAIL REYES GONZÁLEZ - G009106-X, natural de Cuba, nascido em 28 de fevereiro de 1971, filho de Ribail Reyes Ferrer e de Magda Ramona González Rojas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0007204/2020);

KEVING ROMEUS - G097132-P, natural de Haiti, nascido em 13 de fevereiro de 1984, filho de Rodrigue Romeus e de Regina Oscar, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0116198/2021);

LEYDIS FONSECA RODRIGUEZ - G338469-0, natural de Cuba, nascida em 11 de agosto de 1990, filha de Eulicer Julian Fonseca Rodriguez e de Mariela Rodriguez Gonzalez, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0136353/2021);

LUIS DANIEL BRICENO URBINA - V714140-V, natural de Venezuela, nascido em 12 de dezembro de 1988, filho de Luis Ruben Briceno Rodriguez e filho de Rosa Melania Urbina Paiva, residente no Estado de São Paulo (Processo nº235881.0110199/2021);

LUÍSA OLIVEIRA SANCA NHAGA - V415052-7, natural de Guiné-Bissau, nascida em 25 de abril de 1986, filha de Luís Oliveira Sanca e de Angelina Malú Sanca, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0099699/2021);

MAMADOU FAYE - G470824-F, natural do Senegal, nascido em 1 de agosto de 1990, filho de Alioune Faye e de Amy Toure, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº235881.0093059/2021);

MARIA CAPITA PEYILA - G315406-E, natural de Angola, nascida em 10 de junho de 1989, filha de Alizabeth Matondo e de Joao Peyila, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0009332/2020);

MARIELA AMARO DE ARMAS RAMOS - V960406-W, natural de Cuba, nascido em 21 de setembro de 1969, filho de Reinaldo Martin de Armas e de Nora Ramos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0092159/2021);

MARIO MIGUEL CHALA TANDRON - G446104-0, natural de Cuba, nascido em 10 de fevereiro, filho de Juan Bautista Chala Remon e de Elsie Margarita Tandron Benitez, residente no Estado de Roraima (Processo nº 235881.0002991/2020);

MARLENIS POZO PEREZ PIRES - G011627-2, natural de Cuba, nascida em 27 de fevereiro de 1971, filha de Daniel Pozo Leyva e de Marlenis Perez Dominguez, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 235881.0096035/2021);

MASA PHARAON - G171389-N, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1989, filha de Faisal Pharaon e de Maysa Alhamwi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0005840/2020);

MD HASAN AHMED - G105276-L, natural de Bangladesh, nascido em 26 de setembro de 1981, filho de Md Mofur Ali e de Amina Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0010463/2020);

MODOU LO - G029251-C, natural de Senegal, nascido em 31 de dezembro de 1984, filho de Moussa Lo e de Dior Cisse, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0100903/2021);

MOHAMED ABDULKARIM DABOUL - G281548-G, natural da Síria, nascido em 06 de abril de 1987, filho de Zeyad Daboul e de Rasmya Alhaj, residente no estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0002693/2020);

MOR GUEYE - V606044-U, natural de Senegal, nascido em 3 de setembro de 1982, filho de Gora Gueye e de Fatou Gueye, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº235881.0110006/2021);

NISREEN JUMA BARAKAT ALSHARIF - G339466-1, natural do Kuwait, nascida em 27 de junho de 1986, filha de Ayda Alsharif e de Juma Alsharif, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0047748/2021);

PABLO DOCTOROVICH - V350142-E, natural da Argentina, nascido em 24 de novembro de 1967, filho de Sebastian Doctorovich e de Laura Beatriz Garcia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004993/2020);

PAPA MAYE NIANG - V620170-6, natural do Senegal, nascido em 3 de julho de 1982, filho de Papa Niang e de Amy Ndiaye, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0092168/2021);

PASCAL OLIVIER JEAN BAPTISTE - G183998-J, natural do Haiti, nascido em 25 de maio de 1996, filho de Fargot Jean Baptiste e de Myrtho Official, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0095973/2021);

PATRICK DINGANGA MUNTU MBUTA - G346989-F, natural da República Democrática do Congo, nascido em 19 de abril de1996, filho de Matondo Mbungu e de Tusevo Malanda Thythy, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0003217/2020);

RANEA AL SABBAGH - F021505-I, natural da Síria, nascida em 3 de abril de 1980, filha de Bashir Al Sabbagh e de Azizeh Almouazen, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0006001/2020);

RAWAN ALLAHAM - G460783-9, natural da Síria, nascida em 15 de janeiro de 2000, filha de Aisha Aldiab e de Nassim Allaham, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0008360/2020);

REYNIER LARA VARONA - G004022-R, natural de Cuba, nascido em 24 de setembro de 1982, filho de Santos Lara Fernandez e de Barbara Varona Cordero, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº235881.0081219/2021);

RICARDO CAMBY DESIR - G255808-E, natural de Haiti, nascido em 28 de outubro de 1990, filho de Fruitner Desir e de Lucienne Francine, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0114601/2021);

RUTH MARIUS VELUS - G261898-1, natural do Haiti, nascido em 09 de maio de 1993, filha de Luckner Marius e de Lina Emil, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº235881.0086502/2021);

SABIA AKTER - G135918-Q, natural de Bangladesh, nascido em 28 de fevereiro de 1991, filho de Chunu Mia e de Salma Begum, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0114331/2021);

SAINRILUS JOSEPH - G262904-R, natural do Haiti, nascido em 26 de maio de 1989, filho de Exanna Omelus e de Celiron Joseph, residente do Estado do Paraná (Processo nº 235881.0008037/2020);

SAMUEL PIERRE - G219237-Z, natural do Haiti, nascido em 23 de março de 1986, filho de Jacques Pierre e de Marie Lourdes Fouquet, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0004519/2020);

SEHAM YAQEN GHALEB AL SHEBAMI - G365161-P, natural do Iêmen, nascida em 09 de julho de 1994, filha de Yaqen Ghaleb Al Shebami e de Amal Ahmed Al Ezzi Al Shebami, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0007301/2020);

SEM MAUVAIS - G257076-J, natural de Haiti, nascido em 16 de setembro de 1984, filho de Dieupuissant Mauvais e de Ermita Bacau, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0104034/2021);

SEVENS FIMERLUS - V980137-L, natural de Haiti, nascido em 23 de novembro de 1988, filho de Cebien Fimerlus e de Marie Jean, residente no estado do Paraná (Processo nº235881.0107573/2021);

TAMER GHASSAN DARWISH AL KHALILI - F025429-P, natural da Jordânia, nascido em 1 de julho de 1985, filho de Ghassan Darwish Al Khalili e de Khaledah Mahamoud Heikel, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0004416/2020);

WAQAR HAIDER - G321655-7, natural do Paquistão, nascido em 05 de fevereiro de 1991, filho de Irshad Begum e de Muhammad Buksh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0024566/2021);

WILNER JEAN - G198750-O, natural de Haiti, nascido em 14 de fevereiro de 1986, filho de Elima Jean e de Juslene Flerimond, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0135147/2021);

YAMILA BERCOURT DIAZ - G143628-2, natural de Cuba, nascida em 12 de maio de 1970, filha de Alfredo Bercourt Aguila e de Irene Dias Gavina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0112030/2021);

ZAINAB ADUFE OSENI - V863529-8, natural de Nigéria, nascida em 26 de setembro de 1981, filha de Adegboyega Oseni e de Titilayo Soremekun, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0127089/2021);

ZULEY JHOJANA DURAN PEÑA - V488965-G, natural de Colômbia, nascida em 30 de junho de 1980, filha de Gerson Duran Rico e filha de Doris de la Cruz Peña de Duran, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0114469/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 498, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AFRINA MARIA ROJAS GONZÁLEZ - V466939-2, natural de Venezuela, nascida em 3 de março de 1972, filha de Juan Alfredo Rojas Chersia e de Ludmila Teresa González de Rojas, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0101464/2021);

CARLOS ALBERTO BORGES - V111851-I, natural de Angola, nascido em 10 de março de 1955, filho de Alberto Jose Borges e de Mariana Raimundo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0116969/2021);

ETHANS NICHOLAS AIGBOKHAN - Y250822-C, natural da Nigéria, nascido em 06 de julho de 1992, filho de Abraham Aigbokhan e de Theresa Aigbokhan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0014611/2020);

JEANETTE TANNAUS EL BACHA - W467897-G, natural de Líbano, nascida em 2 de novembro de 1939, filha de Tannaus El Bacha e filha de Warde Ramea, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0116358/2021) e

SILVIA MARIA MONTEIRO ALVES GONZAGA - V259657-H, natural de Cabo Verde, nascida em 1º de janeiro de 1977, filha de Gregoria Maria Monteiro e de Aristides de Apresentacao Alves, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0028294/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 499, DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

AGABY JEAN - V906450-Z, natural do Haiti, nascido em 27 de outubro de 2008, filho de Gene Jean e de Eximene Jean Nery, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0146712/2021);

DJEFNY ANNE CAMILLA DORILIEN - F239802-Q, natural do Haiti, nascida em 7 de outubro de 2017, filha de Celondieu Dorilien e de Mickerlande Petit Blanc, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0152438/2021);

DJOONIKA MIGUEL - G236532-0, natural do Haiti, nascida em 28 de dezembro de 2008, filha de Lucson Migue de Witheline Francois, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0157260/2022);

EL SHAMA JOLICOEUR - F112441-C , natural do Haiti, nascida em 30 de outubro de 2016, filha de Momain Jolicoeur e de Marie Mirtha Alceus Jolicoeur, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0156132/2021);

MANUEL ALEXANDRO ANDRADE FERREIRA - G384806-Z, natural da Venezuela, nascido em 25 de outubro de 2011, filho de Jose Rafael Andrade Gonzalez e Merlina Saudade Ferreira Neira, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0008694/2020);

NADJY LOUIS - G000766-0, natural de Haiti, nascida em 5 de novembro de 2007, filha de Patrick Louis e de Lucienne Louis Cher Enfant, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0126724/2021);

SAM ROUSS DAAN BRENE - G036810-B, natural de Haiti, nascido em 10 de janeiro de 2010, filho de Molder brene e de Ansline brene saint fery, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº235881.0115408/2021);

SANDIANA VERDIEU - G265688-T, natural do Haiti, nascida em 29 de junho de 2009, filha de Frenes Verdieu e de Lavicia Luccin, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0145896/2021);

SCHNEIKA DOMINIQUE - G386991-4, natural do Haiti, nascida em 7 de fevereiro de 2013, filha de Wilson Dominique e de Igena Doricier, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº235881.0115386/2021);

SMARLENS DESIR - G402144-W, natural de Haiti, nascido em 22 de abril de 2013, filho de ISMAYE DESIR e de ISLANDE GENESTE, residente no Estado do Paraná (Processo nº235881.0128959/2021) e

WENSKER SENDERLINDIA DOUVILLE - V903036-N, natural do Haiti, nascida em 15 de novembro de 2005, filha de Samson Douville e de Mirta Bonhomme, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0121045/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 23/2022

Despacho nº 23/2022/DINAC_REAQUISICAO_DE_NACION/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: GIOVANE ALVES DA SILVA
Processo: 08018.003315/2022-45

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência para complementar a documentação apresentada, nos termos dos artigos 37 e 45, Parágrafo único da Portaria nº 623/2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 3887/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 08460.000957/2020-01
Interessado: HUGUE MAVINGA NOSSO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que não foi possível confirmar a autenticidade do atestado de antecedentes criminais emitido pela Embaixada Democrática do Congo, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4639/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0139368/2021
Interessado: ALI ALEJANDRO REYES ROMERO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a/o requerente não possui 04 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4640/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0180905/2022
Interessado: YURI SONGO DUZENTO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4641/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0161316/2022
Interessado: ALEXANDRE CHAMSDINE DIAKHATE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4642/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113975/2021
Interessado: YOAN MANUEL ARCE REGALADO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como que o requerente não apresentou a certidão das Justiças Estadual e Federal, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4643/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0119359/2021
Interessado: GILNER JEANPOUX

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, bem como apresentou como comprovação da capacidade de se comunicar em língua portuguesa documento não previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e, portanto, não atende as exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4644/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0158791/2022.
Interessado: AMAH KOFFI DALMEIDA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4645/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0153129/2021
Interessado: MUKAILA AMOO SALIU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4647/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087740/2021
Interessado: EIMAN ABDELHASIB ELSAIED HASHISH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4648/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0132227/2021
Interessado: LUCIFIE LOUISIUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, atualmente é temporária e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4649/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0072192/2021
Interessado: BESIANA XHAFERAJ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4651/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0088427/2021.
Interessado: SHAISTA JAMIL

A COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4652/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0124971/2021
Interessado: MAICLIDE THEGENIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4655/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084959/2021.
Interessado: LUCMANN VALMONT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4656/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117441/2021
Interessado: SADJA MANE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4658/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145071/2021
Interessado: SOKHNA FAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4660/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0089702/2021
Interessado: LIZBETH NATALIE CAMPOS MEJIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4661/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083120/2021
Interessado: RUBIEL DORLEAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 1 ano de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4663/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149992/2021
Interessado: MOSAB RAFIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade, e portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4666/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086346/2021
Interessado: MAHMOUD OMAR AHMED HASSAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4668/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145863/2021
Interessado: DISASI MASELE ALAIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 e novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4670/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145387/2021
Interessado: ALAIN PASCAL KALY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4671/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0141562/2021
Interessado: YAHIA HAJJEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4672/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0094902/2021
Interessado: JEAN SALOMON CHOUNE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4674/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0139637/2021
Interessado: RONALDO BETHO MOISE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4675/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086804/2021
Interessado: THONY LERISSE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4676/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0134664/2021
Interessado: GRISSANAS ELMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários

no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4678/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150965/2021
Interessado: CAROL EUGENIA CHENEAU CERDAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4679/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0094790/2021
Interessado: EVENS CELESTIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4681/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0133861/2021
Interessado: ANDRE JOAO LUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4682/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0095355/2021
Interessado: ABLO JOSEPH CINE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4683/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0133519/2021
Interessado: LEOMAURO DOMILDE DA COSTA FERNANDES JOAO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4685/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0094515/2021
Interessado: LONISE SIMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4686/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149423/2021
Interessado: LIGIA EUGENIA CERDAN HUACASI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4688/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0094307/2021
Interessado: CLIFORD MEDENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do

pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4689/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118379/2021
Interessado: EUCLIDES GOMES DA SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 1 ano de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 e art.66 inciso II ambos da lei 13.445/2017.

Despacho nº 4690/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095132/2021.
Interessado: BIDANSANTA NA ISNA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência dos últimos 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores a data do pedido, apresentou o comprovante da proficiência em língua portuguesa em desconformidade com o art. 5°, da Portaria supramencionada, não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4691/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0131520/2021
Interessado: DORA BELTRAN CONDORI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4692/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0093840/2021.
Interessado: SUAIBO DJAU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4693/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0082613/2021
Interessado: NORA HERMITAS SEGUNDO CASTILLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 (anos) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4694/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087076/2021.
Interessado: MONISE PIERRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente deixou de apresentar os seguintes documentos: Cópia da RNE , frente e verso; Comprovante de regularidade cadastral do CPF; Antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual e Antecedentes criminais do país de origem, bem como apresentou certificado indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar e sem a informação de avaliação presencial da capacitação realizada, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017

Despacho nº 4695/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109491/2021
Interessado: JOCELYNE LUCIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4696/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0156670/2022
Interessado: AISHA OLAPEJU SHITTU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possuía 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado à época da formulação do pedido, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4697/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0100859/2021
Interessado: NEJIB SAKOUHI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4698/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112993/2021
Interessado: HELIO GOMES RAMALHO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4699/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0093832/2021
Interessado: YAHYA MOHAMMED HADI TAFYAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4700/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0105770/2021
Interessado: DIANA MARLENE ORTEGA MARTINEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou do Brasil por tempo superior ao limite estipulado por lei, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4701/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149782/2021
Interessado: HENOC ETIENNE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4702/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129843/2021
Interessado: TAOFEEQ OLADAYO BELLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (anos) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4703/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087136/2021
Interessado: LUIS ROJAS LOZANO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4704/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0155342/2021
Interessado: IMRAN MOHAMMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4705/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0097778/2021
Interessado: HERCULANO ALMEIDA SILVA SÁ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4706/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110457/2021.
Interessado: RENETTE ESTINVIL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4707/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145391/2021
Interessado: AMADOU ABDOULAYE NDIAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa que atenda o previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4708/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0124424/2021
Interessado: MARÍA BLANCA ARRUÉ BENTANCOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4709/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083553/2021
Interessado: MD HARUN MIAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e com a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, não atendendo, portanto, à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4710/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0149154/2021
Interessado: JORDY VARGAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4711/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0119312/2021
Interessado: AMIR MUHAMMED SAAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4712/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115115/2021
Interessado: MATHIEU ORFINGER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4713/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111190/2021
Interessado: IVAN PABLO DIOS SEDANO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4714/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0082050/2021
Interessado: MAIMOUNA NDAW

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 4715/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0125508/2021
Interessado: DIEUNNA JUSMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4716/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112894/2021.
Interessado: MD TIPU MIAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e ele apresentou documento fora do prazo de validade e sem legalização pela Embaixada do Brasil no país de emissão, bem como apresentou certificado de curso de português à distância sem a informação de avaliação presencial e sem estar acompanhado de conteúdo programático e histórico escolar, em desacordo com o disposto no art. 5º, §4º e 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4717/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0090192/2021
Interessado: JOSEFINA BARBARA BAEZ PAUMIER MORAO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4718/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086031/2021.
Interessado: LIDA OCCEAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente a Carteira Registro Nacional Migratório - CRNM e o passaporte, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4719/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0088222/2021.
Interessado: MOHAMAD TALAL SULTAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa e os antecedentes criminais do país de origem e da Justiça Estadual dos locais em que morou nos últimos 4 anos, e o requerente não apresentou os documentos previstos na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4720/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0074895/2021.
Interessado: MOHAMED MOUOMINE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e não apresentou comprovante de situação cadastral do CPF, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4721/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0089441/2021
Interessado: KLAUS SANDRO MIRANDA LOPES RODRIGUES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, não atendendo, portanto, à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4722/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0081545/2021.
Interessado: YVES KAPIAMBA KABASELE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, em desconformidade como o previsto no art.5º, I, d, §4º e 5º, da Portaria 623/2020, bem como, não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II e III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4723/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0101951/2021
Interessado: NELSON BOLIVARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4724/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0080710/2021.
Interessado: CHIDIMMA MAUREEN NWANGENE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4725/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0100427/2021.
Interessado: DJIBRIL ERNESTO PEREIRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do Atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem, devidamente apostilado ou legalizado, nos termos da Convenção da Apostila de Haia, com tradução realizada no Brasil, por tradutor público juramentado, e, o requerente apresentou o documento sem a legalização, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4726/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0151530/2021
Interessado: FILOMENA VIANGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4727/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082883/2021.
Interessado: VANILTON CARLOS SÁ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem e o interessado apresentou o documento fora do prazo de validade, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4728/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0103317/2021

Interessado: PAPA MBAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4729/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0068640/2021.
Interessado: DUNIER GERARDO GOMEZ PADRON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem (só apresentou tradução) e não apresentou certidões de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4730/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0135512/2021
Interessado: YASSINE BAHIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4731/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0088422/2021.
Interessado: EMMANUEL DESMORNES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto nos §§ 4° e 5°, inciso I, letra "d", do art. 5°, da Portaria retromencionada, não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4732/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0153235/2021
Interessado: THONY AUGUSTIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4733/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087224/2021.
Interessado: MOUNTAKHA MBAYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4734/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0067632/2021
Interessado: DINEL VOLTAIRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão da Justiça Federal e Estadual, e apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4735/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113801/2021
Interessado: FELIPE ANDRES RODRIGUEZ STUARDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor juramentado, bem como, o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, e portanto não atende à exigência contida no inciso II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4736/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0130795/2021
Interessado: AMAL OMAR HILAL DARNASSER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4737/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0123712/2021
Interessado: MAME COUMBA WADE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, acarretando a sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente no encaminhamento realizado pela Polícia Federal.

Despacho nº 4738/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082885/2021.
Interessado: MIMOSE MATHURIN MYRTIL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, Tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como, não apresentou certidão de antecedentes penais da Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.2017.

Despacho nº 4739/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0152773/2021
Interessado: JOVANI MIGUEL DA COSTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4740/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083601/2021.
Interessado: NANCY MONTESERIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documentação conforme prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não atendendo às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4741/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109258/2021
Interessado: RALPH MIKERDY MILORD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente durante atendimento presencial declarou não dispor da certidão original do país de origem e que foi solicitado a apresentação da certidão criminal da Justiça Federal e certificado do curso de extensão com avaliação presencial, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso III, IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4742/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087873/2021.
Interessado: JEAN LUC DESSALINES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o/a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado/a a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4743/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146432/2021
Interessado: FERNANDO DANIEL APERTE STEFFEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é brasileiro nato e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4744/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0106227/2021
Interessado: GUILBERT NERVAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4745/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0082632/2021.
Interessado: KEDNEL ALEXIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado para o requerente a apresentação da certidão da Justiça Federal e o atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foram apresentados até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4746/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0153696/2021
Interessado: ASMIDE PETION

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento

das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4747/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083265/2021.
Interessado: DAVID DE ABREU BARROS MELO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento do disposto no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila.

Despacho nº 4748/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0141713/2021
Interessado: YASNIEL RICARDO SANJUL LASTRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4749/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095158/2021.
Interessado: ALEXANDRE LUC MAGNIE VIGIER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente o atestado de antecedentes criminais do país de origem devidamente legalizado, certidão de antecedente criminal emitida pela Justiça Federal e a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e a requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III, IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4750/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0121756/2021
Interessado: ELOISE SOLANGE TEIXEIRA GASPAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4751/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009408/2020
Interessado: RITCHALSON AIMABLE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor encontra- se no exterior sem previsão de retorno, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4752/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084135/2021.
Interessado: EUSTACHE CLERGE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, CPF e certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4753/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0156662/2022
Interessado: HANNY SANTANA DÁVILA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4754/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087695/2021.
Interessado: MARINELA GONCALVES FUTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4755/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0170323/2022
Interessado: MAHMOUD AL BAKARI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4756/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0170363/2022
Interessado: FADIA RABAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4757/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0096275/2021.
Interessado: AKLAS HUSAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem devidamente legalizado e traduzido, bem como, prova da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; em desacordo com o previsto no art. 4º e 5º, c/c Anexo I, itens 5, 6, 9 e 13, da Portaria 623/2020; indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4758/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0141529/2021
Interessado: JEAN RONY JOSILUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria supramencionada que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, não apresentou a certidão da Justiça Estadual e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4759/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0094655/2021.
Interessado: SCHALLUM SCHAMA JAPHET DOUNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; bem como, não apresentou a legalização do atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem; em desacordo com o previsto no art. 4º, c/c Anexo I, itens 5 e 6, da Portaria nº 623 de 11 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4760/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0079269/2021
Interessado: SUNDAY ABIODUN IGBOKOYI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4761/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0007306/2020
Interessado: JIAYAO TAO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4762/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091661/2021.
Interessado: YOUSSOU GNING

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não comprovou efetivo tempo mínimo de residência no país de 4 anos, bem como, não apresentou certidões da Justiça Estadual Federal dos locais onde residiu nos últimos 4 anos; apresentou atestado de antecedentes criminais do país de origem sem a devida legalização; e não apresentou comprovante de prova presencial de curso de português para estrangeiros; em desacordo com o previsto nos art. 4º e 5º, I, d, §4º e §5º, c/c Anexo I, itens 5, 6, 8 e 13, da Portaria 623/2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4763/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112203/2021.
Interessado: CATARINA MARCELINO NUNES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4764/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0156056/2021
Interessado: KATIUSKA JOSEFINA GARCIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa em conformidade com a Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4765/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0090336/2021.
Interessado: MACKENSON SANON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do inciso II do art. 65, c/c os incisos II e III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c os incisos I e II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4766/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0067956/2021
Interessado: KALVENS WERNEX NOEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4767/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0097254/2021.
Interessado: Jean FABIEN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4768/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0154514/2021
Interessado: OSVALDO RAMIREZ DA SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4769/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0062497/2021
Interessado: FAIQ JAMEEL AL SAMRAIE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4770/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095426/2021.
Interessado: Jefferson Marc 70475949226.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente Carteira de Registro Nacional Migratório - RNM e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4771/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0060373/2021
Interessado: CHEIKHOUL KHADIM MBACKE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que, nos últimos 04 (quatro) anos, retroativamente ao pedido de naturalização, o requerente se ausentou por 01 (um) ano e 06 (seis) meses do Brasil, bem como apresentou o certificado do curso de extensão sem histórico escolar e avaliação presencial e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4772/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0067939/2021
Interessado: JOSETTE ADONAI NOEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e portanto não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4773/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0095426/2021.
Interessado: Jefferson Marc 70475949226.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente Carteira de Registro Nacional Migratório - RNM e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4774/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140401/2021
Interessado: ARTUR PEDRO JORGE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não se enquadra na redução de prazo prevista em lei, por não possuir um ano de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende o disposto no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4775/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0097130/2021.
Interessado: GUIVELO BELIZAIRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM, CPF, Passaporte e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4776/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0059229/2021
Interessado: ANTÓNIO CARIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal dos estados onde residiu e comprovante de residência no Brasil no último ano, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, c/c art. 4º da portaria 623/2020.

Despacho nº 4777/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0073784/2021
Interessado: DAOUDA DIALLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento emitido por instituição de educação superior que não previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4778/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0097112/2021
Interessado: NAZEM EL HAMRAWI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem atualizado e legalizado, comprovação de situação cadastral no CPF, certidões criminais das Justiças Federal e Estadual, comprovante de residência e comprovante de tempo, bem como documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, que não foram apresentados até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, c/c art. 4º da portaria 623/2020.

Despacho nº 4779/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0058914/2021
Interessado: ENDY CASIMIR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4780/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0138058/2021
Interessado: TEMITOPE ODUNAYO KOMOLAFE OLUSOLA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4781/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0058095/2021
Interessado: LUIS IMERSON MONTEIRO FORTES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada e cópia do passaporte integral, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 4º da Portaria nº 623/2020.

Despacho nº 4782/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085443/2021.
Interessado: RADELL ECHEMENDIA PEREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos IV, art. XXX da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4783/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0050576/2021
Interessado: BIJOU ZUENA KALUNGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4784/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0076438/2021.
Interessado: ALI ASGHAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, bem como apresentou certificado indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4785/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0048764/2021
Interessado: ONERIDES EDUARDO MORENO AURIOLES MATAMOROS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de residência em conformidade com a Portaria mencionada, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4786/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040312/2021
Interessado: FLIF INFAGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4787/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0136016/2021
Interessado: SAUREL LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e tendo em vista que o requerente apresentou o documento fora do prazo de validade, indefere o pedido, ressaltando o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4788/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0136924/2021
Interessado: SUNDAY OLUFEMI KOMOLAFE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4789/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0035549/2021
Interessada: MARIA DE FATIMA ESTEVES SANTOS MONTEIRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4790/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150988/2021
Interessado: BASSIROU SANKHE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4791/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0035466/2021
Interessada: DAVID ABUGA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4792/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150667/2021
Interessado: SAYMA AKTER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4793/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0147799/2021
Interessado: MOHAMMAD OBAYDUL HUQE KAZI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4794/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0035270/2021
Interessada: ISABEL MAKANANU ZANDE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4795/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146473/2021
Interessado: BABACAR NDIR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4796/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034603/2021
Interessada: WESLINE ITILIA CASSEUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4797/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033587/2021
Interessado: MAGDELEINIS LOPEZ FAURE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4798/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146422/2021
Interessado: DANIEL MEANCE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4799/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0109566/2021
Interessado: SERGIO BESNA DUDU MANE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes das Justiças Federal e Estaduais de todos os estados onde residiu nos últimos quatro anos, bem como cópia completa do documento de viagem internacional, ., tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, c/c art. 4º da portaria 623/2020.

Despacho nº 4800/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032343/2021
Interessado: MUHAMMAD BIN HASSAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que, na data de solicitação da naturalização, o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decreto nº 9.199/17.

Despacho nº 4801/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145934/2021
Interessado: DIEUFILS SAINTIME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4802/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032109/2021
Interessado: CLAUDIN CHARLES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que, na data de solicitação da naturalização, o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decreto nº 9.199/17.

Despacho nº 4803/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0068749/2021
Interessado: ALFA UMARO BARI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4804/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0080919/2021.
Interessado: MARIA SILVIA MENDOZA BUSTILLOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais estadual e Federal e comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa com histórico escolar e conteúdo programático, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso III, IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4805/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031994/2021
Interessada: JOANA ANTONIO CASSECA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4806/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0144712/2021
Interessado: BLANCHARD ST PHILIPPE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4808/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0080919/2021.
Interessado: MARIA SILVIA MENDOZA BUSTILLOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais estadual e Federal e comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa com histórico escolar e conteúdo programático, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso III, IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4809/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031193/2021
Interessada: AISSATU AICA EMBALO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4810/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0077934/2021
Interessado: SERIGNE SALIOU NGOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4811/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0074951/2021
Interessado: DAMIAN TRIANA RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4812/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0099117/2021.
Interessado: CARLOS ENRIQUE CAMPDESUNER DÍAZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, bem como apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade, sem a tradução e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4813/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0100877/2021
Interessado: GILLES SABARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovação de situação cadastral no CPF, certidão de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estaduais dos estados onde residiu nos últimos quatro anos, comprovante de residência atualizado, comprovante de residência nos últimos 15 anos, atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, bem como cópia de todas as páginas do passaporte, que lhe foram solicitadas, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4814/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JAMESKY BONHOMME
Processo: 235881.0023910/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o presente processo, considerando que já existe processo com o número 235881.0017606/2020, com o mesmo pedido em nome do requerente, em andamento.

Despacho nº 4815/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084239/2021
Interessado: ORLIANDI MERAYO MACEDA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4816/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017796/2020
Interessado: MOHAMMAD ABDEL GHANI ABDALLAH MANSOUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por tempo superior ao limite estipulado por legislação, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4817/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150259/2021
Interessado: CARVENS VERTUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado para ao requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual, que não foi apresentada até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4818/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015806/2020
Interessado: EVENS DATIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4819/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009822/2020
Interessado: MOHAMAD AL BAAINE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão (curso preparatório para Celp-Bras), não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4820/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118833/2021
Interessado: IFEANYI JOSEPH IZUAKO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é detentor de registro provisório, não cumprindo, portanto, o que determina o artigo 221 do decreto 9199/2017.

Despacho nº 4821/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009580/2020
Interessado: PAOLA PATRICIA HUANCA CALLISAYA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do apostilamento do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4822/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083743/2021
Interessado: Carlos Eduardo Morales Hernández

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4823/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0079363/2021
Interessado: JOYCE IHENETU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou

os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4824/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009084/2020
Interessado: FABIAN RICARDO PACHON OSPINA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao/à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem e a apresentação da certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4825/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0070731/2021
Interessado: LAMP CISSE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017 e inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4826/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008961/2020
Interessado: MUHAMMAD AKHTAR HAYAT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4827/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083743/2021
Interessado: Carlos Eduardo Morales Hernández

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4828/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0128013/2021
Interessado: DIEGO JOSE PAYEMA RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4829/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083743/2021
Interessado: Carlos Eduardo Morales Hernández

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4830/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008812/2020
Interessado: MBELOLO MATONDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e tendo em vista que o requerente apresentou o documento fora do prazo de validade, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4831/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0083457/2021
Interessado: STEPHANIE SIMILIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe outro pedido em andamento em nome da requerente no sistema, número 081.387.

Despacho nº 4832/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140451/2021
Interessado: CATARINA DJONO D AVILA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4833/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: LUCKNER FENELUS
Processo: 235881.0008524/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o presente processo, considerando que já existe processo com o número 235881.0066483/2021, com o mesmo pedido em nome do requerente, em andamento.

Despacho nº 4834/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083594/2021
Interessado: ABDULRAZAK ABDULAZIZ ABDULAZIZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4835/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008387/2020
Interessado: RAUDENIS MANSIP PEREZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa; tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem; e Certidões de antecedentes criminais das Justiças Estadual e Federal, e o requerente não apresentou documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4836/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0148806/2021
Interessado: GESNER ROUAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, apresentou somente a tradução, portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4837/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083512/2021
Interessado: SILMETA DOSSOUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4838/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: EMMANUELE GRANUZZO
Interessado: 235881.0007765/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4839/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0102127/2021
Interessado: NUBIA MONJE IDAGUA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal informa que a requerente requereu o cancelamento do presente processo de naturalização ordinária.

Despacho nº 4840/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0007758/2020
Interessado: NDUBUISI FABIAN OKONKWO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4841/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0072190/2021
Interessado: CHIKAO IMAMURA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4842/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0121273/2021
Interessado: DIEUGRAND PHILIPPE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4843/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0007129/2020
Interessada: AMIDE JEAN JACQUES ANACLETO,

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4844/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111284/2021
Interessado: SINCLESIA MADALENA PINTO MANUEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4845/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0132349/2021
Interessado: ERNESTO NSAKALA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4846/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0006923/2020
Interessado: JULIO PEMBA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4847/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0101745/2021.
Interessado: ABDELKADER BENDJEDDOU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4848/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0107452/2021
Interessado: ANGEL RODOLFO VILLARROEL LARA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4849/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0006521/2020
Interessado: JORGE NOLBERTO HERNANDEZ LEYVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4850/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0098423/2021.
Interessado: JHONNY MACONDE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido; cópia integral do documento de viagem, comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em desacordo com o previsto nos arts. 4º e 5º, c/c Anexo I, itens 4, 6 e 9 da Portaria nº 623 de 11 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4851/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0066942/2021
Interessado: PIRO MINGA MIKOBI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017 .

Despacho nº 4852/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084263/2021.
Interessado: OLUROTIMI WILLIAMS FOLORUNSO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4853/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084075/2021
Interessado: CÉCILE SUZANNE FANNY LE GUILLY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4854/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0078977/2021.
Interessado: ALIOU DIOP.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, em descumprimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente não apresentou documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como não anexou o atestado de antecedentes criminais do país de origem legalizado e com tradução pública juramentada.

Despacho nº 4855/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0068216/2021
Interessado: BILAL GHAFOOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4856/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0103337/2021
Interessado: NUNO MIGUEL GIL VICENTE DA SILVA BARATA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4857/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082759/2021.
Interessado: WALDER DEUS
A COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4858/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005235/2020
Interessado: NDONGO SAMB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4859/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005216/2020
Interessado: RUBIEL CRUZ SERRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4860/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo;235881.0005068/2020
Interessado: KARIM ALAIASH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4861/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004994/2020
Interessado: SUNTHARALINGAM KARTHIGESU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4862/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004964/2020
Interessado: ZEIN YAZIGI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4863/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004817/2020
Interessado: YVES JEAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente o comprovante da situação cadastral-CPF, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4864/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004726/2020
Interessado: YANDRI GÁMEZ RODRÍGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4865/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004363/2020
Interessado: NOUFAL KODASSERY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4866/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004287/2020
Interessado: ANGEL CORRALES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4867/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0003941/2020
Interessado: EPSONNE AUGUSTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4868/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0002331/2020
Interessado: JIANA BAKHOUS HAZIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4869/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0001740/2020
Interessado: LUIS CLISERIO RODRIGUEZ ROJAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o/a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado/a a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente Carteira Registro Nacional Migratório - CRNM e CPF, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, assim, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4870/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0059535/2021
Interessado: SOFIA VEGA COLAFRANCESCHI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é brasileira nata, e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4871/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0072154/2021
Interessado: MARIE CHARLOTTE BAILLY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4872/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0128844/2021
Interessado: BEATRIZ EUGENIA CARDOZO REALES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4873/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0119494/2021
Interessado: CLETCHE NA FANTCHAMNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4874/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087102/2021.
Interessado: BARNARD FAYIAH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4875/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0085408/2021
Interessado: OMAR FALL KEBE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4876/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125636/2021.
Interessado: KASSOUM DIEME.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por mais de 90 (noventa) dias em um ano e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017c/c art. 51 da portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4877/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0089279/2021
Interessado: NSUKA DILUSALA ALBERT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4878/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086552/2021.
Interessado: TAREK KASHKOUSH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 01 (um) ano de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c inciso II III, art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4879/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086814/2021.
Interessado: STEEVE EZECHIEL DOSSOUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4880/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0143295/2021
Interessado: IMRAN AHMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentada até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4881/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0077833/2021
Interessado: RUBEL AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal dos estados onde residiu nos últimos quatro anos, certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada e traduzida, comprovante de endereço atualizado, conforme o artigo 5º da portaria 623/2020, que não foram apresentados até a presente data indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017, c/c art. 4º da portaria 623/2020.

Despacho nº 4882/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0081096/2021.
Interessado: Santiago Abreu.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, retroativo ao pedido de naturalização, como também não apresentou documento para comprovação da redução do prazo e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4883/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117359/2021
Interessado: ELIEZER CHIRI NAJAYA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4884/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085810/2021.
Interessado: DIEGO JOSHUA ARIAS RIMASSA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, CPF e comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4885/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115371/2021
Interessado: NORGE LUIS CARRION ALDANA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4886/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092843/2021.
Interessado: EMMANUEL SAINT MARTIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou Certidão de Antecedentes Criminais do País de Origem sem a legalização pela Embaixada do Brasil no respectivo país e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa que não está de acordo com os parágrafos 4º, d, I, art. 5º da Portaria nº 623/2020, não atendendo, portanto, às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4887/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0089050/2021
Interessado: OSCAR BENJAMIM CONSTANTINO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4888/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0125276/2021
Interessado: DIKEZEKO MAKIADI DA GRACA OLIVEIRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente detém residência temporária, portanto não cumpre o que preceitua o artigo 221 do decreto 9199/2017.

Despacho nº 4889/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146869/2021
Interessado: SEYMOUR OUAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, apresentando somente a tradução, portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4890/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113903/2021
Interessado: FREDY ORLANDO BOLANOS DIAZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4891/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0143876/2021
Interessado: BUBACAR DABO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4882/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0081096/2021.
Interessado: Santiago Abreu

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, retroativo ao pedido de naturalização, como também não apresentou documento para comprovação da redução do prazo e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4883/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117359/2021
Interessado: ELIEZER CHIRI NAJAYA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4884/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085810/2021.
Interessado: DIEGO JOSHUA ARIAS RIMASSA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, CPF e comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4885/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115371/2021
Interessado: NORGE LUIS CARRION ALDANA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4886/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0092843/2021.
Interessado: EMMANUEL SAINT MARTIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou Certidão de Antecedentes Criminais do País de Origem sem a legalização pela Embaixada do Brasil no respectivo país e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa que não está de acordo com os parágrafos 4º, d, I, art. 5º da Portaria nº 623/2020, não atendendo, portanto, às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4887/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0089050/2021
Interessado: OSCAR BENJAMIM CONSTANTINO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4888/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0125276/2021
Interessado: DIKEZEKO MAKIADI DA GRACA OLIVEIRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente detém residência temporária, portanto não cumpre o que preceitua o artigo 221 do decreto 9199/2017.

Despacho nº 4889/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146869/2021
Interessado: SEYMOUR OUAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, apresentando somente a tradução, portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4890/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113903/2021
Interessado: FREDY ORLANDO BOLANOS DIAZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4891/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0143876/2021
Interessado: BUBACAR DABO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4892/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118819/2021
Interessado: MUHAMMAD MAJID

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4893/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0101245/2021
Interessado: DENNIS PATRICIO VALLEJO PAEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila, e portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4894/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Processo Naturalizar-se nº 235881.0076438/2021.
Interessado: ALI ASGHAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal, bem como apresentou certificado indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4895/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0127519/2021
Interessado: ALBERTO CHISSOKO DIAS DIAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4896/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0125650/2021
Interessado: MAX MERZIER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4897/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086329/2021
Interessado: OMAR FALL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4898/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0124444/2021
Interessado: SHELANDIA LOREVIL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4899/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150988/2021
Interessado: BASSIROU SANKHE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4900/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0090185/2021
Interessado: ANGELICA SANDRA MIGUEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4901/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0150667/2021
Interessado: SAYMA AKTER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4902/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114282/2021
Interessado: PIERRE KENNY ETIENNE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4903/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146473/2021
Interessado: BABACAR NDIR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4904/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0152205/2021
Interessado: JEREMIE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4905/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0152439/2021
Interessado: JOHANA LUCIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou os seguintes documentos: Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, em conformidade com a Portaria 623 de 13.11.2020; Certidão de antecedentes criminais do país de origem com Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; Certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal e Justiça Estadual, o que caracteriza o não cumprimento das exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4907/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0146422/2021
Interessado: DANIEL MEANCE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4908/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0152683/2021
Interessado: MARCELINE TERNESIER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4909/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0145934/2021
Interessado: DIEUFILS SAINTIME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os

dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4910/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0155456/2021
Interessado: OSVALDO BAPTISTA DA SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4911/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0080919/2021.
Interessado: MARIA SILVIA MENDOZA BUSTILLOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais estadual e Federal e comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa com histórico escolar e conteúdo programático, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso III, IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4912/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0157753/2022
Interessado: ALZIRA DUARTE GRILO CARAMUJO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4913/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0120072/2021.
Interessado: GLEIVIS YULEISKA WAGNAIKA EDOUARZIN EDOUARZIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4914/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0158201/2022
Interessado: ANIA AMAZAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4915/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0099117/2021.
Interessado: CARLOS ENRIQUE CAMPDESUNER DÍAZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, bem como apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, fora do prazo de validade, sem a tradução e sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4916/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0158707/2022
Interessado: YUSMARY MAYLIYU BASTARDO NARVAEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, e portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4917/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083743/2021
Interessado: Carlos Eduardo Morales Hernández

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4918/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0102626/2021
Interessado: GHOLAMREZA TAJ AKBARI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, e tendo em vista que o requerente apresentou o documento fora do prazo de validade, sem legalização pela Embaixada do Brasil no país de emissão, e traduzido pelo Consulado do Irã , indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4919/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0002969/2020.
Interessado: RUBEN OSCAR LAURO SALAS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4920/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084306/2021
Interessado: MAJEDUL AMIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando a impossibilidade de verificação de requisitos necessários à análise do pedido de naturalização, por falta de documentação exigida na Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II e IV , art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4921/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083860/2021
Interessado: JORDAENS GARCON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4922/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0083457/2021
Interessado: STEPHANIE SIMILIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe outro pedido em andamento em nome da requerente no sistema, número 081.387.

Despacho nº 4923/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MALICK DIAGNE
Processo: 235881.0135715/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que notificado no prazo regulamentar pela Polícia Federal, o estrangeiro não se manifestou nos autos, não comprovou a residência no Brasil, nos últimos 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores à data do pedido, já que desrespeitou o limite temporal máximo de doze meses em viagens ao exterior, não comprovou a proficiência em língua portuguesa conforme o disposto nos §§ 4° e 5°, inciso I, letra "d", do art. 5°, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem atualizada, tudo em conformidade com o previsto na Portaria retromencionada e, portanto, não atende às exigências previstas no inciso II, III e IV, do art. 65, da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4924/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0104580/2021
Interessado: IBRAHIM BALHAWAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor e grupo familiar se encontra no exterior sem previsão de retorno e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 4925/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083594/2021
Interessado: ABDULRAZAK ABDULAZIZ ABDULAZIZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 4926/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0083512/2021
Interessado: SILMETA DOSSOUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 4927/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0072190/2021
Interessado: CHIKAO IMAMURA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4928/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0132349/2021
Interessado: ERNESTO NSAKALA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4930/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.

Processo Naturalizar-se nº 235881.0101745/2021.
Interessado: ABDELKADER BENDJEDDOU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4931/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJU
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0098423/2021.
Interessado: JHONNY MACONDE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido; cópia integral do documento de viagem, comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, em desacordo com o previsto nos arts. 4º e 5º, c/c Anexo I, itens 4, 6 e 9 da Portaria nº 623 de 11 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 4932/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082759/2021.
Interessado: WALDER DEUS
A COORDENADOR(A) DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais das Justiças Federal e Estadual, bem como apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4933/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0128844/2021
Interessado: BEATRIZ EUGENIA CARDOZO REALES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada à complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4934/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083362/2021.
Interessado: MD FOYSOL AHMED.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução e apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, sem histórico escolar, sem conteúdo programático e sem avaliação presencial. Bem como não apresentou, certidões das Justiças Federal e Estadual e comprovante da situação cadastral do CPF, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4935/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0087102/2021.
Interessado: BARNARD FAYIAH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4936/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125636/2021.
Interessado: KASSOUM DIEME.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por mais de 90 (noventa) dias em um ano e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017c/c art. 51 da portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4937/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086552/2021.
Interessado: TAREK KASHKOUSH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 01 (um) ano de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c inciso II III, art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 4938/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086814/2021.
Interessado: STEEVE EZECHIEL DOSSOUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente CRNM, deixando de anexar todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 4939/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0081096/2021.
Interessado: Santiago Abreu.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, retroativo ao pedido de naturalização, como também não apresentou documento para comprovação da redução do prazo e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Nº 1.033 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social GRUPO DE VOLUNTÁRIOS DE NAVEGANTES, com sede em Navegantes/SC , inscrita no CNPJ sob o nº 37.800.622/0001-04, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Nota Técnica nº 225/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ. Processo SEI/MJ 08026.000073/2022-39.

Nº 1.036 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social FUTURA GERACAO ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL (FILIAL), com sede em ITU - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 08.071.592/0002-25 , nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 359/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18071292). Processo SEI/MJ nº (08026.000293/2022-62).

Nº 1.037 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social INSTITUTO DE FOMENTO SUSTENTÁVEL, com sede em VITÓRIA - ES , inscrita no CNPJ sob o nº 11.448.021/0001-90, conforme Despacho nº 860/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18054402). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e do art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme o art. 59º da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar Recurso Administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000107/2022-40.

Nº 1.038 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social UNIÃO HOSPITALAR SÃO FRANCISCO, com sede em CAMPO FORMOSA - BA , inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.681/0001-53, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e apresentação de documentação incompleta, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 859/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18049759). Por oportuno, atentar-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ 08026.000272/2022-47

BRUNO ANDRADE COSTA

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 876 - Notificar a entidade social CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANDRA MORAES, com sede em OLINDA - PE, inscrita no CNPJ sob o nº 14.879.742/0001-43, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000144/2022-58.

Nº 881 - Notificar a entidade social INSTITUTO DE MANEJO E PESQUISA DE ANIMAIS SILVESTRES - IMPAS, com sede em CAMPINAS/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.221.438/0001-04, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo de Perda de Qualificação, que visa a verificar os requisitos de permanência da qualificação como OSCIP, mediante atualização cadastral, sob pena de perda da sua qualificação. Conforme art. 44 da Lei 9.784, de 1999, fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000086/2022-62.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 703, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: GESTÃO COM IDENTIDADE (Brasil - 2021)
Produtor(es): HStênio Filmes
Diretor(es): Inácia Soares
Distribuidor(es): INSTITUTO AQUILA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Entrevista
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000070/2022-12
Requerente: INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 704, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O LIVRO DOS PRAZERES (Argentina / Brasil - 2021)
Produtor(es): Deborah Osborn/Marcela Lordy/Felipe Briso/Gilberto Topczewski
Diretor(es): Marcela Lordy
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Nudez, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000795/2022-01
Requerente: VITRINE FILMES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 705, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A PRACINHA (Brasil - 2022)
Produtor(es): Adela Soriano Gimenez/Paulo Santos/Viviane Silva de Carvalho/Natalia Sousa Lima/Edimilson L Gatti/Moacir Firmino
Diretor(es): Dalila Vieira Ferreira de Nobrega
Distribuidor(es): SBT
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000799/2022-81
Requerente: TV SBT CANAL 4 DE SÃO PAULO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 706, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: BASTARDOS E ARMADOS (BASTARDI A MANO ARMATA, Brasil / Itália - 2021)
Produtor(es): Gianluca Curti/Santo Versace/Paulo Boccato
Diretor(es): Gabriele Albanesi
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ação/Policial/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000806/2022-44
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 707, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A MORTE HABITA A NOITE (Brasil - 2020)
Produtor(es): Leonardo Mecchi/Henrique Spencer/Mannu Costa
Diretor(es): Eduardo Morotó
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000836/2022-51
Requerente: VITRINE FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 708, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: JURASSIC WORLD - DOMÍNIO (JURASSIC WORLD - DOMINION, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Winston Azzopardi/Patrick Crowley/Alexandra Derbyshire
Diretor(es): Colin Trevorrow
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Aventura/Ação/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000847/2022-31
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 709, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: AMOR DE REDENÇÃO (REDEEMING LOVE, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Cindy Bond/Brittany Yost/Simon Swart
Diretor(es): D. J. Caruso
Distribuidor(es): CINECOLOR DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000860/2022-90
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 710, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: JAIR RODRIGUES - DEIXA QUE DIGAM (Brasil - 2019)
Produtor(es): Confeitaria de Cinema
Diretor(es): Rubens Rewald
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000870/2022-25
Requerente: ELO AUDIO VISUAL SERVIÇOS LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 711, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: JESUS KID (Brasil - 2020)
Produtor(es): Grafo Audiovisual Ltda/Muritiba Filmes
Diretor(es): Aly Muritiba
Distribuidor(es): OLHAR DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA / LUDWIG MAIA ARTHOUSE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Ficção
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000884/2022-49
Requerente: OLHAR DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 712, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: VIRAR MAR (MEER WERDEN, Alemanha / Brasil - 2022)
Produtor(es): Philipp Hartmann/Júlia Alves/Ticiana Augusto de Lima
Diretor(es): Philipp Hartmann/Danilo Carvalho
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário/Experimental
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Nudez , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000897/2022-18
Requerente: VITRINE FILMES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 713, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: TERREMOTO (Brasil - 2021)
Produtor(es): Thiago Macêdo Correia
Diretor(es): Gabriel Martins
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.000910/2022-39
Requerente: GABRIEL MARTINS ALVES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 714, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ALINE A VOZ DO AMOR (ALINE, França - 2020)
Produtor(es): Sidonie Dumas/Alice Girard/Edouard Weil
Diretor(es): Valerie Lemercier
Distribuidor(es): IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000930/2022-18
Requerente: TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 715, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: MISSÃO: IMPOSSÍVEL - ACERTO DE CONTAS PARTE UM (MISSION: IMPOSSIBLE - DEAD RECKONING PART ONE, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): J.J. Abrams/Tom Cruise/David Ellison
Diretor(es): Christopher McQuarrie
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000933/2022-43
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 716, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: MINIONS 2 - A ORIGEM DO GRU - KUNG FU POPCORN - TRAILER 3 (MINIONS 2 - THE RISE OF GRU, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Universal Pictures/Illumination Entertainment/Dreamwork Animations
Diretor(es): Kyle Balda/Jonathan Del Val/Brad Ableson
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000942/2022-34
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 717, DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: TWO POINT CAMPUS (Reino Unido - 2022)
Produtor(es): SEGA OF AMERICA
Distribuidor(es): SEGA OF AMERICA
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.000931/2022-54
Requerente: TEAM ONE LATIN AMERICA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 4/GAB3/CADE, DE 23 DE MAIO DE 2022

Processo nº 08700.005053/2021-74
Ato de Concentração nº 08700.005053/2021-74
Requerentes: Empreendimentos Pague Menos S.A, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.
Advogados: José Inácio F. de Almeida Prado Filho, Marcio Dias Soares e Outros
Terceiro Interessado: Drogaria São Paulo S.A.
Advogado: Daniel Oliveira Andreoli, Mariana Llamazalez e Otávio Cividanes
Relator: Conselheiro Gustavo Augusto
DESPACHO DECISÓRIO
VERSÃO PÚBLICA ÚNICA

Trata-se de operação envolvendo a aquisição pela Empreendimentos Pague Menos S.A ("Pague Menos"), de ações representativas de até a integralidade do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma" ou "Empresa-Alvo"), atualmente detidas pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A ("Vendedora" e, em conjunto com a Pague Menos, as "Requerentes"), subsidiaria integral da Ultra Participações S.A ("Ultrapar"). (SEI nº 0960187)

O Ato de Concentração foi notificado ao CADE em 16.09.2021 (SEI nº 0958922). Em 17.09.2021, as Requerentes apresentaram manifestação solicitando a substituição da versão pública do formulário de notificação, bem como dos documentos anexos. (SEI nº 0960191). Em atenção à solicitação, foram juntados os documentos SEI nº 0960187 e nº 0960189.

Por meio do Despacho SG n° 1409/2021 (SEI nº 0962181), de 27.09.2021, a SG determinou a emenda do formulário de notificação anteriormente apresentado, em razão de não terem sido trazidas pelas Requerentes informações e documentos indispensáveis à análise do mérito do caso, nos termos do art. 53, § 1º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do art. 111 da Resolução CADE nº 22 de 19 de junho de 2019 e atualizado pela Emenda Regimental nº 01/2020 de 02 de abril de 2020.

Em 07.10.2021, as Requerentes peticionaram resposta ao Despacho SG 1409/2021, apresentando a emenda do formulário de notificação e as informações adicionais solicitadas (SEI nº 0968234, nº 0968237, nº 0968239e nº 0968240)

O edital que deu publicidade à operação foi publicado no Diário Oficial Da União ("DOU") em 14.10.2021 (SEI nº 0970303).

Em 03.11.2021, a Drogaria São Paulo S.A ("Grupo DPSP") protocolou pedido de intervenção como terceira interessada (SEI nº 0978170). Em 11.11.2021, a SG proferiu a Nota Técnica 22/2021/CGAA1/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0982335), cujas razões foram acolhidas pelo Despacho SG 1647/2021 (SEI nº 0982369), por meio do qual deferiu o referido pedido de habilitação do do Grupo DPSP como Terceiro Interessado.

Em 11.02.2022, por meio do Despacho SG no 182/2022 (SEI nº 1021814), a SG declarou a Operação como complexa, determinando a realização de diligências e facultando às Partes a apresentação das eficiências econômicas decorrentes da Operação, nos termos da Nota Técnica SG n° 1/2022/CGAA1/SGA1/SG/CADE (SEI nº 1021791).

Em 07.05.2022, a SG expediu o Parecer nº 15/2022/CGAA1/SGA1/SG (SEI nº 1057142 e seu Anexo I - SEI nº 1058153), acolhido pelo Despacho SG nº 550/2022 (SEI nº 1058038), publicado no DOU em 10.05.2022 (SEI nº 1059028), decidindo pela impugnação do presente Ato de Concentração ao Tribunal do CADE, com recomendação de aprovação condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações (ACC).

Na 263ª Sessão Ordinária de Distribuição, cuja ata foi publicada no DOU em 11.05.2022 (SEI nº 1059694), o presente Ato de Concentração foi distribuído à minha relatoria (SEI nº 1059463).

Em razão do significativo volume de informações constante nos autos, elaborados durante a aprofundada instrução realizada pela SG; considerando a necessidade de devida avaliação dos pareceres econômicos e estudos de mercado apresentados, bem como a devida análise das manifestações da terceira interessada; considerando, também, a já declarada complexidade da Operação em tela; e tendo em vista o já adiantado prazo de análise no momento da subida dos autos a este Tribunal; entendo necessária, para o adequado exame que o assunto merece, a prorrogação do prazo para apreciação da presente operação em 90 (noventa) dias adicionais, nos termos do inciso II, do § 9º, do art. 88 da Lei nº 12.529/2011.

É o Despacho, que submeto à homologação. Publique-se e intime-se.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 663, DE 23 DE MAIO DE 2022

Despacho SG Nº 663/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003028/2022-37. Requerentes: 3R Fazenda Belém S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Luciana Martorano e André de Almeida Barreto Tostes. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

DIRETORIA DE QUALIDADE AMBIENTAL

PORTARIA Nº 1.167, DE 12 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), nomeada pelo Decreto de 1º de março de 2019, publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de março de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25 do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017 e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ibama nº 2.542, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial do dia subsequente, o art. 10 da Portaria nº 561, de 27 de fevereiro de 2020 e o inciso II do art. 5º da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 02001.003002/2021-17, resolve:

Art. 1º Instituir o Procedimento Operacional Padrão para manutenção de Fichas Técnicas de Enquadramento do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1ª de junho de 2022.

CAROLINA FIORILLO MARIANI

ANEXO

Manutenção das Fichas Técnicas de Enquadramento do CTF/APP
Processo de origem: 02001.003002/2021-17
Versão: 1
Versões anteriores: não se aplica.
1. OBJETIVOS
1.1. Estabelecer o fluxo procedimental de manutenção das Fichas Técnicas de Enquadramento.
1.2. Estabelecer o fluxo procedimental de criação de Ficha Técnica de Enquadramento.
1.3. Estabelecer o fluxo procedimental de manutenção do Glossário do CTF/APP.
1.4. Sistematizar o registro de conteúdo de campos das FTE para desenvolvimento de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para execução deste procedimento por meio de artefatos computacionais.

2. GLOSSÁRIO

2.1. Lista de siglas e acrônimos utilizados no procedimento:

2.1.1. ACT - Acordo de Cooperação Técnica;

2.1.2. AIR - Análise de impacto regulatório;

2.1.3. Ascom - Assessoria de Comunicação;

2.1.4. CNORP - Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

2.1.5. CTF/AIDA - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

2.1.6. CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

2.1.7. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas;

2.1.8. Coavi - Coordenação de Avaliação e Instrumentos de Qualidade Ambiental;

2.1.9. CGAsq - Coordenação-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas;

2.1.10. CGQua - Coordenação-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental;

2.1.11. Dilic - Diretoria de Licenciamento Ambiental;

2.1.12. Diplan - Diretoria de Planejamento, Administração e Logística;

2.1.13. Dipro - Diretoria de Proteção Ambiental;

2.1.14. Diqua - Diretoria de Qualidade Ambiental

2.1.15. DBFlo - Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas;

2.1.16. Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

2.1.17. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

2.1.18. NQA - Núcleo de Qualidade Ambiental;

2.1.19. RAPP - Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

2.1.20. SEI - Sistema Eletrônico de Informações do Ibama.

2.2. Termos

2.2.1. Área técnica - Coordenações das Diretorias finalísticas do Ibama ou unidade de órgão partícipe de Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ibama.

2.2.2. Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos - cadastro nacional em que as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar.

2.2.3. Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - cadastro técnico distrital integrado ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

2.2.4. Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - cadastro técnico estadual integrado ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

2.2.5. Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - cadastro técnico federal para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

2.2.6. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - cadastro técnico federal para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

2.2.7. Checklist - lista de verificação e registro de quais campos de FTE sob manutenção devem ser alterados, se for o caso.

2.2.8. Ficha Técnica de Enquadramento - formulário eletrônico que contém as descrições para enquadramento de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

2.2.9. Glossário do CTF/APP - glossário do enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF/APP, com publicação on-line, conforme item 2.2. do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021.

2.2.10. Solicitante - NQA, CGAsq, CGQua, Diplan, Dilic, DBFlo, Dipro ou Órgão de Meio Ambiente de Unidade Federativa com a qual o Ibama mantenha ACT para gestão integrada de Cadastro Técnico Federal e Estadual/Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

3.1. Finalidade do procedimento

As FTE foram instituídas em 2018 e são um guia para a correta identificação de atividade a ser declarada nos formulários de inscrição ou de alteração no CTF/APP. A FTE é instrumento hábil à comprovação de obrigatoriedade ou de não obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme respectivo formulário no sítio eletrônico do Ibama na internet.

Por sua vez, o Glossário do enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF/APP é uma publicação on-line, conforme Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021.

O Glossário incorpora termos e definições de normas e padrões já existentes na regulamentação do enquadramento e outros documentos publicados por órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ou da Administração Pública Federal. O Glossário contém, também, as definições utilizadas nas Fichas Técnicas de Enquadramento das atividades do Anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 2021.

O Procedimento Operacional Padrão tem por principal finalidade identificar e padronizar processos que garantam a atualização e correição normativa das FTE ao longo do tempo.

3.2. Destinatários do procedimento:

3.2.1. servidores da Coordenação de Avaliação e Instrumentos de Qualidade Ambiental.

3.3. Frequência dos processos do procedimento:

3.3.1. Por demanda:

3.3.1.1. Solicitação técnica de revisão de FTE;

3.3.1.2. Revisão de CNAE;

3.3.1.3. Alteração de FTE;

3.3.1.5. Nova FTE;

3.3.2. Periódico:

3.3.2.1. Revisão do Glossário CTF/APP:

3.3.2.1.1. trimestral nos anos de 2022 e 2023;

3.3.2.1.2. no mínimo semestral em 2024;

3.3.2.1.3. no mínimo anual a partir de 2025.

4. PROCEDIMENTO			Anexos
4.1.		Processo *Solicitação técnica de revisão de FTE*	8.1.2.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Solicitante	Protocolizar solicitação técnica junto à Diqua.	
2	Diqua	Validar solicitante e seguir para o *Passo 3*.	
		Caso não seja solicitante válido para o procedimento, seguir para o ***Passo 7***.	
3	Coavi	Emitir parecer técnico.	
4	Coordenador (a)	Caso a solicitação não seja aprovada, seguir para o *Passo 5*.	
		Caso a solicitação seja aprovada, seguir ao processo ***4.4. Alteração de FTE***.	8.1.1.
			8.1.5.
5	CGQua	Analisar reprovação e seguir para o *Passo 6*.	
		Caso a solicitação seja aprovada, seguir ao processo ***4.4. Alteração de FTE***.	8.1.1.
			8.1.5.
6	Diqua	Analisar reprovação e seguir para o *Passo 7*.	
		Caso a solicitação seja aprovada, seguir ao processo ***4.4. Alteração de FTE***.	8.1.1.
			8.1.5.
7	Diqua	Emitir comunicação a interessado.	8.3.2.
8	Diqua	Emitir comunicação ao solicitante.	8.3.3.
9	-	Fim.	

4.2.		Processo *Revisão do Glossário CTF/APP*	8.1.3.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Coavi	Revisar as "Referências Normativas" do Glossário.	
		Caso não haja alterações normativas ou de *links*, seguir para o *Passo 12*.	
2	Coavi	Versionar as "Referências Normativas" com as alterações normativas ou de *links*.	
3	Coavi	Identificar verbetes que precisem atualização em razão de alteração normativa (inclusão, alteração, exclusão).	
		Caso não haja alteração de verbetes, seguir para o *Passo 9*.	
4	Coavi	Versionar Glossário (arquivo pdf).	
5	Coavi	Atualizar planilha de dados.	8.2.4.
6	Coordenador (a)	Aprovar alterações de verbetes e seguir para o *Passo 9*.	
		Caso as alterações de verbetes não sejam aprovadas, seguir para o ***Passo 11***.	

7	CGQua	Aprovar alterações de verbetes e seguir para o *Passo 9*.	
		Caso as alterações de verbetes não sejam aprovadas, seguir para o ***Passo 11***.	
8	Diqua	Aprovar alterações de verbetes e seguir para o *Passo 9*.	
		Caso as alterações de verbetes não sejam aprovadas, seguir para o ***Passo 11***.	
9	Ascom	Publicar alterações do Glossário, "Referências Normativas" e/ou verbetes.	
10	Coavi	Seguir ao processo *4.4. Alteração de FTE.*	8.1.1.
			8.1.5.
		Caso o Glossário tenha sido alterado em razão de revogação de FTE, seguir ao ***Passo 12***.	
11	Coavi	Estornar atualizações da planilha de dados.	
12	-	Fim.	

4.3.		Processo *Revisão de CNAE*	8.1.4.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Coavi	Elaborar Consulta de correspondência CNAE.	8.3.5.
2	Coordenador (a)	Aprovar consulta.	
		Caso a consulta não seja aprovada, seguir para o *Passo 7*.	
3	CGQua	Aprovar consulta.	
		Caso a consulta não seja aprovada, seguir para o *Passo 7*.	
4	IBGE	Analisar Consulta de correspondência CNAE.	
		Caso alteração proposta não seja aprovada, seguir para o *Passo 7*.	
5	IBGE	Atualizar banco de descritores de Subclasses da CNAE.	
6	Coavi	Seguir ao processo *4.4. Alteração de FTE*	8.1.1.
			8.1.5.
7	-	Fim.	

4.4.		Processo *Alteração de FTE*	8.1.5.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Coavi	Consultar área técnica.	
		Caso não haja necessidade de consulta, seguir para o *Passo 2*.	
2	Coavi	Fazer *checklist*.	8.3.4.
3	Coavi	Versionar FTE no respectivo processo SEI.	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o *Passo 19*.	
4	Coavi	Fazer alterações conforme *checklist*.	
5	Coavi	Atualizar planilha de dados.	8.2.
6	Coavi	Instruir processo com documentos técnico-normativos que subsidiaram a alteração de campos da FTE.	
7	Coavi	Analisar impacto regulatório.	
8	Coordenador (a)	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 3.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 12***.	
9	CGQua	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 3.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 12***.	
10	Diqua	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 3.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 12***.	
11	Presidência	Caso a FTE seja assinada, seguir para o *Passo 13*.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o ***Passo 3.***	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 12***.	
12	Coavi	Estornar atualizações da planilha de dados e seguir para o *Passo 19*.	8.2.
13	Coavi	Habilitar acesso externo da FTE.	
14	Ascom	Publicar *link* de acesso da FTE.	
15	Coavi	Emitir Nota Técnica.	8.3.8
16	Coordenador (a)	Aprovar a Nota Técnica.	
		Caso a Nota Técnica não seja aprovada, retornar para o *Passo 15*.	
17	Coavi	Habilitar acesso externo da Nota Técnica.	
18	Ascom	Publicar *link* de acesso da Nota Técnica.	
19	-	Fim.	

4.5.		Processo *Atualização normativa / decisão judicial*	8.1.6.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Coavi	Fazer *checklist* e seguir para o *Passo 10*.	8.3.4.
		Caso a FTE tenha sido revogada ou perdido validade ou vigência por atualização normativa ou decisão judicial, seguir para o ***Passo 2***.	
2	Coavi	Desabilitar acesso externo da FTE.	
3	Ascom	Retirar publicação de *link* de acesso da FTE.	
4	Coavi	Atualizar planilha de dados.	8.2.
5	Coavi	Emitir Nota Técnica.	8.3.8.
6	Coordenador (a)	Aprovar a Nota Técnica.	
		Caso a Nota Técnica não seja aprovada, retornar para o *Passo 5*.	
7	Coavi	Habilitar acesso externo da Nota Técnica.	
8	Ascom	Publicar *link* de acesso da Nota Técnica.	
9	Coavi	Seguir ao processo *4.2. Revisão do Glossário CTF/APP.*	8.1.1.
			8.1.3.
		Caso o Glossário não precise revisão, seguir para o ***Passo 25***.	
10	Coavi	Versionar FTE no respectivo processo.	8.3.7.
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o *Passo 25*.	
11	Coavi	Fazer alterações.	
12	Coavi	Atualizar planilha de dados.	8.2.
13	Coavi	Instruir processo com documentos técnico-normativos que subsidiaram a alteração de campos da FTE.	
14	Coordenador (a)	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 10.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 18***.	
15	CGQua	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 10.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 18***.	
16	Diqua	Aprovar nova versão de FTE.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o *Passo 10.*	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 18***.	
17	Presidência	Caso a FTE seja assinada, seguir para o *Passo 19*.	
		Caso a nova versão de FTE não seja aprovada, retornar para o ***Passo 10.***	
		Caso a FTE não deva ser alterada, seguir para o ***Passo 18***.	
18	Coavi	Estornar atualizações da planilha de dados e seguir para o *Passo 25*.	8.2.
19	Coavi	Habilitar acesso externo da FTE.	
20	Ascom	Publicar *link* de acesso da FTE.	
21	Coavi	Emitir Nota Técnica.	8.3.8.
22	Coordenador (a)	Aprovar a Nota Técnica.	
		Caso a Nota Técnica não seja aprovada, retornar para o *Passo 21*.	
23	Coavi	Habilitar acesso externo da Nota Técnica.	
24	Ascom	Publicar *link* de acesso da Nota Técnica.	
25	-	Fim.	

4.6.		Processo *Nova FTE*	8.1.7.
Passo	Responsável	Descrição de atividades	
1	Coavi	Tombar processo de FTE no SEI.	
2	Coavi	Instruir informação.	8.3.6.
3	Coavi	Criar FTE.	8.3.1.
4	Coavi	Atualizar planilha de dados	8.2.
5	Coavi	Instruir processo com documentos técnico-normativos que subsidiaram o preenchimento dos campos da FTE.	
6	Coordenador (a)	Aprovar FTE (versão 1.0).	
		Caso a FTE não seja aprovada, seguir para o *Passo 10*.	
7	CGQua	Aprovar FTE (versão 1.0).	
		Caso a FTE não seja aprovada, seguir para o *Passo 10*.	
8	Diqua	Aprovar FTE (versão 1.0).	
		Caso a FTE não seja aprovada, seguir para o *Passo 10*.	
9	Presidência	Caso a FTE não seja aprovada, seguir para o *Passo 10*.	
		Caso a FTE (versão 1.0) seja assinada, seguir para o ***Passo 11***.	
10	Coavi	Revisar FTE e retornar ao *Passo 4*.	
11	Coavi	Habilitar acesso externo da FTE.	
12	Ascom	Publicar *link* de acesso da FTE.	
13	-	Fim.	

5. PROCEDIMENTO RESUMIDO

5.1. Manutenção de FTE que tenha por motivação solicitação técnica, alteração do Glossário do CTF/APP ou alteração de CNAE.

5.2. Manutenção de FTE cuja motivação seja alteração normativa ou de decisão judicial.

5.3. Criação de FTE em razão de alteração da regulamentação do CTF/APP.

6. PONTOS DE ATENÇÃO

6.1. A publicação de nova FTE (versão 1.0) deverá observar, o registro obrigatório da data da disponibilização da Ficha no sítio eletrônico do Ibama, nos termos do item 1.3.5.2. do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021.

6.2. A publicação de nova versão de FTE deverá observar, o registro obrigatório da data da disponibilização da Ficha no sítio eletrônico do Ibama, nos termos do item 1.3.5.2. do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 13/2021.

6.3. No processo 4.1., deve-se observar se houve a adequada emissão de solicitação técnica à Diqua e por parte de solicitante válido para fins do procedimento.

6.4. No processo 4.1., a solicitação técnica deve ser instruída em processo autônomo, mas apenso ao respectivo processo de FTE, por meio do relacionamento de processos do SEI.

6.5. No processo 4.2., consideram-se as referências normativas e verbetes da versão acessível pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app#glossario.

6.6. No processo 4.2. a curto e médio prazos, deve-se considerar a ocorrência de alterações de fontes normativas em razão de implementação de revisão e consolidação normativas, inclusive do Ibama, aprazadas pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

6.7. No processo 4.2. a curto e médio prazos, deve-se considerar a ocorrência de alterações de links em razão de migrações de endereços eletrônicos ao Portal Gov.br.

6.8. No processo 4.3., deve-se considerar a existência de calendário semestral de revisão e de atualização do banco de descritores das Subclasses da CNAE.

6.9. No processo 4.4, deverá se observar a atividade "Analisar Impacto Regulatório", para identificação de alteração de FTE que possa implicar em modificação de obrigação de inscrição no CTF/APP.

6.9.1. Para análise de AIR, deve-se considerar o que dispõe o respectivo quadro normativo de referência, especialmente a identificação de hipótese, nos termos dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 10.411/2020 e de regulamentação específica do Ibama.

6.9.2. Não implica em modificação de obrigação de inscrição no CTF/APP, a alteração do campo "A descrição compreende" que seja especificação de atividade/empreendimento já constante do campo.

6.9.3. Não implica em modificação de obrigação de inscrição no CTF/APP, a alteração do campo "A descrição não compreende" que especifique ou complemente descrição de atividade/empreendimento já não obrigado à inscrição no CTF/APP.

6.9.4. Não implica em modificação de obrigação de inscrição no CTF/APP, a alteração do campo "A descrição compreende" que resulte em alteração de FTE para enquadramento de determinada atividade ou empreendimento.

7. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

7.1. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

7.2. Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.

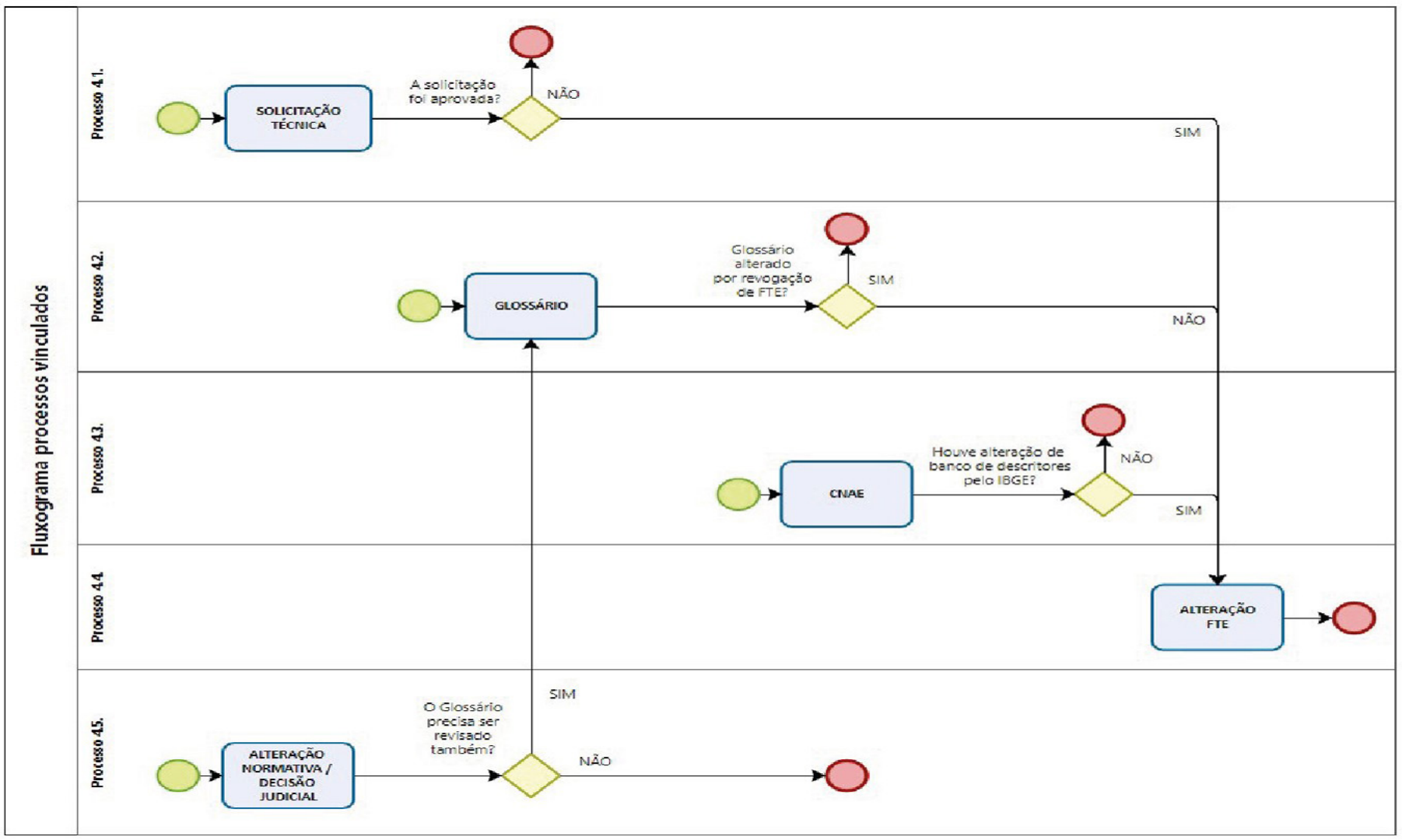
7.3. Instrução Normativa Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021.

7.4. Portaria Ibama nº 561, de 27 de fevereiro de 2020.

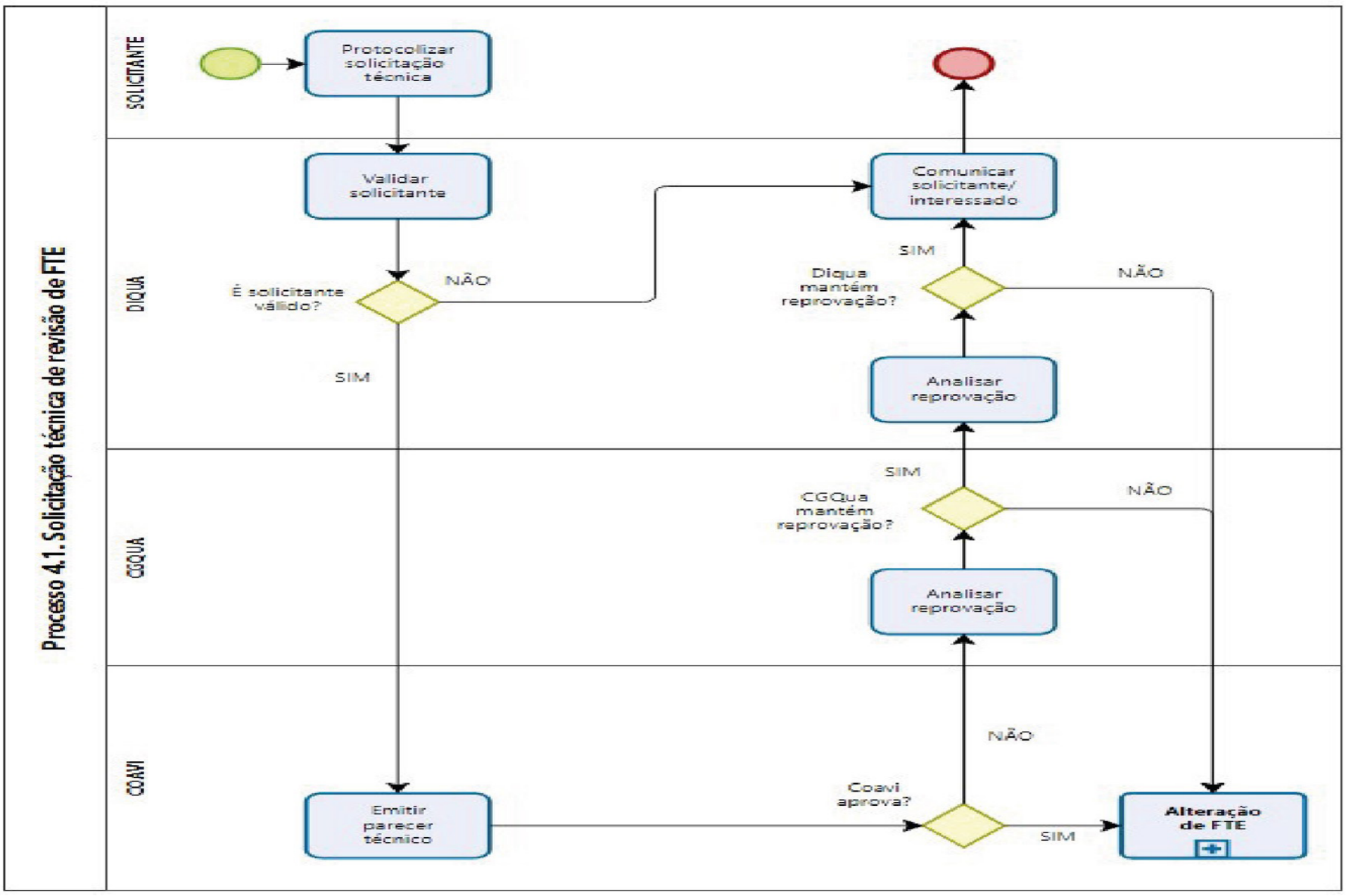
8. ANEXOS

8.1. Fluxogramas

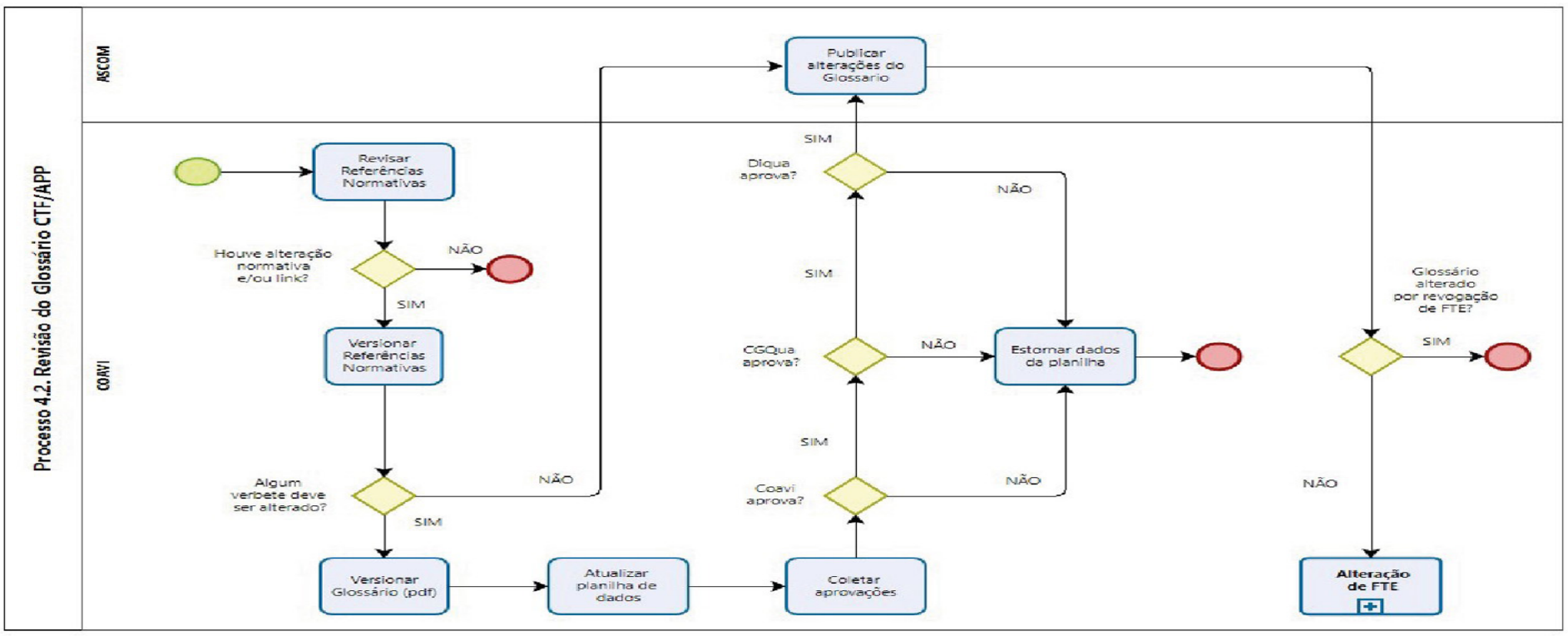
8.1.1. Fluxograma processos vinculados



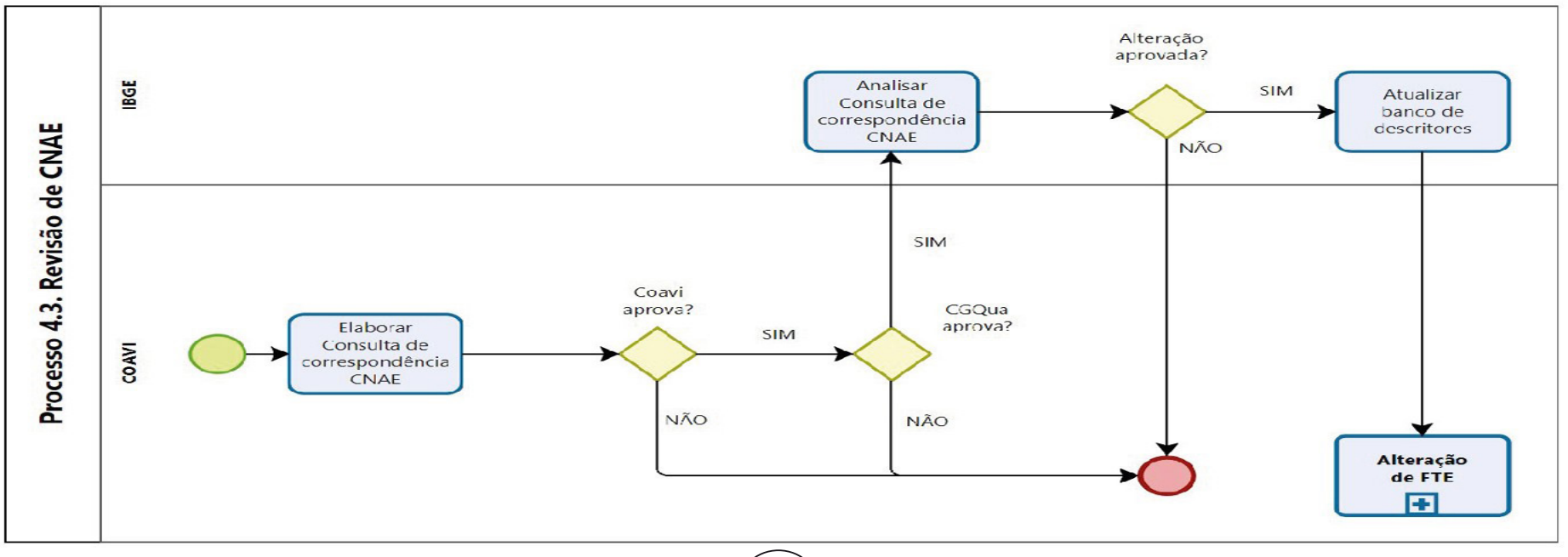
8.1.2. Processo 4.1. Solicitação técnica de revisão de FTE



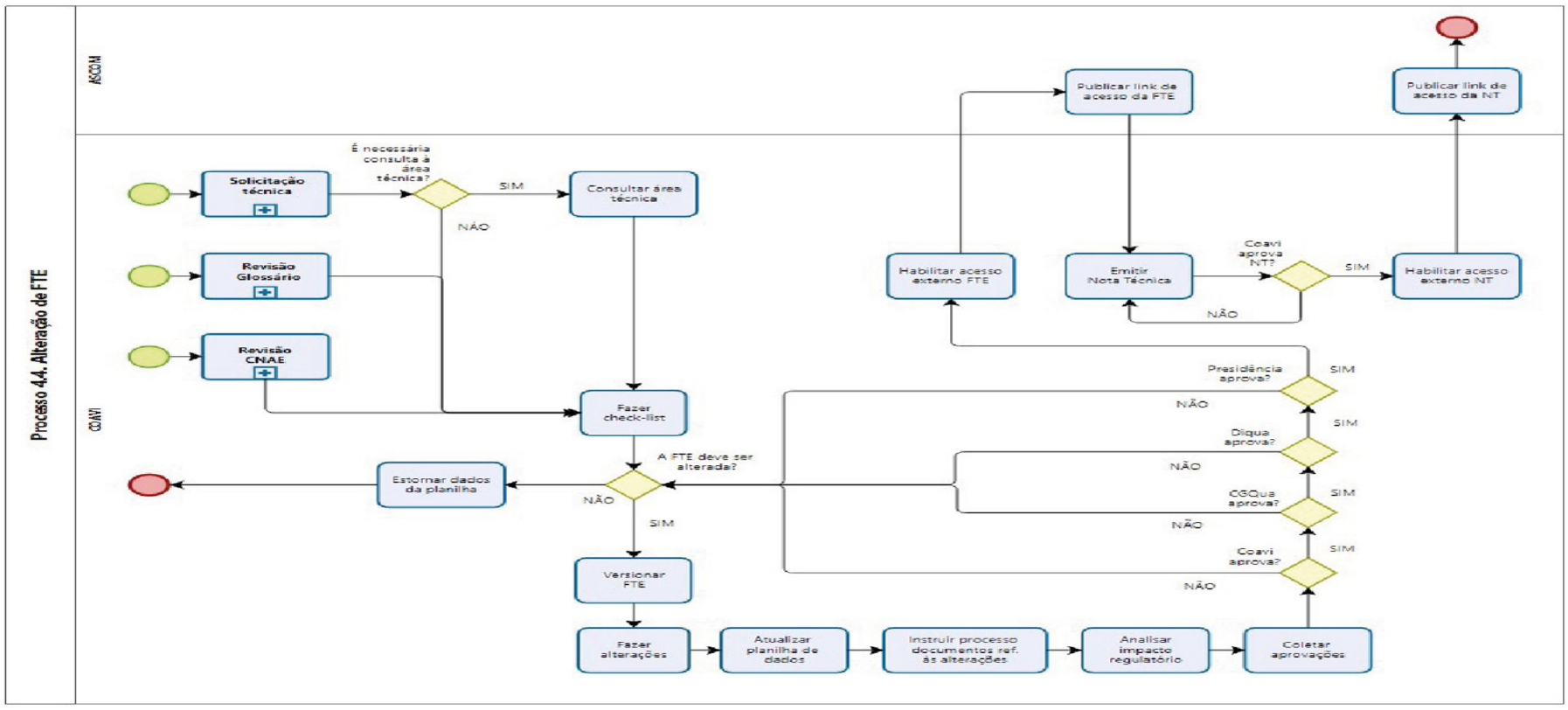
8.1.3. Processo 4.2. Revisão do Glossário CTF/APP



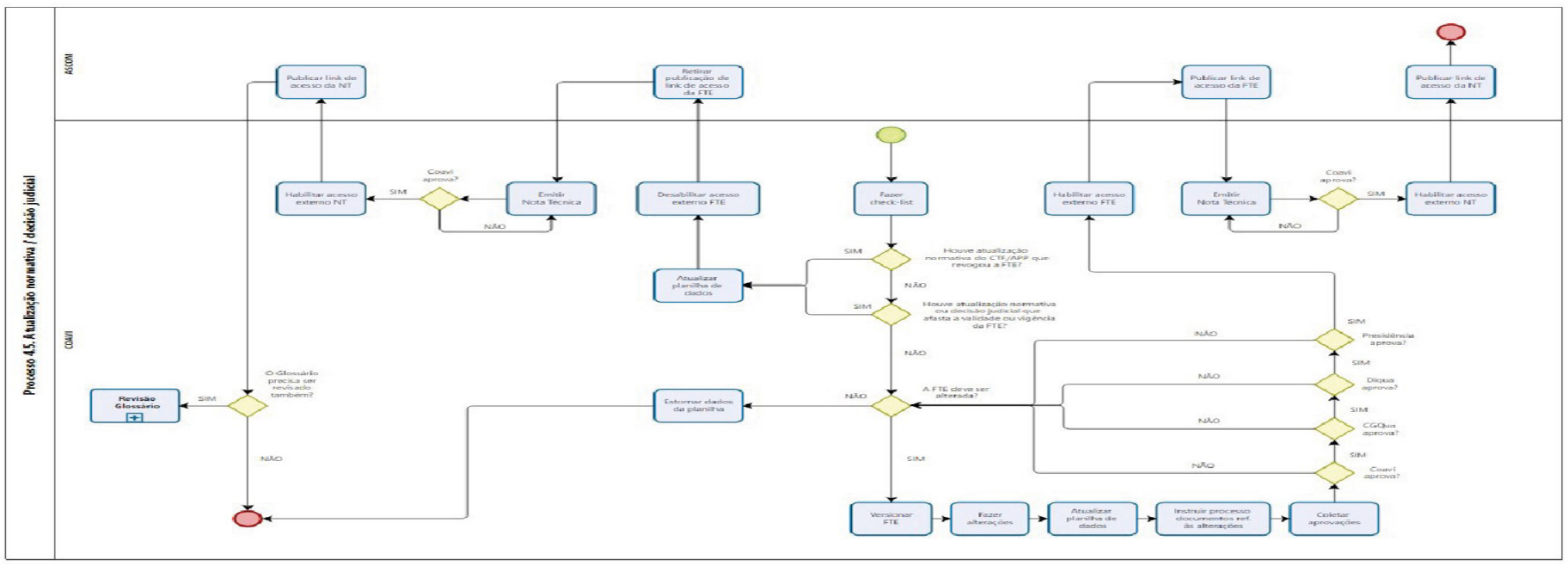
8.1.4. Processo 4.3. Revisão de CNAE



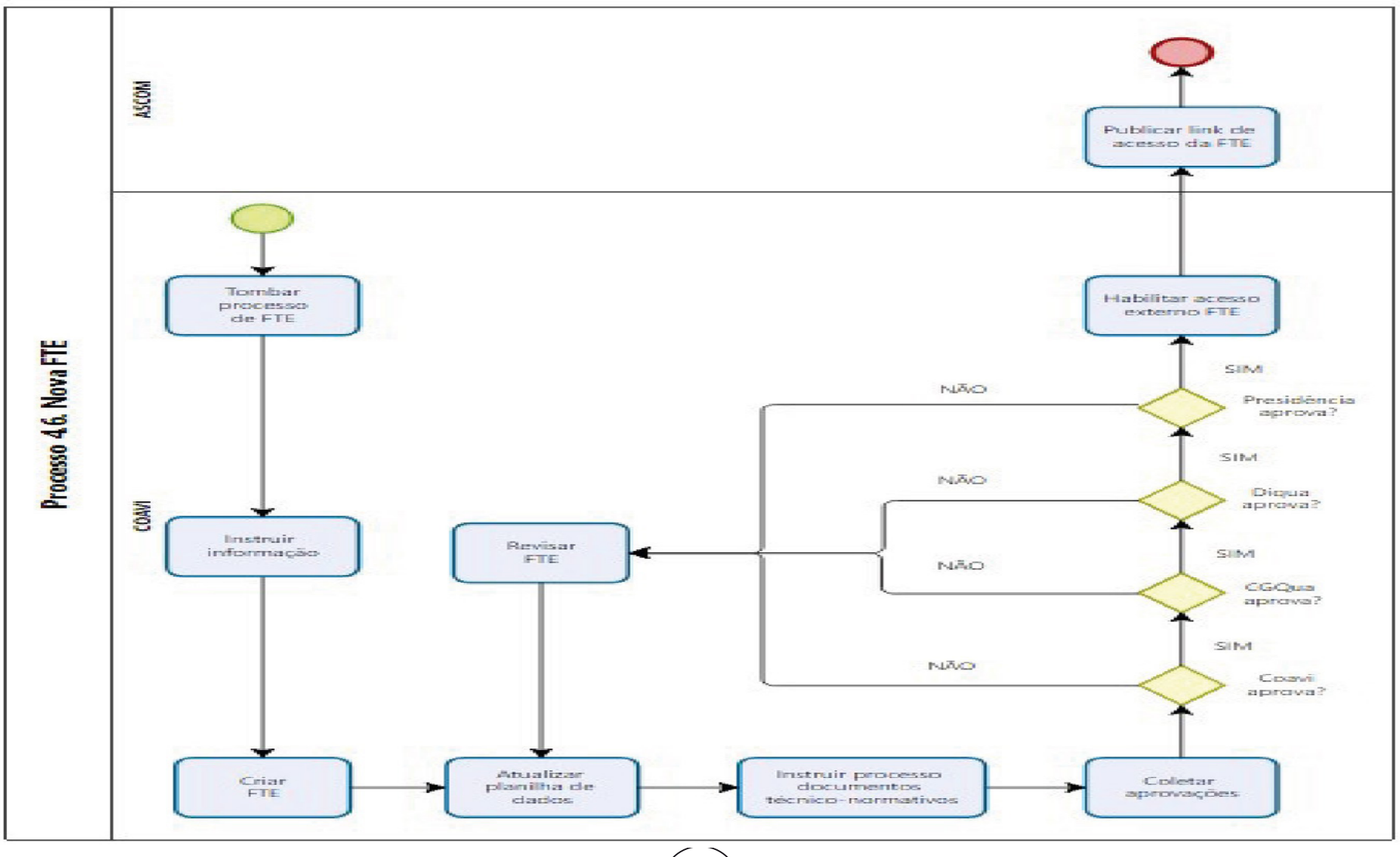
8.1.5. Processo 4.4. Alteração de FTE



8.1.6. Processo 4.5. Atualização normativa / decisão judicial



8.1.7. Processo 4.6 Nova FTE



8.2. Sistematização do conteúdo de campos das FTE
8.2.1. Planilha de dados - aba "Processos SEI"

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	ID	Cat.	FTE	Processo (SEI/Ibama)	Versão	INF 1 (SEI/Ibama)	INF 2 (SEI/Ibama)	FTE (SEI/Ibama)	NOT. TEC. (SEI/Ibama)	
2	1	1	1 – 1							
3	2	1	1 – 2							
4	3	1	1 – 3							
5	4	1	1 – 4							
6	5	1	1 – 5							
7	6	1	1 – 7							
8	7	2	2 – 1							
9	8	2	2 – 2							
10	9	3	3 – 1							
11	10	3	3 – 10							
12	11	3	3 – 11							
13	12	3	3 – 12							
14	13	3	3 – 2							
15	14	3	3 – 3							
16	15	3	3 – 4							
17	16	3	3 – 5							
18	17	3	3 – 6							
19	18	3	3 – 7							
20	19	3	3 – 8							
21	20	3	3 – 9							
22	21	4	4 – 1							
23	22	5	5 – 1							

SEI | REF. NORMATIVAS | DEFINIÇÕES | CNAE | OBSERVAÇÕES | DESCRIÇÕES

8.2.2. Planilha de dados - aba "Referências Normativas"

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	ID	Epígrafe	Ementa	DOU	Link	Status	Data	Glossário	FTE (1)	FTE (2)	FTE (3)	FTE (4)	FTE (5)	FTE (n)	
2						NCRE		SIM							
3						R		NÃO							
4						FC									
5	1														
6	2														
7	3														
8	4														
9	5														
10	*n*														
11															
12	Legenda														
13	NCRE	Não consta revogação expressa.													
14	R	Revogada.													
15	FC	Finalidade cumprida.													
16															

8.2.3. Planilha de dados - aba "Termos e definições"
8.2.4. Planilha de dados - aba "CNAE"

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	ID	Ref. Nor. (ID)	Termo	Definição	Remessa	FTE (1)	FTE (2)	FTE (3)	FTE (4)	FTE (5)	FTE (n)	
2	1											
3	2											
4	3											
5	4											
6	5											
7	*n*											
8												
9												

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	ID	NÍVEL AGREGAÇÃO CNAE	CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO SUBCLASSE / DESCRITOR ATIVIDADE CNAE	FTE (1)	FTE (2)	FTE (3)	FTE (4)	FTE (5)	FTE (n)	
2		D									
3		S									
4	1										
5	2										
6	3										
7	4										
8	5										
9	*n*										
10											
11	Legenda										
12	D	Descritor de Subclasse									
13	S	Subclasse									
14											

8.2.5. Planilha de dados - aba "Observações"

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	ID	Nº OBS.	OBSERVAÇÃO	FTE (1)	FTE (2)	FTE (3)	FTE (4)	FTE (5)	FTE (n)	
2	1									
3	2									
4	3									
5	4									
6	5									
7	*n*									
8										

8.2.6. Planilha de dados - aba "Descrições"

8.3. Modelos de documentos:

8.3.1. Ficha Técnica de Enquadramento (formulário SEI)

8.3.2. Ofício (interessado)

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao documento protocolizado por V.Sª, informo que [há / não há] consulta pública em curso referente a enquadramento de pessoa física ou jurídica no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

As informações e orientações sobre consultas públicas são publicadas no site do Ibama no endereço www.gov.br/ibama, em Publicações oficiais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

NOME

Diretor(a) de Qualidade Ambiental

8.3.3. Modelo ofício (solicitante)

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao documento protocolizado por V.Sª, informo que a solicitação técnica de revisão de Ficha Técnica de Enquadramento foi submetida à análise da área responsável, que emitiu manifestação contrária, conforme parecer técnico anexo.

De acordo com as aprovações do parecer técnico, comunico que a solicitação não foi aprovada.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

NOME

Diretor(a) de Qualidade Ambiental

8.3.4.	*Checklist*	
	A - Identificação	
	Cód. FTE:	
	Descrição FTE:	
	B - Motivação do procedimento	
	Motivação	**Processo**
	( )	4.1. Solicitação técnica de revisão de FTE
	( )	4.2. Revisão Glossário do CTF/APP
	( )	4.3. Revisão de CNAE
	( )	4.5. Atualização normativa
	( )	4.5. Decisão judicial

8.3.4.	*Checklist*	
	A - Identificação	
	Cód. FTE:	
	Descrição FTE:	
	B - Motivação do procedimento	
	Motivação	Processo
	( )	4.1. Solicitação técnica de revisão de FTE
	( )	4.2. Revisão Glossário do CTF/APP
	( )	4.3. Revisão de CNAE
	( )	4.5. Atualização normativa
	( )	4.5. Decisão judicial

C - Justificativas de alterações					
ID	Campo (FTE vigente)	Revisão	Sim / Não	Parâmetros da revisão	Justificativa (no caso de alteração)
1	Código	Houve atualização normativa do CTF/APP que revogou a FTE?		Anexo I da regulamentação do CTF/APP.	
2	Código	Houve atualização normativa ou decisão judicial que afasta a validade ou vigência da FTE?		Alteração normativa / decisão judicial.	
3	Referências normativas	Considerando cada item constante do campo, houve alteração normativa que impacte o conteúdo da FTE? (alteração; revogação; inclusão de nova norma)		Norma de alteração, substitutiva ou nova.	
4	Referências normativas	Considerando os itens do campo e links atuais, deve haver alteração de link? (inclusão, alteração, exclusão)		Links oficiais de norma.	
5	Descrição	Houve alteração da descrição?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I)	
6	PP/GU	Houve alteração legal do PP/GU atribuído à descrição?		Coluna "PP/GU" do ANEXO VIII da Lei nº 6.938/1981 (pequeno, médio, alto)	
7	Tipo de pessoa	Houve alteração normativa do tipo de pessoa?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I: coluna "Tipo de pessoa)	
8	A descrição compreende	Independentemente de alteração normativa, deve haver alteração de item do campo? (inclusão, alteração ou exclusão)		Normas; Subclasses e descritores da CNAE.	
9	A descrição não compreende	Independentemente de alteração normativa, deve haver alteração de item do campo? (inclusão, alteração ou exclusão)		Regulamento de Enquadramento (Anexo III): Remessa: descritor no respectivo campo "A descrição compreende" Sem remessa: Normas; Subclasses e descritores da CNAE.	
10	Definições e linhas de corte	Houve inclusão, alteração ou exclusão de definição?		Glossário	
11	Definições e linhas de corte	Houve alteração normativa de linha de corte?		Norma que estabelece a linha de corte.	
12	CNAE (código)	Considerando o código atual na FTE, houve alteração da CNAE que exija alteração da FTE?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I) Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	
13	CNAE (descrição: Subclasse)	Considerando descrição de Subclasse atual na FTE, houve alteração da CNAE que exija alteração da FTE?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I)	

				Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	
14	CNAE (descrição: descritor de Subclasse)	Considerando descritor Subclasse atual na FTE, houve alteração da CNAE que exija alteração da FTE?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I) Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	
15	CNAE (agrupamento)	Houve alteração de correspondências entre CNAE e a descrição CTF/APP que impacte o agrupamento atual?		Regulamento do CTF/APP (Anexo I) Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	
16	Outro [...] CTF/APP	Houve alteração normativa pela qual o enquadramento na FTE se relaciona a outras obrigações do CTF/APP? (inclusão, modificação, exclusão)		Regulamento do CTF/APP (Anexo I) Normas	
17	Outro [...] CNORP	Houve alteração normativa do CNORP que altere obrigação descrita na FTE? (inclusão, modificação, exclusão)		Regulamento do CNORP	
18	Outro [...] CTF/AIDA	Houve alteração normativa do CTF/AIDA que altere obrigação descrita na FTE? (inclusão, modificação, exclusão)		Regulamento do CTF/AIDA (Anexos I e II)	
19	Outro [...] RAPP	Houve alteração normativa do RAPP que altere obrigação descrita na FTE? (inclusão, modificação, exclusão)		Regulamento do CTF/APP (Anexo I: categorias 1 a 20) Regulamento do RAPP	
20	Observações:	Considerando alterações normativas, decisões judiciais, dever haver alteração? (inclusão, modificação ou exclusão de observação)		Normas Controle judicial de legalidade e de constitucionalidade de atos normativos.	
21	Versão FTE	A nova versão de FTE modifica obrigação de inscrição no CTF/APP?		Regulamento de Enquadramento (Anexo III: Regra de numeração)	

	D - Conclusão do checklist	
	( )	Não se identificou justificativa para alteração da FTE.
	( )	A FTE deve ser alterada, conforme justificativas acima e instrução do processo SEI/Ibama nº [02001.nnnnn/20nn-nn]. Em razão disso será minutada nova versão da FTE.

8.3.5.	Consulta de correspondência CNAE				
CONSULTA DE CORRESPONDÊNCIA CNAE					
Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE			Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP		
Consulta nº:		Tema:			
Subclasse CNAE:			Atividades do CTF/APP relacionadas à subclasse CNAE:		
Cód.:	Descrição:		Cód.:	Descrição:	PP/GU:
Questões a serem solucionadas:					
Soluções encontradas:					
Encaminhamentos para implantar as soluções:					
Observações:					
Participação na análise					
Nome:			Instituição:		Data:

8.3.6. Informação 1
INFORMAÇÃO Nº NN/AAAA/COAVI/CGQUA/DIQUA-IBAMA
PROCESSO Nº 02001.nnnnnn/nnnn-nn
Assunto: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais
REFERENTE: FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO
CÓDIGO: N - N
Senhor(a) Coordenador(a),

Trata-se de informação sobre a nova FTE em referência (versão 1.0), nos termos de Anexo III da Instrução Normativa do Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF/APP - RE-CTF/APP).

A versão n.n resulta da análise e revisão normativas consubstanciadas nos processos nº 02001.nnnnnn/nnnn-nn e 02001.nnnnnn/nnnn-nn.

Caso aprovada a nova versão, será procedida a publicação no sítio eletrônico do Ibama, por meio da ASCOM, com a respectiva data de disponibilização da nova versão da FTE.

À consideração superior.

8.3.7. Informação 2
INFORMAÇÃO Nº NN/AAAA/COAVI/CGQUA/DIQUA-IBAMA
PROCESSO Nº 02001.nnnnnn/nnnn-nn
Assunto: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.
REFERENTE: VERSIONAMENTO DE FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO
CÓDIGO: N - N
Senhor(a) Coordenador(a),

Trata-se de informação sobre o versionamento da FTE em referência (versão n.n), nos termos de Anexo III da Instrução Normativa do Ibama nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF/APP - RE-CTF/APP).

A versão n.n resulta da análise e revisão normativas consubstanciadas nos processos nº 02001.nnnnnn/nnnn-nn e 02001.nnnnnn/nnnn-nn.

Caso aprovada a nova versão, será procedida a publicação no sítio eletrônico do Ibama, por meio da ASCOM, com a respectiva data de disponibilização da nova versão da FTE.

À consideração superior.

8.3.8. Nota Técnica
NOVA VERSÃO DE FICHA TÉCNICA DE ENQUADRAMENTO

Nos termos do REGULAMENTO DE ENQUADRAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NO CTF/APP, será disponibilizada no sítio eletrônico do Ibama na rede mundial de computadores, nota técnica com registro das alterações, na hipótese de novo versionamento de FTE.

Em razão disso, emite-se a presente nota com o histórico de alterações da descrição a seguir.

Código FTE: XX - XX Descrição: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES
Versão: Data: Alteração: Justificativa:
X.X dd/mm/aaaa
1.0 dd/mm/aaaa Versão inicial.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 650/GM/MME, DE 23 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 17 e 34 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 1º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, no art. 75-A, inciso III, do caput, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48360.000136/2020-17, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 631/GM/MME, de 24 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte deverá encaminhar à ANEEL o Termo de Concordância referente à incorporação dos bens e instalações ao Contrato de Concessão nº 058/2001-ANEEL, na forma do Anexo desta Portaria, acompanhado dos documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal, trabalhista e setorial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação do Despacho ANEEL nº 1.015, de 19 de abril de 2022." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATO DE 20 DE MAIO DE 2022

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

27207.870463/1999 - Portaria Nº 325/SGM/MME - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM - Areia de Fundição - Belmonte - Bahia - 47,63 hectares.

48403.830557/2010 - Portaria Nº 326/SGM/MME - Terras Altas SSV Mineração Eireli - Água Mineral - São Sebastião do Rio Verde - Minas Gerais - 49,92 hectares.

PEDRO PAULO DIAS MESQUITA
Secretário

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.412/SPE/MME, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001463/2022-06. Interessada: Complexo Fotovoltaico Marangatu Solar II SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.385.482/0001-79. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Marangatu 7, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.038349-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.941, de 11 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.907, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005008/2017-12. Interessado: Barra Bonita Óleo e Gás Ltda. Objeto: Alterar as características técnicas da UTE Barra Bonita I, outorgada à Barra Bonita Óleo e Gás Ltda., por meio da Resolução Autorizativa nº 10.865, de 5 de novembro de 2021, localizada no município de Pitanga, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.908. Processo nº 48500.006823/2019-52. Interessado: Morada do Sol I Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol I, CEG UFV.RS.GO.046567-4.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

Nº 11.909. Processo nº 48500.006824/2019-05. Interessado: Morada do Sol II Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol II, CEG UFV.RS.GO.046568-2.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

Nº 11.910. Processo nº 48500.006825/2019-41. Interessado: Morada do Sol III Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol III, CEG UFV.RS.GO.046569-0.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

Nº 11.911. Processo nº 48500.006826/2019-96. Interessado: Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol IV, CEG UFV.RS.GO.046570-4.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

Nº 11.912. Processo nº 48500.006827/2019-31. Interessado: Morada do Sol V Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol V, CEG UFV.RS.GO.046571-2.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

Nº 11.913. Processo nº 48500.006828/2019-85. Interessado: Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A. Objeto: Transfere para a Interessada a autorização da UFV Morada do Sol VI, CEG UFV.RS.GO.046572-0.01, localizada em Luziânia, estado de Goiás.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca .

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.916. Processo nº: 48500.005622/2021-52. Interessado: Karpowership Brasil Energia Ltda. Objeto: Transfere para Karpowership Brasil Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Termelétrica - UTE Porsud I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.GN.RJ.055706-4.01, localizada no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro.

Nº 11..917. Processo nº: 48500.005623/2021-03. Interessado: Karpowership Brasil Energia Ltda. Objeto: Transfere para Karpowership Brasil Energia Ltda. a autorização da Central Geradora Termelétrica - UTE Porsud II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.GN.RJ.055707-2.01, localizada no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.922, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003106/2022-74. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: (i) Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Andirá Leste - Andirá, localizada nos municípios de Barra do Jacaré e Andirá, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.926, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003315/2022-18. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Enel Distribuição Ceará, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Complexo Industrial do Pecém - Aeris 02C7, localizada no estado do Ceará.. A íntegra desta Resolução e seu Anexo e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.927, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004652/2022-22. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ibiporã - Matarazzo, localizada no município de Cornélio Procópio, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br/

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

PORTARIA Nº 6.760, DE 23 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n° 139, de 17 de maio de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e do que consta do Processo nº 48500.001704/2008- 51, resolve:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar ao titular da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, ou ao superintendente adjunto da área, as seguintes competências:" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.288, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005426/2021-88, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP em face do Despacho nº 4.027, de 2021, emitido pela Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, de modo a manter os termos do Despacho nº 440, de 11 de fevereiro de 2022.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.301, DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº nº 48500.003838/2020-01, 48500.003839/2020-47, 48500.003840/2020-71, 48500.003841/2020-16, 48500.003842/2020-61, 48500.003843/2020-13 e 48500.003845/2020-02, decide por indeferir os pedidos de alteração dos cronogramas de implantação das UFV Boa Sorte de 1 a 7, por inexistir eventos de excludente de responsabilidade.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 11.731, de 19 de abril de 2022, constante do Processo nº 48500.005623/2021-05, disponível no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br/, publicado no DOU de 26.04.2022, s

Seção 1, p. 67, v. 160, n. 77, no Art. 1°, § 1º, onde se lê: "Alterar a quantidade de unidades geradoras de 1 (uma) de 75.000 kW (setenta e cinco mil quilowatts) de potência instalada, para 5 (cinco), sendo as UG 01 a UG 04 com 18.320 kW (dezoito mil, trezentos e vinte) de potência cada e a UG 05 com 6.000 kW (seis mil), totalizando 78.320 kW" leia-se "Alterar a quantidade de unidades geradoras de 1 (uma) de 75.000 kW (setenta e cinco mil quilowatts) de potência instalada, para 5 (cinco), sendo as UG 01 a UG 04 com 18.080 kW (dezoito mil e oitenta quilowatts) de potência cada e a UG 05 com 6.000 kW (seis mil quilowatts), totalizando 78.320 kW.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 1.394, DE 23 DE MAIO DE 2022

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 6.510, de 15 de setembro de 2020, considerando o que consta do Processo nº 48500.003027/2010-20, em cumprimento ao Edital do Leilão nº 7/2010-ANEEL (Leilão de Fontes Alternativas) e com fundamento na Nota Técnica nº 29/2022 CEL/ANEEL, de 23 de maio de 2022, decide invalidar a habilitação da Proponente Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, titular do empreendimento denominado EOL Casa Nova.

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.281, DE 18 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.005026/2022-53. Interessada: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil. Decisão: (i) estabelecer parcelas adicionais de Receita Anual Permitida; (ii) de ajuste referentes à Operação e Manutenção de instalações de transmissão transferidas ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 57/2001; e (iii) para cobertura de custos previstos em Resolução Normativa. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 1.387, DE 20 DE MAIO DE 2022

Processo nº: 48500.004510/2022-65. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A.. Decisão: (i) estabelecer parcelas adicionais de Receita Anual Permitida; (ii) de ajuste referentes à Operação e Manutenção de instalações de transmissão recebidas pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 62/2001; e (iii) para cobertura de custos previstos em Resolução Normativa. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 24 de maio de 2022.

Nº 1.346 Processo nº: 48500.005055/2019-10. Interessados: Azulão Geração de Energia S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: UTE Jaguatirica II. Unidades Geradoras: UG3, de 43.528,00 kW. Localização: Município de Boa Vista, no estado de Roraima.

Nº 1.390 Processo nº: 48500.005512/2021-91. Interessados: Rovema Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Buritis. Unidades Geradoras: UG1 a UG52, de 100,00 kW cada. Localização: Município de Buritis, no estado de Rondônia.

Nº 1.391 Processo nº: 48500.005513/2021-35. Interessados: Rovema Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Machadinho. Unidades Geradoras: UG1 a UG27, de 59,55 kW cada. Localização: Município de Machadinho d´Oeste, no estado de Rondônia.

Nº 1.392 Processo nº: 48500.001609/2014-03. Interessados: Centrais Eólicas Angico S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Angico. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 2.700,00 kW cada. Localização: Município de Igaporã, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 77/2022

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
001.463/1963-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. - Publicado DOU de 28/12/2021, Relação n° 340/2021, Seção 1, pág. 85- Onde se lê: "MINÉRIO DE FERRO", leia-se: "MINÉRIO DE PRATA".
830.943/1979-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. - Publicado DOU de 28/12/2021, Relação n° 340/2021, Seção 1, pág. 85- Onde se lê: "MINÉRIO DE FERRO", leia-se: "MINÉRIO DE PRATA".
830.767/1981-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. - Publicado DOU de 28/12/2021, Relação n° 340/2021, Seção 1, pág. 85- Onde se lê: "MINÉRIO DE FERRO", leia-se: "MINÉRIO DE PRATA".
830.129/1982-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. - Publicado DOU de 28/12/2021, Relação n° 340/2021, Seção 1, pág. 85- Onde se lê: "MINÉRIO DE FERRO", leia-se: "MINÉRIO DE PRATA".

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 78/2022

Fase de Concessão de Lavra
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, declara a caducidade da(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2135)
PORTARIA DE CADUCIDADE ANM Nº 162/2022 - declara caducidade da PORTARIA DE LAVRA Nº 272, DOU de 01/09/2006 - Processo nº 866.097/1996 - PETROCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL S.A

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO
Relação nº 79/2022

Fase de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(754)
846.196/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A
846.197/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A
846.199/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 81/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de lavra(695)
831.748/1996-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022
831.418/1985-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022
831.835/1988-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022
831.841/1988-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022
831.417/1985-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022
831.416/1985-HIPERMIX BRASIL SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.- DOU de 31/01/2022

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 83/2022

Fase de Disponibilidade
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.921/2014-ENGEGOLD MINERAÇÃO LTDA- Substância Aprovada:Minério de Ouro

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 69/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
866.589/2016-PEDREIRA VALE DO CURUA EIRELI
866.196/2012-FILADELFO DOS REIS DIAS
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
866.448/2018-RODRIGO MORAES FIACADORI
867.027/2020-MJD EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS EIRELI ME
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
867.064/2020-RR MINERACAO E TERRAPLENAGEM LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
866.794/2018-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI-Areia-Jaciara/São Pedro da Cipa-MT/MT
866.511/2018-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI-Areia-Jaciara/MT
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
867.058/2014-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI- Área de 110,88 ha para 45,79 ha-Areia-Jaciara e São Pedro da Cipa/MT
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.791/2021-VALDEMIR CARLOS DE SOUZA-POCONÉ/MT - Guia n° 15/2022-50.000toneladas/ano-Minério de Ouro- Vigência da Guia:02 (dois) anos
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.039/2012-DEVANIR DIAS DE JESUS
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.942/2016-FRANCISCO CANDIDO DE OLIVEIRA - PLG Nº 78/2017 de 20/09/2017- Vencimento em 20/09/2024
866.140/2009-VERA LÚCIA DE ALMEIDA ME - PLG Nº 6/2011 de 17/03/2011- Vencimento em 17/03/2026
866.139/2017-VALDENIR DA SILVA REGO - PLG Nº 14/2018 de 27/06/2018- Vencimento em 27/06/2026
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
866.670/2017-EDUARDO JOAQUIM NETO- Registro de Licença N° 034/2018 - Vencimento em 16/05/2023
866.719/2018-MARLA JUVINO FEITOSA- Registro de Licença N° 02/2019 - Vencimento em 27/04/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
866.257/2012-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
867.475/2021-VINNYD SANDY CARDOSO LAZZARI-Registro de Licença N° 37/2022 - Vencimento em 21/10/2031
866.061/2022-FABIANO LEO ROCKENBACH-Registro de Licença N° 36/2022 - Vencimento em 04/05/2027
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
866.472/2019-WILKER GUIMARÃES MUNIZ
866.243/2020-DENIS ANTONIO SANTANA
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
866.241/2022-ROSELI BENTO GARCIA GUEDES
866.242/2022-ROSELI BENTO GARCIA GUEDES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
867.096/2020-A. G. PATROCINIO DA SILVA CERAMICA-OF. N°24517/2022-DIFAM
866.404/2020-AGROPECUARIA SAO FRANCISCO S/A-OF. N°24518/2022-DIFAM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
867.225/2021-MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA- Registro de Extração N°9248/2022 de 20/05/2022
867.595/2021-MUNICIPIO DE VILA RICA- Registro de Extração N°9247/2022 de 18/05/2022

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 234/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
850.526/2016-FALCON METAIS LTDA-Considerando que o signatário do instrumento de renúncia apresentado não possui poderes expressos para praticar tal ato, não conheço o pedido em virtude da ausência de legitimidade.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.022/2007-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.227/2021-COOPERATIVA AGRO MINERAL DO NORTE
850.596/2021-ERNANE JOSÉ SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.119/2021-L. M. X. MINERACAO LTDA-OF. N°24273/2022/DIREM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 23/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
844.135/1996-ALAGOAS AGUA LTDA-OF. N°23264/2022/NPFAM-AL/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
844.026/1994-AGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA- Fonte Massayó - Marca Solara - Embalagens 20L (sem gás); 1,5L (sem gás); 510mL (com e sem gás); 300mL (com e sem gás) e 210 mL sem gás. Fonte Massayó - Marca Village - Embalagens de 500mL sem gás- MACEIÓ/AL

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 34/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
803.059/2020-WILSON CARLOS SERAFIM- Cessionário:CONSULTMINA ENGENHARIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA- CPF ou CNPJ 18.902.375/0001-02-Alvará n°1674/2020
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
803.105/2015-RAPOSO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP- Prazo:1 ano
803.105/2015-RAPOSO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP- Prazo:1 ano
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
800.040/1989-AGUA MINERAL MANAIRA LTDA- AI N° 4086/2022/NPFAM-PI/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
803.075/2002-JOSÉ MESSIAS DE FREITAS FILHO- Alvará n° 8480/2003 - Cessionário: J FERNANDO TAJRA REIS- CNPJ 03.951.521/0001-12
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
803.039/2022-GOLDEN AGRO EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.262/2021-FERTFOS MINERACAO E FERTILIZANTES LTDA-OF. N°21655/2022/CAREAS-PI/ANM
803.200/2021-CICERO ARAUJO SOUZA-OF. N°21661/2022/CAREAS-PI/ANM
803.077/2021-ANTONIO ROSA DOS SANTOS-OF. N°21667/2022/CAREAS-PI/ANM
803.076/2021-ANTONIO ROSA DOS SANTOS-OF. N°21669/2022/CAREAS-PI/ANM
803.071/2021-ANTONIO ROSA DOS SANTOS-OF. N°21670/2022/CAREAS-PI/ANM
803.024/2021-PAULO ROBERTO ANDRADE-OF. N°21677/2022/CAREAS-PI/ANM
803.008/2021-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°21682/2022/CAREAS-PI/ANM
803.006/2021-CRISTIANO CAMPOS SOUZA-OF. N°21684/2022/CAREAS-PI/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
803.262/2021-FERTFOS MINERACAO E FERTILIZANTES LTDA
803.092/2021-DACOSTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
803.091/2021-DACOSTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
803.022/2021-PAULO ROBERTO ANDRADE
803.003/2022-FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 41/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.046/2016-ARISTIDES NETO ALMEIDA DE ANDRADE-AI N°3895/2022/NPFAM-PI/ANM
803.047/2016-ARISTIDES NETO ALMEIDA DE ANDRADE-AI N°3896/2022/NPFAM-PI/ANM

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 262/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Melt Metais e Ligas S/a Cpf/cnpj :25.248.287/0001-02 - Processo minerário: 880201/79 - Processo de cobrança: 986101/22 Valor: R$.585.708,16

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 265/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Mhx Empreendimentos Imobiliários Ltda - 880116/15 - Not.39/2022 - R$ 24.195,01

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 266/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Mhx Empreendimentos Imobiliários Ltda - 880116/15 - Not.40/2022 - R$ 4.171,30

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 267/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
3e Mineração e Serviços Ltda me - 896117/15 - Not.17/2022 - R$ 39,46
Willian da Rocha Souza - 896162/16 - Not.16/2022 - R$ 652,72

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 263/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
cn Mineradora - Extracao, Comercio e Exportacao de Minerios Ltda - 886147/21
Engeflor Consultoria Ambiental Ltda me - 886011/20

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 264/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Wilkens Saboia Freire - 884010/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48054.831043/2022-54-JOSE DA CONSOLAO ANDRADE (Documento SEI: 4117134)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.870697/2022-02-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4117768)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 327/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4217/2022-850.340/2022-CLEAR MINERACAO LTDA-
4212/2022-850.266/2022-MINERAÇÃO GOLDEN EIRELI-
4211/2022-850.260/2022-HELIO PEREIRA LOPES-
4215/2022-850.337/2022-CLEAR MINERACAO LTDA-
4213/2022-850.268/2022-MINERACAO SERRA MORENA LTDA-
4214/2022-850.269/2022-MINERACAO SERRA MORENA LTDA-
4218/2022-850.342/2022-CLEAR MINERACAO LTDA-
4219/2022-850.350/2022-CLEAR MINERACAO LTDA-
4216/2022-850.339/2022-CLEAR MINERACAO LTDA-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO
Relação nº 328/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4221/2022-810.417/2021-PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA-
4222/2022-810.418/2021-PAULUZZI PRODUTOS CERAMICOS LTDA-
4223/2022-811.238/2021-PEDRAS MULTI BENEFICIAMENTO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE BASALTO EIRELI-
4220/2022-810.103/2020-GABRIEL MICHELS ZANETTE-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4224/2022-811.262/2021-RIOSUL NAVEGACAO EIRELI-

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA ANP Nº 10, DE 23 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e sobre a concessão de diárias no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006 e no Decreto nº. 11.072, de 17 de maio de 2022, considerando o que consta do Processo nº. 48610.224170/2021-69 e na Resolução de Diretoria nº 238, de 19 de maio de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regras para a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e para a concessão de diárias ao agente público que se deslocar a serviço da ANP em viagens no país e para o exterior.

Parágrafo único. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se, no que couber, à aquisição de passagens terrestres, ferroviárias, marítimas e fluviais.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - adicional de deslocamento: valor concedido por localidade de destino nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa;

II - agência de viagens: empresa contratada pela ANP para prestar serviços de reserva e emissão de passagens aéreas e demais atividades relativas a viagens nacionais e internacionais;

III - boletim de afastamento a serviço: instrumento interno, de responsabilidade da Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP, no qual serão divulgados os atos de concessão de diárias;

IV - colaborador eventual: particular dotado de capacidade técnica específica que receberá a incumbência da execução de determinada atividade sob a permanente fiscalização do delegante, sem qualquer caráter empregatício com a administração pública;

V - diárias: valores fixados por órgão competente da administração pública federal destinados a cobrir despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte urbano incorridos pelo proposto;

VI - fiscal administrativo: agente público formalmente designado com competência para acompanhar os aspectos administrativos da execução dos serviços contratados;

VII - fiscal setorial: agente público formalmente designado com competência para autorizar, classificar e acompanhar as justificativas dos cancelamentos de bilhetes aéreos solicitados pela unidade organizacional à qual estiver vinculado;

VIII - fiscal técnico: agente público, formalmente designado com competência para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho contratualmente estipulados, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pelo público usuário;

IX - gestor setorial: agente público responsável por acompanhar os procedimentos necessários à implantação e à operação do sistema, pela interação com a gestão central, pela orientação dos demais agentes públicos no processo de concessão de diárias e passagens, pela aplicação da legislação pertinente e pela boa articulação entre os usuários envolvidos, competindo-lhe, ainda, a disseminação das informações e a capacitação de todos os usuários no âmbito da entidade;

X - proposta de concessão de diárias e passagens - PCDP: formulário virtual do SCDP para preenchimento dos dados relativos ao processo de solicitação de viagem;

XI - proposto: pessoa autorizada a viajar por interesse da ANP;

XII - sistema de concessão de diárias e passagens - SCDP: sistema de controle informatizado do governo federal, de utilização obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, acessado via internet, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens decorrentes de viagens realizadas por interesse da ANP, em território nacional ou estrangeiro; e

XIII - solicitante de viagem: agente público responsável pelos cadastramentos de solicitação, alteração, cancelamento, complementação e prestação de contas das viagens.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SCDP

Art. 3º O SCDP, de utilização obrigatória, compõe a relação de sistemas estruturantes do governo federal.

§ 1º Todas as viagens, alterações e cancelamentos de viagens deverão ser registradas no SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

§ 2º Em caso de inoperância do SCDP, as viagens configuradas e autorizadas como urgentes deverão ser cadastradas posteriormente, contendo todas as informações que lhes deram base, inclusive as aprovações de cada etapa da concessão de diárias e passagens.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a viagem deverá ser registrada no SCDP tão logo seja retomada a normalidade do seu funcionamento.

Art. 4º O gestor setorial será o responsável pela gestão do SCDP na ANP e o gestor central será o órgão definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo único. A gestão setorial deverá ser acionada para fins de suporte antes da abertura de chamados junto ao portal de atendimentos do SCDP, salvo quando houver a orientação da gestão central para acesso direto ou em casos orientados pela gestão setorial.

Art. 5º Por se tratar de um sistema estruturante do governo federal, a operacionalização do SCDP deverá ser realizada apenas por agentes públicos com login de acesso, via identificação única pelo portal Gov.br.

Parágrafo único. Excepcionalmente, os prestadores de serviços terceirizados poderão ser indicados apenas para atuação no perfil de solicitante de viagens, quando contratualmente aptos, observando-se a assinatura do Termo de Responsabilidade de Acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens constante no Anexo I e a autorização competente, vedado o cadastro de estagiários.

Art. 6º As solicitações de acesso e de exclusão de usuários no SCDP deverão ser encaminhadas aos gestores setoriais.

Parágrafo único. Caberá às unidades organizacionais da entidade manter a gestão setorial informada das alterações de pessoal e de perfis de acesso no SCDP, essenciais para a segurança e o sigilo das informações.

CAPÍTULO III

DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 7º A aprovação da concessão de diárias e passagens em deslocamentos nacionais e internacionais e a autorização de afastamentos do país de agentes públicos a serviço da ANP observarão as competências estabelecidas no Regimento Interno da ANP.

§ 1º O Diretor-Geral poderá alterar parâmetros de viagens no SCDP relativos à norma geral, encaminhados para a aprovação do Gabinete do Diretor-Geral de forma segregada, nos afastamentos:

I - por período superior a cinco dias contínuos;

II - em quantidade superior a trinta diárias, intercaladas por pessoa no ano;

III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - solicitados com antecedência inferior a quinze dias da data de partida; e

V - com o pagamento de diárias nos finais de semana.

§ 2º Compete ao Diretor-Geral autorizar a alteração da configuração padrão do SCDP para fluxo rápido, em uma ou mais unidades, a fim de antecipar as aprovações, a etapa de emissão de bilhetes, com vistas à obtenção de maior eficiência e economicidade.

§ 3º O SCDP dispõe da possibilidade de anexar à PCDP documento pré-autorizativo, no momento do cadastramento da viagem, em formato parametrizado para este fim, que poderá ser utilizado no fluxo rápido.

Art. 8º As autorizações para despesas com diárias e passagens poderão ser realizadas de forma confidencial quando envolverem operações de fiscalização ou atividades de caráter sigiloso, garantido o levantamento do sigilo após o encerramento da operação.

Parágrafo único. Apenas perfis do SCDP de gestor setorial, proponente, autoridade superior, ordenador, ministro/dirigente, coordenador financeiro, solicitante de viagem e solicitante de passagem, autorizados e configurados no sistema, poderão acessar na íntegra os detalhes de viagem sigilosa antes do fim do prazo de sigilo cadastrado na PCDP confidencial pela unidade organizacional, conforme as regras estabelecidas pela gestão central do SCDP.

Art. 9º Cabe ao Diretor-Geral autorizar a utilização no SCDP da modalidade de aquisição de passagens aéreas pela compra direta centralizada.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

Art. 10. Os trechos da viagem deverão ser cadastrados pelo solicitante de viagem no SCDP de acordo com os deslocamentos realizados, evitando-se riscos para o correto cálculo das diárias.

Art. 11. O solicitante de viagem deverá anexar à PCDP documentos comprobatórios do deslocamento do proposto, tais como convite, programação, proposta de ação, Solicitação de Participação em Ação de Capacitação - SPAC, folder, dentre outros.

Art. 12. Em caso de inoperância do SCDP, a compra das passagens poderá ser feita pela agência de viagens contratada pela ANP.

Parágrafo único. Não sendo possível a compra das passagens referida no caput, o agente público, excepcionalmente, poderá ser autorizado pelo Gabinete do Diretor-Geral ou pelo Diretor-Geral a adquirir as passagens diretamente da companhia aérea, restituindo-se-lhe os valores desembolsados mediante apresentação dos respectivos bilhetes, preferencialmente, no retorno do sistema, com o cadastramento obrigatório da PCDP, que conterá todas as informações, justificativas e anexos gerados.

Art. 13. A solicitação da proposta de afastamento deverá ser realizada de forma a garantir que a reserva dos trechos ocorra com antecedência mínima de quinze dias da data do início da viagem, conforme previsão estabelecida no SCDP.

Art. 14. Nas situações em que não for possível realizar a reserva dos trechos, a emissão deverá observar a antecedência mínima de quinze dias da data prevista da viagem, conforme previsão estabelecida no SCDP.

Art. 15. Havendo impossibilidade de efetuar a reserva com a antecedência mínima prevista nos arts. 13 e 14, será necessário incluir a respectiva justificativa para aprovação do fluxo da PCDP.

Art. 16. A ANP emitirá passagens com partida e retorno à localidade de lotação do proposto, salvo em situações excepcionais de interesse da Administração, observando-se o interesse público e o princípio da economicidade, devidamente anexados e justificados na PCDP.

Art. 17. O proposto que, por motivo pessoal, renunciar à emissão de um ou mais bilhetes de viagem a serem adquiridos pela ANP deverá manifestar expressamente sua solicitação para anexar à PCDP, vedada a restituição de qualquer importância decorrente da renúncia.

Art. 18. Quando o proposto renunciar aos bilhetes de viagem emitidos pela ANP optando por se deslocar por meios próprios, o adicional de deslocamento poderá ser lançado na PCDP no cadastramento da viagem, mediante apresentação dos bilhetes a serem utilizados e da informação que ocorrerá a despesa, ou na prestação de contas, após as devidas comprovações relativas ao embarque e ao desembarque.

Art. 19. As passagens aéreas de viagens institucionais agendadas para o início do exercício seguinte poderão ser solicitadas e emitidas no final do exercício corrente via SCDP, todavia as diárias só poderão ser lançadas no exercício seguinte, após a liberação orçamentária no sistema, em complementação da PCDP.

Art. 20. É vedado o cadastramento de PCDP para prestador de serviço terceirizado na qualidade de colaborador eventual.

Art. 21. O SCDP realizará automaticamente os descontos dos auxílios que já fazem parte do escopo das diárias, equivalentes ao período da viagem, para os casos em que se obtêm os valores no SIAPE, proporcionalmente a vinte e dois dias, excluídos os feriados e finais de semana. É necessário alterar o valor relativo ao auxílio alimentação ou transporte na PCDP, com a devida justificativa, quando o auxílio do proposto não estiver atualizado no SIAPE ou não fizer parte deste sistema.

§ 1º Nos casos de agentes públicos requisitados pela ANP que fizeram opção por receber o auxílio-alimentação ou auxílio-transporte do órgão de origem, a edição do campo correspondente, que aparecerá zerado, será realizada pelo cadastrador, cabendo também anexar a documentação de suporte obtida junto ao próprio proposto ou à SGP, resguardando-se o sigilo às informações pessoais.

§ 2º Comporão o escopo do desconto do auxílio-alimentação no SCDP quaisquer tipos de benefícios semelhantes que o agente público receber, tais como auxílio-alimentação, refeição, cesta básica, dentre outros.

§ 3º Nas viagens para propostos de outros poderes ou esferas de governo sem conexão com o SIAPE, caberá ao solicitante de viagem consultar o valor do auxílio recebido pelo proposto da viagem para edição da PCDP, anexando qualquer informação pertinente que dê suporte ao processo.

Art. 22. O agente público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º O agente público fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

II - no dia da partida do território nacional, quando houver mais de um pernoite fora do país;

III - no dia da chegada ao território nacional;

IV - no dia do retorno do agente público à sede;

V - quando a União custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem;

VI - quando o agente público ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do governo brasileiro ou de suas entidades;

VII - quando, em viagem ao exterior, governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada ou alimentação;

VIII - quando, em deslocamento dentro do território nacional, o agente público for designado para compor equipe de apoio às viagens do Presidente ou Vice-Presidente da República; ou

IX - para cobrir despesas com alimentação quando o proposto se deslocar para a base de embarque localizada em outro município, nas viagens com ingresso no mesmo dia na plataforma, permanecendo embarcado.

§ 2º Não fará jus à diária:

I - o proposto que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e agentes públicos brasileiros considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da sede, hipótese em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional;

II - em deslocamentos no mesmo município de lotação, fazendo jus apenas ao adicional deslocamento; ou

III - nos atrasos de horários que proporcionem chegada em dia posterior ao previsto na PCDP, ocasionados pelas companhias aéreas, observada a regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

§ 3º Quando o afastamento se iniciar na sexta-feira ou incluir sábados, domingos ou feriados, a PCDP deverá conter justificativa detalhada para tal ocorrência.

§ 4º Nos deslocamentos no país para realização de trabalhos com duração superior a trinta dias, poderão ser autorizados retornos intermediários à sede a cada trinta dias, sempre no último dia útil da semana, reiniciando-se a atividade no primeiro dia útil da semana seguinte, não sendo devida diária nesse período.

§ 5º A concessão de diárias e passagens para viagens ao exterior estará condicionada à aprovação do afastamento do país e à publicação da autorização no Diário Oficial da União, que deverá ser efetuada até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com indicação do nome do agente público, cargo, órgão de origem, finalidade resumida da missão, país de destino, período e tipo do afastamento, que poderá ser:

I - com ônus, quando implicar direito a passagens e diárias, assegurados ao agente público o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

II - com ônus limitado, quando implicar direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego;

III - sem ônus, quando implicar perda total do vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego e não acarretar qualquer despesa para a Administração.

§ 6º O agente público que fizer viagem dos tipos com ônus ou com ônus limitado ficará obrigado, dentro do prazo de trinta dias, contados da data do término do afastamento do país, a apresentar relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior.

§ 7º Em nenhuma hipótese, o período de afastamento do país poderá exceder a quatro anos consecutivos, mesmo nos casos de prorrogação.

§ 8º Quando o proposto se afastar do país na condição de assessor especial, deverá constar na proposta de ação que o proposto estará acompanhando titular de cargo de natureza especial, com os respectivos valores das diárias do cargo de natureza especial.

§ 9º As cópias da autorização de afastamento publicada no DOU e da proposta de ação deverão ser digitalizadas e anexadas à PCDP até a data de início do afastamento.

§ 10. No afastamento para o exterior como integrante de delegação oficial será facultado ao agente público optar pelo valor da diária correspondente ao seu cargo efetivo, cargo em comissão, emprego, função, posto ou graduação de origem ou o valor atribuído como membro da delegação.

§ 11. No caso de viagem sem nomeação ou designação para o exterior, o agente público poderá optar pelo valor da diária correspondente ao seu cargo efetivo ou pelo valor do cargo em comissão exercido.

§ 12. Será vedada a concessão de diárias para o exterior a pessoas sem vínculo com a Administração Pública federal, ressalvadas aquelas designadas ou nomeadas pelo Presidente da República.

Art. 23. Não será devido o adicional de deslocamento nos trechos em que houver a utilização de serviço de transporte contratado pela Administração ou de veículos oficiais para deslocamento terrestre a locais de embarque e desembarque realizado pelo proposto, ainda que o deslocamento se dê em apenas um trecho.

CAPÍTULO V

DAS RESERVAS

Art. 24. A escolha da melhor tarifa deverá ser realizada considerando-se o horário e o período da participação do agente público no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando a garantir condição laborativa produtiva, e tendo como base os seguintes parâmetros:

I - a escolha do voo deverá recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

II - os horários de partida e de chegada do voo deverão estar compreendidos no período entre 7h e 21h, salvo no caso de inexistência de voos nesses horários;

III - em viagens nacionais, deverá priorizar-se o horário de chegada do voo que anteceda em, no mínimo, três horas o início previsto do trabalho, evento ou missão;

IV - em viagens internacionais em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse oito horas e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência; e

V - a escolha da tarifa deverá privilegiar o menor preço, prevalecendo sempre a tarifa em classe econômica, observado o disposto no caput, excetuados voos internacionais com duração superior a sete horas, casos em que as passagens poderão ser emitidas em classe executiva exclusivamente para servidores titulares, interinos e substitutos dos cargos CD I e CD II, desde que não sejam comprometidas a estimativa e a disponibilidade orçamentária da entidade para emissão de passagens aéreas.

§ 1º A passagem aérea destinada ao proposto e aos respectivos dependentes será adquirida pela ANP sempre na classe econômica.

§ 2º Na aquisição direta, a pesquisa de preços, a indicação do voo, a reserva e a autorização da emissão da passagem serão realizadas diretamente no SCDP.

§ 3º Na compra direta centralizada, será prevista a concessão de desconto incidente sobre todas as tarifas e classes publicadas vigentes à época da emissão do bilhete, válida para todas as linhas aéreas regulares operadas pela companhia, além da garantia do valor da tarifa e a disponibilidade de assento por, no mínimo, setenta e duas horas, contadas do momento da efetivação da reserva, respeitando-se o limite de vinte e quatro horas anteriores à partida do trecho inicial.

§ 4º A emissão das passagens aéreas na aquisição direta será realizada eletronicamente pelo SCDP junto à companhia aérea correspondente e os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas serão prestados eletronicamente, de forma ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados.

§ 5º Caberá à unidade organizacional solicitante acompanhar o fluxo da PCDP, conferir o processo de emissão, a documentação da reserva anexada com as informações cadastradas e solicitar a devolução sempre que necessário.

§ 6º O proposto deverá verificar sua caixa de e-mail e, caso não receba a mensagem automática com informações do voo de sua viagem institucional, deverá entrar em contato com o fiscal técnico para obtê-las.

§ 7º Serão direcionadas à agência de viagem as passagens aéreas não supridas pelas empresas credenciadas, compreendendo, conforme o caso, os serviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso das passagens, bem como, se necessário, as emissões em finais de semana, feriados e horários fora de expediente, além de remarcações e cancelamentos nesse mesmo período, dentre outras situações excepcionais e alheias à vontade da Administração, impeditivas à emissão junto às empresas credenciadas.

§ 8º Quando a aquisição for realizada por intermédio da agência de viagem, a pesquisa de preços e a reserva serão realizadas por meio do SCDP ou solicitadas à agência contratada.

§ 9º Após as autorizações, as emissões das passagens aéreas por agenciamento serão realizadas a partir do encaminhamento da reserva pelo SCDP no prazo estabelecido no contrato.

Art. 25. No agenciamento, o proposto poderá solicitar o cancelamento ou a alteração da passagem emitida pela ANP, desde que a unidade organizacional encaminhe a PCDP solicitando o cancelamento ou a alteração à Coordenação Geral Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições (SGA-ADM) com a autorização do gestor da área, conforme o modelo de Comunicação de Cancelamento ou Alteração de Bilhete previsto no Anexo II, pelo e-mail viagens@anp.gov.br, cuja cópia deverá ser anexada à PCDP.

§ 1º Serão de inteira responsabilidade do proposto eventuais cancelamentos ou alterações de viagens ou de datas e horários de deslocamentos quando não autorizados ou determinados pela ANP.

§ 2º Para alteração ou cancelamento por motivo classificado como pessoal, o proposto deverá restituir o valor não reembolsado do bilhete por meio de Guia de Recolhimento da União Simples (GRU).

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Art. 26. A execução financeira ocorrerá diretamente no SCDP em conjunto com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, quando serão realizados no SIAFI com a devida baixa no SCDP.

Art. 27. Na execução das diárias do exercício financeiro, os pagamentos serão feitos antecipadamente em única parcela, da seguinte forma:

I - nas viagens no país, as diárias serão pagas em Real diretamente na conta corrente, com antecedência máxima de cinco dias corridos em relação à data de início da viagem; ou

II - nas viagens ao exterior, as diárias serão pagas preferencialmente em Real diretamente na conta corrente ou por meio de operação de fechamento de câmbio, em Dólar, Euro ou traveller's cheque junto à instituição financeira indicada na operação.

§ 1º Em situações de urgência devidamente caracterizadas, as diárias poderão ser pagas após o início do deslocamento.

§ 2º Nas viagens com duração superior a quinze dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, a critério da Administração.

§ 3º Nas viagens cuja duração se estenda por tempo superior ao previsto, desde que autorizada a prorrogação, o agente público terá direito às diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante envio da complementação da PCDP à execução financeira, alterando-se o período da viagem.

§ 4º O proposto que, na qualidade de assessor especial, acompanhar titular de cargo de natureza especial fará jus às diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada, desde que essa informação esteja corretamente indicada do cadastro da PCDP.

§ 5º O proposto que não possuir CPF ou conta corrente deverá sacar, em território nacional, as diárias diretamente no caixa da instituição financeira indicada na operação, mediante execução de Ordem Bancária de Pagamento (OBP).

§ 6º O pagamento de diárias para colaborador eventual seguirá as tabelas de diárias do Poder Executivo Federal, conforme o nível superior ou intermediário, classificação E e F para viagens no país e classes IV e V para viagens no exterior, respectivamente.

§ 7º O prazo mínimo para a realização do fechamento de câmbio será de três dias de antecedência da data do agendamento da operação na instituição bancária, sendo necessário que a PCDP esteja corretamente cadastrada nesse prazo e disponível na execução financeira pelo menos no dia anterior à data da operação.

Art. 28. Para a execução da Despesa de Exercício Anterior (DEA) será necessário encaminhar processo administrativo gerado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI à Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária - SFO, solicitando o pagamento, para fins de inclusão de documento de autorização de pagamento de exercício anterior assinado pelo ordenador de despesa, o qual será anexado à PCDP.

Parágrafo único. As diárias de que trata o presente artigo não podem ser registradas em restos a pagar e os pagamentos reduzirão a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício seguinte.

Art. 29. Para o pagamento de restituição no exercício, será necessário anexar à PCDP ofício encaminhado à SFO contendo a concordância do Diretor da unidade organizacional, salvo no caso de despesas com bagagem.

§ 1º O trecho compatível com a restituição deverá estar cadastrado na PCDP.

§ 2º A SFO divulgará as orientações para a restituição de taxas de bagagens na intranet.

Art. 30. A execução de pagamentos excepcionais de restituição no exercício seguinte com saldo em restos a pagar seguirá os trâmites do art. 29.

Parágrafo único. No caso de restituição no exercício seguinte sem registro em restos a pagar será necessário seguir o procedimento constante no art. 28, impactando a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício seguinte.

Art. 31. Não caberá a restituição de despesas por antecipação de marcação de acento em voos nacionais ou internacionais, correndo tais custos por conta do proposto.

Art. 32. Em trechos tarifados sem bilhetes adquiridos pela ANP, o cadastramento do adicional de deslocamento correspondente ficará condicionado à apresentação dos comprovantes a restituir, que comprovarão as despesas de embarque e desembarque previstos na PCDP.

Parágrafo único. Na prestação de contas, o valor do adicional de deslocamento poderá ser lançado no trecho correspondente ou no campo valor a reembolsar, com as devidas justificativas e comprovações.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 33. A prestação de contas do afastamento deverá ser realizada por meio do SCDP no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem, mediante a apresentação dos bilhetes ou dos cartões de embarque, em original ou segunda via, do recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, da declaração fornecida pela companhia aérea ou por meio do registro eletrônico da situação da passagem no SCDP.

§ 1º No caso de bilhete adquirido pela ANP e alterado pelo proposto, enquanto não houver comprovação automática no sistema que viabilize fidedignamente o processo, os bilhetes deverão ser anexados à PCDP.

§ 2º A documentação encaminhada pelo proposto no formato digital será válida como comprovante, sendo dele a responsabilidade pela guarda da via original.

§ 3º O proposto deverá comprovar a realização da viagem com a entrega da documentação e informar eventuais alterações à unidade organizacional na qual estiver lotado, a qual realizará a validação das informações cadastradas na PCDP para finalizar a prestação de contas ou complementar a viagem.

§ 4º A unidade organizacional na qual o proposto estiver lotado deverá manter a guarda da documentação física ou digital encaminhada à prestação de contas anexada à PCDP.

§ 5º No caso de viagens ao exterior com ônus ou ônus limitado, o proposto deverá apresentar relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior no prazo de trinta dias, contados da data do término do afastamento do país.

§ 6º Deverão ser anexados à PCDP todos os documentos que comprovem a efetiva realização das atividades, tais como relatórios, certificados, atestados de participação ou outros documentos correlatos pertinentes à missão executada.

§ 7º A falta de prestação de contas poderá acarretar a não autorização de novas viagens e outras providências administrativas cabíveis, como a devolução do valor recebido a título de diárias e passagens.

Art. 34. Caso o proposto antecipe a data do retorno, a viagem não se realize ou a PCDP sofra qualquer alteração que gere valor a devolver, os valores correspondentes às diárias pagas a maior deverão ser restituídos por meio de recolhimento de GRU simples, em até cinco dias corridos, contados da data de seu retorno à sede.

§ 1º Ultrapassado o prazo previsto no caput, além da cobrança automática de prestação de contas e devolução de diárias do SCDP, caberá à unidade organizacional solicitante da PCDP notificar formalmente o proposto da viagem quanto à regularização do valor devido.

§ 2º No caso de agentes públicos a serviço da ANP, caso perdure a pendência em restituir, a unidade organizacional solicitante da PCDP deverá encaminhar o débito à SGP para desconto em folha de pagamento, com ciência à SFO.

§ 3º No caso de propostos que não sejam da ANP, caso perdure a pendência em restituir e esgotadas as tentativas de contato, a unidade organizacional solicitante da PCDP deverá encaminhar o débito para o Núcleo de Gestão de Créditos - NGC para fins de inscrição em Dívida Ativa, com ciência à SFO.

§ 4º Expirado o prazo de um mês do registro da devolução de diárias no SCDP, a SFO buscará informações a respeito da pendência em aberto. A persistir o débito, dará prosseguimento aos trâmites previstos nos § 2º ou § 3º, conforme o caso e

cientificará a unidade organizacional solicitante, a Auditoria - AUD e a Corregedoria - CRG.

Art. 35. Aplica-se o disposto no artigo 34 ao recolhimento de valores decorrentes de alterações ou cancelamentos de passagens aéreas realizados por ação ou omissão do proposto.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Seção I

Da Fiscalização Técnica

Art. 36. A fiscalização técnica consistirá na avaliação da execução do objeto, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho contratualmente estipulados, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Art. 37. A fiscalização técnica será exercida pela Coordenação Geral Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições (SGA-ADM), competindo-lhe:

I - realizar e fiscalizar os procedimentos de cotação, reserva e emissão dos bilhetes de passagens aéreas e seguros-viagem;

II - realizar e fiscalizar os procedimentos de cancelamentos e alterações de bilhetes quando solicitado; e

III - fiscalizar periodicamente, por amostragem, a compatibilidade dos valores encaminhados via SCDP com os valores praticados no mercado.

Seção II

Da Fiscalização Administrativa

Art. 38. A fiscalização administrativa consistirá no acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços contratados.

Art. 39. A fiscalização administrativa será exercida pela Coordenação Geral de Contratos da Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições (SGA-CCO), competindo-lhe:

I - receber faturas, conferir valores de bilhetes e seguros-viagem junto ao SCDP e enviar para liquidação e pagamento;

II - contestar faturas, caso necessário;

III - solicitar e fiscalizar valores de reembolso dos bilhetes emitidos e não utilizados e solucionar possíveis inconsistências no SCDP;

IV - fiscalizar periodicamente, por amostragem, o valor efetivamente repassado pelas agências de viagens às companhias aéreas; e

V - comunicar formalmente aos entes envolvidos sobre qualquer ocorrência de erro de cobrança que venha a identificar, para que a devida correção seja realizada na fatura pertinente ou subsequente.

Seção III

Da Fiscalização Setorial

Art. 40. A fiscalização setorial consistirá no acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos e administrativos, para autorizar, classificar e acompanhar as justificativas de cancelamentos de bilhetes aéreos solicitados pela unidade organizacional.

Art. 41. A fiscalização setorial será exercida por agente público formalmente designado por cada unidade organizacional, competindo-lhe:

I - autorizar os cancelamentos ou alterações dos bilhetes aéreos emitidos;

II - classificar justificativas de cancelamentos ou alterações de bilhetes como institucional ou pessoal;

III - acompanhar o recolhimento de valor devido por cancelamento classificado como pessoal; e

IV - responsabilizar-se pela autorização e classificação de cancelamento com justificativa inadequada.

Parágrafo único. A unidade organizacional cadastrada para a fiscalização setorial será obrigatoriamente diferente da unidade organizacional de lotação dos fiscais administrativos e técnicos, salvo em situações específicas de configuração do SCDP no cadastro dos perfis, condicionadas à assinatura do Termo de Responsabilidade de Acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens constante no Anexo I e à autorização competente.

Art. 42. Os agentes públicos que atuam na fiscalização do contrato ou no cadastramento das reservas deverão ser preferencialmente indicados para a atuação no reembolso de bilhetes no sistema.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. Os gestores setoriais do SCDP ou agentes públicos habilitados no sistema emitirão, até o quinto dia útil do mês subsequente, demonstrativo mensal das diárias concedidas e o encaminharão à SGP para publicação interna até o oitavo dia útil do mês subsequente.

Parágrafo único. A publicidade dos atos de concessão de diárias se dará por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, alimentado automaticamente pelo SCDP.

Art. 45. Os casos omissos que tratem exclusivamente sobre matéria financeira e orçamentária serão dirimidos pela Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária (SFO) e os demais pela Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições (SGA).

§ 1º Quando se tratar de usuário ocupante de cargo CD I, CD II ou CGE I, os casos omissos serão decididos pela Diretoria Colegiada.

§ 2º A Diretoria Colegiada, conforme o caso, poderá solicitar à SGA ou à SFO manifestação prévia antes da tomada de decisão, observado o disposto no caput.

Art. 46. Fica revogada a Instrução Normativa nº 3, 1999, da Série Financeira e Administrativa.

Art. 47. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de junho de 2022.

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Diretora-Geral
Substituta

ANEXO I

(a que se refere o parágrafo único do art. 5º e o parágrafo único do art. 41 da Instrução Normativa ANP nº 10, de 23 de maio de 2022)

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ACESSO AO SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SCDP

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, eu, _____, CPF nº _____ e RG nº _____, comprometo-me com a adequada utilização das credenciais a mim disponibilizadas para acesso ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, exclusivamente para atendimento do interesse público, em consonância com as disposições normativas e/ou contratuais vigentes, somente para realizar as atividades atribuídas ao perfil Solicitante de Viagem do SCDP, sob pena de responder nas esferas penal, civil e administrativa, pelo descumprimento das regras estabelecidas ou prática de condutas ilícitas pelo mau uso dos acessos a mim disponibilizados.

Estou ciente quanto à segurança e ao uso do SCDP, comprometendo-me a:

Utilizar o SCDP somente para atendimento do interesse público e conforme legislação específica, sob pena de responsabilidade;

Não revelar, fora do âmbito profissional, fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimento, por força de minhas atribuições, salvo em decorrência de decisão competente na esfera legal ou judicial, bem como de autoridade superior da ANP;

Manter absoluta cautela quando da exibição de dados em tela ou impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham tomar conhecimento pessoas não autorizadas;

Não me ausentar do terminal sem encerrar a sessão, impedindo o uso indevido de minha senha por pessoas não autorizadas;

Gerar solicitações e alterações no SCDP somente com permissão previamente definida pela ANP e mediante requisições originadas pelos responsáveis das unidades organizacionais que utilizam o sistema;

Responder em todas as instâncias devidas, pelas consequências decorrentes das ações ou omissões de minha parte, que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de minha senha ou das transações em que esteja habilitado.

Comunicar ao gestor setorial da instituição a necessidade de desabilitar o acesso ao SCDP, bem como providenciar o cancelamento desse Termo de Responsabilidade, quando necessário.

DECLARO ter compreendido e estar de acordo com todos os itens deste termo de responsabilidade.

Município - UF, data.

_____
Solicitante de Viagem

_____
Responsável

ANEXO II

(a que se refere o art. 25 da Instrução Normativa ANP nº 10, de 23 de maio de 2022)

COMUNICAÇÃO DE CANCELAMENTO OU ALTERAÇÃO DE BILHETE

Para: viagens@anp.gov.br; reembolso.viagens@anp.gov.br;
Assunto: Cancelamento ou Alteração - Bilhete PCDP Nº xxxx-xx
¸ Número da PCDP: ¸ Passageiro: ¸ Motivo do cancelamento: *(Justificativa)* ¸ Classificação: *(Pessoal ou institucional)* OBS: Inserir anexo quando for necessário comprovar a motivação;
Comentário: *(Quando aplicável)*

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 306, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212798/2020-31 resolve: Autorizar a empresa LEIDINGER REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.598.243/0001-36 a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP nº 584, de 7 de novembro de 2016.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 676, DE 23 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPGO0400194	A E M SANTANA LTDA	03.651.033/0001-90	48610.211551/2022-69
GLPES0400216	ANDRES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	45.405.409/0001-26	48610.211823/2022-21
GLPRS0400250	BORRACHARIA RAYMUNDO LTDA	02.000.233/0001-10	48610.207751/2022-17
GLPPR0400187	BRAZ LIMA COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	12.102.191/0001-81	48610.211351/2022-14
GLPES0400252	DISK AGUA E GAS DO RAUL LTDA	36.356.029/0001-58	48610.202421/2022-35
GLPMT0400202	DULCINEIA TRECINO MAIA	30.463.873/0001-00	48610.224154/2021-76
GLPSP0400192	EDIVAN RODRIGUES DA SILVA DEPOSITO DE GAS E ADEGA	42.027.661/0001-50	48610.210649/2022-07
GLPSP0400212	FRANCISCO FRANCO	45.014.994/0001-33	48610.212170/2022-05
GLPRN0400196	GEORGIA KARLA DE MEDEIROS DIAS	15.120.795/0001-49	48610.211578/2022-51
GLPMT0400205	JAIRO ROBERTO DEGASPERY FREITAS LTDA	17.771.694/0001-63	48610.212114/2022-62
GLPPB0400227	JOAO HENRIQUE SANTOS LUCENA	44.468.316/0001-88	48610.212187/2022-54
GLPPB0400209	JOSENILDA ALVES DE LUCENA	45.921.347/0001-05	48610.212164/2022-40
GLPSP0400232	LOPES GAS LTDA	46.250.983/0001-15	48610.212188/2022-07
GLPSP0400189	MAGS COMERCIO DE GAS PROMISSAO LTDA	45.670.024/0001-96	48610.212094/2022-20
GLPTO0400225	MERCEARIA AGUIA LTDA	23.642.850/0001-99	48610.212035/2022-51
GLPGO0400257	NSS JM GAS LTDA	42.697.932/0001-85	48610.207398/2022-75
GLPSP0400220	POSTO JN TREVO TANABI LTDA	09.593.412/0001-57	48610.211388/2022-34
GLPMG0400200	R. J. MAIA & CIA LTDA	06.369.335/0002-49	48610.212073/2022-12
GLPSC0400230	SANTA GAS COMERCIO VAREJISTA LTDA	45.008.524/0001-67	48610.206993/2022-93
GLPSC0400214	SANTA GAS COMERCIO VAREJISTA LTDA	45.008.524/0002-48	48610.211871/2022-19
GLPSC0400223	SANTA GAS COMERCIO VAREJISTA LTDA	45.008.524/0003-29	48610.212044/2022-42
GLPMG0400198	SERMA GAS LTDA	05.138.455/0001-91	48610.209921/2022-06
GLPAM0400254	SOCIEDADE FOGAS LTDA	04.563.672/0024-52	48610.210801/2022-43
GLPPR0400207	SUPERMERCADO DA NONNA - EIRELI	00.304.334/0001-59	48610.222313/2021-06

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 677, DE 23 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMT0400073	BORGES COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	39.749.646/0001-01	48610.222084/2021-11
GLPPE0400099	D T DE BRITO JUNIOR COMERCIO DE GAS	42.528.445/0001-99	48610.211845/2022-91
GLPRS0400106	D.A.D.M GAS LTDA	46.300.589/0001-44	48610.211873/2022-16
GLPSP0400095	DEPOSITO DE GAS UNIAO LTDA	46.185.350/0001-70	48610.211825/2022-10
GLPRJ0400081	DISTRIBUIDORA DE GAS AG DE ITAIPAVA LTDA	41.077.319/0001-00	48610.215417/2021-56
GLPPI0400069	H DE LIMA & CIA LTDA	43.291.040/0001-42	48610.211818/2022-18
GLPAL0400086	J. C. MACENA GAS	35.380.453/0001-75	48610.211337/2022-11
GLPMG0400089	JADUGAS DEPOSITO DE GAS LTDA	45.948.763/0001-05	48610.211133/2022-71
GLPSP0400101	JUNQ-GAS COMERCIO DE GAS E CONVENIENCIA LTDA	45.879.268/0001-83	48610.211851/2022-48
GLPGO0400065	KATIUSSIA FREITAS SANTOS LTDA	41.684.653/0001-14	48610.211328/2022-11
GLPRJ0400079	L S TOLEDO COMERCIO DE GAS LTDA	42.018.487/0001-80	48610.205911/2022-93
GLPMG0400093	MUNDO GAS LTDA	44.386.336/0001-00	48610.211821/2022-31
GLPES0400075	R C DE OLIVEIRA	45.517.585/0001-50	48610.208409/2022-34
GLPPA0400097	SANTOS & FERNANDES LTDA	45.293.303/0001-88	48610.211830/2022-22
GLPAM0400067	SOUZAS COMERCIO DE GLP LTDA	02.763.537/0002-10	48610.210839/2022-16
GLPBA0400091	SPRINT GAS LTDA	44.571.029/0001-07	48610.211819/2022-62
GLPSC0400117	STM COMERCIO DE GAS LTDA	35.588.426/0002-73	48610.211372/2022-21
GLPPB0400120	SUPER COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	01.231.855/0010-87	48610.208188/2022-02
GLPRS0400113	THIAGO OLIVEIRA DE MELO	18.560.957/0001-58	48610.211877/2022-96
GLPGO0400071	TS ARAUJO DISTRIBUIDORA LTDA	39.678.656/0001-01	48610.201431/2022-53
GLPRS0400084	VALDIR SCHMIDT GAS	46.060.923/0001-30	48610.211618/2022-65

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 675, DE 23 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0225077	A CARLOS BORGES DA SILVA	34.213.160/0001-30	48610.211734/2022-84
PR/GO0225138	AUTO POSTO AMD LTDA	39.329.030/0001-81	48610.210434/2022-88
PR/MT0225197	AUTO POSTO CANELA LTDA	08.603.562/0016-18	48610.209102/2022-51
PR/PR0225158	AUTO POSTO DIVISAO BR 153 LTDA	31.296.166/0001-20	48610.211320/2022-55
PR/DF0225078	AUTO POSTO EIXINHO LTDA	05.470.808/0001-56	48610.211792/2022-16
PR/CE0225076	B & D COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.285.237/0001-39	48610.211715/2022-58
PR/PA0225156	BELA TERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS RUROPOLIS LTDA	33.628.098/0001-85	48610.211015/2022-63
PR/PI0225216	BENAVENUTA COMBUSTIVEIS LTDA.	33.915.209/0001-34	48610.205300/2022-45
PR/BA0225196	COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO SANTO ANTONIO LTDA	40.789.551/0001-09	48610.211494/2022-18
PR/CE0225096	D & D COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	39.606.385/0001-70	48610.211211/2022-38
PR/PI0225116	HD PETROLEO BR 316 LTDA	41.165.385/0001-24	48610.211099/2022-35
PR/MG0225143	IVCT-IRMAOS VIANINI COM E TRANSP DE PETROLEO LTDA	01.425.294/0003-28	48610.208498/2022-19
PR/PI0225141	JPV COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI	40.930.384/0001-66	48610.209326/2022-62
PR/ES0225137	LOCVAN TRANSPORTE E TURISMO LTDA	29.937.036/0001-88	48610.211310/2022-10
PR/MA0225178	M M COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	35.630.132/0001-81	48610.210523/2022-24
PR/BA0225157	MARIA DE FATIMA SOUZA DE JESUS	11.239.927/0001-03	48610.211362/2022-96
PR/MA0225142	PINATTI COMERCIO DE DERIVADO DE PETROLEO LTDA	40.938.807/0001-94	48610.208999/2022-03
PR/RS0225080	POSTO DE MAIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	37.469.974/0001-29	48610.211824/2022-75
PR/RJ0225140	POSTO PARADAO II DE CAMPOS LTDA.	05.750.198/0001-44	48610.211984/2022-14
PR/PE0225236	POSTO PORTAL DE SIRINHAEM LTDA	43.972.311/0001-25	48610.209298/2022-83
PR/PI0225079	POSTO VEGAS EIRELI	41.805.713/0001-00	48610.211805/2022-49
PR/BA0225179	REDE 3 IRMAOS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	15.684.124/0001-00	48610.211090/2022-24
PR/CE0225177	RS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	35.945.118/0001-77	48610.211397/2022-25
PR/BA0225176	SOUZA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.547.273/0001-20	48610.211759/2022-88
PR/AP0225136	W DA R CIRQUEIRA	20.488.504/0004-52	48610.211206/2022-25
PR/PI0225139	ZONA FRANCA COMBUSTIVEIS LTDA	03.984.947/0001-72	48610.211974/2022-89

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 674, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 8, de 6 de março de 2007, e o que consta do processo nº 48610.208994/2022-72, resolve: declarar habilitada a empresa LUBRIVAC COMERCIO E TRANSPORTES DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 91.659.698/0001-07, como transportador revendedor retalhista (TRR).

Este despacho não substitui a Autorização para o Exercício de Atividade de transportador revendedor retalhista (TRR). Deste modo, o início das atividades reguladas pela empresa LUBRIVAC COMERCIO E TRANSPORTES DE COMBUSTIVEIS LTDA está condicionada à apresentação dos demais requisitos previstos na Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007, para a fase de outorga de autorização.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 678, DE 23 DE MAIO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

CREDENCIAMENTO ANP Nº	1044/2022	
UNIDADE DE PESQUISA	Laboratório de Energia Eólica (LEO)	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	
CNPJ/MF	03.784.680/0011-41	
PROCESSO ANP	48610.208997/2022-14	
LOCALIZAÇÃO	Natal / RN	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	OUTRAS FONTES ALTERNATIVAS	ENERGIA EÓLICA

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DESPACHO SPG-ANP Nº 672, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.212356/2022-56, resolve:

Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em abril de 2022 (SEI 2192246) em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 874, de 18 de abril de 2022, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7º-A do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

A tabela contendo os preços de referência do petróleo será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

DESPACHO SPG-ANP Nº 673, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso V do Art. 111, da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.212349/2022-54, resolve:

Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em abril de 2022 em cada campo (SEI 2192140), apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 875, de 18 de abril de 2022, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

A tabela contendo os preços de referência do gás natural será disponibilizada na página da ANP na internet (www.gov.br/anp).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 477, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto n.º 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

CNPJ: 56.577.059/0006-06

Município/UF: São Paulo/SP.

Título do projeto: "Uso da fluorescência a Laser com sistema Elite, Pinpoint e Plataforma Robótica Firefly no Tratamento Cirúrgico do Câncer"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.057434/2015-05

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer Técnico nº 20/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0025940457).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 480, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

CNPJ: 76.591.569/0001-30

Município/UF: Curitiba/PR.

Título do projeto: "IgualdadeS: Ambiente Hospitalar Acessível e Inclusivo".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.047392/2015-96

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 229/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025754623).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 481, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Ação Social para a Igualdade das Diferenças - ASID

CNPJ: 12.291.500/0001-09

Município/UF: Curitiba/PR.

Título do projeto: "Ensina Itinerante".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.023551/2019-91

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 185/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0025639660).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 482, DE 20 DE MAIO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

CNPJ: 23.951.916/0001-22

Município/UF: Pouso Alegre/MG.

Título do projeto: Capacitação e Treinamento de Equipe Multidisciplinar Visando Melhor Atendimento à Pessoa com Deficiência Física e/ou Neurológica.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.014481/2018-07

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Técnico nº 44/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0025872566) e Despacho GAB/SGTES (0026620284).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em sua 562ª Reunião Ordinária, de 25 de novembro de 2021, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo: 33910.006148/2017-09

Interessado: Alessandro Lara Ferreira

Regime Especial: liquidação extrajudicial

Operadora: VITAMED - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - (CNPJ nº 86.960.929/0001-88 e Registro ANS cancelado nº 33.130-9).

Decisão: Aprovado por unanimidade o VOTO Nº 84/2021/COCAL/GERER/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE/ANS, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 576/2018/COCAL/GERER/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE e da NOTA TÉCNICA Nº 453/2021/COCAL/GERER/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE, pela configuração da infração ao art. 27, incisos XV, c/c art. 33 da Lei nº 6.024, de 1974, e c/c art. 45 da RN nº 300, de 2012, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656, de 1998, em virtude do não envio de relatório final de prestação de contas e da não prestação de contas, de forma escorreita e adequada, dos recursos mensais adiantados para o custeio do processo liquidatário, pelo ex-liquidante Sr. Alessandro Lara Ferreira, relativamente ao processo liquidatário de VITAMED - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA, com a consequente aplicação das penalidades de conversão de sua exoneração em destituição, por força do previsto no art. 31, caput, da Lei nº 11.101, de 2005, e no art. 31, caput, da RN nº 316, de 2012; inabilitação para o exercício das funções de liquidante extrajudicial e de diretor fiscal ou técnico por 5 (cinco) anos, por força do previsto no art. 30, caput, da Lei nº 11.101, de 2005, e no art. 31, caput, da RN nº 316, de 2012, c/c art. 5º, incisos I, II e III, da RN nº 300, de 2012; e perda do direito à remuneração percebida no referido processo liquidatário, devendo restituir as quantias já recebidas a título de honorários, por força do disposto no art. 24, §§ 3º e 4º, da Lei nº 11.101, de 2005, e no art. 31, § 1º, da RN nº 316, de 2012.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA N° 345, DE 17 DE MAIO DE 2022

Delega competência aos gestores das áreas subordinadas ao Diretor-Presidente e Unidades Específicas para o fim que especifica.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 172, XII, aliado ao art. 203, III, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar aos gestores das unidades de gestão e de apoio à governança subordinadas ao Diretor-Presidente e aos gestores das Unidades Específicas, competência para autorizar e assinar formulário referente ao ingresso de servidores no Programa de Gestão Orientada para Resultados (PGOR), nos termos do § 2º do art. 7º, da Portaria-PT nº 173, de 25 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.689, DE 23 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

1. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): BARIÁTRICA NATURAL (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2783748/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação do anúncio de venda do produto sem registro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida em desacordo com os artigos 2º, 12 e 59 da Lei 6.360/1976 . As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Bariátrica Natural , bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

.....

2. Empresa: SOL LIFE PRODUTOS NATURAIS EIRELI - CNPJ: 17.926.066/0001-00
Produto - Apresentação (Lote): CHÁ UXI AMARELO (TODOS); CHÁ PATA DE VACA (TODOS); CHÁ UNHA DE GATO (TODOS); CHÁ CÁSCARA SAGRADA (TODOS); CHÁ PORANGABA (TODOS); CHÁ DENTE DE LEÃO (TODOS); CHÁ SENE FOLHAS (TODOS); CHÁ DOURADINHA (TODOS); CHÁ OLIVEIRA (TODOS); CHÁ CENTELA ASIÁTICA (TODOS);CHÁ CANELA DE VELHO (TODOS); CHÁ DE CAVALINHA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3258075/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da fabricação e comercialização dos produtos denominados "chás", da marca Sol Natus, com plantas não aprovadas para o preparo dos mesmos, fabricados por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos fabricados pela empresa Sol Life Produtos Naturais Eireli, com CNPJ 17.926.066/0001-00, da marca Sol Natus, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

.....

3. Empresa: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
Produto - Apresentação (Lote): GLIMEPIRIDA - 1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 10 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 4 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 45 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 10 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 15 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 45(LOTES A PARTIR DE 08/07/2020); GLIMEPIRIDA - 2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60 (LOTES A PARTIR DE 08/07/2020);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2714993/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Comunicado de recolhimento voluntário iniciado pela empresa, em razão de desvio de qualidade, com resultados abaixo da especificação no teste de dissolução, em estudos de acompanhamento no tempo de 18 meses do medicamento glimenpirida 2mg e 4mg, comprimidos, registro 1.0047.0420. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e na RDC 55/2005.

.....

4. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): MINOXIDIL DOM PELO 15% (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2728279/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda, anúncio de venda e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, por meio do site https://www.dompeloatacado.com.br/, fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os produtos da marca DOM PELO que contenham minoxidil em sua formulação e a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.690, DE 23 DE MAIO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: BELTRAME E VALENTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME - CNPJ: 07.405.167/0001-81
Produto - (Lote): ÁGUA SANITÁRIA ARCO ÍRIS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4191790/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto(s) saneante(s) com rótulo diferente do autorizado pela Anvisa e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 151, § 1º, da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, e o art. 207, Parágrafo único, da Instrução Normativa MTP nº 2, de 8 de novembro de 2021, com base no art. 179, inciso I, do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, resolve cancelar a inscrição da seguinte empresa no Programa de Alimentação do Trabalho - PAT por execução inadequada do programa, conforme fundamentação constante no processo SEI nº 10260.111937/2021-35:

Empresa	CNPJ	Processo SEI nº	Inscrição da empresa no PAT	Fundamentação da decisão (Doc. SEI n°)	Termo inicial da decisão
CLEARTECH LTDA	03.572.137/0001-09	10260.111937/2021-35	0021490	Despacho (SEI nº 16637110)	01/01/2019

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022-CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1859 (SEI nº 24970721), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46262.000556/2018-53, de interesse de MICROAMBIENTAL LABORATORIO, COMERCIO E SERVICOS EM AGUA LTDA, CNPJ 68.312.032/0001-66, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1853 (SEI nº 24969266), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46212.012259/2017-65, de interesse de TRAJETO ENGENHARIA E COMERCIO EIRELI, CNPJ nº 82.244.971/0002-22, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1807 (SEI nº 24930272), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.024908/1999-68, de interesse da empresa GD Express WorldWide Brasil LTDA, CNPJ 73.475.303/0001-34, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1575 (SEI nº 24771359), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46206.008538/2017-11, de interesse da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, CNPJ 34.166.181/0001-42, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 24731063 (SEI nº 24731063), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46206.102619/2014-56, de interesse da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB , CNPJ 34.166.181/0001-42, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 838 (SEI nº 24238756), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46210.002297/2016-49, de interesse da Federação Sindical dos Servidores Públicos de Mato Grosso - FESSP/MT, CNPJ 03.986.478/0001-20, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1842 (SEI nº 24956232), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.004465/2017-31, de interesse de CONDOMINIO EDIFICIO FRANK LLOYD WRIGHT, CNPJ 57.284.085/0001-02, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

MARCELO NAEGELE

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1837 (SEI nº 24952129), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46259.002203/2019-28, de interesse de ASSOCIAÇÃO LIMEIRENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ASLEC, CNPJ nº 56.985.377/0001-00, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1828 (SEI nº 24946732), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46772.000074/2017-62, de interesse de ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CIDADE DAS FLORES, CNPJ nº 17.833.165/0001-30, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1825 (SEI nº 24944374), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46425.000826/2017-35, de interesse de ARTE BELLA CONFECÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 61.080.743/0001-03, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1506 (SEI nº 24732286), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46206.008532/2017-36, de interesse da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, CNPJ 34.166.181/0001-42, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1840 (SEI nº 24955604), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46211.004868/2017-51, de interesse de ATIVA INVESTIMENTOS S/A CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES, CNPJ nº 33.775.974/0001-04, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1887 (SEI nº 25014387), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.004936/2017-10, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ATLANTA GARDENS, CNPJ 03.087.296/0001-18, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1885 (SEI nº 25013849), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020174/2016-18, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL VILLARETTO, CNPJ 07.754.954/0001-39, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1889 (SEI nº 25015024), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020152/2016-40, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PALÁCIOS, CNPJ 53.832.333/0001-43, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1891 (SEI nº 25015495), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical

Urbana, processo nº 46219.004933/2017-78, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO OURO PRETO E SABARÁ, CNPJ 54.071.154/0001-01, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1893 (SEI nº 25015924), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020167/2016-16, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFICIO PALAZZO SAVOIA, CNPJ 65.517.005/0001-31, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1895 (SEI nº 25016364), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.005442/2017-43, de interesse do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PARQUE MORUMBY, CNPJ 54.369.186/0001-80 por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1519 (SEI nº 24736916), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.004450/2017-72, de interesse de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO NATALIE, CNPJ 54.464.185/0001-14, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1690 (SEI nº 24857231), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.004460/2017-16, de interesse de CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TRIANON, CNPJ 04.719.402/0001-00, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1676 (SEI nº 24851090), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46204.014072/2016-14, de interesse do S. PONTES CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 07.481.649/0001-10, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 23 DE MAIO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1143 (24992092), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos(as) Pescadores(as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores (as), Marisqueiros(as), Criadores(as) de Peixe, Mariscos e Trabalhadores(as) na Pesca do Município de São José de Ribamar/MA - SINDPESCASJR, CNPJ 37.333.626/0001-20, Processo 19964.104202/2022-83, para representar a categoria profissional dos(as) trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e mariscos, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) e criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial em São José de Ribamar, Estado do maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1122 (SEI24915634), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106130/2022-17, de interesse do SISPAI - Sindicato dos Servidores Públicos dos Municípios de Aguiar e Igaracy, CNPJ 11.389.015/0001-00, para representação da categoria dos Servidores públicos dos Municípios de Aguiar e Igaracy/PB, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Aguiar e Igaracy, no Estado da Paraíba/PB, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1125 (SEI 24922056), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106114/2022-16, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BARREIROS, CNPJ 10.109.635/0001-85, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior da 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Barreiros, no Estado do Pernambuco, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1146 (SEI 25004498), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106300/2022-55, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LADAINHA/MG - SINSEPLA/MG, CNPJ 06.032.345/0001-03, para representação da categoria profissional dos Servidores Municipais Ativos e Aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Ladainha, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1149 (SEI 25021547), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106308/2022-11, de interesse do Sindicato do Comércio varejista de Camaçari e Região - SICOMERCIO CAMAÇARI E REGIÃO, CNPJ 09.813.195/0001-63, para representação da categoria Econômica do Comércio Varejista, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Camaçari, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas e Simões Filho, Candeias , São Sebastião do Passé, Mata de São João e São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1144 (24993093), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106279/2022-98, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDPERS, CNPJ n.º 26.500.343/0001-09, para representação da categoria Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, com abrangência estadual e base territorial no Estado de Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1103 (SEI 24848760), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.105991/2022-70, de interesse do SINDICATO RURAL DE TORIXOREU /MT, CNPJ 08.927.211/0001-86), tendo em vista irregularidade e insuficiência documental, bem como a não caracterização de categoria, nos termos dos incisos I e II do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, respectivamente.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1142 (SEI 24985665), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.106264/2022-20 de interesse do SIND AGP - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE AGENTES DE PORTARIA, CNPJ 42.239.231/0001-00, tendo em vista irregularidade constatada nos editais e insuficiência documental pela ausência do estatuto social, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1136 (SEI 24971082), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106252/2022-03, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, CNPJ 60.209.707/0001-34, tendo em vista irregularidade e insuficiência documental, nos termos do artigo 253, inciso I, da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1134 (24963460), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.106113/2022-71, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS DO ESTADO DO ACRE, CNPJ nº 34.226.204/0001-67, visto a insuficiência documental e pela não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria MTP nº 671/2021, respectivamente.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1128 (SEI 24946435), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106096/2022-72, de interesse do SINTEC/TO - Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos do Estado do Tocantins, CNPJ 10.431.410/0001-40, tendo em vista irregularidade e insuficiência documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.445, DE 20 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria Conjunta nº 9/DGPA/DIRAT/INSS, de 25 de agosto de 2020, e revoga a Portaria nº 924/PRES/INSS, de 9 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta na Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022, e no Processo Administrativo nº 10128.104144/2022-75, resolve:

Art. 1º A Portaria Conjunta nº 9/DGPA/DIRAT/INSS, de 25 de agosto de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 163, de 25 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Fica dispensado o uso de máscara de proteção facial nas unidades do INSS, salvo quando a legislação local indicar expressamente a obrigatoriedade do uso." (NR)

"Art. 6º Deverão ser afixados nas unidades do INSS, incluindo-se os banheiros e as copas, informativos disponibilizados pela Assessoria de Comunicação Social (ACS), nos quais constem orientações sobre a higiene adequada das mãos, o cuidado coletivo da saúde e a utilização dos ambientes compartilhados." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - o art. 7º da Portaria Conjunta nº 9/DGPA/DIRAT/INSS, de 2020; e

II - a Portaria nº 924/PRES/INSS, de 9 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 11 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 87.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.447, DE 23 DE MAIO DE 2022

Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.066900/2020-05, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 2 (duas) competências, junho e julho de 2022, a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional, conforme disposto no art. 1º da Portaria PRES/INSS nº 1.426, de 17 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 417, DE 9 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005519/2021-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILAÇÃO E ASSISTÊNCIA - IAJA, CNPJ nº 00.494.427/0001-93, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 423, DE 10 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006797/2021-38, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Setorial Previ Família, CNPB nº 2019.0027-11, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, CNPJ nº 33.754.482/0001-24.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 460, DE 19 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002068/2022-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Setorial de Benefícios Previdenciários do Sistema UNICRED - CNPB nº 2018.0001-11, (em alteração para Plano Setorial de Previdência Cooperativa - Plano COOPREV), administrado pela QUANTA Previdência Cooperativa, CNPJ nº 07.200.006/0001-51.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 463, DE 22 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no inciso I do art. 21 da Instrução nº 24, de 13 de abril de 2020, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002541/2022-32, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc (licenciamento automático), ocorrida em 02 de maio de 2022, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Nido Soluções Digitais para Casa e Construção Ltda., CNPJ nº 44.586.563/0001-89, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, CNPB nº 1994.0040-29, e a VEXTY, CNPJ nº 00.571.135/0001-07, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 464, DE 22 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no inciso I do art. 21 da Instrução nº 24, de 13 de abril de 2020, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002614/2022-96, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc (licenciamento automático), ocorrida em 05 de maio de 2022, o convênio de adesão celebrado entre a empresa CIP S.A., CNPJ nº 44.393.564/0001-07, na condição de patrocinador do Plano de Aposentadoria CIP, CNPB nº 2007.0020-19, e a IFM-Itajubá Fundo Multipatrocinado, CNPJ nº 00.384.261/0001-52, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 465, DE 22 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no inciso I do art. 21 da Instrução nº 24, de 13 de abril de 2020, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002722/2022-69, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc (licenciamento automático), ocorrida em 09 de maio e 2022, o 2º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a Associação dos Participantes do Mais Futuro - Sou Mais Futuro, CNPJ nº 10.393.495/0001-10, na condição de instituidora do Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro, CNPB nº 2012.0018-74, e o Fundo de Previdência Mais Futuro, CNPJ nº 07.136.451/0001-08, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 466, DE 22 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no inciso I do art. 21 da Instrução nº 24, de 13 de abril de 2020, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002724/2022-58, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc (licenciamento automático), ocorrida em 09 de maio de 2022, o 3º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Clariant Brasil Ltda., CNPJ nº 31.452.113/0001-51, na condição de patrocinador do Plano de Aposentadoria Previplan, CNPB nº 1985.0009-38, e a Previplan Sociedade de Previdência Privada, CNPJ nº 54.607.478/0001-03, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 281, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220422 - Programa Quatro Estações - Circuito de Festivais do Casarão das Palmeiras - Presencial
INSTITUTO BABAETOUNGA
CNPJ/CPF: 33.759.172/0001-00
Processo: 01400000422202259
Cidade: São Francisco do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.982,18
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar 4 festivais de artes integradas, presenciais, em imóvel histórico, contendo espetáculos e performances de artes cênicas, exposições de artes visuais e shows musicais, em 4 edições, compreendendo o Programa "Quatro Estações - Circuito de Festivais do Casarão das Palmeiras", celebrando a entrada de cada nova estação do ano com uma programação variada. Realizar ainda 8 oficinas arte educativas. Todas as suas ações são de acesso gratuito.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220398 - EXPOSIÇÃO BELEZAS DE BARRETOS (EVENTO VIRTUAL E FÍSICO)
PRISCILA FERNANDES
CNPJ/CPF: 250.758.568-45
Processo: 01400000398202258
Cidade: Barretos - SP;
Valor Aprovado: R$ 181.695,07
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: 1- Produto Principal Exposição: Realizar uma Exposição enaltecendo as belezas do município de Barretos, representando a fauna, flora e pontos turísticos. Serão usadastécnicas de aquarela em Seda Pura. Terá um cenário onde as sedas/telas serão dispostas dentro do espaço, montando uma paisagem. 2- Produto Artes Cênicas/ Dança: Haverão apresentações de Dança em local púbico, e acontecerá dias antes do início da exposição. A coreografia será desenvolvida para este projeto e estará dentro da mesma temática da exposição. Esta apresentação será filmada e editada, e durante todo o período da Exposição será reproduzida em um telão. 3- Produto: Palestras Também acontecerão Palestras direcionadas ao público falando sobre inspiração, processos da pintura e a importância da arte na nossa vida. 4- Produto: Contrapartidas Sociais - Oficinas: Como Contrapartida social serão dadas oficinas para alunos das escolas públicas de Barretos. As entradas para todos os produtos serão gratuitas.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
220401 - No Caminho da Ancestralidade
ROGERIO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 192.029.778-28
Processo: 01400000401202233
Cidade: Pirassununga - SP;
Valor Aprovado: R$ 168.153,97
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 30/11/2022
Resumo do Projeto: "NO CAMINHO DA ANCESTRALIDADE" é um evento anual que visa o protagonismo e a valorização da Capoeira Angola e demais culturas por meio da valorização de seus praticantes e seus guardiões: os mestres de capoeira. Além de oportunizar que capoeiristas iniciantes de diferentes regiões do Brasil, tenham contato e vivências com profissionais através de oficinas teoricas e práticas (Seminário/Simpósio/Encontro/Congresso/Palestra), palestras que visam expandir o conhecimento a respeito da inclusão social em todo o seu contexto e que desenvolvam trabalhos de referência na Arte Capoeira e possam multiplicar as experiências vividas (Contrapartidas Sociais).

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220409 - CAÇADORES, PESCADORES E OUTROS MENTIROSOS
JOAO CARLOS VIEIRA GERVASIO
CNPJ/CPF: 798.219.877-53
Processo: 01400000409202208
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 82.001,70
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a produção da coletânea de livros "Caçadores, pescadores e outros mentirosos", composta de duas partes: parte 1, livro "A Castanheira e a Pitangueira - em defesa da restinga", parte 2: livro "O jatobá que queria ser surfista - em defesa da Mata Atlântica".

220416 - CÉSAR SANTORO: A TRAJETÓRIA DE UM ARTISTA
KATIA ALESSANDRA LUCIANO
CNPJ/CPF: 902.943.789-87
Processo: 01400000416202200
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 302.874,00
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: EDITAR E PUBLICAR LIVRO SOBRE A TRAJETÓRIA ARTISTICA DO CANTOR CESAR SANTORO.

220410 - EDIÇÃO DE LIVRO INFANTIL: A BRUXA GUIGUI
REGINA BALLMANN
CNPJ/CPF: 670.347.489-34
Processo: 01400000410202224
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 100.089,00
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto intitulado A BRUXA GUIGUI visa possibilitar a edição do 7º volume da série As 7 Bruxas, livro deliteratura infantil, ilustrado e colorido.

220415 - Livro a cenoura e o violão
LUCAS LOPES FERRAZ
CNPJ/CPF: 393.653.398-98
Processo: 01400000415202257
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 161.683,50
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto objetiva fomentar a leituraem regiões periféricas, através da publicação do livro "A cenoura e o violão". O texto, escrito em prosa poética, trata de dois grandes temas: o tempo e a amizade. Numa história envolvente, narra o encontro da cenoura e do violão, que juntos passam a fazer música e lidar com as imposições do tempo. O livro é uma obra de arte brasileira, que de uma forma direta contribui com o cenário literário infantil do País. Ao mesmo tempo, traz ensinamentos virtuosos a respeito da amizade e das oportunidades da vida. O livro será publicado na versão física e digital.

220406 - Livro Corpo Emocional
HANY LISSA MORGENSTERN
CNPJ/CPF: 025.794.509-12
Processo: 01400000406202266
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 45.482,50
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 30/09/2022
Resumo do Projeto: Esta proposta tem por finalidade produzir, publicar e distribuir gratuitamente o livro: Corpo Emocional, da artista e bailarina Hany Lissa Morgenstern, no formato impresso e virtual. Para fins de acessibilidade de conteúdo, visa a publicação em audiolivro para pessoas com deficiência visual.

220397 - Parar e Perceber - Vida e Arquitetura em Pato Branco - PR
TAMARA KENIA ALFF
CNPJ/CPF: 047.390.619-88
Processo: 01400000397202211
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Aprovado: R$ 135.031,05
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Parar e Perceber - Vida e Arquitetura em Pato Branco - PR, tem como produto cultural principal um livro de fotografias de edificações, espaços e obras públicas, além de relatos, ou, crônicas da vida dos munícipes e suas

histórias na cidade. O segundo produto cultural será o evento de lançamento do livro, classificado neste projeto como Obra Exibida. O terceiro, será a realização de palestras para a comunidade. E a contra partida social será a ação formativa, obrigatória quando há venda de produto cultural, com emissão de certificado, para idosos/as a fim de que os mesmos promovam a transferência deste conhecimento às pessoas próximas, formando uma rede consciente da necessidade de preservação.

220412 - Trilogia 'Seres imaginados'"
MARCONDES SEROTINI FILHO
CNPJ/CPF: 540.326.959-20
Processo: 01400000412202213
Cidade: Barra Bonita - SP;
Valor Aprovado: R$ 317.121,75
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Trilogia 'Seres imaginados'" prevê a produção, tiragem e lançamento de uma obra literária infanto-juvenil de caráter fantástico. O projeto também realizará ações formativas de contrapartida social.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
220413 - EU VOU FICAR
JESUS ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 036.079.518-88
Processo: 01400000413202268
Cidade: Promissão - SP;
Valor Aprovado: R$ 300.552,92
Prazo de Captação: 24/05/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "EU VOU FICAR" realizará a gravação de um CD musical do artista proponente, bem como a realização de apresentações musicais de lançamento. O projeto também realizará ações formativas de contrapartida social.

PORTARIA Nº 282, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211078 - PAIXÃO DE CRISTO
SILVA & FARCI LTDA
CNPJ/CPF: 18.697.693/0001-89
Cidade: Valinhos - SP;
Prazo de Captação: 21/05/2022 à 31/12/2022

182677 - ARMARINHO, CANTINHO DA IMAGINAÇÃO
INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

210243 - Espetáculo O Peixe Mágico
RAFAEL MELLO ALVES
CNPJ/CPF: 114.537.917-60
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Prazo de Captação: 22/05/2022 à 31/12/2022

212579 - Projeto Energia Que Se Move
Luciene de Oliveira Mendes Vilarinho
CNPJ/CPF: 001.071.866-40
Cidade: Uberlândia - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212086 - BIG BAND Cidade do Livro - Música Instrumental - VIRTUAL/ONLINE
canta produções e promoções ltda
CNPJ/CPF: 11.039.742/0001-47
Cidade: Santana de Parnaíba - SP;
Prazo de Captação: 01/04/2022 à 31/12/2022

211987 - Circuito Orquestra de Câmara da UNISC - 2022
ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL
CNPJ/CPF: 95.438.412/0001-14
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211936 - Comgás Transforma 4a edição
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212762 - VAQUEJADA DE ITAPEBUSSÚ 2022
INSTITUTO BR ARTE
CNPJ/CPF: 26.757.702/0001-08
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/03/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212339 - ARTE EM CORES - 3ªedição (PROJETO APTO PARA EXECUÇÃO NO MODO VIRTUAL)
VIVAS CULTURA E ESPORTE LTDA
CNPJ/CPF: 20.389.940/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210930 - CENTENÁRIO DA SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922
ONZE CULTURAL E EDITORA EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 23.502.907/0001-54
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 21/05/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 283, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210367 - INVERNO
GATU Produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 02.988.548/0001-17
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 4.455,00
Valor total atual: R$ 994.059,00

211615 - PROJETO LEV 2022
ASSOCIACAO ISRAELITA DE BENEFICENCIA BEIT CHABAD DO BRASIL
CNPJ/CPF: 60.622.073/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 172.913,00
Valor total atual: R$ 681.290,02

182806 - Teatro em formação 2ª edição
COOPERATIVA DOS PRODUTORES CULTURAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - COOPCESP
CNPJ/CPF: 18.659.166/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.966,00
Valor total atual: R$ 1.442.788,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212834 - Orquestra Filarmônica de Minas Gerais - Plano Bianual 2022/2023
Instituto Cultural Filarmônica
CNPJ/CPF: 07.837.375/0001-50
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 4,00
Valor total atual: R$ 45.594.226,90

PORTARIA Nº 284, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 180859 - Stress Nexus, publicado na portaria nº 0243/18 de 06/04/2018, no D.O.U. de 09/04/2018, para O HOMEM E A TERRA.

PRONAC: 184313 - Fake News - Mídias sociais use com cuidado e moderação (título provisório), publicado na portaria nº 0715/18 de 14/11/2018, no D.O.U. de 18/11/2018, para Teatro na Escola.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA N° 285, DE 23 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, e o art. 60 da Instrução Normativa MC nº 01/2022, resolve, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 58 da Instrução Normativa nº 01, de 4 de fevereiro de 2022, conforme anexo.

Art. 2º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO
12 1898	CIRCUITO BACHIANA FILARMÔNICA - 2013; PLANO ANUAL	FUNDAÇÃO BACHIANA FILARMÔNICA	O projeto contribui para a manutenção e continuidade das atividades regulares da Fundação Bachiana Filarmônica, no que envolve as suas apresentações musicais e workshops. As atividades visam gerar acesso a concertos e contribuir para a formação de público no gênero erudito e instrumental. Os concertos e workshops serão realizados durante o ano de 2013. Estão previstas para o projeto 50 apresentações da orquestra e 10 workshops.	R$ 2.541.600,00
12 6865	Harmonia - Orquestra Infanto-Juvenil	Associação Cultural Promoart	Projeto sociocultural voltado a formação de uma orquestra infanto-juvenil e grupos de música de câmara com crianças e jovens entre 06 e 25 anos. Beneficiará gratuitamente 300 alunos em cursos (violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta-transversal, clarinete, saxofone, trompete, trombone, percussão, violão e musicalização) para a realizarão de 8 apresentações musicais com entrada franca e alcance de 3200 espectadores.	R$ 557.194,00

12 0199	Renato Borghetti & Orquestra de Câmara de Blumenau	Academia de Cordas	Realização 10 concertos de música orquestral executados pela Orquestra de Câmara de Blumenau, com participação do solista Renato Borghetti. O espetáculo conta ainda com a presença de 3 dançarinos. As cidades contempladas serão Blumenau, Itajaí, Criciúma (SC), Maringá, Cascavel e Ponta Grossa (PR), Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria (RS). Os concertos terão ENTRADA FRANCA, e serão realizados em teatros e salas de espetáculos das respectivas cidades.	R$ 662.000,00
12 4195	Sai da Rede II - o som que vem da web	Tema Eventos Culturais Ltda	O presente projeto prevê a 2ª edição do Festival "Sai da Rede - o som que vem da web". Aprovado pelo CCBB SP para acontecer em setembro de 2012 (em 3 shows a serem realizados ao ar livre) e a partir de janeiro de 2013 no CCBB RJ (teatro 2, ao longo de 6 terças-feiras, 1 por mês, durante 6 meses), o projeto Sai da Rede II traz ao palco artistas da nova geração que são expoentes do recente fenômeno de utilização da internet como ferramenta de divulgação e comercialização de suas obras.	R$ 483.285,00
14 0316	CONCERTOS COMUNITÁRIOS ANO 27	OPUS ASSESSORIA E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA	O projeto CONCERTOS COMUNITÁRIOS ANO 27 propõe a continuidade da série de concertos que leva ao público obras de grandes mestres da música erudita/instrumental e clássicos nacionais e internacionais. Em 26 anos de atividades, o projeto contabiliza mais de 280 apresentações em parques, estacionamentos, igrejas, teatros e feiras pelo Rio Grande do Sul. Nesta 27ª edição, se prevê a realização de 14 CONCERTOS e 1 ÓPERA, totalizando 16 Apresentações, sendo 14 com Entrada Franca.	R$ 1.920.006,92
14 5995	Maringá Jazz Festival - 2014	Ricardo Emanuel Gonçalves Leandro	Objetiva a divulgação da música instrumental brasileira, contribuindo para o intercâmbio e aperfeiçoamento dos músicos locais e regionais, realizando Apresentações de artistas/músicos convidados na cidade de Maringá-PR (04 Shows).	R$ 160.734,28
12 2457	22º Festival de Inverno da UFPR em Antonina	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e da Cultura	O FESTIVAL DE INVERNO DA UFPR acontece durante o ano todo, levando oficinas para a comunidade litorânea e culmina com um grande evento no mês de julho, propicia a abertura de um espaço de difusão das artes bem como a descoberta e o aprofundamento da dimensão estética, servindo como elo de integração entre as mais variadas áreas artísticas.	R$ 203.500,00
13 5553	Batuque na Vida	CARLOS H. MADIA PRODUÇÕES -ME	O projeto oferecerá aulas de percussão à adolescentes entre 13 e 18 anos, moradores da região do Parque Via Norte, periferia de Campinas, aos sábados, durante quatro meses, cada aula com 4 horas de duração. Ao final dos três primeiros módulos, haverá apresentações em outros bairros de Campinas, sendo 3 apresentações e, ao término do projeto, haverá um show de encerramento para gravação de um DVD com a participação especial de um músico convidado, percussionista consagrado no meio musical.	R$ 252.121,80
13 3104	CANTAPUEBLO 2013 - TOM PRA VER E OUVIR	UNAFISCO DE SANTOS	Participação do Coral da Alfândega no evento internacional conhecido como CANTAPUEBLO - La Fiesta Coral da América 2013, um festival não competitivo de canto coral, com corais de todo mundo, sobretudo da América Latina. O CORAL DA ALFÂNDEGA foi convidado para a abertura do evento e levará à Mendoza, na Argentina, o espetáculo TOM PRA VER E OUVIR, representando o país através do canto coral e das canções de Tom Jobim, no evento. Em 2011, o coral foi um dos dois únicos representantes no evento.	R$ 121.444,01
11 12002	Festival do Japão em Minas	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA NIPO-BRASILEIRA	O Festival do Japão em Minas, que acontece de 3 a 5 de março no ano de 2012, tem o objetivo de preservar, divulgar e fomentar a cultura japonesa para os mineiros e os nipo-brasileiros. O Festival contará com a ênfase da diversidade cultural em sua programação, envolvendo, por três dias de atividades, apresentações exclusivamente de música instrumental, danças típicas e workshops, respeitando a tradição japonesa.	

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 56-E, DE 20 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0248 ADYR
Processo: 01416.007213/2021-86
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 2.700.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.150.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.300.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 115.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022

22-0249 RETRATOS DE MULHERES
Processo: 01416.000750/2022-86
Proponente: LADART PRODUÇÕES E CONSULTORIA LTDA
Cidade/UF: Vitória / ES
CNPJ: 18.580.137/0001-28
Valor total aprovado: R$ 208.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 20.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022

22-0250 VIDAS RARAS
Processo: 01416.000767/2022-33
Proponente: BSB SERVIÇOS CINEGROUP LTDA
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 06.900.652/0001-69
Valor total aprovado: R$ 972.726,60
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 912.701,20
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0251 NA ROTA DO ARCO ÍRIS
Processo: 01416.000701/2022-43
Proponente: ORUM TUPI FILMES E PRODUTORA CULTURAL
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 19.302.796/0001-65
Valor total aprovado: R$ 842.105,26
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 833, realizada em 31/03/2022

22-0247 LUAN; STATE OF ART
Processo: 01416.002393/2022-91
Proponente: BROTHERS F.D.M. FILMES LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.764.243/0001-50
Valor total aprovado: R$ 527.400,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 837, realizada em 03/05/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

Banco Central do Brasil

ÁREA DE RELACIONAMENTO, CIDADANIA E SUPERVISÃO DE CONDUTA

PORTARIA Nº 113.854, DE 23 DE MAIO DE 2022

O Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, nas Portarias BCB nº 108.933 e nº 108.934, ambas de 9 de dezembro de 2020, e no Voto 113/2022-BCB, de 11 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam subdelegadas à Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) as competências previstas nos seguintes dispositivos do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria BCB nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015:

I - art. 26, inciso V, alíneas "a", "d" e "e";
II - art. 28, inciso XI, alínea "a"; e
III - art. 30-A, incisos VII, alínea "a", VIII, IX, alíneas "a" e "b", e X, alínea "a".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2022.

MAURÍCIO COSTA DE MOURA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGE Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2022

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA e PROCURADOR-GERAL ELEITORAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial, nos termos do art. 26, inciso XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e art. 24, inciso VIII, do Código Eleitoral, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.015242/2021-85, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. Nas Procuradorias Regionais Eleitorais poderão ser distribuídos ofícios especiais de Procurador Regional Eleitoral Auxiliar - PRE Auxiliar, de forma permanente ou temporária, com vistas ao exercício de atribuições estabelecidas pelo Procurador Regional Eleitoral, sem caráter exclusivo, por investidura em mandato.

§ 1º O PRE Auxiliar será indicado pelo Procurador Regional Eleitoral e designado pelo Procurador-Geral Eleitoral.

§ 2º A designação do PRE Auxiliar nunca excederá o mandato do Procurador Regional Eleitoral, sendo permitida recondução.

§ 3º O Procurador Regional Eleitoral substituto poderá ser designado para o ofício especial de Procurador Regional Eleitoral Auxiliar.

§ 4º Os Procuradores Regionais Eleitorais Substitutos designados para ofício especial de PRE Auxiliar, quando da titularidade da Procuradoria Regional Eleitoral, não receberão remuneração pelo ofício especial, sendo exclusivamente remunerados na forma da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991." (NR)

"Art. 32. Os Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda - PRE Auxiliar de Propaganda serão designados pelo Procurador-Geral Eleitoral, após indicação do Procurador Regional Eleitoral, nos termos do art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 1993, e exercerão a função eleitoral perante os Juízes Eleitorais Auxiliares, nomeados pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral nos termos do art. 96, § 3º, da Lei nº 9.504, de 1997.

§ 1º Os Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda não poderão ocupar simultaneamente os ofícios especiais de PREs Auxiliares.

§ 2º O Procurador Regional Eleitoral substituto poderá ser designado para atuar como Procurador Regional Eleitoral Auxiliar de Propaganda, exceto na situação de já titularizar ofício especial de PRE Auxiliar, conforme vedado no parágrafo anterior." (NR)

"Art. 33. Incumbe aos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda, notadamente:

.....

§ 3º Não se incluem entre as atribuições dos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda e dos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares o assento em sessões do Tribunal Regional Eleitoral e a prerrogativa de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral." (NR)

"Art. 34. As atribuições dos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares de Propaganda e dos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares não afastam a prerrogativa do Procurador Regional Eleitoral de atuar, de forma supletiva ou concomitante, naquelas mesmas matérias." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 1º do art. 33 da Portaria PGR/PGE nº 1, de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 373, DE 23 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria PGR/MPF nº 755, de 18 de dezembro de 2020, que distribui ofícios especiais e de administração nas unidades do Ministério Público Federal.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.015242/2021-85, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF n° 755, de 18 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

III - ofícios dos Procuradores Regionais Eleitorais Auxiliares, na forma dos arts. 76 e 77 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

.....

§ 3º Nas Procuradorias Regionais Eleitorais, serão instalados ofícios especiais de Procurador Regional Eleitoral Auxiliar - PRE Auxiliar, observados os seguintes quantitativos:

I - até 4 (quatro) ofícios especiais de PRE Auxiliar nas Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro;

II - até 3 (três) ofícios especiais de PRE Auxiliar nas Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul;

III - até 2 (dois) ofícios especiais de PRE Auxiliar nas Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados de Pernambuco e Goiás;

IV - até 1 (um) ofício especial de PRE Auxiliar para cada uma das demais 19 (dezenove) Procuradorias Regionais Eleitorais nos estados e no Distrito Federal.

§ 3º-A Poderão ser instalados mais 2 (dois) ofícios especiais de PRE Auxiliar na Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo caso o Procurador Regional Eleitoral titular e seu substituto optem por dispensar a exclusividade, retornando ao ofício comum que titularizam e exercendo as funções eleitorais de forma cumulativa.

....." (NR)

"Art. 2º .....

.....

V - 4 (quatro) ofícios de membros para auxílio ao Procurador-Geral Eleitoral e ao Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

....." (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 168, DE 7 DE ABRIL DE 2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato apresentada na PRT20/SE por ADROILSON VIEIRA DE CAMPOS e OUTROS (+9), autuada sob o número 000802.2021.20.000/3, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a DISCRIMINAÇÃO DE TRABALHADORES; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S/A. Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

VANDERLEI AVELINO RODRIGUES

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 77, DE 23 DE MAIO DE 2022

Delega competência ao titular da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Paraná para assinar o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre diversos órgãos públicos e entidades, no Estado do Paraná, para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, combate à corrupção, controle social, e para interação das redes, nos âmbitos estadual e federal .

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do processo nº TC-025.522/2014-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao titular da Secretaria do TCU no Estado do Paraná para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, o Primeiro Termo Aditivo a Acordo de Cooperação entre diversos órgãos públicos e entidades, no Estado do Paraná, cujo objeto é ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos e as entidades partícipes, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no Estado do Paraná, mediante a formação de rede de âmbito estadual, e, adicionalmente, a interação da rede formada pelos signatários com a Rede de Controle da Gestão Pública, com a finalidade de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.

Art. 2º Fica designado o titular da Secretaria do TCU no Estado do Paraná para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA ARRAES

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO - 0341657

Processo:
0001302-29.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 762/2022, que dispõe sobre alteração da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0341658
Processo:
0000846-18.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a decisão do Presidente do Conselho da Justiça Federal que autorizou a expansão do limite definido para a Ação 4257 - Julgamento de Causas, Plano Orçamentário 0003 - Modernização de Instalações da Justiça Federal, em atenção à Resolução CJF n. 523/2019, a fim de possibilitar a contratação de serviços de obras para adaptação das instalações físicas da sede da Seção Judiciária de Minas Gerais, com vistas a abrigar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0341659
Processo:
0000312-20.2021.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a decisão do Presidente do Conselho da Justiça Federal que autorizou a alteração do Plano de Obras do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da Seção Judiciária do Ceará, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0341660
Processo:
0000911-42.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR os Planos Anuais de Aquisição de Veículos dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, exercício de 2022, e pelo estabelecimento do limite de preço para aquisição de veículos dos grupos H, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0341661
Processo:
0000899-11.2022.4.90.8000 - CGE - Inspeção
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o Relatório de Inspeção Ordinária realizada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no período de 18 a 22 de outubro de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, JOSÉ AMILCAR MACHADO, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0341664
Processo:
0002268-69.2019.4.90.8000 - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2022 08:00:00
Relator:
Desembargador Federal I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
Relator do Acordão:
Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO
Dispositivo:

Prosseguindo o julgamento, após a apresentação do voto-vista pela Conselheira MARISA FERREIRA DOS SANTOS, o Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, nos termos do voto do relator, Conselheiro ITALO FIOROVANTI SABO MENDES, com a alteração da redação do § 2º do artigo 24 e da referência quanto à Seção na redação do parágrafo único do artigo 13, ambos da minuta apresentada no voto do relator, conforme sugestão proposta pelo Conselheiro RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, no que foi acompanhado pelos Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR. Relator para o acórdão Conselheiro JOSÉ AMILCAR MACHADO, sucessor do Conselheiro relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 18 a 20 de maio de 2022. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, MARCO BUZZI, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES, SÉRGIO LUÍZ KUKINA, MESSOD AZULAY NETO, MARISA FERREIRA DOS SANTOS, RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 195, DE 23 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante no Processo Administrativo 0001505-64.2022.4.04.8000, ad referendum do Conselho de Administração, e em atendimento ao disposto no artigo 54 da Lei Complementar 101/2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2022, bem como autorizar a sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante o previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	157.922.163,31	162.414.770,80	159.118.976,58	159.141.898,12	159.547.984,78	161.079.447,34	250.903.959,05	186.470.722,08	206.163.511,27	158.640.421,38	158.196.379,19	159.161.356,91	2.078.761.590,81	5.572.801,11
Pessoal Ativo	132.851.940,05	137.531.560,05	133.850.675,04	133.942.944,43	134.411.976,07	135.829.143,12	212.911.238,99	159.846.988,96	168.325.069,73	132.753.056,63	132.517.724,48	133.341.894,55	1.748.114.212,10	5.412.801,11
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	109.672.820,99	114.116.065,85	110.756.232,29	110.945.298,31	111.326.761,31	112.652.555,87	166.765.836,59	136.213.519,49	145.397.313,97	110.116.175,83	109.853.335,81	110.553.036,20	1.448.368.952,51	5.412.801,11
Obrigações Patronais	23.179.119,06	23.415.494,20	23.094.442,75	22.997.646,12	23.085.214,76	23.176.587,25	46.145.402,40	23.633.469,47	22.927.755,76	22.636.880,80	22.664.388,67	22.788.858,35	299.745.259,59	
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.070.223,26	24.883.210,75	25.268.301,54	25.198.953,69	25.136.008,71	25.250.304,22	37.992.720,06	26.623.733,12	37.838.441,54	25.887.364,75	25.678.654,71	25.819.462,36	330.647.378,71	160.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.565.196,47	21.410.788,67	21.802.192,24	21.613.259,22	21.639.776,55	21.730.808,96	32.638.366,54	23.042.058,31	32.575.874,80	22.041.112,72	21.985.942,03	22.081.970,55	284.127.347,06	80.000,00
Pensões	3.505.026,79	3.472.422,08	3.466.109,30	3.585.694,47	3.496.232,16	3.519.495,26	5.354.353,52	3.581.674,81	5.262.566,74	3.846.252,03	3.692.712,68	3.737.491,81	46.520.031,65	80.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	25.217.068,53	24.940.950,07	25.517.175,68	25.304.589,79	26.079.833,11	25.360.054,91	38.394.906,90	21.155.746,34	37.872.673,66	26.232.829,84	25.920.646,36	25.930.886,96	327.927.362,15	170.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	133.759,21	41.804,52	247.141,18	103.063,61	124.605,88	104.641,38	150.485,67	246.341,53	34.232,12	345.465,09	241.991,65	111.424,60	1.884.956,44	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.086,06	15.934,80	1.732,96	2.572,49	819.218,52	5.109,31	251.701,17	12.392,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.121.747,85	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.070.223,26	24.883.210,75	25.268.301,54	25.198.953,69	25.136.008,71	25.250.304,22	37.992.720,06	20.897.012,27	37.838.441,54	25.887.364,75	25.678.654,71	25.819.462,36	324.920.657,86	160.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	132.705.094,78	137.473.820,73	133.601.800,90	133.837.308,33	133.468.151,67	135.719.392,43	212.509.052,15	165.314.975,74	168.290.837,61	132.407.591,54	132.275.732,83	133.230.469,95	1.750.834.228,66	5.402.801,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214,16	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.756.237.029,77	0,154360%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.479.619.915,71	0,305833%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.305.638.919,92	0,290541%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.131.657.924,14	0,275250%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DIRFIC/AUDITORIA, 16/05/2022 16:00 hs

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Nota[1] - No item " Obrigações Patronais", estão incluídos os valores correspondentes ao elemento de despesa 07- Contribuição Patronal a Entidade de Previdência Privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota[2] - Nas deduções, não foram efetivadas as exclusões das despesas decorrentes de decisões judiciais de fontes não vinculadas, tendo em vista dificuldades operacionais na apuração da sua competência.

Nota[3] - Nas despesas não computadas, despesas de exercícios anteriores, foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2021 que integram o período de apuração do RGF. Com relação aos meses do exercício de 2022, em razão de dificuldades operacionais na apuração da sua competência, os valores somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2022.

Nota 4 - As inscrições de RP Não Processados (ATIVOS) sofreram cancelamentos no valor total de R$ 122.198,89, sendo R$ 112.337,41 na UG 090020 e R$ 9.861,48 na UG 090019.

ROBERTO CAPELETI
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor de Auditoria Interna

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 724, DE 29 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre o Código de Ética, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções ético-disciplinares.

O Federal de Farmácia (CFF), no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 6º, alínea "g", da Lei n° 3.820, de 11 de novembro de 1960, resolve:

Art. 1º - Aprovar o CÓDIGO DE ÉTICA, nos termos da seção I desta resolução.

Art. 2º - Aprovar o CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO, nos termos da seção II desta resolução.

Art. 3º - Estabelecer as infrações e as regras de aplicação das sanções ético-disciplinares, nos termos da seção III desta resolução.

Art. 4º - Todos os atos e procedimentos poderão ser praticados eletronicamente, desde que observadas as exigências e garantias da Medida Provisória nº 2.200/2001, da Lei Federal nº 14.063/2020 e do Decreto Federal nº 10.543/2020.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução/CFF nº 711/21 (DOU 30/07/2021, Seção 1, página 142).

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO

SEÇÃO I
CÓDIGO DE ÉTICA
PREÂMBULO

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), pessoa jurídica de direito público, criada por lei e classificada como autarquia especial, é uma entidade fiscalizadora do exercício profissional e da ética no país.

O Código de Ética contém as normas que devem ser observadas pelos farmacêuticos e os demais inscritos nos conselhos regionais de farmácia no exercício do âmbito profissional respectivo, inclusive nas atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à administração/gestão de serviços de saúde, bem como em quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da Farmácia, em prol do zelo pela saúde.

O farmacêutico e os demais inscritos no Conselho Regional de Farmácia (CRF) são profissionais da saúde, cumprindo-lhes executar todas as atividades inerentes ao seu âmbito profissional, de modo a contribuir para a salvaguarda da população.

TÍTULO I
Do Exercício Profissional
CAPÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º - O exercício da profissão farmacêutica tem dimensões de valores éticos e morais que são reguladas por este código, além de atos regulatórios e diplomas legais vigentes, cuja transgressão poderá resultar em sanções disciplinares por parte do CRF, após apuração de sua Comissão de Ética, observado o direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, independentemente das demais penalidades estabelecidas pela legislação em vigor no país.

Parágrafo único - Os farmacêuticos e demais inscritos que transgredirem este regulamento, enquanto no exercício do serviço de atividade militar, não estão sujeitos à ação disciplinar dos conselhos regionais ante ao artigo 5° da Lei Federal nº 6.681/79.

Art. 2º - Todos os inscritos atuarão com respeito à vida humana, ao meio ambiente e à liberdade de consciência nas situações de conflito entre a ciência e os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Art. 3º - A dimensão ética profissional é determinada em todos os seus atos, sem qualquer discriminação, pelo benefício ao ser humano, aos demais seres vivos, ao meio ambiente, e pela responsabilidade social e consciência de cidadania.

Art. 4º - Todos os inscritos respondem individualmente ou, de forma (responsabilidade) solidária, na forma da lei, ainda que por omissão, pelos atos que praticarem, autorizarem ou delegarem no exercício da profissão.

Parágrafo único - O farmacêutico que exercer a responsabilidade técnica, a assistência técnica ou a substituição nos estabelecimentos somente terá contra si instaurado um processo ético, na medida da culpabilidade dele.

Art. 5º - Todos os inscritos devem exercer a profissão com honra e dignidade, devendo dispor de condições de trabalho e receber justa remuneração por seu desempenho.

Art. 6º - Todos os inscritos devem zelar pelo desempenho ético, mantendo o prestígio e o elevado conceito de sua profissão.

Art. 7° - Todos os inscritos devem manter atualizados os seus conhecimentos técnicos e científicos para aprimorar, de forma contínua, o desempenho da atividade profissional.

Art. 8º - A profissão farmacêutica deve ser exercida com vistas à promoção, prevenção e recuperação da saúde, e sem fins meramente mercantilistas.

Art. 9º - O trabalho do farmacêutico deve ser exercido com autonomia técnica e sem a inadequada interferência de terceiros, tampouco com objetivo meramente de lucro, finalidade política, religiosa ou outra forma de exploração em desfavor da sociedade.

Art. 10 - Todos os inscritos devem cumprir as disposições legais e regulamentares que regem a prática profissional no país, inclusive aquelas previstas em normas sanitárias, sob pena de aplicação de sanções disciplinares e éticas regidas por este regulamento.

Art. 11 - Todos os inscritos devem exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade, legalidade e moralidade.

CAPÍTULO II
Dos Direitos

Art. 12 - É direito do farmacêutico:

I - interagir com os demais profissionais, para garantir a segurança e a eficácia da terapêutica, observado o uso racional de medicamentos;

II - exigir dos profissionais da saúde o cumprimento da legislação sanitária vigente, em especial quanto à legibilidade da prescrição e demais aspectos legais e técnicos;

III - opor-se a exercer a profissão ou suspender a sua atividade em instituição pública ou privada sem remuneração ou condições dignas de trabalho, ressalvadas as situações de urgência ou emergência, devendo comunicá-las imediatamente às autoridades sanitárias e profissionais;

IV - negar-se a realizar atos farmacêuticos que sejam contrários aos ditames da ciência, da ética e da técnica, comunicando o fato, quando for o caso, ao usuário, a outros profissionais envolvidos e ao respectivo CRF;

V - ser fiscalizado no âmbito profissional e sanitário, obrigatoriamente, por farmacêutico;

VI - ter acesso a todas as informações técnicas e ferramentas tecnológicas existentes, relacionadas ao seu local de trabalho e ao pleno exercício da profissão, relativas ao período em que esteve no desempenho de suas atribuições;

VII - realizar, com base nas necessidades de saúde do paciente e em conformidade com as políticas de saúde vigentes, a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exija prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais e oficinais (alopáticos ou homeopáticos), fitoterápicos, plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que venham a ser aprovadas pelo órgão sanitário federal para prescrição do farmacêutico, desde que devidamente documentada, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde;

VIII - prescrever medicamentos de acordo com protocolos aprovados para uso no âmbito de instituições de saúde ou quando da formalização de acordos de colaboração com outros prescritores ou instituições de saúde, desde que atendidas as normativas vigentes;

IX - realizar a intercambialidade de medicamentos, respeitando a decisão do usuário, dentro dos limites legais, e documentando o ato;

X - recusar o fornecimento de medicamentos a estabelecimentos que não cumpram os requisitos legais para aquisição;

XI - estabelecer e perceber honorários para os serviços prestados, de forma justa e digna;

XII - receber estagiários, respeitando as normas e legislações preconizadas para estágio supervisionado, bem como a capacidade de alocação da unidade ou estabelecimento farmacêutico;

XIII - utilizar as mídias sociais na divulgação de informações cientificas, baseadas em evidências, nos limites legais e regulamentares, que esclareçam a população sobre o uso racional de medicamentos e abordem temas que promovam a saúde e a segurança do paciente, sem cunho promocional;

XIV - decidir, justificadamente, sobre a dispensação ou não de qualquer prescrição objetivando a garantia, a segurança e a eficácia da terapêutica e observando o uso racional de medicamentos e outros produtos para a saúde, bem como fornecer as orientações necessárias ao usuário e informações solicitadas pelo prescritor e órgão fiscalizador.

Art. 13 - É direito de todos os inscritos no CRF:

I - exercer a profissão sem qualquer discriminação, seja por motivo de religião, etnia, identidade de gênero, raça, nacionalidade, idade, condição social, opinião política, deficiência ou de qualquer outra natureza vedada por lei;

II - recusar-se a exercer a profissão em instituição pública ou privada sem condições dignas de trabalho ou que possam prejudicar o usuário, com direito a representação às autoridades sanitárias e profissionais;

III - exercer a profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames da legislação vigente;

IV - ser valorizado e respeitado no exercício da profissão, independentemente da função que exerce ou do cargo que ocupe;

V - não ser limitado, por disposição estatutária ou regimental de estabelecimento farmacêutico, tampouco de instituição pública ou privada, na escolha dos meios cientificamente reconhecidos a serem utilizados no exercício da profissão;

VI - recorrer ao CRF, de forma fundamentada, quando impedido de cumprir o presente código, a legislação do exercício profissional e as resoluções, decisões e pareceres normativos emanados do CFF, bem como do CRF e de demais autoridades;

VII - negar-se a ser filmado, fotografado e exposto em mídias sociais, durante o desempenho de suas atividades profissionais;

VIII - ser respeitado por colaboradores, gestores, empregadores, usuários e pacientes de estabelecimento de saúde onde atua no exercício da profissão, recusando-se de forma respeitosa, a sofrer qualquer tipo de coação, agressão ou violência.

CAPÍTULO III
Dos Deveres

Art. 14 - O farmacêutico, durante o tempo em que permanecer inscrito em um CRF, independentemente de estar ou não no exercício efetivo da profissão, deve:

I - comunicar ao CRF e às autoridades competentes os fatos que caracterizem infringência a este código e às normas que regulam o exercício das atividades farmacêuticas;

II - supervisionar, nos limites da lei, os colaboradores para atuarem no auxílio ao exercício das suas atividades;

III - fornecer orientações necessárias ao usuário, objetivando a garantia, a segurança e a efetividade da terapêutica, observando o uso racional de medicamentos;

IV - avaliar a prescrição, decidindo, justificadamente, pela não dispensação ou aviamento;

V - participar, promover e registrar as atividades de treinamento operacional e educação continuada, bem como definir manuais de boas práticas, procedimentos operacionais padrões e seus aperfeiçoamentos, zelando pelos seus cumprimentos, estando esses acessíveis a todos os funcionários envolvidos nas atividades e aos órgãos de fiscalização;

VI - participar da elaboração e zelar pelo cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços da Saúde (PGRSS) do local sob sua responsabilidade;

VII - notificar os profissionais da saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial ou a farmácia com manipulação envolvidos, quaisquer desvios de qualidade e/ou eventos adversos;

VIII - utilizar dados técnico-científicos baseados na melhor evidência disponível;

IX - executar, quando aplicável, as atribuições clínicas;

X - prestar orientação farmacêutica, com vista a esclarecer aos pacientes os benefícios esperados dos tratamentos farmacológicos e o risco de efeitos adversos, interações entre medicamentos e entre esses e alimentos, álcool e tabaco, bem como orientar a respeito de aspectos relacionados ao preparo, conservação e uso seguro dos medicamentos;

XI - elaborar por escrito, e de forma organizada, o Manual de Boas Práticas Farmacêuticas, assim como os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que contemplem todas as atividades executadas, mantendo-os atualizados e disponíveis a todos os funcionários envolvidos nas atividades;

XII - supervisionar os conteúdos expostos pelo estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional nas redes sociais, em sítios eletrônicos e demais meios de comunicação, fazendo cumprir as normas técnicas e a legislação vigente;

XIII - atender os prazos regulamentares, em qualquer instância, de tramitação de processo administrativo.

Art. 15 - Todos os inscritos em um CRF, independentemente de estar ou não no exercício efetivo da profissão, devem:

I - dispor seus serviços profissionais às autoridades constituídas, ainda que sem remuneração ou qualquer outra vantagem pessoal, em caso de conflito social interno, catástrofe, epidemia, pandemia ou qualquer tipo de desastre natural decretado por autoridades legalmente competentes;

II - recusar o recebimento de medicamentos ou outros produtos para a saúde sem registro/notificação na Anvisa, quando aplicável, sem rastreabilidade de sua origem, sem documento fiscal ou equivalente, ou em desacordo com a legislação vigente;

III - exercer a profissão respeitando os atos, as diretrizes, as normas técnicas e a legislação vigentes;

IV - respeitar o direito de decisão do usuário sobre o tratamento, a própria saúde e bem-estar dele, excetuando-se aquele que, mediante laudo médico ou determinação judicial, for considerado incapaz de discernir sobre opções de tratamento ou decidir sobre sua própria saúde e bem-estar;

V - comunicar ao CRF e às autoridades competentes a recusa em se submeter à prática de atividade contrária à lei ou regulamento, bem como a desvinculação do cargo, função ou emprego, motivada pela necessidade de preservar os legítimos interesses da profissão e da saúde;

VI - guardar sigilo de fatos e informações de que tenha conhecimento no exercício da profissão, excetuando-se os casos amparados pela legislação vigente, cujo dever legal exija comunicação, denúncia ou relato a quem de direito;

VII - respeitar a vida, jamais cooperando com atos que intencionalmente atentem contra ela ou que coloquem em risco a integridade de qualquer ser vivo ou da coletividade;

VIII - assumir, com responsabilidade social, ética, sanitária, ambiental e educativa, sua função na determinação de padrões desejáveis em todo o âmbito profissional, inclusive nas atividades de ensino;

IX - contribuir para a promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva da pessoa humana e dos animais;

X - garantir ao usuário o acesso à informação independente, e de fonte confiável, sobre as práticas terapêuticas, sem detrimento às oficialmente reconhecidas no país, de modo a possibilitar a sua livre escolha;

XI - denunciar às autoridades competentes quaisquer formas de agressão ao meio ambiente e os riscos inerentes ao trabalho, que sejam prejudiciais à saúde e à vida;

XII - comunicar formalmente ao CRF, em até 5 (cinco) dias úteis, o encerramento de seu vínculo profissional de qualquer natureza, independentemente de retenção de documentos pelo empregador;

XIII - basear suas relações com os demais profissionais com urbanidade, respeito mútuo, cooperação técnica, liberdade e independência de cada um, desde que observadas as evidências científicas;

XIV - respeitar as normas éticas nacionais vigentes, bem como proteger a vulnerabilidade dos envolvidos, ao participar de pesquisas envolvendo seres humanos ou animais;

XV - promover ações que garantam a qualidade em todas as áreas inerentes à atividade farmacêutica;

XVI - cumprir os princípios de biossegurança, bem como aplicar medidas técnicas, administrativas e normativas para prevenir acidentes de trabalho, à saúde pública e ao meio ambiente;

XVII - exercer as atividades farmacêuticas conforme as normas especificas vigentes para cada atividade, mantendo efetivo controle da qualidade no âmbito interno e externo, assim como o cumprimento de boas práticas laboratoriais;

XVIII - tratar com respeito e urbanidade os farmacêuticos fiscais, permitindo que promovam todos os atos necessários à verificação da execução do exercício da profissão farmacêutica;

XIX - informar ao CRF, os estabelecimentos farmacêuticos que estejam recebendo estagiários de cursos de graduação em Farmácia, em desacordo com a legislação vigente;

XX - Notificar, no que couber em seu âmbito de atuação profissional, os órgãos de saúde, vigilância epidemiológica ou outros, quando da detecção de agravo decorrente de doenças de notificação compulsória, seja por meio de exames laboratoriais, testes rápidos ou em rastreamento em saúde;

XXI - documentar as orientações técnicas fornecidas aos colaboradores para a correta execução das atividades.

Art. 16 - O farmacêutico deve comunicar formalmente ao CRF, pelas maneiras disponíveis definidas pelo respectivo regional, o seu afastamento temporário das atividades profissionais pelas quais detém responsabilidade/assistência técnica, quando não houver outro farmacêutico que, legalmente, o substitua.

§ 1º - Na hipótese de afastamento por motivo de doença, acidente pessoal, licença maternidade, óbito de familiar ou por outro imprevisível, que requeira avaliação pelo CRF, a comunicação formal e documentada deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o fato, acompanhada de documentos comprobatórios válidos pela legislação vigente.

§ 2º - Quando o afastamento ocorrer por motivo previamente agendado, como férias, congressos e cursos de aperfeiçoamento relacionados à área de atuação farmacêutica, a comunicação ao CRF deverá ocorrer com antecedência mínima de 12 (doze) horas.

CAPÍTULO IV

Das Proibições

Art. 17 - É proibido ao farmacêutico:

I - exercer simultaneamente a Medicina;

II - produzir, manipular, fornecer, manter em estoque, armazenar, comercializar, dispensar ou permitir que sejam dispensados meio, instrumento, substância, conhecimento, medicamento, fórmula magistral/oficinal ou especialidade farmacêutica, fracionada ou não, que não inclua a identificação clara e precisa sobre a(s) substância(s) ativa(s) nela contida(s), suas respectivas quantidades, bem como informações imprescindíveis de rotulagem e garantia da procedência e rastreabilidade, contrariando as normas legais e técnicas, excetuando-se a dispensação hospitalar interna, em que poderá haver a codificação do medicamento que for fracionado sem, contudo, omitir o seu nome ou fórmula;

III - extrair, produzir, fabricar, transformar, beneficiar, preparar, manipular, purificar, embalar, reembalar medicamento, produto, substância ou insumo, em contrariedade à legislação vigente, ou permitir que tais práticas sejam realizadas;

IV - armazenar, estocar, manter em depósito, ainda que transitoriamente, distribuir, transportar, importar, exportar, trazer consigo medicamento, produto, substância ou insumo, em contrariedade à legislação vigente, ou permitir que tais práticas sejam realizadas;

V - fracionar medicamento, produto, substância ou insumo, em contrariedade à legislação vigente, ou permitir que tais práticas sejam realizadas;

VI - expor, comercializar, dispensar ou entregar para o consumo medicamento, produto, substância ou insumo, em contrariedade à legislação vigente, ou permitir que tais práticas sejam realizadas;

VII - prescrever, ministrar ou utilizar medicamento, produto, substância ou insumo, em contrariedade à legislação vigente, ou permitir que tais práticas sejam realizadas;

VIII - delegar ou permitir que outros profissionais pratiquem atos ou atribuições privativas da profissão farmacêutica;

IX - fornecer, dispensar ou permitir que sejam dispensados, sob qualquer forma, substância, medicamento ou fármaco para uso diverso da indicação para a qual foi licenciado, salvo quando baseado em evidência ou mediante entendimento com o prescritor, formalizado por escrito no verso da prescrição, prontuário ou em documento específico;

X - coordenar, supervisionar, assessorar ou exercer a fiscalização sanitária ou profissional quando for sócio ou acionista de qualquer categoria, ou interessado por qualquer forma, bem como prestar serviços a empresa ou estabelecimento que forneça drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, assim como a laboratórios, distribuidoras ou indústrias, com ou sem vínculo empregatício;

XI - intitular-se responsável técnico por qualquer estabelecimento sem a autorização prévia do CRF, comprovada mediante a Certidão de Regularidade correspondente;

XII - dispensar ou aviar prescrições médicas ou de outros profissionais em desacordo com a técnica farmacêutica e/ou as boas práticas de farmácia e/ou a legislação vigente;

XIII - produzir, fabricar, fornecer, em desacordo com a legislação vigente, radiofármacos e conjuntos de reativos ou reagentes, destinados às diferentes análises complementares do diagnóstico clínico;

XIV - alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nomes e demais elementos objeto do registro, contrariando as disposições legais e regulamentares;

XV - receber estagiário de curso de graduação em Farmácia e/ou de pós-graduação sem o Termo de Compromisso de Estágio, ou outro documento que vier a substituí-lo, para a instituição na qual trabalha;

XVI - exercer o magistério, coordenar, supervisionar ou ser preceptor de estágio em cursos de graduação e/ou de pós-graduação na área da Farmácia, que descumpram a legislação vigente.

XVII - deixar de prestar assistência farmacêutica em horário declarado ao CRF.

Art. 18 - É proibido a todos os inscritos no CRF:

I - participar de qualquer tipo de experiência com fins bélicos, raciais ou eugênicos, bem como de pesquisa não aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) ou Comissão de Ética no Uso de Animais;

II - divulgar informações sigilosas de que tenha conhecimento, quando em participação de comissões, reuniões, auditoria interna ou externa, ou em qualquer outro tipo de processo avaliativo ou investigativo;

III - exercer atividade não reconhecida pelo CFF, ou que não tenha aptidão ou qualificação mínima necessária para as atividades reconhecidas;

IV - praticar ato profissional que cause dano material, físico, moral ou psicológico e/ou que possa ser caracterizado como imperícia, negligência ou imprudência;

V - permitir a utilização do seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente a sua função;

VI - realizar ou participar de atos fraudulentos em qualquer área da profissão ou usar desta para favorecer ou facilitar a ação criminosa;

VII - fornecer meio, instrumento, substância, medicamento, fórmula magistral ou conhecimento para induzir à prática, ou dela participar, de tortura, eutanásia, aborto ilegal, toxicomania ou de quaisquer outras formas de procedimento degradante ou cruel em relação ao ser humano e aos animais;

VIII - manter em estoque, ainda que transitoriamente, ou armazenar instrumento, substância, medicamento, fórmula magistral/oficinal ou especialidade farmacêutica, fracionada ou não, que não inclua a identificação clara e precisa sobre a(s) substância(s) ativa(s) nela contida(s), suas respectivas quantidades, ou informações imprescindíveis de rotulagem e garantia da procedência e rastreabilidade, contrariando as normas legais e técnicas, excetuando-se a dispensação hospitalar interna, em que poderá haver a codificação do medicamento que for fracionado sem, contudo, omitir o seu nome ou fórmula;

IX - dificultar a ação fiscalizadora ou desacatar as autoridades sanitárias ou profissionais, quando no exercício das suas funções;

X - aceitar ou pagar remuneração abaixo do estabelecido como o piso salarial oriundo de acordo, convenção coletiva ou dissídio da categoria, quando aplicável;

XI - declarar possuir títulos científicos ou de especialização que não possa comprovar, nos termos da lei;

XII - exercer atividade ou realizar procedimento no âmbito da profissão, sem comprovação da habilitação, quando aplicável, perante o CRF;

XIII - aceitar ser perito, auditor ou relator de qualquer processo ou procedimento, quando houver interesse, envolvimento pessoal, familiar ou institucional, e quando não estiver devidamente habilitado e/ou capacitado;

XIV - permitir interferência nos resultados apresentados como perito ou auditor;

XV - exercer a profissão farmacêutica quando estiver sob a sanção disciplinar de suspensão;

XVI - exercer deliberadamente a profissão em estabelecimento não registrado/cadastrado ou não licenciado nos órgãos do exercício profissional e/ou de fiscalização sanitária;

XVII - aceitar a interferência de leigos em seus trabalhos e em suas decisões de natureza profissional, bem como permitir que esses desautorizem ou desconsiderem as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico;

XVIII - omitir-se ou acumpliciar-se com os que exercem ilegalmente a atividade farmacêutica ou com profissionais ou instituições que pratiquem atos ilícitos em qualquer das suas áreas de abrangência;

XIX - assinar trabalho realizado por outrem, alheio à sua execução, orientação, supervisão ou fiscalização ou, ainda, assumir responsabilidade por ato que não praticou ou do qual não participou;

XX - prevalecer-se de cargo de liderança ou empregador para desrespeitar a dignidade de subordinados, bem como para praticar ou exigir que se pratique ato em desconformidade com a técnica ou norma vigente;

XXI - pleitear, de forma desleal, para si ou para outrem, emprego, cargo ou função exercidos por outro profissional, assim como praticar atos de concorrência desleal;

XXII - exercer atividade no âmbito da profissão farmacêutica em interação com outros profissionais, concedendo vantagem de qualquer natureza aos demais profissionais habilitados para o direcionamento de usuário, ferindo o direito dele de escolher livremente o serviço e o profissional;

XXIII - receber remuneração por serviços que não tenha efetivamente prestado;

XXIV - submeter-se a fins meramente mercantilistas que venham a comprometer o seu desempenho técnico, em prejuízo da sua atividade profissional;

XXV - deixar de obter de participante de pesquisa ou de seu representante legal o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a sua realização envolvendo seres humanos, após as devidas explicações sobre a sua natureza e as suas consequências, quando exigido pela legislação vigente;

XXVI - conduzir pesquisa ou utilizar dados envolvendo seres humanos ou animais, sem submetê-la à avaliação prévia do respectivo Comitê de Ética em Pesquisa;

XXVII - utilizar-se de conhecimentos da profissão com a finalidade de cometer ou favorecer atos ilícitos de qualquer espécie;

XXVIII - fazer uso, elaborar, produzir documento, atestado, certidão ou declaração falsos ou alterados;

XXIX - permitir que terceiros tenham acesso a senhas pessoais, sigilosas e intransferíveis, bem como a dispositivos certificadores digitais utilizados para identificação e validação em sistemas informatizados inerentes à sua atividade profissional;

XXX - exercer interação com outros estabelecimentos, farmacêuticos ou não, de forma a viabilizar a realização de prática vedada em lei ou regulamento, exceto em situações emergenciais devidamente justificadas e documentadas;

XXXI - produzir e/ou divulgar, por qualquer meio, informação sobre temas farmacêuticos ou de saúde em geral de conteúdo inverídico, sensacionalista, promocional, que não possua a devida comprovação ou que contrarie a legislação vigente;

XXXII - promover a utilização de substâncias ou a comercialização de produtos que não tenham a indicação terapêutica analisada e aprovada, bem como aquele, que não estejam descritos em literatura ou compêndio nacionais ou internacionais reconhecidos pelo órgão sanitário federal;

XXXIII - utilizar-se de qualquer meio ou forma para difamar, caluniar, injuriar ou divulgar preconceitos e apologia a atos ilícitos ou vedados por lei específica;

XXXIV - exercer sem a qualificação necessária o magistério de nível superior, tal como utilizar essa prática para aproveitar-se de terceiros em benefício próprio ou para obter quaisquer vantagens pessoais;

XXXV - exercer a profissão e funções relacionadas à Farmácia, exclusivas ou não, sem a necessária habilitação legal;

XXXVI - fazer declarações injuriosas, caluniosas, difamatórias ou que depreciem o profissional inscrito, a profissão, as instituições, as entidades farmacêuticas, seus representantes, funcionários e colaboradores, sob qualquer forma ou meio de comunicação ou redes sociais, bem como repercuti-las e/ou compartilhá-las;

XXXVII - desrespeitar ou discriminar o ser humano no exercício da atividade farmacêutica;

XXXVIII - Deixar de notificar, no que couber em seu âmbito de atuação profissional, os órgãos de saúde, vigilância epidemiológica ou outros, quando da detecção de agravo decorrente de doenças de notificação compulsória, seja por meio de exames laboratoriais, testes rápidos ou em rastreamento em saúde;

XXXIX - fazer propaganda de substância, medicamento, procedimento ou técnica em saúde que contrarie a norma vigente, induza o usuário a erro, à exposição indevida ou ao uso irracional;

XL - fazer referência a casos clínicos identificáveis, exibir paciente ou sua imagem em qualquer meio de comunicação, sob qualquer pretexto, salvo se possuir autorização expressa e formal do paciente;

XLI - receber, para si ou para outrem, vantagem indevida no exercício da atividade farmacêutica;

XLII - valer-se, quando no exercício da profissão, de mecanismos de coação, omissão ou suborno, com pessoas físicas ou jurídicas, para conseguir qualquer tipo de vantagem indevida;

XLIII - fornecer a terceiros qualquer dado relativo ao paciente, inclusive aqueles provenientes de receita ou de registros da assistência prestada, que possam de alguma forma identificar o paciente, o prescritor, ou o respectivo estabelecimento de saúde, em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

XLIV - manter vínculos profissionais, ou outra atividade qualquer, com incompatibilidade de horário ao declarado nos conselhos regionais de farmácia;

XLV - dar falso testemunho ou fazer acusações a colegas de profissão farmacêutica ou em detrimento de terceiros, sem possuir provas;

XLVI - fazer promessas que contrariem as normas legais, profissionais ou contrárias à fiscalização do exercício profissional, com o intuito de obter vantagem para si ou a outros, quando candidato a cargo eletivo ou ocupante de cargo relacionado à profissão farmacêutica;

XLVII - reduzir, irregularmente, quando em função de chefia ou coordenação, a remuneração devida a outro profissional;

XLVIII - praticar perseguições, assédios ou impor penalidades, trabalhos degradantes ou jornadas extenuantes ao farmacêutico subordinado, valendo-se da posição ou cargo de chefia.

Art. 19 - Quando atuando no serviço público, é vedado ao inscrito no CRF:

I - utilizar-se do serviço, emprego ou cargo público para realizar trabalho de empresa privada de sua propriedade ou de outrem, obtendo vantagens indevidas para si ou para terceiros;

II - cobrar ou receber remuneração do usuário do serviço.

CAPÍTULO V

Da Publicidade e dos Trabalhos Científicos

Art. 20 - É vedado ao inscrito em CRF:

I - divulgar assunto ou descoberta de conteúdo inverídico, ou que não possua a devida comprovação;

II - publicar, em seu nome, trabalho científico do qual não tenha participado, ou atribuir-se a autoria exclusiva, quando houver participação de subordinados ou outros profissionais, farmacêuticos ou não;

III - promover publicidade enganosa ou abusiva da boa-fé do usuário;

IV - anunciar produtos farmacêuticos ou processos por quaisquer meios capazes de induzir ao uso indevido e indiscriminado de medicamentos ou de outros produtos farmacêuticos;

V - utilizar-se, sem referência ao autor ou sem a sua autorização expressa, de dados ou informações, publicados ou não;

VI - deixar de incluir nas divulgações profissionais, de qualquer ordem, o seu número de inscrição no CRF.

TÍTULO II

Das Relações Profissionais

Art. 21 - O profissional, perante seus pares e demais profissionais, deve comprometer-se a:

I - tratar com urbanidade a sua equipe de trabalho, observando os preceitos éticos;

II - adotar critério justo em suas atividades e nos pronunciamentos sobre serviços e funções confiados anteriormente a outro profissional;

III - prestar colaboração aos colegas que dela necessitem, assegurando-lhes consideração, apoio e solidariedade que reflitam a harmonia e o prestígio da categoria;

IV - prestigiar iniciativas de interesse da categoria;

V - empenhar-se em elevar e firmar seu próprio conceito, procurando manter a confiança dos membros da equipe de trabalho e dos destinatários do seu serviço;

VI - manter relacionamento harmonioso com outros profissionais, limitando-se às suas atribuições, no sentido de garantir unidade de ação na realização das atividades a que se propõe, em benefício individual e coletivo;

VII - denunciar ao conselho regional atos que contrariem os postulados éticos e legais da profissão;

VIII - respeitar as opiniões de farmacêuticos e outros profissionais, mantendo as discussões no plano técnico-científico.

TÍTULO III

Das Relações com os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia

Art. 22 - Na relação com os conselhos, obriga-se o inscrito a:

I - cumprir as normas (resoluções e deliberações) e as determinações (acórdãos e decisões) dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia;

II - prestar com fidelidade e veracidade as informações que lhe forem solicitadas, bem como as fornecidas voluntariamente a respeito do seu exercício profissional;

III - comunicar ao CRF em que estiver inscrito toda e qualquer conduta ilegal ou antiética que observar na prática profissional;

IV - atender a convocação, intimação, notificação ou requisição administrativa no prazo determinado, feitas pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, a não ser por motivo de força maior, comprovadamente justificado;

V - tratar com respeito e urbanidade os empregados, conselheiros, diretores e demais representantes dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

Art. 23 - O profissional, no exercício de sua função, é obrigado a informar por escrito e manter atualizado perante o respectivo Conselho Regional de Farmácia todos os seus vínculos, com dados completos da empresa (razão social, nome(s) do(s) sócio(s), Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J)., endereço, horários de funcionamento, horário de assistência, endereços residencial e eletrônico, telefone, bem como qualquer outra atividade farmacêutica ou não.

TÍTULO IV

Das Infrações e Sanções Disciplinares

Art. 24 - As sanções disciplinares, definidas nos termos da seção III desta resolução, e conforme previstas na Lei Federal nº 3.820/60, consistem em:

I - advertência, com ou sem o uso da palavra "censura", sem publicidade, mas com registro no prontuário;

II - multa no valor de 1 (um) salário mínimo a 3 (três) salários mínimos regionais, que será elevada ao dobro em caso de reincidência;

III - suspensão de 3 (três) meses a 1 (um) ano;

IV - eliminação.

§ 1º - A deliberação do conselho precederá, sempre, de audiência prévia do acusado, sendo-lhe designado defensor dativo, se o profissional não for encontrado nos endereços por ele fornecidos e registrados em seu cadastro, ou se deixar o processo à revelia.

§ 2º - Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da ciência, para o CFF.

§ 3º - Considera-se violação a um dispositivo descrito na seção I desta resolução cada caso ou falta, sendo permitida aplicação cumulativa de sanções.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 25 - As normas deste Código aplicam-se a todos os inscritos no CRF.

Art. 26 - A verificação do cumprimento das normas estabelecidas neste Código é atribuição precípua do CFF, dos Conselhos Regionais de Farmácia e suas Comissões de Ética, sem prejuízo das autoridades da área da saúde, policial e judicial, dos farmacêuticos e da sociedade.

Art. 27 - A apuração das infrações éticas compete ao CRF em que o profissional estiver inscrito, ao tempo do fato punível em que incorreu.

Art. 28 - O profissional portador de doença que o incapacite ao exercício da profissão farmacêutica, atestada em instância administrativa, judicial ou médica, e certificada pelo CRF, terá o seu registro e as suas atividades profissionais suspensas de ofício, enquanto perdurar sua incapacidade.

Art. 29 - O profissional condenado por sentença criminal transitada em julgado ficará, ex officio, suspenso da atividade, enquanto durar a execução da pena privativa de liberdade em regime fechado.

Parágrafo único - O profissional preso, provisória ou preventivamente, também ficará ex officio suspenso de exercer as suas atividades, enquanto durar a pena privativa de liberdade em regime fechado.

Art. 30 - Prescreve em 24 (vinte e quatro) meses a constatação fiscal de ausência do farmacêutico no(s) estabelecimento(s), por meio de auto de infração ou termo de visita, para efeito de instauração de processo ético.

Art. 31 - O CFF, ouvido cada CRF e a categoria farmacêutica mediante consulta pública, promoverá, quando necessário, a revisão e a atualização deste Código.

Art. 32 - As omissões deste Código serão decididas pelo CFF.

SEÇÃO II

CÓDIGO DE PROCESSO ÉTICO

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Do Processo

Art. 1º - A apuração ética, nos Conselhos Regionais de Farmácia, reger-se-á por este Código, aplicando-se, supletivamente, os princípios gerais de direito aos casos omissos ou lacunosos.

Art. 2º - A competência disciplinar é do CRF em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu, devendo o processo ser instaurado, instruído e julgado em caráter sigiloso, sendo permitida vista dos autos apenas às partes (indiciado e CRF) e aos procuradores constituídos.

§ 1º - No decurso da apuração ética, poderá o profissional solicitar transferência para outro CRF, sem interrupção do processo ético no CRF em que se apura a falta cometida, devendo o CRF julgador, após o processo transitado em julgado, informar ao CRF em que o profissional estiver inscrito quanto ao teor do veredicto e à penalidade imposta.

§ 2º - Por se tratar de direito intertemporal, o processo ético não será suspenso nem encerrado na hipótese de pedido de desligamento ou cancelamento de inscrição profissional, e deverá seguir seu regular procedimento.

§ 3º - O terceiro interessado terá acesso somente à decisão final, mas poderá a todo e a qualquer tempo ter ciência do andamento processual, sem acessar os autos ou obter cópia.

Art. 3º - Os CRFs instituirão comissões de ética, com a competência de emitir parecer, justificadamente, pela abertura ou não de processo ético-disciplinar.

§ 1º - Cada Comissão de Ética será composta por, no mínimo, 3 (três) farmacêuticos nomeados pela Diretoria do CRF, homologados pelo Plenário, com mandato igual ao da Diretoria.

§ 2º - Compete à Comissão de Ética escolher, entre os seus membros, o seu presidente.

§ 3º - É vedada à Diretoria, aos conselheiros e empregados do CRF, a participação como membro da Comissão de Ética.

§ 4º - Verificada a ocorrência de vaga na Comissão de Ética, a Diretoria do CRF nomeará o substituto para exercer a função, mediante homologação pelo Plenário e mandato igual ao da Diretoria.

§ 5º - Os custos necessários à realização dos trabalhos da Comissão de Ética deverão ser arcados pelo CRF, vedado o pagamento de qualquer tipo de gratificação aos seus membros.

§ 6º - Os conselhos poderão constituir mais de uma Comissão de Ética para o atendimento adequado na extensão do território sob sua jurisdição.

Art. 4º - O presidente do CRF nomeará defensor(es) dativo(s) que deverá(rão) ser homologado(s) pela Diretoria, com mandato igual ao desta.

§ 1º - O defensor dativo deve ser isento de conflitos de interesses com o indiciado, não podendo estar respondendo a processo ético e nem estar cumprindo penalidade imposta pelo CRF.

§ 2º - É vedado à Diretoria, aos conselheiros e empregados do CRF, a participação como defensor dativo.

Art. 5º - A apuração ética obedecerá cronologicamente para a sua tramitação os seguintes passos:

I - recebimento da denúncia;

II - instauração ou arquivamento;

III - montagem do processo ético-disciplinar;

IV - instalação dos trabalhos;

V - conclusão da Comissão de Ética;

VI - julgamento;

VII - recurso;

VIII - execução;

IX - revisão.

Art. 6º - Compete ao CRF processar e julgar em primeira instância os profissionais sob sua jurisdição e seus membros colegiados, inclusive gestores e conselheiros, observado o princípio da segregação.

Art. 7º - Compete ao Plenário do CFF julgar em instância recursal os processos disciplinares éticos.

TÍTULO II

Dos Procedimentos

CAPÍTULO I

Do Recebimento da Denúncia

Art. 8º - A apuração do processo ético-disciplinar inicia-se por ato do presidente do CRF, ou seu substituto regimental, quando este:

I - tomar ciência inequívoca do ato ou matéria que caracterize infração ética profissional;

II - tomar conhecimento de infração ética profissional por meio do Relatório de Fiscalização do CRF.

Parágrafo único - Na hipótese de impedimento ou suspeição de todos os diretores, o protocolo deverá ser encaminhado, diretamente, à Comissão de Ética, cujo parecer do seu presidente pela abertura, ou não, do processo ético-disciplinar, deverá ser analisado pelo Plenário.

Art. 9º - O presidente do CRF encaminhará, em até 30 (trinta) dias úteis do conhecimento do fato, despacho ao presidente da Comissão de Ética, determinando a análise e a decisão sobre a viabilidade de abertura de processo ético-disciplinar, com base nos indícios apresentados na denúncia recebida.

§ 1º - O presidente da Comissão de Ética terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação, para entregar o parecer, que pode ser monocrático ou em conjunto com os demais membros, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias úteis, quando da necessidade de requerimento de documentos ou para diligências complementares.

§ 2º - O parecer da Comissão de Ética deverá conter uma parte expositiva, em que serão fundamentados os motivos, e uma conclusiva, na qual será aposta a expressão "pela instauração de processo ético-disciplinar" ou "pelo arquivamento", sendo que, no primeiro caso, deverão constar os dispositivos do Código de Ética, em tese, infringidos.

§ 3º - No período de transição de gestão dos CRFs, enquanto não houver Comissão de Ética nomeada, os prazos previstos ficam suspensos por, no máximo, 90 (noventa) dias úteis.

CAPÍTULO II

Da Instauração ou Arquivamento

Art. 10 - O presidente do CRF analisará o parecer do presidente da Comissão de Ética, e despachará, em consonância com o parecer, pela instauração ou não do processo ético-disciplinar, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.

CAPÍTULO III

Da Montagem do Processo Ético-Disciplinar

Art. 11 - Instaurado o processo ético-disciplinar, mediante despacho do presidente do CRF, a secretaria o registrará por escrito, atribuindo-lhe um número e, de imediato, o encaminhará à Comissão de Ética.

Art. 12 - O processo será formalizado por meio de autos, que poderá ocorrer por meio eletrônico, com peças anexadas por termo, com folhas numeradas, sendo os despachos, pareceres e decisões juntados, preferencialmente, em ordem cronológica.

CAPÍTULO IV

Da Instalação dos Trabalhos

Art. 13 - Recebido o processo, o presidente da Comissão de Ética o instalará, e deverá observar os prazos prescricionais previstos em lei para concluir os seus trabalhos, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - lavrar o competente termo de instalação dos trabalhos;

II - designar, entre os seus membros, o relator do processo;

III - designar empregado(s) do CRF para secretariar os trabalhos.

Art. 14 - Compete ao relator da Comissão de Ética no processo ético-disciplinar:

I - instruir o processo para julgamento;

II - intimar pessoas mediante correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou ciência inequívoca;

III - determinar local, dia e hora para a sessão de depoimento do indiciado e oitiva de testemunha;

IV - determinar a imediata comunicação por meio físico e/ou eletrônico ao indiciado, relatando-lhe sobre:

a) a abertura do processo ético;

b) o local, a data e a hora designados para a sessão em que ocorrerá o seu depoimento;

c) o direito de arrolar até 3 (três) testemunhas na sua defesa prévia, que deverá ser apresentada em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da audiência;

d) o dever do indiciado em garantir o comparecimento das testemunhas arroladas na Sessão de Depoimento designada pela Comissão de Ética, independentemente da intimação;

e) a faculdade de constituir advogado.

V - determinar a produção de provas ou diligências consideradas necessárias à instrução do processo;

VI - emitir relatório.

§ 1º - O indiciado ou seu procurador constituído terá acesso ao processo, sempre que desejar consultá-lo.

§ 2º - O acesso ao processo tratado no parágrafo anterior poderá, mediante disponibilidade do CRF, ocorrer por meio eletrônico, mediante cadastro prévio e acesso individualizado ao sistema, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, cível e penal do indiciado ou de seu procurador, por divulgação indevida do conteúdo a terceiros.

§ 3º - Quando as testemunhas arroladas pelas partes não comparecerem em depoimento previamente agendado, e inexistindo provas documentais aptas a justificar a redesignação, ficará a critério do relator declarar a preclusão desta fase processual, ou redesignar a audiência, hipótese em que o comparecimento das testemunhas será de responsabilidade do indiciado.

§ 4º - Na hipótese do não recebimento da comunicação, deverá o CRF utilizar outros meios de comunicação para cientificar o indiciado, como telefone, e-mail, e, por último, pelo envio de correspondência para o endereço da Pessoa Jurídica vinculada ao profissional, se pertencente ao quadro societário.

§ 5º - Caso seja necessário, poderá ser designado novo relator para o processo, sem prejuízo dos atos já praticados.

Art. 15 - A sessão de depoimento do indiciado obedecerá ao que segue:

I - somente poderão estar presentes no recinto, os membros da Comissão de Ética, o depoente e seu procurador, as testemunhas individualmente, o advogado do CRF e o empregado do CRF responsável por secretariar a Comissão de Ética;

II - cabe ao presidente da Comissão de Ética ou ao membro relator determinar a ordem de entrada e a permanência no recinto dos participantes da sessão;

III - a Sessão de Depoimento poderá ser gravada em áudio, exclusivamente, pelo CRF, sendo as gravações anexadas ao processo;

IV - ao final da sessão de depoimento, o relator do processo oferecerá aos presentes o "Termo de Depoimento", por escrito, em duas vias de igual teor, o qual deverá ser lido e assinado pelos presentes, sendo uma via anexada aos autos do processo e a outra entregue ao indiciado.

Art. 16 - A sessão de depoimento poderá ocorrer por meio remoto, desde que observados os requisitos de segurança da informação.

§ 1º - É de responsabilidade de cada uma das partes providenciar a sua respectiva conexão com a Internet para a participação da reunião com os membros da Comissão de Ética.

§ 2º - Será utilizada ferramenta que possibilite a gravação das reuniões, ficando os arquivos de vídeo armazenados na rede interna do CRF, sob sigilo.

§ 3º - Caberá a todos os envolvidos a garantia da realização da reunião em ambiente que assegure o sigilo necessário ao processo, observando sua responsabilidade administrativa, cível e penal por divulgação indevida do conteúdo a terceiros.

§ 4º - Os profissionais indiciados deverão informar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da oitiva, preferencialmente junto à defesa prévia, os nomes e contatos (e-mail, telefone, WhatsApp ou outro meio equivalente) das próprias partes, procuradores e, se for o caso, de até 3 (três) testemunhas.

§ 5º - Na respectiva intimação, o profissional indiciado, seu procurador e as testemunhas, se houver, receberão o mesmo link para a reunião:

I - na sessão de depoimento, a permissão de entrada na sala de reunião virtual será concedida pelo presidente da Comissão de Ética, conforme ordem de manifestação.

II - para a entrada na sala de reunião virtual, todos deverão estar devidamente identificados com seu nome completo, apresentar documento de identificação com foto, e manter a câmera ligada, sendo que o microfone deve permanecer no modo "mudo/off/desligado", sempre que o participante não estiver falando.

III - assim que terminar seu depoimento, a testemunha será removida da sala de reunião, não podendo reingressar no local sem prévia autorização.

§ 6º - O profissional indiciado, procuradores e testemunhas deverão estar disponíveis a partir do horário informado para início da sessão de depoimento, podendo ser chamados a qualquer momento para ingresso na sala, não sendo possível determinar tempo exato de duração de cada depoimento, considerando a particularidade de cada processo.

§ 7º - Nos casos em que a respectiva oitiva não tiver inicio no horário marcado, será enviada mensagem de texto por meio eletrônico aos depoentes, informando nova data e horário da oitiva.

§ 8º - No caso de o profissional indiciado no processo ético não estar presente quando chamado, a sessão de depoimentos poderá ser remarcada uma única vez, momento em que também serão ouvidas eventuais testemunhas, desde que haja justificativa para tal, ficando a critério da Comissão de Ética esta decisão.

§ 9º - Após o depoimento do profissional indiciado, se alguma testemunha não se fizer presente quando chamada, a sessão de depoimentos poderá ser remarcada uma única vez, caso haja justificativa plausível para tal, ficando a critério da Comissão de Ética esta decisão.

§ 10 - Será considerado revel o indiciado que não comparecer à sessão e não apresentar justificativa pelo não comparecimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, somado à ausência de apresentação de defesa prévia e/ou razões finais, havendo a designação de defensor dativo.

§ 11 - Durante a sessão de oitiva, será elaborado o Termo de Depoimento, que será apresentado na tela para acompanhamento das partes durante a sessão.

§ 12 - A concordância expressa de todos os presentes com o teor do Termo de Depoimento supre a necessidade de assinatura, o que constará na ata da sessão, quando não for possível a utilização de assinatura eletrônica.

§ 13 - No caso de eventuais problemas técnicos, serão preservados os atos já praticados, ficando a cargo da Comissão de Ética a definição por aguardar o restabelecimento das condições necessárias para a realização da reunião ou sua remarcação.

§ 14 - Os casos omissos ocorridos nas sessões de depoimento serão definidos pela Comissão de Ética.

Art. 17 - O indiciado será notificado na audiência do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do dia útil seguinte ao da audiência, para apresentar razões finais.

Parágrafo único - Caso as razões finais sejam protocoladas após o prazo, será certificada a sua intempestividade, mantendo-se o documento nos autos do processo, devendo o membro relator e o Plenário desconsiderarem as argumentações constantes do documento para fins de conclusão e julgamento.

Art. 18 - Caso o indiciado não se manifeste à Comissão de Ética e também não compareça ao local, no dia e hora marcados para prestar depoimento, o presidente da Comissão de Ética somente o convocará novamente se houver apresentação de justificativa plausível de eventual impedimento, declarando-o revel, se ausente, sendo que, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, o presidente da Comissão de Ética comunicará o ocorrido ao presidente do CRF, requerendo-lhe a nomeação de defensor dativo, salvo se o indiciado tenha apresentado defesa prévia ou, ainda, tenha tomado ciência prévia do processo, presencialmente ou por via digital, hipótese em que o processo tramitará independentemente da apresentação de defesa.

§ 1º - O presidente do CRF terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento dos autos, para proceder à nomeação do defensor dativo.

§ 2º - O defensor dativo, a partir de sua nomeação, terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento dos autos, para apresentar, por escrito, à Comissão de Ética, a defesa do indiciado.

§ 3º - O Defensor Dativo poderá apresentar sua defesa sem o ônus da impugnação específica dos fatos.

Art. 19 - O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, não lhe sendo devolvido prazo já vencido.

Art. 20 - Findado o prazo para apresentação de razões finais, só é lícito ao indiciado deduzir novas alegações quando:

I - relativas a fato superveniente;

II - realizadas diligências posteriores pelo relator e que geraram fatos novos.

CAPÍTULO V

Da Conclusão da Comissão de Ética

Art. 21 - Concluída a instrução processual, a Comissão de Ética apresentará o seu relatório.

Parágrafo único - O relatório a que alude o "caput" deste artigo conterá uma parte expositiva, que inclui um sucinto relato dos fatos, a explícita referência ao local, data e hora da infração, e a apreciação das provas acolhidas, além de uma parte conclusiva, com a apreciação do valor probatório das provas, indicando expressamente a infração e os dispositivos do Código de Ética infringidos, e se houve ou não culpa.

Art. 22 - Concluído o processo, o presidente da Comissão de Ética remeterá os autos ao presidente do CRF para adoção das providências cabíveis de encaminhamento, visando ao julgamento do processo em sessão plenária.

CAPÍTULO VI

Do Julgamento

Art. 23 - Recebido o processo, o presidente do CRF terá o prazo de até 60 (sessenta) dias úteis para:

a) marcar a data de julgamento do processo em reunião plenária;

b) designar um conselheiro relator entre os conselheiros efetivos, com exceção do presidente e do vice-presidente, por distribuição da secretaria, observados os eventuais impedimentos e suspeições;

c) comunicar ao indiciado e ao procurador constituído a data de julgamento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

§ 1° - A reunião plenária de julgamento do processo ético-disciplinar deverá ser realizada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do processo ético-disciplinar pelo presidente do CRF.

§ 2° - O julgamento do processo ético-disciplinar deverá ser finalizado, preferencialmente, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de recebimento do processo ético- disciplinar pelo presidente do CRF.

§ 3° - O julgamento atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão dos relatórios pela Comissão de Ética.

Art. 24 - O conselheiro relator designado deverá apresentar seu parecer na data da reunião plenária em que o processo será submetido a julgamento.

§ 1º - O conselheiro relator, uma vez observada a não iminência de prescrição e desde que devidamente justificado, poderá permanecer com os autos por até 2 (duas) reuniões plenárias, podendo-se prorrogar por mais 2 (duas) se assim for deliberado pelo Plenário, sob pena de instauração de processo ético e demais procedimentos cabíveis em seu desfavor, observado o princípio da segregação.

§ 2º - Não apresentando o conselheiro relator o parecer, tampouco a justificativa prévia, o presidente do CRF determinará a instauração de processo ético nos moldes do parágrafo anterior e designará outro relator, que o apresentará na reunião plenária subsequente.

Art. 25 - Aberta a sessão de julgamento, o presidente da reunião plenária concederá a palavra ao conselheiro relator, que lerá seu parecer e, após a concessão de direito à defesa oral por 10 (dez) minutos ao indiciado ou seu procurador legalmente constituído, proferirá o seu voto, em julgamento realizado em sessão secreta.

§ 1º - Apenas podem permanecer no recinto de julgamento os conselheiros membros do Plenário, as partes interessadas e os empregados necessários à sua condução.

§ 2º - A sessão de julgamento poderá ocorrer por meio remoto, desde que regulamentado pelo conselho regional por deliberação de plenária e mantido o sigilo do processo ético.

Art. 26 - Cumprido o disposto nos artigos anteriores, o presidente da reunião plenária dará a palavra, pela ordem, ao conselheiro que a solicitar, para:

I - pedir vista dos autos;

II - requerer a conversão do julgamento em diligência, que será determinada pelo presidente da sessão, para atender aos quesitos pontuados pelo conselheiro, adotando as medidas necessárias;

III - opinar sobre a matéria, os fundamentos ou conclusões do conselheiro relator, devendo as suas razões serem reduzidas a termo em ata;

IV - proferir seu voto.

Art. 27 - Na hipótese de conversão do julgamento em diligência, o processo será retirado de pauta, observada a incidência ou não da prescrição.

§ 1º - No caso de pedido de vista dos autos, o conselheiro que a solicitou deverá apresentar seu parecer, favorável ou contrário, na mesma sessão ou no prazo máximo de 2 (duas) reuniões plenárias subsequentes que tenham julgamentos éticos pautados a contar do pedido, para que haja tempo hábil para a notificação do indiciado, nos termos do artigo 23, alínea "c", observada a incidência ou não da prescrição.

§ 2º - Para fins procedimentais, considerar-se-á voto revisor aquele que divergir do voto do relator, e voto-vista aquele que apenas acrescentar outros pontos ao voto já existente, sem alterar o julgamento.

§ 3º - A diligência solicitada deve ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data da realização da reunião plenária que deu origem ao pedido de diligência, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que plenamente justificado e aprovado pelo Plenário.

§ 4º - Cumprida a diligência, os autos do processo ético-disciplinar serão remetidos ao presidente do CRF e serão contados novamente os prazos previstos no artigo 22.

Art. 28 - A decisão do Plenário do CRF será fundamentada no parecer e voto do relator ou, quando vencido, no parecer e voto do conselheiro revisor.

Art. 29 - A decisão do Plenário terá a forma de acórdão, a ser lavrado de acordo com o parecer do conselheiro cujo voto tenha sido adotado, com expressa numeração própria, número do processo, nome do indiciado e seu número de inscrição

no CRF, procuradores, se existentes, e um documento de identificação e, no caso de advogado, o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relator e revisor, se houver, além de ementa com palavras-chave de pesquisa, dispositivos infringidos, pena aplicada, forma de votação e data, sob pena de nulidade.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 30 - Da decisão do CRF caberá recurso ao CFF no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do AR ou de outro documento idôneo e similar com a mesma efetividade, juntado aos autos como comprovante de que foi dado o conhecimento ao infrator, ou da publicidade realizada pelo veículo oficial de imprensa.

§ 1º - Interposto tempestivamente, o recurso terá efeito suspensivo nos casos previstos em lei.

§ 2º - No caso de interposição intempestiva, que deverá ser certificada nos autos pelo CRF e o profissional intimado, o processo será arquivado, com certidão de trânsito em julgado.

Art. 31 - O recurso administrativo ético será julgado de acordo com o que dispuserem as normas do CFF.

Art. 32 - O recurso ao CFF deverá ser interposto perante o CRF no qual tramita o processo.

CAPÍTULO VIII

Da Execução

Art. 33 - Compete ao CRF a execução da decisão proferida em processo ético-disciplinar, que se processará nos estritos termos do acórdão e será anotada no prontuário do infrator.

§ 1º - Na execução da penalidade de eliminação da inscrição do profissional no quadro do CRF, além dos editais e das comunicações feitas às autoridades e interessados, proceder-se-á à apreensão da cédula e da carteira profissional do infrator, inclusive mediante ação judicial, se necessário.

§ 2º - Na hipótese de aplicação definitiva de penalidade de suspensão, o Conselho Regional de Farmácia deverá:

a) dar publicidade à decisão;

b) efetuar as anotações necessárias na Carteira de Identidade Profissional;

c) apreender temporariamente a cédula e a carteira de identidade profissional, inclusive mediante ação judicial, se necessário;

d) informar ao CFF a penalidade aplicada, no caso de suspensão, quando o profissional cancelar a inscrição no CRF em que o processo foi julgado, para que, em eventual reativação da inscrição em outro regional, a penalidade seja aplicada.

CAPÍTULO IX

Da Revisão

Art. 34 - No prazo de 1 (um) ano, a contar do trânsito em julgado da decisão, o punido poderá requerer revisão do processo ao CRF, com base em fato novo ou na hipótese de a decisão condenatória ter sido fundada em depoimento, exame pericial ou documento cuja falsidade vier a ser comprovada.

Parágrafo único - Considera-se fato novo aquele que o punido conheceu somente após o trânsito em julgado da decisão e que dê condição, por si só, ou em conjunto com as demais provas já produzidas, de criar nos julgadores uma convicção diversa daquela já firmada.

Art. 35 - A revisão terá início por petição dirigida ao presidente do CRF, instruída com a certidão de trânsito em julgado da decisão e as provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos.

§ 1º - O presidente do CRF, ao acatar o pedido, nomeará um relator para a emissão de parecer, que será submetido a julgamento em sessão plenária do CRF, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias úteis.

§ 2º - O relator referido no parágrafo anterior será designado entre os conselheiros efetivos, por distribuição da secretaria, observados os eventuais impedimentos e suspeições, sendo vedada a designação do relator original e/ou revisor.

§ 3º - Caso o pedido de revisão não cumpra os requisitos mínimos, o presidente do Conselho Regional de Farmácia indeferirá o pedido, de forma fundamentada, devendo o pedido e sua decisão serem arquivados no processo ético-disciplinar correspondente e, cientificado o profissional.

CAPITULO X

Das Intimações e Notificações

Art. 36 - As intimações e notificações serão feitas na seguinte ordem preferencial:

I - por meio eletrônico, cadastrado pelo farmacêutico no CRF;

II - pelo correio, com AR;

III - pelo funcionário do CRF, pessoalmente ao indiciado;

IV - por edital, que poderá ser por veículo de imprensa oficial ou portal eletrônico do conselho regional.

Art. 37 - As intimações e notificações realizadas por empresas de postagem (correio) serão inicialmente encaminhadas ao endereço residencial cadastrado e, frustrada a primeira tentativa, ao endereço comercial declarado no órgão, se o profissional pertencer ao quadro societário.

§ 1º - Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço nos cadastros do conselho regional fornecido pelo indiciado, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao CRF, nos termos do artigo 23 da seção I, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

§ 2º - Nos condomínios, edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega da intimação ou notificação a funcionário da portaria, responsável pelo recebimento de correspondência.

Art. 38 - As intimações ou notificações serão realizadas por edital, quando desconhecido, ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o profissional.

Parágrafo Único - O profissional indiciado será considerado em local ignorado ou incerto, se infrutíferas as tentativas de sua localização.

Art. 39 - Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o descumprimento por parte do CRF implicará a nulidade do ato, sendo que o pedido dispensará a comunicação complementar ao indiciado do andamento do processo.

CAPÍTULO XI

Dos Prazos

Art. 40 - Considera-se prorrogado o prazo até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento se der em feriado ou em recesso do CRF.

Parágrafo único - Os prazos serão contados a partir da juntada de AR, ou outro documento idôneo e similar com a mesma efetividade, aos autos, mediante certidão respectiva lavrada pelo CRF ou por ciência inequívoca do interessado.

Art. 41 - Considera-se dia do começo do prazo:

I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento (AR), ou outro documento idôneo e similar com a mesma efetividade, mediante certidão lavrada nos autos pelo Conselho Regional de Farmácia ou por ciência inequívoca do interessado;

II - a data de juntada aos autos do documento preenchido pelo funcionário do CRF ou do documento referente à retirada da intimação ou notificação pelo indiciado no CRF;

III - a data de publicação, quando a intimação ou notificação se der no veículo de imprensa oficial e/ou no sítio do respectivo regional;

IV - o dia da carga, quando a intimação ou notificação se der por meio da cópia dos autos, na secretaria do CRF;

V - a data da confirmação de recebimento do documento, quando enviado por meio eletrônico.

Art. 42 - Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º- Considera-se prorrogado o prazo até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o início ou o vencimento se der em feriado ou em recesso do CRF.

§ 2º - Considera-se como data de publicação do edital, o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo regional ou em veículo de comunicação oficial do CRF.

Art. 43 - A representação por procurador deverá estar instruída com o respectivo instrumento, com firma devidamente reconhecida, excetuando-se aquela outorgada a advogado.

§ 1º - O advogado não será admitido a postular sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

§ 2º - Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, o advogado deverá juntar a procuração aos autos no prazo de 10 (dez) dias úteis após a prática do ato.

§ 3º - O ato não ratificado será considerado ineficaz relativamente àquele em cujo nome foi praticado.

Art. 44 - Incumbe ao advogado informar o endereço físico e eletrônico, seu número de inscrição na OAB e/ou nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações, e comunicar ao CRF qualquer mudança de endereço.

Parágrafo único - Se o advogado não cumprir o previsto no caput, serão consideradas válidas as intimações e notificações enviadas por carta registrada ou meio eletrônico ao endereço constante dos autos.

Art. 45 - A punibilidade por falta sujeita a processo ético-disciplinar pelo CRF, em que o profissional está inscrito, prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir do conhecimento do fato pelo presidente do CRF ou seu substituto regimental, nos termos da Lei Federal nº 6.838/80 ou outra que lhe sobrevenha.

Art. 46 - Interrompe-se a prescrição da ação punitiva, nos termos da Lei Federal nº 6.838/80:

I - pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;

III - pela decisão condenatória recorrível;

IV - por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

Parágrafo único: O prazo prescricional recomeçará a fluir a partir de cada um dos atos previstos neste artigo.

Art. 47 - Todo processo ético-disciplinar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado ex officio, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

Art. 48 - Para abertura de processo ético-disciplinar com fundamento na ausência do profissional no(s) estabelecimento(s) em que presta assistência técnica, serão necessárias, no mínimo, 3 (três) constatações fiscais, no período de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único - o prazo prescricional do processo ético-disciplinar fundamentado neste artigo inicia-se a partir da data da terceira constatação necessária à instauração do processo ético-disciplinar.

CAPÍTULO XII

Dos Impedimentos e Das Causas de Suspeição

Art. 49 - Há impedimento de os membros da Comissão de Ética, conselheiros e defensor dativo exercer em suas funções no processo quando:

I - prestou depoimento como testemunha;

II - atuando como conselheiro federal, proferiu decisão/voto em conselho regional;

III - membro da Comissão de Ética, tendo realizado a audiência ou relatoria, passe a exercer a função de conselheiro regional ou conselheiro federal;

IV - presidente anterior, que instaurou o processo ético, e passe a exercer a função de conselheiro regional ou conselheiro federal;

V - ele, seu cônjuge ou companheiro, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau fizer parte do processo;

VI - for funcionário, sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica em que o profissional exercia ou exerce a assistência técnica;

Art. 50 - Há suspeição de os membros da Comissão de ética, conselheiros e defensor dativo, sendo-lhes vedado exercer em suas funções no processo quando:

I - amigo íntimo ou inimigo das partes;

II - receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar o indiciado acerca do objeto da causa, ou que subministrar meios para atender às despesas do processo;

III - o indiciado for seu credor ou devedor, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes desses, em linha reta até o terceiro grau;

IV - tenha interesse direto ou indireto no processo.

Art. 51 - As alegações de impedimentos e de suspeições serão analisadas pelo plenário do CRF.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais

Art. 52 - Todos os atos e termos anteriores ao processo, como orientações aos profissionais, recebimentos de denúncias, entre outros, assim como os praticados no decorrer das instruções dos processos éticos, incluindo audiências e julgamentos, poderão ocorrer eletronicamente, mediante assinatura avançada ou qualificada, desde que observadas as diretrizes contidas na Lei Federal nº 13.709/2018 e na Lei Federal nº 14.063/2020, assim como seus decretos regulamentadores, ou legislações que os sobrevenham, por se tratar de interações entre os particulares e a administração pública.

Art. 53 - Em todos os atos e termos do processo, é obrigatório o uso da língua portuguesa.

Parágrafo único - O documento redigido em língua estrangeira, somente poderá ser juntado aos autos, quando acompanhado de versão para a língua portuguesa, firmada por tradutor juramentado.

Art. 54 - É vedado à Comissão de Ética, ao indiciado e aos seus procuradores, conselheiros julgadores e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nas manifestações escritas e orais.

Art. 55 - A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Art. 56 - Extingue-se o processo pela morte do indiciado, devendo o procedimento ser arquivado sem resolução de mérito.

Art. 57 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CFF, podendo inclusive decidir em processos em andamento, desde que observados a ampla defesa e o devido processo legal.

SEÇÃO III

ESTABELECE AS INFRAÇÕES E AS REGRAS DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 1º - As transgressões às normas (resoluções e deliberações) e às determinações (acórdãos e decisões) dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, bem como as infrações à legislação farmacêutica e correlata, são passíveis de penalidades, ressalvadas as previstas em normas especiais.

Art. 2º - Nas infrações éticas e disciplinares serão observadas a tipificação da conduta, a reincidência, a análise do fato e as consequências ao exercício profissional e à saúde coletiva, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Art. 3º - Considera-se reincidente aquele que tiver antecedentes disciplinares em processos com decisão transitada em julgado.

§ 1° - Verifica-se a reincidência quando se comete infração ética, idêntica ou não, durante o prazo de 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da decisão que o tenha condenado anteriormente.

§ 2° - Considera-se trânsito em julgado quando não há mais possibilidade de recursos.

Art. 4º - Quando aplicada, a pena de suspensão e eliminação deve ser publicada no órgão de divulgação oficial do CRF, depois do trânsito em julgado.

Art. 5º - As sanções aplicadas serão objeto de registro no prontuário do profissional, devendo ainda ser comunicadas, no caso de suspensão, ao CFF, aos empregadores e aos órgãos sanitários competentes, além da apreensão da cédula e da carteira profissional, na qual será feita a devida anotação.

§ 1º - Quando for aplicada pena de suspensão e o profissional tiver cancelado a inscrição, suspender-se-á a aplicação da penalidade até que sobrevenha nova inscrição, ainda que em outro regional, ficando essa condicionada ao cumprimento da penalidade.

§ 2º - A suspensão referida no parágrafo anterior não será superior a 5 (cinco) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão.

Art. 6º - O conselheiro relator e o conselheiro revisor, de acordo com sua livre convicção motivada e de forma fundamentada, aplicarão a penalidade devida atendendo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, observando as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 7º - Observada a individualização da pena, as sanções possíveis são:

I - advertência, sem publicidade, mas com registro no prontuário;

II - advertência com o uso da palavra "censura", sem publicidade, mas com registro no prontuário;

III - multa de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos regionais, que serão elevados ao dobro no caso de reincidência;

IV - suspensão do exercício profissional de 3 (três) a 12 (doze) meses, nos casos de falta grave, de pronúncia criminal ou de prisão em virtude de sentença;

V - de eliminação, que será imposta aos que porventura houverem perdido algum dos requisitos dos artigos 15 e 16 da Lei nº 3.820/60, para fazer parte do CRF, inclusive aos que forem convencidos perante o CFF ou em juízo, de incontinência pública e escandalosa ou de embriaguez habitual, e aos que, por faltas graves, já tenham sido três vezes condenados definitivamente a penas de suspensão, ainda que em conselhos regionais diversos.

§ 1º - Considera-se falta como a violação a cada infração prevista neste Código de Ética.

§ 2º - O valor do salário mínimo a ser considerado para a penalidade de multa é o valor vigente à época da ocorrência do fato.

§ 3º - Na hipótese de mais de uma condenação de suspensão, o cumprimento da pena será em período distinto e sequencial.

Art. 8º - São circunstâncias excludentes de ilicitude e culpabilidade, desde que devidamente comprovadas documentalmente e, portanto, causas de arquivamento do processo ético-disciplinar pelo Plenário do CRF, respectivamente:

I - A legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito consistem em causas excludentes da ilicitude;

II - A coação moral irresistível e a obediência hierárquica são causas excludentes da culpabilidade.

Art. 9º - São circunstâncias atenuantes:

I - a caracterização de caso fortuito ou força maior;

II - o profissional nunca ter sofrido qualquer penalidade ao longo de seu histórico profissional;

III - o infrator ter, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após a infração, minorar as consequências, ou ter, antes do processo ético-disciplinar, reparado o dano;

IV - a ação ou omissão do indiciado não ter sido o fundamento para a consecução do evento;

V - a confissão espontânea da infração, se for relevante para a descoberta da verdade, com o propósito de reparar ou diminuir as suas consequências para o exercício profissional e a saúde coletiva;

Art. 10 - São circunstâncias agravantes:

I - a existência de dolo na conduta do infrator;

II - a comprovação de dano material, psicológico, físico ou moral a terceiros;

III - a obtenção de vantagem pecuniária ou outra vantagem indevida pelo infrator;

IV - conluio para a prática da infração;

V - a infração ter sido realizada no exercício de cargo eletivo de órgão representativo da categoria farmacêutica;

VI - a infração cometida contra criança, gestante, incapaz ou pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

VII - profissional reincidente;

VIII - quando o profissional é também sócio ou proprietário;

IX - suborno ou coação a terceiro para execução da infração.

Art. 11 - Será considerado falta grave:

I - quando a conduta resultar em lesão corporal ou óbito;

II - quando da ocorrência de dano coletivo e/ou ambiental, ainda que de forma culposa;

III - quando houver constrangimento de terceiro;

IV - quando o fato corresponder a ilícito penal;

V - quando a ação extrapolar sua habilitação legal;

VI - quando envolver substâncias ou medicamentos potencialmente perigosos, descritos em manuais, guias ou publicações;

VII - quando em processos distintos, com trânsito em julgado e no período de 5 (cinco) anos, o profissional tiver cometido por mais de 2 (duas) vezes a mesma infração ou 5 (cinco) infrações distintas;

VIII - impedir a ação da fiscalização.

Parágrafo único - Toda a caracterização como falta grave deverá ser fundamentada e motivada, atendendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a sua descaracterização.

Art. 12 - Àquele que continuar a exercer a profissão, mesmo enquanto estiver sob a sanção disciplinar de suspensão, será aplicada idêntica pena pelo prazo em dobro ao originalmente determinado, sem prejuízo da aplicação do artigo 205 do Código Penal.

Art. 13 - A pena de suspensão de 3 (três) a 12 (doze) meses será aplicada pelo presidente do CRF ex officio, por motivo de pronúncia criminal, medida cautelar substitutiva da prisão prevista no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Penal que impeçam a atividade laboral pelo profissional, ou ainda prisão em flagrante, provisória, preventiva ou definitiva, a partir da comunicação da decisão judicial e enquanto durar a execução da medida.

§ 1º - O profissional em cumprimento de pena privativa em regime fechado ficará suspenso da atividade ex officio por ato do presidente do CRF e homologado pelo Plenário, enquanto durar a execução da pena privativa de liberdade em regime fechado.

§ 2º - O profissional preso, provisória ou preventivamente, em razão do exercício da profissão, também ficará ex officio suspenso de exercer as suas atividades, enquanto durar a pena privativa de liberdade em regime fechado.

Art. 14 - Na hipótese da perda de um dos requisitos listados nos artigos 15 e 16 da Lei Federal nº 3.820/60, inclusive aos que forem convencidos perante o CFF, ou em juízo de incontinência pública e escandalosa, embriaguez habitual; e aos que por faltas graves, já tenham sido 3 (três) vezes condenados definitivamente a penas de suspensão, ainda que em conselhos regionais diversos, será imposta a penalidade de eliminação ao profissional.

§ 1º - O presidente do CRF, ao tomar conhecimento de profissional na hipótese do caput, submeterá o caso à análise do Plenário que determinará a penalidade de eliminação.

§ 2º - A penalidade prevista no caput deste artigo deverá ser homologada pelo Plenário do CFF.

Art. 15 - Na hipótese de diversas condutas praticadas pelo indiciado, oriundas do mesmo fato ou processo ético-disciplinar, as punições serão aplicadas de forma cumulativa e sequencial, delineando-se a pena a cada infração apurada.

Art. 16 - A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Art. 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 23 DE MAIO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 098/2022 (PAe 000098.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 000007/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelo apelante/denunciante e pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a culpabilidade do apelante/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (imprudência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) DOMINGOS SÁVIO MATOS DANTAS, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 152/2022 (PAe 000152.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012840/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade foi confirmada a culpabilidade do apelado/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 23 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 163/2022 (PAe 000163.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000021/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d", para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 1.974/2011), 51, 58, 112, 115 e 118 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 51, 58, 112, 114 e 117 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 30 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; DOMINGOS SÁVIO MATOS DANTAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 173/2022 (PAe 000173.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000201/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RICARDO SCANDIAN DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 178/2022 (PAe 000178.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (PEP nº 030233/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade não foi confirmada a culpabilidade do apelado/denunciado, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que determinou sua ABSOLVIÇÃO, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de abril de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 180/2022 (PAe 000180.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000032/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (Trinta) Dias", prevista na alínea "d", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 23, 27, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 27, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; DOMINGOS SÁVIO MATOS DANTAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 184/2022 (PAe 000184.13/2022-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013011/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina de votos em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciantes e apelante/denunciado. Com relação ao apelante/denunciado, por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (imprudência e negligência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao apelado/denunciado, por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, de sua ABSOLVIÇÃO, tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de abril de 2022. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 18 DE MAIO DE 2022

Altera a Portaria CFP nº 23, de 18 de outubro de 2021 e atualiza as medidas administrativas e de prestação de trabalho no âmbito do Conselho Federal de Psicologia em relação à pandemia de COVID-19.

A DIRETORIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, art. 6º, alínea "j" e pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, art. 6º, inciso XII e os arts. 2º, inciso IX, art. 6º, inciso IX, 8º, inciso XI, todos da Resolução CFP nº 17, de 20 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º A Portaria CFP nº 23, de 18 de outubro de 2021 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º. .....

I - .....

II - .....

III - o Conselho Federal de Psicologia disponibilizará a todas as funcionárias e os funcionários convocados para a realização do trabalho na forma presencial, máscaras de proteção facial exigidas pela Lei Federal nº 13.979/2020, sendo facultativa sua utilização nas dependências do Conselho Federal de Psicologia.

Parágrafo único. ....." (NR)

"Art. 2º. Considerando a obrigatoriedade da vacinação de toda a população, nos termos da Lei Federal nº 13.979/2020, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 6586 e ADI 6587), bem como a necessária garantia da saúde das trabalhadoras e trabalhadores do Conselho Federal de Psicologia, nos termos dos artigos 8º, 157, 158 e 444 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a eventual recusa da funcionária ou funcionário em se vacinar, ou mesmo a inobservância do calendário vacinal definido e executado pelo Governo do Distrito Federal, poderá ensejar a devida apuração de responsabilidade e instauração de sindicância em relação à funcionária e ao funcionário.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado." (NR)

"Art. 4º. Revogado." (NR)

"Art. 3º. Os demais requisitos e condições necessárias para a realização do trabalho na forma presencial nas dependências do Conselho Federal de Psicologia estão descritos e regulamentados em Protocolo Técnico constante da presente Portaria (Anexo IV).

Parágrafo único. Revogado." (NR)

"Art. 5º. Poderão permanecer em trabalho remoto, mediante autodeclaração e após avaliação da chefia imediata, da Gerência de Gestão de de Pessoas e autorização pela Diretoria do Conselho Federal de Psicologia, as seguintes situações:

I - .....

a) revogado;

b) revogado;

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

j) .....

k) .....

l) .....

m) .....

n) .....

o) .....

II - .....

§ 1º A comprovação das condições dos incisos I e II do caput ocorrerá mediante a forma da respectiva autodeclaração constante dos Anexos a esta Portaria e, no caso do inciso I deverá ser acompanhada de laudo médico, a serem encaminhados via SEI para a Gerência de Gestão de Pessoas, resguardadas as informações pessoais e sigilosas.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º .....

§ 5º As chefias imediatas e gerências deverão garantir o pleno andamento dos processos, nos termos desta Portaria, de acordo com a regular distribuição das tarefas administrativas atinentes a cada área técnica." (NR)

"Art. 6º. Aplicam-se as disposições desta Portaria, no que couber, aos trabalhadores, estagiários, terceirizados, prestadores de serviço e participantes das reuniões e eventos presenciais do CFP." (NR)

"Art. 8º. Revogado." (NR)

"Art. 10. Revogado." (NR)

Art. 2º Revogam-se os seguintes dispositivos da Portaria CPF nº 23, de 18 de outubro de 2021:

I - § 1º e § 2º do art. 2º;

II - parágrafo único do art. 3º;

III - alíneas "a" e "b" do inc. I do art. 5º;

IV - arts. 4º, 8º e 10.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos 10 (dez) dias após sua publicação.

ANA SANDRA FERNANDES ARCOVERDE NOBREGA
Conselheira-Presidente

ANEXO IV DA PORTARIA CFP Nº XX, DE XX DE XXX DE 2022

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Todos os trabalhadores devem respeitar as determinações deste documento e adotar as medidas estabelecidas com responsabilidade, comprometimento, empatia e cooperação, desenvolvendo a consciência coletiva.

Art. 2º O descumprimento deste documento é passível de sanções trabalhistas.

Art. 3º A interação física e compartilhamento de objetos deve ser evitada.

Art. 4º Enfatiza-se que, havendo necessidade, o trabalhador deve buscar os serviços de saúde, públicos ou particulares.

SEÇÃO II - DA PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Art. 5º É facultativo o uso de máscaras de proteção individual nas dependências do Conselho Federal de Psicologia.

SEÇÃO III - DA VACINAÇÃO

Art. 6º É obrigatória a vacinação contra a COVID-19.

Art. 7º O CFP adotará o calendário de vacinação do Governo do Distrito Federal para fins de cobrança do retorno ao trabalho presencial.

Parágrafo único. Para todos os efeitos de contagem dos prazos referidos neste protocolo, será considerado o calendário vacinal definido e executado pelo Governo do Distrito Federal, especialmente em relação às datas de disponibilização da vacinação por faixa etária.

Art. 8º Todos os funcionários devem apresentar seus cartões de vacina com o comprovante original das duas doses ou da dose única contra a COVID-19 ao Setor de Suporte Físico - SFF do CFP, para Protocolo. § 1º O SSF digitalizará o documento e enviará à Gerência de Gestão de Pessoas (GGP), via SEI, com acesso restrito, para compor a pasta funcional dos trabalhadores. § 2º As vias originais serão devolvidas ao trabalhador imediatamente.

Art. 9º Os trabalhadores que optarem por não se vacinar estão sujeitos a medidas restritivas.

SEÇÃO VI - DOS AMBIENTES DE TRABALHO

Art. 10 O Setor de Suporte Físico providenciará:

a) Dispenser de álcool em gel na recepção e em pontos estratégicos;

b) Álcool em gel em todas as salas;

c) Limpeza diária em todas as salas, banheiros e refeitórios;

d) Tapete com sanitizante na entrada do CFP;

e) Borrifador com sanitizante e papel descartável em todas as salas, caso as(os) servidoras(es) desejem realizar limpeza individual de suas estações de trabalho;

f) Um aparelho telefônico por pessoa;

g) Substituição dos açucareiros por açúcar em sachê;

h) Copos descartáveis.

Art. 11 Nos locais de trabalho e durante a circulação nas dependências do CFP deve ser observada a distância mínima de um metro entre as pessoas, conforme orientações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Art. 12 Visando facilitar a limpeza e desinfecção, as mesas das estações de trabalho devem ser esvaziadas de papéis e objetos pessoais.

Art. 13 As salas permanecerão preferencialmente com as janelas abertas. Art. 14 As reuniões devem ocorrer em salas com espaço suficiente para cumprir o distanciamento e com janelas abertas para circulação de ar.

§ 1º Sugere-se que as reuniões presenciais no CFP sejam limitadas a 25 convidados.

§ 2º Para reuniões que tenham mais participantes, indica-se a locação de locais mais amplos.

§ 3º Devem ser priorizadas reuniões por videoconferência.

SEÇÃO VII - DOS AMBIENTES DE USO COMUM

Art. 15 Recomenda-se que antes de utilizar a mesa para almoço ou lanche, o servidor a higiene com álcool 70%.

Art. 16 Não é recomendada a utilização do refeitório do Edifício.

Art. 17 Todas as pessoas deverão realizar a lavagem periódica de copos, canecas e garrafas pessoais.

Art. 18 Dentro dos banheiros também serão disponibilizados álcool 70%, além do sabonete líquido e papel toalha.

Art. 19 Considerando que as janelas deverão permanecer abertas, os fumantes devem evitar o fumo próximo às janelas.

Art. 20 Em caso de entrada de prestadores de serviços e convidados para reuniões agendadas nas dependências do CFP, estes deverão seguir as orientações fornecidas na recepção do CFP.

SEÇÃO VIII - CONDUTA EM RELAÇÃO AOS CASOS CONFIRMADOS, SUSPEITOS E SEUS CONTACTANTES

CAPÍTULO I - CASOS CONFIRMADOS

Art. 21 Testando ou tendo diagnóstico médico positivo para Covid-19 o funcionário deverá informar imediatamente sua chefia e iniciar o isolamento de acordo com orientação médica.

§1º O funcionário deverá apresentar à GGP o atestado médico.

§2º Após a recuperação, a GGP marcará a homologação com a empresa de saúde do trabalhador.

CAPÍTULO II - CASOS SUSPEITOS E CONTACTANTES DE CASOS CONFIRMADOS:

Art. 22 O funcionário com suspeita de COVID-19 deverá comunicar à sua chefia imediata e encaminhar e-mail à Gerência de Gestão de Pessoas.

§1º A chefia imediata autorizará o trabalho remoto do servidor com suspeita de COVID-19 para evitar o risco de contágio dentro do CFP.

§2º O funcionário deverá procurar serviço de saúde imediatamente e seguir as orientações médicas, fazendo o teste adequado para o seu caso;

§3º Havendo confirmação do diagnóstico, o servidor deverá apresentar atestado médico para cumprir afastamento;

§4º Não havendo confirmação, o servidor deverá apresentar teste negativo ou laudo médico e retornar à escala de trabalho presencial.

CAPÍTULO III - CONTACTANTES DE CASOS SUSPEITOS DENTRO DO CFP

Art. 23 A chefia imediata do servidor com suspeita de COVID dentro do CFP deverá comunicar Gerência de Gestão de Pessoas, a qual, por sua vez, deverá comunicar todos os gestores do CFP.

§1º A equipe que compartilha a sala com o servidor com suspeita de COVID-19 que teve contato presencial com ele também poderá ser autorizada pela chefia imediata para realizar o trabalho remoto, enquanto durar a suspeita.

§2º Não havendo confirmação do diagnóstico, a equipe afastada temporariamente do trabalho presencial retornará às atividades presenciais.

§3º Se houver confirmação de diagnóstico, os colegas que estavam em contato deverão também fazer o teste indicado para seu caso sob orientação médica, e seguir o já previsto no art. 44 deste Protocolo.

§4º O gestor responsável pelo setor do caso suspeito deve comunicar o gestor do Setor de Suporte Físico, que providenciará a devida higienização dos ambientes.

SEÇÃO IX - DAS AVALIAÇÕES DO FUNCIONAMENTO:

Art. 24 A diretoria avaliará o cenário da pandemia bem como as aplicações deste protocolo, de modo que este documento pode sofrer modificações sempre que necessário.

SEÇÃO X - DOS CASOS ESPECÍFICOS

Art. 25 Os casos específicos não contemplados no protocolo deverão ser apresentados à Coordenação Geral do CFP.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

ATO NORMATIVO Nº 9, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ - CREA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, alínea "k", da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, e em cumprimento à Decisão de Plenário nº 451/2021, exarada na Sessão Plenária Ordinária nº 988, de 15 de junho de 2021, decide:

Art. 1º Revogar o Ato Normativo nº 6, de 18 de dezembro de 2015, que regulamenta os critérios para a concessão de descontos no valor de anuidades e para a aplicação de valores diferenciados de ART, no âmbito do Crea-PR, nos termos das Resoluções 1.066 e 1.067, de 2015, do Confea.

Art. 2º O Crea adotará o ato administrativo da espécie Portaria para regulamentar os critérios previstos nas Resoluções 1.066/2015 e 1.067/2015 do Confea, para a concessão de descontos no valor de anuidades e na aplicação de valores diferenciados de ART, no âmbito do Crea-PR.

Art. 3º Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente do Conelho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CREMEC Nº 62, DE 2 DE MAIO DE 2022

Altera o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração - PCCR do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC aprovado pela Resolução CREMEC nº 59/2021, publicada no DOU no dia 05/11/2021.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO a real necessidade de revisão e melhoria nos instrumentos e normativos de Gestão de Pessoas;

CONSIDERANDO a prerrogativa da Plenária para decisões relacionadas à gestão de pessoas e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração - PCCR; aprovado pela Resolução CREMEC nº 59/2021, publicada no DOU no dia 05/11/2021, seção 1, p. 130;

CONSIDERANDO o deliberado na Plenária do dia 02/05/2022, resolve:

Art.1º. Alterar as atribuições do cargo de Auditor Interno, constante nas descrições de cargos do PCCR, aprovado pela Resolução CREMEC nº 59/2021, publicada no DOU no dia 05/11/2021, seção 1, p. 130, excluindo os seguintes itens:

I - Liderar a gestão da qualidade.

II - Realizar atividades inerentes à garantia da regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do CREMEC.

Art.2º - Incluir no quadro constante do item 5.11 (Gratificação de qualificação), pós-graduações em áreas correlatas ao interesse do CREMEC: especialização, mestrado e doutorado em Gestão em Saúde, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Ética, Bioética e Direito Médico.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA
Presidente do Conselho

ROBERTO DA JUSTA PIRES NETO
Secretário-Geral

